

GOVERNO DO PARANÁ
ROBERTO REQUIÃO Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

LUIZ FORTE NETTO Secretário
WILSON BLEY LIPSKI Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

LUIZ FORTE NETTO Superintendente
ANTONIO ALDEMIR TOLEDO DA SILVA Diretor de Administração e Finanças
MIRYAN KRAVCHYCHYN Diretora de Operação
VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos
KAREN BARRETO CAMPÊLO Coordenadora de Operações
ALBARI ALVES DE MEDEIROS Coordenador ER Maringá
EDGARD VIRMOND ARRUDA FILHO Coordenador ER Ponta Grossa
GERALDO LUIZ FARIAS Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral
HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador ER Cascavel
UBIRAJARA CEBULSKI Coordenador ER Guarapuava
VALTER OGUIDO MORISHIGUE Coordenador ER Londrina

SUPERVISÃO E FINANCIAMENTO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Diretoria de Operações

CARLOS AUGUSTO STORER Analista de Desenvolvimento Municipal

EXECUÇÃO

MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

HUSSEIN BAKRI Prefeito Municipal

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

JAMAR ROSSONI CLIVATTI Coordenador Geral
DENISE CLEMENTE GRAZZIOTTON Coordenadora de Trânsito
GIORDANA ELAINE BALÃO Coordenadora de Topografia
WILSON BALARDINI Secretária Municipal de Planejamento
MARIANA MUELAS SANGIÃO Coordenadora de Planejamento Urbano
FERNANDA MARIA AZEVEDO GRABOVSKI Coordenadora de Processamento de Dados
SÉRGIO MAURO LELL Secretária Municipal de Saúde
LUIS RENATO CARVALHO PINTO Assessor Jurídico

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

CELSO PINTO CORDEIRO
MARISTELA SUZKO
CARLOS B ROVEDA
ROBSON D MOZER
JOANA PRZYSIEZNY
MARCO SHU
ANDRÉIA DE FÁTIMA SILVA
RENATE THELENFELD
DAGO WOEHL
ANACLETO C PINTO
LEOCIR BIEBERBACH
CLAIRE WEBER PORTELA
FRANCISCO BORGES DE LIMA
MIGUEL ALBINO DA ROSA
ROBERTO PEDRO BOM
GILBERTO LUIS GONÇALVES
JAIRO CESAR KURITZA
PAULO ROBERTO PANACIONE
CLÁUDIO TILGNER DE SOUZA
MAXIMILIANO SIGWAIT
MARCELO JOSÉ DROZDA
IONE CARLA JORGE DA COSTA
JOSÉ OLICES MARTINS
INÊS ENGELKE
ROSANE SCARIOTTO
EDSON LUIS FUTERKO
IVANIRA T OLBERTZ
JOSÉ NELSON DISSENHA NETO

CONSULTORIA CONTRATADA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 0666/2007–PMUVA (LICITAÇÃO/OTP 019/07-PMUVA)

LAROCCA ASSOCIADOS S/S LTDA

Rua Generoso Marques dos Santos, 130
Centro Ponta Grossa Pr
(42) 3025 1773 laroccascl@yahoo.com.br

COORDENADOR GERAL

CLARISSA DE ALMEIDA LIMA. Arquiteta e Urbanista - CREA PR – 69.175/D

COORDENADOR FÍSICO-TERRITORIAL

PIER LUIGI LAROCCA. Arquiteto e Urbanista - CREA PR – 66.752/D

COORDENADOR SOCIOECONÔMICO E INSTITUCIONAL

JOEL LAROCCA JR. Engenheiro Civil - CREA PR - 5.143/D

CONSULTORES

ÁTILA CRISTIAN SANTANA. Geógrafo

CARLOS HUGO ROCHA. Engenheiro Agrônomo – CREA/PR 14033/D

DARCIELI STEVENS SPIES. Bióloga

HERES ARIEL DINIZ BENETTI. Engenheiro Civil – CREA 25291/D

LUIZ CARLOS GODOY. Geólogo – CREA/PR 7217/D

NAIR LURDES SCHOEMBERGER SERRATO. Economista – CORECON/PR 3353

ROSEMERI SEGECIN MORO. Farmacêutica e Bioquímica – CRF/PR 2598

RUBENS DE LIMA. Advogado – OAB/PR 7828

SUMÁRIO

i	LISTA DE ABREVIATURAS	09
ii	LISTA DE FIGURAS	10
iii	LISTA DE QUADROS	11
iv	LISTA DE MAPAS	14
1	APRESENTAÇÃO	16
2	PLANO DE TRABALHO	17
2.1	O PLANO DIRETOR MUNICIPAL	18
2.1.1	OBJETIVO GERAL	18
2.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
2.1.3	ESCOPO	19
2.1.4	PARTICIPAÇÃO POPULAR	20
2.2	PLANO DE TRABALHO	22
2.3	ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	23
2.3.1	OBJETIVO GERAL	23
2.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
2.3.3	METODOLOGIA GERAL	23
2.3.4	ANÁLISE DA INSERÇÃO REGIONAL	25
2.3.5	ANÁLISE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS	27
2.3.6	ANÁLISE DOS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	29
2.3.7	ANÁLISE DOS ASPECTOS SÓCIO-ESPAÇIAIS	32
2.3.8	ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	34
2.3.9	ANÁLISE DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS	38
2.3.10	INTEGRAÇÃO DA ANÁLISE TEMÁTICA	40
2.4	DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	42
2.4.1	OBJETIVO GERAL	42
2.4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	42
2.4.3	CONTEÚDO	43
2.4.4	METODOLOGIA	44
2.4.5	REFERÊNCIAS	45
2.4.6	PRODUTOS	45
2.4.7	EQUIPE RESPONSÁVEL	45
2.5	PROPOSIÇÕES PARA LEGISLAÇÃO BÁSICA	46
2.5.1	OBJETIVOS	46
2.5.2	MINUTAS DE ANTEPROJETOS DE LEGISLAÇÃO : CONTEÚDO E PRODUTOS	46
2.5.3	METODOLOGIA	48
2.5.4	REFERÊNCIAS	48
2.5.5	EQUIPE RESPONSÁVEL	49
2.6	PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	50
2.6.1	OBJETIVOS	50
2.6.2	CONTEÚDO E PRODUTOS	50
2.6.3	METODOLOGIA	51
2.6.4	REFERÊNCIAS	51
2.6.5	EQUIPE RESPONSÁVEL	51
2.7	PARTICIPAÇÃO POPULAR	52
2.7.1	OBJETIVOS	52
2.7.2	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	52
2.7.3	COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	53
2.7.4	<i>WORKSHOPS</i> COM SETORES DA POPULAÇÃO	54
2.7.5	REUNIÕES COM OS VEREADORES	54
2.7.6	CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR	54
2.8	TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO	56
2.8.1	TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE	56
2.8.1	QUARENTENA VOLUNTÁRIA DA CONSULTORIA	56
2.8.2	DIVULGAÇÃO	56
2.9	EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	58
2.9.1	EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL	58
2.9.2	COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	59
2.9.3	TREINAMENTO 1	59
2.9.4	TREINAMENTO 2	59
2.9.5	TREINAMENTO 3	59
2.10	EQUIPE CONSULTORA, MATERIAIS PRODUZIDOS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS	61
2.10.1	EQUIPE CONSULTORA	61
2.10.2	MATERIAIS PRODUZIDOS	61
2.10.3	EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS	61
2.11	QUADRO-SÍNTESE DO PLANO DE TRABALHO	63

3	ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	64
3.1	LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL	65
3.1.1	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	65
3.1.2	SISTEMA REGIONAL DE TRANSPORTES	65
3.1.3	RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS	68
3.1.4	PLANEJAMENTO REGIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	70
3.1.5	INSERÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO	71
3.1.6	INSERÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO	74
3.2	ASPECTOS AMBIENTAIS	75
3.2.1	HIDROGRAFIA	75
3.2.2	GEOLOGIA	79
3.2.3	ASPECTOS GEOTÉCNICOS E RISCOS ASSOCIADOS	83
3.2.4	HIPSOMETRIA E DECLIVIDADES	85
3.2.5	PEDOLOGIA	87
3.2.6	COBERTURA VEGETAL	92
3.2.7	ARBORIZAÇÃO PÚBLICA URBANA	99
3.2.8	FAUNA NATIVA E URBANA	99
3.2.9	CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA	104
3.3	ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	105
3.3.1	NOTÍCIA HISTÓRICA	105
3.3.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	106
3.3.3	INDICADORES SOCIAIS	110
3.3.4	ECONOMIA MUNICIPAL	114
3.4	ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS	121
3.4.1	COMPARTIMENTAÇÃO MUNICIPAL	121
3.4.2	COMPARTIMENTAÇÃO URBANA	122
3.4.3	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	124
3.4.4	UNIDADES DE PAISAGEM E USO DO SOLO MUNICIPAL	124
3.4.5	DENSIDADE DE OCUPAÇÃO URBANA	125
3.4.6	MORFOLOGIA URBANA	127
3.4.7	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	130
3.4.8	TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA	134
3.4.9	VALOR DA TERRA URBANA	135
3.4.10	OCUPAÇÕES IRREGULARES	137
3.4.11	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	139
3.5	AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	141
3.5.1	REDE DE TRANSPORTES MUNICIPAL	141
3.5.2	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM URBANAS	142
3.5.3	REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	143
3.5.4	SANEAMENTO	144
3.5.5	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO	147
3.5.6	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	149
3.5.7	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	150
3.5.8	EQUIPAMENTOS DE CULTURA	155
3.5.9	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	157
3.5.10	EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER	158
3.5.11	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	159
3.5.12	EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	160
3.5.13	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS	160
3.5.14	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL	161
3.6	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	162
3.6.1	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	162
3.6.2	PODER LEGISLATIVO	164
3.6.3	CONSELHOS MUNICIPAIS	164
3.6.4	FINANÇAS PÚBLICAS	165
3.6.5	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	169
3.6.6	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	171
3.7	SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	173
3.7.1	SÍNTESE INTEGRADORA	173
3.7.2	MATRIZES DE CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES	174
3.8	MAPAS	177
4	DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	218
4.1	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	220
4.1.1	DIRETRIZES	220
4.1.2	META SINTÉTICA	222
4.2	EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES	223
4.2.1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	223
4.2.2	EIXO 1 : CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	225
4.2.3	EIXO 2 : UNIÃO POLINUCLEADA	227
4.2.4	EIXO 3 : QUALIDADE DE VIDA URBANA	230

4.2.5	EIXO 4 : ECONOMIA URBANA	232
4.2.6	EIXO 5 : DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	234
4.3	PROPOSTAS PRELIMINARES DE REGULAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	237
4.3.1	USO DO SOLO	237
4.3.2	SISTEMA VIÁRIO	242
4.3.3	DEMAIS DISPOSITIVOS REGULADORES	246
4.4	INSTRUMENTOS PARA USO SOCIAL DO SOLO URBANO	250
4.4.1	NOTIFICAÇÃO PARA USO SOCIAL DA PROPRIEDADE E IPTU PROGRESSIVO	250
4.4.2	CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E INCENTIVOS AO USO SOCIAL DA PROPRIEDADE	251
4.4.3	OUTORGA ONEROSA E TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO	251
4.4.4	OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	252
4.4.5	DIREITO DE PREEMPÇÃO	253
4.4.6	ZEIS, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E RELOCAÇÕES	253
4.5	ORGANIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	254
4.5.1	INFRAESTRUTURA	254
4.5.2	SERVIÇOS PÚBLICOS	255
4.5.3	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	253
4.6	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	261
4.6.1	ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO	261
4.6.2	BASE DE DADOS MUNICIPAL	262
4.6.3	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	262
4.6.4	INDICADORES NUMÉRICOS PARA AVALIAÇÃO	263
4.7	MAPAS	264
5	LEGISLAÇÃO BÁSICA E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	274
5.1	LEI DO PLANO DIRETOR	276
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR	277
	<i>Quadro 01</i> Distritos de planejamento de municipais	282
	<i>Quadro 02</i> Distritos de planejamento urbano (bairros oficiais)	283
	<i>Quadro 03</i> Cobertura espacial do equipamento público urbano	283
	<i>Quadro 04</i> Cobertura espacial do equipamento público rural	283
	<i>Anexos</i> <i>Mapa 1</i> Mapa dos Distritos de Planejamento Municipais	286
	<i>Mapa 2</i> Mapa dos Distritos de Planejamento Urbanos	287
	<i>Mapa 3</i> Áreas Sujeitas a Notificação para Uso Compulsório	288
	<i>Mapa 4</i> Transferência e Outorga Onerosa do Direito de Construir	289
	<i>Mapa 5</i> Mapa das Operações Urbanas Consorciadas	290
	<i>Mapa 6</i> Mapa das Áreas Sujeitas ao Direito de Preempção Urbano	291
5.2	LEIS DE REGULAÇÃO DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO	292
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DOS PERÍMETROS URBANOS E PERI-URBANO	294
	<i>Anexos</i> <i>Mapa 1</i> Perímetro urbano e peri-urbano de União da Vitória	299
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DE USO DO SOLO MUNICIPAL	300
	<i>Anexos</i> <i>Mapa 01</i> Zonas de Uso do Solo Municipal	303
	<i>Quadro 01</i> Características da Exploração Silvigropecuária do Solo Municipal	304
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	305
	<i>Anexos</i> <i>Mapa 01</i> Zoneamento Urbano e de Expansão Urbana	312
	<i>Quadro 01</i> Características de uso do solo urbano	313
	<i>Quadro 02</i> Características da ocupação do solo urbano	314
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO	315
	<i>Anexos</i> <i>Mapa 01</i> Sistema Viário Rural	325
	<i>Mapa 02</i> Sistema Viário Urbano	326
	<i>Figura 01</i> Padrão das Vias Rurais Primárias	327
	<i>Figura 02</i> Padrão das Vias Rurais Secundárias	328
	<i>Figura 03</i> Padrão das Vias Rurais Terciárias	329
	<i>Figura 04</i> Padrão das Vias Urbanas Expressas	330
	<i>Figura 05</i> Padrão das Vias Urbanas Arteriais	331
	<i>Figura 06</i> Padrão das Vias Urbanas Coletoras	332
	<i>Figura 07</i> Padrão das Vias Urbanas Locais	333
	<i>Figura 08</i> Características Mínimas das Ciclovias Urbanas	334
	<i>Figura 09</i> Detalhe das Meios-fios, Rampas e Calçadas Urbanas	335
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO	336
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE OBRAS	342
	<i>Quadro 01</i> Áreas e alturas mínimas dos compartimentos das edificações residenciais	343
	<i>Quadro 02</i> Áreas e alturas mínimas dos compartimentos das edificações não-residenciais	344
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE POSTURAS	353
	<i>Quadro 01</i> Limites máximos de pressão sonora	354
5.3	LEI DE REGULAÇÃO LOCAL DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE	359
	MINUTA DE ANTEPROJETO LEI DE REGULAÇÃO LOCAL DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE	361
	<i>Anexos</i> <i>Mapa 01</i> Áreas Sujeitas a Notificação para Uso Compulsório	368
	<i>Mapa 02</i> Transferência e Outorga Onerosa do Direito de Construir	369
	<i>Mapa 03</i> Mapa das Operações Urbanas Consorciadas	370

	Mapa 04 Mapa das Áreas Sujeitas ao Direito de Preempção Urbano	371
5.4	LEI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	372
	MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	373
6	PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	377
6.1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	377
6.1.1	POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS	261
6.1.2	OUTROS APORTES POSSÍVEIS	378
6.1.3	DISPONIBILIDADE DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	378
6.2	EIXOS ESTRUTURANTES	380
6.2.1	EIXO 1: CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	381
	PROJETO 1.a: PARQUES BEIRA-RIO	
	Ação A.1 Aquisição de Áreas Ribeirinhas	382
	Ação A.2 Concessão de Parques para Entidades	383
	Anexo Mapa do Projeto de Parques Beira-Rio	384
	PROJETO 1.B: AVENIDAS BEIRA-PARQUE	
	Ação B.1 Extensão da Avenida Bento Munhoz da Rocha	385
	Ação B.2 Implantação da Avenida Beira-Parque do Rio D'Areia	386
	Ação B.1 Implantação da Avenida Beira-Parque do Rio Vermelho	387
	Ação B.2 Implantação da Avenida Beira-Parque do Rio Guabirola	388
	Anexo Mapa do Projeto de Avenidas Beira-Parque	389
6.2.2	EIXO 2: UNIÃO POLINUCLEADA	390
	PROJETO 2.A: NOVAS CENTRALIDADES	
	Ação a.1 Definição de Novo Perímetro Urbano	391
	Ação a.2 Fortalecimento da Centralidade São Cristóvão	392
	Ação a.3 Fortalecimento da Centralidade Conjuntos	393
	Ação a.4 Fortalecimento da Centralidade Zona Sul	394
	Anexo Mapa do Projeto Novas Centralidades	395
	PROJETO 2B: MOBILIDADE URBANA	
	Ação b.1 Remodelação da Avenida Bento Munhoz da Rocha	396
	Ação b.2 Remodelação do Eixo Viário Paralelo à Ferrovia	397
	Ação b.3 Remodelação da Avenida Paula Freitas	398
	Ação b.4 Implantação da Avenida Beira-Parque do Rio Guabirola	399
	Ação b.5 Nova Ponte sobre o Rio Iguazu	400
	Ação b.6 Ampliação do Sistema de Transporte Alternativo	401
	Ação b.7 Contorno Rodoviário Leste	402
	Anexo Mapa do Projeto Mobilidade Urbana	403
	PROJETO 2C: INCENTIVO ÀS OPERAÇÕES URBANAS	
	Ação c.1 Operação Urbana Rio Iguazu	404
	Ação c.2 Operação Indústrias Urbanas	405
	Ação c.3 Operação Urbana Aeroporto	406
	Ação c.4 Operação Urbana Rio Vermelho	407
	Anexo Mapa do Projeto Incentivo às Operações Urbanas	408
	PROJETO 2D: NOVA POLÍTICA HABITACIONAL	
	Ação d.1 Relocação e Regularização Fundiária	409
	Ação d.2 Habitação Social Disseminada	410
	Anexo Mapa do Projeto Nova Política Habitacional	411
6.2.3	EIXO 3: QUALIDADE DE VIDA URBANA	412
	PROJETO 3A: SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
	Ação a.1 Ampliação da Rede de Esgoto	413
	Ação a.2 Tratamento de Todo Esgoto Coletado	414
	Anexo Mapa do Projeto Saneamento Básico Urbano	415
	PROJETO 3B: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS LOCAIS	
	Ação b.1 Sistema Rotativo de Pavimentação Urbana	416
	Ação b.2 Nova Lei de Parcelamentos Urbanos	417
	Anexo Mapa do Projeto Pavimentação de Vias Locais	418
	PROJETO 3C: INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	Ação c.1 Universalização da Iluminação Pública	419
	Ação c.2 Acessibilidade Total do Transporte Coletivo	420
	Ação c.3 Racionalização Espacial do Sistema de Educação	421
	Ação c.4 Universalização da Educação Infantil	422
	Ação c.5 Descentralização do Equipamento Cultural	423
	Ação c.6 Conselho Municipal de Patrimônio Histórico	424
	Ação c.7 Universalização do Programa Saúde da Família	425
	Ação c.8 Disseminação do Equipamento de Esporte e Lazer	426
	Ação c.9 Implantação de Feiras Livres nos Bairros	427
	Anexo Mapa do Projeto Infraestrutura e Equipamento Urbano	428
6.2.4	EIXO 4: APOIO À ECONOMIA URBANA	429
	PROJETO 4A: INCENTIVO À INDÚSTRIA	
	Ação a.1 Parques Industriais Generalistas de Alto Impacto	430
	Ação a.2 Parques Industriais Generalistas de Baixo Impacto	431
	Ação a.3 Parques Industriais de Alto Impacto do APL da Madeira	432
	Ação a.4 Parques Industriais de Baixo Impacto do APL da Madeira	433
	Ação a.5 Parques de Atacadistas e Transportadoras	434

	Anexo Mapa do Projeto Incentivo à Indústria	435
	PROJETO 4B: DE INCENTIVO AO COMÉRCIO	
	Ação b.1 Centros Comerciais Lineares Disseminados	436
	Ação b.2 Centro Comercial ao Redor do Centro Tradicional	437
	Ação b.3 Centralidades Comerciais dos Bairros	438
	Anexo Mapa do Projeto de Incentivo ao Comércio	439
	PROJETO 4C: FORTALECIMENTO DO PÓLO REGIONAL PRESTADOR DE SERVIÇOS	
	Ação c.1 Valorização do Centro Histórico e Cultural	440
	Ação c.2 Prestação de Serviços de Alto Nível	441
	Anexo Mapa do Projeto Fortalecimento do Pólo Regional Prestador de Serviços	442
6.2.5	EIXO ESTRUTURANTE 5: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	443
	PROJETO 5A: DESENVOLVIMENTO VOCACIONADO DA ECONOMIA	
	Ação a.1 Incentivo à Silvicultura Familiar	444
	Ação a.2 Incentivo à Agricultura Orgânica	445
	Ação a.3 Resgate da Produção Faxilanense	446
	Ação a.4 Incentivo à Aqüicultura	447
	Anexo Mapa do Projeto Desenvolvimento Vocacionado da Economia	448
	PROJETO 5B: APOIO AO TURISMO RURAL	
	Ação b.1 Rota das Cachoeiras	449
	Ação b.2 Rota dos Imigrantes	450
	Anexo Mapa do Projeto Apoio ao Turismo Rural	451
	PROJETO 5C: ESTRADAS RURAIS DE QUALIDADE	
	Ação c.1 Caminhos da Produção	452
	Ação c.2 Caminhos do Turismo	453
	Anexo Mapa do Projeto Estradas Rurais de Qualidade	454
	PROJETO 5D: QUALIDADE DE VIDA RURAL	
	Ação d.1 Sistemas de Abastecimento de Água Rurais	455
	Ação d.2 Centro Social Rural na Serra da Esperança	456
	Anexo Mapa do Projeto Qualidade de Vida Rural	457
6.2.6	PROJETO COMPLEMENTAR: INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA	458
	Ação a.1 Criação de Instituto de Planejamento	459
	Ação a.2 Recadastramento Periódico/ Avaliação Imediata	460
	Ação a.3 Cadastro Único Multifinalitário	461
6.3	INDICADORES DE DESEMPENHO	462
6.3.1	INDICADORES DE DESEMPENHO DOS EIXOS ESTRUTURANTES	462
6.3.2	INDICADORES DE DESEMPENHO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	466
7	REFERÊNCIAS	467

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	SEAB -Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
Amcespar - Associação de Municípios do Centro-Sul do Paraná	IDH-R - Índice de Desenvolvimento Humano - Renda	SEAP -Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
AMCG - Associação de Municípios dos Campos Gerais	IDI - Índice de Desenvolvimento Infantil	SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Amsulpar - Associação de Municípios do Sul do Paraná	INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária	SEEC - Secretaria de Estado da Cultura
APAE - Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais	INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	SEED - Secretaria de Estado da Educação
APL - Arranjo Produtivo Local	Ipardes - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda
CA - Comissão de Acompanhamento	IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
cd-rom - Compact Disk Read Only	IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	SEOP - Secretaria de Estado de Obras Públicas
CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	SESA - Secretaria de Estado da Saúde
CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural	ISS - Imposto sobre Serviços	SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública
CEI - Centro de Educação Infantil	ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	SETP - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
CMI - Coeficiente de Mortalidade Infantil	ITBI - Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imobiliários	SETR - Secretaria de Estado dos Transportes
Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná	ITR - Imposto Territorial Rural	Sisleg - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	kg - quilograma	SM - Salário Mínimo
Copel - Companhia Paranaense de Energia	km - Quilômetro	SUS -Serviço Único de Saúde
Corecon - Conselho Regional de Economia	km ² - Quilômetro quadrado	TP - Tomada de Preços
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	LRE – Local para Reuniões ou Ensino	TRE - Tribunal Regional Eleitoral
CRF - Conselho Regional de Farmácia	m - Metro	UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
DDD - Discagem Direta à Distância	m ² - metro quadrado	UFPR - Universidade Federal do Paraná
DER - Departamento de Estradas de Rodagem	m ³ - metro cúbico	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral	MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Unicentro - Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
EIA - Estudo de Impacto Ambiental	MWh - megaWatt-hora	UNIUV - Centro Universitário de União da Vitória
Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	N - Nitrogênio	UTM - Universal Transverse Mercator
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	N – Norte	VAF - Valor Agregado Fiscal
EPI - Edificação destinada a fins públicos e/ou institucionais, sem moradia anexa	NBR – norma brasileira	VBP - Valor Bruto da Produção
ETM - Equipe Técnica Municipal	NE - Nordeste	W - Oeste
Famepar - Instituto de Assistência Técnica aos Municípios do Estado do Paraná	NRA - Atividade não-residencial com alto impacto	WC - Water closet
FM - Frequência modulada	NRB - Atividade não-residencial com baixo impacto	ZAD - Zona urbana de alta densidade
FOM - Floresta Ombrófila Mista	NW - Noroeste	ZBD - Zona urbana de baixa densidade
FPM - Fundo de Participação dos Municípios	OAB - Ordem dos Advogados do Brasil	ZDM - Zona urbana de densidade muito baixa
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	°C - Grau centígrado	ZE - Zona de expansão
ha - hectare	P - Fósforo	ZE - Zona de exploração extensiva
hab/ha - habitantes por hectare	APA - Área de Proteção Ambiental	ZEE - Zona de exploração extensiva
HMH - Habitação em série horizontal	PAB - Posto de Atendimento Básico	ZEI - Zona de exploração intensiva
HUF - Habitação unifamiliar isolada	Paranacidade - Serviço Social Autônomo Paranacidade	ZER - Zona de exploração restrita
IAP - Instituto Ambiental do Paraná	PDM - Plano Diretor Municipal	ZES - Zona de exploração semi-intensiva
Iapar - Instituto Agrônomo do Paraná	PEA - População economicamente ativa	ZET - Zona especial de transição
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	ZI - Zona de exploração intensiva
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	PIA - População em idade ativa	ZIL - Zona de indústrias leves e serviços pesados
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	PIB - Produto Interno Bruto	ZIP - Zona de indústrias pesadas
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	PMUVA – Prefeitura Municipal de União da Vitória	ZMD - Zona urbana de média densidade
IDH-E - Índice de Desenvolvimento Humano – Educação	PNT – Peso Bruto Total	ZPA - Zona de preservação ambiental
IDH-L - Índice de Desenvolvimento Humano - Longevidade	PNUD - Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento	ZPB - Zona urbana de preservação ambiental
	PR - Paraná	ZPP - Zona de preservação permanente
	Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense	ZPU - Zona peri-urbana
	RAIS - Relação Anual de Informações Sociais	ZR - Zona de exploração restrita
	RFFSA - Rede Ferroviária Federal	ZS - Zona de exploração semi-intensiva
	Sociedade Anônima	ZU - Zona urbana
	RIMA - Relatório de Impacto no Meio Ambiente	ZUR - Zona urbana de uso restrito
	RL - Reserva Legal	
	S - Sul	
	Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná	
	SC - Santa Catarina	
	SE - Sudeste	

PLANO DE TRABALHO

Figura 01	<i>Fluxograma do Plano Diretor Municipal de União da Vitória</i>	20
Figura 02	<i>Organograma simplificado do Plano Diretor Municipal de União da Vitória</i>	15

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Figura 03	<i>Estação ferroviária de Porto União da Vitória</i>	67
Figura 04	<i>Barco turístico no Rio Iguazu</i>	68
Figura 05	<i>Esquema geral do relevo: vales planos e espigões com bordas declivosas</i>	86
Figura 06	<i>Tomada a partir da região de maior declividade dos Conjuntos</i>	86
Figura 07	<i>Pirâmide etária de União da Vitória, baseada no recenseamento de 2000</i>	108
Figura 08	<i>Pirâmide etária de União da Vitória, baseada na contagem populacional de 2007</i>	109
Figura 09	<i>Evolução do IDH-M de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	110
Figura 10	<i>Evolução do IDH-L de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	111
Figura 11	<i>Evolução do IDH-E de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	112
Figura 12	<i>Evolução do IDH-R de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	113
Figura 13	<i>Evolução do PIB de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004</i>	115
Figura 14	<i>Participação dos setores econômicos no PIB de União da Vitória, média 2000-2004</i>	115
Figura 15	<i>Evolução do VAF de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004</i>	116
Figura 16	<i>Participação dos setores econômicos no VAF de União da Vitória, média 2000-2004</i>	116
Figura 17	<i>Vagas em emprego nos setores de beneficiamento da madeira em União da Vitória, 2002-2006</i>	119
Figura 18	<i>Mapa dos distritos judiciários de União da Vitória</i>	122
Figura 19	<i>Mancha Urbana x Perímetro Urbano de União da Vitória</i>	126
Figura 20	<i>Aspecto geral da “Ferradura”</i>	128
Figura 21	<i>Aspecto geral da “Cidade Limeira”</i>	128
Figura 22	<i>Evolução da Ocupação Urbana de União da Vitória nos últimos anos (2000-2007)</i>	133
Figura 23	<i>Exemplo de Arquitetura Institucional - Fórum Eleitoral</i>	134
Figura 24	<i>Exemplo de Arquitetura Institucional - Centro de Convivência</i>	134
Figura 25	<i>Exemplo de Civil - Conjunto habitacional</i>	135
Figura 26	<i>Croqui simplificado do valor da terra urbana de União da Vitória, 2007</i>	137
Figura 27	<i>Vala de Drenagem Pluvial no Bairro Sagrada Família</i>	146
Figura 28	<i>Despejo de Esgoto na Vala de Drenagem Pluvial no Bairro Sagrada Família</i>	148
Figura 29	<i>Estrutura atual da UNIUV</i>	154
Figura 30	<i>Escola Municipal Professor Serapião (Antigo Grupo Escolar – 1917)</i>	156
Figura 31	<i>Organograma da Administração Direta</i>	162
Figura 32	<i>Organizações pertencentes à Administração Indireta</i>	162
Figura 33	<i>Composição do funcionalismo da administração direta por nível educacional, 2005</i>	163
Figura 34	<i>Composição do funcionalismo da administração indireta por nível educacional, 2005</i>	163
Figura 35	<i>Evolução do orçamento anual do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2002-2006</i>	165
Figura 36	<i>Composição das receitas municipais de União da Vitória, 2006</i>	166
Figura 37	<i>Composição das receitas municipais de União da Vitória, 2006</i>	168
Figura 38	<i>Percentual de investimentos públicos de União da Vitória, 1997-2006</i>	169

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Figura 39	<i>Definição de prazos para as ações dos projetos estruturantes</i>	223
Figura 40	<i>Definição de faixas de custo para as ações dos projetos estruturantes</i>	224
Figura 41	<i>Seção transversal proposta para as vias rurais principais</i>	242
Figura 42	<i>Seção transversal proposta para as vias rurais secundárias</i>	242
Figura 43	<i>Seção transversal proposta para as vias rurais terciárias</i>	243
Figura 44	<i>Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria expressa</i>	244
Figura 45	<i>Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria arterial</i>	244
Figura 46	<i>Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria coletora</i>	244
Figura 47	<i>Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria local</i>	245
Figura 48	<i>Proposta de sistema de transporte alternativo</i>	245
Figura 49	<i>Simulação do impacto da notificação para uso compulsório</i>	250
Figura 50	<i>Proposta de áreas para transferência de potencial construtivo</i>	251

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Figura 51	<i>Estruturação das proposições do Plano Diretor Municipal de União da Vitória</i>	380
------------------	------------------------------------------------------------------------------------------	-----

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Quadro 01	<i>Distâncias de União da Vitória às cidades da microrregião e cidades catarinenses vizinhas</i>	65
Quadro 02	<i>Distâncias de União da Vitória às capitais microrregionais do Sudeste e capital do Estado</i>	66
Quadro 03	<i>Coordenadas UTM dos pontos extremos do Município de União da Vitória</i>	66
Quadro 04	<i>Órgãos da administração pública estadual e federal com jurisdição sobre União da Vitória</i>	70
Quadro 05	<i>Órgãos da sociedade civil e/ou empresas com abrangência sobre União da Vitória</i>	71
Quadro 06	<i>Número de estabelecimentos e de empregados e participação no valor agregado da região econômica Irati-União da Vitória, 2000</i>	72
Quadro 07	<i>Participação do Município de União da Vitória no PIB mesorregional (mil salários-mínimos), 2002-2005</i>	73
Quadro 08	<i>Participação do Município de União da Vitória no VAF mesorregional (mil salários-mínimos), 2002-2005</i>	73
Quadro 09	<i>Participação do Município de União da Vitória no emprego formal mesorregional, 2001-2005</i>	74
Quadro 10	<i>Bacias hidrográficas do município de União da Vitória</i>	75
Quadro 11	<i>Bacias hidrográficas Urbanas de União da Vitória</i>	76
Quadro 12	<i>Cotas de enchente e alturas de régua limimétrica de União da Vitória em função da vazão e tempo de retorno</i>	78
Quadro 13	<i>Relação de substâncias requeridas para pesquisa e/ou lavra mineral e respectivos números de áreas e superfícies abrangidas no município de União da Vitória</i>	82
Quadro 14	<i>Legenda de Identificação de Solos e Unidades de Mapeamento em União da Vitória</i>	87
Quadro 15	<i>Espécies da floresta fluvial na unidade FOM indicadas para a recuperação de várzeas em função das condições de drenagem do terreno</i>	98
Quadro 16	<i>Espécies da mastofauna listadas no município de União da Vitória</i>	100
Quadro 17	<i>Espécies da avifauna listadas no município de União da Vitória</i>	101
Quadro 18	<i>Aspectos climáticos do município de União da Vitória</i>	104
Quadro 19	<i>População total do município de União da Vitória, 1920-1960</i>	106
Quadro 20	<i>População do município de União da Vitória, por situação de domicílio, 1970-2000</i>	106
Quadro 21	<i>Projeção da população do município de União da Vitória, 2008-2017</i>	107
Quadro 22	<i>Projeção da população do município de União da Vitória, 2008-2017</i>	107
Quadro 23	<i>População jovem, idosa e produtiva e razão de dependência em União da Vitória, 2000-2017</i>	109
Quadro 24	<i>Evolução do IDH-M de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	110
Quadro 25	<i>IDH-M dos municípios do Sudeste Paranaense (exclusive microrregião Prudentópolis), 2000</i>	111
Quadro 26	<i>Evolução do IDH-L de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	111
Quadro 27	<i>Evolução recente do coeficiente de mortalidade infantil em União da Vitória, 2002-2006</i>	112
Quadro 28	<i>Evolução do IDH-E de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	112
Quadro 29	<i>Evolução do IDH-R de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000</i>	113
Quadro 30	<i>Evolução do PIB de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004</i>	114
Quadro 31	<i>Evolução do VAF de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004</i>	115
Quadro 32	<i>Utilização do solo municipal em atividades do setor primário, em hectares, 2006</i>	116
Quadro 33	<i>Valor bruto da produção primária, em salários-mínimos, média 2002-2006</i>	117
Quadro 34	<i>Efetivo dos rebanhos de União da Vitória, 2002-2006</i>	117
Quadro 35	<i>Produtos do APL de Porto União da Vitória, 2005</i>	118
Quadro 36	<i>Emprego industrial formal em União da Vitória (segundo a RAIS), 2002-2006</i>	118
Quadro 37	<i>Emprego terciário formal em União da Vitória (segundo a RAIS), 2002-2006</i>	119
Quadro 38	<i>Composição do emprego terciário em União da Vitória (segundo a RAIS), 2002-2006</i>	119
Quadro 39	<i>Habitantes por empresa constituída, no Sudeste Paranaense (exceto a microrregião de Prudentópolis), 2005</i>	120
Quadro 40	<i>Compartimentos municipais de União da Vitória</i>	121
Quadro 41	<i>Características básicas dos compartimentos urbanos de União da Vitória</i>	123
Quadro 42	<i>Associações comunitárias rurais existentes em União da Vitória, 2007</i>	124
Quadro 43	<i>Classes de Uso do Solo e Unidades de paisagem do Município de União da Vitória</i>	124
Quadro 44	<i>Estimativa de demanda de solo urbano de União da Vitória, 2007-2017</i>	127
Quadro 45	<i>Vazios Urbanos da cidade de União da Vitória, 2007</i>	132
Quadro 46	<i>Valores Venais por Bairros de União da Vitória, 2007</i>	136
Quadro 47	<i>Principais Conjuntos de Habitação Precária de União da Vitória, 2007</i>	138
Quadro 48	<i>Produção Histórica de Habitação Social Urbana em União da Vitória</i>	139
Quadro 49	<i>Demanda por habitação de interesse social urbana em União da Vitória – 2007</i>	140
Quadro 50	<i>Cadastro de interessados em programas habitacionais em União da Vitória – 2007</i>	140
Quadro 51	<i>Características das Rodovias Estaduais e Federais que cortam o Município de União da Vitória</i>	141
Quadro 52	<i>Extensão e percentual de cobertura de pavimentação de União da Vitória, 2007</i>	142
Quadro 53	<i>Consumo e Número de Consumidores de Energia Elétrica em União da Vitória, 2007</i>	143
Quadro 54	<i>Extensão e percentual de cobertura de iluminação pública de União da Vitória, 2007</i>	144
Quadro 55	<i>Abastecimento de Água na Área Urbana de União da Vitória, segundo a categoria, 2007</i>	144

Quadro 56	<i>Cobertura de Esgoto Sanitário na Área Urbana de União da Vitória, segundo a categoria, 2007</i>	145
Quadro 57	<i>Itinerário da Coleta de Lixo de União da Vitória, 2007</i>	146
Quadro 58	<i>Linhas de Transporte Coletivo Urbano de União da Vitória, 2007</i>	147
Quadro 59	<i>Linhas de Transporte Coletivo Urbano de União da Vitória, 2007</i>	148
Quadro 60	<i>Sistema de Transporte Escolar de União da Vitória, 2007</i>	149
Quadro 61	<i>Jornais diários editados em União da Vitória, 2008</i>	149
Quadro 62	<i>Emissoras de rádio sediadas em União da Vitória, 2008</i>	150
Quadro 63	<i>Centros de Educação Infantil de União da Vitória, localização e número de matrículas</i>	150
Quadro 64	<i>Escolas de Ensino Fundamental (1ª a 4ª) de União da Vitória, localização e número de matrículas e Avaliação quanto à Estrutura Física e Recursos Humanos</i>	151
Quadro 65	<i>Escolas de Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), localização e número de matrículas</i>	153
Quadro 66	<i>Escolas Particulares de União da Vitória, atividades ofertadas e localização</i>	153
Quadro 67	<i>Avaliação dos equipamentos de cultura do município de União da Vitória</i>	156
Quadro 68	<i>Bens tombados pelo Patrimônio Público Municipal</i>	157
Quadro 69	<i>Avaliação dos equipamentos de saúde do município de União da Vitória</i>	158
Quadro 70	<i>Equipamentos de Assistência Social do Município de União da Vitória - Localização e Avaliação quanto a Estrutura Física e Recursos Humanos</i>	159
Quadro 71	<i>Distritos Industriais criados pela Prefeitura Municipal de União da Vitória</i>	160
Quadro 72	<i>Conselhos Municipais legalmente constituídos em União da Vitória, que prestam contas ao TCE-PR, 2008</i>	164
Quadro 73	<i>Orçamento anual do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2002-2006</i>	165
Quadro 74	<i>Orçamento anual dos municípios da microrregião de União da Vitória, em salários mínimos por habitante, 2006</i>	165
Quadro 75	<i>Orçamento anual das capitais microrregionais do Sudeste, em salários mínimos por habitante, 2006</i>	166
Quadro 76	<i>Composição das receitas municipais de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006</i>	166
Quadro 77	<i>Composição da receita própria do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006</i>	167
Quadro 78	<i>Composição da receita tributária do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006</i>	167
Quadro 79	<i>Despesas correntes e despesas de capital do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006</i>	167
Quadro 80	<i>Composição das despesas correntes do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006</i>	168
Quadro 81	<i>Composição das despesas de capital do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006</i>	168
Quadro 82	<i>Conteúdo dos títulos e capítulos da Lei Orgânica de União da Vitória, 1990</i>	169
Quadro 83	<i>Legislação de regulação urbanística em vigor em União da Vitória</i>	170
Quadro 84	<i>Composição do Conselho Municipal de Urbanismo (Lei 2.338/1996)</i>	170
Quadro 85	<i>Composição do Conselho de Desenvolvimento Rural (Lei 2.353/1996)</i>	171
Quadro 86	<i>Associações de Moradores legalmente constituídos em União da Vitória, que prestam contas ao TCE-PR, 2008</i>	171
Quadro 87	<i>Associações comunitárias (exceto APMs e de Moradores) em União da Vitória, que prestam contas ao TCE-PR, 2008</i>	172
Quadro 88	<i>Matriz CDP referente à inserção regional</i>	174
Quadro 89	<i>Matriz CDP referente aos aspectos ambientais</i>	175
Quadro 90	<i>Matriz CDP referente aos aspectos sócio-econômicos</i>	175
Quadro 91	<i>Matriz CDP referente aos aspectos sócio-espaciais</i>	175
Quadro 92	<i>Matriz CDP referente à infraestrutura, equipamento e serviços</i>	175
Quadro 93	<i>Matriz CDP referente aos aspectos institucionais</i>	176
DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES		
Quadro 94	<i>Disponibilidade de verbas para investimento, por ano, 2009-2018</i>	224
Quadro 95	<i>Ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 1 - Convívio Harmônico com o Rio ...</i>	226
Quadro 96	<i>Metas das ações dos projetos estruturantes do Eixo 1 - Convívio Harmônico com o Rio</i>	226
Quadro 97	<i>Ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 2 - União Polinucleada</i>	228
Quadro 98	<i>Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 2 - União Polinucleada</i>	229
Quadro 99	<i>Ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 3 - Qualidade de Vida Urbana</i>	231
Quadro 100	<i>Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 3 - Qualidade de Vida Urbana</i>	231
Quadro 101	<i>Ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 4 - Economia Urbana</i>	233
Quadro 102	<i>Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 4 - Economia Urbana</i>	233
Quadro 103	<i>Ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 5 - Desenvolvimento Rural Sustentável</i>	235
Quadro 104	<i>Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 5 - Desenvolvimento Rural Sustentável</i>	236
Quadro 105	<i>Proposta de zoneamento de uso do solo municipal</i>	237
Quadro 106	<i>Proposta de classificação dos usos urbanos</i>	239
Quadro 107	<i>Proposta de classificação dos usos não-residenciais quanto ao porte</i>	239
Quadro 108	<i>Proposta de zoneamento de uso do solo urbano</i>	240

Quadro 109	<i>Proposta preliminar para os índices de ocupação do solo urbano</i>	241
Quadro 110	<i>Proposta de conteúdo para a Lei de Parcelamentos Urbanos</i>	246
Quadro 111	<i>Proposta de categorização das edificações</i>	247
Quadro 112	<i>Proposta de conteúdo para o Código de Obras</i>	248
Quadro 113	<i>Proposta de conteúdo para o Código de Posturas</i>	249
Quadro 114	<i>Proposta de área e distâncias máximas para o equipamento público rural</i>	257
Quadro 115	<i>Proposta de área e distâncias máximas para o equipamento público urbano</i>	257
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS		
Quadro 116	<i>Possibilidades de investimentos do município de União da Vitória, 2009-2018</i>	378
Quadro 117	<i>Proposta de distribuição dos investimentos do Plano de Ação e Investimentos, 2009-2018</i>	379
Quadro 118	<i>Investimentos previstos no Eixo 1: Convívio Harmônico com o Rio (em mil reais)</i>	381
Quadro 119	<i>Investimentos previstos no Eixo 2: União Polinucleada (em mil reais)</i>	390
Quadro 120	<i>Investimentos previstos no Eixo 3: Qualidade de Vida Urbana (em mil reais)</i>	412
Quadro 121	<i>Investimentos previstos no Eixo 4: Apoio à Economia Urbana (em mil reais)</i>	429
Quadro 122	<i>Investimentos previstos no Eixo 5: Desenvolvimento Rural Sustentável (em mil reais)</i>	443
Quadro 123	<i>Investimentos previstos no Projeto Complementar: Instrumentos de Gestão Urbana (em mil reais)</i>	458
Quadro 124	<i>Indicadores de desempenho do Eixo 1: Convívio Harmônico com o Rio</i>	462
Quadro 125	<i>Indicadores de desempenho do Eixo 2: União Polinucleada</i>	463
Quadro 126	<i>Indicadores de desempenho do Eixo 3: Qualidade de Vida Urbana</i>	464
Quadro 127	<i>Indicadores de desempenho do Eixo 4: Apoio à Economia Urbana</i>	464
Quadro 128	<i>Indicadores de desempenho do Eixo 5: Desenvolvimento Rural Sustentável</i>	465
Quadro 129	<i>Indicadores de desempenho do Projeto Complementar: Instrumentos de Gestão Urbana</i>	465
Quadro 130	<i>Indicadores referentes à qualidade de vida dos habitantes de União da Vitória</i>	466
Quadro 131	<i>Indicadores referentes à participação popular na gestão do município</i>	466

IV LISTA DE MAPAS

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

PRANCHA 01	MAPA DO SISTEMA DE TRANSPORTES REGIONAL	178
PRANCHA 02	MAPA DAS RELAÇÕES DE POLARIDADE E PLANEJAMENTO REGIONAL	179
PRANCHA 03	MAPA DAS COMPARTIMENTAÇÕES ECONÔMICAS REGIONAIS	180
PRANCHA 04	MAPA DAS COMPARTIMENTAÇÕES AMBIENTAIS REGIONAIS	181
PRANCHA 05	MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS MUNICIPAIS	182
PRANCHA 06	MAPA DOS ASPECTOS GEOLÓGICOS MUNICIPAIS	183
PRANCHA 07	MAPA DAS CLASSES DE HIPSOMETRIA DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	184
PRANCHA 08	MAPA DAS CLASSES DE DECLIVIDADE DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	185
PRANCHA 09	MAPA DAS CLASSES DE SOLOS DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	186
PRANCHA 10	MAPA DOS SISTEMAS AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	187
PRANCHA 11	MAPA DAS DECLIVIDADES URBANAS DE UNIÃO DA VITÓRIA	188
PRANCHA 12	MAPA DAS ÁREAS SUJEITAS À INUNDAÇÃO	189
PRANCHA 13	MAPA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	190
PRANCHA 14	MAPA DOS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS MUNICIPAIS	191
PRANCHA 15	MAPA DOS INDICADORES DE RENDA MUNICIPAIS	192
PRANCHA 16	MAPA DOS INDICADORES DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS	193
PRANCHA 17	MAPA DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA URBANA	194
PRANCHA 18	MAPA DOS INDICADORES DE RENDA URBANOS	195
PRANCHA 19	MAPA DOS INDICADORES EDUCACIONAIS URBANOS	196
PRANCHA 20	MAPA DAS UNIDADES DE PAISAGEM DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	197
PRANCHA 21	MAPA DA MORFOLOGIA URBANA DE UNIÃO DA VITÓRIA	198
PRANCHA 22	MAPA DOS BAIRROS OFICIAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA	199
PRANCHA 23	MAPA DO USO DO SOLO URBANO	200
PRANCHA 24	MAPA DO ACESSO A TERRA URBANA	201
PRANCHA 25	MAPA DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES MUNICIPAIS	202
PRANCHA 26	MAPA DA PAVIMENTAÇÃO URBANA DE UNIÃO DA VITÓRIA	203
PRANCHA 27	MAPA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA	204
PRANCHA 28	MAPA DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO	205
PRANCHA 29	MAPA DO SANEAMENTO MUNICIPAL	206
PRANCHA 30	MAPA DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO URBANO	207
PRANCHA 31	MAPA DO SISTEMA DE COLETA DE LIXO URBANO	208
PRANCHA 32	MAPA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS RURAIS	209
PRANCHA 33	MAPA DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL URBANOS	210
PRANCHA 34	MAPA DOS EQUIPAMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL (1ª-4ª)	211
PRANCHA 35	MAPA DOS EQUIPAMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL (5ª-8ª)	212
PRANCHA 36	MAPA DOS EQUIPAMENTOS DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE	213
PRANCHA 37	MAPA DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE URBANOS	214
PRANCHA 38	MAPA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS	215
PRANCHA 39	MAPA SÍNTESE MUNICIPAL	216
PRANCHA 40	MAPA SÍNTESE URBANO	217
DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES		
PRANCHA 41	MAPA DO EIXO CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	265
PRANCHA 42	MAPA DO EIXO UNIÃO POLINUCLEADA	266
PRANCHA 43	MAPA DO EIXO QUALIDADE DE VIDA URBANA	267
PRANCHA 44	MAPA DO EIXO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA URBANA	268
PRANCHA 45	MAPA DO EIXO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	269
PRANCHA 46	MAPA DA PROPOSTA DE ORDENAÇÃO DO USO DO SOLO RURAL	270
PRANCHA 47	MAPA DA PROPOSTA DE ORDENAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO	271
PRANCHA 48	MAPA DA PROPOSTA DE PERÍMETRO URBANO, PERI-URBANO E DE NOTIFICAÇÃO PARA USO COMPULSÓRIO	273
PROPOSIÇÕES PARA LEGISLAÇÃO BÁSICA		
PRANCHA 49	MAPA 01 MAPA DOS DISTRITOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAIS	286
PRANCHA 50	MAPA 02 MAPA DOS DISTRITOS DE PLANEJAMENTO URBANOS	287
PRANCHA 51	MAPA 03 ÁREAS SUJEITAS A NOTIFICAÇÃO PARA USO COMPULSÓRIO	288
PRANCHA 52	MAPA 04 TRANSFERÊNCIA E QUITORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	289
PRANCHA 53	MAPA 05 MAPA DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	290
PRANCHA 54	MAPA 06 MAPA DAS ÁREAS SUJEITAS AO DIREITO DE PREEMPÇÃO URBANO	291
PRANCHA 55	MAPA 01 PERÍMETRO URBANO E PERI-URBANO DE UNIÃO DA VITÓRIA	299
PRANCHA 56	MAPA 01 ZONEAMENTO DE USO DO SOLO MUNICIPAL	303
PRANCHA 57	MAPA 01 ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	312
PRANCHA 58	MAPA 01 SISTEMA VIÁRIO RURAL	325
PRANCHA 59	MAPA 02 SISTEMA VIÁRIO URBANO	326
PRANCHA 60	FIGURA 01 CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS VIAS RURAIS PRIMÁRIAS	327

PRANCHA 61	FIGURA 02	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS VIAS RURAIS SECUNDÁRIAS	328
PRANCHA 62	FIGURA 03	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS VIAS RURAIS TERCIÁRIAS	329
PRANCHA 63	FIGURA 04	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS VIAS URBANAS EXPRESSAS	330
PRANCHA 64	FIGURA 05	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS VIAS URBANAS ARTERIAIS	331
PRANCHA 65	FIGURA 06	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS VIAS URBANAS COLETORAS	332
PRANCHA 66	FIGURA 07	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS VIAS URBANAS LOCAIS	333
PRANCHA 67	FIGURA 08	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS CICLOVIAS URBANAS	334
PRANCHA 68	FIGURA 09	DETALHE DOS MEIOS-FIOS, RAMPAS E CALÇADAS URBANAS	335
PRANCHA 69	MAPA 01	ÁREAS SUJEITAS A NOTIFICAÇÃO PARA USO COMPULSÓRIO	368
PRANCHA 70	MAPA 02	TRANSFERÊNCIA E OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	369
PRANCHA 71	MAPA 03	MAPA DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	370
PRANCHA 72	MAPA 04	MAPA DAS ÁREAS SUJEITAS AO DIREITO DE PREEMPÇÃO URBANO	371
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS			
PRANCHA 73	MAPA DO PROJETO DE PARQUES BEIRA-RIO		384
PRANCHA 74	MAPA DO PROJETO DE AVENIDAS BEIRA-PARQUE		389
PRANCHA 75	MAPA DO PROJETO NOVAS CENTRALIDADES		395
PRANCHA 76	MAPA DO PROJETO MOBILIDADE URBANA		403
PRANCHA 77	MAPA DO PROJETO INCENTIVO ÀS OPERAÇÕES URBANAS		408
PRANCHA 78	MAPA DO PROJETO NOVA POLÍTICA HABITACIONAL		411
PRANCHA 79	MAPA DO PROJETO SANEAMENTO BÁSICO URBANO		415
PRANCHA 80	MAPA DO PROJETO PAVIMENTAÇÃO DE VIAS LOCAIS		418
PRANCHA 81	MAPA DO PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO		428
PRANCHA 82	MAPA DO PROJETO INCENTIVO À INDÚSTRIA		435
PRANCHA 83	MAPA DO PROJETO DE INCENTIVO AO COMÉRCIO		439
PRANCHA 84	MAPA DO PROJETO FORTALECIMENTO DO PÓLO REGIONAL PRESTADOR DE SERVIÇOS		442
PRANCHA 85	MAPA DO PROJETO DESENVOLVIMENTO VOCACIONADO DA ECONOMIA		448
PRANCHA 86	MAPA DO PROJETO APOIO AO TURISMO RURAL		451
PRANCHA 87	MAPA DO PROJETO ESTRADAS RURAIS DE QUALIDADE		454
PRANCHA 88	MAPA DO PROJETO QUALIDADE DE VIDA RURAL		457

1 APRESENTAÇÃO

Após um trabalho coletivo da quase um ano de duração, chega-se, ao final de 2008, a um documento completo, contendo o Plano Diretor Municipal, para ser enviado à apreciação dos vereadores de União da Vitória. Pela importância que reveste o assunto, passar-se-ão alguns meses em discussão, mas a legislatura que ora se inicia certamente será lembrada no futuro por ter dotado o Município dos instrumentos de legislação capazes de direcionar seu crescimento urbano e rural de uma forma que se harmonize com a natureza e que potencialize a capacidade de seus habitantes de progredir econômica, social e culturalmente.

Trata-se, na verdade, de um abrangente projeto de desenvolvimento. Se, outrora, os planos diretores se resumiam a criar um arcabouço de leis capaz de fixar regras para o crescimento urbano, hoje não se concebe ficar nessa importante, porém insuficiente, etapa. Busca-se, sobretudo, o bem-estar da população, expresso em termos de desenvolvimento humano equilibrado, o que toca as dimensões econômicas, fixa-se nas sociais, sem esquecer as relações com o ambiente natural.

O Plano foi desenvolvido por empresa contratada, que serviu como consultoria. Mas esse trabalho concentrou-se em coordenar as diferentes instâncias da sociedade de União da Vitória para que expressassem seus conceitos de progresso, suas visões do processo de crescimento e de desenvolvimento e auxiliassem a estabelecer prioridades entre as muitas necessidades que o município tem. Quem efetivamente escreve este Plano é a mão da sociedade, através do processo participativo que se caracterizou pela realização de três audiências públicas, e, em caráter menos formal e mais produtivo, duas rodadas de oficinas de trabalho com associações de moradores e representantes da sociedade civil, totalizando doze eventos sediados nas quatro grandes macrozonas urbanas. Além disso, contam-se mais de vinte reuniões, metade delas com a equipe de técnicos da Municipalidade, cuja visão técnica foi, já em seguida, submetida a uma leitura comunitária por parte da Comissão de Acompanhamento, formada por voluntários que se apresentaram já na Primeira Audiência Pública, resultando num escrutínio minucioso dos problemas que a comunidade enfrenta – as enchentes do Rio Iguaçu, os entraves burocráticos por ser uma cidade com duas administrações municipais de dois estados federados distintos, a ocupação irregular de várzeas inundáveis e de encostas íngremes, dentre outros – e, principalmente, proporcionaram a oportunidade de sonhar um futuro mais promissor, através do desenvolvimento das aptidões do município – já concentrador de 2/3 das vagas universitárias da mesorregião, pólo de um arranjo produtivo local de amplas possibilidades, centro comercial e prestador de serviços para um território que se estende também pelo vizinho estado de Santa Catarina.

O corpo legislativo, formado pela lei maior do Plano Diretor Municipal, pelas leis de regulação do uso do solo, pela lei de regulação local dos instrumentos do Estatuto da Cidade e pela lei da Gestão Democrática, por mais importante que seja, não encerra o Plano, pois a necessidade de ter mecanismos para que a sociedade possa cobrar do Poder Público o cumprimento daquilo que juntos estabeleceram, via o processo de planejamento democrático, exige a emissão de um Plano de Ação e Investimentos, ferramenta que irá pautar Planos Plurianuais, Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais por um decênio, sempre com a flexibilização e atualização que lhe serão impressas pelos Conselhos instituídos pela Lei de Gestão Democrática. A existência dessa última etapa, voltada para os aspectos práticos que acompanham a efetiva implementação de um Plano Diretor Municipal é o que distingue dos antigos os planos diretores atuais, que têm, acima de tudo, a obrigação de serem conseqüentes, apresentando resultados efetivos à população.

O que se segue, em cinco capítulos que correspondem às cinco etapas de elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, é fruto da reflexão e do trabalho de muitas pessoas. Aos coordenadores da consultoria, abaixo assinados, é motivo de orgulho ter convivido com a comunidade de União da Vitória durante os meses de 2008 e ter chegado ao resultado que aqui se apresenta.

Em toda tarefa que se inicia, é mister traçar um roteiro básico, para que se possa manter o rumo principal, descartar os atalhos desnecessários e permitir-se alcançar, com o mínimo possível de incidentes, a meta que se deseja. O presente Plano de Trabalho busca satisfazer a essa necessidade, traçando o roteiro, detalhando os métodos, descrevendo os produtos e fixando as datas para cada uma das etapas que constituem o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, cuja consultoria vem de ser contratada com a empresa Larocca Associados S/S Ltda, vendedora da licitação Tomada de Preços 09/2007- PMUVA.

O presente Plano se apresenta dividido em treze tópicos, incluindo esta apresentação. Os demais itens, todos eles elaborados em atenção ao Termo de Referência anexo ao edital, versam sobre os requisitos gerais que deve seguir um Plano Diretor Municipal, com a menção dos caminhos a serem percorridos para se chegar ao documento final e a fundamental questão da participação popular, apresentando ainda as minúcias das cinco etapas componentes do PDM (o próprio Plano de Trabalho, a Análise Temática Integrada, as Diretrizes e Proposições, a Legislação Básica e o Plano de Ação e Investimentos), para as quais são enunciados objetivos, exposto o escopo, os métodos e as técnicas, os instrumentos de trabalho, a equipe responsável e os produtos que são esperados como resultado de cada uma delas. Segue-se um item especial destinado a descrever os mecanismos capazes de assegurar a legitimação do Plano Diretor pela via da participação de toda a sociedade, definindo mecanismos claros de transparência e publicidade das informações. Lista-se então os papéis dos principais agentes do processo de elaboração do PDM, com definições relacionadas à Equipe Técnica Municipal, a Comissão de Acompanhamento e a empresa consultora. Como fecho, apresenta-se, um quadro-resumo dos trabalhos a serem enfrentados. O prazo estabelecido pelo edital é de 270 dias corridos, contados da assinatura do contrato, porém propõe-se um cronograma um pouco mais apertado, incluso como meio de precaver-se contra o inesperado.

2.1

O PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Desde a promulgação da Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, obrigaram-se os municípios brasileiros de maior porte a dispor de um instrumento de planejamento de longo prazo, capaz de ultrapassar as limitações temporais das diversas gestões administrativas, com abrangência setorial que vai dos aspectos físico-territoriais aos político-administrativos, passando pelos de natureza sócio-econômica, para que possam, através da aplicação de seus dispositivos, fazer cumprir a função social da propriedade e proporcionar aos seus cidadãos as oportunidades de pleno desenvolvimento, quer como membros da comunidade, quer como indivíduos, em busca de desfrutar “uma vida que valha a pena ser vivida”¹.

O Plano Diretor Municipal, que abrange o território municipal como um todo, e não somente a zona urbana, passou a ser obrigatório, com a vigência do Estatuto da Cidade, para todos os municípios com população igual ou superior a 20 mil habitantes, bem como para aqueles integrantes de regiões metropolitanas, de interesse turístico ou que tenham sofrido ou venham a sofrer o impacto de obras de grande porte (por exemplo, barragens, pólos industriais, etc.) capazes de afetar de modo marcante o ambiente, o crescimento demográfico e/ou econômico.

Especificamente no Estado do Paraná, o Decreto 2.581/2004, e posteriormente a Lei 15.229/2006 estenderam a necessidade de se dispor de um Plano Diretor para todos os municípios que queiram, de alguma forma, dispor dos recursos promotores de seu desenvolvimento, sob os auspícios da Agência de Fomento do Paraná.

O apoio aos Planos Diretores é proporcionado, no Paraná, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), através do Serviço Social Autônomo Paranaidade, o qual não somente exerce supervisão técnica ao processo de elaboração dos PDMs, como também examina, na análise de pedidos de financiamento a ações promotoras de desenvolvimento, sua pertinência ao elenco de medidas escolhidas pela população no processo de elaboração do Plano.

Ao município de União da Vitória, cabem cumuladas responsabilidades na elaboração de seu Plano Diretor Municipal. Não se trata somente de tomar decisões sobre o futuro dos quase 60 mil habitantes que o município abrigará dentro de dez anos, mas de levar em conta anseios e desejos também da vizinha Porto União, cidade-gêmea no Estado de Santa Catarina. Adicionalmente, cabe a União da Vitória o galardão e o fardo de ser sede de microrregião e uma das capitais regionais do Sudeste Paranaense: seu Plano Diretor Municipal auxiliará na definição dos rumos e apresentará sérios reflexos sobre a vida de todos os 400 mil moradores dessa mesorregião.

2.1.1 OBJETIVO GERAL

É objetivo geral do Plano Diretor Municipal de União da Vitória elaborar um instrumento geral de planejamento, com horizonte de dez anos, que contemple os aspectos físico-territoriais, sócio-econômicos e político-administrativos do espaço municipal, entendido este como formatado pela interação entre o núcleo urbano e o território rural.

2.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para que se possa alcançar o objetivo geral do Plano Diretor Municipal, é necessário estabelecer alguns objetivos específicos, a saber:

- realizar, após o estabelecimento de uma metodologia apropriada, um diagnóstico das condições atuais e das tendências para o futuro imediato do município de União da Vitória, com abrangência sobre o meio físico, o arcabouço social e o aparato institucional;
- estabelecer, através de processo de deliberação da comunidade, uma política de desenvolvimento municipal, elaborando as diretrizes que, no próximo decênio, serão perseguidas pelo município de União da Vitória, bem como listar propostas capazes de torná-las alcançáveis;

¹ MUMFORD, Lewis. *A História das Cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

- dotar o município dos instrumentos legais necessários à consecução das metas estabelecidas, a regular o crescimento demográfico, espacial e econômico, perseguindo a situação ideal de um município que seja social e ambientalmente sustentável;
- elaborar um plano genérico de ações e investimentos, através de projetos estruturantes, capazes de vertebrar as diretrizes e apresentar resultados satisfatórios em relação às metas estabelecidas;
- criar, no seio da administração pública, um mecanismo de monitoramento e mensuração de resultados, proporcionando-lhe capacitação para alimentar um processo de planejamento permanente;
- implementar, no município de União da Vitória, um conselho comunitário, com caráter consultivo e deliberativo, para sugerir ajustes e complementações ao longo do período abrangido pelo Plano Diretor Municipal.

2.1.3 ESCOPO

Constitui-se, o processo de elaboração de um Plano Diretor Municipal, de cinco etapas, das quais o estabelecimento de um adequado Plano de Trabalho é a primeira.

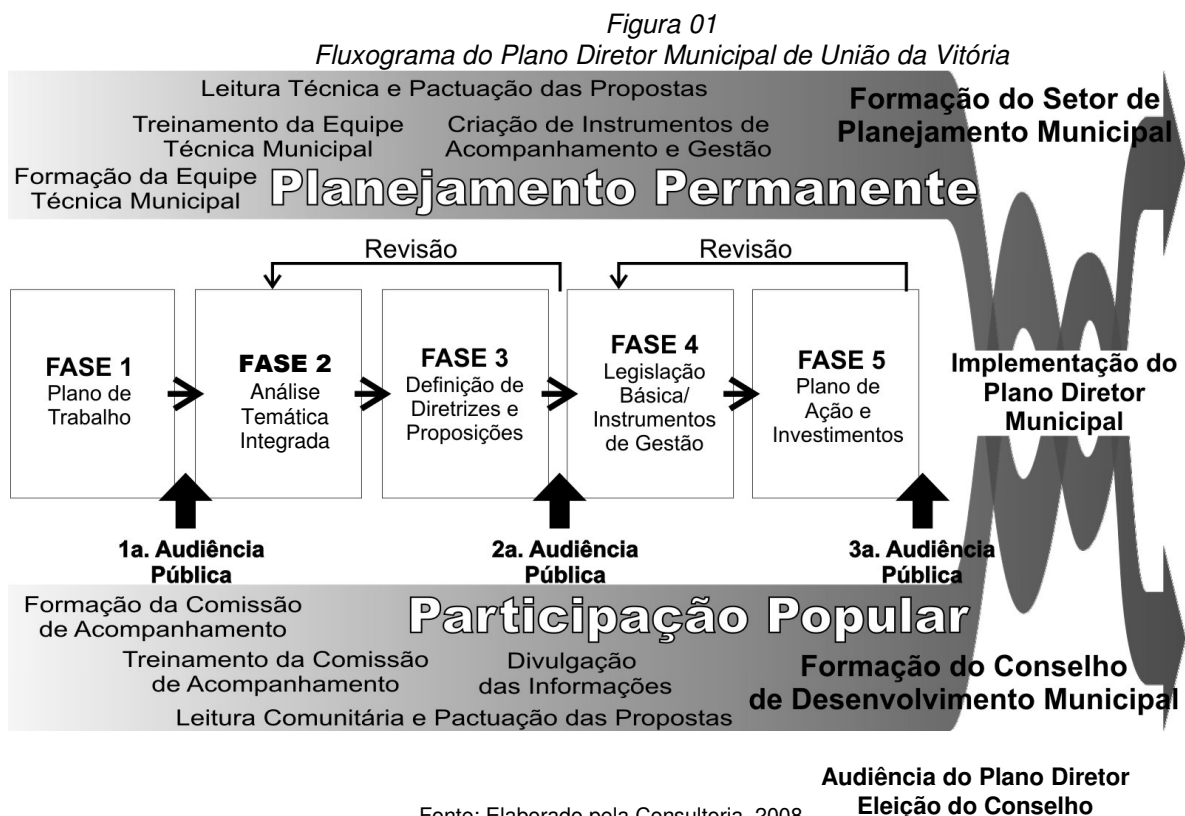
Segue-se a Análise Temática Integrada, na qual é realizado o diagnóstico do estado atual do município no tocante aos aspectos de inserção regional, ambiental, sócio-econômico, sócio-espacial e quanto à sua dotação de infraestrutura e equipamentos de uso público, bem como a adequação de sua estrutura de instituições. O processo de análise pressupõe seguir além do simples levantamento de dados, destacando os condicionantes, as deficiências e as potencialidades presentes, de maneira a municiar os participantes do processo com uma visão qualificada do estado presente e das tendências futuras da comunidade municipal. As diversas avaliações setoriais terão como resultado sintético matrizes CDP, com a listagem dos condicionantes, das deficiências e das potencialidades levantadas, que terão expressão gráfica sobre mapeamento municipal e urbano, constituindo a territorialização das conclusões da etapa de análise. Esse produto parcial será de suma importância para embasar o levantamento de diretrizes, etapa que sucede à análise e que constitui o cerne da política de desenvolvimento municipal que se pretende.

A discussão das Diretrizes e Proposições necessariamente será conduzida de forma interativa, cabendo à consultoria e à equipe técnica de funcionários municipais, a elaboração de propostas preliminares, a serem submetidas à crítica da população, para que sejam avaliadas quanto ao seu impacto sobre a futura qualidade de vida dos moradores de União da Vitória. Para garantir legitimidade a esse processo interativo, será necessário avançar além das Audiências Públicas obrigatórias, promovendo-se *workshops* com os diversos setores da população, de maneira a aperfeiçoar as linhas gerais iniciais, discriminando diretrizes e propostas que tenham suficiente legitimidade para poderem ser incorporadas às minutas de legislação. Para as futuras regras reguladoras do convívio das pessoas sobre o espaço físico – proposições de natureza urbanística, de zoneamento de uso e de ocupação, esboço de sistema viário, disposições para o fracionamento do solo, controle de obras e posturas municipais – que constituem o arcabouço da legislação dita urbanística, haverá necessidade de que as propostas preliminares passem também pelo crivo dos setores de urbanismo e planejamento da Prefeitura Municipal, seja por seus representantes na Equipe Técnica Municipal, seja através de debates com os funcionários envolvidos com o dia-a-dia dessas tarefas, para a obtenção de uma apreciação sobre os regulamentos já existentes. O tema envolverá também discussão com a população em geral, a ser auscultada através de reuniões com os setores produtores do espaço urbano e rural (incorporadores imobiliários, construtores, arquitetos e engenheiros), bem como da Comissão de Acompanhamento.

A Legislação Básica abrangerá um conjunto de minutas de lei, encabeçado pelo anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal, na qual serão expressos os objetivos, as metas a serem alcançadas e as diretrizes gerais expressas pela população. Essa lei maior remeterá a dois subconjuntos de anteprojetos de leis específicas, o primeiro versando sobre a regulamentação do uso e da ocupação do solo rural e urbano do município, sobre o sistema de vias e circulação, sobre as regras de parcelamento do solo urbano, sobre os requisitos para as edificações e sobre as posturas municipais e o segundo subconjunto, tornado necessário pela introdução de diversos dispositivos estabelecendo o uso social da propriedade através do Estatuto da Cidade, tratando da outorga onerosa do direito de construir, da transferência de potencial construtivo, da obrigatoriedade de uso do espaço urbanizado e das sanções aplicáveis em sua falta (desde a progressividade temporal dos tributos incidentes até a desapropriação com pagamento em títulos), do consórcio imobiliário e das operações urbanas consorciadas, prevendo ainda a criação de zonas especiais de interesse social e de regras para a

regularização fundiária urbana. O processo de apresentação do arcabouço de legislação será precedido de sua apresentação em Audiência Pública, porém serão necessárias, no processo de elaboração do Plano Diretor, diversas reuniões de trabalho com os vereadores, para que se possa confiar no bom encaminhamento das propostas de lei, assegurando aos representantes eleitos o seu poder de intervenção sobre o processo.

Por fim, para que o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal não se encerre com a promulgação de leis, o que é necessário, mas não suficiente, para alavancar uma efetiva melhoria dos padrões de qualidade de vida de todos os cidadãos, segue a quinta e última etapa: a elaboração do Plano de Ação e Investimentos, que versará sobre os projetos estruturantes – aqueles que direcionarão os investimentos públicos no rumo determinado pela população – acompanhados da avaliação de seus efeitos no tocante ao alcance das metas estabelecidas e de estimativa dos custos que envolverão a sua execução.



2.1.4 PARTICIPAÇÃO POPULAR

Além de sua aplicabilidade ao território municipal como um todo, ultrapassando a barreira do perímetro urbano da cidade, exige-se de um Plano Diretor Municipal que seja a efetiva voz da população, expressa através da participação de toda a cidadania em seu processo de elaboração.

O próprio Termo de Referência (oferecido pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade à Prefeitura Municipal de União da Vitória por ocasião do certame licitatório) já prevê a realização de três Audiências Públicas, reuniões revestidas de formalidades legais e com ampla divulgação. A primeira Audiência é ocasião de chamamento à participação e esclarecimento quanto ao processo de elaboração do PDM, devendo ocorrer no primeiro mês do prazo de elaboração do Plano. A segunda reunião comportará a apresentação da Análise Temática Integrada e do esboço das Diretrizes e Proposições; a Terceira e última Audiência apresentará as propostas já consolidadas, com os anteprojetos da Legislação Básica e a proposta de Plano de Ação e Investimentos.

A experiência tem mostrado que as três reuniões formais propostas, conquanto extremamente válidas e necessárias, não são suficientes para garantir a efetiva participação popular, motivo pelo qual este Plano de Trabalho prevê a realização, ao longo do tempo, de diversas reuniões de trabalho, em todas as fases do processo, voltadas a setores distintos da sociedade local, conforme se irá discriminando adiante.

Constituem também formas de participação popular – pela via representativa – as reuniões e os pareceres, formais e informais, que forem emitidos pela Comissão de Acompanhamento. A representatividade dessa comissão será fortemente dependente da ampla participação da população na primeira Audiência Pública, ocasião de indicação e escolha dos integrantes da Comissão.

A Câmara de Vereadores deverá merecer atenção especial, uma vez que se trata de representantes eleitos, com a legitimidade que lhes confere o mandato obtido junto à população e, ademais, estará com os edis a palavra final sobre o conteúdo e a forma da legislação.

Por fim, através da manutenção da atmosfera de transparência, que deve permear todo o processo de elaboração do PDM, será permitida – e incentivada – a participação individual de cada cidadão, independente de reuniões e de comissões. Estarão à disposição da cidadania todos os textos e mapas produzidos, tão logo tenham passado pelo crivo da supervisão do Serviço Social Autônomo Paracidade, para que sejam contemplados com a crítica e participação de toda a cidadania. O material será disponibilizado para cópia às expensas do interessado e, tanto quanto possível, para consulta direta através de *site* indicado pela Prefeitura Municipal na *internet*. A comunicação direta com a consultoria estará assegurada através de um endereço eletrônico (*e-mail*) próprio, para o recebimento de sugestões e críticas, sob a denominação pduiao@yahoo.com.br.

2.2

PLANO DE TRABALHO

O presente Plano de Trabalho foi apresentado à apreciação da Equipe Técnica Municipal da Prefeitura Municipal de União da Vitória e aos analistas do Serviço Social Autônomo Paracidade, a quem compete a supervisão do processo, já na data da assinatura do contrato de trabalho da empresa consultora, adiantando-se em relação ao cronograma máximo contratual, de forma a acelerar os trabalhos preliminares e reservar mais tempo para as reflexões que certamente serão necessárias ao processo de elaboração do Plano Diretor Municipal.

Trata-se, conforme já dito na introdução, de um roteiro descritivo do processo de elaboração do PDM, especificando detalhadamente cada uma das etapas, as formas de participação popular dentro do processo, os mecanismos de transparência, publicidade e divulgação das informações, as equipes responsáveis pela elaboração do plano e o cronograma de execução dos trabalhos.

Desta forma, pretende-se disponibilizar a população e aos técnicos envolvidos na elaboração do Plano Diretor, um guia para auxiliar o acompanhamento e participação ao longo de todo o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.

2.3 ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

2.3.1 OBJETIVO GERAL

Constitui objetivo geral da Análise Temática Integrada a composição de um diagnóstico da situação atual do Município de União da Vitória, bem como o levantamento das tendências para o futuro (com ênfase sobre o próximo decênio), com o intuito de subsidiar a futura escolha de metas e diretrizes que afetarão a vida dos cidadãos. Em função de ser União da Vitória uma capital regional, será necessário levar em conta o estado atual e futuro dos aspectos ambientais, demográficos, econômicos e sociais dos municípios vizinhos e ainda, dada a umbilical ligação com Porto União, a análise se estenderá ao município vizinho também quanto aos aspectos de natureza urbanística e o aparato institucional, inclusive os parâmetros legais de uso e ocupação do solo.

A avaliação será necessariamente concisa, amalgamando dados numéricos, espaciais e qualitativos, de forma a retratar sucintamente todas as facetas que compõem a vida dos munícipes. Não poderá dispensar a auscultação da sociedade, de modo a conformar um diagnóstico que incorpore as aspirações da população em relação ao seu futuro próximo.

2.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Constituem objetivos específicos da Análise Temática Integrada:

- avaliar a situação atual e a projetada, no contexto municipal e microrregional, no tocante à inserção regional, aos aspectos ambientais, sócio-econômicos, sócio-espaciais e institucionais, bem como a dotação de infraestrutura, equipamentos e serviços;
- subsidiar a definição de diretrizes e proposições, instrumentos legais e de gestão e plano de ação e investimentos do Plano Diretor, identificando claramente os condicionantes, potencialidades e deficiências de cada aspecto marcante da vida municipal;
- constituir um banco de dados municipais amplo o suficiente para que possa referenciar a definição de metas para os projetos e programas definidos durante a elaboração do PDM;
- avaliar os mecanismos existentes destinados ao planejamento e à gestão municipal, analisando seu sucesso e verificando possíveis alterações nestes instrumentos.

2.3.3 METODOLOGIA GERAL

A metodologia a ser empregada na fase de Análise Temática Integrada será composta por técnicas distintas, a serem utilizadas de maneira interativa: a coleta de dados, o tratamento das informações (comportando a validação dos dados, a territorialização das informações e a construção de cenários), a leitura comunitária e a síntese integradora, na qual fiquem patentes os condicionantes, as deficiências e as potencialidades do município de União da Vitória, em relação aos diversos temas dos quais trata.

Coleta de Dados. O objetivo central da coleta de dados será o de obter dados em geral, referentes ao Município de União da Vitória e sua região próxima, de forma a embasar a avaliação com o material necessário para retratar o panorama da conjuntura municipal atual e futura². Objetivos específicos, subsidiários ao objetivo geral (em lista não exaustiva) serão: (a) levantar junto às entidades representativas da sociedade local (entidades de classe, associações de bairros, sindicatos, cooperativas, empresários, vereadores), dados subjetivos e qualitativos em relação à qualidade dos serviços públicos e espaços urbanos, marcos e hierarquia dos espaços, uso e ocupação atuais do solo e problemas urbanos de ordem ambiental ou de conforto; (b) reunir, a partir de publicações de caráter científico, dados quantitativos e qualitativos, capazes de conduzir a uma análise concisa e clara, para subsidiar as decisões que comporão a etapa seguinte; (c) identificar, perante órgãos estaduais e federais, a definição da posição de União da Vitória dentro de políticas de planejamento, de forma buscar a integração do planejamento municipal as demais instâncias.

² FERRARI, Célson. Curso de Planejamento Municipal Integrado. São Paulo, 1982.

A coleta de dados contemplará três formas distintas de matéria-prima: (a) dados que já se encontrem processados em publicações de caráter científico, a serem utilizados diretamente e/ou mapeados³, (b) dados brutos obtidos diretamente de entidades locais (administração municipal, sindicatos, associações, universidades), que serão utilizados após processamento, sendo consolidados através de confronto com dados de órgão de estatística ou então por pesquisa direta junto à população; (c) dados brutos, obtidos diretamente através de formulário enviados ou entrevistas realizadas com representantes constituídos da sociedade (entidades de classe, secretarias e departamentos municipais, associações de bairros/comunidades rurais, igrejas, sindicatos, classes empresariais, vereadores), os quais serão utilizados após processamento e consolidação, em caso de dúvida, através de amostragem junto à população supostamente representada.

Os dados recolhidos, em especial os que forem obtidos diretamente junto à população, e que, portanto, não provêm de fontes consagradas, serão disponibilizados para consulta da população, que terá livre acesso aos questionários-fonte, por solicitação ao e-mail pdundiao@yahoo.com.br, sendo os resumos publicados nos folhetos (*folders*) que subsidiarão as discussões.

Tratamento das Informações. Para que os dados recolhidos, conforme item anterior, sejam compreendidos pela população, bem como sirvam efetivamente para a construção de cenários, é mister que sejam tratados, sendo a principal técnica a sua expressão no espaço geográfico, representada pela construção de mapas temáticos, além de construção de tabelas e de gráficos ilustrativos. Pode-se, assim, especificar o objetivo principal do tratamento das informações como sendo o de sistematizar de forma concisa e clara, os dados referentes a características físicas, urbanísticas, sociais, econômicas, institucionais e políticas, de maneira a permitir o vislumbre, na mente de cada um, do panorama completo dos condicionantes, das deficiências e do potencial da atual União da Vitória, e, considerar as tendências e o potencial para mudanças, formulando cenários para os próximos dez anos.

Especificamente, a fase de tratamento das informações visará: (a) ordenar os dados obtidos, mediante a construção de tabelas e de gráficos ilustrativos, contemplando a história dos indicadores ao longo dos anos passados e sua possível evolução futura; (b) mapear todas as informações passíveis de expressão territorial, indicando situações locais de condicionamento, pontos de gargalo e de novas possibilidades; (c) analisar os dados, já ordenados e/ou mapeados, separados por temas, para poder construir uma imagem simples e concisa da realidade atual e dos possíveis desdobramentos futuros.

O alcance deste último e importante objetivo exige uma estreita integração entre o corpo técnico multidisciplinar da Consultoria e a Equipe Técnica Municipal, para processar os dados coletados e analisá-los através da integração das informações técnicas com o conhecimento local. Serão enfocados temas abrangendo aspectos regionais, ambientais, sócio-econômicos, sócio-espaciais, de infraestrutura e serviços públicos e institucionais, neste último caso com alguma ênfase sobre as finanças públicas, já que estas influenciarão fortemente as possibilidades de propostas. A lista não deve ser encarada como exaustiva, podendo, Consultoria e Equipe Técnica Municipal, acrescentar, à vista das condições locais, temas especificamente direcionados à análise da realidade própria de União da Vitória.

Os trabalhos que envolverem mapeamento das informações serão executados a partir de mapas-base, fornecidos pela própria administração municipal e pela SEDU/Paranacidade, devidamente georreferenciados, de modo a permitir a inserção de informações as mais diversas, preservando a precisão e permitindo a fácil visualização das análises executadas. Os mapas terão como parâmetros as escalas regional, municipal e urbana.

Os dados, após serem tratados de forma numérica e/ou gráfica, serão divulgados através das diversas ocasiões de debate, representadas pelas audiências, pelos treinamentos e pelos *workshops*, além de publicação através da *internet*, passando a incorporar-se ao saber local como novas fontes de informação.

Leitura Comunitária da Avaliação. As avaliações setoriais produzidas pelos consultores da empresa contratada serão resumidas em peças gráficas e escritas (*folders* e quadros de projeção tipo *PowerPoint*), sendo submetidos a uma leitura conjunta com a Equipe Técnica Municipal e outra com a Comissão de Acompanhamento. Desses eventos são esperadas avaliações dos resultados dos dados coletados e tratados, bem como a tomada de consciência sobre os condicionantes, deficiências e potencialidades que, na etapa seguinte da metodologia, alimentarão a síntese da análise.

³ A serem complementados, dada a interação regional, com dados dos municípios vizinhos e das regiões próximas.

O mesmo processo de leitura comunitária será estendido, através de *workshops* a diversos grupos de interesse da população de União da Vitória, direcionados a associações de bairros, associações profissionais, empresariais e sindicais, grupos religiosos, bem como a grupos geográficos específicos na zona rural. Do mesmo modo que nas reuniões com a Equipe Técnica Municipal e com a Comissão de Acompanhamento, espera-se, dessa leitura conjunta, o enriquecimento das avaliações empreendidas e, principalmente, a conscientização da realidade atual e tendencial do município de União da Vitória.

Síntese Integradora. No correr da análise dos temas principais, devidamente enriquecida pela participação comunitária, será perseguida a construção de retratos concisos dos aspectos que mais fortemente definem a realidade local, bem como das tendências de cada qual. Essa técnica permitirá, a qualquer momento, uma leitura rápida da realidade, das dificuldades e das possibilidades de desenvolvimento do município de União da Vitória.

Resumir, em alguns poucos elementos (quadros sinópticos, mapas, gráficos, tabelas), todo o processo de análise, esse o objetivo geral da síntese integradora. Dentro dele, aninham-se objetivos específicos: (a) facilitar à população em geral a compreensão do estágio atual de desenvolvimento, dos gargalos e das oportunidades, de modo a subsidiar algumas idéias-força capazes de conduzir às metas e diretrizes; (b) identificar homogeneidades territoriais com características, problemas e potenciais assemelhados, capazes de subsidiar o estabelecimento das macrozonas.

Para a síntese integradora, dar-se-á especial primazia à análise dos indicadores sintéticos de qualidade de vida, especialmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e sua contraparte nacional, a Fundação João Pinheiro. Para a identificação de homogeneidades, de restrições e de potencialidades territoriais, lançar-se-á mão do método denominado do crivo⁴, com a determinação, desde já, de zonas de preservação, de uso restrito e de uso incentivado, tanto em zona urbana quanto rural, esta última mediante cruzamento com os métodos consagrados pela engenharia agrônômica.

2.3.4 ANÁLISE DA INSERÇÃO REGIONAL

Uma vez que União da Vitória é uma unidade territorial e administrativa situada dentro do concerto dos municípios paranaenses (com manifesta polarização sobre parte do norte de Santa Catarina), é necessário, previamente a qualquer outro tema a ser tratado, caracterizá-lo através de suas pertinências e seu relacionamento.

Objetivos. Tal caracterização constitui o objetivo principal da primeira etapa da Análise Temática Integrada, que se desdobrará em objetivos específicos, a saber:

- localizar corretamente o município no Estado, na mesorregião e na microrregião;
- caracterizar a rede regional de transportes e como essa malha interfere sobre o território municipal;
- examinar o relacionamento do município de União da Vitória com os seus vizinhos, em especial relações de polaridade;
- verificar a inserção de União da Vitória nos planos regionais e estaduais;
- determinar a pertinência do município em relação aos arranjos econômicos, com especial ênfase quanto ao arranjo produtivo local;
- explicitar a inserção do município dentro das compartimentações ambientais (bacia do Iguaçú, Serra da Esperança e outras unidades de relevo, bioma da Floresta Ombrófila Mista) com levantamento de áreas que sejam sujeitas a proteção ambiental, especialmente mananciais e corredores de biodiversidade.

Conteúdo. O conteúdo da análise de inserção regional compreenderá, seis temas específicos, cada um atrelado a um dos objetivos específicos acima discriminados, sendo:

- localização do município, versando sobre a mesorregião do Sudeste Paranaense e a microrregião de União da Vitória, relação e disposição dos municípios vizinhos (inclusive em Santa Catarina), sua integração urbana a Porto União e proximidade com Paula Freitas e Porto Vitória, bem como menção dos dados gerais sobre o município (área, longitude, latitude, altitude, município do qual foi desmembrado, ano de instalação, etc.);

⁴ FERRARI, Célson. *Curso de Planejamento Municipal Integrado*. São Paulo, 1982.

- sistema regional de transportes, indicando a malha rodoviária federal, paranaense e catarinense, a malha ferroviária regional e sua relação com o município, inclusive distâncias aos municípios vizinhos, transporte hidroviário, aeroportos oficiais, além da identificação de possíveis gargalos detectáveis na rede de transportes;
- relações intermunicipais, o que inclui as polaridades da meso e microrregião, a situação de sede da Associação de Municípios e de consórcios formais ou informais com municípios vizinhos;
- influências do planejamento regional, verificando-se a posição do município dentro do mecanismo de planejamento do estado, especialmente o Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU) e o Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE), incluindo levantamento da presença de repartições estaduais e federais (inclusive do judiciário) que exercem jurisdição no município e na região;
- inserção econômica do município, comportando análise da produção primária do município, a importância do arranjo produtivo local (APL) de União da Vitória no setor secundário; a existência de centros de inovação tecnológica, públicos e privados, no município ou na região, além de análise das relações de polaridade na região, no que concerne ao setor terciário (comércio e serviços);
- inserção ambiental do município, comportando menção ao sistema hídrico (inclusive mananciais de abastecimento público), as unidades de relevo, as unidades de bioma e as unidades de conservação já decretadas e potenciais no município e em seu entorno (áreas de especial interesse ecológico, áreas de especial interesse turístico, parques estaduais e nacionais, áreas de proteção ambiental, reservas biológicas e principais corredores de biodiversidade).

Referências. Para a correta caracterização da inserção regional do município de União da Vitória no Estado e no Sudeste Paranaense serão utilizadas, entre outras, as seguintes fontes:

- AMSULPAR, pesquisa de base legal e projetos para consórcios.
- DNIT, Mapa rodoviário do Estado do Paraná, 2002;
- FUPEF, Sistema de informações para o planejamento florestal, 2005;
- IAP, Áreas prioritárias para conservação no Estado do Paraná, 2004
- IAP/SEMA, Divisas municipais oficiais do Estado do Paraná (www.pr.gov.br/zee);
- IBGE, Microrregiões homogêneas (www.ibge.gov.br);
- IBGE, Redes Urbanas na Região Sul (www.ibge.gov.br);
- IBGE, Regiões de influência das cidades, 1993 (www.ibge.gov.br)
- IPARDES, Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90, 2003 (www.ipardes.gov.br)
- IPARDES, Base de dados do Estado do Paraná: Caderno Estatístico Estadual (www.ipardes.gov.br)
- IPARDES, Caderno estatístico municipal de União da Vitória, 2007 (www.ipardes.gov.br)
- IPARDES, Diagnóstico da base silviagropecuária e da estrutura agroindustrial do Paraná, 2002 (www.ipardes.gov.br)
- IPARDES, Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional, 2003.
- IPARDES, Leituras regionais (Região Sudeste), 1995 (www.ipardes.gov.br)
- IPARDES, Perfil municipal de União da Vitória (www.ipardes.gov.br);
- IPARDES, Regiões administrativas do Paraná (www.ipardes.gov.br)
- IPARDES, Base de Dados do Estado (www.ipardes.gov.br)
- MINEROPAR, Geologia do Paraná (www.pr.gov.br/mineropar)
- Prefeitura Municipal de União da Vitória, pesquisa sobre acessibilidade de órgãos públicos estaduais e federais;
- SEDU, Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU), 2003.
- SEDU/Paranacidade, Base de dados dos municípios paranaenses (www.paranacidade.org.br);
- SEDU/UFPR/Ipardes, Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE), 2006.
- SEMA, Atlas dos recursos hídricos do Estado do Paraná, 1998;
- SETR/DER, Denominação das rodovias estaduais (www.pr.gov.br/der);
- SETR/DER, Mapa político e rodoviário (www.pr.gov.br/der);

Produtos. Os produtos da avaliação da inserção regional serão compostos de relatórios em forma de texto. O texto iniciará com uma concisa colocação geral do assunto, seguindo-se seis relatórios sobre:

- localização do município, coordenadas geográficas da sede e dos pontos extremos (com quadro sinóptico);
- sistema rodo-ferro-hidroviário e aeroportos próximos;
- relações intermunicipais;
- planejamento regional previsto para a região do Corredor Iguaçu e relação das repartições federais e estaduais (quadro sinóptico);
- inserção econômica, contendo quadros e/ou gráficos sobre a participação de União da Vitória no produto primário, secundário e terciário da região do Sudeste;
- inserção ambiental, com quadro ilustrativo das áreas de preservação ambiental presentes no território municipal;

Todos os textos serão referidos a mapas, no caso em escala regional (1:1.750.000), em tamanho A4 formato retrato, num total de quatro peças gráficas.

Equipe Responsável. A empresa consultora disponibilizará, para o trabalho de avaliação da inserção regional do município de União da Vitória, o arquiteto-urbanista Pier Luigi Larocca, o engenheiro civil Joel Larocca Junior, a economista Nair Lurdes Schoemberger Serrato e, no caso da análise da inserção ambiental, o engenheiro agrônomo Carlos Hugo Rocha, o geólogo Luiz Carlos Godoy e a botânica Rosemeri Segecin Moro. Todos trabalharão sob a coordenação geral da arquiteta/urbanista Clarissa de Almeida Lima, que estará também responsável pela indispensável interligação com a Equipe Técnica Municipal.

2.3.5 ANÁLISE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS

A caracterização das diversas especificidades de natureza ambiental, que, reunidas, constituem o meio natural do município de União da Vitória, constitui tarefa necessária para que futuras propostas e diretrizes sejam emitidas de modo a compatibilizar a ocupação humana, com o suporte natural, podendo-se chegar, no caso das áreas destinadas à permanente preservação, à recomendação de nenhuma ocupação antrópica. O município de União da Vitória, que hospeda parte importante da APA da Serra da Esperança, que é cortado pelo Rio Iguaçu, e que tem sua paisagem condicionada pela alternância de morros, vales e várzeas, certamente demandará análise aprofundada dos seus aspectos ambientais.

Objetivos. O objetivo geral é fornecer uma análise ampla e simultaneamente sucinta, do suporte natural do município, ressaltando seus usos potenciais, suas fragilidades e desequilíbrios existentes e prováveis, permitindo a inserção do conceito de sustentabilidade ambiental, social e econômica dentro das discussões do processo de elaboração do Plano Diretor.

O objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- caracterizar o sistema de drenagem natural do município, identificando as principais sub-bacias hidrográficas contribuintes do Iguaçu;
- identificar as formações geológicas presentes no território do município, com especial cuidado na identificação de pontos de fragilidade (encostas convexas, riscos de rastejamento, várzeas de inundação, etc.);
- permitir uma rápida leitura do relevo municipal, identificando terras altas e baixas, e os possíveis efeitos da hipsometria sobre o potencial agrícola e sobre a paisagem;
- classificar as porções territoriais em termos de declividade, mapeando-as por classes de inclinação do terreno;
- relatar as classes de solos existentes na superfície do município, utilizando as classificações consagradas pela Embrapa, relacionando-as com a aptidão silviagropecuária de cada classe e listando os cuidados a serem tomados na sua exploração, para cada nível de manejo;
- estudar a cobertura vegetal passada e presente, estimando as áreas de cobertura remanescente, seu estágio de regeneração e possibilidades de aproveitamento para constituição de unidades de conservação;
- verificar a arborização na zona urbana;
- caracterizar a fauna natural e a fauna urbana;
- relacionar as características do clima local e seus desdobramento como microclima urbano;
- descrever a geomorfologia e a paisagem natural do município.

Conteúdo. Para cumprir o objetivo geral e os específicos, será necessário examinar, separadamente por tema, os componentes do ambiente municipal, o que origina o desdobramento do conteúdo da análise em dez itens, a saber:

- hidrografia, compreendendo a demarcação das sub-bacias e dos espigões divisores, as áreas de várzea e provável alagamento, o potencial para hidroeletricidade e a relação entre a rede fluvial e as áreas de preservação permanente;
- aspectos geológicos e geotécnicos, abrangendo a classificação e extensão das formações geológicas existentes, potencial para exploração mineral e para o turismo, identificação de contatos geológicos, falhas, escarpamentos e pontos vulneráveis à denudação, ao alagamento (identificação das cotas de enchentes e períodos de recorrência), escorregamento, ruptura de declive e encostas convexas;
- hipsometria, ou estudo do relevo municipal, comportando a descrição das classes de altitude e identificação das características de relevo do território municipal, bem como revelando pontos de fragilidades e riscos, e contribuições cênicas à paisagem natural, decorrentes do estudo das altitudes;
- declividades, incluindo a descrição das áreas do território municipal classificadas por faixas de declividade, a identificação de vulnerabilidades decorrentes de declividade acentuada ou excessivamente suave, a identificação das áreas favoráveis e desfavoráveis à ocupação urbana, no entorno da cidade e proximidades de povoados e a identificação das áreas consideradas de preservação ambiental em função da declividade do solo (Código Florestal);
- pedologia, comportando a identificação das porções territoriais ocupadas por cada uma das classes pedológicas, com indicativo dos locais de maior aptidão para a agricultura intensiva e extensiva, pecuária intensiva e extensiva através da classificação da Embrapa, reflorestamento e preservação ambiental ;
- cobertura vegetal, estudo composto pela caracterização dos biomas intramunicipais, pela identificação das áreas com remanescentes de cobertura nativa e pela identificação das áreas de preservação permanente, RPPNs, reservas legais e corredores de biodiversidade;
- arborização pública urbana, visando a identificação das características da arborização pública urbana (incluindo a localização de parques, bosques, praças e ruas), o seu resultado estético, a sua influência no micro-clima urbano e eventuais inconvenientes (conflito com redes elétricas e passeios, favorecimento à presença de insetos, apodrecimento vegetal);
- fauna nativa e urbana, analisando a fauna nativa remanescente e a localização dos seus habitats, levantamento do potencial dos corredores de biodiversidade e caracterização da fauna doméstica e nociva presentes em zona urbana, com indicações para a preservação da fauna nativa e para o controle de zoonoses;
- caracterização climática, visando identificar os aspectos climáticos do município (temperaturas, pluviosidade, ventos predominantes, frequência de geadas) e suas influências sobre a produção silviagropecuária e sobre a qualidade da vida urbana (micro-clima urbano);
- geomorfologia e paisagem natural, buscando sintetizar os aspectos do meio natural do município, ressaltando suas inter-relações e sua expressão física como suporte das atividades humanas, além de ressaltar os aspectos psicológicos resultantes da interação da população local com seu meio físico.

Referências. No decorrer da avaliação dos aspectos ambientais, serão empreendidas:

- visitas a campo (em conjunto com os consultores da área ambiental);
- entrevistas com os responsáveis pelo setor de incentivo agropecuário da Prefeitura Municipal;
- entrevistas com técnicos da Emater-PR;

com consulta a peças gráficas tais como:

- base cartográfica urbana (COPEL/Paranacidade);
- base cartográfica municipal (COPEL/Paranacidade);
- cartas topográficas militares (cartas Rebouças. Inácio Martins, Irineópolis e União da Vitória)
- mapas interativos de classes e de aptidão dos solos (www.ipardes.gov.br);
- mapas interativos de classes de hipsometria e declividades (www.ipardes.gov.br);
- mapas interativos (www.ibge.gov.br)
- fotos de satélite do programa “Brasil visto do espaço” (www.embrapa.gov.br)
- fotos de satélite Cybers, de data recente, a serem interpretadas pela consultoria especializada;

além de documentos:

- CESP, Guia de arborização urbana, 1988;
- ELETROPAULO, Guia de planejamento e manejo da arborização pública urbana, s/d;
- EMBRAPA, Levantamento de reconhecimento de solos do Estado do Paraná, 1981;
- FUPEF, Mapeamento dos remanescentes florestais do Estado do Paraná, 2001;
- FUPEF, Sistema de informações para o planejamento florestal, 2005;
- IAPAR, Monitoramento agroclimático do Paraná (www.iapar.br/sma)
- IBGE, Mapas interativos (www.ibge.gov.br)
- IPARDES, Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional, 2003.
- SEDU/UFPR/Ipardes, Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE), 2006.
- SUDERHSA, Mananciais de abastecimento público contemplados pelo projeto ICMS ecológico (www.pr.gov.br/meioambiente).

Produtos. Os produtos da avaliação ambiental serão formados por nove relatórios, com inserção de quadros sinóticos, abordando os dez temas abrangidos pelo estudo:

- relatório sobre a hidrografia municipal, incluindo quadro estatístico das áreas de cada sub-bacia;
- relatório geológico/geotécnico referente ao município como um todo, incluindo quadro estatístico das áreas de cada formação, quadro ilustrativo das lavras e jazidas autorizadas no território municipal e identificação das cotas de enchentes, períodos de recorrência e demais riscos geotécnicos;
- relatório sobre o relevo (hipsometria) e as declividades do território municipal e urbano, incluindo quadro estatístico sobre as áreas de cada classe de declividade;
- relatório sobre os solos que recobrem o município, relacionando sua aptidão natural e com os usos atuais, ilustrado por quadro descritivo e estatístico da área ocupada por cada classe;
- relatório sobre a cobertura vegetal passada e remanescente no município, contendo a descrição das espécies mais significativas;
- relatório sobre a fauna nativa, e menção da fauna urbana, incluindo relação de espécies animais remanescentes;
- relatório sobre o clima municipal;
- relatório especial sobre a geomorfologia, a paisagem natural, as declividades, o relevo, as classes de solo e a cobertura vegetal natural da área urbana, com indicações dos elementos mais significativos da paisagem, do microclima e das áreas próprias e impróprias para expansão;
- relatório especial sobre a arborização urbana, inclusive, se necessário, fotografias ilustrativas.

Os textos referir-se-ão sempre a mapas temáticos, que serão seis em escala municipal e dois em escala urbana, estes últimos em tamanho A3.

Equipe Responsável. A empresa de consultoria disponibilizará, para o estudo dos aspectos ambientais, o arquiteto/urbanista Pier Luigi Larocca e o engenheiro civil Joel Larocca Junior, da equipe básica e, ainda os consultores: engenheiro agrônomo (mestre e doutorando em meio ambiente) Carlos Hugo Rocha, o geólogo (mestre em engenharia de materiais e doutorando em geologia) Luiz Carlos Godoy, a farmacêutica-bioquímica (mestre e doutora em botânica) Rosemeri Segecin Moro, o geógrafo Atila Christian Santana e o engenheiro civil Heres Ariel Diniz Benetti. A coordenação geral será da arquiteta/urbanista Clarissa de Almeida Lima.

A Prefeitura Municipal indicará os membros da Equipe Técnica Municipal que acompanharão os técnicos da empresa consultora nas pesquisas de fontes internas à Municipalidade, nas visitas a campo e nas entrevistas a serem realizadas.

2.3.6 ANÁLISE DOS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Objetivos. Constitui o principal objetivo da análise sócio-econômica caracterizar a população municipal e as suas atividades econômicas, sob os aspectos da produção e da distribuição da renda, ressaltando as informações que possam de alguma forma influir na qualidade de vida dos moradores do município de União da Vitória.

Desdobra-se o objetivo geral em diversos objetivos específicos, a saber:

- traçar uma sinopse histórica tal que resgate as origens do povoamento no território municipal;

- examinar os aspectos demográficos mais marcantes, especialmente os relacionados com os números absolutos da população, a taxa de crescimento populacional, a distribuição etária e a distribuição espacial da população, bem como efetuar projeções da população urbana e rural para os próximos 10 anos;
- quantificar, através de índices numéricos, a qualidade de vida dos habitantes do município, utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano, seus componentes e o Índice de Desenvolvimento Infantil, além de examinar as tendências para o futuro próximo, levantando possibilidades de intervenção pública no sentido de correção de deficiências e/ou aceleração de tendências positivas;
- caracterizar a economia municipal, em seus três setores econômicos, ressaltando os segmentos mais representativos de cada setor, examinando sua inserção no arranjo produtivo local, com destaque para os segmentos com maior potencial de crescimento, de geração de empregos e de distribuição de renda, bem como aqueles que estejam eventualmente em processo de desaceleração;
- identificar as características do mercado de trabalho local, em termos de ocupação e emprego formal, de preparação e qualificação da mão de obra;
- levantar as possibilidades abertas ao surgimento de novos empreendimentos, inclusive políticas de incentivo existentes ou possíveis, com ênfase no empreendedorismo local;
- analisar a alternativa “turismo” como potencial para a geração de novos empreendimentos, fonte de renda e de geração de empregos.

Conteúdo. O exame dos aspectos sócio-econômicos deverá desdobrar-se em seis temas, sendo:

- esboço histórico do município, passando pelo vau do caminho das tropas, pela imigração européia, pela chegada da ferrovia, o dramático momento histórico representado pela Guerra do Contestado, a navegação fluvial pelo Iguaçu e a história recente do município;
- demografia municipal, com resgate de dados dos recenseamentos anteriores ao de 2000, com indicação da taxa de crescimento nos últimos decênios, a estimativa do IBGE para 2005 e 2007, bem como a projeção de população para 2012 e 2017, levando em conta a manutenção da taxa de crescimento atual e levantando cenários alternativos; determinação da taxa de urbanização, tamanho médio do domicílio, pirâmide etária, índice de idosos, razão de dependência e fator de masculinidade;
- indicadores sociais, compreendendo a análise dos indicadores de saúde (mortalidade infantil e materna, expectativa de vida ao nascer), de educação (taxa de alfabetização de adultos, frequência à escola – por faixa de idade – e média de anos de estudo dos chefes de domicílio) e de renda (renda per capita em salários mínimos, percentual de famílias abaixo da linha da pobreza e da linha de indigência, incluindo mapeamento dos setores censitários com menor renda individual), com conseqüente indicação do Índice de Desenvolvimento Humano e menção do Índice de Desenvolvimento Infantil;
- economia municipal, abrangendo o valor agregado de cada setor e o PIB total e per capita, as características do setor primário (principais culturas, área e valor da produção, efetivo de rebanhos e estimativa do valor da produção animal, produção física e valor da produção da silvicultura e da extração vegetal), do setor secundário (segmentos de maior relevância, quantidade de empresas, valor agregado pela transformação, número de empregos gerados) e do setor terciário (comércio e serviços, quantidade de empresas por segmento representativo, valor agregado, número de empregos), incluindo um pequeno estudo à parte sobre o turismo e suas possibilidades em termos de geração de renda, cuja importância exige o desdobramento em item específico, a seguir:
- potencial turístico, abrangendo o levantamento sucinto dos pontos de interesse turístico, sejam naturais sejam provenientes da intervenção humana, bem como locais potencialmente viáveis para atração de turistas, levando em conta, além dos atrativos naturais, as possibilidades advindas da economia municipal (turismo técnico-científico, turismo de eventos);
- empregabilidade e empreendedorismo, abarcando a quantificação da população potencialmente ativa e da população economicamente ativa, da população ocupada, da distribuição setorial do emprego, da relação entre os setores formal e informal, da média salarial e das oportunidades de qualificação profissional existentes ou potenciais; abarcando ainda a existência ou não de políticas de atração/criação de novos empreendimentos, identificando incentivos aos empreendedores externos e locais, associativismo e cooperativismo e, ainda, relação com os pólos de inovação e propagação tecnológica, especialmente aqueles ligados ao arranjo produtivo local.

Referências. A avaliação dos aspectos sócio-econômicos do município de União da Vitória demandará, entre outras atividades, visitas de trabalho às direções das principais empresas e sindicatos, bem como pesquisa ao cadastro municipal de atividades econômicas. O item “potencial turístico” poderá contemplar visitas a campo especiais, com acompanhamento de guias conhecedores dos locais, provenientes da Prefeitura ou da comunidade.

Serão empregadas principalmente as seguintes fontes:

- FIEP, Arranjo Produtivo Local de União da Vitória, 2007 (www.ielpr.org.br);
- IBGE, Cartograma municipal dos setores censitários – situação 2000 (*cd-rom*, 2003);
- IBGE, Censo demográfico de 2000 agregado por setores censitários (*cd-rom*, 2003);
- IBGE, O Brasil município a município (www.ibge.com.br/cidades);
- IPARDES, Base de Dados do Estado, 2007 (www.ipardes.gov.br);
- IPARDES, Caderno estatístico municipal de União da Vitória, 2007;
- IPARDES, Índice de desenvolvimento humano municipal: anotações sobre o desempenho do Paraná, 2003;
- IPARDES, Perfil municipal de União da Vitória, 2007 (www.ipardes.gov.br);
- IPEA, Ipeadata, 2007 (www.ipea.gov.br);
- PNUD/Fundação João Pinheiro, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (www.fjp.gov.br);
- SEBRAE, APL de União da Vitória, 2007 (www.comunidade.sebrae.com.br);
- SEDU/Paranacidade, Base de dados dos 399 municípios paranaenses (www.paranacidade.org.br).

e, especialmente para a sinopse histórica do município:

- SILVA, Cleto. Apontamentos Históricos de União da Vitória. Curitiba, Inst. Hist. Geog., 2006;
- MELO JR., Cordovan Frederico. Porto União da Vitória: um rio em minha vida. União da Vitória, FACE, 2001;
- SEBEN, Ulysses Antonio. Um Estudo da História de União da Vitória. União da Vitória: Uniporto, 1992;
- LAZIER, Hermógenes. Origem de Porto União da Vitória. União da Vitória: Uniporto, 1985;
- MATZEMBACHER, Lili. Monumentos e Marcos Históricos de Porto União e União da Vitória. União da Vitória: Uniporto, 1985.
- arquivos do setor de cultura da Prefeitura Municipal de União da Vitória.

Produtos. Os produtos da avaliação sócio-econômica serão constituídos de textos, versando sobre:

- sinopse histórica de União da Vitória;
- relatório demográfico, listando a evolução da população urbana e rural nos três últimos recenseamentos, inclusive suas taxas geométricas de crescimento, dissecando os dados do Censo de 2000 e apresentando a projeção da população para 2012 e 2017 assumindo a manutenção das atuais taxas geométricas de crescimento e indicando o provável arrefecimento do aumento populacional; o texto será ilustrado com desenho (pirâmide etária), quadros (planilhas de população, histórica e prevista, repartição urbano/rural, população jovem, população idosa e população potencialmente ativa, etc.) e gráficos correspondentes;
- análise do desenvolvimento humano, comportando o exame do IDH e de seus índices componentes, com menção de desenvolvimentos recentes entre o Censo de 2000 e o momento atual (evolução do coeficiente de mortalidade infantil e materna, tendências quanto à taxa bruta de frequência escolar, evolução da renda pessoal em função do crescimento do PIB, etc.), permitindo estimativa aproximada do IDH esperado quando do recenseamento de 2010 e valor aproximado em 2012 e 2017; comportará ainda a análise do índice de desenvolvimento infantil (IDI);
- relatório sobre a economia municipal, com a listagem do valor bruto da produção primária, sua evolução no último quinquênio (em valores deflacionados) e análise dos setores secundário e terciário da economia, especialmente quanto ao valor agregado fiscal e à geração de empregos; esse texto terá ilustração através de quadros (planilhas relativas a cada setor) e gráficos (participação percentual dos principais segmentos em relação ao setor, evolução do PIB per capita, etc.);
- relatório especial sobre o potencial turístico, destacando os atrativos naturais e identificando os atrativos provenientes da intervenção humana, com previsão aproximada da capacidade de suporte dos sítios naturais e de capacidade de atração dos outros locais;

- avaliação da empregabilidade e do incentivo ao empreendedorismo, destacando a quantidade de empregos na economia local, a ocupação setorial e total, bem como sua relação com a população economicamente ativa, com destaque para os mecanismos apoiadores do empreendedorismo, externo e local.

Todos os textos remeterão a mapas, seja em escala regional 1:1.750.000 (comparação de IDH entre municípios da região), ou em escala municipal (evolução da ocupação do território, alfabetização e anos de estudo por setor censitário, renda per capita média e número de pobres e indigentes por setor censitário, uso do solo para produção silviagropecuária), seja ainda em escala urbana (indicadores de qualidade de vida por setor censitário urbano, atividades econômicas no uso e ocupação do solo urbano).

Equipe Responsável. Serão responsáveis pela análise sócio-econômica do município de União da Vitória a economista Nair Lurdes Schoemberger Serrato e o engenheiro civil Joel Larocca Junior (mestre em economia industrial), com o apoio do geógrafo Átila Christian Santana e do arquiteto/urbanista Pier Luigi Larocca (mapeamento) e da arquiteta/urbanista Clarissa de Almeida Lima (coordenação geral).

O trabalho será realizado com a estreita colaboração dos membros da Equipe Técnica Municipal, ligados aos setores de finanças, fomento econômico, administração e planejamento, não somente na disponibilização de cadastros e pesquisa, mas também nas visitas às entidades mais representativas da economia local.

2.3.7 ANÁLISE DOS ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

Objetivos. Examinar detidamente a relação entre o território e a ocupação humana, esse o objetivo primordial da avaliação dos aspectos sócio-espaciais do município de União da Vitória. Essa análise irá se desdobrar para atingir objetivos específicos, a saber:

- caracterizar o atual uso do solo do município (urbano, agrícola, pecuária, reflorestamento, preservação), buscando determinar sua adequação ao suporte natural;
- examinar as principais características do uso do solo urbano, em especial se os usos residenciais, comerciais, industriais, de serviços e institucionais, se encontram adequados ao suporte natural do sítio urbano, identificando os eixos principais de concentração de atividades econômicas e verificando a existência de vazios urbanos;
- quantificar e qualificar a demanda por habitação social, inclusive áreas prioritárias para a regularização fundiária, relocação e produção habitacional;
- identificar a ocupação de áreas impróprias sujeitas a riscos geotécnicos ou a inundação;
- detectar dificuldades e facilidades do acesso à terra por parte dos cidadãos do município e de migrantes, bem como determinar o reflexo do status social e da dotação de equipamentos públicos sobre o valor das propriedades, principalmente urbanas, mas também rurais;
- analisar os principais elementos de destaque na morfologia urbana;
- identificar as tipologias arquitetônicas presentes no espaço urbano e rural de União da Vitória;
- estabelecer compartimentações urbanas e rurais, caracterizadas pela homogeneidade na ocupação, detectando condicionantes, deficiências e potencialidades para o seu desenvolvimento.

Conteúdo. O exame das características sócio-espaciais do município será conduzido com a subdivisão de seu conteúdo em sete temas, quais sejam:

- uso do solo municipal, abrangendo a caracterização e territorialização dos usos presentes (agricultura capitalista e familiar, pecuária, reflorestamento, florestas nativas, áreas de várzea), buscando estabelecer sua correlação com o suporte natural (determinado em etapa anterior da avaliação temática);
- uso do solo urbano, concentrando as atenções sobre a ocupação de natureza residencial, de finalidade econômica (comércio, serviços, indústria) e comunitário-institucional (associações, igrejas, equipamento público), identificando pólos e eixos de concentração de serviços à população e detectando vazios urbanos passíveis de aproveitamento; examinando a adequação do uso do solo ao suporte natural do sítio urbano e identificando eventuais conflitos, não somente entre o uso e a natureza, mas também dos usos entre si;
- habitação social, item a ser iniciado com o histórico da produção habitacional, especialmente a urbana, determinando a demanda atual e futura (10 anos) por habitação social,

identificando ocupações irregulares sobre áreas públicas e privadas, loteamentos clandestinos e/ou irregulares, e, ainda, vazios urbanos e áreas favoráveis à implantação de moradias de interesse social;

- acesso à terra, visando a determinação do valor da terra urbana (incluindo citação da planta genérica de valores ora praticada no município), analisando a concentração da terra e as dificuldades e eventuais facilidades no que concerne ao acesso à terra por parte da população local;
- morfologia urbana, centrando seu foco sobre a identificação de pontos marcantes, de limites, trajetos, cruzamentos e bairros, linhas de coroamento e pontuações do espaço urbano⁵, comportando ainda análise da estruturação do espaço urbano, através da verificação das características dos parcelamentos, da malha viária e da relação entre cheios e vazios;
- tipologias arquitetônicas, comportando a identificação das tipologias singulares encontradas no município, suas origens históricas e suas principais características, com ênfase especial na determinação das tipologias recorrentes, as quais poderão inspirar intervenções em habitação de interesse social;
- compartimentação urbana e municipal, que visa o estabelecimento de macrozonas urbanas (através de suas características morfológicas, sociais e comunitárias e da determinação de barreiras definidas), rurais (através das suas características ambientais, culturais, sociais e comunitárias e formas recorrentes do uso do solo), analisando ainda a inter-relação entre as macrozonas tais como o compartilhamento de acessos e de serviços e oferta de serviços, culminando com uma apreciação da organização comunitária municipal, seu alcance e representatividade e sua participação atual e potencial em conselhos paritários para a gestão participativa.

Referências. Serão empreendidas consultas aos cadastros municipais (imobiliário e de atividades econômicas, planta genérica de valores, transações sujeitas ao imposto de transmissão de bens imobiliários) e ainda, serão realizadas pesquisas diretas com a população e setores representativos (incluindo questionário a ser trabalhado na 1ª Audiência Pública). O trabalho deverá ser complementado por análise de fotografias aéreas (caso estejam disponíveis) e imagens de satélite (satélite Cybers), checado com a base cartográfica municipal e urbana (COPEL/Paranacidade) e visitas a campo na área urbana e rural do município.

Outras fontes serão:

- COHAPAR, Demanda habitacional por município (www.pr.gov.br/cohapar)
- COHAPAR, Produção habitacional por município (www.pr.gov.br/cohapar);
- DERAL, Planilhas do valor da terra rural por microrregião (www.pr.gov.br/seab);
- FUPEF, Sistema de informações para o planejamento florestal, 2005;
- IBGE, Censo demográfico de 2000 agregado por setores censitários (*cd-rom* 2003);
- IBGE, Perfil dos municípios brasileiros (www.ibge.gov.br)
- IPARDES, Caderno estatístico municipal, 2006;
- Ministério das Cidades. Demanda habitacional por microrregião (www.cidades.gov.br);
- SEDU/UFPR/Ipardes, Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE), 2006;

além da mesma literatura citadas no item relativo à história do município (para o resgate, via fotografias antigas, de elementos ancestrais da tipologia arquitetônica atual).

Produtos. A avaliação dos aspectos sócio-ambientais produzirá relatórios, ilustrações e mapas, conforme se discrimina:

- relatório escrito sobre o uso do solo municipal, ilustrado por quadro explicativo da caracterização das regiões de ocupação homogênea no território municipal, inclusive elementos estatísticos;
- relatório escrito sobre o uso do solo urbano, ilustrado por esquemas e referenciado em mapa com detalhamento de toda área urbana;
- texto sobre a demanda e a produção habitacional, com quadros numéricos dos aspectos quantitativos da questão;
- texto versando sobre o acesso à terra urbana, por parte da população e de migrantes;
- descrição da morfologia urbana, eventualmente ilustrado com esquemas (fotografias, tanto quanto possível, serão remetidas para ilustrar os mapas adiante discriminados);
- descrição da tipologia arquitetônica ilustrada com fotografias;

⁵ LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

- texto sobre a compartimentação do território municipal (inclusive compartimentações urbanas), estabelecendo macrozonas e fornecendo elementos para eventual fixação legal de (novas) divisas entre bairros urbanos e comunidades rurais, a serem tratados como distritos de planejamento.

Todas as peças escritas remeterão sempre a mapas, em escala municipal, em tamanho A4, ou urbana em tamanho A3, num total de cinco peças gráficas, ilustrados por fotografias em tamanho pequeno, quando for o caso.

Equipe Responsável. Sob a coordenação e participação direta da coordenadora geral, arquiteta/urbanista Clarissa de Almeida Lima, a consultoria disponibilizará o trabalho do arquiteto/urbanista Pier Luigi Larocca, dos engenheiros civis Joel Larocca Junior e Heres Ariel Diniz Benetti, do geógrafo Átila Christian Santana e do engenheiro agrônomo Carlos Hugo Rocha.

A Equipe Técnica Municipal participará dos trabalhos através de possível acompanhamento das visitas a campo, das entrevistas com órgãos externos à Prefeitura Municipal e, no seio da administração pública, com a disponibilização e trabalhos de pesquisa em relação aos cadastros e mapas públicos.

Período de Elaboração. O período de elaboração desta fase compreenderá os meses de agosto, setembro e outubro de 2007, apesar do prazo previsto no contrato expirar apenas em 30 de novembro de 2007.

2.3.8 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivos. O objetivo geral é avaliar a eficiência e equidade da distribuição espacial da infraestrutura e dos equipamentos de uso social, com vistas à sua expansão e completude.

Como objetivos específicos pode-se citar:

- identificar quantitativa, espacial e qualitativamente a rede municipal de transportes;
- caracterizar as vias urbanas em termos de distribuição espacial, tipo de revestimento, drenagem pluvial (bem como outras obras de regularização hídrica), demanda de pavimentação (atual e para os próximos 10 anos) e levantar pontos de conflito e acidentes;
- analisar o suporte energético do município, especialmente energia elétrica, quantificando a cobertura atual e futura (10 anos);
- espacializar, quantificar e qualificar a iluminação pública da área urbana de União da Vitória;
- analisar os serviços de saneamento: coleta e distribuição de água potável da zona urbana; quantificar e avaliar os serviços de coleta e tratamento de esgotos domésticos e industriais; coleta de resíduos sólidos, domésticos e industriais e sua destinação final, identificando possíveis pontos de conflito com o meio ambiente;
- identificar existência e eficiência de sistemas de abastecimento de água em zona rural (micro-sistemas), bem como analisar o destino dos efluentes líquidos e sólidos em zona rural;
- identificar, quantificar e qualificar o sistema de transporte coletivo urbano, intramunicipal e intermunicipal, inclusive o sistema metropolitano e os serviços de transporte fretado por empresas;
- analisar o sistema de comunicações municipal, incluindo a rede de telefonia fixa e móvel, o sistema de correios e telégrafos, o sistema comunitário de divulgação (rádios, jornais, revistas, retransmissores de televisão, provedores de *internet*, acesso público à *internet*, etc.);
- analisar o sistema de educação infantil, incluindo avaliação da cobertura da demanda atual, com prospecção estimada para os próximos dez anos;
- analisar o sistema de educação fundamental municipal e particular (1a à 5a séries) incluindo avaliação da cobertura da demanda atual, com prospecção estimada para os próximos dez anos;
- analisar o sistema de educação fundamental estadual e particular (6a à 9a séries) incluindo avaliação da cobertura da demanda atual, com prospecção estimada para os próximos dez anos;
- analisar o sistema de ensino médio, com ênfase nos aspectos profissionalizantes;
- analisar o sistema de ensino superior, incluindo uma estimativa da procedência dos alunos (município, microrregião, mesorregião, municípios catarinenses limítrofes), incluindo aspectos relacionados à pesquisa (centros de inovação tecnológica) e sua influência sobre o desenvolvimento local;

- identificar o equipamento de saúde pública e privada, avaliando a cobertura atual e estimando a futura, não somente em relação ao município, mas também no âmbito do consórcio intermunicipal liderado pela Regional de Saúde de União da Vitória;
- identificar o sistema de equipamentos públicos e particulares de esporte e de lazer, tanto na área urbana como na área rural;
- analisar o equipamento de promoção cultural existente, inclusive ligado às entidades universitárias públicas e privadas, levantando possibilidades para o futuro imediato (dez anos);
- identificar o equipamento de assistência social, inclusive o mantido por entidades privadas religiosas e laicas;
- quantificar e qualificar o equipamento e as políticas de promoção de emprego e geração de renda;
- identificar os serviços funerários, inclusive cemitérios e capelas, existentes, e estimar necessidade de ampliação e/ou adequação para os próximos dez anos;
- analisar a existência, quantidade e localização de equipamentos administrativos - municipais, estaduais e federais - à disposição da população de União da Vitória e da região circunvizinha;
- quantificar, localizar e qualificar o equipamento de segurança pública (inclusive defesa civil), disponibilizado aos habitantes de União da Vitória, o que inclui serviços compartilhados com Porto União (bombeiros).

Conteúdo. Para que seja possível atender ao grande número de objetivos específicos, e, desse modo, traçar um panorama daquilo que é ofertado aos moradores de União da Vitória (e região) pela sua administração pública e organizações comunitárias, serão tratados 23 temas, separadamente, cada qual com o conteúdo conforme abaixo:

- rede municipal de transportes: análise das redes federal, estadual e municipal de rodovias, classificadas segundo tipo de pavimento e drenagem; identificação de estradas projetadas ou previstas para futuro próximo, análise da rede ferroviária que serve ao município, identificando estações, ramais e cruzamentos; análise da rede hídrica com possibilidades de navegação, localização de aeroportos e portos, mesmo em estado de abandono; identificação de existência de estações de transbordo intermodal, estações aduaneiras e equipamento de apoio ao transporte;
- pavimentação e drenagem urbanas: caracterização das vias urbanas (pavimentação, drenagem, meios-fios, sinalização); determinação do percentual pavimentado atual e cenário(s) para os próximos 10 anos, identificação de obras de regularização hídrica com interferência sobre o sistema viário urbano; determinação dos pontos de conflito de tráfego;
- rede de energia: análise da cobertura da rede de energia elétrica - urbana e rural - com identificação de locais eventualmente ainda não servidos; análise das reservas energéticas existentes e potenciais, elétricas e térmicas;
- iluminação pública; identificação das ruas servidas, seu percentual em relação ao total, tipo e potência das luminárias; pesquisa e identificação de localidades rurais com iluminação pública instalada ou potencial para tal;
- água potável (urbana): identificação da captação, tratamento, reservação e distribuição (comportando citação especial dos mananciais existentes no município - superficiais e subterrâneos); caracterização da rede de distribuição local, com identificação de eventuais problemas com pressão, caracterização dos maiores consumidores e denúncia de áreas não servidas;
- rede de esgoto (urbana): análise da rede pública de coleta, localizando os grandes geradores, os pontos singulares da rede (estações de bombeamento, estações de tratamento); caracterização da rede de esgoto industrial, tratamento adotado e sua eficiência; pesquisa de pontos onde possa ocorrer conflito com o meio ambiente;
- coleta e destinação de resíduos sólidos: análise do sistema de afastamento e disposição de resíduos sólidos, frequência da coleta, levantamento das áreas servidas e não-servidas, identificação dos grandes geradores, especialmente indústrias; análise do sistema de disposição final, incluindo as possibilidades de consorciação com municípios vizinhos; análise da coleta e aproveitamento de materiais recicláveis;
- saneamento rural: identificação, quantificação e análise de redes rurais de água potável (micro-sistemas), estado atual da disposição de resíduos líquidos (esgoto) e sólidos;
- sistema de transporte coletivo: análise do transporte coletivo urbano (linhas, terminais, pontos, frota, frequência, cobertura espacial, relacionamento com o sistema da vizinha cidade de Porto União), pesquisa do sistema de transporte fretado por grandes empresas (inclusive estimativa de seu impacto sobre a tarifa pública através da redução de demanda deste);

análise do sistema de transporte coletivo intermunicipal (linhas, terminais, pontos, frota, frequência, cobertura espacial), enfatizando as linhas metropolitanas centralizadas em União da Vitória; análise do sistema de transporte intramunicipal (linhas, terminais, pontos, frota, frequência, cobertura espacial);

- rede de comunicações: análise dos sistemas de telefonia (fixo e móvel): cobertura, centrais e torres de telefonia móvel, postos comunitários e sistemas compartilhados (zona rural); análise do sistema postal (agências, agências comunitárias, agências franqueadas), qualidade dos serviços e existência de áreas sem cobertura; análise da rede de comunicações (rádios, rádios comunitárias, jornais, revistas, retransmissoras de televisão, provedores de internet);
- equipamento de educação infantil: análise da rede de educação infantil, cruzamento da demanda teórica versus número de matrículas, identificação dos CEIs, analisando suas condições físicas, quantificação e qualificação dos recursos humanos, raios de influência ideais e satisfação quantitativa de demanda (rede de creches isoladas, de CEIs integrados à educação fundamental e entidades particulares);
- equipamento de educação fundamental de 1a a 5a séries: análise da rede de educação fundamental (séries iniciais), cruzamento da demanda teórica versus número de matrículas, identificação das escolas, analisando suas condições físicas, quantificação e qualificação dos recursos humanos, raios e influência ideais e satisfação quantitativa da demanda (rede de escolas municipais e particulares);
- equipamento de educação fundamental de 6a a 9a séries: análise da rede de educação fundamental (séries finais), cruzamento da demanda teórica versus número de matrículas, identificação das escolas, analisando suas condições físicas, quantificação e qualificação dos recursos humanos, raios e influência ideais e satisfação quantitativa da demanda (rede de escolas estaduais e particulares);
- equipamento de ensino médio: análise da rede de ensino médio, comportando o cruzamento da demanda teórica versus número de matrículas, identificação das escolas, analisando suas condições físicas, quantificação e qualificação dos recursos humanos, raios de influência ideais e satisfação quantitativa da demanda (rede de escolas estaduais e particulares, enfatizando as escolas de cunho profissionalizante); análise sucinta do mercado de trabalho e da inserção dos egressos do ensino médio;
- equipamento de ensino superior: análise da rede de ensino superior, comportando o cruzamento da demanda teórica versus número de matrículas, identificação das escolas, satisfação quantitativa da demanda (rede universitária estadual, municipal e particular); menção das atividades de pesquisa e inovação tecnológica e sua ligação ao arranjo produtivo local; análise sucinta do mercado de trabalho e da inserção dos egressos do ensino superior;
- equipamento de saúde: análise da rede de urbana e municipal de saúde pública, comportando a identificação dos postos e centros de saúde, bem como a rede hospitalar local, com análise quantitativa da demanda de leitos, de serviços especializados e da sua inserção no sistema regional de saúde (o que inclui os municípios consorciados); verificação do estágio de implantação do sistema de saúde da família, incluindo a delimitação de distritos de saúde e indicação de possibilidades de expansão; análise da oferta privada de serviços de saúde;
- equipamento de esporte e lazer: identificação de praças, largos, ruas de pedestres, parques públicos, centros desportivos, quadras cobertas e descobertas, campos de esportes de maior porte, analisando suas condições físicas, a acessibilidade e o desenvolvimento de programas de incentivo à sua utilização; identificação das áreas de esportes e lazer privadas e comunitárias, analisando seu alcance perante a população; análise da política pública de incentivo ao esporte e ao desfrute das oportunidades de lazer;
- equipamentos culturais: identificação de centros culturais, museus, auditórios, teatros, cinemas, marcos históricos, bibliotecas, rádio comunitária e outros equipamentos públicos e privados, analisando seu alcance perante a população em geral, a política federal, estadual e municipal de incentivo à cultura; análise da distribuição espacial do equipamento cultural, bem como a identificação, localização e descrição de imóveis de valor históricos e/ou artístico tombados ou passíveis de tombamento, contrapostos à política municipal de incentivo à sua preservação;
- equipamentos sociais: identificação de centros comunitários, albergues, centros de apoio ao idoso (3a idade), a crianças e adolescentes, a dependentes químicos, equipamentos voltados à erradicação do trabalho infantil, políticas de controle da natalidade, ressaltando a quantidade de pessoas atendidas e uma estimativa de satisfação da demanda; análise da política social no âmbito federal, estadual e municipal;
- equipamentos para geração de emprego e renda: identificação de incubadoras de empresas, mercados públicos, feiras públicas, empresas de fomento agrícola e industrial, centros profissionalizantes públicos, analisando condições físicas e programas desenvolvidos;

identificação de centros de inovação tecnológica, cooperativas, associações, escolas profissionalizantes públicas e privadas; análise espacial do equipamento de geração de emprego e renda e acessibilidade em relação às áreas de concentração de demanda;

- equipamento e serviços funerários: identificação, localização e tamanho dos cemitérios, capelas mortuárias e serviços de sepultamento, públicos e particulares, urbanos e rurais, com análise de suas condições físicas, regulamentação municipal, licenciamento ambiental, raios de influência e atendimento da demanda;
- equipamentos administrativos: identificação dos equipamentos administrativos públicos (prefeitura, secretarias com implantação isolada, câmara de vereadores) bem como edifícios administrativos estaduais e federais, incluindo os relacionados com o Poder Judiciário, analisando suas condições físicas e sua distribuição espacial relativamente à demanda, bem como as ações de descentralização administrativa e pertinência no contexto local;
- equipamento de segurança pública: localização, quantificação, avaliação de condições físicas, acessibilidade e suficiência do efetivo e frota de: delegacias de polícia, quartéis de polícia militar, guarda municipal, corpo de bombeiros, comissões de defesa civil, unidades do exército, penitenciárias e cadeias, etc.; indicação territorial dos locais de concentração de ocorrências policiais em relação a posição dos equipamentos.

Referências. Para a alimentação de dados necessários à avaliação da infraestrutura e dos equipamentos públicos, será necessário recorrer às seguintes fontes:

a) mapas e bases cartográficas:

- base cartográfica municipal (COPEL/Paranacidade);
- base cartográfica urbana (COPEL/Paranacidade);
- mapeamento da rede de energia elétrica (Copel);
- mapeamento da iluminação pública (Copel/Prefeitura Municipal);
- mapeamento da rede de água potável (Sanepar);
- mapeamento da rede de esgotos sanitários (Sanepar);
- mapeamento dos circuitos de coleta de resíduos sólidos (Prefeitura Municipal);
- mapeamento do sistema viário urbano (Prefeitura Municipal);
- mapa da rede rodoviária municipal (Prefeitura Municipal);

b) visitas a equipamentos públicos

- rede de educação infantil;
- rede de educação fundamental (séries iniciais);
- rede de educação fundamental (séries finais);
- rede de ensino médio;
- unidades de ensino superior, pesquisa e inovação tecnológica;
- rede de equipamentos de saúde;
- equipamentos de esporte e lazer;
- equipamentos culturais;
- equipamentos sociais;
- equipamentos de geração de emprego e renda;
- cemitérios, capelas e serviços funerários;
- equipamentos administrativos;
- equipamentos de segurança pública;

cada visita comportando identificação através de endereço e tomada de fotografias. Cada equipamento terá uma ficha de avaliação a ser preenchida pelo responsável, com análise da estrutura física e recursos humanos disponíveis.

c) vistoria da infraestrutura

- rede viária urbana e municipal (tomada de fotografias, conferência de dados mapeados quanto à pavimentação e cobertura de iluminação pública).

d) consultas diversas:

- SEMA/IAP, escritório regional de União da Vitória;
- COPEL, escritório regional de União da Vitória;
- SANEPAR, escritório regional de União da Vitória;

- SETR/DETRAN, 4ª. Circunscrição Regional de Trânsito;
 - SETR/DER, Escritório Regional Médio Iguaçu;
 - SEED, Núcleo Regional de Educação de União da Vitória;
 - SESA, 6a Regional de Saúde, União da Vitória;
 - SESP, 4a Subdivisão Policial;
 - Grupamento de Bombeiros de Porto União (SC);
- e) outras fontes
- SETR/DER, Mapa político e rodoviário do Estado do Paraná, 1998;
 - DNIT, Mapa rodoviário do Paraná, 2002;
 - IPARDES, Caderno Estatístico do Estado do Paraná, 2007 (www.ipardes.gov.br);
 - IPARDES, Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória, 2007 (www.ipardes.gov.br);
 - SUDERHSA, Municípios com aterro sanitário (www.pr.gov.br/meioambiente);
 - IBGE, Censo demográfico de 2000, agregado por setores censitários (*cd-rom*, 2003);
 - SEED, Lista de escolas por município (www4.pr.gov.br/escolas);
 - PUPPI, Ildfonso Clemente. Estruturação sanitária das cidades. São Paulo: ed. ASCETESB, 1975;
 - FERRARI, Célson. Curso de planejamento municipal integrado. São Paulo: ed. Pioneira, 1982;

Produtos. Constarão de relatórios, o mais sucintos possível, remetendo a mapas para correta espacialização dos dados, concentrando-se nos aspectos qualitativos da cobertura do equipamento e da qualificação da infraestrutura, sendo os textos ilustrados com quadros estatísticos e comparativos.

O mapeamento constituirá a essência da avaliação da infraestrutura e equipamentos, sendo, ademais, ilustrado com fotografias à sua margem. No total serão produzidos: 4 mapas em escala municipal, em tamanho A4 e 18 mapas em escala urbana, em tamanho A3.

Equipe Responsável. Participarão, por parte da consultoria, a arquiteta/urbanista Clarissa de Almeida Lima, coordenadora geral, bem como: arquiteto/urbanista Pier Luigi Larocca, engenheiros civis Joel Larocca Junior e Heres Ariel Diniz Benetti, geógrafo Átila Christian Santana, a economista Nair Lurdes Schoemberger Serrato. A Equipe Técnica Municipal indicará seus componentes para acompanhamento, auxílio na pesquisa e disponibilização de dados.

2.3.9 ANÁLISE DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Objetivos. Constitui objetivo geral da avaliação dos aspectos institucionais levantar os aspectos funcionais, financeiros e reguladores à disposição do Poder Público Municipal.

São objetivos específicos:

- caracterizar o organograma da Prefeitura Municipal, principalmente elementos da estrutura pública relacionados com as tarefas de planejamento; levantar as instituições e programas federais, estaduais e do terceiro setor passíveis de integração ao processo de planejamento permanente;
- avaliar o impacto dos planos diretores anteriormente promulgados em União da Vitória e em Porto União (na medida em que estejam acessíveis, também os PDMs recém-elaborados ou em elaboração em municípios vizinhos), inclusive uma estimativa das metas cumpridas e não-cumpridas, bem como pesquisar a legislação urbanística vigente, com ênfase na previsão de mecanismos de fiscalização por parte do poder público;
- levantar dados sobre as finanças municipais no passado recente (cinco anos) e no estado atual, destacando despesas de custeio e capacidade de investimentos, com ênfase no levantamento da capacidade de geração de receitas próprias, de repasses das instâncias tributárias superiores e da capacidade de endividamento perante organismos financiadores de investimentos; elaborar estimativas de arrecadação financeira, ano a ano, para os próximos dez anos;
- analisar o sistema de obtenção, tratamento e compartilhamento de dados municipais, avaliando sua eficiência como elemento de avaliação permanente, especialmente em relação aos objetivos do Plano Diretor Municipal;

- empreender breve listagem e análise das organizações da sociedade civil com sede em União da Vitória (e, em certos casos, também em Porto União), privilegiando sua interação com o Poder Público no desenvolvimento de projetos de cunho comunitário;
- listar e realizar breve avaliação do desempenho dos conselhos comunitários instalados no município.

Conteúdo. A avaliação será desenvolvida através de cinco itens principais, cujo conteúdo será:

- administração pública: levantamento do organograma da Prefeitura Municipal, com identificação das secretarias, departamentos, número de funcionários e qualificação do corpo funcional; listagem das instituições estaduais e federais com jurisdição sobre o município; listagem e análise do funcionamento de conselhos e comissões mistas entre poder público e comunidade, seus documentos de criação, estatutos, bem como frequência de reuniões nos últimos anos; quantificação de serviços terceirizados pelo município;
- legislação e instrumentos de gestão: levantamento da legislação urbanística (planos diretores, planos setoriais, lei de uso e ocupação do solo, sistema viário, código de obras e código de posturas, de União da Vitória e de Porto União), identificando a eficácia dos instrumentos disponíveis, tanto como medidas reguladoras quanto incentivadoras do desenvolvimento econômico e social do município; identificação de leis relacionadas com o uso social da propriedade, gestão participativa e parcerias público-privadas; análise da Lei Orgânica Municipal e leis específicas relacionadas com o meio ambiente, com o planejamento e com leis urbanísticas; análise da efetividade do poder de polícia municipal, com menção das quantidades de alvarás concedidos, notificações, multas e embargos verificados;
- orçamento municipal: análise das cifras do orçamento (receita, despesa) dos últimos cinco anos, destacando as principais fontes de receita (taxas, contribuições e impostos próprios, repasses federais e estaduais) e de despesa (por função e/ou por secretaria), especialmente o peso das despesas de custeio (pessoal, encargos, outros custeios); determinação do percentual médio destinado a investimento nos últimos orçamentos, análise da capacidade de endividamento do município;
- sistema municipal de dados: análise da forma de obtenção, tratamento, checagem, armazenamento e disponibilização de dados em geral; análise do cadastro técnico imobiliário e sua eficiência como sistema de dados e como instrumento de controle urbano; análise da planta genérica de valores vigente, sua capacidade de representação do valor real da terra urbana e sua eficácia como ferramenta de uma política fiscal justa;
- análise especial dos planos diretores urbanos, setoriais, municipais, de União da Vitória e de Porto União (na medida da disponibilidade, também dos municípios vizinhos) incluindo uma estimativa das metas que foram cumpridas e das que permanecem em aberto, bem como o cumprimento da legislação deles decorrente, seu cumprimento e os mecanismos de fiscalização necessários.

Referências. A maior parte da avaliação institucional decorrerá de exame de documentos da própria Prefeitura Municipal, inclusive balanços publicados nos últimos cinco anos, visita ao Cadastro Técnico, leitura da Planta Genérica de Valores e documentos legais, estes comportando pesquisa junto à Assessoria Legislativa da Prefeitura e à Câmara de Vereadores. Outras fontes serão:

- IPARDES, Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória, 2007 (www.ipardes.gov.br);
- IPARDES, Base de Dados do Estado, 2007 (www.ipardes.gov.br);
- IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005 (www.ibge.gov.br).

Produtos. Consistirão de:

- texto sobre a organização da Prefeitura Municipal, ilustrado com organograma, quadro estatístico sobre quantidade do funcionalismo por Secretaria e gráficos de qualificação para o corpo funcional em geral;
- texto sobre os conselhos comunitários instituídos, ilustrado por quadro sinóptico com menção do ano de fundação e composição de cada conselho;
- texto com listagem da legislação, acompanhado de quadro sinóptico denunciando a existência ou inexistência de leis específicas, inclusive checagem com as exigências do Estatuto da Cidade;
- texto analítico sobre as finanças municipais, comportando tabelas e gráficos (principais elementos formadores da receita; principais dispêndios por categoria), além de quadros de estimativa da receita futura;

- texto sobre o sistema de dados municipal, suas possibilidades de alcance.

Esses relatórios conterão suas próprias ilustrações, sendo referidos ao mapa de equipamentos administrativos e a um mapa em escala urbana (tamanho A3) para ilustração dos principais elementos da legislação urbanística vigente (perímetro urbano, zoneamento e sistema viário urbano).

Equipe Responsável. Sob coordenação da arquiteta/urbanista Clarissa de Almeida Lima, a consultoria disponibilizará os serviços do arquiteto/urbanista Pier Luigi Larocca, do engenheiro civil Joel Larocca Junior, da economista Nair Lurdes Schoemberger Serrato e do advogado Rubens de Lima. A Equipe Técnica Municipal indicará, conforme as funções exercidas por seus membros no organograma municipal, as pessoas que acompanharão as pesquisas e análises a serem produzidas.

2.3.10 INTEGRAÇÃO DA ANÁLISE TEMÁTICA

Objetivos. O objetivo geral é apresentar, de forma resumida, os componentes principais do retrato da União da Vitória atual, destacando os principais elementos que atuarão no processo de desenvolvimento social e econômico dos próximos dez anos.

Objetivos Específicos.

- fornecer, para reflexão da Equipe Técnica Municipal, da Comissão de Acompanhamento e da comunidade em geral, um resumo da situação diagnosticada;
- expor os condicionantes próprios do município de União da Vitória, que o tornam singular, bem como:
- indicar os principais entraves ao desenvolvimento social e econômico municipal levantados durante a análise temática;
- destacar as potencialidades encontradas ao longo do processo de análise, que possam vir a contribuir para a melhoria da qualidade de vida de cada cidadão.

Conteúdo. No processo de integração, será utilizado o método CDP, consistindo na produção de matrizes, relacionadas a cada tema tratado, na qual constarão os principais condicionantes (C), as deficiências (D) encontradas e as potencialidades (P) levantadas em cada aspecto. Tais quadros, cujos textos serão lavrados em linguagem telegráfica, serão acompanhados de um mapa em escala municipal e outro em escala urbana, nos quais serão territorializados os condicionantes, as deficiências e as potencialidades citadas nos quadros.⁶

Referências. Todas as pesquisas, consultas, vistorias e todas as fontes empregadas na análise temática serão empregadas, com vinculação especial à Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU), documento elaborado pela SEDU/Paraná, ao Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE), documento da SEDU, da UFPR e do Iparde e, ainda, da Agenda 21 estadual.

Produtos. Serão elaborados:

- seis matrizes CDP, uma para cada tema da análise;
- dois mapas-síntese, um em escala municipal (tamanho A4) e outro em escala urbana (tamanho A3).

Como produtos intermediários entre a avaliação temática e a síntese, serão elaborados três *folders*, que servirão como alimentadores das leituras comunitárias, tanto em conjunto com a Equipe Técnica Municipal e com a Comissão de Acompanhamento quando nas leituras a serem realizadas nos *workshops* com grupos setoriais da zona urbana e com grupos de moradores da zona rural. Os mesmos folhetos servirão como subsídio escrito aos participantes da 2ª Audiência Pública.

Por ocasião da 2ª Audiência Pública, os mapas de todas as etapas da análise temática serão apresentados em projeção, acompanhados de textos curtos para facilitar a memorização. Ao final, serão apresentados os quadros CDP e os mapas-síntese, para que sirvam de subsídio à reflexão quanto às diretrizes e posições.

⁶ Para padronização e facilidade de cotejamento, serão utilizadas as cores estipuladas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina: azul (para os condicionantes), vermelho (para as deficiências) e amarelo (para as potencialidades).

Equipe Responsável. A síntese integradora exigirá a participação de todos os membros da consultoria, da totalidade da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento. Por esse motivo, a sintetização da avaliação exigirá evento especial, se possível unificando as duas equipes (reunião de consolidação da análise temática).

2.4 DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

A realização da Análise Temática Integrada, com o levantamento das condições atuais e tendenciais e, mediante intervenção do poder público, prognósticos mais favoráveis que os previstos, irá possibilitar a discussão entre membros da comunidade, com vistas a estabelecer os rumos a serem tomados nos próximos dez anos.

2.4.1 OBJETIVO GERAL

Constituirá objetivo geral da etapa de estabelecimento de Diretrizes e Proposições a definição de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal de União da Vitória, caracterizada por metas a serem atingidas no período de vigência do Plano Diretor Municipal, com diretrizes gerais visando:

- a ocupação sustentável e organizada do território;
- a oferta de oportunidades de crescimento econômico;
- a melhoria dos padrões de qualidade de vida de todos os cidadãos;
- a qualificação do poder público e da comunidade para o processo de planejamento permanente;

política essa a ser estruturada por propostas de programas e de projetos com força suficiente para modificar as condições presentes em direção às metas almejadas.

2.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A persecução do objetivo geral exigirá o desdobro em objetivos específicos, a saber:

- definir projetos estruturantes que possibilitem a constituição de uma Política de Desenvolvimento Municipal;
- estabelecer projetos e programas com finalidade de gerar oportunidades de emprego e outras formas de proporcionamento de renda para os moradores do município;
- consignar programas e projetos que possibilitem a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais;
- definir padrões de uso do solo municipal, condizentes com o suporte natural, com a vocação econômica e com a tradição sócio-cultural de cada macrozona do território municipal;
- estabelecer padrões de uso do solo urbano, que sejam condizentes com o suporte natural, com a vocação econômica e com a tradição sócio-cultural de cada porção da área urbana;
- estruturar o transporte de pessoas e de cargas dentro do território municipal, a partir de um sistema claramente hierarquizado de estradas municipais;
- sugerir traçados e equipamento para um sistema de transporte coletivo que atenda toda a população do município de modo confortável a acessível, levando em conta também a população do município vizinho de Porto União;
- estipular programas e projetos de proteção do patrimônio natural, arqueológico e cultural, através de ações que valorizem a identidade do município;
- definir uma política de regularização fundiária urbana (incorporando ao município os dispositivos da Lei Federal 10.257/2001 e Medida Provisória 2.220/2001), bem como instrumentos de atuação sobre ocupações irregulares de modo geral e produção de habitação de interesse social;
- estabelecer requisitos para o parcelamento do solo urbano (em especial a definição da infraestrutura mínima a ser exigida dos empreendedores), para as características mínimas das edificações e das posturas municipais, bem como mecanismos capazes de assegurar a fiscalização dos padrões que vierem a ser estabelecidos;
- definir uma política municipal de saneamento, contemplando o abastecimento de água potável, a condução dos esgotos pluviais e cloacais, seu tratamento, bem como a coleta e disposição final dos resíduos sólidos;
- estabelecer um sistema de informações capaz de alimentar permanentemente o processo de planejamento e gestão municipais;

- criar mecanismos capazes de definir uma estratégia para que o planejamento municipal se torne um processo permanente, incluindo intervenções na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal e a criação de conselhos e/ou comissões capazes de assegurar o controle social do processo.

2.4.3 CONTEÚDO

A etapa de diretrizes e proposições deverá abarcar 15 temas, conforme discriminados a seguir:

- Política de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória: estabelecimento das metas a serem alcançadas, das diretrizes relativas ao uso sustentável do território, do desenvolvimento econômico, da qualidade de vida desejável para todos os cidadãos e dos dispositivos de planejamento permanente e gestão democrática;
- projetos estruturantes: listagem de projetos, dentro de cada qual das diretrizes escolhidas, considerados fundamentais para a obtenção de sucesso quanto às metas e padrões estabelecidos;
- desenvolvimento econômico: definição de um conjunto de projetos e programas de desenvolvimento econômico, incluindo incentivo público para a geração de emprego, o aumento da renda e o desenvolvimento da capacidade empreendedora local; mecanismos de aprofundamento do arranjo produtivo local e levantamento de outras vocações econômicas locais a serem estimuladas, devidamente compatibilizadas com as diretrizes de sustentabilidade ambiental e social e com as diretrizes estaduais e regionais para o desenvolvimento econômico; avaliação do impacto do desenvolvimento econômico da comunidade sobre as finanças públicas municipais;
- uso sustentável e preservação do meio ambiente: estabelecimento de uma política de uso sustentável do território, internalizando os conceitos da Agenda 21, definição das áreas do território municipal passíveis de uso intensivo, extensivo e restrito, bem como áreas a serem destinadas à preservação permanente; estabelecimento de corredores de biodiversidade no território municipal; compatibilização do estabelecido a nível municipal com as políticas regionais e estaduais para o desenvolvimento sustentável;
- uso do solo municipal (rural): definição dos usos aceitáveis em cada macrozona do território municipal, a partir dos condicionantes do meio ambiente, natureza do solo e declividade, bem como características sociais e culturais e dotação de infraestrutura; definição de instrumentos legais de incentivo ao usos recomendados, de controle de usos indesejáveis, de parcerias com organizações regionais e estaduais de fomento, apoio técnico e financiamento;
- uso e ocupação do solo urbano: definição dos usos aceitáveis em cada um dos diferentes setores da zona urbana, a partir dos condicionantes ambientais, sociais, culturais, características do uso atual e avaliação da infraestrutura, dos serviços e dos equipamentos; definição das características de uso e ocupação de cada zona, tais como coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade do solo, densidades previstas, gabarito das edificações, tamanho mínimo dos lotes, recuos das construções, bem como os mecanismos legais para implementação e fiscalização;
- sistema viário municipal (rural): definição da hierarquia das vias rurais, a partir do número de pessoas acessadas, da produção das propriedades servidas, da infraestrutura já existente e da localização estratégica; definição de um conjunto de vias que funcione de maneira sistêmica, oferecendo tanto trajetos radiais quanto perimetrais; definição das características técnicas mínimas a serem exigidas das vias rurais;
- sistema viário urbano: definição da hierarquia das vias urbanas, de acordo com a função exercida na estruturação da cidade e de acordo com as classes do Código de Trânsito Brasileiro, bem como as características técnicas a serem exigidas para cada classe de via (número e largura de faixas, tipos de estacionamento, sinalização viária vertical e horizontal, iluminação pública e arborização viária); definição de um conjunto de vias que funcione de maneira sistêmica, oferecendo trajetos radiais e perimetrais, com possibilidade de trajetos e de meios de transporte alternativos (inclusive vias pedestres e ciclovias); definição de transposições em nível e em desnível; definição de diretrizes viárias na ocupação dos vazios urbanos e nas áreas de expansão urbana;
- transporte coletivo: definição de traçados e novas linhas de transporte coletivo urbano, intramunicipal e intermunicipal, para obter um sistema abrangente e eficiente; definição de locais para terminais rodoviários na cidade e povoações; estudo de eventual integração de trajetos e tarifas;
- proteção ao patrimônio natural, arqueológico e cultural: definição de programas e projetos para a proteção do patrimônio natural (cavernas, *canyons*, escarpas, ecossistemas frágeis e

paisagens naturais de forte presença); definição de programas e projetos para a prospecção e conservação de sítios arqueológicos; definição de programas e projetos para a proteção do patrimônio cultural, inclusive e especialmente o patrimônio edificado, incluindo dispositivos legais de incentivo econômico aos proprietários;

- regularização fundiária e produção de habitação social: definição de política de intervenção nas ocupações irregulares e/ou clandestinas, contemplando os casos de regularização fundiária previstos na Lei 10.257/2001 (usucapião em imóveis particulares) e na Medida Provisória 2.220/2001 (concessão de uso sobre terras públicas); estabelecimento de diretrizes para a produção social de habitações, incluindo localização e limitação de tamanho para conjuntos habitacionais, sua dotação mínima de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;
- parcelamento do solo urbano: definição dos perímetros urbanos e de expansão urbana (cidade, comunidades rurais principais); estabelecimento de critérios para loteamentos, desmembramentos e remembramentos urbanos, inclusive e especialmente a definição da infraestrutura a ser exigida como mínimo, os prazos máximos para sua implantação, o processo de aprovação e, ainda, a fixação de áreas na zona de expansão urbana onde será admitido o parcelamento; estabelecimento de requisitos mínimos exigíveis para a segurança, funcionalidade e higiene das habitações e das edificações destinadas a atividades econômicas (com vistas ao estabelecimento de um Código de Obras), bem como normas de conduta exigíveis de todos os cidadãos no convívio comunitário (com vistas ao estabelecimento de um Código de Posturas); estipulação de sanções para as infrações às normas estabelecidas;
- saneamento municipal: estabelecimento das metas e dos critérios a adotar quanto ao abastecimento de água potável e de afastamento e tratamento de esgotos sanitários e dejetos sólidos; requisitos quanto ao afastamento das águas pluviais;
- sistema municipal de informações: estabelecimento de critérios que conduzam à criação de um banco de dados multifinalitário, alimentado por todas as secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal, bem como por setores da sociedade, contemplando mecanismos de acessibilidade por todo cidadão; definição de critérios de avaliação e divulgação do andamento dos indicadores relativos a cada projeto ou programa estruturante, bem como das grandes metas do Plano Diretor Municipal;
- planejamento permanente e gestão democrática: definição de mecanismos internos à Prefeitura Municipal, visando a captação de dados, a avaliação de indicadores e o acompanhamento permanente do Plano Diretor Municipal; definição de critérios para a organização do Conselho de Desenvolvimento Municipal e conselhos setoriais, das audiências públicas, conferências, mecanismos de iniciativa popular para a propositura de projetos de lei (conforme Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade).

2.4.4 METODOLOGIA

O processo de fixação das metas, diretrizes, propostas (projetos e programas estruturantes) obedecerá a um processo interativo, envolvendo:

- uma reflexão coletiva (Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento e Consultoria) sobre os condicionantes, deficiências e potencialidades apontados pela Análise Temática Integrada, resultando em proposições preliminares;
- avaliação das proposições de metas, diretrizes e programas e projetos estruturantes, por parte de grupos de interesse específico (zona urbana) e grupos de população rural, resultando desse processo uma versão consolidada;
- submissão da versão consolidada à Segunda Audiência Pública, onde será ilustrada com projeções dos mapas e resumo de textos, acompanhada da distribuição de folders explicitando as principais conclusões da fase de análise e da versão consolidada das Diretrizes e Proposições, sendo avaliada não somente por intervenções durante o processo de exposição ao público, como ainda através de manifestação escrita em formulário próprio;
- elaboração da versão definitiva, após a manifestação da 2ª Audiência Pública;
- exposição da versão aprovada pela Segunda Audiência Pública, no escritório central do Serviço Social Autônomo Paranaidade, ocasião em que serão incorporadas recomendações e sugestões decorrentes da apreciação dos analistas da organização.

2.4.5 REFERÊNCIAS

As diretrizes e proposições estipuladas pelo Plano Diretor terão como principais referências:

- SEDU/Paranacidade, Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU);
- SEDU/UFPR/Ipardes, Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE);
- Governo do Paraná, Agenda 21 Paraná;
- Governo do Paraná, Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Estado do Paraná;
- Organização das Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- Prefeitura Municipal/Famepar, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de União da Vitória (de 1996);
- Prefeitura Municipal/SEDU, Plano Diretor Georreferenciado de União da Vitória, 2002;
- Workshops temáticos com a população.

2.4.6 PRODUTOS

Além dos produtos auxiliares (*folders* e questionários), serão apresentados como produtos finais da fase de diretrizes e proposições:

- um texto principal de estabelecimento de metas e grandes diretrizes, citando também os projetos e programas estruturantes que satisfarão a cada uma das diretrizes;
- textos (ilustrados com quadros e eventualmente figuras), detalhando proposições de natureza regulatória (uso do solo municipal, uso e ocupação do solo urbano, sistema viário rural e urbano [inclusive arborização viária], parcelamento do solo urbano);
- textos e ilustrações explicitando os mecanismos relativos ao sistema municipal de informações, à equipe de planejamento da Prefeitura Municipal, ao Conselho de Desenvolvimento Municipal e conselhos setoriais, mecanismos de avaliação e acompanhamento da implantação do Plano Diretor Municipal e requisitos para a implantação da gestão democrática;
- quadros sinópticos dos projetos estruturantes eleitos, contendo, para cada um, a listagem das principais ações, uma avaliação prévia de seu impacto financeiro, bem como a situação temporal em que cada ação se insere (curto, médio e longo prazos).
- mapas ilustrativos das propostas, em escala municipal e urbana, cujo número será definido em função das necessidades de representação gráfica de cada projeto.

2.4.7 EQUIPE RESPONSÁVEL

Na etapa de diretrizes e proposições, participarão todos os membros da Consultoria, da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento.

2.5 PROPOSIÇÕES PARA LEGISLAÇÃO BÁSICA

2.5.1 OBJETIVOS

Constitui objetivo geral desta etapa, elaborar, para apreciação da Câmara Municipal, anteprojeto de leis que instituem o novo Plano Diretor Municipal, que instituem e/ou modifiquem partes da legislação de controle urbanístico e que incorporem, à legislação municipal, os dispositivos decorrentes da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e da Medida Provisória 2.220/2001.

Os objetivos específicos serão:

- elaborar a minuta de anteprojeto da Lei do Plano Diretor Municipal, instrumento genérico de estabelecimento de metas, diretrizes, projetos e proposições, bem como delimitação de áreas e critérios para aplicação dos dispositivos decorrentes da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
- elaborar as minutas de anteprojetos das leis de natureza urbanística (Lei dos Perímetros Urbanos e de Expansão Urbana, Lei de Uso do Solo Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei do Sistema Viário, Lei dos Parcelamentos Urbanos, Código de Obras e Código de Posturas);
- elaborar as minutas de anteprojetos das leis regulamentadoras da aplicação dos dispositivos da Lei Federal 10.257 (Estatuto da Cidade), a saber: Lei do Aproveitamento Compulsório do Solo Urbano, Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir, Lei da Transferência de Potencial Construtivo, Lei dos Consórcios Imobiliários, Lei da Regularização Fundiária, Lei das Operações Urbanas Consorciadas e Lei da Gestão Democrática;⁷
- elaborar sugestões de instrumentos de planejamento e gestão municipais, incluindo a estruturação de uma equipe multidisciplinar voltada ao processo de planejamento permanente, a criação de metodologia de obtenção e tratamento de dados, seu acesso e divulgação, bem como a construção de indicadores que permitam a contínua avaliação do progresso das metas a que propõe o presente Plano Diretor Municipal

2.5.2 MINUTAS DE ANTEPROJETOS DE LEGISLAÇÃO: CONTEÚDO E PRODUTOS

- Minuta de anteprojeto da lei do Plano Diretor Municipal: tratará das definições, estabelecimento de metas gerais e das diretrizes, explicitando os programas e projetos a serem desenvolvidos no espaço de tempo de vigência do Plano, para o cumprimento das diretrizes estabelecidas; tratará ainda de regras gerais tais como a criação de distritos de planejamento, a estipulação dos raios de acesso ao equipamento público e discriminará a legislação derivada da lei geral; conterà, ainda, as definições de locais e critérios para aplicação das leis (ou capítulos de lei) relativos à utilização compulsória, ao consórcio imobiliário, às operações urbanas consorciadas e ao direito de preempção, conforme exigência do Estatuto da Cidade, sendo ilustrada com os mapas correspondentes;
- Minuta de anteprojeto da lei dos perímetros urbanos e de expansão urbana: definirá área urbana, de expansão urbana e rural, entrando na seqüência na descrição dos perímetros, que serão definidos por vértices em coordenadas UTM, de maneira a facilitar sua inserção em qualquer mapeamento; definirá ainda mecanismos de transformação de áreas de expansão urbana em urbanas, à medida que forem sendo implantados parcelamentos de solo com estas características; estipulará mecanismos para que a população possa solicitar revisão ou implantação de novas zonas urbanas e/ou de expansão urbana; serão anexos os mapas respectivos;
- Minuta de anteprojeto de lei de uso do solo municipal: definirá usos adequados, permissível e proibido para o território rural, classificados, segundo o critério da Embrapa, como apropriados para cultivo intensivo, extensivo e restrito, para pecuária intensiva ou extensiva, para reflorestamento e para conservação permanente; o anteprojeto de lei será acompanhado de quadro explicativo e de mapas em escala municipal;
- Minuta de anteprojeto da lei de uso e ocupação do solo urbano: definirá uso, ocupação, parâmetros urbanísticos necessários ao controle da ocupação, bem como classificação das

⁷ Alternativamente, por sugestão da Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento e da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, poderá ser elaborada a minuta de um único Projeto de Lei, no qual os diversos dispositivos a serem introduzidos por força da vigência do Estatuto da Cidade sejam contemplados com capítulos ou seções.

edificações por uso, levando em conta basicamente os casos de impacto na vizinhança; estabelecerá zoneamento, em consonância com o suporte natural do sítio urbano e com as vocações sócio-espaciais do território; estabelecerá, para os usos e ocupações permitidos e permissíveis, uma gradação de responsabilidades pela sua autorização, iniciando no funcionalismo público, passando por pareceres especiais e culminando, no caso de alto impacto da edificação, com a exigência de estudo de impacto de vizinhança e audiência pública; estabelecerá parâmetros para o uso e ocupação nas zonas especiais de interesse social; regulará a concessão de alvarás de construção e localização, atrelando-a ao zoneamento estabelecido. O anteprojeto será ilustrado por mapa em escala urbana;

- Minuta de anteprojeto da lei sistema viário, abrangendo em um só diploma legal a rede rodoviária municipal (rural) e a malha viária urbana, estabelecendo: definições, classificação das vias rurais e urbanas, descrição das vias das diversas categorias, estipulação de requisitos geométricos e estruturais para todas as categorias, inclusive vias pedestres e ciclovias, bem como meios-fios, passeios, calçadas, iluminação pública e arborização viária. O anteprojeto terá como anexos mapas em escala municipal e urbana, além de figuras ilustrando as seções transversais das vias e detalhes de meios-fios, calçadas, passeios, arborização e ajardinamento;
- Minuta de anteprojeto da lei de parcelamentos urbanos, que será conduzida de modo a harmonizar-se com os dispositivos que já foram alvo de consenso, nas discussões do Projeto de Lei 3.057/2000, ora em trâmite final na Câmara Federal. Comportará: definições, características geométricas, definições e exigências relativas à infraestrutura básica e complementar; descrição do fluxo de aprovação de projetos de parcelamento, inclusive formas de caução e outras garantias; comportará, ainda, um capítulo específico sobre loteamentos fechados (condomínio urbanístico);
- Minuta de anteprojeto de Código de Obras, a ser conduzido de modo a ater-se às definições mínimas necessárias, remetendo a maioria das exigências para normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Instituto Ambiental do Paraná, regulamentos de companhias concessionárias, entre outros. O Código definirá e listará exigências para as construções residenciais, isoladas ou coletivas, horizontais e verticais, para as construções não-residenciais (comércio, indústria, instituições), de baixo e de alto impacto, e para locais de reunião, aulas ou apresentação de espetáculos; listará requisitos exigíveis para os materiais de construção, para as aberturas de ventilação e de iluminação, instalações em geral, marquises, sacadas, chanfros e balanços, circulações em geral, horizontais e verticais, bem como vagas de estacionamento de veículos; estipulará a necessidade de licença para construir (alvará) e para utilização (habite-se), descrevendo o processo de autorização, regulamentando a fiscalização e estabelecendo penalidades no caso de descumprimento;
- Minuta de anteprojeto de Código de Posturas, que será conduzido também sob o enfoque sintético. Definirá as condutas a serem exigidas de todos os moradores para o respeito ao bem público, tratando de: higiene pública e particular, sossego público (com limitação sonora por zona e por via), disposições sobre cemitérios, posse de animais, tratamento de passeios, muros e cercas, rebaixamento de meio-fio e numeração predial, estipulando ainda regras estritas para a publicidade tanto nos terrenos particulares quanto em propriedade pública, quando permitido. Terá ainda disposições sobre antenas geradores de rádio-freqüência, sobre horários de funcionamento de estabelecimentos em geral e estipulará penalidades em caso de descumprimento das normas do Código;
- Minuta de anteprojeto de lei ou capítulo de lei para instituição do aproveitamento compulsório do solo urbano, em decorrência do Art. 5o do Estatuto da Cidade, regulamentando o processo de notificação, da progressividade temporal do Imposto Predial e Territorial Urbano, da desapropriação-sanção e, através de mapa, delimitando os locais urbanos onde se dará sua aplicação;
- Minuta de anteprojeto de lei ou capítulo de lei para instituição do consórcio imobiliário entre proprietários e Município, regulamentando os trâmites e estabelecendo regras para avaliações e fracionamento dos resultados;
- anteprojeto de lei ou capítulo de lei para instituição da outorga onerosa do direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico, listando pré-requisitos mínimos a serem obedecidos e valores a serem pagos à Municipalidade pelo acréscimo no potencial construtivo;
- Minuta de anteprojeto de lei ou capítulo de lei para instituição da transferência do potencial construtivo, que definirá os casos e locais em que o potencial construtivo de origem poderá ser aproveitado em outro local, incluindo incentivos em certos casos de interesse especial do município; será acompanhado de mapa delimitando locais;

- Minuta de anteprojeto de lei ou capítulo de lei para instituição das operações urbanas consorciadas, definindo casos e locais em que as operações poderão ser admitidas, remetendo o julgamento de sua conveniência para lei específica, conforme prescreve o Estatuto da Cidade; acompanhará mapa delimitando locais;
- Minuta de anteprojeto de lei ou capítulo de lei para instituição do direito de preempção em favor do Município, para finalidades dadas e em locais definidos, descritos e ilustrados em mapa anexo; estabelecerá ainda um trâmite especial para que a manifestação do Poder Público ocorra em prazo hábil;
- Minuta de anteprojeto de lei ou capítulo de lei para regulamentar o apoio que o Município prestará à regularização fundiária de áreas ocupadas que se enquadrem nos requisitos da Lei 10.257/2001 e da Medida provisória 2.220/2001;
- Minuta de anteprojeto da Lei da Gestão Democrática, criando o Conselho de Desenvolvimento Municipal e estabelecendo audiências públicas, estudos de impacto de vizinhança, iniciativa popular para projetos de lei de interesse urbanístico, além de regulamentar a criação de novos conselhos setoriais municipais;

2.5.3 METODOLOGIA

A transformação das diretrizes em anteprojeto de leis exigirá uma rodada de consultas a setores da comunidade envolvidos com a elaboração do Plano Diretor Municipal, iniciando com duas reuniões com a Equipe Técnica Municipal (o primeiro sobre a legislação regulatória urbanística e o segundo sobre a legislação derivada do Estatuto da Cidade) e duas reuniões com a Comissão de Acompanhamento, com idêntico conteúdo. Os vereadores serão convidados a comparecer a essas reuniões de trabalho, em que serão expostos à crítica todos os anteprojetos de Leis, colhendo-se as opiniões dos representantes eleitos e incorporando-as ao texto do corpo legislativo. Por ocasião da Terceira Audiência Pública, será aberto o debate sobre o arcabouço legislativo do Plano Diretor Municipal, oportunidade dada à cidadania como um todo para manifestar-se a esse respeito.

Em todos os casos (Equipe Técnica, Comissão de Acompanhamento, Câmara de Vereadores e Terceira Audiência Pública), a explanação (em *software PowerPoint* ou similar) será acompanhada de *folders* resumindo e ilustrando os principais pontos de cada anteprojeto de lei.

A etapa estará completa após a análise de sua versão final por parte da supervisão do Serviço Social Autônomo Paranaidade, podendo então o conjunto legislativo ser enviado oficialmente à Câmara Municipal, via o Gabinete do Prefeito Municipal.

2.5.4 REFERÊNCIAS

As principais referências para elaboração dos anteprojetos de lei que compõem o Plano Diretor Municipal de União da Vitória serão:

- Município de União da Vitória: Lei Orgânica;
- Município de União da Vitória: leis urbanísticas em geral, Código de Obras e Código de Posturas;
- Município de Porto União (SC): lei do Plano Diretor, leis urbanísticas em geral;
- Constituição Federal de 1988;
- Assembleia Legislativa do Paraná: Constituição do Estado do Paraná;
- Assembleia Legislativa do Paraná: Lei Estadual 15.229/2006;
- Prefeitura Municipal/Famepar, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de União da Vitória, 1996;
- Prefeitura Municipal/SEDU, Plano Diretor Georreferenciado de União da Vitória, 2002;
- Câmara Federal: Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
- Presidência da República: Medida Provisória 2.220/2001
- Câmara Federal: Projeto de Lei Federal 3.057/2000;
- Câmara Federal: Lei Federal 6.766, Lei Federal 9.785, Projeto de Lei 3.057/2000;
- Instituto Pólis/Caixa Econômica Federal. Estatuto da Cidade: guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos.
- Ministério das Cidades/CONFEA: Os vereadores no processo de elaboração de Planos Diretores Participativos.
- Atas/ gravações dos workshops temáticos com a população.

2.5.5 EQUIPE RESPONSÁVEL

A Consultoria disponibilizará, sob a coordenação geral da arquiteta/urbanista Clarissa de Almeida Lima, o trabalho de todos os consultores da área ambiental, para temas relacionados com o uso do solo municipal, além dos profissionais: arquiteto/urbanista Pier Luigi Larocca, engenheiros civis Joel Larocca Junior e Heres Ariel Diniz Benetti e advogado Rubens de Lima para os demais itens. A Equipe Técnica Municipal indicará os membros que terão participação nesta etapa de discussão, destacando-se a necessidade imperiosa da presença do Secretário Municipal de Planejamento e do Procurador Municipal.

2.6

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

A finalidade principal do Plano de Ação e Investimentos é permitir que o Plano Diretor Municipal se torne conseqüente, considerando que seus programas e projetos efetivamente tenham meios físicos e financeiros de alavancar o processo de desenvolvimento do município de União da Vitória no período 2008-2017. Devido ao longo alcance do Plano (dez anos), o Plano de Ação e Investimentos versará sobre os primeiros cinco anos, cabendo elaborar outro documento de igual finalidade, ao final desse período.

Em função da legislação da Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal, será necessário comparar o Plano de Ação e Investimento com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei do Orçamento Anual que terão vigência em 2008, promovendo-se a conciliação entre ambos os documentos.

2.6.1 OBJETIVOS

O Plano de Ação e Investimentos objetiva, no geral, detalhar os programas e projetos estruturantes, que são prioritários para o alcance das metas do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.

Especificamente, deverá ainda o Plano:

- avaliar as possibilidades de investimentos de origem orçamentária, de obtenção de financiamentos (em vista da capacidade de endividamento do Poder Público Municipal), de acesso a verbas repassadas por instâncias superiores de Poder, em projetos específicos, bem como a participação financeira da comunidade, quer sob forma de retribuição por valorização de seus bens (contribuição de melhoria), quer através de parcerias com a iniciativa privada;
- produzir, de cada uma das ações dos projetos estruturantes, um resumo indicando objetivos, justificativa, estipulação de quantidades, cronograma das intervenções, estimativa de custos, listagem de possíveis fontes de recursos, bem como complementaridade com outros programas e projetos;
- resumir, por exercício fiscal, os investimentos decorrentes dos cronogramas parciais dos programas e projetos, enquadrando-os nas possibilidades financeiras do município;
- construir um quadro de indicadores relativos à execução das metas próprias dos programas e projetos, complementando os indicadores gerais tratados na etapa anterior.

2.6.2 CONTEÚDO E PRODUTOS

Para cumprir com os objetivos acima enunciados, o Plano de Ação apresentará os seguintes produtos, com os seguintes conteúdos:

- texto apresentando os cálculos efetuados para a obtenção da capacidade própria de investimentos, da capacidade de endividamento, da estimativa de obtenção de verbas a fundo perdido e da possibilidade de participação da comunidade nos investimentos;
- quadros-resumo dos programas e projetos, contendo: título, objetivo geral, objetivo específico, elementos ou etapas componentes, estimativa de custos (por etapa ou elemento), cronograma físico-financeiro por ano fiscal, indicativo de fontes de recursos e observações sobre complementaridade com outros programas/projetos;
- quadro-resumo dos investimentos contendo os valores a serem direcionados a cada um dos projetos, em cada um dos cinco exercícios fiscais;
- quadro-resumo dos indicadores para avaliação da implementação dos programas/projetos;
- quadro-resumo dos indicadores para avaliação das metas gerais do Plano Diretor Municipal;
- observação acerca das eventuais adequações a serem introduzidas nos textos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei do Orçamento Anual – LOA e do Plano Plurianual – PPA e demais instrumentos legais do município.

2.6.3 METODOLOGIA

O Plano de Ação e Investimentos estará sendo elaborado paralelamente ao processo de consulta aos vereadores quanto à legislação. Desse modo, será possível apresentar um resumo preliminar do Plano de Ação e Investimentos ao escrutínio da comunidade na Terceira Audiência Pública, quando ele será sujeito a avaliação de prioridades (através de *folder*-questionário). A etapa correspondente aos cálculos de capacidade financeira e o cronograma financeiro por exercício serão cumpridas com o concurso da Secretara de Finanças do município, enquanto que a enumeração de projetos/programas, exigirá reunião especial de toda a Equipe Técnica com a consultoria, para compatibilização do PAI com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A versão definitiva somente será entregue ao Poder Executivo após análise técnica dos fiscais do Serviço Social Autônomo Paracidade.

2.6.4 REFERÊNCIAS

As principais referências para o Plano de Ação e Investimentos serão:

- Município de União da Vitória: Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Município de União da Vitória, Lei do Plano Plurianual 2006-2009;
- SEDU/Paracidade: Planilha de capacidade endividamento do Município de União da Vitória;
- Município de União da Vitória, Lei ou Projeto de Lei do Orçamento Anual para o ano de 2008;
- Atas e/ou gravações dos workshops temáticos com a população.

2.6.5 EQUIPE RESPONSÁVEL

A Consultoria estará, por ocasião da elaboração do Plano de Ação e Investimentos, envolvendo todos os seus membros, cabendo os cálculos, estimativas de custos e cronogramas ao engenheiro civil Joel Larocca Junior. A Equipe Técnica Municipal participará das discussões como um todo, destacando seus membros ligados ao setor financeiro, para um acompanhamento mais atento das quantias envolvidas.

2.7 PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para garantir o compromisso da comunidade com o processo de planejamento e gestão do município, o Plano Diretor Municipal terá, necessariamente, de ser participativo, ou seja, contar com a manifestação da sociedade em todas as suas etapas. Essa participação assume caráter de essencialidade nos momentos de leitura comunitária da realidade, pactuação de diretrizes e elaboração de proposições, no exame da legislação proposta e do plano de ação e investimentos (quando se poderá conferir se efetivamente as ações selecionadas têm viabilidade e agirão no sentido desejado pelo conjunto da comunidade).

2.7.1 OBJETIVOS

A participação popular visa, essencialmente:

- legitimar o processo de planejamento, permitindo que a comunidade não só seja consultada, como também proponha e decida sobre suas prioridades;
- fomentar na cultura local o debate sobre o planejamento municipal, tendo em seu âmago o exercício constante de fiscalização e de participação das decisões cotidianas do município;
- atribuir ao processo como um todo um caráter democrático, à medida que aproxima o linguajar técnico do falar cotidiano de cada cidadão;
- garantir que o planejamento seja um processo voltado para a comunidade como um todo, não permitindo a inserção de elementos focados no casuísmo e voltados para a manutenção ou criação de privilégios;

e, para assegurar sejam tais objetivos alcançados, impõe-se a realização de eventos diversos para consulta direta à população, bem como a estruturação de uma Comissão que acompanhe de perto o trabalho da Equipe Técnica Municipal e da Consultoria contratada.

2.7.2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Termo de Referência do Plano Diretor Municipal de União da Vitória prevê especificamente a realização de três Audiências Públicas, as quais serão eventos revestidos das formalidades estabelecidas pelo Conselho Nacional das Cidades⁸, uma vez que as decisões serão tomadas com base nas manifestações aí ocorridas. Todas as audiências públicas serão convocadas pelo Prefeito Municipal, contando com auxílio da coordenação da Equipe Técnica Municipal e da Consultoria contratada para explanação dos aspectos de natureza técnica e assistência na apresentação dos eixos gerais do Plano.

As formalidades adotadas para convocação e realização de cada audiência serão as seguintes:

- as audiências serão convocadas por edital, com uma antecedência mínima de 15 dias, anunciadas pela imprensa local e nos meios de comunicação de massa de alcance junto à população;
- as audiências ocorrerão em auditório da Prefeitura, Câmara ou Centro Comunitário, em horários acessíveis à população (entre 18:30 e 20:00 horas);
- o acesso à audiência será livre, não necessitando o cidadão apresentar qualquer documento para participação da mesma;
- todos os presentes preencherão uma lista de presença onde constará espaço para nome e assinatura, sendo considerada a lista como documento comprobatório da presença da comunidade de União da Vitória no evento;
- as audiências serão conduzidas pelo Poder Público Municipal e pela empresa consultora, sendo que após a apresentação da pauta da reunião, será aberta a palavra para qualquer cidadão que a deseje;
- as audiências serão gravadas e ao seu final serão lavradas atas relatando as atividades desenvolvidas no evento. As atas serão publicadas em jornal de circulação regional num prazo máximo de 15 dias;

⁸ Resolução 25, de 18 de março de 2005 e Resolução 34, de 1º de julho de 2005, do Conselho Nacional das Cidades/Ministério das Cidades.

- as atas das audiências públicas, suas listas de presenças e o relatório das atividades e reuniões desenvolvidas no processo de elaboração do plano diretor serão encaminhados, pelo Poder Executivo, à Câmara Municipal, como anexos aos projetos de lei constituintes do Plano Diretor Municipal.

A 1ª Audiência Pública, a ser convocada nos primeiros trinta dias do processo de elaboração do Plano, terá como pauta:

- proposta para a implementação de um processo de planejamento local e de estratégias para a elaboração do PDM, condicionadas aos requisitos constitucionais e legais;
- mobilização da comunidade, com destaque para a importância da participação cidadã na elaboração do Plano Diretor;
- identificação de entidades, associações e movimentos sociais atuantes no município;
- criação de uma Comissão de Acompanhamento para representar a comunidade no processo de elaboração do Plano Diretor, definindo-se sua composição e atribuições;
- sondagem inicial sobre as necessidades e aspirações comunitárias quanto ao PDM.

A 2ª Audiência Pública será convocada após o encerramento da fase de Diretrizes e Proposições. Sua pauta será constituída por:

- apresentação da avaliação temática integrada para o desenvolvimento municipal, sob forma resumida, com ênfase nas matrizes CDP e nos mapas-síntese;
- apresentação de diretrizes e propostas para o desenvolvimento municipal;
- manifestação através de folder interativo e da palavra aberta da sociedade civil sobre diretrizes e proposições apresentadas, incentivando-se sugestões para o aprimoramento das propostas;

A 3ª Audiência será ocasião para o coroamento das tarefas de elaboração do PDM, deixando constituída uma organização que acompanhe e avalie, daí em diante e de modo permanente, a implementação do Plano. Sua agenda será:

- apreciação das proposições para a legislação básica;
- apresentação do plano de ação e dos indicadores de acompanhamento;
- aprovação da proposta de projetos de investimentos;
- avaliação dos produtos finais do Plano Diretor Municipal;
- definição dos critérios para a atualização do PDM;
- criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória, a partir da avaliação do funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor, definindo-se sua composição e suas atribuições.

Para assegurar que as audiências públicas sejam representativas, deverá haver ampla divulgação do evento, expedindo-se convites às organizações da sociedade civil existentes no município, bem como se utilizando dos meios de comunicação de massa (rádios AM e FM, jornais, semanários, painéis, quadros de editais de colégios, repartições públicas, entidades comunitárias) e, como reforço, convite por telefone as pessoas que ocupam cargos nas organizações comunitárias. Será considerado como representativo, um percentual de pelo menos 1% dos eleitores inscritos no município de União da Vitória (ou seja, na faixa de 378 pessoas)⁹, somados os presentes na Audiência Pública e nas reuniões preparatórias, onde o mesmo conteúdo será apresentado nas comunidades urbanas e rurais.

2.7.3 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

A Comissão de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória será a forma de participação popular mais ativa no processo de elaboração deste instrumento de planejamento.

Seus componentes serão definidos na 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal e seus coordenadores devem ser escolhidos pela própria comissão, entre os seus membros. A inscrição para participar da Comissão de Acompanhamento será livre, evitando-se a elitização da representação comunitária. Sugere-se, no caso do município de União da Vitória, um mínimo de 30 pessoas, garantindo-se espaço para as categorias profissionais, associações e as comunidades que constituem o município.

⁹ Eleitorado de 37.784 pessoas em 2006, conforme IPARDES, Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória, 2007.

Além da tarefa de fiscalizar a elaboração dos trabalhos, a Comissão de Acompanhamento participará de reuniões de trabalho em todas as fases, onde dividirá o poder de decisão preliminar com a Equipe Técnica Municipal, exercendo a leitura comunitária da análise, das propostas, da legislação e do plano de ação, tendo total liberdade de acesso a todos os documentos produzidos pela empresa consultora.

2.7.4 WORKSHOPS COM SETORES DA POPULAÇÃO

Visando aumentar a participação de toda a população no processo de elaboração do PDM e levando em conta certa inibição em manifestações (escritas ou verbais) em eventos formais como as audiências públicas, principalmente por parte da população mais simples, serão empreendidas três rodadas de *workshops* com setores da população.

No primeiro conjunto, a população do município será auscultada através de reuniões com entidades representativas como diretorias de associações de bairro, diretorias de associações comunitárias, religiosas e culturais e representantes do empresariado em geral (associação comercial, governança do arranjo produtivo local, principais geradores de emprego), consolidando a análise realizada.

Num segundo momento, em reuniões preparatórias para a Segunda Audiência Pública, a população será convidada para participar diretamente de *workshops* em suas comunidades de origem, o que se aplica principalmente às comunidades rurais, mas também em relação às populações dos bairros mais consolidados, especialmente nas regiões de São Cristóvão e São Domingos.

Por fim, a população de União da Vitória, organizada por local de moradia, serão convidadas a participar de reuniões preparatórias para a Terceira Audiência Pública, onde poderão debater a Legislação Básica derivada do Plano Diretor e o Plano de Ação para os próximos cinco anos. Em discussões específicas acerca da legislação urbanística, poderão ser agendadas reuniões com os agentes modificadores do espaço urbano, como representantes da associação de engenheiros e arquitetos, imobiliárias e empreendedores imobiliários.

Em todas essas reuniões, haverá produção de material impresso na forma de *folders* específicos para cada assunto e quando possível, haverá também apresentação em meio digital projetada, de forma a permitir melhor visualização do conteúdo.

2.7.5 REUNIÕES COM OS VEREADORES

Especificamente na fase de discussão dos anteprojetos de leis, estarão sendo disponibilizadas aos vereadores do Município de União da Vitória entre duas e cinco reuniões, versando sobre as diretrizes já sobre a forma como estarão sendo incorporadas ao corpo de diplomas legais do município, sobre o conjunto de leis de regulação urbanística e sobre os instrumentos legais decorrentes da aplicação, ao município, do Estatuto da Cidade. Em todas as reuniões, haverá produção de material impresso na forma de *folders* e apresentação digital do conteúdo dos anteprojetos de lei propostos.

De qualquer forma, conta-se com a participação dos vereadores nas reuniões de trabalho junto à comunidade e como membros da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor. Em ambos os casos, os edis que se fizerem presentes às reuniões comunitárias ou se mantiverem como membros da Comissão de Acompanhamento estarão trabalhando como elementos de ligação e como informantes de seus pares a respeito do processo de elaboração do PDM.

2.7.6 CONFERÊNCIA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Conforme prevê o Termo de Referência, a consultoria prestará apoio à realização da Conferência do Plano Diretor Municipal, a ser convocada pela Prefeitura Municipal, em data posterior à última Audiência Pública, com o objetivo de dar início ao processo de planejamento participativo e permanente, realizar a escolha dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal, dentro das regras a serem estabelecidas na Lei da Gestão Democrática e obter o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação do Plano Diretor Municipal construído coletivamente.

O apoio da Consultoria, dentro da Conferência, se dará pelo Terceiro Treinamento do PDM, voltado para a Equipe Técnica Municipal, a Comissão de Acompanhamento e munícipes interessados na formação do Conselho Municipal, sendo este composto de uma apresentação geral resumida do Plano Diretor Municipal, com exposição ilustrada por *slides*, e ênfase especial no processo de participação popular, na organização de conselhos municipais em geral e do CDM em particular, além da apresentação dos indicadores de desempenho do Plano de Ação e Investimentos como medidas do sucesso do processo de implementação do Plano Diretor Municipal. Além da exposição, a consultoria apoiará a compreensão dos presentes à Conferência com apostilas e *folders* ilustrativos das etapas sucessivas do Plano Diretor e da apresentação dos projetos estruturantes oriundos da discussão das diretrizes e proposições.

2.8 TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

2.8.1 TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

Os materiais coletados diretamente pela empresa consultora poderão ser copiados, desde que solicitados com antecedência de pelo menos cinco dias úteis e às expensas do interessado. Materiais e publicações com direitos reservados poderão ter cópia apenas de parte de seu teor, de acordo com as normas de direitos autorais em vigor. Materiais obtidos através de *internet* ou de domínio público poderão ser fornecidos em sua íntegra em meio digital através de envio de solicitação formal para endereço eletrônico (*e-mail*) **pduniao@yahoo.com.br**. A versão final do Plano Diretor será propriedade da Prefeitura Municipal de União da Vitória.

Serão fornecidas à Equipe Técnica Municipal e à Comissão de Acompanhamento cópias preliminares das diversas fases do Plano Diretor, para discussão nas reuniões de trabalho. Assim que cada fase do plano diretor for aprovada pela Prefeitura Municipal e pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade, seu conteúdo poderá ser disponibilizado em página da *internet* definida pela Prefeitura Municipal, para acesso livre e irrestrito. Ao final dos trabalhos, na solenidade de entrega oficial do Plano Diretor de União da Vitória, serão distribuídos 50 *cd-roms* com os produtos finais do PDM para os presentes.

Em qualquer momento, qualquer cidadão poderá solicitar cópia digital formato *.pdf* (*Acrobat Reader*) das fases já aprovadas do PDM, através do *e-mail* **pduniao@yahoo.com.br**. Poderá ter também livre acesso ao material coletado diretamente ou indiretamente na sede da empresa consultora, (Rua Generoso Marques dos Santos, 130 – Ponta Grossa – PR) durante horário comercial, desde que agende horário com os responsáveis, com pelo menos três dias de antecedência. Para profissionais da imprensa, poderão ser fornecidos cartogramas ou figuras em formatos especiais (diferentes dos colocados no corpo do Plano Diretor) desde que solicitados com antecedência mínima de cinco dias úteis.

2.8.2 QUARENTENA VOLUNTÁRIA DA CONSULTORIA

A transparência do processo de planejamento inclui requisito de isenção do corpo técnico envolvido nas decisões que acarretem em possíveis benefícios ou prejuízos para entes da iniciativa privada. Por esse motivo, a empresa consultora assume o compromisso de não prestar serviços de nenhuma natureza para a iniciativa privada, dentro do município de União da Vitória, durante o período de trabalho e nos primeiros seis meses posteriores à elaboração do Plano Diretor Municipal. Esta quarentena deve ser formalizada através de publicação de súmula em jornal de circulação regional em até 20 dias após a assinatura do contrato.

2.8.3 DIVULGAÇÃO

A divulgação do processo de planejamento, mas também a colocação de temas que forem considerados viscerais para o desenvolvimento da comunidade municipal de União da Vitória serão objeto de esforços de divulgação, em especial:

- elaboração de releases especialmente redigidos para leitura em rádio, meio de comunicação de alcance popular, através de emissoras AM e FM com sede em União da Vitória e Porto União, desde que solicitados pelos órgãos de imprensa ou pela assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal;
- textos especiais para serem divulgados nos eventos das igrejas, escolas e clubes sociais;
- folders impressos para distribuição nas Audiências Públicas e workshops com a comunidade;
- cartazes para convocação às audiências e *workshops*, a serem afixados nas repartições e equipamentos públicos, comércios e instituições;
- divulgação via *internet*, através de *site* definido pela Prefeitura Municipal.

Na medida do possível, serão distribuídos *folders*, cartazes e filipetas voltados para a distribuição nas escolas do município, divulgando os resultados das fases e os produtos parciais do Plano Diretor. Estes meios de comunicação e divulgação serão utilizados caso a Equipe Técnica Municipal, a Comissão de Acompanhamento e a empresa consultora considerem que os outros meios acima

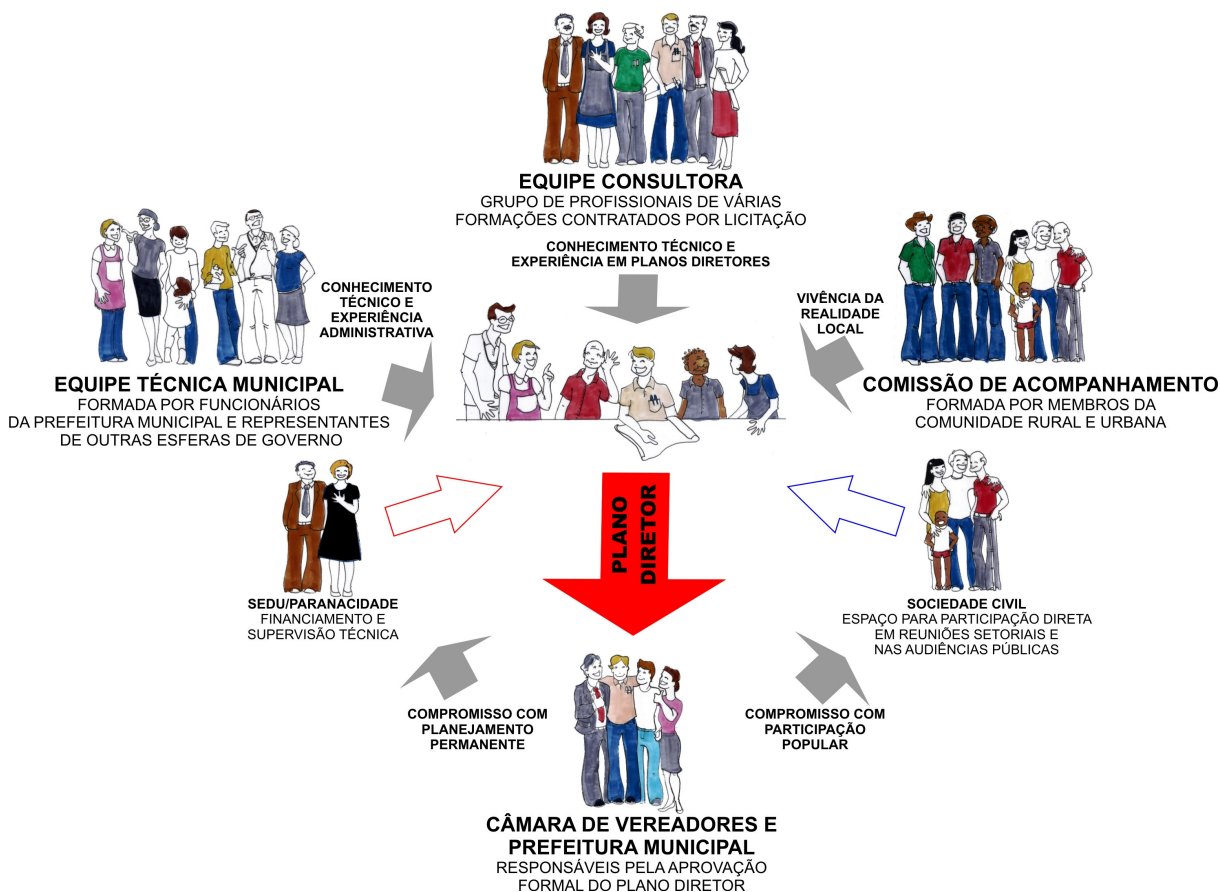
descritos não estão conseguindo atingir a maior parte da população. Além disso, cartazes, murais públicos e faixas poderão ser utilizados para divulgar itens estruturantes das discussões juntamente com a convocação da população para as atividades a serem desenvolvidas.

2.9

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Importante para o processo de elaboração do Plano Diretor, a existência da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento ultrapassa, no entanto, essa fase, firmando-se como peças fundamentais no processo de planejamento permanente que se busca instaurar na comunidade de União da Vitória. Pode-se afirmar que a Equipe Técnica Municipal constitui o embrião da equipe permanente de planejamento a ser instituída, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento ou Assessoria especial a ser criada, para captar e tratar dados, alimentar de informações a comunidade e, em especial, manter elo com os seus representantes que forem escolhidos para a avaliação permanente no desenrolar da implementação do Plano Diretor Municipal. Já a Comissão de Acompanhamento fornecerá a maioria dos membros da primeira composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, ao qual tarefas extremamente importantes serão delegadas, para que, em nome da comunidade, dê pareceres, convoque audiências, e, sobretudo, mantenha permanente o processo de avaliação e correção dos rumos tomados pelas ações estruturantes do Plano Diretor, em seus dez anos de vigência.

Figura 02
Organograma simplificado do Plano Diretor Municipal de União da Vitória



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

2.9.1 EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

A Equipe Técnica Municipal será nomeada através de decreto do Prefeito Municipal, o qual levará em conta o conhecimento e a vivência dos funcionários do quadro próprio. É de todo interessante preferir funcionários de carreira, pessoas que estarão certamente fazendo parte da estrutura funcional da Prefeitura nos próximos anos, mesmo após a gestão atual. No mínimo dois funcionários de cada Secretaria deverão compor a equipe, sendo um membro titular e um suplente.

A transferência de conhecimento e experiências adquiridas durante a elaboração do Plano, por profissionais de diversos departamentos, permitirá que eles se tornem planejadores setoriais,

fortalecendo dentro de suas respectivas áreas o conceito de eficiência na gestão dos recursos públicos. A capacidade de visão ampla dos potenciais, deficiências e condicionantes existentes no município, despertada pelos trabalhos da Equipe Técnica Municipal, permitirá que cada departamento possa agir em consonância com os demais, buscando objetivos comuns.

O trabalho da Equipe Técnica Municipal será conjugado ao da Consultoria contratada, estando desde já previstas 9 reuniões de trabalho e 2 reuniões especiais de treinamento, uma ao início e outra ao final dos trabalhos. Além da participação nas reuniões e no desempenho das tarefas delegadas (pesquisas documentais, obtenção de fontes de dados) espera-se de cada membro da Equipe Técnica Municipal a participação nas tomadas de decisão preliminares, que serão depois submetidas à avaliação da população em geral.

2.9.2 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

A Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor será responsável por acompanhar de perto a elaboração dos trabalhos e partilhar as decisões preliminares, que serão levadas posteriormente para aprovação de toda a comunidade.

Para que a comissão possa exercer com consequência o seu papel, será necessário inicialmente um treinamento, para o qual está sendo previsto um evento específico. Estarão sendo agendadas reuniões de trabalho com a Comissão de Acompanhamento em 9 ocasiões, sendo três eventos durante a fase de análise temática, duas durante a discussão de diretrizes e proposições, duas na fase de anteprojeto de legislação e duas durante o plano de ação e investimentos. Em todas essas reuniões, haverá produção de material impresso de apoio e apresentação digital da pauta da reunião. Os relatórios destas reuniões poderão ser enviados para o endereço eletrônico de cada membro da Comissão em no máximo 5 dias úteis após sua realização, desde que solicitado formalmente.

2.9.3 TREINAMENTO 1

Logo após a Primeira Audiência Pública, a Equipe Técnica Municipal participará de uma reunião de treinamento com duração prevista de duas a três horas. A reunião de treinamento terá como pauta: (a) definições gerais sobre o Plano Diretor Municipal, suas etapas, os produtos que se espera de cada fase; (b) exposição e discussão do cronograma dos trabalhos de elaboração do PDM; (c) listagem das tarefas individuais de cada membro da ETM e de sua contraparte na equipe da Consultoria. Os membros da Equipe Técnica Municipal serão, também, preparados para tomarem parte nas reuniões públicas e no processo contínuo de participação popular que permeia a elaboração do plano diretor.

A reunião de treinamento será apoiada por projeções do tipo *PowerPoint* ou similar, bem como por material escrito, que constituirá uma apostila especialmente elaborada para este fim.

2.9.4 TREINAMENTO 2

Após a definição dos membros da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor na Primeira Audiência Pública, seus membros participarão de uma reunião de treinamento de aproximadamente duas horas, com a seguinte pauta: (a) embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor Municipal; (b) mecanismos de participação popular para elaboração do Plano Diretor; (c) competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento.

Os membros da Equipe Técnica Municipal serão convidados para participar também deste treinamento, como forma de estreitar as relações entre os grupos de trabalho. A reunião de treinamento será apoiada por projeções do tipo *PowerPoint* ou similar, bem como por material escrito, que constituirá uma apostila com os conteúdos deste Plano de Trabalho.

2.9.5 TREINAMENTO 3

Na fase final dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor, a Equipe Técnica Municipal e membros da Comissão de Acompanhamento serão convidados a participar de um treinamento sobre a

implementação do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, com duração total de duas a três horas e os seguintes temas: (a) implementação do Plano Diretor; (b) criação, atribuição, composição e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal; (c) indicadores de acompanhamento da eficiência do plano diretor; (d) critérios para revisão e adaptação do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.

Da mesma forma que nos treinamentos anteriores, os trabalhos serão apoiados por apostila específica e apresentação digital. Ao final das reuniões de treinamento, cada participante interessado receberá ainda um CD com o conteúdo total do Plano Diretor.

2.10 EQUIPE CONSULTORA, MATERIAIS PRODUZIDOS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS

Serão responsáveis técnicos pelo processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, a Equipe Técnica Municipal e a Equipe Consultora contratada, adiante descrita. Após o treinamento inicial da ETM, as tarefas de condução das pesquisas, reuniões e demais eventos serão compartilhadas entre as duas equipes, de maneira a permitir o máximo proveito dos conhecimentos e vivências individuais de seus membros.

2.10.1 EQUIPE CONSULTORA

A coordenação dos trabalhos, da parte da consultoria, estará a cargo dos sócios da empresa, sendo:

- Clarissa de Almeida Lima (arquiteta/urbanista), coordenadora geral dos trabalhos
- Pier Luigi Larocca (arquiteto/urbanista), coordenador físico-territorial
- Joel Larocca Jr (engenheiro civil/mestre em economia), coordenador sócio-econômico e institucional.

Completarão a equipe, ainda com funções dirigentes:

- Carlos Hugo Rocha (engenheiro agrônomo/mestre em engenharia florestal/doutorando em meio ambiente), pesquisador e consultor quanto ao meio natural e à economia do setor primário
- Rubens de Lima (advogado), consultor em legislação urbanística e Estatuto da Cidade;
- Nair Lurdes Schoemberger Serrato (economista), consultora quanto aos aspectos sociais do desenvolvimento econômico e organização comunitária para geração de emprego e renda;
- Átila Christian Santana (geógrafo), consultor em geoprocessamento.
- Heres Ariel Diniz Benetti (engenheiro civil / especialista em gestão ambiental), consultor em sistema viário, redes de saneamento e arborização urbana.

além da consultoria especial de professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com formação específica em aspetos ambientais:

- Luiz Carlos Godoy (geólogo/mestre em engenharia de materiais/doutorando em geologia);
- Rosemary Segecin Moro (farmacêutica-bioquímica/mestre e doutora em botânica);

Mediante aceite da Equipe Técnica Municipal, a consultoria poderá propor a participação pontual de mais consultores em temas específicos, sem nenhum ônus adicional à Municipalidade.

2.10.2 MATERIAIS PRODUZIDOS

Durante a elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, serão produzidos os seguintes materiais:

- 14 apresentações em PowerPoint ou similar;
- 3 apostilas completas de treinamento (tiragem total de 100 unidades);
- 13 folders para as reuniões de trabalho (tiragem total de 250 unidades por folder) , sendo:
 - a) 1 *folder* de apresentação do que é o Plano Diretor.
 - b) 3 *folders* para a fase de Análise Temática Integrada.
 - c) 2 *folders* para a fase de Diretrizes e Proposições.
 - d) 2 *folders* para a fase de Legislação Básica e Instrumentos de Gestão.
 - e) 2 *folders* para a fase de Plano de Ação e Investimentos.
 - f) 3 *folders* interativos para as Audiências Públicas do Plano Diretor.
- 2 versões, impressas e digitais, de cada fase do Plano Diretor, entregues à Prefeitura Municipal de União da Vitória e ao Serviço Social Autônomo Paranacidade para apreciação e posterior consolidação;
- 3 versões, impressas e digitais, do produto final do Plano Diretor entregues à Prefeitura Municipal de União da Vitória, uma das quais será encaminhada ao Serviço Social Autônomo Paranacidade;
- 50 *cd-roms* com a versão final do Plano Diretor para distribuição para a comunidade.

2.10.3 EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS

Para a execução do Plano Diretor de União da Vitória, a Consultoria disponibilizará o seguinte equipamento:

- 4 microcomputadores tipo desktop;
- 1 microcomputador tipo notebook;
- 2 máquinas multifuncionais HP 1210 e HP 3920 (impressora, scanner e copiadora);
- plotter Xerox 2230ij;
- 2 máquinas fotográficas digitais;
- gravador de voz para as três audiências públicas;
- 2 aparelhos GPS (*global positioning system*) com precisão na faixa de 10 metros;

Serão utilizados, para elementos escritos e para projeções, bem como tabelas, gráficos e planilhas, os *softwares Microsoft Office (Word, Excel e Powerpoint)*, posteriormente traduzidos para arquivos de leitura de domínio público (*Acrobat Reader*). As peças gráficas utilizarão os software *Autocad R12* e *Corel Draw 10*, sendo os arquivos ao final transformados para o formato de leitura de domínio público (*Acrobat Reader*).

2.11

QUADRO-SÍNTESE DO PLANO DE TRABALHO

FASE	ATIVIDADE	MÉTODOS E TÉCNICAS	PRODUTOS	
			INTERMEDIÁRIOS	FINAIS
PLANO DE TRABALHO	Assinatura do contrato			
	Plano de Trabalho - versão final		Volume PT final	
	Plano de Trabalho - versão corrigida			Volume PT corrigido
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	Primeira Audiência Pública	Exposição / sondagem (questionário)	Fdder 1 e 2	
	Treinamento ETM		Apostila 1	
	Treinamento Comissão Acompanhamento	Evento interativo de 2 horas	Apostila 2	
	Reunião análise temática 1 (ETM+CA)	Trab campo/pesquisa/tratamento dados	Fdder 3	
	Reunião análise temática 2 (ETM+CA)	Trab campo/pesquisa/tratamento dados	Fdder 4	
	Reunião análise temática 3 (ETM+CA)	Trab campo/pesquisa/tratamento dados	Fdder 5	
	Reuniões setoriais p/ consolidação avaliação	Evento interativo: exposição/quest./síntese	Fdders 3, 4 e 5	
	Análise temática - versão final		Volume AT final	
	Análise temática - versão corrigida			Volume AT corrigido
DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	Reunião diretrizes e proposições 1 (ETM+CA)	Propostas preliminares/quest./síntese	Fdder 6	
	Reunião diretrizes e proposições 2 (ETM+CA)	Propostas preliminares/quest./síntese	Fdder 7	
	Reuniões setoriais p/ consolidação diretrizes	Evento interativo: exposição/quest./síntese	Fdders 6 e 7	
	Segunda Audiência Pública	Exposição/part. verbal e escrita/questionário	Fdder 3,4,5,6 e7	
	Diretrizes e proposições - versão final		Volume DP final	
	Diretrizes e proposições - versão corrigida			Volume DP corrigido
LEGISLAÇÃO BÁSICA E INSTRUMENTOS GESTÃO	Reunião legislação básica 1 (ETM+CA)	Prop. esquemáticas/questionamento/síntese	Fdders 8 e 9	
	Reunião legislação básica 2 (ETM+CA)	Prop. esquemáticas/questionamento/síntese	Fdder 10	
	Legislação básica - versão final		Volume LB final	
	Reuniões vereadores - legislação urbanística	propostas/quest./síntese	Fdders 8 e 9	
	Reuniões vereadores - legislação Estatuto	propostas/quest./síntese	Fdder 10	
	Legislação básica - versão corrigida			Volume LB corrigido
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	Reunião plano de ação 1 (ETM+CA)	Prop. Esquemáticas/questionamento/síntese	Fdder 11	
	Reunião plano de ação 2 (ETM+CA)	Prop. Esquemáticas/questionamento/síntese	Fdder 12	
	Reuniões setoriais consolidação Leis + P. Ação	Evento interativo: exposição/quest./síntese	Fdders 8,9,10,11 e 12	
	Terceira Audiência Pública	Exposição/part. verbal e escrita/questionário	Fdder 13	
	Plano de Ação e Investimentos - versão final		Volume PA final	
	Treinamento Final / Conferência do PDM	Evento interativo de 3 horas	Apostila 3	

Abreviações: ETM (Equipe Técnica Municipal do Plano Diretor), CA (Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor), PT (Plano de Trabalho), AT (Análise Temática Integrada), DP (Diretrizes e Proposições), LB (Legislação Básica e Instrumentos de Gestão), PA (Plano de Ação e Investimentos).

Tabela elaborada pela Consultoria.

3 ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Constitui o presente volume, o produto da fase de Análise Temática Integrada, segunda etapa da elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória. Destina-se, a avaliação dos diversos temas, a construir um extenso painel diagnóstico sobre os aspectos relacionados com a inserção regional, com o meio ambiente, com os aspectos socioeconômicos, sócio-espaciais e institucionais do município, bem como o levantamento e apreciação de sua infraestrutura, seu equipamento e os serviços públicos colocados à disposição da sua população. Serve como embasamento para a tomada de decisões a respeito dos rumos que serão impressos ao desenvolvimento municipal nos próximos dez anos.

A extensa enunciação dos elementos componentes da paisagem natural e do *constructo* humano que fazem de União da Vitória um município singular, é ilustrada com quadros, gráficos, fotografias e, principalmente, com quarenta mapas, principal forma de expressão no decurso de um processo de planejamento municipal, posto que referenciam as informações às porções do território onde se dão os eventos, permitindo uma leitura clara de cada compartimento municipal.

Ao final da exposição de elementos analisados, empreende-se um esforço de síntese e de integração, através da construção das matrizes CDP, nas quais são levantados, para cada um dos temas analisados, os fatores condicionantes (C), a serem cotejados com a listagem das eventuais deficiências a serem mitigadas (D) e as potencialidades (P) latentes, a serem empregadas como ferramentas para o desenvolvimento futuro. Também sob a ótica de esforço integrador deve ser encarado os mapas-síntese urbanos e rurais de União da Vitória, onde além da compartimentação proposta forma também espacializadas as principais CDPs.

Além do intenso trabalho da equipe multidisciplinar consultora, a consolidação da Análise Temática Integrada contou com o necessário esforço coletivo, de vez que seu conteúdo foi construído através de leituras técnicas, para as quais foi imprescindível o concurso da Equipe Técnica Municipal, formada pelos funcionários municipais de todas as secretarias, e seguidamente submetido às leituras comunitárias, para as quais foi inestimável a participação da Comissão de Acompanhamento formada a partir da Primeira Audiência Pública. Além das oito sessões com as equipes permanentes foram realizadas também quatro reuniões com representantes comunitários, na Região Sul, Central, São Cristóvão e Conjuntos, que somadas às participações da Segunda Audiência Pública permitiram apresentar o diagnóstico que se segue.

3.1 LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

3.1.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Prancha 01

Mesorregião. União da Vitória é uma das capitais regionais do Sudeste Paranaense. Essa mesorregião caracteriza-se por possuir duas cidades principais – Irati e União da Vitória – ambas com situação geográfica excêntrica, conforme se pode verificar claramente na Prancha 01. Se, no caso de Irati, essa localização é amenizada pela proximidade com a capital, com União da Vitória ocorre o contrário: a posição do município junto à divisa sul do Paraná, sobre a fronteira com o estado de Santa Catarina, tende a proporcionar certo isolamento em relação à sua própria mesorregião. Por outro lado, oferece oportunidades de integração com os municípios catarinenses da microrregião de Canoinhas, da qual faz parte o município imediatamente vizinho através da fronteira estadual, Porto União, cuja sede urbana é, na verdade, compartilhada com União da Vitória.

O Sudeste Paranaense possui uma área de 17.010 km² (170.100 hectares), na qual reside uma população de 396.081 moradores, espalhada em 21 municípios. Comporta quatro microrregiões, a saber: Prudentópolis, São Mateus do Sul, Irati e União da Vitória. A primeira, distante de União da Vitória mais de 200 km, agrega sete municípios, com população de 125.602 pessoas dispersas numa área de 61.594 hectares, com baixa polarização (cidade-sede com apenas 21.661 habitantes). A segunda, com apenas três municípios, população de 60.240 habitantes numa área de 25.306 hectares, tem certa ligação com União da Vitória devido ao compartilhamento da BR-476 (e do próprio Rio Iguçu, outrora importante via de comunicação) e apresenta baixa centralidade, por ter sede numa cidade de apenas 24.028 habitantes urbanos. Já Irati é “a outra” capital do sudeste, cidade de 42.196 habitantes urbanos, sede do campus avançado de uma universidade estadual e centro industrial de certo porte. Sua microrregião, cuja área é de 28.293 hectares, tem uma população total de 93.866 habitantes em apenas quatro municípios, um dos quais, Mallet, apresenta-se polarizado tanto por Irati quanto por União da Vitória.

Microrregião. A microrregião de União da Vitória estende-se por um território de 54.912 hectares, onde se localizam, além do município-pólo, outras seis unidades federadas, a saber: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paulo Frontin, Paula Freitas e Porto Vitória. Estes dois últimos municípios, a propósito, eram distritos de União da Vitória até cerca de cinquenta anos passados. Na microrregião moram 116.373 habitantes (quase 30% da mesorregião), dos quais não menos de 51.043 no município-pólo, sendo 48.030 no próprio quadro urbano de União da Vitória (41% da população microrregional), que, claramente, se constitui no principal núcleo urbano do Sudeste como um todo.

Distância às Cidades Próximas.. As distâncias rodoviárias entre União da Vitória e sedes urbanas dos municípios integrantes de sua microrregião, são as que constam do Quadro 01. As capitais microrregionais do Sudeste e os pólos de segundo e primeiro nível, Ponta Grossa e Curitiba, distam de União da Vitória conforme o Quadro 02

Quadro 01
Distâncias de União da Vitória às cidades da microrregião e cidades catarinenses vizinhas

<i>Cidade</i>	<i>Distância (km)</i>
Porto União	-
Porto Vitória	17
Matos Costa	20
Paula Freitas	23
General Carneiro	36
Cruz Machado	49
Paulo Frontin	49
Bituruna	74

Fonte: SETR/DER, *Mapa Rodoviário do Estado do Paraná*. Disponível no site www.parana.pr.gov.br, consulta em março de 2008.

Quadro 02
Distâncias de União da Vitória às capitais microrregionais do Sudeste e capital do Estado

<i>Cidade</i>	<i>Distância (km)</i>
São Mateus do Sul	86
Irati	148
Prudentópolis	200
Ponta Grossa	186
Curitiba	239

Fonte: SETR/DER, *Mapa Rodoviário do Estado do Paraná*.
Disponível no site www.parana.pr.gov.br, consulta em março de 2008.

Área do Município. O município de União da Vitória tem atualmente uma extensão territorial de 731,7 km² (73.170 hectares). Até 1960, a área municipal era de 1.262 km², mas entre 1960 e 1970 foram tornados autônomos os até então distritos de Porto Vitória e Paula Freitas, reduzindo a área da unidade geográfica ao seu valor atual.

Coordenadas Geográficas. O território municipal fica enquadrado entre as coordenadas que constam do Quadro 03. A cidade é localizada pelas coordenadas de seu centro, na latitude 26 ° 13' 48" S e na longitude 51 ° 05' 11" W¹⁰.

Quadro 03
Coordenadas UTM dos pontos extremos do Município de União da Vitória

<i>Ponto extremo</i>	<i>Coord. X</i>	<i>Coord. Y</i>
Norte	506.882	7.130.965
Sul	480.738	7.090.823
Leste	507.518	7.129.332
Oeste	471.642	7.109.578

Fonte: Calculado pela Consultoria sobre base cartográfica fornecida pela COPEL.

Do Quadro 03, deduz-se que a distância entre o extremo leste e o extremo oeste é de 35.876m e a maior distância entre o extremo sul e o extremo norte é de 40.142m.

Altitudes. As altitudes da região de entorno de União da Vitória têm suas menores cotas determinadas pelo nível do Rio Iguazu, que constitui a principal calha da região. No município, a cota mais baixa do Rio é de 730 metros sobre o nível do mar, na foz do Rio Palmital, extremo oeste. Por outro lado, as cotas mais elevadas são representadas pelos cumes da escarpa mesozóica da Serra da Esperança, atingindo 1.203 m no ponto culminante, situado na divisa com Paula Freitas, na Serra da Esperança.

3.1.2 SISTEMA REGIONAL DE TRANSPORTES

Prancha 01

Transporte Rodoviário. A microrregião de União da Vitória liga-se à Capital e ao porto de Paranaguá através da BR-476, principal artéria rodoviária regional, a qual conduz também a São Mateus do Sul, Lapa e Araucária. Essa estrada federal contorna a cidade pelo norte, interligando-se a ela as rodovias estaduais distribuidoras do tráfego entre os municípios da região. Em Paula Freitas, 23 km a leste de União, interliga-se ao ramo norte da PRT-153 (chamada a "Transbrasileira"), que conduz a Irati, via Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul e Rebouças. No seu ramo sul, a PRT-153 conduz a General Carneiro, com um entroncamento a oeste, onde nasce a PR-170, ligando a Bituruna. A PR-447 parte diretamente de União da Vitória para interligar Cruz Machado e a PR-446 interliga a cidade ao ex-distrito de Porto Vitória. Porto União, a cidade-gêmea de União da Vitória situada no estado de Santa Catarina, interliga-se ao restante do estado através da BR-280, importante estrada federal que conduz a Canoinhas, Mafra, Joinville e ao porto de São Francisco do Sul.

Como se percebe pela descrição acima e pelo mapa constante da Prancha 01, União da Vitória constitui um entroncamento rodoviário de certo porte, ponto de convergência não somente de

¹⁰ IPARDES, *Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória*. Curitiba: IparDES, 2007.

produtos e pessoas de sua própria microrregião, mas também de considerável parcela do oeste de Santa Catarina (região de Caçador) e do Rio Grande do Sul (região de Erechim).

Transporte Ferroviário. A ferrovia São Paulo – Rio Grande, cujos trilhos chegaram a União da Vitória em 1905, sendo desativados em 1997, constituiu-se, durante quase um século, no principal elemento de transporte regional, além de ter-se transformado em ícone da história local. Ainda hoje, a linha do eixo da antiga ferrovia constitui a fronteira entre Paraná e Santa Catarina e, desse modo, também a divisa entre União da Vitória e Porto União. Por ocasião da partilha da cidade, em 1917, para não fundamentar descontentamentos regionalistas, a ferrovia passou a manter duas estações, a poucos quilômetros de distância uma da outra, servindo cada qual a uma das cidades. Em 1942, foi inaugurada a estação nova, com uma face em cada estado, edificação essa que existe até hoje. No lado paranaense, o edifício abriga um centro cultural, localizado em plena zona central da cidade¹¹ (Figura 03).

Figura 03
Estação ferroviária de Porto União da Vitória



Fonte: Giesbrecht, Ralph Menucci, *Estações Ferroviárias do Brasil*. Disponível no site www.estacoesferroviarias.com.br, consulta em março de 2008.

Desde 1917, União da Vitória interliga-se a Joinville e ao porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, através da linha ferroviária “São Francisco”, que se unia à antiga ferrovia São Paulo – Rio Grande na localidade de Lança, município de Porto União, a poucos quilômetros da sede municipal. Essa ferrovia, cujo traçado segue paralelo à divisa Paraná – Santa Catarina pelo lado sul, ainda se apresenta em tráfego, embora pouco denso e, de qualquer modo, limitado ao transporte de cargas¹².

Transporte Aéreo. Apesar de não contar com nenhuma linha aérea regular, União da Vitória dispõe de instalações de apoio de porte médio (embora sem instalações para uso noturno) constituídas pelo Aeroporto Municipal José Cleto, em pleno quadro urbano, no bairro de São Cristóvão. Conta com pista de pouso pavimentada, de 23x1000m, a partir de cuja cabeceira norte os aparelhos sobrevoam a Avenida Paula Freitas a poucos metros de altura. A instalação é utilizada para cerca de 20 pousos e decolagens mensais, apenas por aeronaves particulares de pequeno porte¹³. A interferência do aeródromo na conformação da malha urbana é manifesta (ver mapas urbanos em geral).

Hidrovias. O Rio Iguaçu, principal hidrovia paranaense até a década de 1950, não mais apresenta tráfego fluvial. Desse modo, sua influência em União da Vitória resume-se, hoje, ao papel que foi desempenhado pela hidrovia através da história e a um possível futuro aproveitamento turístico. O trecho navegável do Iguaçu estende-se de Porto Amazonas a Porto Vitória, mas, na extremidade de jusante, era em União da Vitória que ficava o principal entreposto, onde durante décadas foram embarcadas mercadorias com destino à capital e ao exterior, especialmente madeira e erva-mate. Mesmo o uso turístico da via navegável parece comprometido com os “rasos” que se formaram ao longo do curso do rio, exigindo, mesmo para uso turístico, embarcações especiais de calado muito pequeno^{14,15} (Figura 04).

¹¹ GIESBRECHT, R.M., *Estações Ferroviárias do Brasil*. Disponível no site www.estacoesferroviarias.com.br, consulta em março de 2008.

¹² GIESBRECHT, R.M. *opus cit.*

¹³ PARANÁ, Estado do. *Aerportos Públicos do Paraná*. Disponível no site www.parana.pr.gov.br/aerportos, consulta em março de 2008.

¹⁴ LANGE, F. L. P., *Iguaçu: Um Caminho pelo Rio*. Curitiba: FLP Lange, 2005.

Figura 04
Barco turístico no Rio Iguazu



Fonte: União da Vitória, Secretaria Municipal de Indústria, Com e Turismo.
União da Vitória (folheto turístico), 2008.

Aduanas / Portos Secos. Não há instalações facilitadoras do comércio exterior na região. É necessário recorrer ao aparato da Capital, a 244 quilômetros de distância.

3.1.3 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS

Prancha 02

Polaridade. Sendo União da Vitória a sede de uma microrregião com mais de cem mil moradores no lado paranaense (é preciso considerar ainda uma dose de polaridade sobre parcelas das microrregiões catarinenses de Canoinhas e de Caçador; o IBGE reconhece vetores de polarização pelo menos sobre Porto União e Irineópolis, da primeira e Matos Costa, da segunda, o que acrescentaria 44.769 habitantes à microrregião “estendida”), e sendo uma das capitais regionais da mesorregião Sudeste Paranaense, sua capacidade polarizadora avança além da sua microrregião (o IBGE encontrou vetores consideráveis de polarização sobre São Mateus do Sul, Antonio Olinto e São João do Triunfo, e também sobre Mallet e Rio Azul, todos municípios pertencentes a outras microrregiões paranaenses). Na classificação adotada na literatura especializada¹⁶, trata-se de um “centro sub-regional”, terceiro nível na hierarquia das cidades centrais, logo após a metrópole (Curitiba, 1º nível) e o centro regional (Ponta Grossa, 2º nível). No caso específico de União da Vitória, a cessação do tráfego ferroviário que a ligava à região central do estado, cumulado com o crescimento da capacidade própria de polarização, vêm enfraquecendo consideravelmente os vínculos com Ponta Grossa, cidade que, além do mais, separa-se de União da Vitória por distância apenas um pouco menor que aquela que a separa da capital estadual. Para um habitante local, é mais prático buscar recursos de qualquer tipo diretamente em Curitiba, o que tende a tornar União da Vitória, no futuro talvez próximo, um pólo de 2º nível, ou seja, uma pequena capital regional.

Associação de Municípios. União da Vitória é a sede da Associação dos Municípios do Sul do Paraná (Amsulpar), entidade que congrega outros oito municípios sulinos (General Carneiro, Bituruna, Cruz Machado, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul e Antonio Olinto), que pertencem tanto à microrregião de União da Vitória quanto à microrregião de São Mateus do Sul¹⁷.

Consórcio Intermunicipal. Está organizado com sede em União da Vitória um consórcio intermunicipal na área da saúde pública, congregando os mesmos nove municípios constituintes da Amsulpar, que fazem parte da área de abrangência da 6ª Regional de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESA). Não se conhece a existência de outros consórcios.

Poder Judiciário. União da Vitória é sede da 51ª Seção Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que compreende também a cidade de Mallet. A comarca de União da Vitória compreende quatro varas, sendo uma cível, uma criminal, uma da infância e juventude e, ainda, uma vara especial cível-criminal (pequenas causas). A Vara do Trabalho, subordinada a ramo específico (Justiça do Trabalho) de alçada federal, abrange também o território dos municípios de Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e São Mateus do Sul,

¹⁵ Em reunião da Comissão de Acompanhamento, o assunto suscitou viva discussão, sendo atribuída a formação de rasos, por alguns, ao assoreamento cumulativo devido ao desmatamento da bacia. Para outros, o problema reside na irregularidade das precipitações pluviométricas, já que o rio seria lastreado por um leito rochoso e não arenoso. Lange, *opus cit.*, narra o choque de sua embarcação com rochas submersas entre São Mateus do Sul e União da Vitória.

¹⁶ IPARDES/IPEA, *Redes Urbanas Regionais: Sul (2000)*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em setembro de 2004.

¹⁷ Dos três municípios da microrregião de São Mateus do Sul, dois pertencem à Amsulpar, enquanto São João do Triunfo afilia-se à Associação dos Municípios dos Campos Gerais.

sendo esta última cidade servida por uma Vara Itinerante subordinada à sede¹⁸. A Justiça Federal mantém em União da Vitória uma vara federal, com jurisdição sobre Bituruna, General Carneiro e Cruz Machado, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, São Mateus do Sul, Rio Azul, Rebouças, São João do Triunfo e Antonio Olinto. A Vara Federal de União da Vitória disponibiliza, através de um Juizado Especial Federal (JEF) que os habitantes de Porto União possam se utilizar dos serviços do Poder Judiciário Federal sediado no lado paranaense¹⁹. A Justiça Eleitoral paranaense coloca União da Vitória como sede da 33ª Zona Eleitoral (com abrangência sobre União da Vitória e Paula Freitas) e da 153ª Zona Eleitoral (com abrangência sobre Bituruna, General Carneiro, Cruz Machado e Porto Vitória, além da sede).

Relacionamento com Porto União. A iniciativa da Justiça Federal, acima descrita, constitui fato excepcional na vida das duas “cidades gêmeas”, que na verdade são duas partes de uma só cidade, que foi cortada ao meio em 1917, como uma solução pretensamente “salomônica” para por fim à Guerra do Contestado.

Os sangrentos episódios da luta fratricida entre Santa Catarina e Paraná tiveram, na verdade, uma indisfarçável motivação econômica, apresentando-se, como mentora e principal beneficiária do conflito, a companhia multinacional *Lumber* que havia recebido, juntamente com a ferrovia São Paulo – Rio Grande, a concessão de milhares de hectares de terra ao largo do traçado ferroviário. Como tais terras estivessem desde há muito tempo já ocupadas por moradores, surgiram inevitáveis conflitos quando prepostos da companhia foram promover sua desocupação, não exatamente por meios pacíficos. Não somente a imprensa da época, mas também historiadores até hoje costumam pintar os resistentes como “fanáticos”, que resistiram com unhas e dentes à ocupação, sob a liderança dos monges João e José Maria, até hoje reverenciados pela população mais simples. Sua vida e seus feitos são motivo de lendas ainda atualmente cultivadas como parte importante da cultura regional. A invasão, primeiramente promovida pela Polícia Militar do Estado do Paraná, sem muito sucesso (ocorrendo a morte do Coronel João Gualberto, seu comandante) foi encampada pelo Exército Nacional, que também teve baixas consideráveis ao ocupar a área.

Enquanto o Paraná acreditava ter sua fronteira nas margens do Rio Uruguai, *vis-a-vis* o Rio Grande do Sul, os catarinenses julgavam ser o Rio Iguaçu uma divisa natural com o estado situado ao norte. Também esse desentendimento compareceu à refrega e um acordo de limites, em 1917, colocou a divisa parcialmente no Iguaçu e, no caso do Sudoeste paranaense, no espigão que divide as bacias do Iguaçu e do Uruguai. Como Porto União da Vitória fosse a maior cidade da região e, por assim dizer, a “capital” do Contestado, foi dividida entre os dois estados, mesmo tendo ficado a unidade paranaense localizada ao sul do rio Iguaçu, como um enclave (a hoje “ferradura”, situada entre uma grande curva do Iguaçu e a linha da ferrovia). A divisa foi estabelecida no centro do intervalo entre os dois trilhos da estrada de ferro, dando origem a algumas situações que no são, no mínimo, prosaicas: durante longo tempo, havia duas estações da ferrovia, uma para cada cidade, a pouco menos de quatro quilômetros de distância. Posteriormente, nos anos 1930, foi construído um terminal ferroviário de grande porte (Figura 03), com duas edificações perfeitamente simétricas, uma em cada estado, passando os trilhos ao meio. Essa peça arquitetônica de expressão *art déco*, que constitui um patrimônio cultural de valor, é hoje, com a erradicação dos trilhos, no lado catarinense, sede de algumas secretarias municipais e, no lado paranaense, um centro cultural.

Deve-se citar que no âmbito da sociedade civil não se verifica nenhuma animosidade entre moradores da zona sul e da zona norte da cidade, até pelo contrário, é comum que haja um relacionamento amistoso entre as pessoas. Na administração pública – compreenda-se, no relacionamento cotidiano entre as prefeituras de Porto União e União da Vitória²⁰ – é notável que, apesar da ausência de qualquer animosidade, haja esferas de atuação distintas, que, reforçadas pelas disposições legais, são ciosamente mantidas separadas, acarretando problemas como a falta de escala suficiente para determinados serviços públicos ou até mesmo transtornos para o público. Servem de exemplos do prejuízo trazido à população casos como o do estacionamento regulamentado nas ruas centrais da cidade, recentemente implantado. É necessário que cada motorista porte um talão próprio para usar o estacionamento regulamentado de cada uma das cidades, cuidando em saber se a quadra onde pretende estacionar é paranaense ou catarinense. Os ônibus urbanos de uma e outra cidade não são integrados: há dois terminais urbanos, como há

¹⁸ BRASIL – Poder Judiciário, *Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região: composição*. Disponível no site www.trt9.gov.br, consulta em março de 2008.

¹⁹ BRASIL – Poder Judiciário, *Portal da Justiça Federal da 4ª Região*. Disponível no site www.trf4.gov.br, consulta em março de 2008.

²⁰ Parte das reuniões da Equipe Técnica do presente Plano Diretor contou com a presença do Secretário de Planejamento de Porto União.

também, para os intermunicipais, duas estações rodoviárias. O caso da disposição final de resíduos sólidos chega a ser emblemático: é a mesma companhia que, vencedora de duas licitações distintas, recolhe o lixo em ambas as jurisdições, mas, devido a enfoques burocráticos e fortes diferenças de interpretação das leis ambientais entre as duas autarquias dos dois estados, há dois aterros sanitários, um para cada estado: entre o lixo catarinense e o lixo paranaense não pode haver mistura.

3.1.4 PLANEJAMENTO REGIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prancha 02

Inserção nos Planos Regionais e Estaduais. A política geral de desenvolvimento e o planejamento estratégico do Governo do Paraná^{21,22} estabelecem dez grandes regiões, cujas particularidades ensejam políticas públicas com características diferenciadas. As regiões Curitiba, de Ponta Grossa, de Londrina-Maringá e de Cascavel-Toledo-Foz do Iguaçu são zonas caracterizadas por desenvolvimento auto-sustentado, necessitando apenas intervenções no sentido de regulação. Já o Vale do Ribeira, o Noroeste, o Norte Pioneiro e o Centro constituem espaços deprimidos, que exigem intervenções governamentais de certo porte para a superação dos entraves antepostos ao seu desenvolvimento. Completam tal quadro esquemático, o Litoral e o Corredor Iguaçu, os quais, em função de seus fortes condicionantes ambientais, apresentam necessidade de tratamento especial. União da Vitória integra o conjunto de municípios constituinte do Corredor do Iguaçu, marcado pelos requisitos de sustentabilidade do seu desenvolvimento.

Escritórios Regionais da Administração Pública. Organizações governamentais estaduais e federais exercem sobre União da Vitória sua jurisdição com sede conforme o Quadro 04.

Quadro 04

Órgãos da administração pública estadual e federal com jurisdição sobre União da Vitória

Órgão / entidade	Localidade-sede
Poder Judiciário / Varas Cíveis, Criminais e Eleitorais	União da Vitória
Poder Judiciário / Justiça do Trabalho	União da Vitória
Poder Judiciário / Justiça Federal	União da Vitória
Serviço Registral de Imóveis	União da Vitória
Secretaria de Estado de Adm. e Previdência (SEAP)	União da Vitória
Secretaria de Est. Segurança Pública (SESP) - Polícia Militar	União da Vitória
Secretaria de Est. Segurança Pública (SESP) - Corpo de Bombeiros	São Mateus do Sul
Secretaria de Estado da Agricultura (SEAB)	União da Vitória
Secretaria de Estado da Saúde (SESA) - Regional de Saúde	União da Vitória
Secretaria de Estado da Educação (SEED) – Núcleo Regional	União da Vitória
Secretaria de Estado da Educação (SEED) – Paraná Esporte	Ponta Grossa
Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)	União da Vitória
Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP)	Irati
Secretaria de Est. dos Transportes (SETR) - DER	União da Vitória
Secretaria de Est. dos Transportes (SETR) - DETRAN	União da Vitória
Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) - IAP	União da Vitória
Secretaria de Est. Trabalho Empr.e Prom. Social (SETP)	União da Vitória
Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA)	União da Vitória
Secretaria de Est. do Desenv. Urbano (SEDU) / Paranacidade	Ponta Grossa
Delegacia da Receita Federal	União da Vitória
Delegacia do Ministério do Trabalho	União da Vitória
Associação de Municípios (AMSULPAR)	União da Vitória
Sistema de Comunicações (Telepar / Brasil Telecom)	União da Vitória
Sistema de Energia (Copel)	União da Vitória
Sistema de Saneamento (Sanepar)	União da Vitória
Sistema de Habitação Social (Cohapar)	União da Vitória

Fonte: Organizado pela Consultoria, 2008.

Nota-se que, com exceção da SEOP e da SEDU, as organizações estaduais com funções administrativas têm sede na própria cidade. Situação particular ocorre com o Corpo de Bombeiros, cuja sede paranaense é a cidade de São Mateus do Sul, pois a cidade de União da Vitória é servida, na prática, pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, que dispõe de uma guarnição bem equipada em Porto União²³.

²¹ SEDU/Paranacidade. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná*. Curitiba: SEDU, 2003.

²² SEDU/Paranacidade, Ipardes e UFPR. *Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico*. Curitiba: SEDU, 2006.

²³ Essa situação soma-se às demais na confusão jurisdicional da fronteira Paraná – Santa Catarina. Enquanto município isolado, União da Vitória é suficientemente servida pelo Corpo de Bombeiros do estado vizinho, mas esse serviço não se

Entidades Regionais da Sociedade Civil e da Economia. Entidades para-estatais, como os conselhos profissionais ou como as principais empresas estatais são representados, em União da Vitória, com escritórios locais, exceto alguns casos, conforme o Quadro 05.

Quadro 05
Órgãos da sociedade civil e/ou empresas com abrangência sobre União da Vitória

Órgão / entidade	Localidade-sede
Banco do Brasil S/A	União da Vitória
Caixa Econômica Federal	União da Vitória
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	União da Vitória
Conselho Reg. de Engenharia, Arquitetura, Agronomia	União da Vitória
Conselho Regional de Farmácia	União da Vitória
Conselho Regional de Medicina	Porto União
Conselho Regional de Odontologia	União da Vitória
Conselho Regional de Psicologia	União da Vitória
Conselho Regional de Fisioterapia	União da Vitória
Conselho Regional de Contabilidade	União da Vitória

Fonte: Organizado pela Consultoria, 2008.

Levando em conta a influência dos conselhos profissionais sobre o setor de prestação de serviços local, devido à necessidade de registros diversos, a situação (aparente tranqüila) mostrada no Quadro 05 revela-se problemática quando se necessita galgar um escalão no encaminhamento de documentos: o CREA, por exemplo, submete o escritório de União da Vitória à Regional de Pato Branco; o CRO o faz vinculando a representação local a Guarapuava²⁴.

3.1.5 INSERÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Prancha 03

Arranjo Econômico Regional. Já é assaz conhecido o APL (Arranjo Produtivo Local) da região de União da Vitória e Porto União, que tem sido objeto de estudos, publicações e dispositivos legais para o incentivo econômico, além de farta divulgação. Esse *cluster* tem como atividade central a transformação da madeira em artefatos de valor econômico relativamente elevado, principalmente portas, batentes e janelas para a construção civil (mas também móveis em geral, embora sem a ênfase que lhe é dada no APL de São Bento do Sul, seu vizinho no norte catarinense). Para o sustento da atividade, impõe-se a implantação local do elo anterior da cadeia de produção, representado pelo desdobro e laminação de madeira (de reflorestamento), e (aprofundando-se na direção a montante da linha produtiva) também a exploração silvícola, a qual constitui, não por acaso, a principal atividade primária de toda a região situada no entorno de União da Vitória.

Os elos industriais do arranjo se encontram organizados em torno de uma organização própria, Arranjo Produtivo Local da Madeira de Porto União da Vitória, que congrega 4 reflorestadoras, 8 laminadoras, 20 fabricantes de esquadrias de madeira e 11 empresas de outros segmentos, inclusive moveleiras²⁵. As associações comerciais das duas cidades-gêmeas são as principais incentivadoras da organização, que é também apoiada diretamente pela SEIM (Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul). A entidade organiza eventos tais como: missões empresariais ao exterior, rodadas de negócios em praças-chave do Brasil, além de proporcionar treinamento de funcionários e pesquisa²⁶. Ao constituir um *cluster* segregado espacial e setorialmente, o APL domina a economia de União da Vitória e da região de entorno de tal forma que subordina não somente os demais ramos do setor secundário (e do primário, através da força manifesta atividade de silvicultura), mas também do comércio e dos segmentos prestadores de serviços. Essa concentração constitui simultaneamente uma força (pelo poder econômico que se concentra na cidade e na região) e uma

estende aos demais municípios da microrregião. Em caso de sinistros nas cidades vizinhas, é necessário recorrer à guarnição de São Mateus do Sul, acarretando consideráveis deslocamentos rodoviários.

²⁴ O tema é mencionado na presente análise, por deliberação da Comissão de Acompanhamento, sendo classificado como manifesta *deficiência*, uma vez que prejudica o andamento de processos a que devem submeter-se todos os profissionais de curso superior cuja atividade seja regulamentada. Além da confusão jurisdicional, com a necessidade de duplicar as representações locais conforme o estado (SC ou PR) ocorre ainda confusão locacional (por exemplo: a sede da representação do Conselho Regional de Medicina do Paraná fica em Porto União).

²⁵ APL DA MADEIRA, *APL da Madeira de Porto União da Vitória*. Disponível no site www.apldmadeira.com.br, consulta em março de 2008.

²⁶ APL DA MADEIRA, *opus cit.*

deficiência (pela dependência que isso acarreta à economia local, havendo verdadeiros momentos de depressão quando ocorre baixa nos preços dos produtos finais no mercado nacional e internacional).

Arranjo Regional de Inovação Tecnológica. Acompanhando o APL pelo lado na inovação tecnológica, União da Vitória apresenta um respeitável aparato de ensino superior vocacionado à tradição madeireira. Destaca-se, no topo desse conjunto, o curso de engenharia de madeira do Centro Universitário Municipal de União da Vitória, que somente tem paralelo, no Paraná, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba²⁷. Outros pólos universitários do Sudeste (Irati e São Mateus do Sul) têm sua importância reduzida quando comparados a União da Vitória, que concentra 2/3 do efetivo universitário da mesorregião.

Setor Primário. A existência de um mercado cativo para a colocação de produtos florestais assegura a União da Vitória um escoamento facilitado para sua produção silvícola. No passado, foi a madeira de araucária que proporcionou oportunidades para a extração vegetal, incentivada pela concentração de serrarias ao longo das vias férreas da região. Atualmente, o plantio de *pinus* e *eucaliptus* proporciona abundante matéria prima para as indústrias de esquadrias, que também consomem lâminas de madeiras nobres, que normalmente são importadas da região amazônica.

Contrapondo-se à importância do segmento florestal, corresponde uma visível modéstia dos demais segmentos. A pecuária praticamente inexistente no município (210 mil aves, 12 mil bovinos, menos de 7 mil litros de leite por dia). A produção agrícola anual agregada chega a 1,6 mil salários-mínimos (total de 2005); apenas o milho e a soja apresentaram produções acima de um milhão de reais. A produção da silvicultura atingiu, no mesmo ano. Efetivamente, a análise dos aspectos naturais do solo municipal (declividade, fertilidade) irá demonstrar adiante a pouca vocação do território local para atividades agrícolas ou pecuárias, o que se repete em todos os municípios do arco oeste da microrregião (General Carneiro, Bituruna, Cruz Machado, Porto Vitória), escapando a essa limitação somente Paula Freitas e Paulo Frontin, situados a leste de União da Vitória. Efetivamente, do ponto de vista alimentar, o suprimento de União da Vitória é quase todo ele de procedência externa.

Nesse contexto, apresenta singular importância a presença de alguns agricultores dedicados à produção orgânica, reconhecidos pelo Iapar²⁸ como promissores em face da concentração de fatores produtivos e facilidade de penetração no mercado externo. É citada, no estudo do Iapar, a união em torno da Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União (Afruta) como um fator positivo.

Setor Secundário. Conforme já citado no item dedicado à análise do arranjo produtivo local, é no setor secundário que se gera a maior parte da riqueza, em União da Vitória. Trata-se de um pólo industrial de grandeza intermediária no Paraná, embora tenha sido considerado estagnado quanto à geração de oportunidades de trabalho²⁹, situação que compartilha, no Paraná, somente com os pólos industriais de Guarapuava e Ponta Grossa. A dinâmica do APL, que é dedicado basicamente às esquadrias de madeira, contrapõe-se a estagnação ou mesmo a decadência das antigas empresas de desdobro de madeira e de laminação, das quais não poucas instalações abandonadas são visíveis no próprio quadro urbano de União da Vitória. Outros setores industriais apresentam-se pouco dinâmicos: as próprias vocações regionais (Quadro 06) direcionam-se à cerâmica e xisto (que São Mateus do Sul centraliza) e ao beneficiamento da erva-mate (espalhada em toda a região, mas em manifesta decadência).

Quadro 06

Número de estabelecimentos e de empregados e participação no valor agregado da região econômica Irati-União da Vitória, 2000.

Segmento industrial	No. empresas	No. empregados	Perc. no VAF regional
Lâminas e chapas de madeira	115	4.838	22 %
Desdobramento de madeira	274	4.073	14 %
Extração mineral (xisto)	1	313	11 %
Cerâmica	80	993	10 %
Beneficiamento de erva-mate	60	343	5 %
Segmentos não especializados	492	5.806	38 %

Fonte: Iparides, *Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense na Década de 90*. Curitiba: Iparides, 2003.

²⁷ SOLDA, Sandra. *Engenheiros industriais madeireiros têm campo de trabalho*. Revista CREA PR nº. 48, Curitiba, novembro e dezembro 2007.

²⁸ IPARDES / IAPAR. *O Mercado de Orgânicos do Paraná – caracterização e tendências*. Curitiba: Iparides, 2007.

²⁹ LARocca JR, Joel. *Desenvolvimento Industrial em Ponta Grossa: avaliação e perspectivas*. Florianópolis, UFSC, 2002.

A composição do emprego local (a ser esmiuçada adiante, na análise sócio-econômica) apresenta uma concentração de 45% no setor secundário (4.068 empregos na média 2000-2004)³⁰, sendo que exatos 80% deles referem-se aos ramos industriais “madeira e mobiliário” e “papel e papelão”, ambos ligados à silvicultura.

Setor Terciário. O comércio atacadista é uma das grandes fraquezas do Sudeste Paranaense³¹, talvez até pela relativa proximidade com a capital, centro distribuidor de mercadorias de primeira grandeza. Mesmo o comércio varejista é, dentre as dez mesorregiões paranaenses, um dos de menor expressão quando contraposto ao tamanho da população. Essa escassez de comércio varejista, porém, nem de longe parece atingir União da Vitória, sede de 2.126 empresas comerciais (1.916 delas dedicadas ao varejo). Como centro sub-regional, União da Vitória concentra grande parte do comércio e da prestação de serviços da região, chegando, no caso, a 20% do valor agregado e 23% dos empregos do setor terciário em todo o Sudeste (para uma participação de 13% na população). É notável, quando se trata da prestação de serviços educacionais – hoje, em função da predominância de escolas particulares, um ramo especial da economia - uma concentração especial: as 4.386 matrículas de ensino superior em 2005 representam 67% de toda a oferta de vagas universitárias do Sudeste³².

Participação de União da Vitória na Economia Regional. Como capital regional, que congrega 13% da população da mesorregião, é natural que União da Vitória responda por percentual semelhante do produto interno bruto (PIB). O Quadro 07 mostra a manutenção dessa participação na faixa dos 15%, utilizando-se para comparação valores deflacionados pelo salário-mínimo (uma vez que a análise somente faz sentido quando se refere à renda *das pessoas*, o que justifica a adoção do salário-mínimo como deflator).

Quadro 07
Participação do Município de União da Vitória no PIB mesorregional (mil salários-mínimos), 2002-2005

	2002	2003	2004	2005
PIB de União da Vitória	129	134	143	138
PIB do Sudeste Paranaense	870	942	963	858
Participação de União da Vitória	15%	14%	15%	16%

Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008

Chamam a atenção, contudo, as características nitidamente “urbanas” da economia de União da Vitória, quando inserida no contexto regional. O Quadro 08 trata do valor adicionado fiscal (VAF), que, em termos agregados, também tem se mantido na casa dos 15%. É visível a desimportância do VAF primário do município, inferior a 4% do valor mesorregional, o qual é, sabidamente, dependente da produção do campo. Esse baixo percentual é mais do que compensado pela visível concentração do aparato industrial e comercial em União da Vitória, que responde por mais de uma quinta parte dos valores gerados pela economia urbana.

Quadro 08
Participação do Município de União da Vitória no VAF mesorregional (mil salários-mínimos), 2002-2005

	2002	2003	2004	2005
Primário	3%	2%	2%	4%
Secundário	20%	23%	23%	23%
Terciário	20%	20%	20%	20%
Partic. no VAF	14%	14%	14%	16%

Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.

O mesmo fenômeno fica também visível na análise da participação da capital regional quanto ao emprego formal de toda a mesorregião, com alguma variação quanto à participação do emprego formal primário, que se reflete na cota global de União da Vitória quanto ao emprego, que chega a

³⁰ IPARDES, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, do em março de 2008

³¹ IPARDES, *Leituras Regionais: Sudeste Paranaense*. Curitiba: IparDES, 2004.

³² Naturalmente, há que se relativizar essa concentração, pois o aparato universitário serve também ao norte de Santa Catarina. De qualquer modo, o *campus* avançado da Universidade do Contestado em Porto União acrescentaria outras 712 matrículas ao efetivo de 2005.

pouco mais de 20%. Isso se deve, provavelmente, à maior formalização do emprego florestal nos municípios de maior porte, enquanto que a maior parte da produção agropecuária dos pequenos municípios da região é proporcionada por proprietários de unidades familiares.

Quadro 09
Participação do Município de União da Vitória no emprego formal mesorregional, 2001-2005

	2002	2003	2004	2005
Primário	8%	7%	6%	7%
Secundário	22%	23%	23%	22%
Terciário	20%	21%	21%	20%
Partic. no VAF	20%	21%	21%	20%

Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.

Resumidamente, a análise da inserção econômica de União da Vitória, dentro do contexto do Sudeste Paranaense, mostra a importância da economia urbana da capital mesorregional, que se constitui em um centro de processamento, comercialização e prestação de serviços. Essa conclusão sintética deverá ser levada em conta na formulação de diretrizes e propostas.

3.1.6 INSERÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

Plancha 04

Bacias Hidrográficas. Todo o município de União da Vitória é parte da bacia hidrográfica do Iguaçu. Por estarem situadas no fim do trecho navegável, ponto de concentração de uma ampla várzea, constituem, União da Vitória e Porto Vitória, uma espécie de baliza divisória entre o Médio e o Baixo Iguaçu, daí por diante um rio de curso acidentado, aproveitado para uma série de usinas hidrelétricas de grande porte.

Unidades de Relevô. Alternam-se, na região, as várzeas do Médio Iguaçu e os terrenos dobrados da Serra da Esperança, marco divisório entre o Segundo e o Terceiro Planalto Paranaenses. União da Vitória situa-se numa espécie de “passo” do Rio Iguaçu, ocupando terrenos planos (alguns facilmente inundáveis) ladeados de morros-testemunhas cuja gênese os liga à Serra da Esperança.

Áreas Protegidas. A escarpa mesozóica que constitui a Serra da Esperança está configurada como área de proteção ambiental (APA) por lei estadual (Lei 9.905, de 27/01/1992), com área de 206,5 mil hectares espalhada entre os municípios de Guarapuava, Inácio Martins, Cruz Machado, Mallet, União da Vitória, Prudentópolis, Irati, Rio Azul, Paula Freitas, Paulo Frontin.

Corredores de Biodiversidade. Conforme Decreto Estadual 387 / 1999 constituem corredores de biodiversidade, no estado do Paraná, faixas ao longo dos principais rios que cortam o estado. No caso da região de União da Vitória, destaca-se o “corredor Iguaçu” (Art. 5º, inciso II, alínea e) do decreto citado, com largura de 5 km para cada lado.

3.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

3.2.1 HIDROGRAFIA Pranchas 05 e 11

Hidrografia Municipal. Todo o município de União da Vitória pertence à Bacia Hidrográfica de Rio Iguaçu, curso dá água que corta o território de sudeste a oeste, momento em que transpõem a Serra da Esperança e avança em direção ao Rio Paraná, ao final do Terceiro Planalto.

Na escala municipal os principais afluentes do Rio Iguaçu se localizam na margem direita, descendo das escarpas da serra rapidamente e formando áreas planas de grande umidade até a foz. Os três principais rios com estas características são o Rio Vermelho, o Rio da Prata e o Rio Palmital, já na divisa com Cruz Machado. As bacias desses três rios correspondem a quase $\frac{3}{4}$ do município.

Na margem esquerda do Rio Iguaçu, na pequena porção que ficou para o lado paranaense, não há rios de grande porte, sendo os principais o Córrego de Jacu e o Rio D' Areia, este último com certa importância no contexto urbano. Na margem direita há também uma porção significativa do território com rios de reduzida vazão, onde a presença direta do Rio Iguaçu é preponderante na hidrografia. A definição de sub-bacias hidrográficas do alto, médio e baixo Iguaçu, dentro do território municipal de União da Vitória levou em conta a foz dos principais afluentes da margem esquerda. O quadro abaixo traz uma síntese da hidrografia do município com sua subdivisão em bacias hidrográficas.

Quadro 10
Bacias hidrográficas do município de União da Vitória

Bacias Hidrográficas	Principais Afluentes na Bacia	Área (km ²)	Percentual
Sub-bacia do Rio do Soldado	Rio do Soldado	6,50	0,9%
Sub-bacia do Rio Vermelho	Rio Vermelho, Arroio da Pedra Branca, Arroio Faxinal, Arroio Servidão, Córrego São João	147,35	20,7%
Sub-bacia do Rio da Prata	Rio da Prata, Córrego Fartura, Córrego do Bugre, Córrego São Joaquim, Córrego Barreado, Rio São Domingos, Ribeirão do Meio, Córrego Papua, Córrego Arrozal. Córrego da Bracatinga, Córrego Santo Antônio, Córrego do Banhado	187,09	26,2%
Sub-bacia do Rio Palmital	Rio Palmital, Rio Três Antas, Córrego Fundo, Arroio Fortaleza, Rio Verde, Arroio do Corvo, Arroio Santa Vitória, Rio do Louro	194,14	27,2%
Sub-bacia do Alto Iguaçu	----	13,40	1,9%
Sub-bacia do Médio Iguaçu	Ribeirão das Correntes, Rio Guabiroba	42,99	6,0%
Sub-bacia do Baixo Iguaçu	Córrego da Fazenda Velha, Córrego da Encruzilhada, Rio do Tigre	75,03	10,5%
Sub-bacia do Iguaçu _ Margem Esquerda	Rio D'Areia, Córrego do Jacu, Córrego Lajeado, Rio Santa Maria	47,06	6,6%
Total		713,57	100,0 %

Fonte: COPEL, *Base Municipal de União da Vitória*, 2007. Organizado pela Consultoria, 2007.

As áreas de várzeas ou depósitos aluviais com grande presença de água correspondem à cerca de 7.000 ha ou 9,5% do território municipal. Além das extensas áreas encharcadas que acompanham o leito do Rio Iguaçu destacam-se grandes porções de várzeas junto ao Rio Vermelho e Rio da Prata, sendo um tanto mais reduzidas na Bacia do Rio Palmital, em razão da formação geológica, das declividades do curso d'água e do alagamento da área da barra do rio, com a Usina de Foz do Areia.

Hidrografia Urbana. Os cursos d'água são um dos principais componentes da paisagem urbana de União da Vitória, não apenas pelo porte do Rio Iguaçu, mas também pela grande extensão de áreas sujeitas a inundação. Neste ponto, a divisão do território em bacias hidrográficas não reflete o grau de importância dos cursos d'água sobre a ocupação urbana, pois o porte do Rio Iguaçu é tão grande que reduz a importância de pequenos espigões internos ao perímetro urbano.

O fato de o perímetro urbano conter grandes extensões de áreas de uso semi-rural não permite identificar a importância dos rios a partir da área de suas bacias, como é possível verificar no quadro abaixo. De forma simplificada é possível dizer que boa parte da área efetivamente urbana relaciona-se diretamente com o Rio Iguaçu, como a “Ferradura” e a parte sul do São Cristóvão, áreas onde os pequenos cursos d’água foram canalizados ou eram naturalmente regiões de acumulação do regime do grande rio paranaense.

Quadro 11
Bacias hidrográficas Urbanas de União da Vitória

	Bacias Hidrográficas	Área (ha)	Percentual
Margem Esquerda do Iguaçu	Sub-bacia do Rio Vermelho	2540,44	37,8%
	Sub-bacia do Rio Guabiroba	465,97	6,9%
	Sub-bacia do Alto Iguaçu	775,19	11,5%
	Sub-bacia do Médio Iguaçu	110,68	1,6%
	Sub-bacia do Baixo Iguaçu	1321,17	19,6%
Margem Direita do Iguaçu	Sub-bacia do Rio Iguaçu (ferradura)	568,54	8,5%
	Sub-bacia do Rio D’Areia	205,86	3,1%
	Sub-bacia do Córrego do Jacu	511,75	7,6%
Outras sub-bacias hidrográficas de menor importância		225,40	3,4%
Total		6725,00	100,0%

Fonte: COPEL, *Base Municipal de União da Vitória*, 2007. Organizado pela Consultoria, 2007.

Entre os afluentes de maior importância na estruturação urbana destacam-se o Rio Vermelho, o Rio Guabiroba e o Rio D’Areia. O Rio Vermelho é o de maior vazão e o que apresenta maior influência sobre as áreas sujeitas à inundação, apesar da ocupação próxima a suas margens já ter sido em sua maior parte relocada após as grandes enchentes do final do século XX. O Rio Guabiroba também possui reduzida ocupação junto às suas margens, apesar de parte das iniciativas de habitação social componente dos Conjuntos estar em área sujeita a inundação de menor recorrência. Tanto o Rio Vermelho quanto o Rio Guabiroba permitem soluções de regularização do regime hídrico, como a implantação de lagos urbanos, sem maiores relocações, agregando o retardo na entrega de picos de enchentes com grande efeito estético-paisagístico.

O Rio D’Areia destaca-se entre os rios urbanos pela ocupação urbana próxima as suas margens que ainda persiste após a relocação da grande ocupação irregular conhecida popularmente pelo sugestivo nome de “Pantanal”. As áreas de maior risco não se encontram mais no bairro que leva o nome do rio, mas na Limeira, área de grande densidade no extremo sul da cidade.

Potencial Hidrelétrico. O Rio Iguaçu, que encerra em Porto Vitória, logo a jusante de União da Vitória, o seu curso médio, não apresenta quedas d’água, nem mesmo declividades consideráveis no território municipal. Entretanto, em Porto Vitória fica a soleira do Salto Grande, queda d’água que foi aproveitada durante décadas para a geração de energia, até que foi afogado pelo reservatório de Foz do Areia (Usina Bento Munhoz da Rocha Neto), enorme aproveitamento de propriedade da Copel Geração S/A, componente do grupo da concessionária estatal paranaense. O remanso do reservatório de Foz do Areia atinge o trecho do Rio Iguaçu contido no território municipal, o que tem dado origem a muitas especulações sobre a responsabilidade da companhia em relação às enchentes do Iguaçu, principalmente as de 1983 e 1992, que foram catastróficas para a população local (ver, na seqüência, item específico sobre inundações).

Por outro lado, sendo a região de União da Vitória formada por terrenos de serra (escarpa entre o Segundo e o Terceiro Planaltos Paranaenses, denominada Serra da Esperança), através da qual o Rio Iguaçu rompe em direção ao seu baixo curso, surgem muitas oportunidades de geração de energia hidrelétrica, através de pequenas usinas localizadas junto a quedas d’água (o roteiro de turismo de aventura promovido localmente recebe o sugestivo nome de “rota das cachoeiras”). Duas delas são aproveitadas há algum tempo, ambas situadas no Rio Palmital (na divisa com Cruz Machado), sendo uma delas (Salto do Vau) de propriedade da Copel Geração, que a assumiu em 1973 (a usina data de 1959 e foi construída por Irmãos Schlemm). Na década de 1990, a pequena usina, que gera 940 kVA foi integralmente automatizada, sendo operada à distância e integrada ao sistema da geradora estatal. Outra pequena usina, no mesmo rio, em Palmital do Meio, gera 85 kVA, utilizados na propriedade de Ary Carneiro. É de se notar que o potencial de União da Vitória é muito grande em relação a aproveitamentos de pequeníssimo porte (até 100 kVA, indicados para consumo local, em zona rural), ficando, no caso de aproveitamentos maiores – que necessitam de vazões firmes de maior porte – restrito a rios de grande caudal, como o caso do Palmital, já explorado. É de se citar que o Ministério das Minas e Energia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) proporcionam facilidades (inclusive financiamento) para a instalação de microcentrais hidrelétricas (MCH), em função de serem usinas com baixo impacto ambiental.

Inundação. O volume intitulado “Controle de Enchentes de União da Vitória e Porto União”³³, de autoria de Carlos E. M. Tucci e Adolfo O.N. Villanueva, veio a lume em fevereiro de 1997 como o relatório de um trabalho que havia sido encomendado ao conhecido professor por parte da COPRERI (Comissão Regional Permanente de Prevenção contra Enchentes do Rio Iguaçu). O estudo foi desenvolvido com apoio da Municipalidade de União da Vitória, da Câmara de Diretores Lojistas e do Sindicato Patronal da Madeira. Consta de seis capítulos e cinco anexos, constituídos estes últimos de resultados das simulações matemáticas realizadas. Tem como objetivos específicos declarados:

- Avaliar os estudos realizados pela COPEL sobre o escoamento não-permanente no rio Iguaçu, entre Fluvópolis e Foz do Areia;
- Simular o escoamento do rio Iguaçu para comprovar os resultados da COPEL e analisar o efeito de diferentes obstruções ao escoamento no rio Iguaçu, respondendo as principais questões da população³⁴;
- Elaborar o mapa de inundação; e
- Apresentar o zoneamento de áreas de inundação para as cidades.

Reporta, de início, que o projeto do reservatório de Foz do Areia, quando analisando a ocupação humana em União da Vitória e Porto União, situadas nas margens do lago a ser formado, analisou as alternativas de construção de diques de proteção contra enchentes nas cidades ou então operar a usina com regras que não venham a produzir aumento de níveis de enchentes nas cidades. O relatório da empresa consultora sugeriu a cota operacional de 744,00m, mas a COPEL decidiu, por questões de segurança, operar com a cota 742,00, mais tarde rebaixada para 741,50m.

Após as grandes enchentes, a COPRERI procurou o Professor Tucci, solicitando-lhe uma análise sobre o problema e proposta de soluções, tendo o primeiro estudo (realizado em 1993) apontado como alternativas:

- Controlar as inundações mediante o zoneamento das áreas de inundação (ações da própria comunidade);
- Negociar com a COPEL para evitar que as condições operacionais da usina de Foz do Areia interfiram nas enchentes naturais;
- Estudar a possibilidade de controle estrutural

A adoção da cota 741,50m por parte da COPEL foi a contrapartida dessa companhia para atender o segundo objetivo acima citado. A construção de um dique para controle das enchentes (solução aventada por duas consultorias japonesas – a Yachiyo Engineering e a Nippon Koei, através do consórcio JICA, autor do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Paraná) foi relegada a segundo plano por se tratar de obra cara, cujos exemplos recentes não foram integralmente bem sucedidos (o dique do Guaíba, em Porto Alegre, por exemplo).

A análise propriamente dita, conduzida nos capítulos subseqüentes à introdução, destacando (p.11) que “como, no Plano Diretor da quase totalidade das cidades brasileiras, não existe nenhuma restrição quanto ao loteamento de áreas de risco de inundação, a seqüência de anos sem enchentes é razão suficiente para que empresários loteiem áreas inadequadas”, além da reiterada ocupação de áreas ribeirinhas por parte da população carente.

Considerando que as medidas de controle de inundações são “estruturais, quando o homem modifica o rio”, e “não-estruturais, quando o homem convive com o rio”, estabelece que estas últimas consistem em medidas do tipo preventivo, como zoneamento de áreas de inundações, alertas e seguros, destacando que obviamente, as medidas não-estruturais são de menor dispêndio financeiro do que as outras. Quanto ao zoneamento, este “é incorporado ao Plano Diretor Urbano e regulamentado por legislação específica ou pelo Código de Obras. Para as áreas já ocupadas, o

³³ TUCCI, Carlos E.M. & VILLANUEVA, Adolfo O.M. *Controle de Enchentes de União da Vitória e Porto União*. União da Vitória, COPRERI, 1997.

³⁴ Os autores (TUCCI & VILLANUEVA) colocam já na introdução (p.6) que, em relação às cheias de 1983, “a população encontrou na Usina de Foz da Areia e na COPEL os grandes culpados pela enchente, e foi gerado um conflito de difícil comunicação entre as partes. Esse conflito foi perdendo força, mas em 1992 ocorreu uma outra enchente, menor que a de 1983, mas de magnitude e impacto semelhantes (risco estimado de 30 anos, duração de 65 dias e prejuízos de US\$ 54,6 milhões). Como a população tinha entendido que o risco da mesma era muito pequeno e novamente, em menos de 10 anos, tinha ocorrido uma segunda enchente, o conflito retornou em intensidade maior.”

zoneamento pode estabelecer um programa de transferência da população e/ou de convivência com os eventos mais freqüentes.” O processo como um todo, que poderá combinar medidas estruturais com medidas não-estruturais, *inicia pela regulamentação do uso do solo urbano, através de um plano diretor que contemple as enchentes.*³⁵

O estudo de alternativas do JICA (que contempla a combinação de medidas estruturais com medidas não estruturais) recomenda o uso de zoneamento do solo combinado com a construção de dique, cujo valor foi estimado em US\$ 86 milhões, protegendo até a cota 750,00m (mais uma segurança de 1,20m). O zoneamento estabelecerá que até abaixo da cota 746,50m não se deveria ter nenhum tipo de ocupação humana e que entre a cota 746,50m e a cota 750,00 somente se aceitassem as construções já existentes, proibindo as novas ocupações.

O estudo das enchentes já havidas (capítulo 3) resulta em uma tabela com as cotas, vazões e alturas da régua linimétrica do posto fluviométrico local, todas referidas ao tempo de retorno da cheia:

Quadro 12
Cotas de enchente e alturas de régua linimétrica de União da Vitória em função da vazão e tempo de retorno

T. Retorno (anos)	Vazão (m³/s)	Cota (m)	Régua (m)
2	1.418	744,70	5,09
5	2.070	745,90	6,29
10	2.569	746,75	7,14
20	3.101	747,50	7,89
25	3.282	747,78	8,17
40	3.679	748,30	8,69
50	3.876	748,62	9,01
100	4.526	749,50	9,89
200	5.240	750,30	10,69

Fonte: Tucci & Villanueva. Organizado pela Consultoria, 2007.

A análise dos pontos críticos (capítulo 4) volta-se para os efeitos de algumas das curvas do traçado do rio, das corredeiras de Porto Vitória, das soleiras pedregosas entre União da Vitória e Porto Vitória e mesmo dos efeitos das pontes (pilares, aterros), concluindo que “pode-se dizer que, embora todos eles contribuam para elevar os níveis de enchente em União da Vitória, nenhum deles é decisivo. Mesmo o efeito somado de todos não é o fator crítico das enchentes na cidade. Além disso, se aos custos de remoção dos obstáculos (altos em si mesmos) são agregados os custos de manutenção e os problemas de impacto ambiental, *fica aparente que a solução do problema dificilmente será achada por esse caminho.*”

Entre diversos itens analisados com cuidado no capítulo 5, inclusive a análise da proposição dos diques de proteção, ressaltam alguns “Critérios para o zoneamento” (item 5.3) onde afirma o autor que, “para fins de zoneamento, a seção do rio pode ser dividida em três partes principais:

1. zona de passagem da enchente: essa parte da seção funciona hidraulicamente e permite o escoamento da enchente. Qualquer construção nessa área reduzirá a área de escoamento, elevando os níveis a montante dessa seção. Deve-se deixar essa faixa desobstruída;
2. zona com restrições: essa é a área restante da superfície inundável que deve ser regulamentada. Essa zona fica inundada, mas, devido às pequenas profundidades e baixas velocidades, não contribuem muito para o escoamento;
3. zona de baixo risco: pequena probabilidade de inundar, mas necessita regulamentação para a convivência da população com as enchentes, na eventualidade dessas cotas serem atingidas.”

Propõe, no caso, que toda a zona situada abaixo da cota 744,50m seja destinada exclusivamente para preservação, frisando que já teria sido, na ocasião do estudo, desapropriada, com recursos doados pela COPEL. A zona correspondente às inundações de dez anos de retorno (cota 746,75m conforme o mapa da p. 60), denominada “zona de proteção de recursos hídricos” deveria ter incentivados os usos agrícola, de lazer, esportivo, estacionamento e armazenamento de produtos facilmente removíveis, proibindo armazenagem e manipulação de material tóxico ou contaminante,

³⁵ O texto de TUCCI & VILLANUEVA reporta a existência de mecanismo incorporado ao Plano Diretor de Porto Alegre, já em 1979, que contempla “a troca de área de inundação por índice de ocupação em zonas valorizadas”, ou seja, um precursor da transferência de potencial construtivo que veio a ser incorporada como instrumento do Estatuto da Cidade.

hospitais, escolas e prédios públicos em geral. Mesmo a ocupação residencial, comercial e industrial seria, nesse caso, “não recomendada”.

Para a zona entre a cota 746,75m e a cota que foi atingida pela enchente de 1983, preconiza o autor a adoção de baixa densidade, com a construção “de um piso, pelo menos, com cota superior a N83 (cota de cheia de 1983)”, além de garantias contra efeitos indesejáveis de inundação das partes baixas da construção. Ao longo do capítulo 5, o autor chega a propor o texto de uma reformulação da lei de zoneamento de uso e ocupação do solo urbano de 1991, estabelecendo, as zonas acima descritas e delimitando a baixa densidade entre a cota 746,50³⁶ e a cota 750,00m.

O último capítulo (6) trata das conclusões e recomendações, frisando a necessidade do zoneamento proposto no capítulo anterior e colocando dúvidas sobre a efetividade da proteção através de diques, em parte por seu excessivo custo e em parte pelo impacto ambiental que seria causado. Frisa, por fim, como recomendação direta ao CORPRERI – tratado como órgão da comunidade, não-governamental – a permanente vigilância dos atos do poder público, para assegurar o *cumprimento da legislação proposta*.

3.2.2 GEOLOGIA

Prancha 06

Aspectos Geológicos/ Geotécnicos. Localizado ao sul do Estado do Paraná, o município de União da Vitória possui um substrato geológico simples abrangendo litologias com idades variando entre o Paleozóico Superior (Formação Rio do Rasto) e o Mesozóico (Formação Serra Geral), além de depósitos alúvio-colúviais recentes, cujas características refletem-se na subdivisão geomorfológica regional.

As unidades paleozóicas e mesozóicas referidas pertencem à Bacia do Paraná que corresponde a uma extensa depressão intracratônica, totalmente desenvolvida sobre crosta continental, e preenchida descontinuamente por rochas sedimentares e vulcânicas, cujas idades variam entre o Neo-Ordoviciano e o Neo-Cretáceo (450 a 65 M.a.). Abrange uma área de cerca de 1.700.000 km², dos quais cerca de 1.100.000 km² em território brasileiro³⁷.

A Bacia tem um formato alongado na direção NNE – SSW com aproximadamente 1.750 km de comprimento e largura média de 900 km. Dois terços da porção brasileira (734.000 Km²) são cobertos por derrames de lava basáltica que chegam a até 1.700 m de espessura e de uma seqüência de rochas sedimentares que atinge até 4.300 metros de espessura, totalizando uma espessura máxima (rochas sedimentares e ígneas) de cerca de 6.000 m, no centro geométrico da bacia. É subdividida em seis superseqüências (Rio Ivaí, Paraná, Gondwana I, Gondwana II, Gondwana III e Bauru³⁸), limitadas por expressivas discordâncias regionais.

Litoestratigrafia. A coluna litoestratigráfica local é composta por rochas pertencentes aos grupos Passa Dois e São Bento, incluídos, respectivamente, nas Superseqüências Gondwana I e Gondwana III. As rochas sedimentares do Grupo Passa Dois (Formação Rio do Rasto) foram depositadas no intervalo Permiano Superior – Triássico Inferior, e as rochas sedimentares e ígneas do Grupo São Bento (formações Botucatu e Serra Geral, respectivamente) formaram-se no intervalo Jurássico Inferior – Eotriássico. Muitas falhas e fraturas originadas e/ou reativadas na transição entre o Jurássico e o Cretáceo encontram-se preenchidas por diques e soleiras de diabásio relacionados ao Magmatismo Serra Geral do Grupo São Bento (Superseqüência Gondwana III). Completando o quadro geológico regional tem-se as coberturas inconsolidadas atuais a pré-atuais (terciárias a quaternárias) constituindo os depósitos elúviais (manto de alteração), colúviais e alúviais

Grupo Passa Dois. O Grupo Passa Dois é dividido em quatro formações: Irati, Serra Alta, Teresina e Rio do Rasto³⁹, das quais apenas a Formação Rio do Rasto ocorre no município de União da Vitória.

³⁶ Note-se, no caso, a redução de 25cm na cota de inundação de 10 anos de tempo de retorno (746,75m por cálculo).

³⁷ ZALAN, P.V. *et alli*. *Tectônica e sedimentação da Bacia do Paraná*. In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 3. Curitiba, 1987.

³⁸ MILANI, E.J. & RAMOS V. A. *Orogenias paleozóicas no domínio sul-ocidental do Gondwana e os ciclos de subsidência da Bacia do Paraná*. Revista Brasileira de Geociências. 1998.

³⁹ SCHNEIDER, R.L. *et alli*. *Revisão estratigráfica da Bacia do Paraná*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 28., 1974, Porto Alegre. Anais...Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Geologia, 1974.

- **Formação Rio do Rasto.** A Formação Rio do Rasto, topo do Grupo Passa Dois, está posicionada, estratigraficamente, logo acima da Formação Teresina. Trata-se de uma seqüência predominantemente siliciclástica contendo siltitos e arenitos esverdeados e arroxeados na base e argilitos e siltitos avermelhados na porção superior, além de intercalações de lentes de arenitos. Esta unidade é dividida em dois membros 40: Serrinha e Morro Pelado.

O Membro Serrinha, situado na base da Formação Rio do Rasto, é formado de siltitos com intercalações de argilitos, arenitos finos e bancos carbonáticos. Sua denominação deve-se a Moraes Rego que em 1930 empregou o termo Serrinha para nomear as rochas sedimentares da parte inferior da Formação Rio do Rasto que afloram na Serrinha dos Machados, Município de Mallet ⁴¹. As intercalações argilosas constituem um grande potencial em matérias-primas para indústrias de cerâmica vermelha, a exemplo do que ocorre na região de Prudentópolis/PR.

O Membro Morro Pelado, topo da formação, consiste de argilitos e siltitos argilosos de tonalidades avermelhadas, amareladas esbranquiçadas e esverdeadas contendo intercalações lenticulares de arenitos finos, com estratificação cruzada acanalada, laminação cruzada e plano-paralela.

Quanto ao ambiente de sedimentação, o Membro Serrinha foi depositado em ambiente de transição entre depósitos de águas rasas da Formação Teresina e depósitos continentais do Membro Morro Pelado, sob condições ambientais mais oxidantes da base para o topo da unidade, enquanto o Membro Morro Pelado teria se depositado em ambiente fluvial, em condições oxidantes ⁴².

De acordo com a associação fossilífera a idade desta formação é Permiano Superior.

Grupo São Bento. O Grupo São Bento, nominado por White (1908) como "Série São Bento", reúne um conjunto arenoso basal pertencente à Formação Botucatu, e uma seqüência superior, predominantemente basáltica, pertencente à Formação Serra Geral.

- **Formação Botucatu.** A Formação Botucatu, de idade Triássico-Jurássico, compreende uma seqüência de arenitos avermelhados a amarelados, quartzosos, de granulação fina a média, bem selecionado, friáveis, e com grãos bem arredondados e de aspecto fosco, cuja espessura raramente ultrapassa 100 metros. Subordinadamente ocorrem camadas argilosas e/ou conglomeráticas, mais freqüentes no terço inferior da formação. Esta formação apresenta abundante estratificação cruzada tangencial de médio a grande porte, típicas de dunas migrantes, e estratificação plano-paralela. Tais características, somadas aos aspectos sedimentares, indicam deposição eólica em ambiente desértico na maior parte da formação ⁴³. Localmente, sobretudo nas porções mais basais da seqüência, intercalam-se arenitos cujas características são típicas de sedimentação fluvial. Constituem corpos lenticulares de arenitos heterogêneos, de granulação média a grossa, passando a arenitos conglomeráticos, cujos seixos são em maioria de quartzo e quartzito ⁴⁴.

O arenito Botucatu aflora em toda a porção central do município na forma de faixa contínua sob os basaltos da Formação Serra Geral, constituindo a escarpa de transposição para o Terceiro Planalto Paranaense (Escarpa Mesozóica ou Arenito-basáltica), regionalmente denominada Serra da Esperança.

A idade dessa formação é atribuída ao período compreendido entre o Neotriássico e o Neojurássico ⁴⁵.

Características litológicas e texturais como alto grau de arredondamento e boa seleção, decorrentes da origem eólica, e a arquitetura de empacotamento de seus grãos, proporcionam excelentes condições de porosidade e permeabilidade. Estas, somadas aos

⁴⁰ GORDON JR., M. *Classificação das formações gondwânicas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Notas Preliminares e Estudos da Divisão de Geologia e Mineralogia do DNPM. Rio de Janeiro, 1947.

⁴¹ SCHNEIDER, R.L. *et alii*. *Opus cit.*

⁴² SCHNEIDER *et alii*. 1974. *Opus cit.*

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ IPT - *Mapa Geológico do Estado de São Paulo, Divisão de Minas e Geologia Aplicada*, volumes I e II, São Paulo, 1981.

⁴⁵ PETRI, S. & FULFARO V.J. *Geologia do Brasil fanerozóico*. T.A. Queiroz, Editor Ltda. Editora da USP. São Paulo, 1983.

atributos espaciais como espessura considerável e extensa área de ocorrência, conferem ao conjunto formações Pirambóia/Botucatu características hidrogeológicas e hidrodinâmicas excepcionais que se reflete em elevadas vazões, tornando-o um dos maiores, senão o maior aquífero do planeta, o “Aquífero Guarani”.

- **Formação Serra Geral.** Manifestações magmáticas dos estágios iniciais da ruptura do Gondwana e abertura do Atlântico Sul datadas do Jurássico Superior-Eocretáceo, fizeram com que a Bacia do Paraná fosse afetada por um dos mais volumosos episódios de extravasamento intracontinental de lavas do planeta, conhecido como Formação Serra Geral. Tal evento resultou no empilhamento de até mais de 1500 metros de basalto sobre rochas sedimentares da Bacia do Paraná, além de intrudir-se por entre as mesmas, na forma de uma intrincada rede de diques e soleiras.

Através de poços da Petrobrás foram verificados na região central da bacia, onde a espessura ultrapassa 1500 metros, mais de 30 derrames ⁴⁶ cujas partes superiores, em geral, são vesiculares. Ocasionalmente, e sobretudo na porção basal da formação, podem ocorrer lentes de arenito intercaladas nos basaltos.

Quanto às características litológicas a Formação Serra Geral é constituída por uma sucessão de derrames de lavas, predominantemente basálticas, contendo, subordinadamente termos intermediários e ácidos, principalmente na porção média e superior da formação. A área de afloramento da Formação Serra Geral corresponde à escarpa mesozóica de transposição para o Terceiro Planalto Paranaense (Serra da Esperança) e ao platô correspondente ao início do Terceiro Planalto Paranaense.

A litologia predominante da Formação Serra Geral propriamente dita e dos diques é o diabásio. Essa rocha apresenta coloração cinza escura a preta, granulação fina a média e composição mineralógica constituída predominantemente por plagioclásio (labradorita) e piroxênio (augita). Secundariamente ocorre magnetita, apatita, quartzo, feldspatos potássicos e hornblenda. Pelas características relacionadas à resistência e à durabilidade, esta rocha é de excelente qualidade para produção de brita para construção civil, pedras poliédricas e paralelepípedos para pavimentação urbana, além de inúmeras outras aplicações.

Depósitos Sedimentares Quaternários. As coberturas inconsolidadas são provenientes da degradação de rochas expostas à superfície, cujas tipologias são de fundamental importância para o entendimento dos processos responsáveis pela geração do perfil de alteração de uma região. Tais processos, em que predomina o intemperismo químico, são uma resposta das propriedades físicas, químicas e mineralógicas das rochas, bem como de suas características texturais, estruturais e do ambiente tectônico, às condições reinantes na superfície da terra ao longo do tempo geológico, e resultam da interação entre a litosfera, a atmosfera, a hidrosfera e a biosfera ⁴⁷. Assim, a natureza das rochas, o intenso diaclasamento a que as mesmas foram submetidas, as características climáticas da região, com temperaturas médias anuais relativamente elevadas, chuvas regularmente distribuídas durante o ano, e umidade relativa do ar elevada, somados ainda às características bióticas e geomorfológicas regionais, são fatores que favorecem a decomposição química através de reações hidrolíticas, propiciando o desenvolvimento de espesso manto de intemperismo.

Essas coberturas ocorrem como depósitos eluviais (manto de alteração), coluviais e aluviais. Os depósitos eluviais são encontrados em vertentes suaves, sendo originados por fatores diversos como clima, substrato geológico, ação de organismos (animais e vegetais), tipo de relevo, dentre outros. São caracterizados por não apresentarem quaisquer sinais de transporte. Já os depósitos coluviais são transportados encosta abaixo por movimentos de massa (coluviamento), guiados, normalmente, pela força da gravidade e pela ação das águas pluviais. A composição destes depósitos varia de acordo com os tipos litológicos aos quais estão relacionados, bem como da atuação de fenômenos intempéricos.

Quanto aos depósitos aluviais, ocorrem nas planícies de inundação de grandes rios que drenam o município como os rios Iguaçu, Vermelho, Ribeirão do Meio, Ribeirão da Prata, Ribeirão São Domingos, Córrego da Guariroba, dentre outros de menor porte. A composição destes depósitos apresenta variações significativas em composição e textura, sugerindo possíveis relacionamentos entre rocha de origem, processos deposicionais e regime hidrológico atuantes na bacia hidrográfica.

⁴⁶ DELLA TOGNA, R. J. B., *Estudo das águas subterrâneas no estado de São Paulo. Água Subterrânea*, 1,3. São Paulo, 1973.

⁴⁷ SUMMERFIELD M.A., *Global geomorphology*. NY, John Wiley & Sons, 1991; Thomas, M. F. (1994). *Geomorphology in the tropics. A study of weathering and denudation in low latitudes*. NY, John Wiley & Sons, 1994.

Assim, depósitos aluviais relacionados ao rio Vermelho e aos ribeirões do Meio, da Prata, São Domingos e outros de menor porte, que fluem sobre terrenos pelíticos da Formação Rio do Rasto ou sobre solos argilosos provenientes da decomposição de basalto, apresentam texturas predominantemente argilosas a argilo-arenosas.

Por outro lado, devido à grande capacidade de transporte do rio Iguaçu e pelo fato de que o mesmo drena terrenos arenosos a montante (Formações Furnas, Grupo Itararé, etc.), seus depósitos aluviais, geralmente capeados e/ou intercalados por lentes argilosas, caracterizam-se pelo predomínio da fração areia. Esses depósitos arenosos são intensamente explorados por areeiros locais.

Estruturas Geológicas. As unidades geológicas do município em estudo foram afetadas por movimentos tectônicos que originaram inúmeras falhas, fraturas e lineamentos estruturais, por vezes de grande significado para a geologia regional. A importância da tectônica, traduzida pelos falhamentos e fraturamento presentes nas diversas litologias da região, é expressa, morfológicamente, por alguns vales de traçado sub-retilíneo, indicando um certo controle estrutural da rede de drenagem.

A região estudada apresenta três sistemas principais de estruturas tectônicas (NE-SW, NW-SE e E-W) correspondendo a períodos distintos de deformações, dos quais os mais importantes são o NE-SW e o NW-SE. O sistema NE-SW é dominante e está relacionado às deformações do embasamento Proterozóico. O sistema NW-SE, tão ou mais antigo que o sistema NE, foi fortemente reativado durante o rompimento do Gondwana⁴⁸, entre o Jurássico e o Cretáceo, quando foram criadas novas estruturas paralelas durante o arqueamento crustal denominado Arco de Ponta Grossa⁴⁹. Em ambos os sistemas os mergulhos das falhas e fraturas são predominantemente verticais a subverticais. Essas estruturas deformacionais, associadas aos litotipos ocorrentes na área, exercem grande influência nos processos erosivos e, em conseqüência, na evolução das formas de relevo da região.

Recursos Minerais. Em função da natureza dos terrenos do município de União da Vitória, as maiores potencialidades minerais enquadra-se no campo dos minerais industriais e de utilização imediata na construção civil. Entretanto, apesar do grande potencial, a atividade minerária no município está concentrada principalmente na extração de areia: das 129 áreas registradas no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM para aproveitamento de substâncias minerais, 101 visam a extração de areia, conforme pode ser verificado no Quadro 13.

A seguir serão relacionadas às principais potencialidades minerais ocorrentes em União da Vitória.

Quadro 13
Relação de substâncias requeridas para pesquisa e/ou lavra mineral e respectivos números de áreas e superfícies abrangidas no município de União da Vitória.

<i>Substância requerida</i>	<i>Nº de áreas</i>	<i>superfície (ha)</i>
Água mineral	1	8,13
Areia	68	2.210,36
Areia, arenito e basalto	1	400,00
Areia de barranco e areia industrial	1	336,51
Areia e arenito	3	3.000,00
Areia e argila	9	2.248,27
Areia e argila refratária	13	4.848,02
Areia e cascalho	1	22,49
Areia industrial e argila refratária	3	765,79
Areia, argila e basalto	2	824,81
Arenito	15	5.534,91
Argila	2	685,05
Argila refratária	2	1.293,53
Basalto	8	469,10
Total	129	22.646,97

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Organizado pela Consultoria, 2007.

⁴⁸ ZALÁN *et alli.*, 1987. *Opus cit.*

⁴⁹ ZALÁN, P.V. *et alli.* *Bacia do Paraná*. In: GABAGLIA, G.P.R.; MILANI, E.J. (Coords). *Origem e evolução de bacias sedimentares*. Rio de Janeiro, 1990.

A areia para construção civil e para usos industriais constitui um grande potencial mineral do município. Porém, pelo fato dos depósitos estarem localizados em área de várzea, ou seja, em área de preservação permanente, recomenda-se que a lavra desse minério seja respaldada por estudos técnicos que comprovem a viabilidade ambiental da exploração. Tal recomendação deve ser estendida a outros depósitos aluviais (arenosos e/ou argilosos) existentes no município.

Rochas para produção de brita utilizada na construção civil e na pavimentação de estradas e ruas, produção de pedras poliédricas para calçamento urbano, além de material para encascalhamento de estradas secundárias poderão ser obtidas diretamente dos basaltos da Formação Serra Geral através do aproveitamento de morros testemunhos, visto que normas ambientais, florestais, de parcelamento do solo, dentre outras, podem restringir e/ou impedir a implantação de atividade mineraria junto à Escarpa Arenito-basáltica.

Arenito silicificado poderá ser extraído de afloramentos da Formação Botucatu em morros testemunhos mais afastados da escarpa mesozóica (extremo sudeste do município). Devido às estruturas sedimentares presentes nestas rochas, as mesmas são facilmente desdobradas em placas com espessuras variáveis, próprias para revestimento de fachadas e de calçadas. Devido à ausência de partículas finas como silte e argila, as porções mais friáveis (menos silicificadas) do arenito poderá ser utilizado como areia na construção civil.

A decomposição intempérica dos siltitos e argilitos da Formação Rio do Rasto origina depósitos residuais (manto de alteração) contendo argilas com características adequadas às indústrias de cerâmica vermelha: fabricação de tijolos, blocos estruturais, telhas, ladrilhos vermelhos, cerâmica artesanal, etc.

Outro grande potencial do município, passível de ser explorado, é a água subterrânea. Visto que em cerca de 80% do município ocorrem rochas arenosas que constituem o Aquífero Guarani, as quais se encontram afloradas ou capeadas por estreito pacote de basalto da Formação Serra Geral, o aproveitamento desse recurso natural poderá ser efetuada através de poços tubulares de profundidade não muito elevada. Além disso, poços perfurados nesse aquífero produzem, em geral, dezenas a centenas de m³/hora de água de excelente qualidade para consumo humano ou industrial.

3.2.3 ASPECTOS GEOTÉCNICOS E RISCOS ASSOCIADOS

Prancha 11 e 12

Escala Urbana. Dentre os processos relacionados ao meio natural, percebe-se que as enchentes, as inundações e os movimentos de massa são os que mais preocupam o homem, apesar de que em grande número dos casos os mesmos são provocados ou desencadeados pela própria atividade humana. Como exemplo pode-se citar as enchentes e inundações que são provocadas por precipitações incomuns de grande intensidade e longa duração, mas que também podem estar associadas a causas antrópicas como alteração da dinâmica fluvial, alteração da cobertura vegetal, impermeabilização do solo, dentre outras.

Devido à intensificação e alteração do uso dos solos, substituindo áreas naturais por áreas de culturas, pastagens, florestamentos monoespecíficos com espécies exóticas, loteamentos, estradas, etc., uma série de fenômenos de dinâmica superficial como instabilidade de taludes, deflagração de processos erosivos, assoreamentos, dentre outros, ao longo do tempo têm-se tornado um problema progressivamente mais importante. Estes estão se tornando cada vez mais numerosos, sendo com frequência a causa de acidentes e prejuízos, principalmente quando desencadeados em áreas urbanizadas.

A região urbana de União da Vitória, disposta sobre substratos geológicos variados, com cotas e declividades distintas, apresenta diferentes respostas relacionadas aos problemas geotécnicos e riscos associados frente à ocupação e uso do solo.

A sede municipal, à margem esquerda do rio Iguaçu, incluindo a região central de União da Vitória e os bairros Navegantes, Ponte nova, São Bernardo e Anita Jacobs, encontra-se instalada sobre depósitos aluviais quaternários, com cotas altimétricas entre 750 e 770 m e declividade reduzida. Trata-se de uma região sujeita a inundações e enchentes periódicas, destacando-se que as áreas mais propensas a tais fenômenos situam-se no entorno da região central, ao longo da margem esquerda do rio Iguaçu, constituindo bairros residenciais de baixa renda e/ou ocupações irregulares. Os solos desses locais apresentam baixa capacidade de carga, estão sujeitos a excessivos recalques

por adensamento o que pode resultar em danos às edificações. Além disso, existe o risco de contaminação da população dessas áreas mais periféricas por águas poluídas, visto que em vários bairros o esgoto é lançado diretamente em valas a céu-aberto, contaminando as águas do raso lençol freático.

Os bairros situados à margem direita do rio Iguaçu possuem como embasamento geológico depósitos aluviais e rochas sedimentares das formações Rio do Rasto e Botucatu.

Os bairros São Joaquim, Alvorada, Cidade Jardim, Bento Munhoz, Lagoão, Vila Maria, São Cristóvão, Bandeirante, Santos Dumont, Aeroporto, Sagrada Família e Nossa Senhora de Saete, localizados total ou parcialmente sobre planícies aluviais dos rios Iguaçu e Vermelho, entre cotas altimétricas de 750 e 760 m, estão sujeitos a uma série de riscos geoambientais. Além dos freqüentes riscos de inundações e enchentes e de contaminação da população local por águas poluídas, os riscos de danos estruturais às edificações são elevados, visto que os terrenos de fundação são incoesos, altamente adensáveis, não resistindo a cargas elevadas.

Implantados sobre rochas sedimentares siltico-argilosas da Formação Rio do Rasto tem-se os bairros São Braz, Jardim Ovídia, Seminário, São Vicente, São Sebastião, Nossa Senhora das Vitórias, São Judas Tadeu e Cristo Rei. As rochas dessa formação estão dispostas em extratos plano-paralelos horizontais caracterizando terrenos com declividade pouco acentuada, de forma que riscos de processos de dinâmica superficial como escorregamentos e rastejamentos são pouco significativos. Aparentemente esses locais encontram-se estabilizados, porém, por se tratar de área urbanizada, atividades antrópicas como lançamento de águas servidas e de águas pluviais para locais desprotegidos, descalçamento de encostas naturais através de cortes com geometria inadequada, confecção de aterros mal compactados e com drenagem deficiente, entre outras, poderão desencadear movimentos localizados de massa, bem como a instalação de processos erosivos. Deve-se ressaltar ainda que o caráter coesivo dos materiais do substrato rochoso não favorece o desenvolvimento de processos erosivos severos, não representando riscos ou obstáculo à expansão urbana da cidade quanto a esses fatores.

Alguns bairros como o Muzzolon, Área Industrial Domício Scaramela, São Judas Tadeu, Ouro Verde, São João, São José e João Paulo II, estão situados em áreas de vertentes com alta declividade onde aforam rochas da Formação Botucatu. Nesses locais movimentos de massa como escorregamentos, rolamentos de blocos, rastejamentos, dentre outros, manifestam-se com freqüência, visto que a declividade é o principal atributo do meio físico que controla a deflagração desses processos de dinâmica superficial.

Escala Municipal. Na área rural os riscos geológicos estão relacionados principalmente a processos erosivos e a escorregamentos quando em locais de topografia acidentada e de vertentes mais longas, bem como a tombamentos e rolamentos de blocos rochosos nas encostas mais escarpadas como ao longo de todo o sopé da Serra da Esperança, onde afloram rochas das formações Botucatu e Serra Geral. Tais fenômenos podem ter origem em causas naturais, no entanto, atividades antrópicas como descalçamento (corte) de base de taludes, desmatamento de áreas com gradiente topográfico elevado, remoção da mata ciliar, práticas agrícolas inadequadas, dentre outras, são fatores que potencializam o desencadeamento e/ou a aceleração de processos de dinâmica superficial (erosão, rastejamentos, escorregamentos, quedas e rolamentos de blocos, etc.).

Conforme descrito no item anterior, as regiões mais propensas a riscos de enchentes e inundações são as localizadas principalmente às margens dos rios Iguaçu e Vermelho, e ribeirões do Meio, da Prata e Guariroba. Algumas dessas planícies de inundação (várzea) chegam a atingir mais de 2.000 de largura, não constituindo locais adequados para a implantação de grandes edificações.

Outro risco a ser destacado relaciona-se à possibilidade de contaminação e poluição do Aquífero Guarani. Além dos fatores de risco relacionados à exploração do aquífero através de um grande número de poços tubulares profundos construídos e operados sem tecnologia adequada, que poderão contaminar suas águas, existe o risco de contaminação por atividades poluidoras desenvolvidas na área de recarga desse aquífero. Toda a área de afloramento da Formação Botucatu, ou seja, a faixa de terreno que se estende do sopé da escarpa mesozóica (Serra da Esperança) até a base da Formação Serra Geral corresponde à área de infiltração de águas pluviais que reabastecem o Aquífero Guarani. Portanto, é recomendável que em tais áreas sejam restringidas ou controladas algumas atividades de maior risco como uso de agrotóxicos, atividades de mineração, transporte de cargas perigosas, instalação de indústrias de alto risco, entre outras.

3.2.4 HIPSOMETRIA E DECLIVIDADES

Pranchas 07, 08 e 11

Hipsometria Municipal. O relevo do território de União da Vitória é marcado pela presença da Serra da Esperança e pela passagem do Rio Iguaçu por este conjunto montanhoso, o que implica em um denso sistema de várzeas baixas junto a este curso d'água e seus principais afluentes. Esta dicotomia serra-várzea ou áreas altas-áreas baixas fica explícita na análise da Prancha 07.

As áreas baixas, com cotas abaixo de 800 m acima do nível do mar cortam o território no sentido sudeste-noroeste, penetrando fortemente na direção nordeste em dois eixos perpendiculares correspondentes ao vale do Rio Vermelho e ao vale do Rio da Prata. De menor intensidade, destacam-se também pequenos conjuntos de áreas baixas ao longo do vale do Rio da Areia (direção sul) e no final do vale do Rio Palmital (divisa com Cruz Machado).

A partir desses principais vales de altitude relativamente baixa, eleva-se a topografia do território formando espigões bem marcados, em especial entre as bacias do Rio Vermelho e do Rio da Prata e deste último com a bacia do Rio Palmital. Na fronteira leste também se eleva o terreno dividindo a bacia do Rio Vermelho com a bacia do Rio da Vargem (já no município de Paula Freitas), mas como parte do grande maciço de serra que domina a porção nordeste de União da Vitória. Nesta região, as altitudes chegam próximas a 1.200 m do nível do mar, sendo dominante áreas com cotas acima de 1.000 m. Os principais pontos culminantes do município encontram-se junto à divisa com os municípios de Paula Freitas e Mallet.

Hipsometria Urbana. Da mesma forma que o território municipal, a área urbana de União da Vitória apresenta a dicotomia de terrenos baixos junto aos principais cursos d'água e terrenos altos formados por morros-testemunhos ligados a Serra da Esperança. Esta realidade topográfica e sua transformação de pelo uso humano definirão também a análise da ocupação de áreas de risco e a morfologia urbana da cidade.

Os morros de maior destaque na paisagem localizam-se na porção norte da área urbana, com um conjunto formado pelo Morro do Cristo e pelo Morro da Dona Mercedes. Apesar de não serem os pontos de maior altitude da área urbana, a ocupação da região pelos chamados "Conjuntos" e o percurso das estradas que contornam esses morros tornam-os mais presentes na vida da população. O Morro do Cristo, em especial, possui interessante estrutura de lazer, incluindo além da imagem de que lhe denomina (monumento do Sagrado Coração de Jesus), espaço para belvedere e um restaurante projetado. O Morro da Dona Mercedes chega a altitude máxima de 962 m, enquanto o Morro do Cristo não passa da cota 930m.

Na porção leste da área urbana, ao lado do bairro São Sebastião e do loteamento semi-urbano Nossa Senhora das Vitórias (chamado popularmente de Baú, em função da presença de clube de mesmo nome), destaca-se o morro de maior altitude dentro do contexto urbano, com 1.022 m de altitude. Na porção sul da cidade, as áreas altas ocupadas pelo Bela Vista (no topo) e Monte Castelo (na encosta) possuem cotas mais modestas (na faixa dos 900 m nos pontos culminantes), apesar das declividades serem mais fortes como será analisado na seqüência.

As áreas de menor altitude localizam-se ao longo do Rio Iguaçu, ficando abaixo da cota 740m por todo trecho urbano do rio, gerando extensas áreas sujeitas a inundação que marcam a cidade de União da Vitória. A Prancha 07 permite visualizar que praticamente toda a área de ocupação urbana situa-se abaixo da cota 800m, o que ressalta a força visual que os morros adquirem na paisagem.

Declividades Municipais. A variação de declividades do território municipal ressalta a análise do relevo explanada anteriormente, permitindo a clara visualização do conjunto de várzeas nos principais vales e os espigões com topos planos e bordas íngremes que separam as principais bacias e dominam a região de serra. A Prancha 08 explicita esta estrutura topográfica, destacando a presença de morros testemunhos na região mais ao sul do município, próximo à área urbana.

As declividades baixas predominam no território municipal, podendo-se dizer que mais da metade situa-se abaixo dos 12%. As faixas de declividades média (de 12% a 20%) dominam as cabeceiras dos rios, formado um extenso perímetro sobre as áreas baixas e por vezes marcando pequenos morros testemunhos rodeados por áreas planas. As declividades altas surgem com maior intensidade nas bordas dos espigões de topo plano, em especial na região central relacionada com as bacias do Rio Vermelho e do Rio da Prata. De forma geral, a região dominada pela serra (áreas altas do

nordeste do município) não possui áreas de declividades altas, em função do topo plano que caracteriza a passagem do segundo para o terceiro planalto paranaense.

Figura 05
Esquema geral do relevo: vales planos e espigões com bordas declivosas



Fonte: Consultoria, 2007.

As áreas de declividade alta do município permitem o surgimento de um potencial hidrelétrico interessantes, parcialmente já utilizado. Além disso, o conjunto de cachoeiras resultantes desse tipo de relevo já é utilizado com finalidade turística.

Declividades Urbanas. A paisagem urbana de União da Vitória é caracterizada pela presença de extensas áreas planas e úmidas, utilizadas naturalmente para acumulação dos picos de enchente do Rio Iguazu. A ocupação das áreas baixas próximas a este rio e à foz do Rio Vermelho, Rio D´Areia e Rio Guabiroba trouxeram graves conseqüências para a comunidade ao longo do tempo, em especial nas grandes enchentes de 1983 e 1992. Em função do trauma ocasionado por estas últimas grandes cheias a cidade iniciou a ocupação de áreas altas, em sua maioria de declividades médias e altas, trazendo uma nova dimensão às ocupações de risco urbanas.

Figura 06
Tomada a partir da região de maior declividade dos Conjuntos



Fonte: Consultoria, 2007.

A Prancha 11 traz a análise das faixas de declividades incidentes sobre o território da cidade de União da Vitória. O grande predomínio é de áreas de declividade extremamente baixa, abaixo de 2%, predominante em grande parte da ferradura e de São Cristóvão. Ao longo dessas áreas planas surgem pequenas porções com declividades média-baixas, passando a predominar nas regiões a leste do São Braz, na ferradura ao longo da divisa com Porto União, nos Conjuntos e nos demais loteamentos periféricos. As áreas de declividades mais expressivas ocupadas pela população limitam-se a parte sudeste do São Braz (pouco ocupada) e parte norte dos conjuntos, onde chega-se a ocupar algumas encostas do Morro do Cristo onde o risco de escorregamentos é evidente. No Monte Castelo a ocupação se dá “no pé” de áreas declivosas, com grande risco de soterramento em

caso de escorregamentos. No Muzolon o risco de escorregamentos só não é maior em função da ocupação esparsa das áreas de maior declividade.

Além dessas áreas ocupadas, ressaltam as bordas dos morros urbanos, em especial a encosta sul do Morro do Cristo e a encosta oeste do Morro do Nossa Senhora das Vitórias.

3.2.5 PEDOLOGIA

Prancha 09

Solos. No município de União da Vitória foram identificadas 8 Classes Pedológicas distribuídas em 14 unidades de mapeamento de solos. O Quadro 14 apresenta a legenda de identificação dos solos e respectivas áreas por unidade de mapeamento e por ordem de classes de solos. A Prancha 09 apresenta a distribuição espacial das unidades de mapeamento de solos. Este trabalho foi elaborado tendo por base o Mapa de Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná⁵⁰ o Mapa de Aptidão Agrícola das Terras do Paraná⁵¹ e o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos⁵².

São descritas a seguir as classes de solos e as respectivas unidades de mapeamento.

Quadro 14

Legenda de Identificação de Solos e Unidades de Mapeamento em União da Vitória

Unid. de Mapeamento	Classe Pedológica	Nº. de Unid.	Área da Unid. (ha)	Área da Unid. (%)
CHd	CAMBISSOLO HÚMICO Distrófico latossólico, Álico	2	9.213	12,6
CHa	Associação CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico típico + NEOSSOLO LITÓLICO Húmico típico	1	2.429	3,3
CXbd	Associação CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico Típico + NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico	1	27.272	37,3
RLe	NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico	2	9.032	12,4
RLh	Associação NEOSSOLO LITÓLICO Húmico típico + NITOSSOLO VERMELHO Distroférico típico, Álico	4	11.503	15,7
RLd	Associação NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico argissólico	1	1.816	2,5
NXa	Associação NITOSSOLO HÁPLICO Alumínico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico típico	2	5.084	6,9
GMI	GLEISSOLO MELÂNICO INDISCRIMINADO	1	6.769	9,3
Total		14	73.118	100,0

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007

Cambissolos. Compreendem solos constituídos por material mineral com horizonte B incipiente, subjacente a qualquer tipo de horizonte superficial, desde que em qualquer dos casos não satisfaçam os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes Vertissolos, Chernossolos, Plintossolos ou Gleissolos. Têm seqüência de horizontes A ou hístico, Bi, C, com ou sem R.

Devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, as características destes solos variam muito. Assim, esta classe comporta desde solos fortemente até imperfeitamente drenados, de rasos a profundos, de cor bruna ou bruno-amarelada até vermelho escuro, e de alta a baixa saturação por bases e atividade química da fração coloidal.

A estrutura do horizonte (Bi) incipiente tem textura franco-arenosa ou mais argilosa, e o solum, geralmente, apresenta teores uniformes de argila, podendo ocorrer ligeiro decréscimo ou um pequeno incremento de argila do A para o Bi. Admite-se diferença marcante do A para o Bi, em casos de solos desenvolvidos de sedimentos aluviais ou outros casos em que há descontinuidade litológica.

A estrutura do horizonte Bi pode ser em blocos, granular ou prismática, havendo casos, também, de estruturas em grãos simples ou maciça. Horizonte com plintita ou com gleização pode estar presente

⁵⁰ EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Serviço Nacional de levantamento e conservação de Solos *Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná*. EMBRAPA/SNLCS/SUDESUL/IAPAR. Volumes I e II. Londrina, 1984

⁵¹ BRASIL, Ministério da Agricultura / Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola. *Aptidão Agrícola das Terras. Estudos Básicos para o Planejamento Agrícola – Paraná*. MA/SUPLAN. 1978

⁵² EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Centro Nacional de Pesquisa de Solos. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Embrapa Produção de Informação. Brasília, 1999.

em solos desta classe, desde que não satisfaçam os requisitos exigidos para ser incluído nas classes dos Plintossolos ou Gleissolos, ou que se apresentem em posição não diagnóstica com referência a seqüência do horizonte do perfil.

Alguns destes solos desta classe possuem características morfológicas similares às dos solos da classe dos Latossolos, mas distinguem-se destes por apresentar uma ou mais das características abaixo especificadas, não compatíveis com solos muito evoluídos:

- 4% ou mais de minerais primários alteráveis ou 6% ou mais de muscovita na fração areia total;
- capacidade de troca de cátions, sem correção para carbono $\geq 17 \text{ cmol}_c/\text{kg}$ de argila;
- relação molecular $\text{SiO}_2/\text{Al}_2\text{O}_3$ (Ki) $> 2,2$;
- teores elevados em silte, de modo que a relação silte/argila seja $> 0,7$ nos solos de textura média ou $> 0,6$ nos de textura argilosa, principalmente nos solos derivados do embasamento cristalino; e
- 5% ou mais do volume do solo constando de fragmentos de rocha semi-intemperizada, saprólitos ou restos de estrutura orientada da rocha que deu origem ao solo.

No mapeamento de solos do município de União da Vitória foram definidas 3 classes pedológicas com 4 unidades de mapeamento da ordem Cambissolo, totalizando 38.914 hectares, correspondendo a 53.2% da área total do município. Foram definidas as seguintes classes pedológicas:

CHd: CAMBISSOLO HÚMICO Distrófico latossólico, Álico
CHa: Associação CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico típico + NEOSSOLO LITÓLICO Húmico típico
CXbd: Associação CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico Típico + NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico

A classe CHd (CAMBISSOLO HÚMICO Distrófico latossólico, Álico), inclui uma Unidade de Mapeamento de Cambissolos situadas na porção central do município com 9.213 ha, correspondendo a 12.6% da área total do município, em encostas associadas ao vale do ribeirão da Prata e afluentes. Estes solos apresentam gênese atrelada a rochas areníticas da Formação Pirambóia do grupo São Bento, de idade Triássico-Jurássica. Ocorrem em áreas com altitudes entre 750 a 1.000 m.s.n.m, com relevo variando do suave ondulado ao forte ondulado. Os solos apresentam textura argilosa e são medianamente profundos a profundos, daí o caráter latossólico de solos mais desenvolvidos, em acordo às variações da dissecação local da paisagem. O horizonte A Húmico apresenta cores escuras e elevados teores de carbono orgânico, associados a teores elevados de umidade e a indução pelo clima mais frio, típico desta região. A saturação por bases, tanto no horizonte A como no Bi, é originalmente baixa (distrófico) com elevada saturação por alumínio trocável. As terras associadas a estas unidades de mapeamento apresentam mosaico diversificado de usos, incluindo florestas secundárias, reflorestamentos com Pinus e inúmeras pequenas superfícies com cultivo agrícola e pastagens.

A classe CHa (Associação CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico típico + NEOSSOLO LITÓLICO Húmico típico) inclui uma pequena Unidade de Mapeamento de Cambissolos em associação com Neossolos situadas na porção Norte, ao longo do vale do rio Palmital, e compreende uma unidade de mapeamento com 2.429 ha, correspondendo a 3.3% do município. Estes solos apresentam gênese atrelada a rochas basálticas da Formação Serra Geral do grupo São Bento, de idade Juro-Cretácea e ocorrem em áreas com altitudes entre 900 a 1.000 m.s.n.m, com relevo suave ondulado. Os solos apresentam textura argilosa e, em acordo às variações da dissecação local da paisagem, são medianamente profundos no caso dos Cambissolos, enquanto os Neossolos são pouco profundos. O horizonte A Húmico apresenta cores escuras e elevados teores de carbono orgânico, associados a teores elevados de umidade e a indução por climas mais frios desta região. A saturação por bases, tanto no horizonte A como no Bi, é originalmente baixa (distrófico) com elevada saturação por alumínio trocável. Ocorrem em associação com Neossolos Litólicos situados na porção inferior mais dissecada da paisagem junto aos fundos de vale e respectivas encostas, enquanto os Cambissolos ocupam as porções menos dissecadas. As terras associadas a estas unidades de mapeamento são ocupadas principalmente por florestas secundárias e pequenas áreas cultivadas. As características da ordem Neossolo serão discutidas na respectiva classe de mapeamento.

A classe CXbd (CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico + NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico) compreende uma unidade de mapeamento com 27.272 ha, correspondendo a 37.3% do município. Estes solos ocorrem na porção central estendendo-se até a região nordeste do município

situados na borda do reverso da Escarpa Mesozóica em áreas elevadas de interflúvios e respectivas encostas íngremes, com presença de vales entalhados da rede de drenagem conseqüente em altitudes entre 930 a 1200 m.s.n.m. Apresentam gênese atrelada a rochas basálticas da Formação Serra Geral do Grupo São Bento de idade Juro-Cretácea situados em contexto de relevo com topos alongados e encostas dissecadas, com relevo variando do forte ondulado até o escarpado. Ocorrem em associação com Neossolos Litólicos situados na porção mais dissecada do relevo nas encostas e vales, enquanto os Cambissolos ocupam as situados porções menos dissecadas de interflúvios. O horizonte A Proeminente apresenta cores escuras e a saturação por bases, tanto no horizonte A como no B_i, é originalmente baixa (distrófico). Apresentam textura argilosa e os Cambissolos são medianamente profundos de acordo com grau de dissecação local da paisagem, enquanto os Neossolos são rasos a pouco profundos. As terras associadas a estas unidades de mapeamento apresentam usos diversos, incluindo cobertura florestal secundária, reflorestamentos com pinus e superfícies pequenas cultivadas de modo não intensivo.

Fundamentado no Mapa de Aptidão Agrícola das terras do Estado do Paraná (Embrapa, 1978), os solos da unidade de mapeamento CHd apresentam Aptidão Agrícola variando entre 2bc e 4P, enquanto as classes CHa e CXbd apresentam Aptidão 4P. As terras classificadas com Aptidão 3(abc) correspondem às áreas situadas em relevo suave ondulado e são consideradas terras com aptidão restrita para lavouras nos níveis de manejo A, B e C (pequeno, médio e alto nível tecnológico). As restrições devem-se a baixa fertilidade natural e elevada acidez, facilmente corrigíveis havendo possibilidade de investimento para correção da acidez e uso adequado de insumos, possibilitando elevadas produtividades. Nas áreas com relevo ondulado a forte ondulado as terras são classificadas como 4P, consideradas com aptidão boa para pastagens plantadas. A limitação, nestes casos se deve ao potencial erosivo e restrições para mecanização. Em todas as unidades de mapeamento a adoção de práticas de conservação dos solos é fundamental.

Neossolos. Compreendem solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso com pequena expressão dos processos pedogenéticos em conseqüência de: baixa intensidade de atuação destes processos, que não conduziram, ainda, a modificações expressivas do material originário; de características do próprio material, pela sua resistência ao intemperismo ou composição química; e do relevo, que podem impedir ou limitar a evolução destes solos.

Possuem seqüência de horizonte A-R, A-C-R, A-Cr-R, A-Cr, A-C, O-R ou H-C, sem atender, contudo aos requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes do Chernossolos, Vertissolos, Plintossolos, Organossolos ou Gleissolos. Esta classe admite diversos tipos de horizontes superficiais, incluindo o horizonte O ou H hístico, com menos de 30 cm de espessura quando sobrejacente a rocha ou a material primário. Alguns solos têm horizonte B com fraca expressão dos atributos (cor, estrutura, ou acumulação de minerais secundários e/ou colóides), não se enquadrando em qualquer tipo de horizonte B diagnóstico.

No mapeamento de solos do município de União da Vitória foram definidas três classes pedológicas e sete unidades de mapeamento da ordem Neossolo, com superfície de 22.351 hectares, correspondendo a 30.6% da área total do município. Foram definidas as seguintes classes pedológicas:

RLe: NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico
RLh: Associação NEOSSOLO LITÓLICO Húmico típico + NITOSSOLO VERMELHO Distroférico típico, Álico
RLd: Associação NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico argissólico

Os solos associados a classe RLe ocorrem em duas unidades de mapeamento ocupando superfície de 9.032 ha, correspondendo a 12.4% do município. Estes solos apresentam gênese atrelada a rochas sedimentares associadas às Formações Pirambóia e Botucatu do grupo São Bento de idade Triássico-Jurássica. Estão situados em contexto de relevo forte ondulado a montanhoso em paisagens amplamente dissecadas formadas nas encostas íngremes associadas aos topos de morros da formação Serra Geral, em altitudes variando entre 800 a 1.100 m.s.n.m. Os solos apresentam textura argilosa e são rasos, ocorrendo solos pouco profundos em áreas com dissecação menos intensiva. O horizonte A Moderado apresenta elevada saturação por bases, característica marcadamente diferente das demais classes de solos do município. As terras associadas a estas unidades de mapeamento apresentam usos diversos, com nítido predomínio de florestas secundárias em estágios diversos de sucessão ecológica, e áreas de reflorestamentos com Pinus.

Os solos associados a classe RLh (Associação NEOSSOLO LITÓLICO Húmico típico + NITOSSOLO VERMELHO Distroférico típico, Álico) compreendem cinco unidades de mapeamento totalizando 11.503 ha, correspondendo a 15.7% do município. Estes solos ocorrem em altitudes variáveis entre 750 a 1.100 m.s.n.m. Apresentam gênese atrelada a rochas basálticas da Formação Serra Geral e areníticas da Formação Pirambóia do grupo São Bento, ambas de idade Mesozóica e ocorrem em encostas dissecadas com relevo ondulado a montanhoso, adjacentes às planícies aluviais dos rios Iguaçú e Palmital. Ocorrem em associação com Nitossolos Vermelho Distroférico situados nas áreas com relevo mais suave, normalmente em posição de interflúvios e terço superior das encostas menos dissecadas. O horizonte A húmico apresenta cores escuras e elevados teores de Carbono associados a elevada de umidade e a indução por climas mais frios, típicos da região. A saturação por bases, tanto no horizonte A (como no B no caso dos Nitossolos), é originalmente baixa (distrófico). Apresentam textura argilosa e os Nitossolos são normalmente profundos de acordo com grau de dissecação da paisagem, enquanto os Neossolos são rasos a pouco profundos. As terras associadas a estas unidades de mapeamento apresentam usos diversos, incluindo cultivo intensivo, cobertura florestal secundária, reflorestamentos com pinus.

Os solos associados à classe RLd (Associação NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico argissólico) compreendem uma unidade de mapeamento com 1.816 ha, correspondendo a 2.5% do município. Estes solos ocorrem na porção setentrional do município em altitudes entre 750 a 900 m.s.n.m. Apresentam gênese atrelada a rochas areníticas da Formação Pirambóia do grupo São Bento, de idade Triássico-Jurássica e ocorrem em superfícies com relevo ondulado a forte ondulado situadas adjacentes intermediárias às planícies aluviais e às encostas das superfícies mesozóicas em processo de dissecação. Ocorrem em associação com Cambissolos Háplicos situados nas áreas com relevo mais suave e em posição de interflúvios. O horizonte A Proeminente apresenta cores escuras e a saturação por bases, tanto no horizonte A como no Bi, é originalmente baixa (distrófico). Apresentam textura argilosa e os Cambissolos são medianamente profundos de acordo com grau de dissecação da paisagem, enquanto os Neossolos são rasos a pouco profundos. As terras associadas a estas unidades de mapeamento apresentam usos diversos, incluindo cultivo intensivo, cobertura florestal secundária, reflorestamentos com pinus e áreas de expansão urbana.

Fundamentado no Mapa de Aptidão Agrícola das terras do Estado do Paraná (Embrapa, 1978) as unidades de mapeamento, RLe, RLh e RLd apresentam Aptidão Agrícola variável, de acordo com as variações locais de relevo e de solos associados, entre 3(ab) - restrita para lavouras no sistemas de manejo A e B (respectivamente baixo e médio nível tecnológico), 4P e 4p - boa e regular para pastagens plantadas, e 5S - boa para reflorestamentos. As restrições devem-se a alta susceptibilidade à erosão nas áreas situadas com relevo entre ondulado a montanhoso e a pequena profundidade dos Neossolos. Em todas as unidades de mapeamento o uso deve ser condicionado à adoção de práticas de conservação dos solos é fundamental.

Nitossolos. Compreendem solos constituídos por material mineral com horizonte B nítico (reluzente) de argila de atividade baixa, textura argilosa ou muito argilosa, estrutura em blocos sub-angulares, angulares ou prismática moderada ou forte, com superfícies dos agregados reluzente, relacionada à cerosidade e/ou superfícies de compressão. Estes solos apresentam horizonte B bem expresso em termos de desenvolvimento de estrutura e cerosidade, mas com inexpressivo gradiente textural.

Esta classe não engloba solos com incremento no teor de argila requerido para horizonte B textural, sendo a diferenciação de horizontes menos acentuada que aqueles, com transição de A para o B clara ou gradual e entre sub-horizontes do B difusa. São profundos, bem drenados, com coloração variando de vermelho a brunada.

São, em geral, moderadamente ácidos a ácidos, com saturação de bases baixa a alta, às vezes com composição caulínico - oxidica e, por conseguinte, com argila de atividade baixa. Esta classe pode apresentar solos com horizonte A de qualquer tipo, inclusive a Húmico, não admitindo, entretanto, horizonte H hístico.

No mapeamento de solos do município de União da Vitória foi definida uma classe pedológica com uma unidade de mapeamento de associação de subordem de Nitossolo Háplico com Cambissolo Háplico, totalizando 5.084 hectares, correspondendo a 6.9 % da área total do município. Uma classe distinta de mapeamento foi definida:

NXa: Associação NITOSSOLO HÁPLICO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO
Tb Alumínico típico

A classe NXa inclui Nitossolos com gênese atrelada a rochas basálticas da Formação São Bento, de idade Juro-Cretácea associados a solos originados de rochas sedimentares (Siltitos e Argilitos) derivadas da formação Rio do Rastro, de idade Permiana. Ocorrem em superfícies com altitude entre 750 a 850 m.s.n.m e relevo variando entre o suave ondulado ao forte ondulado, situados na porção sudeste do município. Estes solos apresentam textura argilosa e são normalmente profundos em acordo às variações da dissecação local da paisagem. O horizonte A Proeminente apresenta cores escuras e a saturação por bases, tanto no horizonte A como no B, é originalmente baixa (distrófico). Ocorrem em associação com Cambissolos pedogeneticamente menos desenvolvidos e situados na porção mais dissecadas da paisagem, enquanto os Nitossolos ocupam as porções menos dissecadas em topos e encostas com relevo suavizado. As terras associadas a estas unidades de mapeamento apresentam usos diversos, incluindo cultivo intensivo, reflorestamento com pinus e matas secundárias em estágios diferenciados de sucessão ecológica. As características da ordem Cambissolo foram discutidas na respectiva classe de mapeamento.

De acordo com o Mapa de Aptidão Agrícola das terras do Estado do Paraná (Embrapa, 1978) esta unidade de mapeamento, compreende áreas com Aptidão Agrícola 2 b(c), consideradas com aptidão regular para lavouras nos níveis de manejo B (médio nível tecnológico) e restritas no nível C (alto nível tecnológico). As restrições devem-se a baixa fertilidade natural e elevada acidez, facilmente corrigíveis havendo possibilidade de investimento para correção da acidez e uso adequado de insumos, possibilitando elevadas produtividades. Nas áreas com relevo ondulado a ondulado a limitação se devem ao potencial erosivo e maiores restrições para mecanização. Assim a adoção de práticas de conservação dos solos é fundamental.

Gleissolos. Compreendem solos hidromórficos, constituídos por material mineral, que apresentam horizonte glei dentro dos primeiros 50 cm da superfície do solo, ou a profundidades entre 50 a 125 cm desde que imediatamente abaixo de horizontes A ou E (gleisados ou não), ou precedidos por horizonte B incipiente, B textural, ou C com presença de mosqueados abundantes com cores típicas denotando ambientes de redução. Excluem-se da presente classe, solos com características distintivas dos Vertissolos, Espodossolos, Planossolos, Plintossolos ou Organossolos.

Os solos desta classe são permanentemente ou periodicamente saturados por água, salvo se artificialmente drenados. A água de saturação ou permanece estagnada internamente, ou a saturação é por fluxo lateral no solo. Em qualquer circunstância, a água do solo pode se elevar por ascensão capilar, atingindo a superfície.

Caracterizam-se pela forte gleização, em decorrência do regime de umidade redutor, que se processa em meio anaeróbico, com muita deficiência ou mesmo ausência de oxigênio, devido ao encharcamento dos solos por longo período ou durante todo o ano. O processo de gleização implica na manifestação de cores acinzentadas, azuladas ou esverdeadas, devido a compostos ferrosos resultantes da escassez de oxigênio causada pelo encharcamento. Provoca também, a redução e solubilização de ferro, promovendo translocação e reprecipitação dos seus componentes.

São solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, que apresentam seqüência de horizontes A-Cg, A-Big-Cg, A-Btg-Cg, A-E-Btg-Cg, A-E-Bt-Cg, Ag-Cg, H-Cg, tendo o horizonte A cores desde cinzentas até pretas, espessura normalmente entre 10 e 50 cm e teores médios a altos de carbono orgânico. O horizonte glei, que pode ser um horizonte C, B, E ou A, possui cores dominantes mais azuis que 10Y, de cromas bastante baixos, próximos do neutro. São solos que ocasionalmente podem ter textura arenosa (areai ou areia franca) somente nos horizontes superficiais, desde que seguidos de horizonte glei de textura franco-arenosa ou mais fina.

Afora os horizontes A, H, ou E que estejam presentes, a estrutura é em blocos ou prismática composta ou não de blocos angulares e subangulares. Quando molhado, o horizonte apresenta-se, em geral, com aspecto maciço. Podem apresentar horizonte sulfúrico, cálcico, propriedade solódica, sódica, caráter sálico, ou plintita em quantidades ou posição não diagnóstica para enquadramento na classe dos Plintossolos.

São solos formados em materiais originários estratificados ou não, e sujeitos a constante ou a periódico excesso d'água, o que pode ocorrer em diversas situações. Comumente desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio - aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais, lacustres ou marinhos, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São eventualmente formados em áreas inclinadas sob influência do afloramento de água

subterrânea (surgentes). São solos que correm sob vegetação hidrófila, ou higrófila herbáceas, arbustiva ou arbórea.

No mapeamento de solos do município de União da Vitória foi definida uma classe pedológica com uma unidade de mapeamento de Gleissolos Melânicos Indiscriminados, totalizando 6.769 hectares, correspondendo a 9,3% da área total do município. Foi definida a seguinte classe pedológica:

GMI: GLEISSOLO MELÂNICO INDISCRIMINADO

A classe pedológica GMI (GLEISSOLO MELÂNICO INDISCRIMINADO) inclui solos com gênese associada a sedimentos recentes do quaternário, situadas em áreas com relevo plano ao longo de várzeas inundáveis do rio Iguazu, Vermelho e ribeirão da Prata na porção centro-sul do município. São solos com horizonte H hístico com menos de 40 cm de espessura podendo apresentar horizonte A húmico ou proeminente. Apresentam cores escuras no horizonte A, e elevados teores de carbono orgânico, associados a teores elevados de umidade e a indução por climas mais frios desta região e mosqueados típicos dos gleissolos nos horizontes inferiores. Ocorrem a presença de solos Orgânicos indiscriminados. A saturação por bases, tanto no horizonte A como nos horizontes inferiores, é originalmente baixa (distrófico) com elevada saturação por alumínio trocável (Embrapa, 1984). Nesta unidade de mapeamento foram incluídas ocorrências de Cambissolos Háplicos Alumínico localizados nas porções mais elevadas destes ambientes de sedimentação quaternária. As terras associadas a esta unidade de mapeamento apresentam uso variável incluindo áreas cultivadas de modo intensivo e reflorestamentos em ambientes naturalmente melhor drenados ou com drenagem implantada, além de florestas aluviais secundárias, em estágios diversos de sucessão ecológica, e vegetação herbácea típica de várzeas inundáveis. Inclui ainda a área urbana e áreas de expansão urbana.

De acordo com o Mapa de Aptidão Agrícola das terras do Estado do Paraná (Embrapa, 1978) esta unidade de mapeamento corresponde a áreas com potencial limitado para uso agrícola intensivo, Aptidão Agrícola 3 (c). São consideradas áreas com aptidão restrita para lavouras nos níveis de manejo C (alto nível tecnológico). As restrições devem-se a excessiva umidade no perfil do solo, em áreas sujeitas a alagamentos periódicos e, a baixa fertilidade natural e elevada acidez. Estas limitações podem ser corrigidas havendo possibilidade de altos investimentos para drenagem e correção da acidez, além do uso elevado de insumos, possibilitando produtividades potencialmente elevadas. Drenagem de várzeas, no entanto, não estão sendo autorizadas em função da importância ambiental destas áreas.

3.2.6 COBERTURA VEGETAL

Prancha 10

Caracterização Florística Regional. A vegetação do município de União da Vitória está incluída no Bioma Mata Atlântica, na unidade fitoecológica Floresta Ombrófila Mista (FOM). Nesta unidade coexistem representantes das floras tropical (afro-brasileira) e temperada (austro-brasileira), em marcada relevância fisionômica de elementos Coniferales e Laurales, onde domina *Araucaria angustifolia*⁵³, espécie gregária de alto valor econômico e paisagístico⁵⁴. Compreende as formações florestais típicas e exclusivas dos planaltos da região Sul do Brasil, com disjunções na região Sudeste e em países vizinhos (Paraguai e Argentina). Encontra-se predominantemente entre 800 e 1.200 m s.n.m., podendo eventualmente ocorrer acima desses limites.

Constatou-se⁵⁵ que a flora arbórea desta unidade é superior a 350 espécies, sendo que só para o Estado do Paraná, estima-se que esse número seja superior a 200 espécies, com um endemismo em torno de 40%.

Pertencendo à bacia do rio Iguazu, numa área de transição entre o segundo e terceiro planaltos paranaenses, a Floresta Ombrófila Mista no município de União da Vitória se divide nas categorias Floresta Ombrófila Mista Montana (FOMM) e Floresta Ombrófila Mista Aluvial (FOMA).

Floresta Ombrófila Mista Montana (FOMM). Na estratificação deste tipo de floresta ocorre um estrato emergente formado exclusivamente por *Araucaria angustifolia*, na forma de elementos sempre

⁵³ *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze (Araucariaceae)

⁵⁴ IBGE. *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Rio de Janeiro, 1992. 92p. (Série Manuais Técnicos em Geociências, 1).

⁵⁵ LEITE, 1994 *apud* RODERJAN, C.V. *et alli*. *As unidades fitogeográficas do Estado do Paraná, Brasil*. Ciência & Ambiente, Santa Maria, n.24, jan./jun. 2002.

relativamente jovens. De acordo com o estágio florestal, podem ocorrer estratos arbóreo superior e inferior, e ainda um estrato arbustivo-herbáceo, o qual pode se apresentar denso ou bastante ralo⁵⁶.

Estudos⁵⁷ sobre a composição e estrutura da vegetação arbórea remanescente regional listam 51 espécies, 36 gêneros e 26 Famílias. As famílias Araucariaceae, Aquifoliaceae, Lauraceae, Sapindaceae, Myrtaceae e Canellaceae foram as mais representativas, constituindo 90% do total de árvores levantadas. Adicionalmente, determinou-se⁵⁸ 128 espécies arbóreas, pertencentes a 43 Famílias, incluindo a presença de elementos da Floresta Estacional semi-decidual, típicas do terceiro planalto. Posteriormente⁵⁹, analisando-se também os estratos herbáceo-arbustivo, foram determinadas 307 espécies pertencentes a 76 famílias, sendo Asteraceae, Myrtaceae, Rubiaceae, Solanaceae e Lauraceae as que apresentam maior número de espécies.

As florestas em estágio inicial de sucessão, neste município e vizinhos, cobrem cerca de 30% da área⁶⁰. Apresentam apenas um estrato, de até 5 m de altura, com indivíduos de diâmetro reduzido de tronco. Há poucas lianas e epífitas. Se Araucárias estiverem presentes, são muito jovens. De acordo com o grau de desenvolvimento do fragmento, podem predominar no estrato arbóreo:

Clethra scabra (Guaperê), *Piptocarpha axillaris* (Vassourão-branco), *Vernonia discolor* (Vassourão-preto), *Cedrella fissilis* (Cedro), *Schinus terebinthifolius* (Aroeira-vermelha), *Mimosa scabrella* (Bracatinga), *Campomanesia xanthocarpa* (Guabirola), *Zanthoxylum rhoifolium* (Juvevê), *Ocotea puberula* (Canela-sebo), *Ilex paraguariensis* (Erveira), *Prunus sellowii* (Pessegueiro-bravo), *Sapium glandulatum* (Leiteiro) e *Casearia obliqua* (Guaçatunga-preta).

Nos estágios iniciais também são comuns os maciços de Bracatinga (*Mimosa scabrella*). Foram identificadas⁶¹ 82 espécies lenhosas distribuídas entre 34 famílias botânicas nos sub-bosques de bracatingais, sendo as principais espécies:

Jacaranda puberula (caroba), *Maytenus alaternoides* (Guarapoca), *Cupania vernalis* (Cuvantã), *Casearia decandra* (Guaçatunga-miúda), *Myrsine ferruginea* (Capororoquina) e *Zanthoxylum rhoifolium* (Juvevê).

Em análise da vegetação pioneira de bracatingais, encontraram-se⁶² 32 espécies, sendo 13 herbáceas e 19 arbustivas ou arbóreas. No estrato herbáceo predominaram as gramíneas:

Panicum sabulorum (Pastinho) e *Imperata brasiliensis* (Sapé) e a ciperácea *Cyperus hermaphroditus*;

E no estrato arbustivo-arbóreo:

Leandra australis (Melastomataceae), *Solanum megalochiton* (Solanaceae) e *Palicourea sp* (Rubiaceae).

As florestas em estágio médio de sucessão, na região, cobrem cerca de 20% da área⁶³. Florestas em estágio médio de sucessão apresentam um estrato de até 15 m de altura, com exemplares maiores de *Araucaria angustifolia* no estrato emergente, atingindo até 20m. Ocorrem no estrato arbóreo:

Cedrella fissilis (Cedro-rosa), *Casearia decandra* e *C. sylvestris* (Guaçatongas), *Ilex brevicuspis* e *Ilex theezans* (Congonhas), *Clethra scabra* (Guaperê), *Jacaranda puberula* (Caroba), *Matayba elaeagnoides* (Miguel-pintado), *Lithraea brasiliensis* (Bugreiro), *Ocotea porosa* (Imbuia), *Mimosa scabrella* (Bracatinga), *Zanthoxylum rhoifolium* (Juvevê), *Piptocarpha angustifolia* (Vassourão-branco), *Prunus sellowii* (Pessegueiro-bravo), *Myrsine umbellata* (Capororoça), *Myrsine ferruginea* (Capororoquina), *Sapium glandulatum* (Pau-leiteiro), *Sebastiania brasiliensis* (Leiteirinho), *Sloanea lasiocoma* (Sapopema), *Syagrus romanzoffiana* (Jerivá), *Tibouchina sellowiana* (Quaresmeira) e *Vernonia discolor* (Vassourão-preto). Na regeneração, são freqüentes *Allophylus edulis* (Vacum), *Cordyline dracaenoides* (Uvarana), *Dicksonia sellowiana* (Xaxim-bugio), *Casearia obliqua* (Guaçatunga-preta) e *Myrcia rostrata* (Guamirim-chorão).

⁵⁶ SANQUETTA, C.R. et alii. *Estrutura vertical de um fragmento de floresta ombrófila mista no centro-sul do Paraná*. Revista Floresta, v.32, n.2, 2002.

⁵⁷ Estudos conduzidos por LONGHI, S.J. *A estrutura de uma floresta natural de Araucaria angustifolia (Bert.) O. Ktze, no sul do Brasil*. Curitiba, 1980. Dissertação de Mestrado em Engenharia Florestal – Setor de Ciências Agrárias – UFPR.

⁵⁸ GALVÃO, F.; KUNIOSHI, Y.S.; RODERJAN, C.V. *Levantamento fitossociológico das principais associações arbóreas da Floresta Nacional de Irati – PR*. Revista Floresta, Curitiba, v.19, n., 1989.

⁵⁹ Na seqüência, BRITZ, et alii. *Levantamento florístico em Floresta Ombrófila Mista, São Mateus do Sul, Paraná, Brasil*. Arq.Biol.Tecnol., v.38, n. 4, 1995.

⁶⁰ CASTELLA, P.R.; BRITZ, R.M. (Org.) *A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais*. Brasília: MMA, 2004.

⁶¹ BAGGIO et alii. *Levantamento de espécies lenhosas em sub-bosques de Bracatingais*. Boletim de Pesquisa Florestal, Colombo, n. 30/31, Jan./Dez. 1995.

⁶² GRODZKI, L.; BOEGER, M.R.T. *Caracterização da vegetação pioneira de uma área de exploração de Mimosa scabrella Benth. (Bracatinga), no município de Colombo, PR*. Revista Floresta, Curitiba, v.31, 2001.

⁶³ Para CASTELLA & BRITZ, 2004. *opus cit.*

Em avaliações do valor apícola deste tipo de floresta⁶⁴, em estágio médio de regeneração, colocaram-se como espécies mais características deste tipo e floresta, em valor de importância, em ordem decrescente:

Ocotea puberula (Canela-sebo), *Ilex paraguariensis* (Erveira), *Syagrus romanzoffiana* (Jerivá), *Vernonia discolor* (Vassourão-preto), *Clethra scabra* (Guaperê), *Lamonia speciosa* (Guaraperê), *Araucaria angustifolia*, *Cytharexylum myrianthum* (Tarumã-branco), *Prunus sellowii* (Pessegueiro-bravo), *Jacaranda puberula* (Caroba), *Eugenia pyriformis* (Uvaia) e *Ilex theezans* (Caúna), dos quais Bracatinga, Jerivá, Caúna e Tarumã-branco possuem alto valor apícola.

Ainda nas áreas em estágio médio de sucessão, há distinção entre a composição da Floresta com Araucária da região de antigos faxinais e das florestas serranas. Nas áreas de antigos faxinais, ocorrem espécies associadas distribuídas principalmente em três estratos: predomina no superior Araucária; no estrato médio destacam-se:

Guaçatunga (*Casearia decandra*), Canela-preta (*Nectandra megapotamica*), Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) e Erveira (*Ilex paraguariensis*); no estrato inferior (arbustivo) há Xaxim-bugio (*Dicksonia sellowiana*), *Myrcia spp* (Guamirins) e *Myrciaria spp* (Cambuís);

além de abundante regeneração de espécies arbóreas.

Com relação à região de faxinais íntegros, pioneiramente⁶⁵ apresentou-se 57 espécies típicas da formação dos ervais, com 19 famílias botânicas, sendo posterior⁶⁶ a identificação de 21 famílias, com 44 espécies distintas. As famílias que tiveram o maior número de espécies, evidenciando assim maior riqueza foram: Myrtaceae (8); Flacourtiaceae (6); Aquifoliaceae e Fabaceae (4 cada); Lauraceae e Euphorbiaceae (3 cada), e Sapindaceae (2).

Com relação às florestas em estágio avançado de regeneração, estas perfazem menos de 1% da região⁶⁷ e, as espécies mais importantes⁶⁸ são:

Ocotea puberula (Canela-sebo), *Syagrus romanzoffiana* (Jerivá), *Eugenia pyriformis* (Uvaia), *Jacaranda puberula* (Caroba), *Prunus sellowii* (Pessegueiro-bravo), *Ilex paraguariensis* (Erveira), *Casearia sylvestris* (Café-de-bugre), *Alchornea triplinervia* (Tapiá), *Lithraea brasiliensis* (Bugreiro), *Ocotea porosa* (Imbuia), *Piptocarpha angustifolia* (Vassourão-branco), *Cedrella fissilis* (Cedro), *Ocotea odorifera* (Sassatrás), *Zanthoxylum rhoifolium* (Juvevê), *Vernonia discolor* (Vassourão-preto), *Clethra scabra* (Guaperê), *Lamonia speciosa* (Guaraperê), e *Ilex theezans* (Caúna);

dos quais Jerivá, Café-de-bugre, Juvevê e Vassourão-branco possuem alto valor apícola.

A observação de ocorrência de campo natural nos altos da Serra da Esperança⁶⁹ já não pode mais ser vislumbrada.

Floresta Ombrófila Mista Aluvial (FOMA). Corresponde às florestas ripárias, também denominadas de florestas ciliares ou de galeria, que se desenvolvem as margens de rios que percorrem terrenos de geomorfia plana até suave-ondulada, não raro fazendo limite a várzeas (formações pioneiras) de extensão variável. Podem apresentar diferentes graus de desenvolvimento, devido ao grau de hidromorfia dos solos⁷⁰.

Identificou-se⁷¹, no estrato arbóreo nas matas ripárias de planície do rio Iguaçu na região, 18 famílias e 24 espécies, pertencentes aos grupos funcionais hidrófilo, higrófilo e mesófilo. As espécies mais importantes⁷² em termos de frequência e densidade foram:

Branquinho (*Sebastiania commersoniana*), Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), Café-de-bugre (*Casearia sylvestris*), Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), Tarumã (*Vitex megapotamica*), Canela-fogo (*Cryptocarya aschersoniana*), Guamirim-chorão (*Myrcia rostrata*), Miguel-pintado (*Matayba elaeagnoides*), Ariticum (*Rollinia sylvatica*), Mosquiteiro (*Machaerium brasiliensis*), Batinga-branca (*Eugenia ramboi*) e Pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*),

⁶⁴ PEGORARO, A.; ZILLER, S.R. Valor Apícola das Espécies Vegetais de duas Fases Sucessionais da Floresta Ombrófila Mista, em União da Vitória Paraná – Brasil. Bol. Pesq. Fl., Colombo, n. 47, jul./dez. 2003.

⁶⁵ OCCHIONNI, P.; HATSCHBACH, G. A vegetação arbórea dos ervais do Paraná. v.2, n.3. Leandra, 1972.

⁶⁶ ALBUQUERQUE, J.M. de. Análise fitossociológica da vegetação do Faxinal do Marmeleiro de Cima no município de Rebouças-PR. 60p. Monografia (Especialização em Bioengenharia). FAFIUIVA, 2005. Disponível no site <http://www.arvoresdeirati.com>. do em fevereiro de 2007. União da Vitória, 2005.

⁶⁷ CASTELLA & BRITZ, 2004. *Opus cit.*

⁶⁸ numa avaliação de PEGORARO & ZILLER, 2003. *Opus cit.*

⁶⁹ MAACK, R. Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesq.Tecnol. e Instituto Nacional do Pinho, 1950.

⁷⁰ RODERJAN *et alli.*, 2002. *opus cit.*

⁷¹ CURCIO, G.R. Relações entre Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Fitossociologia nas planícies fluviais do Rio Iguaçu, Paraná, Brasil. 510p. Não Publicado. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

⁷² *Ibid.*

mais o arbusto Jasmim-do-mato (*Coussarea contracta*). Pode-se citar adicionalmente a presença de: Xaxim-de-espinho (*Alsophylla setosa*), Bugreiro (*Lithraea molleoides*) e Canela-preta (*Nectandra megapotamica*).

No mesmo ambiente, foram ainda relatadas 215 espécies⁷³, nos diversos estratos, sendo os mais representativos os pertencentes à Rubiaceae (14 espécies), Asteraceae (13), Myrtaceae (11), Cyperaceae (9) e Bromeliaceae, Euphorbiaceae e Polypodiaceae, com 8 espécies cada. Nas áreas ripárias do rio Iguaçu de 60 a 80% da vegetação é composta por:

Sebastiania commersoniana (Branquinho); também é muito comum *Alophylus edulis* (Vacum), *Blepharocalyx salicifolius* (Cambuí), *Vitex megapotamica* (Tarumã), *Matayba elaeagnoides* (Miguel-pintado) e *Luehea divaricata* (Açoita-cavalo).

Acompanham arvoretas de até 10m de altura, sendo principalmente:

Guettardia uruguensis (Veludinho), *Myrceugenia euosma* (Cambuí), *Myrciaria tenella* (Cambuí-do-brejo), *Symplocos uniflora* (Pau-de-cangalha) e *Syagrus romazoffiana* (Jerivá).

No sub-bosque ocorrem:

Daphnopsis racemosa (Embira) e *Psychotria cartagenensis* (Grandiúva).

Situação Florestal. Pela topografia acidentada do município de União da Vitória, a vegetação florestal ainda ocupa expressivas áreas, embora não mais com a qualidade original. A maior concentração de florestas ocorre na Serra da Esperança e em alguns morrotes junto ao rio Iguaçu.

Excetuando-se a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, a única unidade de conservação no município é o Parque Estadual Bosque das Araucárias.

No município foram identificadas pequenas áreas com remanescentes primários de Floresta Ombrófila Mista, nas encostas mais íngremes da Serra da Esperança, as quais não perfazem mais do que 0,5% da vegetação original. A quase totalidade das florestas em estágio avançado de regeneração no município (cerca de 20%) encontram-se nas porções mais altas desta Serra.

Nos vales e encostas mais acessíveis, totalmente colonizados em passado recente e agora parcialmente explorados, a vegetação restante se constitui basicamente de estágios iniciais de regeneração, inclusive com a presença de maciços de Bracatinga (*Mimosa scabrella*).

As matas da região, tanto no estágio inicial quanto médio de regeneração, sofrem interferência pelo pastoreio e mostram-se impactadas também pela atividade silvicultural (*Pinus* e, secundariamente, eucalipto), mesmo nas escarpas da APA Serra da Esperança. Ainda ocorre a extração de erva-mate, porém sem a pujança que se verificava até poucos anos atrás.

Como reflexo da intensa e ainda recente exploração madeireira na região, há ausência de espécies mais exigentes do ponto de vista ambiental, e mais importantes economicamente, como imbuia (*Ocotea porosa*) e sassafrás (*Ocotea odorifera*).

Os remanescentes da FOM se apresentam como um dos ecossistemas mais ameaçados no domínio da Mata Atlântica. O município é de ocorrência das seguintes espécies, incluídas na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção⁷⁴:

- na categoria vulnerável, *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-Paraná) e *Ocotea porosa* (imbuia);
- na categoria em perigo, *Dicksonia sellowiana* (xaxim-bugio) e *Ocotea odorifera* (Sassafrás).

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança possui uma área total de 206.555,82 ha, e abrange os municípios de Guarapuava, Prudentópolis, Inácio Martins, Cruz Machado, União da Vitória, Mallet, Rio Azul, Paula Freitas, Paulo Frontin e Irati. Esta APA foi criada através da Lei Estadual nº 9.905, de 27 de janeiro de 1992.

O zoneamento ambiental/econômico das APAs está disciplinado e detalhado na Resolução sob nº 010/88 - CONAMA. Ressalte-se que qualquer atividade incidente sobre o perímetro abrangido pela Área de Proteção Ambiental deverá, previamente, ser licenciada/autorizada pelo órgão ambiental

⁷³ SILVA *et alli*. Levantamento florístico em área de várzea do Rio Iguaçu, São Mateus do Sul, PR, Brasil. v. 40, n.3, p. 903-914, Arq. Biol. Technol., 1987.

⁷⁴ IBAMA. Portaria n. 006/92-N de 15 de janeiro de 1992. Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.

estadual, no caso o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, na forma dos artigos 9º, III e IV, e 10, ambos da Lei 6.938/81, bem como, artigos 17 e 19 do Decreto Federal nº 99.274/90.

Sendo a floresta de Araucária parte integrante da Mata Atlântica, e sendo esta considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal, possuem as formações de Araucária proteção especial e extremamente rígida, que tem como um dos principais instrumentos legais o Decreto Federal 750/93, onde o bem tutelado é a própria floresta, que fica imune de corte, exploração ou supressão.

A Resolução nº 278 do CONAMA suspende também temporariamente as autorizações de corte para as Araucárias. Além do mais, a lei conhecida como de Crimes Ambientais (9605/98) prevê pena de detenção pela extração de árvores. Portanto, tal legislação restringe a exploração nas áreas cobertas por essa vegetação.

Áreas de Preservação a Serem Consideradas no Município. As áreas aqui comentadas já encontram respaldo na legislação para sua preservação. Apresentam-se argumentos adicionais para sua conservação/restauração.

Morrotes associados à Escarpa Serra da Esperança. Um dos aspectos mais marcantes do relevo do município é a presença de morrotes isolados, disjuntos da Escarpa da Esperança, envolvidos pelas várzeas do rio Iguaçu e, no caso, seus afluentes da margem direita.

Sua cobertura original há muito foi substituída por vegetação secundária, em diversos estágios atuais de regeneração.

Embora sua posição na paisagem não propicie estudos usuais de conectividade, sua importância ecológica e cultural deve ser criteriosamente analisada. Ainda que sejam ambientes isolados hoje, formando verdadeiras “ilhas” numa matriz antropizada, conservam importante papel regulador na dinâmica da paisagem em termos de microclima, estabilizadores de processos geomorfológicos, fontes de captação hídrica e alimentação de aquíferos, abrigo e fontes dispersoras de flora e fauna, controle e pragas e vetores, entre outros.

Todo e qualquer processo de ocupação urbana dessas áreas deve ser interrompido e, em alguns casos, até revertido. Estudos pormenorizados de cada um, de acordo com suas características físicas, biológicas e históricas, definirão seu destino como unidade de conservação de uso direto, como parques urbanos por exemplo, até áreas intangíveis, como estações ecológicas.

APA Serra da Esperança - proteção das microbacias de afluentes do rio Iguaçu. No município, diversos cursos d'água têm suas nascentes nas encostas da Serra da Esperança, inicialmente na forma de rios de cabeceira, depois, pela própria erosão de seu curso, na forma de vales espraiados em várzeas.

Os cursos de águas de cabeceiras são riachos pequenos e frágeis, onde a cobertura vegetal das margens é de extrema importância para a sua preservação, pois evita a erosão dos solos adjacentes, impedindo a sedimentação ou assoreamento do leito do rio. O assoreamento resulta na perda dos habitats aquáticos, já que o rio torna-se cada vez mais raso, estreito e canalizado, contribuindo para o declínio da biodiversidade da região.

O zoneamento ambiental está previsto na Lei 6.938/812 como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Ele também é tratado como um dos instrumentos de planejamento pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.527/01, art. 4º, inciso III, c). Ele constitui uma limitação de uso do solo particular, incidindo diretamente na limitação da propriedade, com base no preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir a sua função social (artigos. 5º, XXIII, 182, §2º e 170). Através do zoneamento ambiental procede-se à divisão do território em áreas nas quais são autorizadas determinadas atividades e proibidas, totais ou parcialmente, outras.

A definição legal de zoneamento é encontrada na Lei Federal nº 9.985/00, instituidora do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A disciplina específica das Estações Ecológicas e das Áreas de Proteção Ambiental está prevista na Lei Federal 6.902/81. O artigo 15 da lei define as características básicas das APAS:

[Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Devido à pouquíssima proporção de florestas primárias no município, as matas em estágio médio de regeneração, formadoras e alimentadoras dos rios Vermelho e Ribeirão da Praia (incluindo Córrego do Arrozal, Ribeirão São Domingos, Ribeirão Santo Antonio, Ribeirão da Bracatinga e Ribeirão do Meio) deveriam fazer parte de um sistema de matas preservadas, com a conectividade natural que o relevo da Escarpa já permite.

Os projetos agro-silvo-pastoris existentes ou a serem implantados devem manter um sistema de preservação destas matas nativas no entorno de nascentes e seus vales (inclusive áreas úmidas), dentro dos limites mínimos preconizados em lei. A rede preservada, no entanto, não deve se limitar às áreas de Preservação Permanente – todo o projeto deve ser analisado no contexto de sua conectividade, tanto interna quanto com área vizinhas, no sentido de formar corredores biológicos pela Escarpa. Embora se reconheça que estes geralmente coincidem com a rede hidrográfica, é importante evitar a excessiva fragmentação dendrítica do ambiente, unindo determinados interflúvios, quando significativos.

Recomenda-se planejar a instalação de Reservas Legais (20% de cada propriedade) em áreas contínuas, dentro da propriedade, e adjacentes às RL vizinhas sempre que possível. Estudos mostram que a manutenção de poucas, mas extensas, áreas preservadas garante maior biodiversidade do que uma área similar, porém fragmentada, muitas vezes sem comunicação entre os fragmentos.

Sistema de várzeas do rio Iguçu e seus afluentes da margem direita. Várzeas são terrenos aluviais planos, situados entre o canal fluvial e as paredes do vale do rio. São sistemas rasos, oferecendo grande variedade de nichos e, deste modo, sustentam alta diversidade biológica.

As florestas encontradas ao longo do Iguçu, Rio vermelho e Ribeirão da Praia são desenvolvidas em ilhotas e estreitas faixas aluviais que sofrem influência direta destes cursos d'água. A vegetação de várzea desempenha funções importantes na bacia hidrográfica, contribuindo para regularizar os regimes hídricos, manter a qualidade da água, estabilizar o solo, além de contribuir na ciclagem de nutrientes, na estabilidade térmica e no sustento de organismos aquáticos e fauna ribeirinha.

As plantas submersas participam ativamente na reciclagem de nutrientes, pois assimilam elementos como N e P através das raízes, que são liberados para a coluna d'água por excreção ou decomposição. Entre suas plantas uma rica micro e mesofauna encontra abrigo, alimento e oportunidade de reprodução. O povoamento de peixes do Iguçu não será eficiente se não forem mantidas intactas suas áreas de várzeas.

Nas várzeas e lagoas, uma rica fauna de répteis, anfíbios, aves e pequenos mamíferos compõem uma cadeia trófica essencial para o equilíbrio ecológico das áreas de lavoura adjacentes com, por exemplo, controle biológico de pragas. Os sedimentos presentes em várzeas retém partículas de solo desagregadas pela atividade agrícola, bem como o excesso de fertilizantes e biocidas carreados pelas chuvas.

Não se recomenda a drenagem (retificação) de várzeas para atividades agro-silvo-pastoris, pois o custo ecológico supera em muito os ganhos com a atividade. Nas áreas retificadas e hoje abandonadas ou sub-exploradas, mediante a impossibilidade de retorno à condição original, pode-se incentivar a exploração controlada, especialmente a agricultura orgânica.

O alagamento de várzeas também é altamente desencorajado e só deveria ocorrer em casos plenamente justificados, quando este for a única opção de conservação (pressão urbana, por exemplo), ou para estabelecimento de uma zona de amortecimento para outra área mais significativa a ser conservada, que de outra maneira não o seria. Porém o gestor deve estar consciente da grande perda de biodiversidade e da função ecológica da área a ser alagada.

Concessões para mineração de areia e argila devem ser emitidas apenas em áreas de várzea já impactadas, e desde que não interrompam a conectividade entre áreas preservadas (mediante EIA RIMA), observados todos os critérios técnicos para prevenção de danos. As concessões já existentes devem ser re-analisadas para:

- continuidade das atividades (com ou sem ajustes), quando não afetem a conectividade entre áreas preservadas;
- interrupção, com restauração da vegetação nativa, quando efetivamente estiverem interferindo no fluxo gênico no corredor biológico (expansão e comunicação da fauna e flora).

Todo e qualquer processo de ocupação urbana dessas áreas deve ser interrompido e, em alguns casos, até revertido. Estudos pormenorizados de cada um, de acordo com suas características físicas, biológicas e históricas, definirão seu destino como unidades de conservação na categoria mais adequada dentro do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Para a recuperação de várzeas são indicadas⁷⁵ as seguintes espécies da floresta fluvial na unidade fitogeográfica FOMA, em função dos gradientes de declividade e condições de drenagem:

Quadro 15
Espécies da floresta fluvial na unidade FOM indicadas para a recuperação de várzeas em função das condições de drenagem do terreno

Grupo Funcional	Classe de Drenagem	Espécies
Hidrófilas	Muito mal drenado	meio anóxico: <i>Erythrina crista-galli</i> ; meio hipóxico: <i>Salix humboldriana</i> .
	Mal drenado	<i>Sebastiania commersoniana</i> ; <i>Blepharocalyx salicifolius</i> ; <i>Lithroea mlleoides</i> ; <i>Myrcia laruotteana</i> ; <i>Myrciaria tenella</i> ; <i>Schinus terebinthifolius</i> ; <i>Sebastiania brasiliensis</i> .
	Imperfeitamente drenado	<i>Allophylus edulis</i> ; <i>Gymnanthes concolor</i> ; <i>Calliandria brevipes</i> ; <i>Calyptrocalyx concinna</i> ; <i>Campomanesia xanthocarpa</i> ; <i>Casearia decandra</i> ; <i>Casearia sylvestris</i> ; <i>Daphnopsis racemosa</i> ; <i>Dalbergia frutescens</i> ; <i>Eugenia burkartiana</i> ; <i>Guettarda uruguensis</i> ; <i>Ilex theezans</i> ; <i>Lithracea molleoides</i> ; <i>Lucea divaricata</i> ; <i>Machaerium stipitatum</i> ; <i>Mayenus ilicifolia</i> ; <i>Myrcia hatschbachii</i> ; <i>Myrcia rostrata</i> ; <i>Myrcianthes gigantea</i> ; <i>Myrsine Coriacea</i> ; <i>Myrsine loefgrenii</i> ; <i>Podocarpus lambertii</i> ; <i>Prunus brasiliensis</i> ; <i>syagrus romanzoffiana</i> ; <i>Scutia buxifolia</i> ; <i>Symplocos tetrandra</i> ; <i>Symplocos uniflora</i> ; <i>Vitex megaplotamica</i> ; <i>xylosma pseudosalzmanii</i> .
Higrófilas	Moderadamente drenado	<i>Cupania vernalis</i> ; <i>Gordonia fruticosa</i> ; <i>Matayba elaeagnoides</i> ; <i>Ocotea pulchella</i> ; <i>Symplocos tetrandra</i> .
Mesófilas	Bem Drenado	<i>Araucaria angustifolia</i> ; <i>Cedrela fissilis</i> ; <i>Ocotea porosa</i> ; <i>Rudgea jasminoides</i> ; <i>Tabebuia alba</i> .
	Acentuadamente drenado	<i>Cedrela fissilis</i> .

Fonte: Elaborado pela Consultoria a partir de Curcio, G.R., 2006.

A negociação para preservação das áreas de várzea no rio Iguaçu deve envolver necessariamente os municípios vizinhos no Paraná e em Santa Catarina.

Remanescentes de Floresta com Araucária, ligadas ao sistema de várzeas. Incluem as florestas encontradas ao longo Iguaçu e seus tributários, em terraços antigos ao longo dos flúvios ou elevações. De maneira geral, os ambientes ripários encontram-se alterados quando

⁷⁵ CURCIO, 2006. *Opus cit.*

não, integralmente devastados. No entanto, alguns remanescentes mais extensos ainda servem de testemunho da flora original.

Analisando-se o quanto em área nativa o município já perdeu, é imprescindível manter, ampliar e conectar estas áreas, que funcionam como uma zona tampão entre as áreas agriculturadas e o curso do rio Iguazu. As matas ripárias impedem o rápido escoamento superficial, diminuindo os efeitos traumáticos que as inundações provocam no sistema aquático. Os sistemas radiculares das plantas contribuem para a retenção do solo e a preservação das margens dos rios e riachos, evitando a destruição dos habitats aquáticos.

A recuperação da vegetação ripária contribui para o aumento da capacidade de armazenamento da água na microbacia ao longo da zona ripária, pois esta isola o curso d'água dos terrenos mais elevados, desempenhando uma ação eficaz de filtragem superficial. Também diminui significativamente a concentração de herbicidas nos cursos d'água, retidos por absorção pelo sistema radicular das plantas.

Do ponto de vista ecológico, as zonas ripárias têm sido consideradas como corredores importantes para o movimento da fauna ao longo da paisagem, assim como para a dispersão vegetal. Além das espécies tipicamente ripárias, nelas ocorrem também espécies típicas de terra firme, e as zonas ripárias, desta forma, são também consideradas como fontes importantes de sementes para o processo de regeneração natural.

A fauna concentrada ao longo das matas ripárias torna esses sistemas corredores de dispersão para elementos mais móveis da fauna da floresta, promovendo um fluxo genético com mistura e aumento da diversidade nas populações através de regiões muito mais amplas.

Levando-se em consideração que a Floresta Ombrófila Mista constitui o ecossistema florestal mais ameaçado no Sul do Brasil, e no Paraná o que menos possui proteção oficial em termos de área preservada, recomenda-se a criação e instalação de UCs nas áreas ainda remanescentes de matas nativas, não passíveis de proteção pelos mecanismos do SISLEG (APPs e RLs).

3.2.7 ARBORIZAÇÃO PÚBLICA URBANA

A arborização pública de União da Vitória está praticamente toda restrita às áreas livres, não sendo possível dizer que há uma rua de grande extensão com arborização viária efetiva. Esta realidade se repete por toda região Centro-Sul do Paraná, unindo justificativas climáticas (temperaturas menores, alta umidade) com fatores culturais ligados a forma de ocupação da região, onde os pioneiros tiveram esforços significativos para tornar a paisagem dominada pelas matas em campos de cultivo. No caso de União da Vitória não cabe a justificativa de pouca largura das vias nem tampouco se pode inserir a inexistência de arborização dentro de um contexto de falta esmero do poder público e da comunidade com a estética da cidade. De forma geral, as praças e canteiros estão em bom estado de conservação, primando pelo uso de flores e arbustos, incluindo espécies arbóreas nos espaços mais amplos.

A conjugação das praças e parques com os quintais particulares e principalmente os morros vegetados dão à cidade uma grande presença vegetal, uma mancha verde que de certa forma reduz a aridez típica de cidades onde a arborização viária praticamente inexistente.

3.2.8 FAUNA NATIVA E URBANA

Fauna Nativa. O município de União da Vitória apresenta-se inserido nos domínios da mata atlântica, Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Mata de Araucárias. Localizado às margens do rio Iguazu apresenta uma paisagem bastante marcante devido à vegetação característica de várzeas.

Em relação a sua fauna silvestre conhecida e classificada, podem-se citar as espécies presentes nos quadros abaixo que, ao serem analisados, demonstram um percentual considerável de espécies sob ameaça de extinção, sendo a fauna de mamíferos a mais atingida⁷⁶.

Quadro 16
Espécies da mastofauna listadas no município de União da Vitória

Ordem	Família	Nome científico	Nome popular	
Marsupialia	Didelphidae	<i>Didelphis albiventris</i>	Gambá	
		<i>Didelphis marsupialis</i>	Raposa	
		<i>Philander opossum</i>	Cuíca	
Xenarthra	Myrmecophagidae	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá Mirim	
	Dasypodidae	<i>Dasyopus septencinctus</i>	Tatú mulinha*	
		<i>Dasyopus novemcinctus</i>	Tatú do rabo-mole	
		<i>Cabassous tatouay</i>	Tatú *	
		<i>Euphractus sexcinctus</i>	Tatú paulista	
Rodentia	Sciuridae	<i>Sciurus aestuans</i>	Esquilo	
	Cricetidae	<i>Akodon montensis</i>	Rato do mato	
		<i>Akodon nigrata</i>		
		<i>Oryzomys nigripes</i>		
		<i>Oryzomys ratticeps</i>		
	Muridae	<i>Rattus rattus</i>	Ratazana	
		<i>Mus musculus</i>	Camundongo	
	Erethizontidae	<i>Sphiggurus vilosus</i>	Ouriço-cacheiro	
	Cavidae	<i>Cavea aperea</i>	Preá	
	Hydrochaeridae	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Anta	
Dasyproctidae		<i>Dasyprocta azarae</i>	Cutia	
Agoutidae	<i>Agouti paca</i>	Paca		
Lagomorpha	Leporidae	<i>Lepus capensis</i>	Lebre	
		<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Tapeti	
Primata	Cebidae	<i>Cebus apella</i>	Macaco - prego	
		<i>Alouatta fusca</i>	Bugio	
		<i>Alouatta quariba</i>	Bugio Ruivo*	
Carnívora	Canidae	<i>Cerdocyon thous</i>	Cachorro do mato	
		<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Lobo Guará*	
	Mustelidae	<i>Galictis cuja</i>	Furão	
		<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra*	
	Procyonidae	<i>Procyon cancrivorus</i>	Mão Pelada	
		<i>Nasua nasua</i>	Quati	
	Felidae	<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguaritica*	
		<i>Felis yagoundi</i>	Gato do mato	
<i>Puma concolor</i>		Suçuarana*		
Artiodactyla	Cervidae	<i>Mazama sp.</i>	Veado	
		<i>Chrotopterus auritus</i>	Morcego*	
Chiroptera	Phyllostomidae	<i>Mimon bennetti</i>	Morcego*	
		<i>Anoura geoffroyi</i>	Morcego	
		<i>Carollia perspicillata</i>	Morcego	
		<i>Artibeus literatus</i>	Morcego	
		<i>Sturnira lilium</i>	Morcego	
		<i>Desmodus rotundus</i>	Morcego	
	Vespertilionidae	<i>Eptesicus furinalis</i>	Morcego	
		<i>Histiotus velatus</i>	Morcego	
		<i>Lasiurus borealis</i>	Morcego	
		<i>Myotis nigricans</i>	Morcego	
	Molossidae	<i>Myotis rubra</i>	Morcego	
		<i>Molossus molossus</i>	Morcego	
			<i>Tadarida brasiliensis</i>	Morcego

*Espécies ameaçadas segundo a Lista Vermelha de espécies ameaçadas no estado do Paraná 2005. Fonte: v. referências. Organizado pela Consultoria, 2007.

⁷⁶ De um total de 48 espécies de mamíferos relatadas 9 delas estão citadas no Livro Vermelho de Fauna Ameaçada de Extinção no Estado do Paraná (MIKICH, S.B., BERNILS R.S., PIZZI, P. A., 2005. Disponível no site www.celepar7.pr.gov.br/livrovermelho, do em agosto de 2007). Das mais de cem espécies de aves citadas para o município, apenas cinco delas estão citadas.

Quadro 17
Espécies da avifauna listadas no município de União da Vitória

Ordem	Família	Nome científico	Nome popular
Tinamiformes	Tinamidae	<i>Crypturellus obsoletus</i>	Nambu-guaçu
		<i>Crypturellus obsoleta</i>	Nambu-xitã
		<i>Rhynchotus rufescens</i>	Perdigão
		<i>Nothura maculosa</i>	Codorna
Anseriformes	Anatidae	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Marreca
		<i>Anas bahamensis</i>	
		<i>Anas georgica</i>	
Galliformes	Craciidae	<i>Penelope obscura</i>	Jacu velho
Podicipediformes	Podicipedidae	<i>Tachybaptus dominicus</i>	Marrequinha
		<i>Podilymbus podiceps</i>	
Ciconiiformes	Ardeidae	<i>Syrigma silvatrix</i>	Garça do campo
		<i>Ardea alba</i>	Garça branca
Falconiformes	Threskiornithidae	<i>Theristicus caudatus</i>	Curucaca
		<i>Elanoides furficatus</i>	Gavião tesoureiro
	Acciptridae	<i>Accipiter superciliosus</i>	*
		<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião pega pinto
		<i>Ictinia plumbea</i>	Gavião Pombo
		<i>Elanus leucurus</i>	Gavião Pombo
		<i>Leucopterus polionotus</i>	Gavião Branco*
		<i>Caracara planctus</i>	Carancho
	Falconidae	<i>Milvago chimachima</i>	Gavião carrapateiro
		<i>Milvago chimango</i>	Gavião *
		<i>Micrastur ruficollis</i>	
		<i>Falco sparverius</i>	Gaviãozinho
Gruiformes	Rallidae	<i>Gallinula chloropus</i>	Frango d'água
Charadriiformes	Jacaniidae	<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã
	Charadriidae	<i>Vanellus chilensis</i>	Quero quero
Columbiformes	Columbidae	<i>Columbia talpacoti</i>	Rolinha
		<i>Columbia picui</i>	Rolinha
		<i>Patagioenas picazuro</i>	Asa branca
		<i>Patagioenas cayennenses</i>	Pomba do ar
		<i>Leptotila verreauxi</i>	Juriti
		<i>Leptotila rufaxilla</i>	Juriti
		<i>Zenaida auriculata</i>	Amargosinha
		<i>Pyrrhuma frontalis</i>	Tiriva
Psittaciformes	Psittacidae	<i>Pionopsitta pileata</i>	Cuiu-cuiu
		<i>Pionus maximiliani</i>	Baitaca
		<i>Brotogeris tirica</i>	
		<i>Amazon vinacea</i>	Papagaio-do-peito-roxo*
		<i>Piaya cayana</i>	Rabo de palha
Cuculiformes	Cuculidae	<i>Crotophaga ani</i>	Anú preto
		<i>Gura gura</i>	Anú branco
		<i>Strix hylophila</i>	Coruja
		<i>Athene cunicularia</i>	Coruja do campo
Apodiformes	Apodidae	<i>Chaetura cinereiventris</i>	
		<i>Cypseloides fumigatus</i>	
Trogoniformes	Trochilidae	<i>Leucochloris albicollis</i>	Beija Flor
Coraciiformes	Trogonidae	<i>Trogon surrucura</i>	Surucuá
	Alcedinidae	<i>Ceryle torquatus</i>	Martim pescador
Galbuliformes	Bucconidae	<i>Chloroceryle amazona</i>	Martim pescador
		<i>Nystalus chacuru</i>	João - bobo
Piciformes	Ramphastidae	<i>Ramphastus dicolorus</i>	Tucano
	Picitacidae	<i>Dryocopus galeatus</i>	Pica pau acanelado*
		<i>Colaptes melanochloros</i>	Pica Pau
		<i>Colaptes campestris</i>	Pica Pau do Campo
Passeriforme	Thamnophidae	<i>Dryocopus lineatus</i>	Pica Pau cabeça vermelha
		<i>Batara cinera</i>	Papa Ovo
		<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	
	Conopophagidae	<i>Mackenziaena leachii</i>	Brujara – de - carijó
	Grallaridae	<i>Conopophaga lineata</i>	
	Rhinocryptidae	<i>Hylopezus nattereri</i>	
	Formicariidae	<i>Scytalopus indigoticus</i>	
		<i>Chamaeza campanisoma</i>	Tovaca
	Dendrocolaptidae	<i>Cahmaeza oruficauda</i>	
		<i>Sittasomus griseicapillus</i>	Subideira
Furnariidae		<i>Synallaxis cinerascens</i>	
	<i>Synallaxis ruficapilla</i>		
	<i>Synallaxis spixi</i>		

Ordem	Família	Nome científico	Nome popular
		<i>Anumbis snumbi</i>	Cochicho
		<i>Lochmias nematura</i>	
		<i>Heliobletus contaminatus</i>	
	Tyrannidae	<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i>	
		<i>Elania mesoleuca</i>	Tuque
		<i>Serpophaga subcristata</i>	
		<i>Phylloscartes ventralis</i>	
		<i>Myiornis auricularia</i>	
		<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem te vi
		<i>Myiodynastes maculatus</i>	
		<i>Myiophobus fasciatus</i>	
		<i>Hirundinea ferruginea</i>	
		<i>Lathrotricus euleri</i>	
		<i>Pyrocephalus rubinus</i>	
		<i>Xolmis dominicanus</i>	
		<i>Myiozetetes similis</i>	
		<i>Tyrannus melancholicus</i>	Siriri
		<i>Tyrannus savana</i>	
	Contigidae	<i>Chiroxiphia caudata</i>	Tangará
		<i>Tityra cayana</i>	
	Tityridae	<i>Pachyrampus castaneus</i>	
		<i>Pachyrampus polychopterus</i>	
		<i>Pachyrampus validus</i>	
	Vireonidae	<i>Vireo olivaceus</i>	Jiruviara
		<i>Hylophilus poicilotis</i>	
	Corvidae	<i>Cyanocorax caeruleus</i>	Gralha Azul
		<i>Cyanocorax crysops</i>	Gralha Amarela
		<i>Progne chalybea</i>	Andorinha grande
	Hirundinidae	<i>Pygochilidon cyanoleuca</i>	Andorinha
		<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	Andorinha do campo
	Troglodytidae	<i>Troglodytes musculus</i>	Curruira
		<i>Turdus subalaris</i>	Sabiá correntinha
	Turdidae	<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá laranja
		<i>Turdus albicollis</i>	Sabiá coleira
	Mimidae	<i>Mimus saturninus</i>	Sabiá do campo
		<i>Pyrrhocomma ruficeps</i>	
		<i>Tachyphonus coronatus</i>	
	Thraupidae	<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaço
		<i>Pipracidea melanonota</i>	
		<i>Tangara peruviana</i>	
		<i>Zonotrichia capensis</i>	Tico tico
	Emberizidae	<i>Poospiza lateralis</i>	Tico tico da taquara
		<i>Poospiza nigrorufa</i>	
		<i>Sicalis flaveola</i>	Canarinho da terra
		<i>Sicalis luteola</i>	
		<i>Embernagra platensis</i>	
		<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu
		<i>Sporophila caerulescens</i>	Coleirinha
		<i>Sporophila collaris</i>	
		<i>Sporophila melanogaster</i>	
		<i>Amaurospiza moesta</i>	
		<i>Ammodramus humeralis</i>	Tico tico do campo
		<i>Donacospiza albifrons</i>	
	Cardinalidae	<i>Saltator similis</i>	Trinca Ferro
		<i>Saltator maxillosus</i>	
		<i>Parula pitiayumi</i>	
		<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	
	Parulidae	<i>Basileuterus culicivorus</i>	Bispo
		<i>Basileuterus leucoblepharus</i>	
		<i>Cacicus chrysopterus</i>	
	Icteridae	<i>Gnorimopsar chopi</i>	Pássaro Preto
		<i>Molothrus bonariensis</i>	Chopim
		<i>Sturnella supercilialis</i>	Policia inglesa
		<i>Pseudoleister quirahuro</i>	Chupim do banhado
		<i>Agelasticus thilius</i>	
	Fringillidae	<i>Carduelis magellanica</i>	Pintassilgo
		<i>Euphonia pectoralis</i>	
	Passeridae	<i>Passer domesticus</i>	Pardal

*Espécies ameaçadas segundo a Lista Vermelha de espécies ameaçadas no estado do Paraná 2005.
Fonte: v. referências. Organizado pela Consultoria, 2007.

O principal motivo que leva estas espécies a sofrerem ameaça de extinção é a perda de seus *habitats* naturais. Para animais que necessitam de uma grande área para sobreviver, a redução de sua área pode causar a impossibilidade de encontrar um parceiro para reprodução, comprometendo o número de indivíduos da espécie, podendo levá-la à extinção. Em geral, animais no topo de cadeias alimentares possuem um número reduzido de filhotes, o que dificulta ainda mais a manutenção destas populações. São exemplos destes animais, encontrados no município de União da Vitória: Suçuarana (*Puma concolor*) e duas espécies de gavião-pombo (*Ictinia plumbea*) e (*Elanus leucurus*). Algumas espécies estão tão adaptadas ao seu meio ambiente que não é necessário que seu *habitat* seja dizimado ou muito reduzido para que estas acabem ameaçadas. Um exemplo é o Pica-pau Acanelado (*Dryocopus galeatus*) também citado no quadro. Trata-se de uma espécie rara com pouquíssimos registros recentes que, além da perda e fragmentação de seus *habitats*, é ameaçada por ser extremamente exigente quanto ao *habitat*. Para espécies como esta qualquer alteração no meio representa a necessidade de procurar novas áreas que apresentem condições semelhantes às anteriores.

A diversidade animal do município de União da Vitória não está limitada as listas apresentadas. Devido à presença de grande quantidade de várzeas, pode-se afirmar que o município conta ainda com muitas espécies de répteis e anfíbios, ainda carentes de estudos específicos.

A preservação das áreas de várzea é importante não somente para a manutenção de espécies de répteis e anfíbios, mas por abrigarem uma enorme diversidade de fauna e flora que depende desse ambiente para sua sobrevivência, sejam essas habitantes efetivas das várzeas ou que apenas visitam tais áreas em épocas específicas, como a de reprodução, caso de muitas espécies de aves.

Fauna Urbana. Ao se tratar de fauna urbana deve-se primeiramente fazer uma clara distinção entre a fauna considerada nociva (em especial por se tratar de vetores de doença ou colocarem em risco a vida humana e das demais espécies) e a fauna que, momentaneamente, por questões diversas, esteja causando transtornos à população, não sendo propriamente os animais a causa desse incômodo.

No primeiro grupo encontram-se animais que, dada às condições ambientais, encontram lugar propício para a sua proliferação, como ratos, insetos (baratas, pulgas e mosquitos) e artrópodes (aranhas e escorpiões).

As áreas de várzea são, naturalmente, locais propícios à procriação de diversas espécies. Em área urbana essa situação por si só já traz riscos, sendo consideravelmente agravada pelo acúmulo de entulho ou lixo, pela inexistência de rede de coleta de esgotos em grande parte da malha urbana e pelo despejo de efluentes sem tratamento nos cursos d'água. Em períodos de enchentes, o contato da população com a água pode aumentar os riscos de contaminação por parasitoses e infecções diversas, incluindo-se a leptospirose.

O controle dessas populações e do risco que oferecem passa necessariamente por medidas de controle da ocupação das áreas inundáveis, de saneamento básico eficiente e destinação dos resíduos sólidos, tanto o lixo doméstico quanto os refugos da construção civil.

No segundo grupo estão animais que não constituem riscos a segurança em si, mas cuja superpopulação pode ocasionar incômodos a convivência humana, como cães e gatos. Em alguns bairros da cidade é possível encontrar diversos animais soltos, perambulando pelas ruas, sozinhos ou em grupos. Os principais incômodos dessa condição vem do risco de acidentes automobilísticos, mordeduras⁷⁷, transmissão de algumas zoonoses e o espalhamento do lixo mal-acondicionado, que cria ambiente para a proliferação do primeiro grupo tratado.

A questão dos cachorros errantes não é passível de solução simples, como defendem os partidários de práticas de extermínio. Além da questão ética e legal, o extermínio tem se mostrado ineficaz pela rápida taxa de reposição da população canina⁷⁸. Campanhas baseadas na conscientização da população sobre a posse responsável (mantendo-se em casa os cães com dono e evitando-se as crias não desejadas), punição ao abandono e esterilização em massa tem se mostrado mais eficientes na solução efetiva do problema.

⁷⁷ Embora seja reduzido o risco de raiva humana, doença que não é registrada no Paraná há mais de uma década, ainda há que se considerar a possibilidade, dado que em outros estados a doença ainda persiste.

⁷⁸ Uma fêmea pode ter 2 a 3 crias ao ano, variando de 4 a 8 filhotes por ninhada, em média, sendo a taxa de crescimento da população superior a qualquer índice já obtido pelo extermínio simples.

Em União da Vitória há, desde 2007, estudos para a implantação de um projeto de esterilização cirúrgica de cães, em parceria entre o Município e a Uniguaçu, ainda não concretizada. A proposta vem de encontro ao anseio da população, em especial à dos bairros mais carentes. No bairro Rio da Areia a Associação de Moradores, com ajuda de voluntários, tenta manter o controle da população canina com o uso de contraceptivos injetáveis, adquiridos com recursos próprios, o que demonstra haver receptividade para ações voltadas à educação para a posse responsável.

Além de cães é possível ver cavalos à solta pela cidade, assim como o tráfego destes atrelados a carroças, o que gera grave risco de acidentes de trânsito. No caso de um incidente é praticamente impossível a identificação dos proprietários para que arquem com os prejuízos causados.

No município o Código de Posturas⁷⁹ já proibia a permanência de animais errantes nas ruas, não prevendo, entretanto formas de identificação dos proprietários nem de sanções aos mesmos, delegando ao poder público a responsabilidade pelo recolhimento, remetendo a forma de ação a regulamentação própria, ainda inexistente.

3.2.9 CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Clima Municipal. Todo o município encontra-se sob o domínio do Clima Cfb⁸⁰, o que implica em um clima mesotérmico, úmido e superúmido, sem estação seca, com verões frescos e geadas noturnas severas em mais de 5 ocorrências anuais. Em relação ao clima da região sudeste do Paraná como um todo se destaca a influência do Rio Iguaçu sobre o regime de chuvas, que se apresenta homogêneo durante todo o ano, não variando sensivelmente entre o trimestre mais seco e o trimestre mais chuvoso.

Quadro 18
Aspectos climáticos do município de União da Vitória

<i>Aspecto Climático</i>		<i>Característica</i>
Classificação climática		Cfb (Köppen)
Temperatura	Média anual	16° C a 17° C na divisa com General Carneiro 17° C a 18° C no restante do município 18° C a 19° C junto ao Iguaçu após a cidade
	Média do trimestre mais frio	12° C a 13° C no restante do município 13° C a 14° C ao longo do vale do Iguaçu e do Palmital
	Média do trimestre mais quente	22° C a 23° C na divisa com General Carneiro 23° C a 24° C no restante do município 24° C a 25° C no vale do Iguaçu
Precipitação	Média anual	1600 mm a 1800 mm nas divisas sul e leste 1800 mm a 2000 mm no restante do município
	Média do trimestre mais chuvoso	400 mm a 500 mm ao longo do Iguaçu (pouco) 500 mm a 600 mm no restante do município
	Média do trimestre mais seco	350 mm a 450 mm (bastante)
	Coefficiente de variação entre anos	20% a 25%
Evapotranspiração		800 mm a 900 mm
Umidade relativa do ar – média anual		70% a 75%
Vento dominante		leste a nordeste

Fonte: Monitoramento Agroclimático do Paraná. IAPAR, 2000 Disponível no site www.iapar.br
Elaborado pela Consultoria, 2007

A predominância de ventos lestes e nordeste contribuem para a formação do microclima urbano de União da Vitória, fortemente marcado pela umidade. As barreiras geográficas formadas pelos morros que barram as principais correntes de ventos, a altitude reduzida onde se insere a maior parte da cidade e a densidade construída de algumas porções já fazem com que seja possível identificar um pequeno aquecimento nessas áreas em relação ao entorno rural.

⁷⁹ Projeto de Lei de 1999, não votado.

⁸⁰ Segundo a tradicional classificação de Köppen exposta em MAACK, R. *Geografia física do Estado do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Cultura e Esporte do Estado do Paraná, 1981. Nesta mesma publicação Maack descreve a influência dos principais rios do estado sobre o clima ao longo de seus vales, alterando principalmente o regime de chuvas e acentuando as temperaturas.

3.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

3.3.1 NOTÍCIA HISTÓRICA

Proto-história. O local onde hoje se situa a cidade já era conhecido dos tropeiros desde meados do século XIX. Nesse local fica um trecho mais raso do Rio Iguaçu, onde, em épocas secas, podia-se passar a vau com as boiadas provenientes de Palmas e destinadas à feira de Sorocaba, em São Paulo. A inserção de União da Vitória no caminho das tropas é que fez com que esse local fosse preferido em relação a Porto Vitória, ponto final do trecho navegável do Iguaçu, como ponto de concentração de descarga de mercadorias destinadas aos criadores, principalmente sal. Aos poucos, foram surgindo casas no entorno desse proto improvisado, dando origem a Porto União da Vitória. Nesse local, em 1880, fixou-se, provindo de Palmas, o Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, figura de importância vital para a história local (também fundamental na história de outras comunidades paranaenses, inclusive Porto Amazonas, onde se inicia a navegação fluvial, cidade cujo próprio nome homenageia seu fundador). Desde os anos oitenta do século XIX esteve Amazonas Marcondes envolvido com a navegação fluvial, para a qual chegou a deter uma considerável empresa que durou muitas décadas. Já em 1881 estava envolvido com a imigração, tendo trazido as primeiras famílias de imigrantes (alemães) para a região. Morador de fazenda onde hoje fica o bairro de São Cristóvão, Marcondes dirigiu durante décadas a vida política regional, não estando ausente dos movimentos que deram a Porto União da Vitória autonomia, desmembrada do território de Palmas, em 27 de março de 1890 (Decreto 54).

Contestado. Por volta do fim do século XIX, estavam rumando para o sul os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, então *Southern Brazilian Railway*. A concessão da ferrovia, concedida no final ao Império ao engenheiro Teixeira Soares, havia sido repassada para um grupo inglês, ao qual logo associou-se a Lumber (*Southern Brazil Lumber and Colonization Company*), que havia recebido do governo a concessão de 15 km para cada lado da estrada de ferro, de onde passou a retirar a madeira de araucária, que era então embarcada nos vagões para exportação. Uma vez que boa parte dessa área estava já povoada, era previsível haver conflitos, embora o Contestado tenha superado todas as expectativas em matéria de ferocidade e de número de vítimas. Além dos problemas relativos à posse das terras, conflitaram nessa região os governos dos estados do Paraná e de Santa Catarina. O primeiro tomava como seu todo o território compreendido entre o Rio Iguaçu e o Rio Uruguai, enquanto o segundo protestava pela fixação da fronteira no leito do Iguaçu. A Polícia Militar paranaense chegou a ocupar a região, tendo sido fustigada pela população local, que se acreditava estar sendo instigada pelos “monges” (primeiramente o monge João Maria de Agostini, depois João Maria de Jesus), tendo ocorrido a morte de seu comandante, coronel João Gualberto. O Exército Brasileiro ocupou toda a região, e após revezes e vitórias militares, finalmente dobrou a resistência dos caboclos (instalando como mandatários os “coronéis” proprietários de terras, além da própria companhia estrangeira), enquanto os estados chegavam a um acordo forçado pelo governo federal (em 20 de outubro de 1916, no Rio de Janeiro) homologado em 1917. No caso de Porto União da Vitória, houve a partilha da cidade entre os dois estados, ficando Porto União (a parte sul, mais alta), atribuída a Santa Catarina e União da Vitória (a parte norte, entre a estrada de ferro e o rio) atribuída ao Paraná. Os efeitos dessa partilha forçada são ainda hoje sentidos pela população dos dois lados dos trilhos (hoje retirados).

Após 1917. A criação de uma cidade “independente” ao norte da ferrovia obrigou à implantação de uma nova urbanização, cujos efeitos são visíveis no desenho da malha urbana de União da Vitória, com a criação da praça Coronel Amazonas, para a qual se voltam os edifícios mais representativos da fase primitiva da cidade: catedral, antiga prefeitura, grupo escolar, etc.⁸¹ Os primeiros anos da vida do novo município⁸² foram dominados pela figura proeminente do mesmo Coronel Amazonas. União da Vitória recebeu atenções especiais do período getulista (1930-1945), quando foi construída a nova estação ferroviária que serviu, por meio século, às duas cidades “gêmeas do Iguaçu”. Durante todo o século XX, foi-se firmando a economia local, baseada na exploração da araucária, árvore que forneceu madeira para a carga de alguns milhões de vagões da estrada de ferro, com direção ao

⁸¹ A região, com valor histórico incontestável, tem sido ocupada por edificações verticalizadas, amesquinhando o patrimônio arquitetônico datado do início do século.

⁸² Embora a galeria de prefeitos de União da Vitória tenha início em 1917 (com certa sucessão do mesmo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes), a Câmara Municipal apresenta sua lista histórica de vereadores desde 1890, ano da emancipação do município depois dividido. Em 1990, o centenário foi comemorado como um só, pelos dois municípios de cada lado da fronteira estadual.

porto de Paranaguá (alguns deles embarcados somente em Porto Amazonas, após subir centenas de km de rio Iguaçú em vapores que fizeram o trajeto até a década de 1970). O pinho serviu como lastro para o *cluster* madeireiro de Porto União da Vitória, fonte de emprego e renda para considerável número de habitantes locais.

Enchentes. Após meio século de “águas baixas”, sem incidentes fluviométricos de importância, o Rio Iguaçú (como os demais cursos d’água paranaenses, na ocasião) extrapolou seu leito e produziu a enchente que talvez seja a mais catastrófica, em União da Vitória, nos últimos tempos, em 1983. A inundação, classificada como tendo tempo de retorno na faixa de 120 anos, chegou até mesmo a áreas centrais da cidade, isolando-a completamente e alagando praticamente todo seu parque industrial, que até hoje ainda não se recuperou completamente do episódio. Como a represa de Foz do Areia, situada rio abaixo no leito do Iguaçú, havia sido construída não muito tempo antes, considerou-se essa obra como responsável pela extensão da catástrofe, assunto que ainda hoje desperta forte debate.⁸³ Em 1992, outra enchente (tempo de retorno superior a 50 anos) produziu fortes estragos, não tantos quanto a de nove anos antes, porém com graves conseqüências, inclusive sobre a psique do habitante local.

3.3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Prancha 14

População Censitária. Tendo sido instituído como município independente em 1917, por ocasião da partição promovida pelo armistício da Guerra do Contestado, União da Vitória vem apresentando crescimento populacional considerável, porém irregular, até a década de 1970. As reduções no contingente populacional são devidas ao desmembramento de diversos municípios, que culmina, no período 1960-1970, com a criação dos municípios de Paula Freitas e Porto Vitória a partir do território de União da Vitória. O Quadro abaixo mostra a variação da população municipal no período 1920-1960.

Quadro 19
População total do município de União da Vitória, 1920-1960

	1920	1940	1950	1960
População	10.257	29.636	33.693	30.592

Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.

A partir de 1970, União da Vitória não mais foi submetida a desmembramentos territoriais e, portanto, o avanço populacional pode ser efetivamente considerado como próprio. É notável, no Quadro 20, o crescimento urbano (a população urbana dobra nos 30 anos decorridos entre 1970 e 2000), combinado com o decréscimo absoluto e relativo da população rural, já pouco importante no início do período. Em 2000, a taxa de urbanização era de 94%.

Quadro 20
População do município de União da Vitória, por situação de domicílio, 1970-2000

População	1970	1980	1991	2000
Urbana	22.928	35.517	40.201	45.591
Rural	6.822	4.122	3.807	2.931
Total	29.750	39.639	44.008	48.522

Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.

A contagem populacional encetada pelo IBGE no ano de 2007, com finalidades de corrigir distorções das cotas do Fundo de Participação dos Municípios, encontrou em União da Vitória 51.043 moradores, dos quais 48.030 urbanos e 3.013 rurais⁸⁴. O êxodo rural parece ter-se atenuado (crescimento da população rural de 82 moradores em 7 anos), mas a contagem demonstrou que o crescimento da população urbana continua ocorrendo, embora a uma taxa relativamente moderada, de 0,75% ao ano.

⁸³ A 2ª Audiência Pública do presente Plano Diretor foi ocasião de manifestações acaloradas a esse respeito, tendo sido a companhia estatal COPEL, em determinados momentos, tachada como diretamente responsável pelo atraso econômico de determinadas regiões do município. Na ocasião, o representante da COPRERI (Comissão Regional Permanente de Prevenção de Enchentes do Rio Iguaçú), também integrante da Comissão de Acompanhamento do PDM, trouxe ao debate as conclusões do trabalho encomendado ao Professor Carlos E.M. Tucci (vide item especialmente dedicado à hidrologia, na presente Análise Temática Integrada, no capítulo Aspectos Ambientais).

⁸⁴ IPARDES, *Indicadores Sociais e Econômicos*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, do em março de 2008.

Projeções Populacionais. O Ipar-des, enquanto órgão do aparato planejador do Paraná, realizou em 2007 uma projeção da população de todos os municípios do Paraná, adotando como critério principal a desaceleração do crescimento vegetativo. No caso de União da Vitória, a projeção do órgão aponta uma gradativa *redução* da população total, que estaria ocorrendo já no momento, chegando a população municipal, ao termo dos dez anos de período de planejamento, a uma redução de quase quatro mil habitantes em relação ao contingente atual. A projeção realizada pelo Ipar-des levou em conta a manutenção da tendência de concentração da população nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com conseqüente esvaziamento da população rural e da população dos centros urbanos de menor porte. A contagem populacional de 2007 revelou ser exagerada a consideração dos técnicos do Ipar-des, uma vez que os pequenos núcleos e a população rural do Paraná inteiro cessaram de perder contingente populacional ou passaram a apresentar taxas de esvaziamento sensivelmente menores que as verificadas anteriormente. Devido a esses fatores, a projeção do Ipar-des para o período 2008-2017 não poderá ser considerada válida em União da Vitória, embora conste do Quadro abaixo como uma citação.

Quadro 21
Projeção da população do município de União da Vitória, 2008-2017
(Segundo o Ipar-des)

<i>Ano</i>	<i>População projetada</i>
2008	50.472
2009	50.319
2010	50.113
2011	49.865
2012	49.585
2013	49.262
2014	48.908
2015	48.517
2016	48.100
2017	47.649

Fonte: Ipar-des, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipar-des.gov.br, consulta em março de 2008.

Pelo que transparece dos números compilados a partir do recenseamento de 2000 e da contagem populacional de 2007, terá ocorrido em União da Vitória, nesse intervalo de tempo, o fenômeno da transição populacional, que será adiante analisado, na composição populacional por gênero e por faixa de idade. Isso significa que, a partir do período de planejamento abrangido pelo Plano Diretor Municipal, irá ocorrer um arrefecimento na velocidade com que a população de União da Vitória cresce, embora sem chegar ao fenômeno de redução de efetivo.

Propõe-se, para obter uma projeção populacional mais consentânea, que sejam examinados dois cenários, o primeiro com a manutenção da taxa de 0,75% (ocorrida entre o recenseamento de 2000 e a contagem populacional de 2007) e o terceiro supondo que essa taxa decresça para 0,5% ao ano desde já⁸⁵. Interpola-se entre eles um segundo cenário, em que a taxa sofre uma desaceleração de 0,025% ao ano, iniciando o período em 0,75% e terminando-o com 0,50%. Seus resultados aparecem no Quadro 22.

Quadro 22
Projeção da população do município de União da Vitória, 2008-2017
(Segundo a Consultoria)

<i>Ano</i>	<i>1º cenário</i>	<i>2º cenário</i>	<i>3º cenário</i>
2008	51.426	51.426	51.426
2009	51.812	51.799	51.683
2010	52.200	52.161	51.941
2011	52.592	52.513	52.201
2012	52.986	52.855	52.462
2013	53.383	53.185	52.724
2014	53.784	53.504	52.988
2015	54.187	53.812	53.253
2016	54.594	54.108	53.519
2017	55.003	54.392	53.787

Fonte: Organizado pela Consultoria, 2008

⁸⁵ Esse cenário foi utilizado para discussão com a Equipe Técnica Municipal e com a Comissão de Acompanhamento, bem como divulgado nas reuniões setoriais realizadas em bairros de União da Vitória durante alguns meses do final de 2007, época em que ainda não haviam sido divulgados os resultados da contagem populacional. Por ocasião da publicidade dos resultados, verificou-se em União da Vitória um crescimento *maior* do que o esperado (terceiro cenário).

É perceptível que as diferenças numéricas finais entre os resultados das três hipóteses são reduzidas. Parece ser o caso de adotar, para fins de análise, o caso médio, cujas conseqüências práticas serão muito próximas das dos demais cenários.

Situação de Domicílio. As análises realizadas no item anterior foram conduzidas para o município como um todo. Isso se deve à pequena importância da população rural (6% da população total, na contagem de 2007). É de se notar que, em 2007, pela primeira vez em muitos anos, a população rural deixou de diminuir em termos absolutos (2.931 rurícolas em 2000; 3.013 em 2007, incremento de 3% em 7 anos, ou seja, 0,4% ao ano). Em vista do resultado de 2007, pode-se estimar uma quase-constância da população rural na faixa dos três mil habitantes, chegando-se, em 2017, a um índice de ruralidade da ordem de 5%.

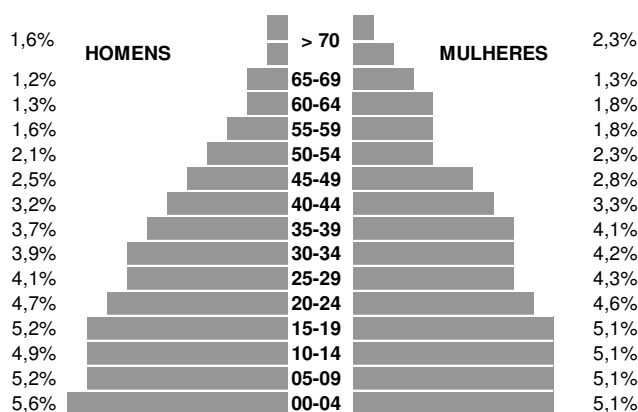
Densidade. A densidade da população no território municipal de União da Vitória – cuja área⁸⁶ é de 713,565 km² - resulta, para a contagem de 2007, em 71,53 habitantes por quilômetro quadrado. Esse número, entretanto, pouco representa, uma vez que 94% da população possuem domicílio urbano (a densidade urbana será objeto da análise sócio-espacial).

Pessoas por Domicílio. A média de pessoas por domicílio, encontrada no censo demográfico de 2000, resultou em 3,58. Esse valor, que constitui um indicativo aproximado do tamanho da família média, variou entre um mínimo de 2,78 encontrado do setor censitário correspondente a parte do centro de União da Vitória e um máximo de 4,50, encontrado no setor censitário da parte sul da Cidade Limeira. SE considerada apenas a área rural, o mínimo de pessoas por domicílio média foi encontrada na região ao sul da cidade (2,93) e o máximo na região do alto da Serra da Esperança (4,40).

Distribuição da População por Faixa de Idade. A composição da população de União da Vitória nas diversas faixas quinquenais de idade, expressa sob a forma de pirâmide etária, pode ser apreciada na Figura 07, referente aos resultados do recenseamento de 2000. É de se notar que, contrariamente ao restante do país, em União da Vitória, na época do censo, a população infantil de 0 a 4 anos apresenta contingente superior ao da população infantil de 5 a 9 anos, indicando não haver ainda ocorrido a transição demográfica⁸⁷.

Por ocasião da divulgação dos resultados detalhados da contagem populacional de 2007, foi possível, enfim, verificar o início de ocorrência do fenômeno de redução no número de nascimentos, indicando que a transição demográfica ocorreu, em União da Vitória, em algum momento entre 2000 e 2007 (ver Figura 05 e comparar seu formato com o da Figura 06).

Figura 07
Pirâmide etária de União da Vitória, baseada no recenseamento de 2000

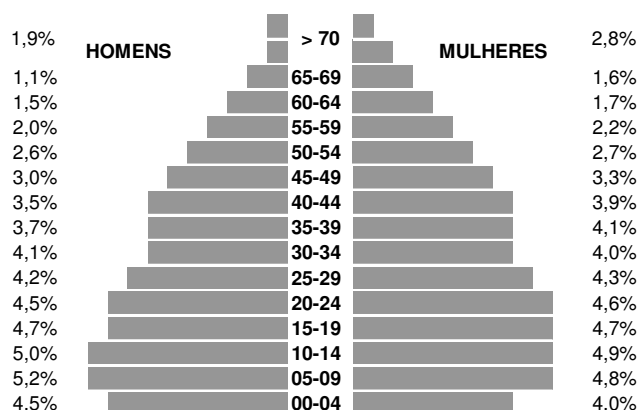


Fonte: IparDES, Base de Dados do Estado.
Disponível no site em www.ipardes.gov.br, consulta em outubro de 2007.
Elaborado pela Consultoria, 2007.

⁸⁶ IPARDES, Base de Dados do Estado. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008

⁸⁷ Na oportunidade da apresentação da pirâmide etária em reunião da Equipe Técnica, o tema provocou discussões, tendo em vista que o contínuo crescimento da população infantil acarreta demanda crescente no sistema escolar. Desse modo, fica claro que, em União da Vitória, será necessário o decurso de um período de tempo considerável para que o número de matrículas ofertadas no ensino fundamental possa diminuir, permitindo direcionar esforços para além da mera cobertura quantitativa.

Figura 08
Pirâmide etária de União da Vitória, baseada na contagem populacional de 2007



Fonte: Iparades, Base de Dados do Estado.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.
Elaborado pela Consultoria, 2008.

Composição por Gênero. Em 2000, em União da Vitória, foram recenseados 23.727 homens e 24.795 mulheres, resultando num predomínio feminino de ordem de 5%. Na contagem populacional de 2007, esses contingentes cresceram para 25.017 e 26.005, respectivamente, mas a superioridade feminina no conjunto baixou para 4%. Os resultados estão coerentes com a forte urbanização da população de União da Vitória, já que nos centros urbanos se verifica sistematicamente a predominância do gênero feminino na população. O próprio formato das pirâmides etárias (Figuras 07 e 08) demonstra que o percentual feminino da população passa a ser dominante a partir da faixa de 25-29 anos (2000) ou 20-24 anos (2007).

Razão de Dependência. A razão de dependência é expressa pela fração entre o número de pessoas em idade não-produtiva (muito jovens ou então idosos, ambos fora da faixa onde é permitido o trabalho) pelo total de pessoas em idade produtiva (de 15 a 60 anos, na acepção consagrada pelo IBGE). Em União da Vitória, por ocasião do recenseamento de 2000, esse quociente resultou em 0,64, valor que se reduziu a 0,60 por ocasião da contagem populacional de 2007 (ver Quadro __). A previsão elaborada pela consultoria, baseada na variação absoluta da população em idade inferior a 15 anos e superior a 60 anos indica que essa tendência continuará pelos próximos dez anos, o que constitui um cenário favorável para acumulação de economias familiares, já que haverá um número menor de pessoas a serem sustentadas com os mesmos rendimentos. Após o período de abrangência do presente Plano Diretor, é de se esperar uma tendência de crescimento da população idosa em velocidade superior à verificada no Quadro 23, retornando a taxa de dependência às proximidades de 0,60 após os anos vinte do Século XXI.

Quadro 23
População jovem, idosa e produtiva e razão de dependência em União da Vitória, 2000-2017

Faixa de idade	Resultados		Previsão	
	2000	2007	2012	2017
Menores de 15 anos	14.447	13.755	13.281	12.824
60 anos ou mais	4.461	5.305	6.004	6.795
População dependente	18.908	19.060	19.285	19.619
15 a 59 anos (idade produtiva)	29.614	31.962	33.177	34.168
Razão de dependência	0,64	0,60	0,58	0,57

Fonte: Iparades, Base de Dados do Estado. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.
Elaborado pela Consultoria, 2008.

Eleitorado. O eleitorado de União da Vitória, apto a votar nas eleições nacionais e estaduais de 2006, foi de 37.784 pessoas (74% da população), número que alcançou 38.043 em 2007 com o alistamento de novos eleitores. Desse total, 15% é constituído por eleitorado idoso (cujo voto é optativo) e 1,3% é eleitorado jovem (16-17 anos) cujo alistamento é facultativo.

3.3.3 INDICADORES SOCIAIS

Pranchas 13, 15, 16, 18 e 19

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O IDH-M, um dos mais confiáveis e abrangentes indicadores de qualidade de vida da população de um município⁸⁸, situou-se, por ocasião do recenseamento de 2000, nas proximidades da divisa entre o nível médio e o nível alto (0,800). Trata-se de resultado superior à média estadual (0,787) e também superior à nacional (0,764), melhor resultado da mesorregião Sudeste. O Quadro 24, porém, demonstra que desde 1980, o IDH-M de União da Vitória tem ficado, desde 1980, abaixo do índice de sua cidade-gêmea Porto União, que em 2000 já havia ultrapassado a barreira do alto desenvolvimento humano (IDH>0,800)⁸⁹.

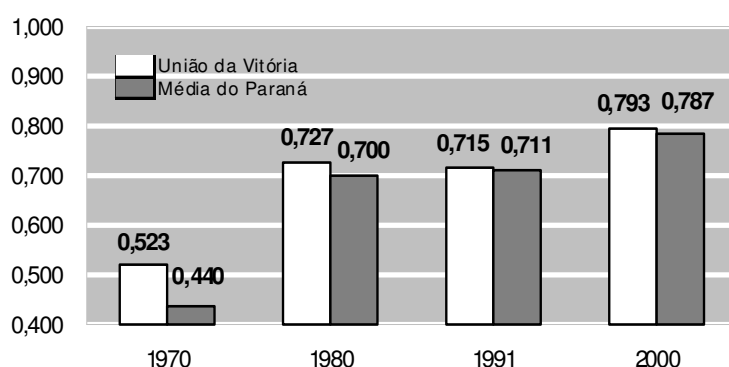
Quadro 24
Evolução do IDH-M de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
União da Vitória	0,523	0,727	0,715	0,793
Porto União	0,517	0,736	0,742	0,806
Média do Paraná	0,440	0,700	0,711	0,787

Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.

O gráfico da evolução do IDH-M demonstra que, a partir de uma situação bastante privilegiada ostentada na década de 1970, o padrão de desenvolvimento humano de União da Vitória foi cada vez mais se aproximando da média estadual. Em 2000, o IDH do município superou o estadual por menos de 1%.

Figura 09
Evolução do IDH-M de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000



Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.
Organizado pela Consultoria, 2008.

IDH-M Comparado com os Municípios Vizinhos. A situação de União da Vitória no contexto do Sudeste Paranaense é privilegiada. O Quadro 25 demonstra que quando são analisados todos os municípios dessa mesorregião (exceto a distante microrregião de Prudentópolis), não somente o município vem em primeiro lugar, como ainda está 4% acima do segundo colocado (no caso, o município de São Mateus do Sul).

⁸⁸ Até o advento do cálculo do IDH, a renda *per capita* era utilizada como indicador de desenvolvimento humano. Contra essa brutal simplificação, insurgiram-se alguns dos mais renomados economistas do planeta, congregados no Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH resulta da média aritmética dos índices parciais referentes à saúde (através do IDH-L, que mede as possibilidades de atingir uma vida longa), à educação (combinação da taxa de alfabetização dos adultos com a taxa bruta de frequência escolar, a primeira com peso 2/3 e a segunda com peso 1/3) e renda (com uma sofisticada consideração sobre a maior importância de um acréscimo de renda para a população mais pobre do que para a que já dispõe de meios suficientes, que implica em considerar não o índice puro, mas seu logaritmo). Como o índice varia entre 0 e 1, convencionou-se considerar IDHs abaixo de 0,500 como indicadores de baixo desenvolvimento humano e acima de 0,800 como indicador de alto desenvolvimento humano. No Brasil, o IDH é calculado pela Fundação João Pinheiro, estendido ao nível de cada município brasileiro (daí o sufixo -M), utilizando-se a média nacional (0,764) e/ou a média estadual (no Paraná, sexto maior IDH do país, 0,787) como balizadores, uma vez que são raros os municípios do país com alto desenvolvimento humano.

⁸⁹ Caso fosse, Porto União da Vitória, uma só cidade (isso ocorre na realidade, mas não na administração...), o IDH-M composto seria de 0,798, praticamente o umbral para o alto desenvolvimento humano.

Quadro 25
IDH-M dos municípios do Sudeste Paranaense
(exclusive microrregião Prudentópolis), 2000

Município	IDH-M
União Vitória	0,793
S Mateus do Sul	0,766
Mallet	0,761
Irati	0,743
Rio Azul	0,738
Paula Freitas	0,735
Paulo Frontin	0,735
Porto Vitória	0,732
Bituruna	0,715
Cruz Machado	0,712
Antonio Olinto	0,711
Rebouças	0,711
S. J. do Triunfo	0,679

Fonte: Ipea, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008

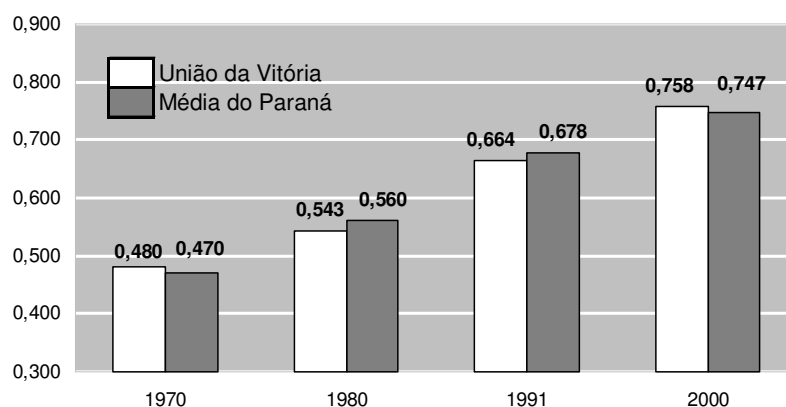
IDH-Longevidade. As condições de saúde afetam o componente de longevidade do índice, que se relaciona diretamente com o número de anos de esperança de vida de uma criança que seja nascida no ano da pesquisa. Essa quantidade de anos, cujo cálculo é extremamente complexo, remetendo às assim chamadas “tábuas de mortalidade”, depende não somente do coeficiente de mortalidade geral da população, mas, em especial, dos índices de mortalidade infantil⁹⁰. Em 2000, o IDH-L de União da Vitória foi de 0,758, ficando na categoria de médio desenvolvimento humano, notando-se que, embora seja superior à média estadual, queda 3% abaixo do índice ostentado pela parcela catarinense do município, ou seja, Porto União.

Quadro 26
Evolução do IDH-L de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
União Vitória	0,480	0,543	0,664	0,758
Porto União	0,467	0,567	0,757	0,780
Média do Paraná	0,470	0,560	0,678	0,747

Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.

Figura 10
Evolução do IDH-L de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000



Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.
Organizado pela Consultoria, 2008.

A análise da Figura 10, que mostra a evolução do IDH-L ao longo dos decênios finais do Século XX, deixa transparecer a retomada de uma posição privilegiada de União da Vitória em relação à média estadual, em 2000, após duas décadas de índices inferiores aos estaduais. Isso se deve à velocidade da melhoria entre 1991 e 2000, o que parece prevalecer como tendência para os próximos anos.

⁹⁰ Efetivamente, a morte de uma criança antes de um ano de ano retira do potencial de anos de vida da população os maiores valores.

Efetivamente, a redução recente no coeficiente de mortalidade infantil, mostrada no Quadro 27, permite supor que o IDH-L referente ao futuro recenseamento de 2010 fará com que União da Vitória se situe nas melhores colocações no *ranking* estadual.

Quadro 27
Evolução recente do coeficiente de mortalidade infantil em União da Vitória, 2002-2006

	2001	2002	2003	2004	2005
CMI - ‰	17,87	16,95	20,59	6,80	8,60

Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site em www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.

IDH-Educação. O IDH-E é composto pela média ponderada entre o percentual de alfabetizados (com peso 2/3) e da taxa de frequência bruta à escola, para a população de 7 a 22 anos (com peso 1/3). No primeiro componente, o passado influencia o presente, pesando a herança de analfabetismo entre pessoas idosas, enquanto no segundo, avalia-se o que está sendo feito no presente para assegurar uma melhor dotação educacional no futuro. Neste último índice, é notável o efeito causado pela presença de um aparato universitário de União da Vitória, o qual permite uma apreciável frequência escolar aos maiores de 18 anos. Também o primeiro dos fatores pesa favoravelmente sobre o IDH-E por ser União da Vitória, desde longa data, uma capital sub-regional fortemente urbanizada. Assim é que, em 2000, o analfabetismo geral foi de 6,01%, sendo de 99% a alfabetização aos 15 anos (final do ensino fundamental).

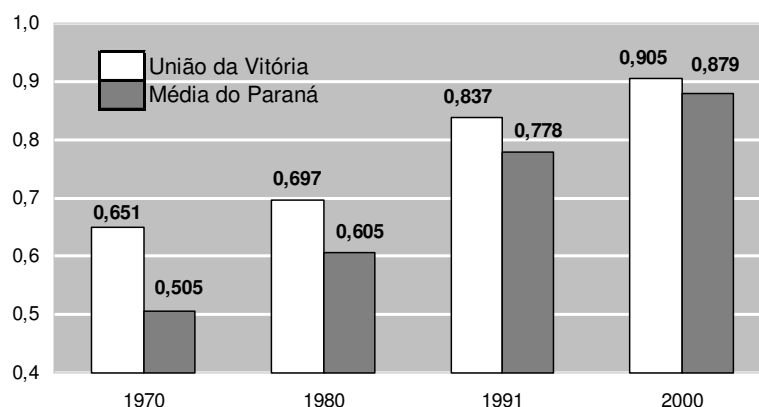
O IDH-E de União da Vitória, conforme mostra o Quadro 28, apresenta-se 3% acima de média estadual, em 2000, sendo o caso de citar que esteve sempre acima da média em todas as quatro décadas em que o índice é computado. Isso transparece claramente na Figura 11, na qual é também perceptível a redução da vantagem comparativa da educação em União da Vitória em relação aos índices médios paranaenses, o que provém da flagrante melhoria do índice médio, já que o valor ostentado por União da Vitória situa-se acima de 0,900.

Quadro 28
Evolução do IDH-E de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
União da Vitória	0,651	0,697	0,837	0,905
Porto União	0,662	0,692	0,824	0,916
Média do Paraná	0,505	0,605	0,778	0,879

Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.

Figura 11
Evolução do IDH-E de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000



Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.
Organizado pela Consultoria, 2008.

IDH-Renda. No quesito renda, componente do IDH-M que mede a capacidade da população de adquirir os insumos para uma qualidade de vida razoável e que foi, até meados dos anos setenta do século XX, a *única* medida do desenvolvimento dos povos, inverte-se a situação de União da Vitória em relação à média estadual, pois em 2000, o IDH-R municipal ficou 3% abaixo do índice estadual, conforme mostra o Quadro 29. Essa inferioridade atingiu também o município gêmeo de Porto União.

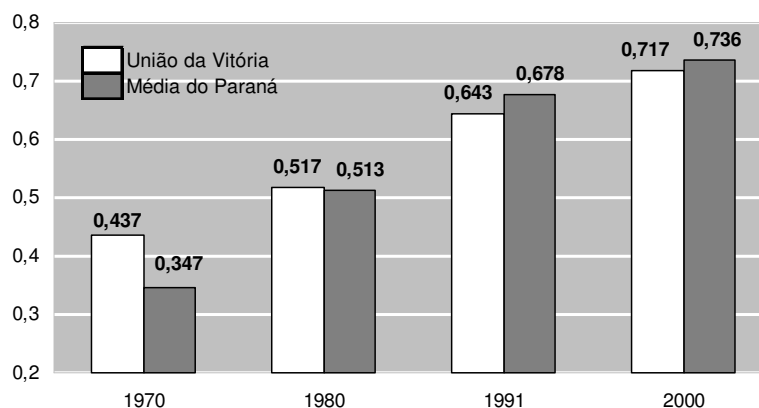
Quadro 29
Evolução do IDH-R de União da Vitória, Porto União e do Estado do Paraná, 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
União da Vitória	0,437	0,517	0,643	0,717
Porto União	0,424	0,521	0,645	0,723
Média do Paraná	0,347	0,513	0,678	0,736

Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.

A Figura 12 mostra que essa inferioridade em relação à média passa a acontecer nos dois últimos recenseamentos, notando-se que houve mudança de metodologia na avaliação do IDH-R exatamente entre 1980 e 1991, o que pode ter afetado a evolução, mais do que efetivamente um efetivo atraso da renda da população em relação à média estadual. Entretanto, a perda de posições de União da Vitória no *ranking* da renda pessoal é fato manifesto, decorrente das enchentes de 1983 e 1992, principalmente a primeira, que destruiu grande parte do parque industrial local. A isso se soma a dependência da economia em relação à madeira, a qual tem sofrido nos últimos anos com a cotação privilegiada do real em relação ao dólar americano, o que reduziu a competitividade dos produtos brasileiros no exterior⁹¹.

Figura 12
Evolução do IDH-R de União da Vitória e do Estado do Paraná, 1970-2000



Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.
Organizado pela Consultoria, 2008.

Prognósticos no IDH-R. Em sentido contrário ao IDH-L (que deverá certamente crescer, em função dos ganhos recentes nos índices de mortalidade infantil) e do IDH-E (que ainda apresenta possibilidades de crescimento, apesar de já se situar nos níveis mais altos do estado), o componente do IDH relacionado a renda necessita atenção especial para compor a Política de Desenvolvimento Municipal a ser implementada pelo Plano Diretor Municipal. Para isso, é necessário, também, levar em conta a variação espacial da renda. A Prancha 15, que trata do território municipal como um todo, mostra a clara inferioridade dos setores rurais em termos de renda. Esse fenômeno é corriqueiro, já que a pesquisa do IBGE encetada no mesmo tempo do recenseamento, e que é a fonte para o cálculo do IDH, não capta a renda não-monetária representada pelo auto-abastecimento das populações rurais, embora seja notável, já ao primeiro olhar, a pobreza da população rural do vale do Rio Vermelho e do topo da Serra da Esperança. Na Prancha 18, que trata da renda nos setores censitários urbanos, a concentração de pobreza fica visível no extremo sul (bairros do Rio da Areia, Limeira e Bela Vista) e a leste de São Braz (Seminário, São Vicente, São Sebastião, Vila Rica e N. S. das Vitórias) na direção do município de Paula Freitas. Em todas as vilas mencionadas, a renda individual não ultrapassa um salário-mínimo. A esses bolsões de pobreza, alguns dos quais fincados em regiões abaixo da cota de inundação corriqueira (caso, por exemplo, da parte do Limeira sobre o Rio da Areia), deve-se acrescentar os pequenos conjuntos de sub-habitações nas margens do Iguazu, em locais que já haviam sido desocupados anteriormente, após a enchente de 1983 (caso da favela do final da Rua Cruz Machado, na lateral norte da Auto Via João Paulo Reolon e no bairro da Sagrada Família) e nas laterais do Rio Vermelho (parte do loteamento Cidade Jardim). Bolsões de sub-habitações sobre morros de declividade acentuada ocorrem em Monte Castelo e na Bela Vista, este último bastante afastado do convívio efetivamente urbano.

⁹¹ A perda de dinamismo da economia industrial da microrregião de União da Vitória já havia sido destacada em LAROCCA JUNIOR, Joel. *Desenvolvimento Industrial em Ponta Grossa: avaliação e perspectivas*. Florianópolis, UFSC, 2002.

Coeficiente de Gini. A concentração de renda no município, avaliada através do coeficiente de Gini⁹² cujo valor resultou, em 2000, 0,557 (um decênio após o resultado de 0,509, que era relativamente moderado para a condição paranaense), expressa uma situação de renda bastante concentrada. Fica todavia ligeiramente inferior aos 0,559 de Porto União, a qual contrasta fortemente com a média catarinense, a menor entre os estados brasileiros. O coeficiente de Gini estadual (do Paraná) foi, em 2000, foi de 0,607.

Percentual de Famílias Pobres. São consideradas pobres, estatisticamente, as famílias cuja renda, quando dividida entre as pessoas componentes, não ultrapassa ½ salário-mínimo (R\$ 208 em 2008), porém fica acima de ¼ do mesmo valor (R\$ 104 em 2008). A primeira categoria, em União da Vitória, abarcava, na virada do século (os índices provêm do recenseamento de 2000), 22,1% das unidades familiares. Já a categoria dos muito pobres – que dispõem de renda individual inferior à quarta parte do salário-mínimo, beirando a insustentabilidade alimentar e configurando-se como alvo de programas sociais do tipo bolsa-família – atingia, em 2000, 6,5% das famílias de União da Vitória^{93,94}.

Índice de Desenvolvimento Infantil. O IDI, índice sintético instituído pela Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que mede o nível educacional dos pais e mães, a frequência à creche e pré-escola, a cobertura vacinal e os cuidados médicos proporcionados durante a gravidez, apresenta o mesmo intervalo de variação do IDH (entre zero e um). Ele mensura os cuidados que estão sendo dispensados atualmente para que as futuras gerações adultas possam usufruir padrões mais elevados de saúde e de educação. Em União da Vitória, a última avaliação do IDI, realizada em 2004, resultou em 0,787 (62ª posição no estado). Em 1999, na verificação anterior, havia sido 0,733 (então a 43ª posição no estado), tendo crescido, nesse quinquênio, 7,3%, ritmo de crescimento inferior ao da média paranaense⁹⁵.

3.3.4 ECONOMIA MUNICIPAL

Produto Interno Bruto. O PIB de União da Vitória (a preços básicos)⁹⁶ alcançou, em 2004 (último ano cujos resultados estão publicados), o valor global de R\$ 329 milhões de reais. Como é natural num município com tão poucas terras agricultáveis, o setor primário da economia participou com apenas 6% desse total, cabendo à indústria e ao comércio os outros 93% de geração do produto. Uma vez que o PIB não mede exatamente a geração de riqueza no território municipal, mas apenas o valor global das mercadorias produzidas, interessa para a análise apenas o seu comportamento ano após ano, para se avaliar tendências a crescimento ou decréscimo. Para isso, é prudente escolher um deflator, que permita comparar resultados de anos diferentes, em que a própria moeda apresenta diferentes escalas de poder aquisitivo. Uma vez sendo do interesse de um Plano Diretor Municipal avaliar a renda *das pessoas* (e das famílias), será utilizado como deflator, em todas as análises que versarem sobre aspectos econômicos, o valor do salário-mínimo estabelecido anualmente. O gráfico da Figura 13 mostra que, em valores deflacionados, o PIB de União da Vitória mostra modesta variação no último quinquênio, partindo de 115 mil salários-mínimos em 2000 para decair para 105 mil em 2004, depois de permanecer próximo à casa dos 210 mil salários-mínimos por algum tempo.

Quadro 30
Evolução do PIB de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004

	2000	2001	2002	2003	2004
Primário	6.486	5.307	6.129	6.951	7.341
Secundário	49.091	44.999	45.934	47.334	42.269
Terciário	60.215	53.250	56.295	54.736	55.846
Total	115.793	103.556	108.358	109.021	105.456

Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.

⁹² O índice de Gini mede a desigualdade da distribuição da renda, baseando-se na comparação entre a curva de Lorentz da distribuição de renda com a reta de perfeita igualdade. Varia entre 0 e 1, sendo o último valor a desigualdade total, em que um único indivíduo detém a totalidade da renda; países de longa tradição distributivista, tais como as sociais democracias europeias, chegam a ostentar índices de Gini de 0,400, enquanto o Brasil chegou a atingir 0,636 em 1989 (0,595 em 2000).

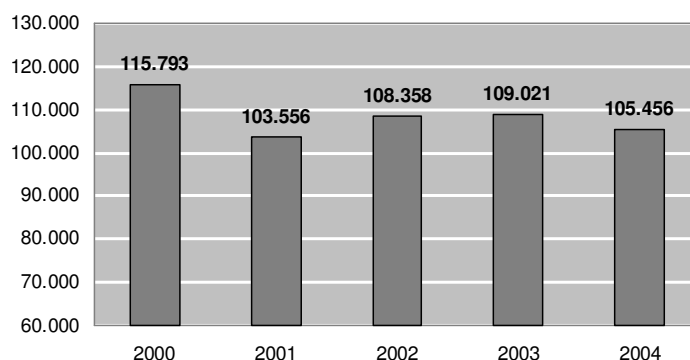
⁹³ Nesse particular, os índices de Porto União e União da Vitória são muito semelhantes: na parte catarinense da cidade, os pobres eram, em 2000, 21,1% e os muito pobres, 6,3%.

⁹⁴ Fonte: IPEA, *Ipeadata*. Disponível no site www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.

⁹⁵ UNICEF. Situação da Infância Brasileira 2006. Disponível no site www.unicef.org, consulta em abril de 2008.

⁹⁶ Valor que corresponde às saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados. Fonte: IPARDES, Base de Dados do Estado. Disponível no site www.ipardes.gov.br. Definição consultada em março de 2008.

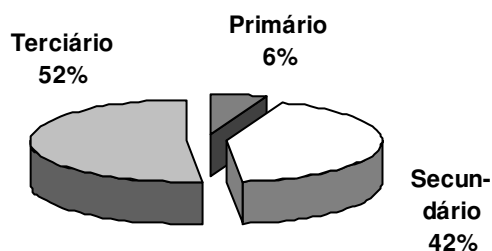
Figura 13
Evolução do PIB de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004



Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008. Elaborado pela Consultoria, 2008.

A pequena participação do setor primário é nítida quando se analisa o gráfico de proporções da Figura 14. Nele, além de ser notável um PIB primário reduzido, percebe-se a forte participação do setor terciário na economia – comércio e serviços – típica de uma cidade de porte médio, cabendo aos segmentos desse setor nada menos do que 52% do PIB, enquanto a indústria participa com pouco menos, na faixa dos 42% do PIB.

Figura 14
Participação dos setores econômicos no PIB de União da Vitória, média 2000-2004



Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008. Elaborado pela Consultoria, 2008.

Valor Adicionado Fiscal. Enquanto o produto interno bruto (PIB) municipal demonstra uma quase-constância, com pequeno retraimento (9% entre 2000 e 2004), o valor adicionado fiscal (VAF)⁹⁷, após permanecer alguns anos estagnado na faixa dos 105 mil salários-mínimos, chega em 2004 a um valor bastante superior, acima de 120 mil salários-mínimos (13% acima do ponto de partida, em 2000). Isso pode ter um significado positivo (para um mesmo valor global de produção, é crescente a parcela representada pelo trabalho dos residentes locais) ou negativo (para se atingir o mesmo valor global da produção, está sendo necessário trabalhar mais). Qualquer que seja a interpretação, é notável que a participação dos setores econômicos difere grandemente quando se analisa o PIB ou o VAF.

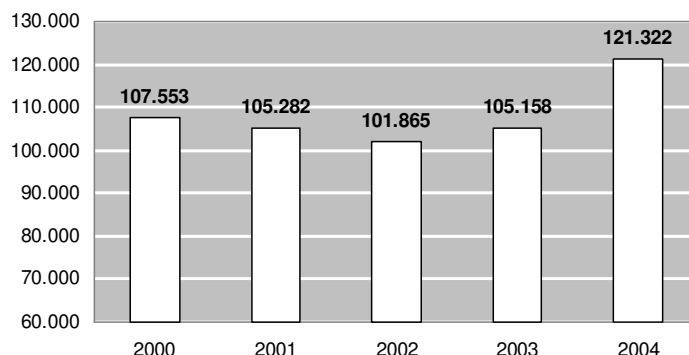
Quadro 31
Evolução do VAF de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004

	2000	2001	2002	2003	2004
Primário	3.803	2.538	2.569	2.720	2.852
Secundário	70.399	73.987	65.292	66.388	78.886
Terciário	33.100	28.669	33.814	35.946	39.294
Outros	251	88	190	104	290
Total	107.553	105.282	101.865	105.158	121.322

Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.

⁹⁷ Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição das diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Fonte: IPARDES, *Base de Dados do Estado*, Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.

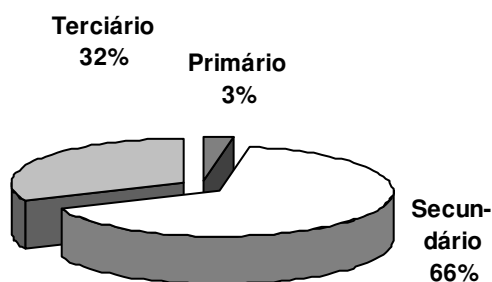
Figura 15
Evolução do VAF de União da Vitória, em salários-mínimos, 2000-2004



Fonte: Ipar-des, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008. Elaborado pela Consultoria, 2008.

Quando se verifica o peso de cada setor econômico na formação do valor adicionado, confirma-se a pequena importância do primário (apenas 3% do VAF), mas, no tocante à economia urbana, inverte-se a ordem de importância dos setores da economia urbana, passando a indústria a predominar de forma absoluta (66%). O gráfico da Figura 16 mostra as proporções assumidas pelos três setores econômicos na formação do VAF.

Figura 16
Participação dos setores econômicos no VAF de União da Vitória, média 2000-2004



Fonte: Ipar-des, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008. Elaborado pela Consultoria, 2008.

Setor Primário. A produção advinda do setor primário em União da Vitória é capitaneada pela silvicultura e extrativismo vegetal, que ocupam 36% da área territorial do município (ver Quadro 32). A agricultura e a pecuária, agregadas, ocupam apenas 21% da superfície municipal, restando como não utilizados 31,2 mil hectares, área utilizada para usos urbanos ou não-aveutáveis, por serem superfície líquida, ou então regiões de muita ou nenhuma declividade.

Quadro 32
Utilização do solo municipal em atividades do setor primário, em hectares, 2006

Utilização	Área
Lavoura	11.159
Matas e florestas	26.346
Pastagens	4.404
Área utilizada	41.909
Não utilizada	31.261
Total	73.170

Fonte: Ipar-des, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Os 41,9 mil hectares aproveitados do município de União da Vitória correspondem a 57% da área municipal e produziram, na média dos anos 2002 a 2006, uma riqueza cujo valor bruto chegou aos 6,55 mil salários-mínimos. Nada menos de 43 % desse total foram representados pela produção de madeira em tora (para fins papeleiros, mas principalmente para desdobro e laminação), fazendo com

que a silvicultura e o que resta do extrativismo vegetal (na verdade a indústria extrativa vegetal está hoje resumida à coleta de erva-mate, com somente um pouco de produção de carvão vegetal e de lenha, pouco significativa). Os dez produtos de produção mais valiosos (na média do último quinquênio) constam do Quadro 33, no qual a produção florestal – que representa 43% da produção bruta total – comparece com o 1º produto mais valioso e, ainda, com o 7º produto de maior valor bruto, respectivamente madeira e lenha. A erva-mate, também de origem florestal, porém nativa, produz o 4º maior valor bruto. À agricultura cabem as demais posições, exceto a 6ª, ocupada pela produção de leite, que chegou, na média quinquenal, aos 6,6 mil litros por dia. Essa produção, embora significativa, é ainda de pequena monta para o abastecimento da população local (130g por habitante por dia), indicando grande potencial para crescimento⁹⁸. Merece destaque, como potencialidade, o fato de serem as frutas o 10º maior gerador de valor no setor primário.

Quadro 33
Valor bruto da produção primária, em salários-mínimos, média 2002-2006

<i>Produto</i>	<i>Valor</i>	<i>Partic.</i>
Madeira	2.792,17	43%
Milho	769,05	12%
Mandioca	737,36	11%
Erva-mate	425,09	6%
Soja	347,78	5%
Leite	303,74	5%
Lenha	181,59	3%
Feijão	219,35	3%
Carvão vegetal	193,43	3%
Frutas	150,78	2%
	6.120,35	93%
Outros	426,78	7%
Total	6.547,13	100%

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008
Elaborado pela Consultoria, 2008.

Os rebanhos locais, de pequeno porte (inclusive o reduzido efetivo de galináceos, o que é indicativo de importação municipal de carne de aves), apresentaram, no quinquênio 2002-2006, visível processo de redução (exceto codornas e coelhos, pouco representativos), como se percebe do Quadro 34.

Quadro 34
Efetivo dos rebanhos de União da Vitória, 2002-2006

	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Bovinos	14.500	12.000	12.000	12.500	11.000
Eqüinos	1.200	1.180	1.150	1.160	300
Galináceos	206.500	187.900	208.000	209.400	93.000
Ovinos	2.150	2.000	2.050	2.100	1.800
Suínos	11.200	7.205	7.110	7.220	610
Bubalinos	510	48	50	50	50
Caprinos	450	200	220	230	300
Codornas	1.500	2.020	2.000	2.050	2.000
Coelhos	400	300	250	270	450
Muare	50	51	50	49	50

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Setor Secundário. O gráfico da Figura 16 demonstra o quanto União da Vitória depende da indústria para sua sobrevivência econômica. Esse fato ajuda a explicar o trauma da população local em relação à enchente de 1983, que destruiu a base industrial da cidade, que levou muitos anos para se recompor e, em alguns casos, não se refez inteiramente até hoje. A paisagem da Avenida Bento Munhoz da Rocha, pontilhada por galpões industriais abandonados, o testemunha. Apesar das vicissitudes, os últimos anos serviram para firmar a posição de União da Vitória como aglomeração líder do Arranjo Produtivo Local da Madeira, que constitui um dos *clusters* mais bem definidos do Paraná, ao lado dos arranjos do vestuário e dos móveis do norte paranaense. Tem sido, a aglomeração espacial e setorial de produtos de madeira (especialmente esquadrias), prestigiada

⁹⁸ A produção de União da Vitória implica em fornecer 47,6 litros por ano *per capita*, menos de 40% do consumo unitário médio do país (que varia de 70 a 120 litros/ano, dependendo da fonte).

pelas instâncias estaduais de promoção econômica, especialmente quanto se trata de divulgação dos produtos e preparação de mão de obra, a tal ponto que a cidade se tornou, no último decênio, a sede de portentoso aparato educacional já citado no capítulo referente à inserção regional.

No que se refere ao poderio econômico do APL, constata-se que quanto à participação no Valor Adicionado Fiscal Industrial, o setor madeireiro municipal representa 87% do VAF municipal, 19% da região e 0,4% do VAF da indústria estadual⁹⁹.

Sua produção, em termos numéricos, poder ser avaliada no Quadro 35. É de ser citado o dato de que a produção de mais de um milhão de portas por ano significa que provém de União da Vitória cerca de 1/6 de toda a produção brasileira desse material de construção. É justamente no segmento de esquadrias de madeira que se concentra a força do APL, funcionando os produtos serrados e painéis como matérias-primas para portas e janelas. Outros produtos finais, como móveis, por exemplo, não atingem escala tão elevada quanto os pólos de São Bento do Sul ou de Arapongas, por exemplo.

Quadro 35
Produtos do APL de Porto União da Vitória, 2005

		<i>Unid</i>	<i>Quantidade</i>
Esquadrias e artefatos	Janelas	un	208.526
	Portas	un	1.047.965
	Batentes de portas	un	73.467
	Arcos	un	11.516
Madeira serrada	Serrados	m ³	197.890
	Faqueados	m ³	500
	Briquetes de madeira	t	8.200
	Briquetes de carvão	t	15.000
	Cavilhas	un	6.900
	Tapetes sarrafeados	m ³	2.040
	Forro	m ²	6.150
	Parquet e piso	m ²	11.000
	Blocks e blanks	m ³	7.800
	Cambotas	m ³	300
	Resíduos	m ³	6.960
	Painéis	Compensados	m ³
Laminados		m ³	98.441
Papel	Papel	t	63.000
Móveis	Móveis	pç	42.029

Fonte: Ipardes, *Censo industrial do arranjo produtivo local da madeira de União da Vitória (PR) e Porto União (SC)*. Curitiba: Ipardes, 2006.

O emprego industrial vem apresentando, no último quinquênio, comportamento errático no entorno das quatro mil vagas formais. De 3.957 vagas em 2002, chegou a 4.172 vagas em 2006, depois de apresentar um pico de 4.508 oportunidades em 2004 (ver Quadro 36, organizado a partir das RAIS de 2002 a 2006).

Quadro 36
Emprego industrial formal em União da Vitória (segundo a RAIS), 2002-2006

	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Ind. madeireira	3.165	3.413	3.663	3.358	3.225
Outras indústrias	792	850	845	821	947
Emprego industrial	3.957	4.263	4.508	4.179	4.172

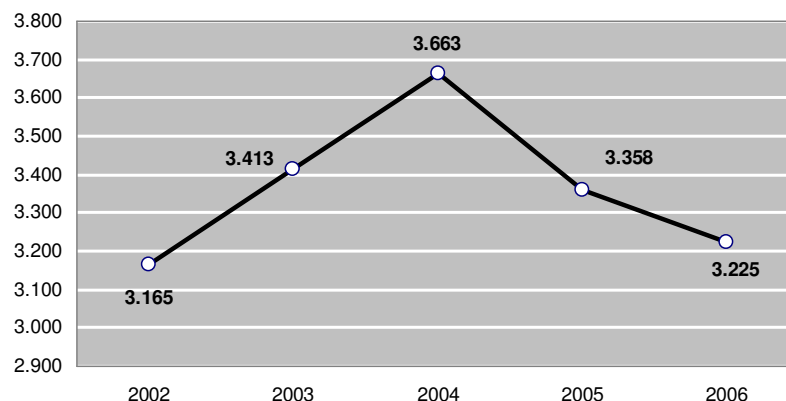
Fonte: Ipardes, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

A indústria não ligada à madeira, que em União da Vitória se distribui em muitos setores (dos quais apenas a extrativa mineral, a química, a alimentar e a construção civil ultrapassam uma centena de vagas), vem apresentando discreto crescimento nos últimos cinco anos, como que compensando o pequeno declínio da importância do setor madeireiro (inclui também a indústria papelreira, de mesma base de matérias-primas), que começa o quinquênio concentrando 80% das vagas industriais e o termina proporcionando 77% das oportunidades de emprego, ainda assim, como se percebe, um predomínio absoluto. O comportamento da oferta de das vagas de emprego nas indústrias ligadas ao APL de União da Vitória segue ilustrado no gráfico da Figura 17.

⁹⁹ IPARDES, *Censo industrial do arranjo produtivo local da madeira de União da Vitória (PR) e Porto União (SC)*. Curitiba: Ipardes, 2006.

Figura 17

Vagas em emprego nos setores de beneficiamento da madeira em União da Vitória, 2002-2006



Fonte: Ipardes, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008. Elaborado pela Consultoria, 2008.

Setor Terciário. A força da exploração madeireira, que se estende pelo setor primário através das atividades florestais e se concentra no setor secundário, reflete-se também sobre o setor terciário da economia. A contraposição do Quadro 37 (emprego industrial) ao Quadro 38 (emprego no setor terciário) mostra que já começa a haver, em União da Vitória, o predomínio do comércio e dos serviços, reflexo não somente da reestruturação dos processos industriais, que tendem ao enxugamento, mas também ao crescimento da complexidade dos processos de planejamento, vendas, logística, etc., que antecedem ou sucedem à fabricação, e que tendem a concentrar oportunidades de trabalho no setor terciário da economia. Em 2002, já havia 20% mais empregos formais do terciário que no secundário; em, 2006, esse percentual já chegou aos 40%.

Quadro 37

Emprego terciário formal em União da Vitória (segundo a RAIS), 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
Comércio	2.091	2.261	2.481	2.504	2.900
Serviços	2.648	2.757	2.818	2.847	2.934
Emprego terciário	4.739	5.018	5.299	5.351	5.834

Fonte: Ipardes, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

O comércio varejista oferta a imensa maioria dos empregos terciários, como esperado em uma cidade que exerce efetivamente sua centralidade, a qual se alastra pela micro e pela mesorregião, sendo de se notar a relativa fraqueza do setor atacadista e o tamanho módico do segmento de transporte, que se esperaria mais reforçado, tanto em função da distribuição de produtos acabados em uma ampla área quanto da expedição dos produtos resultantes da indústria. São setores que, indubitavelmente, apresentam potencial para crescimento. Note-se, por outro lado, o dinamismo do segmento de ensino e da própria administração pública, importante empregadora em função da necessidade de prestar serviços à região, mas que, em função do que foi comentado no item "Inserção Regional", admite crescimento.

Quadro 38

Composição do emprego terciário em União da Vitória (segundo a RAIS), 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
Comércio varejista	1.875	2.012	2.218	2.276	2.733
Comércio atacadista	216	249	263	228	167
Instituições de crédito	101	109	106	104	99
Administradores	286	269	281	298	247
Transporte e comunicação	306	337	380	400	365
Alojamento e alimentação	484	489	515	515	423
Medicina e serviços saúde	311	315	331	342	340
Ensino	296	326	372	407	462
Administração pública	864	912	833	781	998

Fonte: Ipardes, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Desemprego. Devido ao grande número de vagas informais no mercado de trabalho, fenômeno brasileiro típico, parece ser o caso de analisar não o desemprego, mas a “desocupação”, isto é, a diferença entre o contingente de pessoas que participa da PEA (população economicamente ativa) e a quantidade de pessoas que se declaram ocupadas, seja em emprego formal, seja em atividade autônoma, como empregador, autônomo ou simplesmente empregado sem registro. Esses dados provêm do Censo de 2000, ocasião em que União da Vitória possuía uma população em idade de trabalhar (dos 15 aos 60 anos) de 29.614 pessoas (constituíntes da população “em idade ativa” ou PIA). Nesse mesmo ano, 21.918 estavam trabalhando ou buscavam ocupação, constituindo, desse modo, a população economicamente ativa (PEA)¹⁰⁰. Ou seja: nada menos que 26% da população em idade de trabalhar não pretendia fazê-lo, exceto em tarefas domésticas, contingente esse que, na maioria dos casos, é representado por mulheres adultas ou jovens, que permanecem adstritas ao lar, seja para dedicar cuidado especial aos filhos, seja por falta de oportunidades de exercer papel no mercado de trabalho. Na mesma ocasião – ano de 2000 - declararam-se efetivamente ocupados, isto é, com pelo menos 30 horas de trabalho semanais, 19.053 habitantes de União da Vitória, o que resulta em uma taxa de 87% em relação à PEA: eram, portanto, 13% os desocupados, taxa elevada que, em vista da redução do emprego formal na indústria (analisada no item correspondente ao setor secundário da economia) e do modesto crescimento do emprego formal terciário (Quadro 37), pode ter-se agravado.

Empregabilidade. A cidade de União da Vitória é sede de colégios técnicos e diversas instituições de ensino superior, conforme já verificado nos itens correspondentes à Inserção Regional, que proporcionam um consistente aparato de ensino profissional. Também o APL da Madeira tem realizado eventos os mais variados para preparação da mão-de-obra da indústria madeireira, especialmente no que se refere à segurança do trabalho. De uma maneira geral, o operariado madeireiro apresenta pouco preparo profissional, o que se reflete sobre a remuneração média, que permanece relativamente baixa.

Empreendedorismo. União da Vitória ostenta a melhor posição da mesorregião em termos de empreendedorismo, concentrando algo em torno de 30% do total de empresas existentes nas três microrregiões sulinas da mesorregião Sudeste. O efetivo de empresas vem, crescendo modesta mas consistentemente, à razão de 2,5% ao ano, no quinquênio entre 2002 e 2006: de 1.187 firmas no início do período para 1.342 firmas em 2006. É claramente evidente no Quadro 39 que o dinamismo provém praticamente todo ele do setor terciário – comércio e serviços, principalmente o comércio varejista – que já ultrapassou, no território municipal, um milhar de empresas.

Quadro 39
Habitantes por empresa constituída, no Sudeste Paranaense
(exceto a microrregião de Prudentópolis), 2005

Setor econômico	2002	2003	2004	2005	2006
Primário	80	86	85	84	84
Secundário	234	234	226	239	224
Terciário	873	892	921	984	1.034
	1.187	1.212	1.232	1.307	1.342

Fonte: IparDES, *Base de Dados do Estado*. Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

¹⁰⁰ IPARDES, *Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória*. Curitiba: IparDES, 2007.

3.4 ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

3.4.1 COMPARTIMENTAÇÃO MUNICIPAL

Prancha 39

O território municipal de União da Vitória apresenta diversas compartimentações fortes, como urbano-rural ou áreas de várzea – áreas de serra, além das geradas pelos pólos servidores de serviços públicos e atividades econômicas. Da sobreposição desses diversos territórios é possível subdividir o território do município em 4 compartimentos, explicitados na Prancha 39 e no quadro abaixo.

Quadro 40
Compartimentos municipais de União da Vitória

<i>Compartimento</i>	<i>Comunidades pertencentes</i>
Compartimento Serra da Esperança	Faxinal dos Marianos, Linha Fortaleza, Palmital de Cima
Compartimento Rio Vermelho	Rio Vermelho, Rio Vermelho São José, Colônia Macacos
Compartimento São Domingos	São Domingos, Pinhalão, Guaira, Fatura, Colônia do Meio, Fazenda Velha, Porto Almeida, Rio dos Banhados, Papuã, Barra do Palmital, Palmital do Meio
Compartimento Cidade	Área Urbana, Correntes, Vila Zulmira, Guabiroba, Colônia Olindina, Barreiros

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

O compartimento Serra da Esperança constitui as áreas acima da escarpa que caracteriza a Serra da Esperança, estando fisicamente apartado das demais áreas rurais do município. Corresponde à região norte e nordeste de União da Vitória, com população reduzida e predomínio de reflorestamentos e matas. Não há propriamente uma centralidade neste compartimento, pois a população se distribui de forma esparsa e utiliza os serviços urbanos alocados na comunidade de Rio Vermelho, no compartimento municipal ao sul.

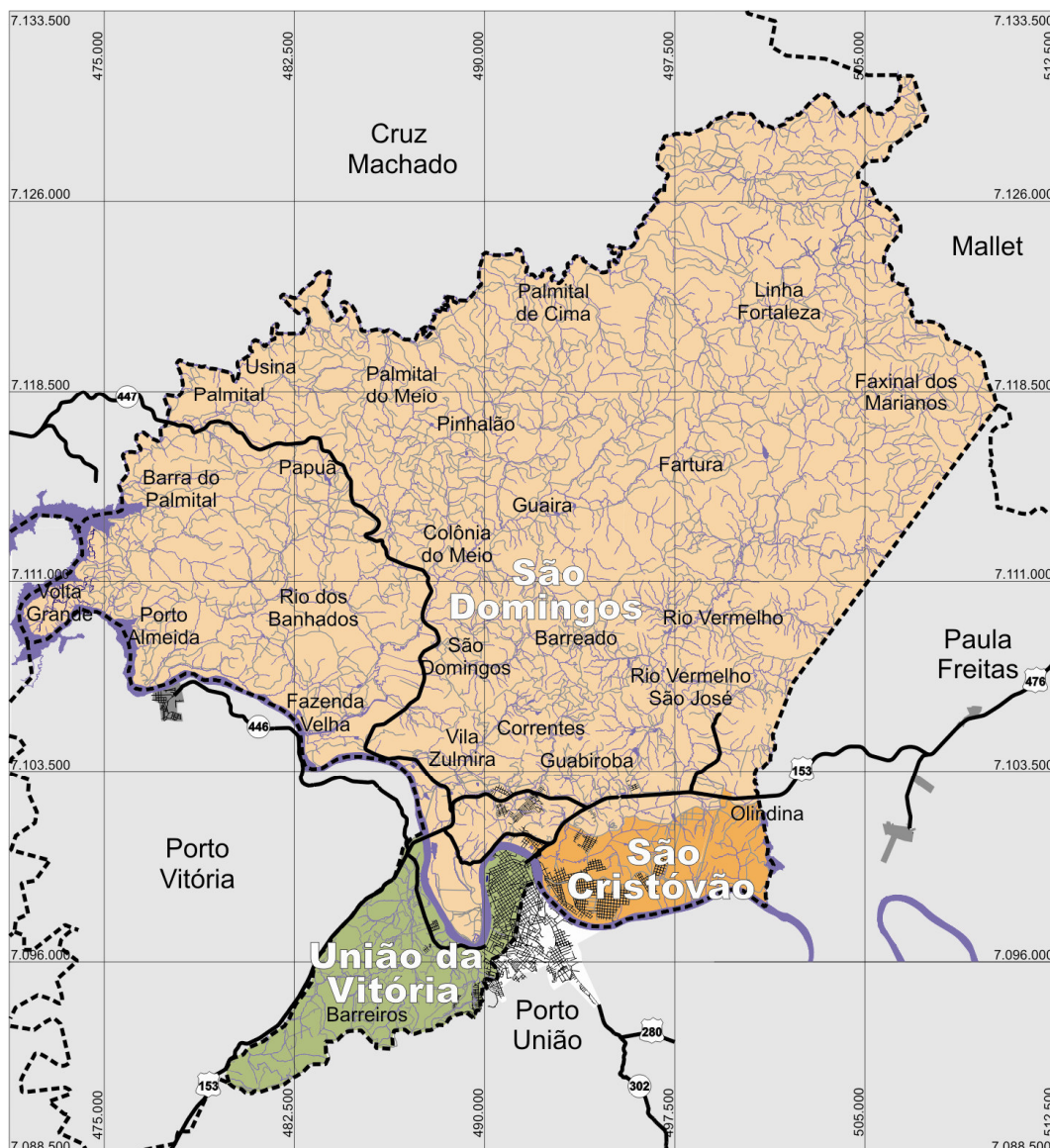
O compartimento Rio Vermelho corresponde à parte leste do território, formada por áreas baixas que acompanham o rio de mesmo nome e encosta íngremes que separam a bacia hidrográfica do Vermelho das bacias do Prata e do Rio da Vargem Grande, além da escarpa da serra na porção norte. Sua centralidade institucional é bastante marcada, com o conjunto de escolas e posto de saúde, mas a distribuição da população é esparsa, não formando uma pequena vila que concentre moradores e atividades comerciais. A facilidade de acesso ao centro urbano de Porto União da Vitória através do vale faz com que a centralidade deste compartimento seja “sombreada” pelas facilidades oferecidas pela cidade.

O compartimento São Domingos corresponde à área rural centralizada pela vila de São Domingos, sede de distrito de mesmo nome. Localiza-se na porção oeste e norte do município e também é formada por áreas baixas e encostas de diversas declividades. A rede de comunidades servidas pela Vila de São Domingos é mais densa do que no compartimento Rio Vermelho, com a presença de pequenas centralidades junto a pequenas capelas e até uma escola indígena na região do Rio Palmital. A presença da PR-447 facilita o acesso a todo o local.

Por fim, o compartimento Cidade compreende toda a área urbana (compartimentada também como se verá a seguir) e as regiões rurais próximas, servidas diretamente pela grande quantidade de equipamentos urbanos e pela densa rede comercial e de prestação de serviço presentes em Porto União da Vitória. Este compartimento se estende até toda a divisa sul do município e até a fronteira com Paula Freitas, tendo sua delimitação a norte definida pelas áreas de grande declividade que formam o grande espigão central do município.

Além dessa compartimentação social-ambiental, o município possui uma compartimentação legal de seu território, definida pelos distritos judiciais. Neste contexto, o território se divide em três distritos, sendo a parte sul componente do distrito União da Vitória, a parte sudeste definida como distrito São Cristóvão e a parte norte como distrito São Domingos. A imensa maioria da área rural é componente deste último distrito, que também possui parte da área urbana conhecida como Conjuntos.

Figura 18
Mapa dos distritos judiciários de União da Vitória



Fonte: Cartogramas dos distritos censitários. IBGE, 2003. Elaborado pela Consultoria, 2007.

3.4.2 COMPARTIMENTAÇÃO URBANA

Prancha 22 e 40

Compartimentação Urbana. A compartimentação urbana segue aproximadamente a divisa dos distritos judiciais definidos anteriormente, apesar de conter já uma subdivisão no distrito de União da Vitória, distinguindo a ocupação central, conhecida como "ferradura" em função do formato do Rio Iguazu na região mais ao sul, marcada pela presença de indústrias e habitação proletária ao redor de antigos eixos rodoviários.

Com o desenvolvimento econômico, populacional e espacial da região de São Cristóvão é possível que nos próximos anos seja possível distinguir novas compartimentações urbanas, com novas centralidades no conjunto São Braz-São Sebastião e uma consolidação dos loteamentos a norte do Rio Vermelho e relacionados a PRT-153, hoje com ligação reduzida com a centralidade da Avenida Paula Freitas.

Apesar de levar em conta aspectos ambientais, sociais e legais, como as divisas oficiais de bairros e distritos judiciais, a compartimentação urbana apresentada leva em consideração principalmente a visão que a cidade tem de si mesma, extraída dos participantes dos eventos de consolidação da Análise Temática Integrada, tanto de maneira formal como informal. O quadro abaixo traz a síntese da compartimentação urbana de União da Vitória.

Quadro 41
Características básicas dos compartimentos urbanos de União da Vitória

Compartimento	Bairros pertencentes	População estimada
Ferradura	Navegantes, Ponte Nova, Centro, São Bernardo, São Basílio Magno	12.803
Sul	Rocio, Rio D´Areia, Limeira, Bela Vista, São Gabriel	8.701
São Cristóvão	Sagrada Família, Nossa Senhora Salete, São Braz, São Sebastião, Bento Munhoz, Cidade Jardim, Bom Jesus, Ouro Verde, Nossa Senhora das Graças	17.525
Conjuntos	Cristo Rei, Dona Mercedes, São Joaquim	6.432
		45.461

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

A região da Ferradura compreende a centralidade urbana existente no lado paranaense, composta tanto pelas áreas mais altas próximas a divisa com Porto União como também as áreas ribeirinhas tradicionais, como o Ponte Nova, Navegantes e São Bernardo. Sua divisa com o Compartimento Sul é marcada pela maior presença de indústrias na região do Rocio e por um tênue espigão na região de São Basílio Magno (visível atrás da Igreja Ucraniana, por exemplo), definindo uma divisão social bastante evidente. O compartimento Ferradura concentra boa parte das atividades comerciais e institucionais do município, servindo não apenas os demais compartimentos urbanos e rurais, como também toda a microrregião. Do ponto de vista espacial, localiza-se nesta região praticamente toda a verticalização das construções e a vida cívica local, que pouco a pouco vai se deslocando no sentido sul ao longo do eixo da antiga ferrovia.

O compartimento Sul compreende todo conjunto ao sul do Rocio, formado por um grande conjunto de indústrias neste bairro, no Rio D´Areia e ao longo da saída sul da cidade. Entremeadas no conjunto industrial e concentradas na região da Limeira, predominam habitações proletárias. De forma menos evidente do que na região de São Cristóvão é possível também verificar uma tendência a sub-compartimentação na região sul, com a consolidação da região de São Gabriel, separada fisicamente do restante pelo gargalo formado pela encosta esquerda do Rio D´Areia (atrás do Monte Castelo) e o Rio Iguaçu.

Na região dos Conjuntos, correspondente à maior porção da área urbana dentro do distrito judiciário de São Domingos, há certa homogeneidade social e de usos em função de quase todos os lotes existentes serem objeto de ação estatal na área de habitação de interesse social. A inserção espacial entre o Morro do Cristo e o Morro de Dona Mercedes permite que este compartimento tenha delimitação bem definida, apesar de ao norte ultrapassar o contorno rodoviário de União da Vitória para agregar os loteamentos Jardim Roseira e São Luís. À sudeste dos Conjuntos localiza-se o bairro São Joaquim, ponto de transição entre este compartimento e o São Cristóvão. Apesar de ser um assentamento antigo, compartilhando os problemas ribeirinhos com as ocupações do São Cristóvão, os representantes deste bairro colocam-se como parte dos Conjuntos, compartilhando inclusive da estrutura institucional e comercial utilizada por estes.

Por fim, o compartimento São Cristóvão corresponde ao vasto território ao leste do Rio Iguaçu, incluindo os loteamentos de ambos os lados do Rio Vermelho, até parte das ocupações ligadas à PRT-153 que do ponto de vista legal pertencem ao distrito de São Domingos¹⁰¹. Apesar de simbolicamente ter uma centralidade forte, com presença de um comércio em franco avanço e uma boa concentração de usos institucionais, o “coração” do São Cristóvão não possui verticalidade construída que possibilite fácil visualização da hierarquia urbana. Isso ocorre em parte pela retirada dos trilhos da Avenida Paula Freitas ser fato relativamente recente e da ligação deste centro ao centro de Porto União da Vitória ser precário, por ponte de mão única sentido Ferradura-São Cristóvão. Além disso, a posição marginal em relação ao rio e a suscetibilidade aos transtornos causados pelas enchentes pela conjugação do Rio Iguaçu e do Rio Vermelho colocaram historicamente a região em posição desfavorável em relação à ferradura, condição que tende a se dissipar naturalmente nos próximos anos com o desenvolvimento da ocupação dos loteamentos da região leste da cidade.

¹⁰¹ Do ponto de vista legal o bairro São Joaquim localiza-se no distrito São Cristóvão, revelando que quando foi criado este compartimento jurídico havia apenas este loteamento urbano na região dos Conjuntos. Por sua vez, loteamentos como o Ouro Verde e o Nossa Senhora das Graças estão incluídos em áreas pertencentes ao distrito de São Domingos, apesar de suas ligações viárias serem mais fortes com o centro de São Cristóvão, com tendência a formar futuramente nova centralidade independente relacionada com a rodovia.

3.4.3 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A estrutura comunitária de União da Vitória pode ser considerada desenvolvida, com associações de moradores em todas as comunidades rurais de porte relevante e em todos os bairros urbanos (ver quadros 42 e 86), incluindo também uma associação das associações de moradores, mais focada na organização comunitária urbana.

Na área rural foram levantadas 12 associações de moradores, apesar de a Colônia São Gabriel estar em situação semi-urbana¹⁰². Na área urbana, verificou-se a organização comunitária estruturada nos loteamentos e não a partir dos bairros oficiais, inclusive com tendências de criação de mais de uma associação por “vila” (como verificado em reuniões de consolidação da análise com estes grupos¹⁰³). Na estruturação geral, verificou-se que as associações se relacionam formando as macrozonas explicadas acima (São Cristóvão, Conjuntos, “Ferradura” e Sul), com clara opção pela Associação de Moradores do Bairro São Joaquim em se ligar aos Conjuntos. Verificou-se também que dentro dessa estruturação em macrozonas há casos de rivalidade e preconceito: muitas vezes o representante de uma associação repete a visão negativa que a cidade tem da região atribuindo-a a apenas um loteamento.

Quadro 42
Associações comunitárias rurais existentes em União da Vitória, 2007

	Nome da Associação
01	Associação de Moradores de Barra do Palmital
02	Associação de Moradores de Barreiros
03	Associação de Moradores da Colônia São Gabriel
04	Associação de Moradores Rio do Meio
05	Associação de Moradores da Colônia Trabuço
06	Associação de Moradores da Colônia Pinhalão
07	Associação de Moradores da Colônia Vila Zulmira
08	Associação de Moradores da Colônia Rio Vermelho
09	Associação de Moradores da Colônia Santo Antônio da Guaira
10	Associação de Moradores do Faxinal dos Marianos e Linha Fortaleza
11	Associação de Moradores da Colônia São Domingos
12	Associação de Moradores da Colônia Papuã

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória, 2007.

3.4.4 UNIDADES DE PAISAGEM E USO DO SOLO MUNICIPAL

Prancha 20

Uso do Solo Municipal. No município de União da Vitória os padrões de uso dos solos acompanham os padrões de geologia, geomorfologia, as classes de solos e o sistema de posse das terras. Foram identificadas dez unidades de mapeamento correspondendo a classes principais de agrupamentos de tipos principais de uso das terras, ou unidades de paisagem. O Quadro 42 apresenta a legenda de identificação das classes de uso dos solos e respectivas áreas por unidade de mapeamento. A Prancha 20 apresenta a distribuição espacial das unidades.

Quadro 43
Classes de Uso do Solo e Unidades de paisagem do Município de União da Vitória

Unid. de Paisagem	Uso Predominante do Solo	Unid. de Mapeamento	Área (ha)	Área (%)	Solos
1	Cobertura Florestal	8	21.875	33	Neossolos e Cambissolos
2	Áreas Cultivadas	6	17.029	26	Neossolos e Cambissolos
3	Áreas Cultivadas com Floresta Secundária	6	15.925	24	Neossolos e Cambissolos
4	Várzeas do Rio Iguazu e Afluentes	2	5.741	9	Gleissolos e Cambissolos
5	Área Urbana	1	5.277	8	Neossolos e Cambissolos
Total		23	65.847	100	

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

¹⁰² A Colônia São Gabriel ocupa a região sul do bairro de mesmo nome (fora do perímetro urbano), com ocupação tipicamente rural. Apesar disso, seu representante compareceu a reuniões com associações de bairros urbanos e revelou que os proprietários das chácaras do local entendem ser esta uma região que se urbanizará em breve, abrigando a demanda de crescimento de toda região sul da cidade, que não possui outras áreas para crescimento. Efetivamente, os loteamentos Furlan e Angélica já estão intercalados entre propriedades rurais da região.

¹⁰³ Ficou bastante ressaltada esta situação no loteamento Panorama, no bairro Bento Munhoz.

Unidade 1: Cobertura Florestal. Compreende oito unidades de mapeamento distribuídas em todas as regiões do município, abrangendo 21.875 hectares, correspondendo a 33% da área total do município. Compreende as regiões situadas nos topos dos morros e respectivas encostas íngremes que acompanham as linhas de drenagem do município. A cobertura florestal desta unidade é formada por uma combinação predominante de áreas com remanescentes de florestas com Araucária em estágios diversos de sucessão ecológica e expressivos reflorestamentos com Pinus. Este padrão de uso das terras representa uma importante reserva de áreas com uso menos intensivo das terras que ocupam considerável porção do município. Compreende solos mapeados nas ordens Neossolos e Cambissolos, correspondendo a solos pouco desenvolvidos em contexto com relevo forte ondulado até o montanhoso.

Unidade 2: Áreas Cultivadas. Compreende quatro unidades de mapeamento, distribuídas em todas as regiões do município, abrangendo 17.029 hectares, correspondendo a 26% da área total do município. Corresponde a áreas cultivadas com predomínio de Agricultura Familiar Intensiva em encosta com relevo ondulado ao forte ondulado, situadas no terço inferior das encostas dos morros com maiores altitudes e toda a encosta nas áreas com topos de morro situadas nas paisagens mais dissecadas, mais próximas do rio Iguaçu. Os solos variam do raso ao pouco profundo com textura predominante argilosa. Inclui áreas expressivas com cobertura florestal secundária associada a reflorestamentos.

Unidade 3: Áreas Cultivadas com Floresta Secundária. Compreende seis superfícies localizadas na região nordeste, centro-leste e sudeste do município, abrangendo 15.925 hectares, correspondendo a 24% da área. Compreendem áreas situadas em paisagens com relevo ondulado ao montanhoso incluído topos de morros e vertentes, com uso predominante florestal (reflorestamentos com Pinus e remanescentes de vegetação secundária) e áreas cultivadas em sistemas de agricultura familiar. Os solos são pouco desenvolvidos, predominando as ordens Neossolos e Cambissolos.

Unidade 4: Várzeas do Rio Iguaçu e Afluentes. Compreende duas superfícies notáveis, abrangendo 5.741 hectares, correspondendo a 9% da área total, localizada na região central do município, acompanhando o rio Iguaçu e o curso inferior do rio Vermelho e ribeirão da Prata. Correspondem as várzeas inundáveis e áreas brejosas situados em relevo plano a suave ondulado associados principalmente a áreas com agricultura intensiva em áreas drenadas. Inclui remanescentes de vegetação típica de várzeas inundáveis, e nas áreas mais elevadas, remanescentes florestais. Compreende solos mapeados nas ordens Gleissolo e Cambissolo.

Unidade Área Urbana. Compreende a área do quadro urbano de União da Vitória e superfícies adjacentes.

3.4.5 DENSIDADE DA OCUPAÇÃO URBANA

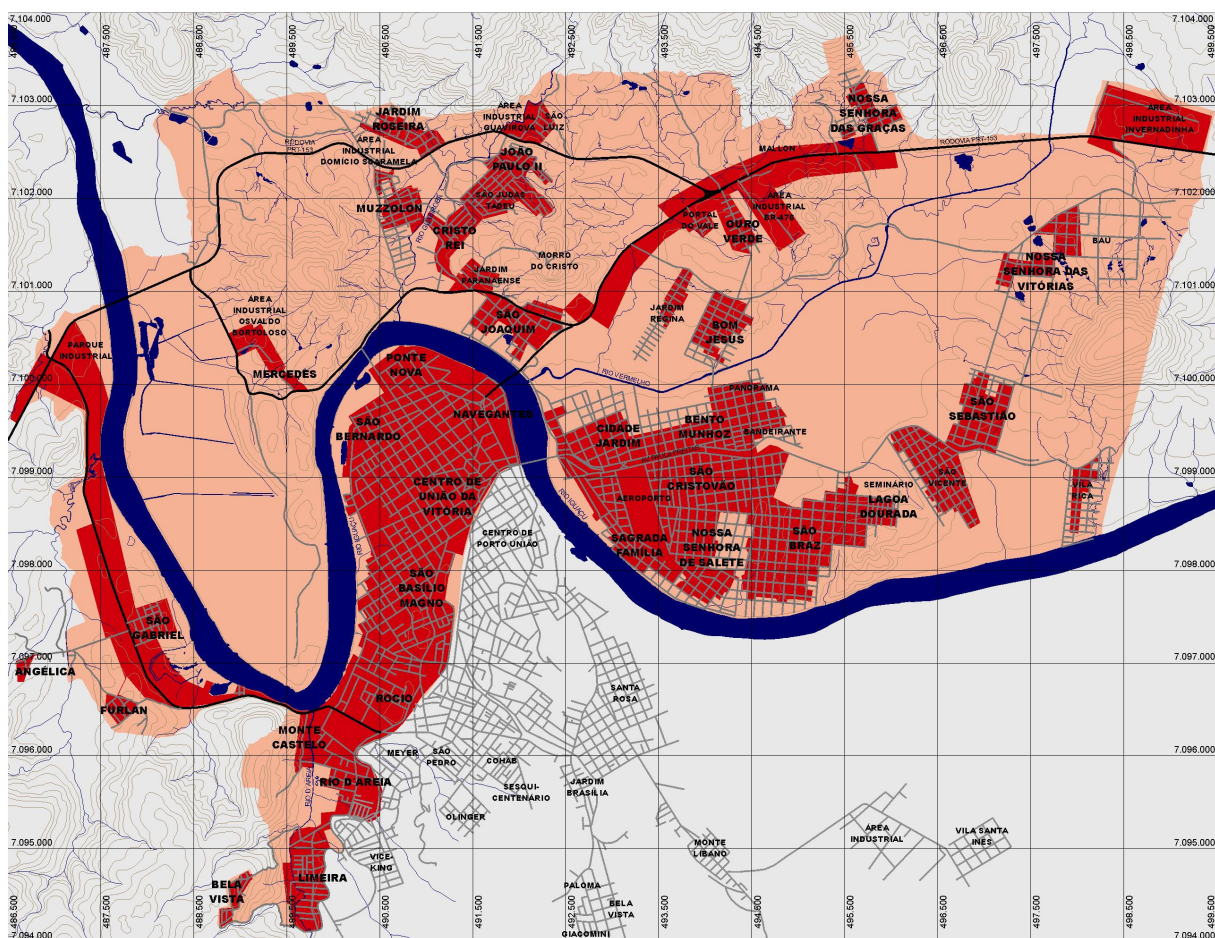
Plancha 17

Densidades Urbanas. Do ponto de vista legal, a densidade urbana de União da Vitória no ano de 2007 é de apenas 7,15 hab/ha, uma vez que o perímetro urbano legalmente instituído é de 6.725 ha e a população urbana resultante da Contagem do IBGE é de 48.030 habitantes. Porém, fica claro que as dimensões do perímetro urbano não são um bom mecanismo de se delimitar a real dimensão da ocupação urbana de União da Vitória, uma vez que abriga em seu interior grande quantidade de áreas de preservação ambiental e áreas de expansão urbana e usos semi-rurais. Assim, foi necessário se definir o conceito de mancha urbana, definido a partir dos levantamentos de campo realizados definindo a área efetivamente ocupada por usos urbanos (residenciais, comerciais, institucionais ou industriais), deixando de lado grandes glebas vazias e áreas inaptas à ocupação, como morros, banhados, áreas sujeitas a inundações constantes e mesmo a grande massa de água representada pelo Rio Iguaçu. A Figura 19 mostra a diferença entre a mancha urbana e o perímetro urbano de União da Vitória.

Utilizando os mesmos dados da Contagem Populacional confrontados com a área efetivamente urbana, pode-se dizer com segurança que a densidade urbana da cidade de União da Vitória é de 26,2 hab/ha. Apesar do maior porte da cidade, com uma verticalização considerável na área central, a densidade global da cidade não é diferente da média das cidades do sul paranaense, em função da grande quantidade de vazios urbanos entremeados nas áreas ocupadas.

Uma análise mais detalhada pode ser verificada na Prancha 17, que traz a densidade quadra a quadra baseada nos dados do Censo de 2000. Apesar da área central da cidade abrigar praticamente toda a verticalização da ocupação, a análise da densidade não gera um cenário concêntrico, reduzindo a densidade em direção a periferia, em função da concentração de usos comerciais e institucionais nesta região. A formação de centralidades de maior densidade nos compartimentos São Cristóvão e Conjuntos é também de fácil verificação, apesar de no segundo caso e também em outras áreas de ocupação baseada na intervenção estatal sobre a problemática da habitação popular (Limeira, São Gabriel, Lagoa Dourada) a densidade ser resultante do excessivo parcelamento do solo e da quase inexistência de vazios. Mesmo com um grande número de áreas com densidades médias (acima de 100 hab/ha), a maior parte das quadras urbanas encontra-se em condição de subaproveitamento, com densidade abaixo da média global da cidade.

Figura 19
Mancha Urbana x Perímetro Urbano de União da Vitória
 Em vermelho, áreas efetivamente ocupadas com usos urbanos.



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

Demanda por Solo Urbano. Em função da densidade verificada e do crescimento populacional previsto para os próximos 10 anos é possível verificar a demanda por solo urbano para a década de vigência do Plano Diretor. O quadro abaixo mostra a simulação do crescimento populacional projetado e a elaboração de 3 cenários da possível demanda por terra urbana. A primeira leva em consideração o número de novos domicílios estimados para comparação com os lotes vazios disponíveis, enquanto o segundo e o terceiro cenário projetam a área necessária para abrigar estes novos domicílios no caso de implantação de novos loteamentos, seguindo padrões de parcelamento ou de densidade verificados atualmente.

Fica claro em qualquer um dos cenários há disponibilidade de espaço dentro do perímetro urbano atual de União da Vitória, ocupando-se apenas parte dos lotes vazios hoje existentes ou glebas de uso rural inseridas entre os loteamentos. No caso da ocupação dos lotes vazios já implantados, o crescimento no número de famílias conseguirá ocupar apenas 1/5 dos lotes baldios situados fora das cotas de inundação de 50 anos de recorrência. A sobreposição das redes de infraestrutura, como pavimentação, saneamento e iluminação pública, com o levantamento de vazios urbanos existentes

em 2007 permite dizer que seria possível abrigar a maior parte desta demanda em áreas já infraestruturadas, motivo pelo qual a sociedade e o poder público municipal precisarão discutir durante a elaboração do Plano Diretor instrumentos que facilitem o acesso a terra pelas classes baixas e a promoção do uso social da propriedade urbana.

Quadro 44
Estimativa de demanda de solo urbano de União da Vitória, 2007-2017

<i>A n o</i>	<i>Estimativa População urbana¹⁰⁴</i>	<i>Número de Domicílios¹⁰⁵</i>	<i>Demanda de lotes em relação a 2007 subentendo-se um família por lote, em média</i>	<i>Demanda por área em relação a 2007 mantendo o mesmo padrão de parcelamento do solo médio¹⁰⁶</i>	<i>Demanda por área em relação a 2007 mantendo a mesma densidade média</i>
2007	48.030	13.340	---	---	---
2012	49.985	13.885	545	40 ha	75 ha
2017	52.000	14.445	1.105	80 ha	151 ha

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

3.4.6 MORFOLOGIA URBANA

Prancha 21

Morfologia. “Porto União da Vitória”, em seu conjunto paranaense e catarinense, encontra-se dentro da rede de cidades de médio porte do sul do país, com uma população de cerca de 80.000 pessoas que polariza uma grande área nos dois estados. Apesar da área central contar já com bom número de edifícios altos, formando um conjunto de certa densidade junto a igreja matriz, a paisagem urbana é dominada pelos aspectos naturais, numa rica composição de morros vegetados e cursos d’água que coloca a obra humana em segundo plano.

A morfologia de União da Vitória é definida pelos limites que as formações naturais impõem à ocupação humana, ficando os caminhos, bairros e pontos marcantes atrelados a estes obstáculos. Não por acaso, a gênese da cidade se deu em função da passagem do Rio Iguaçu (uma barreira para as tropas) no momento que este curso d’água passa pela barreira formada pela Serra da Esperança.

De forma geral a ocupação urbana de União da Vitória estrutura-se na forma de um quadriculado de ruas que se adapta levemente quando se aproxima do Rio Iguaçu e das principais encostas. Na ferradura a sobreposição de uma estrutura quadriculada, girada pouco mais de 30° em relação ao eixo norte sul típico das cidades das ordenações filipinas, com o forte arco que o Rio Iguaçu desenvolve faz com que se perca um pouco o senso de localização tão presente neste tipo de morfologia viária. Os eixos viários de fechamento da malha (Avenida Coronel Amazonas-Avenida Bento Munhoz da Rocha ao longo do rio e Avenida Prudente de Moraes – Avenida), paralela à antiga ferrovia) fogem do esquema quadriculado, concentrando os fluxos viários inter-bairros. Na região de São Cristóvão também se estrutura uma malha reticulada, porém com maior variação angular, de acordo com as divisas de loteamentos, buscando ora eixos perpendiculares ao Rio Iguaçu, ora eixos perpendiculares à Avenida Paula Freitas, antigo eixo ferroviário. O mesmo tipo de estruturação reticulada perpendicular às divisas dos empreendimentos imobiliários ou à eixos viários ou cursos d’água organiza a morfologia das demais regiões da cidade, geralmente interligadas por vias com traçado mais orgânico.

A forma com que a cidade foi sendo ocupada, com uma série de loteamentos isolados entre si, aprovados em épocas diferentes, coerentes apenas na busca desenfreada pelo lucro, deu à cidade uma aparência de uma grande “colcha de retalhos”, entremeadas por glebas vazias e áreas de densidades extremamente baixas. Isso implica no acirramento das divisas psicológicas já exacerbadas pelas barreiras naturais, fracionando a cidade de forma demasiada.

¹⁰⁴ Utilizou-se o cenário proposto anteriormente que acarretasse maior aumento populacional, de forma a identificar a demanda máxima por solo urbano para os próximos 10 anos.

¹⁰⁵ Mantendo-se a mesma média de 3,6 habitantes por domicílio, verificada na área urbana de União da Vitória no Censo Demográfico de 2000.

¹⁰⁶ Considerando a variação de lotes de 200 a 250 m² nas ações de habitação social e 400 m² nos loteamentos populares. Utilizou-se um número de segurança de lotes de 360 m², com aproveitamento líquido de apenas 50% das glebas, em função das limitações ambientais e da coexistência de usos comerciais e institucionais nos bairros residenciais.

Figura 20
Aspecto geral da “Ferradura”



Fonte: Consultoria, 2007.

Figura 21
Aspecto geral da “Cidade Limeira”



Fonte: Consultoria, 2007.

Limites. Os principais limites que definem a morfologia urbana de União da Vitória são formados pelos elementos naturais que cortam o perímetro, em especial o Rio Iguazu e os morros-testemunhos que se espalham por todas as regiões da cidade. O rio pode ser considerado o principal definidor do espaço urbano, com uma largura média de 200 metros e apenas 4 pontes de transposição, sendo uma delas rodoviária inserida fora do contexto urbano. Sua barreira histórica foi sempre um delimitador claro entre a Ferradura, área central chamada assim em função do desenho que o rio faz a sua volta, e o São Cristóvão, ocupação marginal do rio, isolada por várias décadas também em função da escolha curiosa da localização da ponte mais antiga¹⁰⁷, o que obrigava a se dar uma grande volta para acessar a região central. Além da largura do curso d'água em si, a barreira formada pelo Rio Iguazu e também por seus principais afluentes é incrementada por faixas sujeitas a alagamentos constantes, impróprias para a ocupação humana, comprovada de forma trágica em 1983 e 1992, o que levou a comunidade a tomar providências para que as regiões ribeirinhas fossem desocupadas.

Os morros passaram a ter maior importância como barreiras físicas à ocupação urbana apenas a partir da segunda metade do século XX, com a crescente urbanização de encostas. Na região dos Conjuntos, a opção por uma ocupação entre o Morro do Cristo e o Morro de Dona Mercedes delineou claramente as divisas dos bairros, não permitindo expansões a leste ou oeste. Na região sul a encosta esquerda do Rio D'Areia também formatou um claro limite à ocupação urbana, apesar das ocupações irregulares do Monte Castelo e Bela Vista persistirem na ocupação de encostas e espigões isolados. Também o Morro do Nossa Senhora das Vitórias e o Morro do São Braz representam uma clara delimitação, não acentuada por não haver maior pressão por ocupação nos parcelamentos lindeiros.

Apesar das barreiras naturais definirem a morfologia, os limites humanos interferem de forma mais efetiva na vida da população da cidade. Em função do tratado de limites de 1916 entre Paraná e Santa Catarina a cidade de Porto União da Vitória é dividida pelos dois estados através da estrada de ferro, hoje desativada e cruzada em diversos locais. A situação peculiar do ponto de vista legal muitas vezes não passa de formalidade, com o caso frequentemente citado casa da região do Rio D'Areia que possui um cômodo em cada estado¹⁰⁸. Apesar de a comunidade ser uma só, há duas administrações municipais e estaduais com dificuldades de integração, sendo raras as ações comuns em prol da comunidade, levando a absurdos como a não integração dos sistemas de transportes e coleta e disposição de resíduos sólidos.

Há também significativas barreiras sociais na morfologia urbana de União da Vitória, apesar de não ter sido constatada a existência de condomínios fechados ou outras formas espontâneas de segregação. A persistência de algumas favelas dentro de áreas de inundação, muitas vezes isoladas do restante da mancha urbana por vazios desocupados após as grandes enchentes, delimita barreiras que somente poderão ser superadas após a necessária relocação dessas ocupações¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Curiosamente chamada de Ponte Nova.

¹⁰⁸ Realmente verificou-se a existência da residência, dentro de uma ocupação irregular sobre a faixa da ferrovia.

¹⁰⁹ Esta situação é bastante clara na favela do final da Rua Cruz Machado, nas ocupações junto à área da Copel no Jardim e nas ocupações próximas ao Rio Iguazu (conhecidas pela presença de uma mini-olaria) no Sagrada Família.

Outras barreiras de menor intensidade podem ser sentidas nos limites de áreas de ocupação homogênea, como os empreendimentos de habitação de interesse social, principalmente em função da grande concentração da região dos Conjuntos.

“**Bairros**”. A formação de bairros do ponto de vista morfológico, áreas com identidade própria e ocupação relativamente homogênea do ponto de vista social, histórico e ambiental segue aproximadamente as divisas oficiais, delimitadas claramente em União da Vitória através de diversas leis ao longo do tempo. De forma geral, a visão da divisão da cidade em bairros pode ser reforçada pelo conceito de compartimentos urbanos, formados por conjuntos de bairros, explicado anteriormente.

Caminhos. Como foi explicado na explanação inicial sobre a morfologia urbana de União da Vitória, os principais caminhos fogem à estrutura reticulada das vias urbanas, seguindo traçados mais orgânicos relacionados a antigos eixos ferroviários, aos cursos d’água ou ao desvio de áreas de maior declividade. Neste sentido fica claro o poder definidor da hierarquia dos caminhos que representa a implantação das pontes sobre o Rio Iguaçu, com exceção da Ponte Nova, que atinge a margem oposta do rio junto ao Morro de Dona Mercedes.

Nas regiões de ocupação mais antiga os principais caminhos correspondem à antigas estradas, como o conjunto Rua Manoel Ribas-Rua Marechal Deodoro e o grande eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha, que já foram alinhamentos ligando o sul do Paraná ao oeste de Santa Catarina. O extenso traçado da PRT-153 no entorno da cidade ainda estrutura o fluxo de uma série de loteamentos periféricos, reforçada pela passagem da Auto Via João Paulo Reolon que liga toda a região de São Gabriel ao restante da cidade. No São Cristóvão o principal caminho é realmente a Avenida Paula Freitas, ao largo da antiga estrada de ferro, definindo a hierarquia viária deste compartimento numa rede de ruas paralelas e perpendiculares ao eixo principal. Recentemente, a implantação de grandes eixos viários ligando a Avenida Paula Freitas ao Ouro Verde e ao São Sebastião/Nossa Senhora das Vitórias complementaram a estruturação dos percursos urbanos seguindo antigas estradas.

Cruzamentos. A formatação de uma estrutura de caminhos claramente hierarquizada, fugindo da organização quadriculada, tende a concentrar os cruzamentos de relevância na morfologia urbana. Do ponto de vista viário são poucos os cruzamentos que apresentam grande fluxo, motivo pelo qual a quantidade de semáforos na cidade pode ser considerada pequena. Neste aspecto possuem maior importância os cruzamentos da Rua Manoel Ribas com a Avenida Bento Munhoz da Rocha e com a Rua Cruz Machado e as confluências da Rua Professora Amália com a Rua Cruz Machado e com a Rua Prudente de Moraes, junto à divisa com a cidade de Porto União. A concentração do fluxo viário em uma pequena parte da área central de União da Vitória fica patente na definição das ruas com mão única.

Do ponto de vista morfológico, os principais cruzamentos são formados pelas chegadas às pontes, onde os caminhos confluem para vencer a barreira formada pelo Rio Iguaçu. Na saída sul também possui grande relevância espacial o cruzamento da Rua Marechal Deodoro com a Auto Via João Paulo Reolon, junto a Indústria Miguel Forte, principalmente por marcar a passagem da área central para uma ocupação industrial e proletária. No São Cristóvão destacam-se os cruzamentos da Avenida Paula Freitas com as outras vias de relevância viária, com alguma importância maior para a saída em direção ao Bom Jesus/Ouro Verde. No grande eixo da PRT-153 apenas o trevo na entrada do Ouro Verde possui alguma importância, separando os fluxos de entrada para a cidade dos fluxos que seguirão por trajetos rodoviários.

Pontos Marcantes. Em função de sua ocupação antiga, União da Vitória tem um bom número de lugares marcantes em sua morfologia, seja por seu caráter estético, histórico ou espacial. Do ponto de vista espacial possui grande relevância o desenho viário da Praça Coronel Amazonas, com um sextavado com a confluência de sete ruas, onde se localizam o antigo Grupo Escolar, a Antiga Prefeitura, a FAFI e a Igreja Matriz, pontos marcantes da vida da comunidade. A implantação desse conjunto é considerada a re-fundação de União da Vitória, uma vez que após o Tratado de Limites a maior parte da região central havia ficado do lado catarinense, demandando a construção dos principais edifícios institucionais por parte do governo paranaense.

Também na “Ferradura” destaca-se a herança deixada pelo período ferroviário, fundamental no desenvolvimento da cidade. Além da Ponte Machado da Costa e da Estação União, patrimônios já tombados e de grande relevância estética, a cidade ainda abriga as antigas residências dos ferroviários, no alto da Rua Marechal Deodoro, com grande risco de desaparecimento por se localizar em região de interesse imobiliário. A cidade ainda possui uma série de imóveis de valor estético e

histórico, como a Igreja Ucraniana São Basílio Magno que tira partido da elevação do terreno ou a Vila Maria, que aproveita o distanciamento propiciado pela antiga ferrovia no São Cristóvão para ter maior presença no espaço urbano. O Morro do Cristo, local de grande importância na cultura da cidade, recebeu recentemente melhorias para seu desfrute e aguarda, em breve, a implantação de um restaurante e mirante que poderão reforçar sua importância na paisagem urbana.

Apesar da riqueza estética e simbólica representada por toda história de ocupação da comunidade de União da Vitória sobre o território, o aspecto mais marcante da morfologia é realmente a grande alça que o Rio Iguaçu descreve. De barreira para a tropa de mares a centro da vida local na época da navegação, o Iguaçu foi deixando de ser percebido pela população da cidade como parte fundamental de sua composição, a medida que se ocupava suas margens e lamentava-se a dificuldade de transpô-lo. Após as grandes enchentes que voltaram a incomodar a cidade após longo período, o rio passou a ser o causador das mazelas da cidade, complicador de seu desenvolvimento, motivo de sua pobreza¹¹⁰. Os parques implantados em parceria com a Copel não foram assimilados pela população como centro da vida social e os diversos equipamentos que permitiam maior relacionamento entre a comunidade e o rio na década de 60 foram sendo deixados de lado. Parece claro que a busca pela qualidade de vida da população da cidade como um todo passa pela “cicatrização” do rompimento com o Rio Iguaçu, trazendo de volta a vida da cidade este grande espaço de lazer e revitalização da identidade histórica local.

Padrões de Parcelamento do Solo. Os padrões de parcelamento do solo da cidade variam bastante conforme a época de parcelamento e forma de ocupação, sem, porém marcar de forma clara a ocupação do solo urbano, pois as áreas de lotes de menor dimensão são também as de menor quantidade de vazios urbanos, legando os parâmetros de fracionamento ao segundo plano da percepção. Nas áreas periféricas, onde espera-se o parcelamento do solo na forma de cinturão verde, com pequenas chácaras, convivem padrões de parcelamento tipicamente urbano, chegando-se a situações inusitadas como a Vila Rica, onde os dez ou mais lotes que formam cada quadra são usados como uma única propriedade, que por vezes inclui as desnecessárias áreas de ruas como terreno de cultivo.

Na parte central de União da Vitória os lotes possuem um intenso fracionamento, em função do grande valor da fachada comercial. As quadras variam bastante de tamanho, indo de 80 metros na menor dimensão até cerca de 130 metros na maior. De qualquer forma a profundidade dos lotes fica em torno de 40 metros, resultando na formação de miolos de quadra, fator que se reduz na região do São Bernardo e São Basílio Magno onde as profundidades variam para próximo dos 30 metros.

Na região de Rocio e Rio D’Areia o parcelamento urbano é em parte resultante da ocupação de antigas áreas industriais, o que leva a uma maior irregularidade da estrutura viária e portanto das dimensões dos lotes. É bastante comum a existência de lotes com frentes na faixa dos 10 metros, comuns também na região de Limeira e no Bela Vista, onde o lote médio varia entre 200 e 250 m², dimensão que se fica próxima dos 400 m² nos loteamentos do bairro São Gabriel.

Na região dos Conjuntos há uma grande homogeneidade nos lotes, variando de 200 m² até 300 m², com fachadas entre 10 e 12 m, típicos de ações na área de habitação de interesse social. Nos loteamentos que não tem sua ocupação marcada pela ação governamental, os lotes são um pouco mais profundos, sem porém, diferenciar demasiadamente a testada. A região do São Cristóvão possui parcelamento do solo variado, em função da grande quantidade de loteamentos. Em geral os lotes são pequenos, com dimensões não muito diferentes das encontradas nos Conjuntos e na região sul da cidade.

3.4.7 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Prancha 23

Uso do Solo Urbano. A análise do uso do solo urbano de União da Vitória demandou a realização de uma série de visitas a campo de forma a possibilitar uma coleta de dados consistente e uma maior confiabilidade no processo de definição de zoneamento de uso do solo urbano, sabendo de antemão os conflitos existentes e possivelmente gerados com a legislação urbanística a ser proposta. Neste sentido, classificou-se os usos mistos pelo mais impactante, decrescendo do industrial para o

¹¹⁰ Boa parte da população considera a Copel e a Usina de Foz do Areia os causadores das grandes enchentes, mas de qualquer forma o rio deixa de ser considerado importante na vida social da cidade como foi outrora. Neste sentido vale a leitura do livro “Um Rio em Minha Vida”, de Cordovan Frederico Melo Júnior.

comercial e por fim residencial. O levantamento dos usos da área urbana de União da Vitória está exposto na Prancha 23.

União da Vitória é uma cidade onde o setor industrial tem grande peso na economia e espacialmente isso não ia deixar de transparecer. A cidade possui 10 áreas de concentração industrial, seis delas fruto de ação de incentivo: Área Industrial CLAC (Bom Jesus), Área Industrial Domício Scaramela (Cristo Rei), Área Industrial João Dissenha (saída para Porto Vitória), Área Industrial Osvaldo Bertolosso (Dona Mercedes), Área Industrial Guavirova (Cristo Rei) e Área Industrial Invernadinha (saída para Rio Vermelho). Estas áreas se localizam ao longo do contorno rodoviário da cidade e totalizam 86 lotes industriais.

Além das regiões industriais direcionadas pelo poder público, a cidade possui uma concentração histórica na região sul da cidade, antigo eixo da PRT-153. Na região de São Bernardo e no Rocio/Rio D'Areia há grande número de unidades industriais inseridas dentro de regiões residenciais, trazendo os conflitos naturais deste tipo de convivência. Enquanto mais ao sul a população reclama da redução das plantas fabris, que deixam grandes áreas ociosas a espera de valorização e do tráfego de caminhões gerados pelas indústrias em plena atividade, nas porções mais centrais há reclamações acerca do abandono de imóveis de fábricas, tornados desinteressantes para a atividade produtiva em função do crescimento urbano ao redor, mas valorizados pela localização. Em ambos os casos fica evidente o potencial para ações conjuntas do poder público e da iniciativa privada, tanto na forma de Consórcio imobiliário como de Operações Urbanas Consorciadas, possibilitando revitalização dessas áreas e oferta de espaços residenciais e comerciais junto ao centro.

Nos eixos rodoviários que penetram na ocupação urbana, como a Auto Via João Paulo Reolon e o acesso à ponte principal, também há concentração industrial, sendo interessante o incentivo desta localização, pois além de utilizar a infraestrutura viária ainda permite uma interessante relação de distância-proximidade com os loteamentos residenciais.

Em função de ser uma cidade de porte médio e polarizar uma série de municípios paranaenses e catarinenses, União da Vitória apresenta um uso comercial representativo, mesmo com parte da localização do centro comercial na vizinha Porto União. A região central concentra a maior parte dessas atividades, sobrecarregando de certa forma as vias locais, também em função da verticalização residencial da região próxima à matriz. Na Avenida Paula Freitas, em São Cristóvão, o uso comercial também é denso e a verticalização crescente, apesar de se localizar apenas na face sul da rua, não atingindo a região de Cidade Jardim e Bento Munhoz. Na região Sul a concentração comercial se limita às ruas principais, em especial a Marechal Deodoro, mas fica claro que a região é essencialmente residencial, servindo-se da estrutura comercial do Centro. O mesmo acontece na região dos Conjuntos, que apesar de possuir uma estrutura comercial crescente, não possui vulto para o atendimento dos mais de 6.000 habitantes do compartimento.

A rodovia PRT-153 também possibilita a concentração de atividades comerciais e de serviços pesados, voltados à atividade rodoviária. São atividades de revenda de veículos, postos de gasolina, borracharias, hotéis e restaurantes que se concentram na parte nordeste do quadro urbano e poderiam ser de maior vulto, uma vez que divide espaço com atividades semelhantes no vizinho município de Paula Freitas.

As atividades institucionais se encontram presentes em todas as regiões do município, numa distribuição espacial dos equipamentos públicos consistente, difícil de encontrar em cidades paranaenses. Obviamente há concentração de atividades administrativas e equipamentos de porte na área central, com os equipamentos de grande dimensão espacial localizando-se em regiões mais periféricas, como o Seminário no São Braz e o Parque de Exposições, no Jardim Roseira. O aeroporto, grande área de uso institucional no meio do São Cristóvão, já traz a tona discussões para sua relocação, apesar dos investimentos já realizados no local.

As atividades residenciais se encontram distribuídas por toda área urbana, esparsas na grande quantidade de vazios urbanos que domina os loteamentos à medida que se afasta do centro.

Ocupação do Solo Urbano. O padrão da ocupação do solo urbano de União da Vitória não difere das cidades de mesmo porte em todo Brasil, com uma região central de densidade construída maior e uma predominância de bairros de caráter residencial onde predomina a ocupação térrea, de ocupação inferior a 50% da área de lote.

A preferência por uma estruturação de lotes unifamiliares tende a tornar a cidade mais cara, em função da maior rede viária e densidade média-baixa, mesmo com testadas médias relativamente pequenas como é o caso da maior parte dos loteamentos da cidade. Esta verificação fica mais clara se for computada a grande quantidade de vazios urbanos: enquanto pode-se dizer que a maior parte dos loteamentos residenciais da cidade tem testada média de 12 m, cada domicílio de União da Vitória gera pouco mais de 24 m de vias urbanas¹¹¹.

Efetivamente a baixa densidade da ocupação de União da Vitória é decorrência principalmente da proliferação de loteamentos aprovados desde a década de 50, em completa dessincronia com a demanda. O quadro abaixo traz a avaliação da ocupação dos lotes oficiais da área urbana, sem considerar as glebas existentes entre os loteamentos ou mesmo a área média de cada unidade imobiliária, que em grande parte dos casos poderia abrigar mais de uma família.

O número total de unidades imobiliárias sem uso verificado em 2007 chega a 7.641 lotes, ou pouco mais de 30% do total. Em função da desocupação de grandes parcelas loteadas após as enchentes de 1983 e 1992, não totalmente adquiridas pela Copel ou pela Prefeitura, é preciso se avaliar a possibilidade de uso efetivo desses lotes, tendo-se como base apenas o uso desejado das áreas fora da recorrência de inundação de 50 anos, vida útil média de uma construção residencial.

O quadro abaixo traz esta distinção em cada bairro da cidade, indicando em alguns casos taxas de uso de lotes inferiores a 40% dos ofertados. Descontados os 2.181 lotes situados em áreas passíveis de enchentes, restam pelo menos 6.460 lotes baldios na área urbana de União da Vitória, com matrículas independentes e ruas já abertas com investimentos de infraestrutura já realizados. Descontadas as glebas loteáveis, a cidade de União da Vitória possui 22% dos seus lotes vagos, suficientes para atender uma população de cerca de 23.250 habitantes, maior do que o dobro da soma de seu crescimento estimado para os próximos 10 anos (3.970 habitantes), da população residente em áreas de risco de enchentes ou escorregamentos (5.000 pessoas) e a população residente em ocupações irregulares passíveis de relocação.

*Quadro 45
Vazios Urbanos da cidade de União da Vitória, 2007*

<i>Bairro</i>	<i>Número de Unidades Imobiliárias</i>	<i>Unidades Imobiliárias sem uso</i>	<i>Vazios inundáveis (recorrência de inundação de 50 anos)</i>	<i>Vazios não inundáveis (recorrência de inundação de 50 anos)</i>	<i>Porcentagem de vazios contabilizados apenas vazios aptos à ocupação</i>
Centro	3053	68	10	58	1,9%
São Basílio Magno	965	141	122	19	2,0%
São Bernardo	1847	112	105	7	0,4%
Nossa Senhora do Rocio	768	127	98	29	3,8%
São Joaquim	757	310	163	147	19,4%
Sagrada Família	986	196	183	13	1,3%
Cristo Rei	2331	881	0	881	37,8%
São Gabriel	443	122	13	109	24,6%
Navegantes	414	57	46	11	2,6%
Rio D`Areia	468	78	41	37	7,9%
Nossa Senhora de Salete	1353	303	116	187	13,8%
Ouro Verde	394	142	0	142	36,4%
Ponte Nova	497	142	142	0	0,0%
São Braz	3144	1406	28	1378	43,8%
Bento Munhoz	1349	415	297	118	8,7%
Nossa Senhora das Graças	450	241	0	241	53,5%
Cidade Jardim	1297	567	567	0	0,0%
São Sebastião	2268	1502	0	1502	66,2%
Bom Jesus	1309	735	250	485	37,0%
Limeira	634	71	0	71	11,2%
Bela Vista	130	25	0	25	19,2%
Total	24.857	7641	2181	6460	22,0%

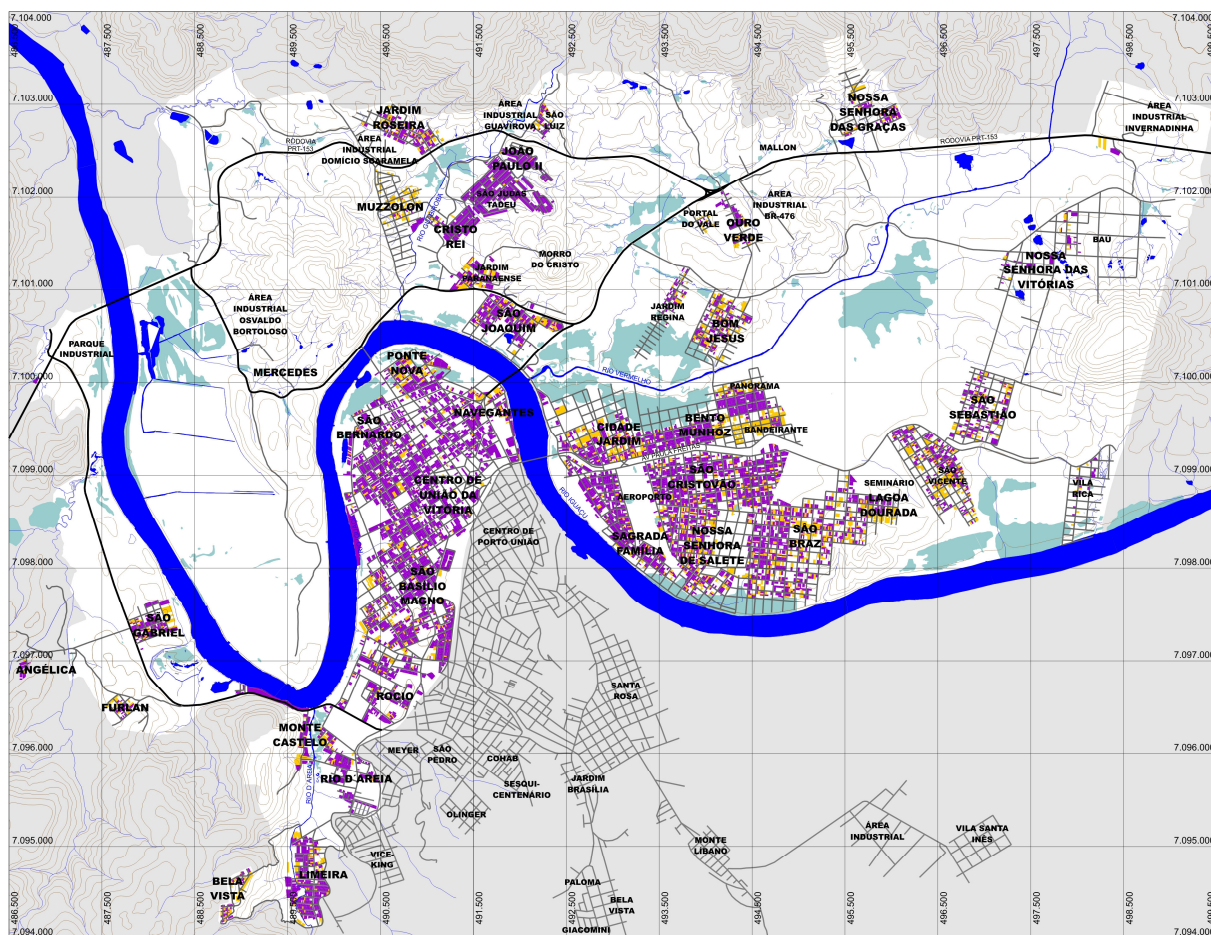
Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

¹¹¹ Divisão dos 328,85 km de ruas (descontados os eixos rodoviários) pelo número de domicílios em 2007, 13.340.

Apesar desse número exorbitante de lotes vazios a ocupar, é preciso ficar clara que a localização dessas áreas nem sempre é a mais adequada e na maioria dos casos, a infraestrutura disponível nestas áreas baldias ainda deixa muito a desejar. Enquanto por exemplo na “Ferradura” o total de lotes a ocupar fora da cota de inundação é de 95 unidades (1,4%), nos Conjuntos e São Cristóvão este número chega próximo a 1/3 dos lotes¹¹².

A maior parte dos vazios aptos à ocupação localiza-se neste último compartimento, com possibilidade de abrigar mais de 4.000 famílias sem necessidade de abertura de novas ruas. A análise da figura abaixo, com a marcação em amarelo dos lotes ocupados desde 2.000 mostra que esta oferta já foi bem maior, pois é visível o crescimento das áreas ao norte da Avenida Paula Freitas e da região de São Braz e São Cristóvão, até a década de 90 formada por um imenso vazio populacional. Merece também especial destaque o início da ocupação do Loteamento Muzolon, o consistente preenchimento de vazios dos loteamentos da região sul e a re-ocupação das áreas com maior recorrência de inundação, tanto no Navegantes/Ponte Nova, quanto na Cidade Jardim/Bento Munhoz. Este último fato deve-se em parte pela delimitação insuficiente das áreas de enchentes desapropriadas pela Copel e em parte pelo intervalo sem inundações de grande porte, o que levou a população com menos recursos a voltar a utilizar áreas melhor localizadas a despeito do risco que isso acarreta.

Figura 22
Evolução da Ocupação Urbana de União da Vitória nos últimos anos (2000-2007)
Em roxo, ocupações residenciais anteriores a 2000, em amarelo as posteriores.



Fonte: Elaborado pela Consultoria, a partir de visitas a campo em 2007 e Mapa de Usos do Plano Diretor Georreferenciado de 2002.

¹¹² Os números completos, levando em conta apenas os vazios fora da cota de inundação de recorrência de 50 anos: “Ferradura” – 95 lotes (1,4% do total), Sul – 271 lotes (11,1% do total), São Cristóvão – 4.066 lotes (32,4% do total) e Conjuntos – 1.028 lotes (33,3% do total).

3.4.8 TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA

Em função da ocupação de União da Vitória ser relativamente antiga, o mosaico construído apresenta certa diversidade, com a presença um patrimônio histórico relevante de caráter eclético e proto-modernista e de construções contemporâneas modernas e pós-modernas. De forma geral predomina a ordenação natural das cidades brasileiras, onde as obras de maior relevância arquitetônica localizam-se na área central e nos principais eixos comerciais, sendo no restante do território predominante expressões arquitetônicas mais simplificadas, com um certo “tempero” da arquitetura regional do Paraná Tradicional.

Arquitetura Institucional. A arquitetura institucional de União da Vitória não apresenta uma uniformidade de estilo arquitetônico nem de uso de materiais ou partido em relação a implantação. Apesar disso há uma significativa homogeneidade na solução arquitetônica da maior parte dos equipamentos públicos municipais, em sua maioria formado por uma solução em duas águas perpendicular ou paralelo à rua, primando pela simplicidade e praticidade de sua implantação. Esta arquitetura não diferencia na maior parte das vezes a função a que se destina a construção e mesmo a programação visual orientativa varia de acordo com a época de implantação da construção, de forma a identificar a gestão que a construiu. A organização espacial se dá de forma clara, com espaços voltados ao público externo na frente e espaços de serviço/administrativos na parte dos fundos. Em geral a implantação predominante dos equipamentos públicos municipais inclui um recuo, normalmente espaço para estacionamento de veículos com ajardinamento simplório.

Este mesmo processo se verifica nas unidades educacionais construídas pelo Governo do Estado, com possível identificação da época de construção apenas pelo aspecto geral do projeto-padrão utilizado ou simplesmente do portal de acesso.

Apenas alguns equipamentos públicos, em sua maioria edifícios administrativos, possuem uma arquitetura de destaque, mesmo utilizando projetos-padrão como no Fórum Eleitoral abaixo. Neste contexto há uma certa predileção pela estética modernista nas construções mais recentes e por partidos ecléticos e principalmente Art Deco, quando o equipamento se situa em edifício de valor histórico-cultural. Vale citar a solução modernista-regionalista do CMEI Odete Conti e da importante construção da Escola Municipal Professor Serapião, primeiro grupo escolar da cidade.

Figura 23
Exemplo de Arquitetura Institucional
Fórum Eleitoral
(Projeto Padrão Estadual)



Fonte: Consultoria, 2007.

Figura 24
Exemplo de Arquitetura Institucional
Centro de Convivência
(Projeto Padrão Municipal)



Fonte: Consultoria, 2007.

As construções institucionais construídas pela comunidade também variam bastante de estilo arquitetônico, dependendo do caráter da construção. As igrejas apresentam tipologias variadas de acordo com a religião, destacando-se a Igreja Matriz na Praça Coronel Amazonas pelo seu aspecto imponente, bem verdade reduzida após a construção de uma série de edifícios altos ao seu redor. As igrejas de rito ucraniano também possuem certa presença, inclusive com uma delas com tombamento municipal. As igrejas protestantes e pentecostais possuem solução arquitetônica mais simples, apesar de possuírem intensa participação dentro da vida do habitante de União da Vitória, chegando

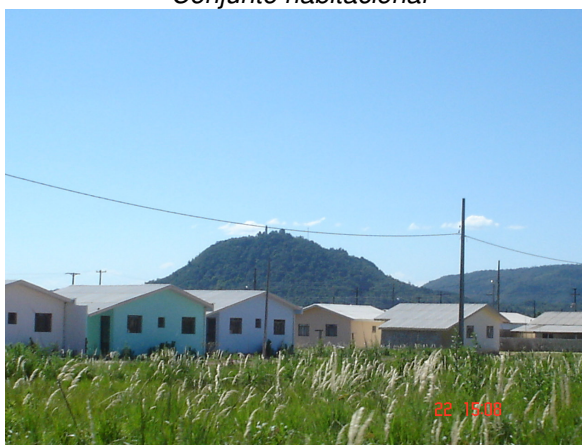
a casos como no bairro Limeira onde há mais de 10 igrejas pentecostais numa área que não chega a 20 quadras.

As demais construções institucionais construídas pela comunidade restringem-se a clubes e associações de recreio, com certo destaque arquitetônico para o Clube Apolo, na Rua Manuel Ribas.

Arquitetura Civil. A arquitetura civil da cidade não apresenta um estilo próprio e a tipologia varia bastante de acordo com a função do edifício e as possibilidades financeiras dos proprietários. Nas construções residenciais há um grande predomínio da solução simples de duas águas com oitão voltado para a rua, pois além de ser o partido mais comum entre casas das classes C e D, são praticamente unanimidade entre as habitações de interesse social, que somadas as ações estatais e privadas superam 10% do total de domicílios de União da Vitória.

Na região central da cidade e também de Porto União há já bom número de edifícios de apartamentos com térreo comercial, com uma variedade de estilos típica da arquitetura brasileira. De forma geral não significativa marca da arquitetura regionalista paranaense na área urbana de União da Vitória, mesmo na arquitetura residencial de madeira tão típica do sul do estado. A herança ferroviária na arquitetura é relativamente significativa, com bom número de construções da RFFSA ainda remanescentes, em forte ameaça de desaparecimento a curto prazo. A herança da navegação é bastante restrita, não havendo também nenhuma correlação com o estilo arquitetônico *Art Nouveau* em madeira, que caracterizou este ciclo econômico em São Mateus do Sul.

*Figura 25
Exemplo de Civil
Conjunto habitacional*



Fonte: Consultoria, 2007.

As construções comerciais e industriais seguem o padrão visual corriqueiro, sendo a primeira predominantemente formada por volumes simples impactados por intensa comunicação visual e a segunda formada por barracões e pátios, mesmo as situadas totalmente inseridas dentro da malha urbana.

3.4.9 VALOR DA TERRA URBANA

O valor da terra urbana em União da Vitória varia em função da localização (potencial comercial, construtivo, ausência de fatores limitantes como inundação e declividade), infraestrutura disponível e também elementos de status, de caráter mais subjetivo. Apesar da Planta Genérica de Valores não ser exatamente uma reprodução do preço de mercado e muitas vezes esteja defasada¹¹³, a hierarquia dos valores indica áreas mais ou menos nobres e de alguma forma reproduz os preconceitos positivos e negativos que atribuímos a cada região.

O quadro abaixo traz os valores mínimos, máximos e médios para cada bairro dentro da pauta de IPTU do município, permitindo que se verifique a grande variação de preços do m² na maior parte dos bairros, principalmente em função das cotas de inundação que desvalorizam as regiões

¹¹³ Esta avaliação ficará bastante explícita adiante, no exame dos tributos municipais IPTU e ITBI.

ribeirinhas. Como é natural no valor da terra urbana no Brasil, os valores médios nas áreas mais valorizadas chegam a ser mais de 100 vezes superiores aos valores das áreas mais valorizadas, indicando uma relação óbvia entre a localização e a condição social de sua população.

Quadro 46
Valores Venais por Bairros de União da Vitória, 2007

Bairro	Valor venal mínimo (R\$/m ²)	Valor venal máximo (R\$/m ²)	Valor venal médio (R\$/m ²)
Centro	117,73	164,85	150,72
São Basílio Magno	5,86	58,88	36,02
São Bernardo	8,64	34,62	15,79
Nossa Senhora do Rocio	1,72	23,51	13,20
São Joaquim	2,34	11,54	6,23
Sagrada Família	5,86	5,86	5,86
Cristo Rei	1,16	8,64	5,80
São Gabriel	0,60	8,22	5,28
Navegantes	1,72	11,54	4,97
Rio D`Areia	1,16	9,40	4,08
Nossa Senhora de Salete	2,89	4,61	3,87
Ouro Verde	0,16	5,86	3,52
Ponte Nova	1,16	4,55	3,19
São Braz	2,30	4,69	3,16
Bento Munhoz	11,6	4,61	2,54
Nossa Senhora das Graças	2,28	2,34	2,31
Cidade Jardim	0,60	5,86	2,22
São Sebastião	1,13	1,77	1,51
Bom Jesus	0,60	1,72	1,38
Limeira	0,60	1,72	1,16
Bela Vista	1,16	1,16	1,16

Fonte: Planta Genérica de Valores. Prefeitura Municipal de União da Vitória, 2007.

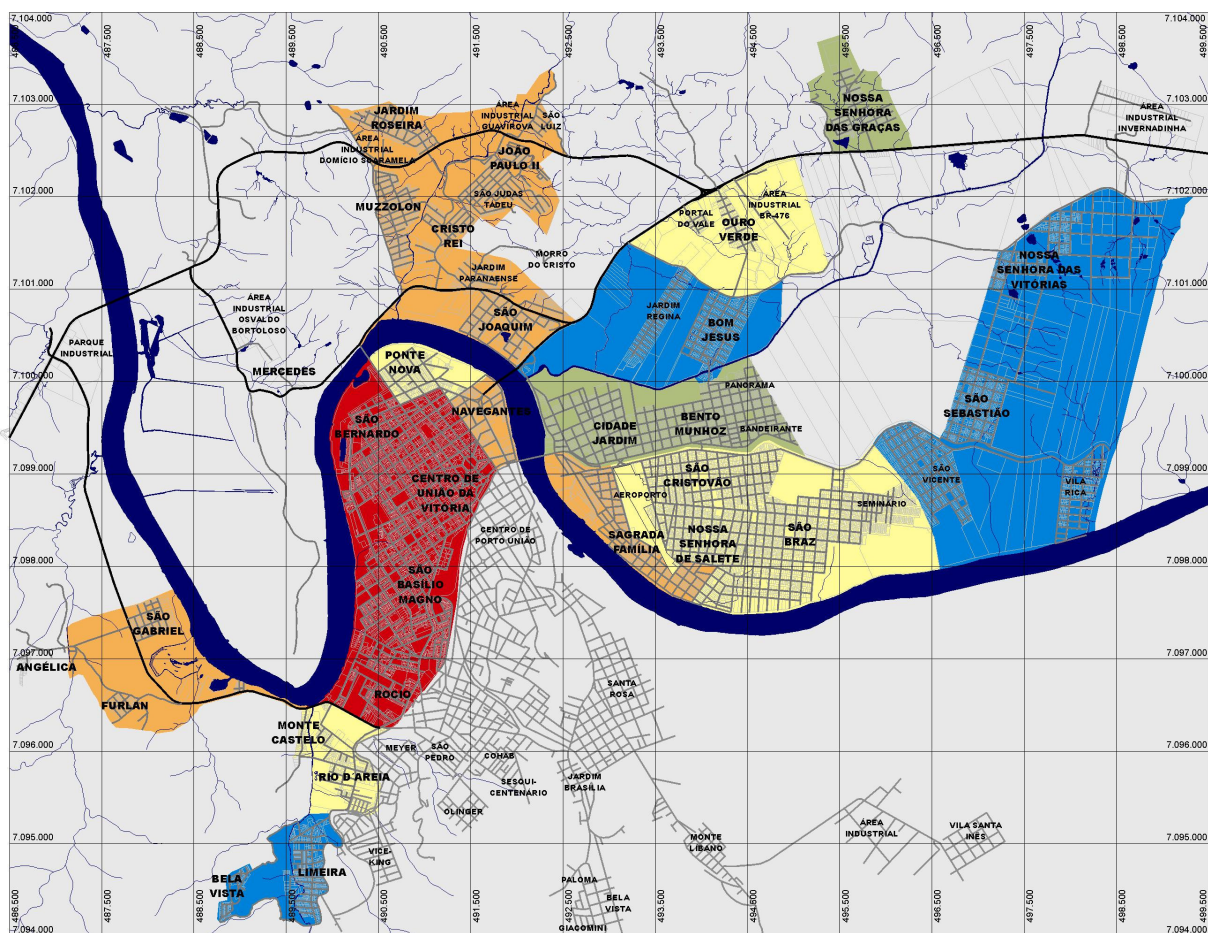
A representação espacial simplificada do quadro acima, não correspondente à Planta Genérica de Valores de União da Vitória, pode ser expressa na figura abaixo, reproduzindo a organização corriqueira do valor da terra urbana em nosso país: o valor decresce em direção à periferia, não havendo o “efeito túnel” em cidades do porte de União da Vitória¹¹⁴.

Chama a atenção a desvalorização das áreas junto ao Rio Vermelho, não ocorrendo a mesma situação com as ocupações próximas ao Rio Iguazu, levando-se em conta o valor médio dos bairros. A relativa valorização da região dos conjuntos é fruto do padrão das casas construídas por ação estatal, no geral melhor que a habitação proletária comum. Tanto nesta região como no São Gabriel os valores medianos da terra urbana escondem grandes distorções internas, convivendo regiões valorizadas e desvalorizadas no mesmo bairro.

Apesar de simplificada, a análise do valor da terra urbana apresentada explicita a forma com que a comunidade atribui status às diferentes áreas da cidade, com maior valorização do conjunto Centro/São Bernardo/São Basílio e a proximidade de ocupações mais humildes, ao longo das áreas sujeitas a inundação. Essa proximidade explica a resistência de parte dos ocupantes de áreas de risco de sair de suas localizações atuais, pois necessariamente seriam deslocadas pela ação estatal ou pelo valor da terra para bairros periféricos, distanciando-se do centro gerador de empregos e servidor de benfeitorias urbanas. Por outro lado, esta composição heterogênea contribui para o deslocamento das classes altas de Porto União da Vitória para o lado catarinense, que somando-se a legislação extremamente permissiva da cidade vizinha, coloca os planejadores locais em posição defensiva, tendo que encontrar meios de manter o interesse imobiliário no lado paranaense.

¹¹⁴ Efeito túnel ocorre em cidades de grande porte quando o transporte coletivo possui maior importância na vida da comunidade. Neste caso, o valor da terra varia a partir das estações, onde se forma uma nova centralidade comercial, pois a população neste caso está mais próxima desta benfeitoria urbana do que outra ocupação localizada entre ela e o centro da cidade, que não possui uma estação de transbordo.

Figura 26
Croqui simplificado do valor da terra urbana de União da Vitória, 2007
Cores quentes com maior valor venal



Fonte: União da Vitória, Município de. Planta Genérica de Valores.
Elaborado pela Consultoria, 2007.

3.4.10 OCUPAÇÕES IRREGULARES

Prancha 24

Ocupações Irregulares. O suporte natural específico de União da Vitória não permite que seja analisada a questão das ocupações irregulares juntamente com a análise das áreas de risco, apesar da maior parte das áreas com situação legal irregular também oferecer alguma espécie de risco para seus ocupantes. As grandes enchentes do final do século XX contribuíram efetivamente para redução das áreas de favelas que a cidade possuía, apesar de não ter contribuído na medida necessária para desocupação de lotes legais em áreas sujeitas a inundações de tempo de recorrência curto.

Segundo dados do Plano Georreferenciado de 2002, a cidade possuía naquela ocasião pouco mais de 450 famílias residentes em favelas, correspondente à quase 4% do total de domicílios da cidade. Em 2007, pode-se chamar de favelas na acepção original da palavra, no sentido da não existência de propriedade da terra e de implantação de um sistema viário próprio, desarticulado do entorno, apenas a ocupação do final da Rua Cruz Machado e a ocupação da margem esquerda do Rio D'Areia na Limeira, chegando a cerca de 100 domicílios ou menos de 1% do total. Essa realidade se deve a sucessivas ações por parte do poder público municipal tanto no sentido de ofertar habitações de interesse social quanto na relocação de famílias em situação alarmante, com destaque para as ações empreendidas sobre a favela "Pantanal" no Rio D'Areia e na ocupação a norte do João Paulo II, nos Conjuntos.

Apesar de inseridas na malha viária e em algumas vezes sobre lotes existentes do ponto de vista legal, podem ser listadas ocupações irregulares com concentração de habitação sub-normal em outras áreas da cidade, como exposto no quadro abaixo. Apenas a região do Monte Castelo apresenta irregularidade de situação fundiária e risco de escorregamento, apesar do risco se

relacionar ao morro que existe atrás das habitações, já rachado há alguns anos. Os conjuntos de habitação precária, totalizando pouco mais de 200 domicílios ou 1,5% do total de famílias da cidade.

Quadro 47
Principais Conjuntos de Habitação Precária de União da Vitória, 2007

<i>Ocupação</i>	<i>Condição</i>	<i>Unidades estimadas</i>
Final da Rua Cruz Machado	Situação irregular em APP e risco de inundação	50
Margem esquerda do Rio D´Areia (Limeira)	Situação irregular em APP e risco de inundação	50
Sagrada Família (junto à Olaria)	Situação irregular em APP e risco de inundação	20
Cidade Jardim (próximo ao Rio Vermelho)	Situação irregular em APP e risco de inundação	35
Auto-via João Paulo Reolon	Situação irregular em APP e risco de inundação	25
Monte Castelo	Situação irregular em APP e risco de escorregamento	25
Total		205

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

Podem-se citar ainda situações onde não há precariedade das construções, mas irregularidade da propriedade da terra, como na porção leste do bairro Rio D´Areia, onde foi ocupada a faixa da ferrovia tanto do lado paranaense como catarinense. A associação de moradores desse bairro também mencionou o fato de que grande parte das famílias reassentadas após a relocação da Favela Pantanal não ter recebido documentação da nova área, a cargo da empresa municipal de habitação. Todo o bairro da Bela Vista também apresenta irregularidade na documentação, além de uma inserção urbana pitoresca, isolada de todo restante da mancha urbana. Apesar disso é difícil falar na possibilidade de relocação dessas famílias, em função dos investimentos públicos e privados já realizados no local. O total estimado de famílias com demanda de ações de regularização fundiária gira em torno de 300 famílias.

Ocupações em área de risco. As ocupações em áreas de risco merecem um destaque em relação às ocupações irregulares em função de seu porte e de sua relação com a história e cultura local. União da Vitória foi fundada e se desenvolveu até a posição de pólo regional que possui hoje em função do Rio Iguaçu, curso d´água que em função de sua vazão extravasa periodicamente pelas áreas baixas justapostas a seu vale. Os ciclos do tropeirismo e da navegação aproximaram a cidade do rio, mesmo com o incômodo recorrente causado pelas cheias, ficando a maior parte das áreas altas centrais do lado catarinense após o Tratado de Limites de 1916. O lado paranaense formou uma centralidade artificial próxima à igreja católica, a poucos metros da antiga vau e do antigo porto, mantendo estas áreas dentro do contexto urbano. As grandes enchentes de 1983 e 1992 conseguiram fazer a comunidade entender os riscos trazidos pela excessiva proximidade do rio, fazendo com que muitas vezes fossem ocupadas encostas íngremes, onde fica claro que não há risco de inundação. Mesmo com os prejuízos das últimas cheias do século XX, criou-se uma certa resistência de algumas comunidades ligadas de forma mais forte às margens do Iguaçu de não aceitar a necessidade de relocação e mesmo negar a recorrência das enchentes, atrelando os momentos difíceis passados à falta de gestão da Copel no controle da barragem da Usina de Foz do Areia. Esta realidade foi verificada de forma contundente no bairro Navegantes e de forma mais sutil entre a população do Ponte Nova, São Bernardo e São Basílio Magno. Curiosamente, nas áreas atingidas pela extravasão do Rio Vermelho, em geral menos valorizadas, a população revelou ter consciência dos riscos, em especial nas porções mais ao norte do Panorama e Cidade Jardim.

De acordo com o levantamento de usos urbanos de 2007, residiam dentro de áreas com recorrência de inundação de menos de 5 anos cerca de 500 famílias. Dentro das faixas com tempo de recorrência de 5 a 10 anos e de 10 a 25 anos haviam ainda mais 230 e 620 famílias, respectivamente. Considerada esta última faixa como definidora do risco evidente de inundação nas próximas décadas, é possível dizer que 1.350 domicílios ou mais de 10% da população convivem com a possibilidade de ter que sofrer as consequências de uma enchente de grande porte.

Em função desse risco, cresceu a partir da década de 90 a ocupação de áreas sujeitas a escorregamentos, em função da declividade do terreno. As ocupações de maior porte nessa situação situam-se na região leste dos Conjuntos (ação estatal), no Monte Castelo (ocupação irregular) e em loteamentos com ocupação ainda reduzida como o Muzzolon e o Angélica. De acordo com estimativa baseada no levantamento de usos urbanos de 2007 cerca de 100 famílias residiam em áreas com risco de escorregamento e mais pelo menos 60 lotes baldios poderiam ser encaixados nesta situação.

3.4.11 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Prancha 24

Produção Histórica. A produção histórica de habitação de interesse social de União da Vitória é significativa, somando pouco mais de 1.500 unidades habitacionais construídas por ação estatal e cerca de 750 lotes urbanizados, correspondente a 17% do total da população da cidade.

Em sua maioria estas ações estão concentradas na região entre o Morro do Cristo e o Morro de Dona Mercedes, tanto que a região é conhecida pela população pelo nome de “Conjuntos”. Realmente, se computados todos os empreendimentos realizados neste local, foram mais de 950 casas, ao longo de duas décadas de ação, ofertando além das construções em si, infraestrutura, serviços e equipamentos públicos necessários.

Além da região dos conjuntos há iniciativas pioneiras na “Ferradura” e na região de São Cristóvão, onde foi implantado o último grande conjunto, entre o São Braz e o São Sebastião, onde a Prefeitura dispõe de áreas para construção de maior número de unidades.

Na região sul da cidade foi realizada a construção de casas apenas no São Gabriel, mas as ações na área de habitação na forma de oferta de lotes urbanizados e relocação de ocupações irregulares atingem a maior parte da população dessa macrozona. Além da relocação da favela Pantanal mencionada anteriormente, para lotes não totalmente regularizados até hoje no Rio D’Areia, o poder público municipal coordenou a utilização da área onde hoje se insere todo o bairro da Limeira, com mais de 630 lotes. Vale ressaltar que apesar da validade da ação, a posição do empreendimento em relação ao restante da cidade e a permissão para ocupação de áreas muito próximas ao Rio D’Areia trazem à municipalidade novos problemas a sanar, gerando novas demandas a partir de uma ação que ela mesmo empreendeu.

Quadro 48
Produção Histórica de Habitação Social Urbana em União da Vitória

<i>Nome do empreendimento</i>	<i>Macrozona</i>	<i>Ano de implantação</i>	<i>Número de unidades</i>
São Bernardo	“Ferradura”	1958	50
Bento M.R. Neto	São Cristóvão	1978	138
Cristo Rei	Conjuntos	1979	200
João Paulo II	Conjuntos	1981	341
União da Vitória	---	1982	3
União da Vitória	---	1983	2
Vitalina Cardoso	Conjuntos	1987	53
Jacira M.Anibeli	Conjuntos	1988	50
São Judas Tadeu	Conjuntos	1988	53
Alto Paraíso	Conjuntos	1988	50
União da Vitória	---	1988	3
FICAM	---	1988	26
IV CEF – Carlos Guth	Conjuntos	1993	95
São Gabriel	Sul	1995	14
Moradias Vitória II	Conjuntos	1997	39
Moradias Vitória I	Conjuntos	1997	52
Lote isolado	---	1998	1
Moradias Cristo Rei	Conjuntos	1998	10
Moradias Alto Paraíso	Conjuntos	1998	9
Moradias Lagoa Dourada	São Cristóvão	2000	88
Lote isolado	---	2001	6
Casa do Zelador	---	2005	8
Conjunto Panorama	São Cristóvão	---	216
Produção total			1.507

Fonte: COHAPAR, *Produção Habitacional por Município*, 2007.
Disponível no site www.pr.gov.br/cohapar, consulta em março de 2008.

Demanda Estimada. A demanda por habitação estimada para 2007 deve levar em conta não apenas a necessidade de relocação das ocupações irregulares com habitações precárias e as ocupações sobre áreas de risco de inundação e escorregamento iminente, mas também o atendimento das famílias em adensamento excessivo e co-habitação familiar¹¹⁵.

No caso de União da Vitória, além do grande número de famílias situadas abaixo da cota de inundação de recorrência de 5 anos, situação que não permite outra solução senão a relocação, há grande peso nos índices de adensamento excessivo e da co-habitação familiar, representativos da pobreza de boa parte da população. Somados os diversos componentes da demanda por habitação social, o número de unidades que devem ser construídas com apoio ou financiamento estatal chega a 1.845, cerca de 13,8% do total de famílias da cidade, sem computar o incremento no número de famílias com renda de 1 a 3 S.M que todo ano vem a se somar nesta lista de espera.

Quadro 49
Demanda por habitação de interesse social urbana em União da Vitória - 2007

<i>Situação atual</i>	<i>unidades urbanas</i>
Áreas de Risco - alagamento	500
Áreas de Risco - escorregamento ¹¹⁶	50
Sub-habitação	205
Adensamento excessivo	790
Co-habitação familiar	300
<i>Demanda total</i>	<i>1.845</i>

Fontes: Cohapar, Atlas das Necessidades Habitacionais do Paraná. Curitiba: Cohapar, 2000
Visitas a Campo. Organizado pela Consultora, 2007.

Os números da lista de espera da Companhia Municipal de Habitação corroboram os dados expostos no Quadro 49, com 1.368 famílias cadastradas, uma vez que grande parte dos ocupantes de áreas com risco de inundação não considera a possibilidade de mudança de endereço. As famílias interessadas em participar dos programas municipais estão espalhadas por todos os bairros da cidade e até da vizinha Porto União, indicando a possibilidade de ações pulverizadas de acesso à terra. Apenas a demanda dos bairros da Região Sul (cerca de 150 famílias) parece depender da abertura de novas ruas para abrigar as unidades, sendo o restante passível de atendimento dentro dos lotes baldios existentes nos bairros onde já residem os interessados.

O Quadro 50 traz o número de cadastrados de acordo com a renda e tipo do imóvel de interesse, revelando significativa aceitação da opção por apartamentos.

Quadro 50
Cadastro de interessados em programas habitacionais em União da Vitória - 2007

<i>Renda Familiar</i>	<i>interessados em apartamentos</i>	<i>Interessados em casas</i>
Abaixo de R\$ 300,00	08	247
Entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00	27	257
Entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00	34	137
Entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00	34	114
Entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00	42	147
Entre R\$ 800,00 e R\$ 1.000,00	32	65
Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00	181	53
Acima de R\$ 2.000,00	10	--
<i>Demanda total</i>	<i>368</i>	<i>1.020</i>

Fontes: CIAHAB (Ofício 182-A/2007), 2007. Organizado pela Consultoria.

¹¹⁵ Adensamento excessivo é quando há muitos moradores em relação às dimensões da casa. A Cohapar utiliza o número de mais de 3 pessoas por dormitório para caracterizar esta situação. Co-habitação familiar é quando há mais de uma família residindo na mesma casa.

¹¹⁶ Considerando apenas as residências com maior risco, correspondente a todo Monte Castelo e mais cerca de 20 casas nos Conjuntos e no Loteamento Angélica.

3.5

AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

3.5.1 REDE DE TRANSPORTES MUNICIPAL

Prancha 25

Rede Rodoviária Estadual e Federal. União da Vitória ocupa uma posição estratégica na malha rodoviária do sul do Brasil com ponto de comunicação entre o eixo São Paulo-Curitiba com as regiões oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em função da junção da PRT-153 (Rodovia Transbrasiliana) com a rodovia BR-476 (ligação com Curitiba). Esta posição pode ser reforçada em caso de implantação do trecho da rodovia planejada BR-466, interligando diretamente União da Vitória à Guarapuava.

Além disso, a polaridade exercida pela cidade de Porto União da Vitória na região e a barreira formada pela Serra da Esperança/Rio Iguazu permitem que o município também comporte estradas estaduais de menor porte, interligando a cidade e municípios vizinhos. Este o caso das estradas PR-447, que liga a capital regional à Cruz Machado, desempenhando importante papel de comunicação intramunicipal por cortar o território no sentido noroeste e estruturar a maior parte da região de terras pouco dobradas. O Quadro 51 traz as principais características das rodovias que cortam o município de União da Vitória.

Quadro 51

Características das Rodovias Estaduais e Federais que cortam o Município de União da Vitória

Rodovia	Percurso relacionado	Dimensão no Município (km)	Tipo de Pavimentação
PRT-153	Curitiba/São Paulo – oeste Rio Grande do Sul/Santa Catarina	27,4 ¹¹⁷	asfáltica
PR-447	União da Vitória – Cruz Machado	28,6	asfáltica

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

No lado catarinense, destaca-se a BR-280 que corta todo o norte do estado e interliga Porto União da Vitória à BR-101 e ao porto de São Francisco do Sul. Entre as rodovias estaduais que partem de Porto União possui maior importância à SC-302, que a comunica com a porção centro-oeste do estado através da cidade de Caçador.

Rede Rodoviária Municipal. Quanto às estradas municipais, apenas parte do percurso até a localidade de Rio Vermelho (cerca de 3.800 m) e o pequeno trecho que liga a PR-447 ao distrito de São Domingos (cerca de 300 m) possuem pavimentação. Porém, como grande parte do município é formado por regiões de serra, com população reduzida e produção florestal, pode-se dizer que a pavimentação da rede municipal é adequada, sendo necessário apenas alguns quilômetros adicionais na região de Rio Vermelho, pequenos percursos a partir de São Domingos e a implantação de um sistema de vias peri-urbanas, interligando as comunidades do cinturão verde à cidade.

De forma geral a rede de estradas rurais municipais apresenta boas condições, em especial nos trechos que ligam as principais comunidades, quase totalmente em áreas pouco dobradas. Nestas regiões há grande quantidade de transposições de cursos d'água, quase todas na forma de tubulações simples. As pontes localizadas nestas áreas baixas são praticamente todas de concreto.

Nas áreas mais dobradas do norte e leste do município as estradas possuem manutenção menos freqüente, em função da menor população atendida. Nestes locais, a utilização das estradas para escoamento da produção florestal e as altas declividades das rampas tendem a deixar maiores prejuízos para a conservação.

¹¹⁷ Cerca de 12,8 km como divisa entre o município de União da Vitória e o município de Porto Vitória.

3.5.2 PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM URBANAS

Prancha 26

Pavimentação Urbana. A análise da pavimentação urbana de União da Vitória tem que levar em conta a quantidade relativamente grande de ruas não abertas efetivamente, apesar de estarem presentes no cadastro técnico e existirem do ponto de vista legal. Do total de quase 374 km de ruas existentes oficialmente na área urbana, apenas 344,45 km estão abertas, em função da desocupação de áreas sujeitas e inundações recorrentes e da não necessidade de maior densidade viária em áreas periféricas de ocupação esparsa ou mesmo semi-rural¹¹⁸. Há dois casos específicos de loteamentos não implantados, o Jardim Ovídia e parte do Seminário, ambos na região leste, onde será possível futuramente contabilizar suas ruas dentro da demanda por pavimentação. No Muzzolon, durante o levantamento de campo estavam sendo abertas a maior parte das ruas, apesar de constar no cadastro técnico da Prefeitura Municipal de União da Vitória aprovação datada de 1983.

Se consideradas apenas as ruas abertas em 2007 a pavimentação urbana atinge 38,5% do total, com predominância do uso de poliedro como revestimento. Na região central praticamente todas as ruas possuem pavimentação asfáltica, tendo recebido recentemente recape nas vias de maior fluxo.

Quadro 52

Extensão e percentual de cobertura de pavimentação de União da Vitória, 2007

<i>Local</i>	<i>Dimensão (quilômetros)</i>	<i>Porcentagem do total</i>	<i>Porcentagem das vias abertas</i>
Vias com pavimentação	132,55	35,5%	38,5%
Vias sem pavimentação	211,90	56,7%	61,5%
Total	344,45	92,2%	100,0%

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

Do ponto de vista espacial, a distribuição da pavimentação urbana é desigual, mas coerente. Na região central, apenas ruas situadas em áreas sujeitas a inundações frequentes não são pavimentadas, seguindo uma orientação clara e não investir nas áreas que possivelmente um dia serão desocupadas. Nos Conjuntos, a grande cobertura de pavimentação é garantida pela boa densidade proveniente da forma de ocupação, somada a renda média e homogênea que permite participação dos proprietários na implantação dessa benfeitoria. No São Cristóvão onde a demanda é grande em função da grande quantidade de loteamentos antigos, apenas a região de ocupação pioneira a leste do aeroporto possui uma certa concentração de ruas pavimentadas. No restante do compartimento as ruas pavimentadas correspondem apenas àquelas que possuem função dentro do sistema viário, numa lógica de atender o máximo de pessoas possível e privilegiar rotas do transporte coletivo.

Os números da cobertura de pavimentação urbana contrapostos a condição social da maior parte da sociedade e dos índices de ocupação dos terrenos urbanos leva a um cenário onde dificilmente será possível levar esta benfeitoria a totalidade da população. Neste sentido parece claro que sejam tomadas medidas para que os agentes parceladores do solo urbano venham a participar desse investimento e que medidas para a redução do sistema viário como um todo, como desafetação de ruas dentro de áreas de inundações já desocupadas e reversão de loteamentos nunca implantados possam ser feitas de forma a não criar novas demandas desnecessárias.

Sinalização Viária e Mobiliário Urbano. A região central de União da Vitória apresenta sinalização viária adequada, tanto no que se refere à sinalização orientativa quanto informativa. Nos demais bairros a sinalização se resume às vias com maior importância dentro do sistema viário, mantendo padrão visual semelhante ao verificado na região central. Ao longo do eixo rodoviário que contorna a cidade a sinalização viária segue o padrão das rodovias federais, com um bom número de placas informativas das entradas dos loteamentos que acessam por esta via.

De modo geral verifica-se apenas situações pontuais onde a sinalização viária poderia ser melhorada, em especial na parte do São Cristóvão da ponte Machado da Costa (onde deveria ser mais clara a necessidade de se fazer uso da outra ponte no caso de percurso bairro-centro) e em algumas ruas de mão única do Centro. A marcação das vagas de estacionamento na região central é efetiva, em especial na regulamentação de espaços para motocicletas em quase todas as quadras.

¹¹⁸ Este segundo caso pode ser verificado nos loteamentos São Vicente, Vila Rica, Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora das Vitórias, na região de São Cristóvão. O primeiro caso é mais comum na região de Cidade Jardim, Bento Munhoz, Jardim Regina e Bom Jesus, junto ao Rio Vermelho e Sagrada Família, junto ao Rio Iguaçu.

O mobiliário urbano é mais restrito às praças, não sendo comum a presença de lixeiras na maior parte das ruas. Nos parques ao longo do Iguazu, implantados em parceria com a Copel, o mobiliário se encontra deteriorado pela ação do tempo e de vândalos, motivo pelo qual a prefeitura municipal estuda a possibilidade de renovação das áreas. Durante a elaboração do Plano Diretor foi notícia a depredação do paisagismo recém-implantada no Morro do Cristo, levando-se a considerar a necessidade de ações efetivas para evitar este tipo de acontecimento, com envolvimento da sociedade tanto no aspecto educacional quanto no auxílio nas ações de segurança pública.

Drenagem Urbana. Em função das características do sítio urbano de União da Vitória, com a proximidade com grandes rios, presença de áreas onde naturalmente predominavam várzeas e o microclima urbano marcado pela grande umidade, a drenagem urbana acaba por assumir grande importância na rede de infraestrutura. A seqüência de grandes enchentes nos anos 80 e 90 levaram a comunidade a desocupar as áreas mais sujeitas a inundação, deixando se ser corriqueiro na ocupação urbana a presença de canais permanentemente drenantes.

Na região central foi canalizada a maior parte dos pequenos cursos d'água que cortavam a "ferradura" restando menções históricas a rios que saíam das proximidades da linha férrea para o Navegantes e trechos de nascentes parcialmente drenados no São Bernardo e São Basílio Magno.

A drenagem viária praticamente acompanha a cobertura de pavimentação de ruas, não sendo comum a utilização de redes nas áreas sem pavimento, com uso de "bocas de leão". Dessa forma, pode-se dizer que cerca de 40% da área urbana possui rede de drenagem pluvial, não conseguindo representar um sistema eficiente para redução das cheias também em função da dificuldade de extravasão dos corpos receptores, em especial o Rio Iguazu e o Rio Vermelho.

Estes rios, somados ao Rio D'Areia e Rio Guabiroba formam a estrutura básica de macro-drenagem urbana de União da Vitória, todos com baixas declividades no leito. Enquanto o Rio Iguazu possui uma bacia extremamente extensa, sem possibilidades de sistema de regulação pontual, os demais rios possibilitam que sejam realizadas ações específicas em suas porções urbanas e rurais, com intuito de reduzir os picos de enchentes, principalmente por possuírem em suas bacias áreas de grande declividade (rápido escoamento) e difícil vazão nas regiões de foz.

3.5.3 REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prancha 27

Energia Elétrica. O consumo de energia elétrica no município atinge um total de 123 MWh, sendo sua maior parte utilizada para fins industriais. O total de 339 consumidores industriais (1,8% do total de consumidores) utilizam 57,0% do total de energia consumida no município através do sistema concessionado, sendo visível que em zona rural parte das atividades utiliza micro-centrais hidrelétricas próprias para satisfazer sua demanda.

Para uso residencial pode-se dizer que praticamente toda a população possui acesso à rede de energia elétrica. Os números obtidos junto à Copel, expostos no quadro abaixo, mostram que o número de ligações residenciais urbanas supera em cerca de 10% o número de domicílios encontrados em 2007 na cidade, o que indica a possibilidade de unidades comerciais estarem computadas como uso residencial ou que parte de unidades residências localizadas em Porto União estejam computadas no lado paranaense, em função de compartilharem a mesma rede.

As ligações rurais também excedem o número de domicílios nesta condição, com 160 ligações (15,6%) que provavelmente possuem uso não residencial.

Quadro 53

Consumo e Número de Consumidores de Energia Elétrica em União da Vitória, 2007

<i>Categoria</i>	<i>Consumo (MWh)</i>	<i>%</i>	<i>Consumidores</i>	<i>%</i>
Residencial	25.298	20,5%	15.075	82,1%
Industrial	70.371	57,0%	339	1,8%
Comercial	15.148	12,3%	1.658	9,0%
Rural	2.326	1,9%	1.022	5,6%
Outras classes de ligação	10.195	8,3%	275	1,5%
Total	123.338	100,0%	18.369	100,0%

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

a partir de dados de IPARDES, *Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória*. Curitiba: Ipardes, 2007.

Iluminação Pública. Pode-se dizer que praticamente todas as ruas com ocupação efetivamente urbana de União da Vitória possuem acesso a rede de iluminação pública, revelando, em função dos dados da tabela abaixo, uma quantidade significativa de vias de caráter semi-rural existente entre os loteamentos, acima de 20 km. A análise da Prancha 27 mostra claramente estas estradas sem iluminação pública nas regiões mais periféricas, indicando a necessidade de se repensar a forma de urbanização das áreas rurais em volta da cidade, pois apesar dos usos junto a estas vias não demandar uma iluminação pública efetiva, este é o trajeto de pessoas residentes nos loteamentos distantes, que enfrentam diariamente a insegurança de transitar pela escuridão ao retornar para suas moradias.

O índice de cobertura da rede de iluminação pública urbana de União da Vitória alcança 92,48%, descontados os trechos essencialmente rodoviários, que não possuem uma iluminação implantada. Os 15,6 km de contorno e acesso rodoviários necessitam de iluminação específica, marcando para o viajante que apenas passa ao largo da cidade, a necessidade de se dobrar a atenção para fluxos urbanos, existentes em função da série de loteamento que utilizam a rodovia como acesso.

Quadro 54

Extensão e percentual de cobertura de iluminação pública de União da Vitória, 2007

Local	Dimensão (quilômetros)	Porcentagem do total	Porcentagem das vias abertas
Vias com iluminação	304,13	84,92%	92,48%
Vias sem iluminação	24,72	6,90%	7,52%
Total	328,85¹¹⁹	91,82%	100,0%

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2007.

De forma geral a qualidade da iluminação pública de União da Vitória é satisfatória, tanto no que se refere à intensidade da iluminação quanto à distância entre os braços existentes. Não há diferenciação da iluminação pública de acordo com a função da via no Sistema Viário Urbano.

3.5.4 SANEAMENTO

Pranchas 29, 30 e 31

Abastecimento de Água Potável. A rede de água potável de União da Vitória acessa a praticamente toda a população urbana, através de rede concessionada à Companhia de Saneamento do Paraná, que também opera na cidade catarinense de Porto União. Da mesma forma do que no número de ligações de energia elétrica, o número de unidades residenciais atendidas supera o número de domicílios encontrados na Contagem Populacional de 2007, apesar de neste caso o excedente não chegar a 4%. Além dos motivos levantados no caso da rede de energia elétrica, pode ocorrer no caso das ligações residenciais excedentes de água potável que porções peri-urbanas estejam se servindo da rede urbana.

Na avaliação das ligações industriais fica claro que a maior parte das indústrias faz uso de outra forma de fornecimento, pois apenas 31% das 339 unidades que fazem uso da rede de energia elétrica também utilizam a rede de água potável.

Quadro 55

Abastecimento de Água na Área Urbana de União da Vitória, segundo a categoria, 2007

Categoria	Unidades Atendidas	Número de Ligações
Residencial	14.233	12.637
Industrial	108	105
Comercial	1.240	910
Utilidade Pública	123	123
Poder Público	129	129
Total	15.833	13.904

Fonte: IPARDES, *Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória*. Curitiba: IparDES, 2007

¹¹⁹ No cálculo a iluminação pública desconsiderou-se como vias urbanas os cerca de 15,6 km de padrão rodoviário, desde a entrada do Angélica na Auto Via João Paulo Reolon por todo o percurso do contorno rodoviário, até a entrada do Nossa Senhora das Vitórias (Baú).

Na zona rural de União da Vitória existem apenas três microsistemas de abastecimento de água potável, nas comunidades de São Domingos, Rio Vermelho e Colônia Soldado. As duas primeiras representam as principais comunidades rurais do município, onde se concentram os equipamentos públicos e a população, enquanto o terceiro sistema abrange população em condição peri-urbana, a nordeste do quadro urbano de União da Vitória.

A ampliação do acesso à rede de água potável, que segundo dados do Censo Demográfico de 2000, chegava à 87,4% da população total do município (8% acima do encontrado pelo Censo de 1991), ainda esbarra na pouca densidade demográfica da região da Serra da Esperança. Das famílias que não acessam redes de água potável, 88% (11,2% do total) fazem uso de poços ou nascentes na propriedade e apenas 12% (1,5% do total) obtém água potável de formas não adequadas.

Esgoto. O acesso à rede de esgoto sanitário é um dos principais problemas urbanos da cidade de União da Vitória¹²⁰. Segundo a Sanepar cerca de 26% das residências urbanas estão interligadas ao atual sistema, com redes distribuídas pelos bairros de Navegantes, Ponte Nova, São Bernardo, São Basílio Magno, Centro, Bento Munhoz, Cristo Rei de João Paulo II.

Destes apenas os bairros de Navegantes e João Paulo II apresentam cobertura de rede próxima a total, ficando evidente na análise da Prancha 30 a existência de ruas não servidas em meio a bacias hidrográficas com rede já implantada.

O sistema de tratamento de esgoto é composto de 3 estações do tipo RALF, sendo uma no bairro São Bernardo e duas nos Conjuntos. Segundo os representantes da Associação de Moradores do São Bernardo, a ETE implantada no local é inoperante, somando o mau cheiro ao despejo de dejetos diretamente no Rio Iguaçu.

No Bento Munhoz a verificação de despejo de efluentes diretamente no Rio Vermelho não precisou do testemunho de moradores vizinhos, tendo sido apresentado, sem maiores comentários, no mapa fornecido pela própria empresa concessionária.

Quadro 56
Cobertura de Esgoto Sanitário na Área Urbana de União da Vitória, segundo a categoria, 2007

<i>Categoria</i>	<i>Unidades Atendidas</i>	<i>Número de Ligações</i>
Residencial	3.608	2.564
Industrial	13	14
Comercial	749	453
Utilidade Pública	30	30
Poder Público	47	47
Total	4.447	3.108

Fonte: IPARDES, *Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória*. Curitiba: IparDES, 2007

Em função do predomínio de áreas úmidas, com lençol freático praticamente aflorante, a solução de esgotamento por fossas é impraticável em grande parte da área urbana, resultando em algumas regiões do São Cristóvão em solução por valas nas laterais das ruas com esgoto a céu aberto. A comparação entre os números apresentados pela Sanepar e os números obtidos no Censo de 2000 trazem uma conclusão alarmante: como o censo classifica da mesma forma a ligação em rede de águas pluviais e rede de esgoto, estima-se que cerca de 3.000 residências despejem seu esgoto diretamente nas redes de drenagem¹²¹. Além disso, outros 0,8% declararam jogar diretamente seus efluentes domésticos nos rios ou lagos, enquanto o total de esgoto despejado em valas, como na foto abaixo, atinge 2,9% (quase 400 residências).

¹²⁰ Nas reuniões de consolidação da Análise Temática Interada do Plano Diretor, em dezembro de 2007, este fato foi ressaltado por praticamente todos os representantes de associações de moradores presentes. Além da inegável baixa cobertura da rede, pode-se atribuir a disputa judicial entre a Sanepar e as prefeituras de União da Vitória e Porto União pelo controle da concessão de água e esgoto, que atingiu seu ápice na virada do ano.

¹²¹ Conforme dados do Censo de 2000 expostos no Caderno de Informações da Saúde (Datasus/Ministério da Saúde), 48,5 % das residências de União da Vitória fazem uso das redes de águas pluviais ou esgoto sanitário.

Figura 27
Vala de Drenagem Pluvial no
Bairro Sagrada Família



Fonte: Consultoria, 2007.

Figura 28
Despejo de Esgoto na Vala de Drenagem
Pluvial no Bairro Sagrada Família



Fonte: Consultoria, 2007

Na área rural do município não há sistemas de coleta e tratamento de esgotos, o que não acarreta problemas relevantes em função da baixa densidade populacional, mesmo em áreas de lençol d'água raso. Dos domicílios rurais, 37,5% declararam aos recenseadores no ano de 2000 despejarem seu esgoto sanitário em fossas sépticas, enquanto o restante confirmou o uso de fossas negras ou rudimentares. A quantidade de residências sem banheiro no município de União da Vitória é de 309, sendo apenas 18 localizadas em zona rural. Este tipo de solução precária para as necessidades básicas de higiene doméstica, incomum nas áreas urbanas, atinge maior grau em regiões do Rio D'Areia, Cidade Limeira e Bela Vista, na região sul da cidade.

Segundo a Prefeitura Municipal de União da Vitória já foi realizado programa de implantação de módulos sanitários na região de São Domingos.

Coleta de Lixo. A coleta de lixo urbana de União da Vitória é realizada por empresa terceirizada Ecovale – Tratamento de Resíduos Urbanos. A empresa realiza coleta de lixo na região do Centro, São Bernardo, Navegantes e Ponte Nova diariamente e trissemanal no restante da área urbana, além de coleta semanal na sede do distrito de São Domingos. A coleta é dividida em 6 setores, conforme quadro abaixo e Prancha 31.

Quadro 57
Itinerário da Coleta de Lixo de União da Vitória, 2007

<i>Setor</i>	<i>Bairros Atendidos</i>	<i>Coleta normal</i>	<i>Coleta seletiva</i>
Centro	Centro, São Bernardo, Navegantes e Ponte Nova.	diária (exceto domingo) / noturno	segunda e sexta horário noturno
São Cristóvão 1	Sagrada Família, Nossa Senhora das Graças, Ouro Verde, Passo do Iguacu, Bento Munhoz, Bom Jesus, Panorama, Mallon e Cidade Jardim.	segunda, quarta e sexta / diurno	segunda e sexta horário diurno
São Cristóvão 2	São Sebastião, São Braz, Nossa Senhora de Salete, Lagoa Dourada, Vila Rica e Baú.	segunda, quarta e sexta / diurno	terça e quinta horário diurno
Conjuntos	São Joaquim, Morro do Cristo, Cristo Rei, João Paulo II, São Luis, Jardim Roseira, Muzzolon, Dona Mercedes, São Gabriel, Loteamento Angélica, Furlan e Monte Castelo.	terça e quinta e sábado / diurno	sábado horário diurno
Limeira	Bela Vista, Barreiros, Limeira, Rio D'Areia, Rocio e São Basílio Magno	terça e quinta e sábado / diurno	quarta-feira horário diurno
São Domingos	Distrito de São Domingos	quinta-feira / diurno	terça-feira / horário diurno

Fonte: Itinerário da Coleta de Lixo de União da Vitória, *Ecovale*, 2007

A coleta de lixo reciclável encontra-se atualmente em fase de planejamento e implantação em conjunto com a Secretaria Municipal de Ação Social. Assim que implantada a frequência de coleta será bissemanal na maior parte dos bairros e semanal nas regiões mais residenciais, como nos Conjuntos e na região sul da cidade. No distrito de São Domingos também haverá coleta seletiva.

Atualmente é possível identificar concentração de coletores de lixo reciclável apenas na ocupação no final da Rua Cruz Machado e alguns conjuntos menores na Cidade Limeira. Na região de São Cristóvão foi identificado acúmulo de material para reciclagem no fim do Conjunto Panorama durante as visitas a campo da consultoria.

Segundo dados Caderno de Informações da Saúde (Datusus/Ministério da Saúde), baseados no Censo de 2000, quase 90% da população total do município tem seu lixo recolhido. Quanto aos demais, praticamente todos locados em zona rural, 75% (7,6% do total) queimam seus resíduos e 20% (2,1% do total do município) enterram dentro da propriedade. Apenas 0,6% da população do município de União da Vitória admitiu jogar o lixo em terrenos baldios ou rios.

Aterro Sanitário. O aterro sanitário do município de União da Vitória localiza-se na localidade de Papuã, na região oeste do município. Apesar da situação de cidade gêmea com a catarinense Porto União, cada município possui seu aterro sanitário próprio, sendo o da cidade vizinha localizado a leste da região de Limeira.

Segundo a empresa opera o Aterro Sanitário Municipal de União da Vitória a vala que recebe os resíduos sólidos urbanos encontra-se esgotada no final do ano de 2007, necessitando da urgente implantação de nova vala¹²².

3.5.5 SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO

Pranchas 25 e 28

Transporte Coletivo Urbano. O sistema de transporte coletivo urbano de União da Vitória é operado pela empresa Auto Viação União Ltda, cuja garagem fica na Avenida Paula Freitas, no São Cristóvão. Apesar de a mesma empresa operar o sistema da vizinha Porto União, o sistema do lado paranaense foi reestruturado em 2002 para atender apenas a demanda intramunicipal, não havendo mais linhas urbanas que percorram trajetos em ambos os municípios¹²³.

Quadro 58
Linhas de Transporte Coletivo Urbano de União da Vitória, 2007

<i>Linha</i>	<i>Percurso (km)</i>	<i>Freqüência</i>
Rio D'Areia – Marechal	14,70	33 viagens/dias úteis
Rio D'Areia – Prudente	15,80	36 viagens/sábados
Rio D'Areia – Marechal – Malvinas	18,50	27 viagens/domingo
São Cristóvão	17,00	33 viagens/dias úteis
São Cristóvão – Bairro Terminal	9,90	36 viagens/sábados
São Sebastião – Normal	18,80	27 viagens/domingo
João Paulo II	12,20	20 viagens/dias úteis
João Paulo II – Via Regional	15,40	18 viagens/sábados
João Paulo II – Jardim Roseira	17,00	15 viagens/domingo
Cristo Rei – Alto Paraíso	11,50	16 viagens/dias úteis 13 viagens/sábados 9 viagens/domingo
São Braz – Caixa D'Água	20,00	14 viagens/dias úteis
São Braz – Bairro – Terminal	9,00	11 viagens/sábados
São Braz – Normal	18,00	5 viagens/domingo
Mallon – HJ	18,00	13 viagens/dias úteis
Mallon – Capimar	18,00	6 viagens/sábados 6 viagens/domingo
Panorama – Bom Jesus – Bairro – Terminal	9,00	20 viagens/dias úteis
Panorama – Bom Jesus – Normal	18,00	17 viagens/sábados 15 viagens/domingo
Total	260,8 km	390 viagens

Fonte: Elaborado pela Consultoria a partir da documentação do Edital de Concessão do Sistema de Transporte Coletivo de União da Vitória. Fornecido pela Equipe Técnica Municipal, 2007.

¹²² Ofício ECO 038/2007, de 15 de outubro de 2007, fornecido pela Equipe Técnica Municipal.

¹²³ Nos anexos do edital de licitação cita-se inclusive a antiga linha ligando o Centro ao Bairro São Gabriel (saída sudoeste da cidade), passando pelo bairro São Pedro, em Porto União.

O sistema conta com 17 linhas com diferentes percursos, apesar de na prática serem agrupadas em 7 linhas, de acordo com os bairros atendidos (conforme Quadro 58). Todas as linhas saem do conjunto de pontos de ônibus localizados me frente à Estação União, que funciona como um terminal central sem integração do sistema.

A análise da Prancha 28 revela que imensa maioria da área urbana de União da Vitória encontra-se bem servida pelo sistema de transporte coletivo atual, dentro da acessibilidade recomendada de percursos até o ponto de ônibus de 5 minutos (cerca de 330 metros). Neste sentido, cabe destacar que no percurso das linhas os pontos de ônibus encontram-se a distâncias inferiores a recomendada, em média 200 m um do outro.

Entre as áreas servidas de forma mais desconfortável ressaltam trechos do São Bernardo e Rocio (em virtude de não haver linhas urbanas sobre o eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha) e os loteamentos São Vicente e São Sebastião, no extremo leste da cidade. No caso do São Sebastião, parte de sua demanda é suprida pela linha rural que acessa a região de Baú (Vila Nossa Senhora das Vitórias), com 4 viagens/dia.

O sistema de transporte coletivo intramunicipal (rural) apresenta uma cobertura ampla, acessando todas as comunidades de porte relevante com um total de 60 viagens/dia. Apenas a linha Rio Vermelho possui freqüência de 8 viagens/dia, com as demais apresentando freqüência de 4 viagens/dia, conforme quadro abaixo.

Quadro 59
Linhas de Transporte Coletivo Urbano de União da Vitória, 2007

<i>Linha</i>	<i>Percurso (km)</i>	<i>Freqüência</i>
Correntes – Bairro – Terminal (Rio Vermelho)	14,00	4 viagens/dia
Correntes – Normal	30,00	4 viagens/dia
Barreiros – Legrú *	33,00	4 viagens/dia
Baú – Vila Olindina	34,80	4 viagens/dia
Cacique	45,00	4 viagens/dia
Rio Vermelho – Correntes	59,00	4 viagens/dia
Rio Vermelho – Rio Vermelho	50,00	8 viagens/dia
Rio Vermelho – Via São João	46,00	4 viagens/dia
Rio Vermelho – Via São José	42,00	4 viagens/dia
Rio Vermelho – Centro Social	36,00	4 viagens/dia
Pinhalão – Pinhalão	97,00	4 viagens/dia
Pinhalão – Guairá	69,00	4 viagens/dia
Guairá – Guairá	59,00	4 viagens/dia
Barra do Palmital	64,00	4 viagens/dia
Total	678,8 km	60 viagens/dia

Fonte: Elaborado pela Consultoria a partir da documentação do Edital de Concessão do Sistema de Transporte Coletivo de União da Vitória. Fornecido pela Equipe Técnica Municipal, 2007.

A análise da Prancha 25 revela a concentração de linhas nas regiões de menor declividade do município, onde se concentra a maior parte da população rural. Percebe-se que boa parte dos percursos é feita sobre estradas pavimentadas, sendo o restante do percurso sobre estradas de terra correspondente aos trechos de melhor manutenção.

Transporte Escolar. O sistema de transporte escolar de União da Vitória é operado parcialmente por veículos e funcionários próprios e parcialmente por empresa terceirizada. A frota municipal opera com cinco veículos, sendo três micro-ônibus, um ônibus e um carro de passeio, totalizando 840 km diários, transportando um total 445 alunos. A empresa terceirizada Bitur não informa o número de alunos atendidos, mas perfaz cerca de 400 km diários em duas linhas diferentes. Além das linhas exclusivas de transporte escolar (ver quadro abaixo), boa parte dos alunos é transportada pelo sistema de transporte coletivo urbano e intramunicipal, gerando uma significativa economia. São distribuídos mensalmente 356 vales-transporte para alunos rurais e 599 vales-transporte para alunos residentes em zona urbana, atendendo alunos permanentes, alunos do EJA (educação de jovens e adultos) e alunos da APADAF. Eventualmente os alunos também recebem vale-transporte para acesso à consultas com psicólogos e fonoaudiólogos.

Quadro 60
Sistema de Transporte Escolar de União da Vitória, 2007

<i>Linha</i>	<i>Veículo</i>	<i>Regiões atendidas - destino</i>	<i>Percurso diário (km)</i>	<i>Alunos transportados</i>
Linha 1	Veículo Gol	Bertazo – São Domingos	230 km	5 alunos
Linha 2	Micro-ônibus	São Cristóvão - São Sebasião Barra do Palmital/Serra – São Domingos	190 km	45 alunos
Linha 3	Ônibus	São Cristóvão – Centro Rio D´Areia - Bela Vista	190 km	300 alunos
Linha 4	Micro-ônibus	Correntes – Jardim Roseira São Luís-João Paulo II Região dos Conjuntos – São Joaquim	40 km	40 alunos
Linha 5	Micro-ônibus	Espingarda/Cacique/Trabuco – São Gabriel	190 km	55 alunos
Linha 6	Ônibus	Serra da Esperança – Rio Vermelho	290 km	não informado
Linha 7	Ônibus	Limeira - Bela Vista Limeira/Furlan – São Gabriel	110 km	não informado
Total			1.240 km	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2007. Elaborado pela Consultoria

Apesar do sistema educacional urbano de União da Vitória possuir uma boa cobertura espacial e do uso do sistema de transporte coletivo para alunos mais velhos, ainda existem dentro da cidade algumas linhas de transporte escolar. Em função da baixa densidade, os loteamentos periféricos ainda não possuem demanda suficiente para justificar os custos de novas unidades escolares, devendo realmente fazer uso do transporte escolar até sua consolidação. Porém, verifica-se na região de São Cristóvão e Limeira o tráfego de alunos de regiões servidas teoricamente (provavelmente com falta de vagas) para unidades com vagas obsoletas, indicando a necessidade de maior flexibilidade na gestão dos espaços físicos e recursos humanos disponíveis.

3.5.6 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO

Prancha 25

Telefonia Fixa. Toda área urbana de União da Vitória possui acesso à rede de telefonia fixa, num sistema integrado com a vizinha Porto União, evitando a incidência de ligações interurbanas sobre chamadas entre os dois municípios. O sistema é provido pela Brasil Telecom, que, no caso, sucede a Telepar, antiga estatal paranaense. Não há ainda funcionamento da companhia-espelho.

Na zona rural todas as principais comunidades (Rio Vermelho, Rio Vermelho São José, São Domingos, Guairá, Pinhalão e Palmital do Meio) possuem telefones públicos ou postos comunitários de telefonia.

Jornais. Conta Porto União da Vitória com dois jornais diários, cuja circulação não é apenas local, mas sim regional. O Quadro 61 trata dos principais dados dos mesmos.

Quadro 61
Jornais diários editados em União da Vitória, 2008

	Denominação	Fundação	Tiragem
1	O Comércio	1931	2.500
2	O Iguassu	n/d	3.000

Fonte: Central de Comunicação, disponível no site www.centraldacomunicacao.com.br, consultado em maio de 2008.

Além dos diários, as cidades gêmeas imprimem diversos semanários e mensários, em especial revistas emitidas pelas organizações universitárias, que, assim, divulgam resultados de pesquisas, trabalhos acadêmicos, artigos como parte de extensão universitária, entre outros.

Rádio. São quatro as emissoras de rádio de União da Vitória, sendo duas delas em amplitude modulada e duas em frequência modulada. É o caso de ressaltar que a Rádio União foi fundada na década de 1940 e foi, durante muito tempo, uma das poucas emissoras com sede em cidade do interior do Paraná.

Quadro 62
Emissoras de rádio sediadas em União da Vitória, 2008

N	Emissora	KHz/MHz
1	Rádio União	1070
2	Rádio Educadora	1480
3	Top FM	98,3
4	Verde Vale FM	94,1

Fonte: Telelistas, disponível no site www.telelistas.net, consultado em maio de 2008.

Televisão. Tem sede em União da Vitória a emissora de televisão aberta TVM (Fundação de Radiodifusão Ermindo Francisco Roveda), que opera em VHF. A TV de União da Vitória apresenta programação jornalística local.

Correios e Telégrafos. União da Vitória possui duas agências de Correios, ambas na região central. Apenas a unidade da Rua Professor Cleto possui os serviços de banco postal. O município possui quatro CEP (84.600-000, 84.600-970, 84.600-980 e 84.600-971).

3.5.7 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Pranchas 32, 33, 34, 35 e 36

Sistema de Educação. O sistema de educação de União da Vitória conta atualmente com 56 unidades, sendo 5 entidades particulares cadastradas na Secretaria de Estado da Educação. O sistema de educação pública conta em 2007 com um total de pouco mais de 11.000 alunos (21,6% da população recenseada em 2007).

Educação Infantil. O sistema de educação infantil de União da Vitória é composto por 11 unidades destinadas exclusivamente a educação infantil (CMEIs) e 22 escolas de ensino fundamental que oferecem educação pré-escolar. As matrículas se dividem em 73% (1.363 matrículas¹²⁴) em Centros Municipais de Educação Infantil e 27% em unidades de ensino fundamental (502 matrículas).

Quadro 63
Centros de Educação Infantil de União da Vitória, localização e número de matrículas

Unidade Escolar	Atividade ofertada	Localidade	Matric.
Centro Municipal Estela Venâncio Caus	Educação Infantil	São Gabriel	73
Centro Municipal Ilta L. Rodrigues	Educação Infantil	Bela Vista	136
Centro Municipal Lavinia D.R.Romanzini	Educação Infantil	João Paulo II	135
Centro Municipal Leonice Martins Hirsh	Educação Infantil	São Braz	106
Centro Municipal Maria Flenik	Educação Infantil	Rio D'Areia	229
Centro Municipal Mario Riesemberg	Educação Infantil	São Sebastião	89
Centro Municipal Odete Conti	Educação Infantil	São Bernardo	201
Centro Municipal Sagrada Família de Nazaré	Educação Infantil	Sagrada Família	113
Centro Municipal Zila P.Fernandes Luiz	Educação Infantil	Limeira	113
Centro Municipal Zuleika P.Barbosa	Educação Infantil	São Cristóvão	168
Centro Municipal Ruth Yelita Forte	Educação Infantil	Rocio	s/d
Total de matrículas			1363

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória e Núcleo Regional de Ensino – União da Vitória. Organizado pela Consultoria, 2007.

A análise da Prancha 33 mostra a ampla cobertura do sistema de educação infantil, cobrindo a maior parte das ocupações residenciais dentro de um raio de acessibilidade confortável (500 metros). Além das unidades existentes, estão elencadas no PPI 100¹²⁵ a construção de um centro de educação infantil do Jardim Panorama e um no bairro Lagoa Dourada, além da sinalização da prefeitura na construção de uma nova unidade no bairro São Joaquim¹²⁶. Além dessas três áreas, encontram-se também não servidas pelo sistema de educação infantil a região de São Basílio Magno, a parte oeste de Cidade Jardim, Nossa Senhora de Saete e partes do Muzolon e Ouro Verde, além dos

¹²⁴ Em 2008 ainda não havia dados na Secretaria de Estado da Educação sobre o CMEI Ruth Yelita Forte, no Rocio, identificado durante as visitas a campo da consultoria.

¹²⁵ Programa de obras municipal onde a comunidade de cada bairro é convidada para decidir qual obra tem maior prioridade. A maior parte das obras está em execução durante a elaboração do Plano Diretor.

¹²⁶ Conforme verificado em reunião de consolidação da análise há já ações em andamento neste sentido.

loteamentos mais periféricos, como Nossa Senhora das Graças, Furlan/Angélica e São Luís, ainda desocupados em sua maior parte.

Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). A rede de ensino fundamental básica (1ª a 4ª séries) conta atualmente com 25 unidades, sendo apenas 3 localizadas em zona rural, com uma delas de responsabilidade do Governo do Estado (Escola Estadual Indígena Manoelito Karai Lima), única que opera em regime multisseriado.

As matrículas somam 4.027 alunos, sendo cerca de 56% na forma de ciclo básico, presente em todas as 24 escolas consolidadas. O quadro abaixo mostra as escolas de ensino fundamental (1ª a 4ª séries), localização, matrículas e avaliação própria no que se refere à estrutura física e recursos humanos disponíveis atualmente.

Quadro 64

Escolas de Ensino Fundamental (1ª a 4ª) de União da Vitória, localização e número de matrículas e Avaliação quanto à Estrutura Física e Recursos Humanos

Unidade Escolar	Atividade ofertada	Localidade	Matric.	E. Física	R.H.
E. M. Professora Amelia Hobi	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Cristo Rei	112	Regular	Ótimo
E. M. Antonieta Montanari	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Basílio Magno	194	Regular	Regular
E. M. Duque de Caxias	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Gabriel	95	Regular	Bom
E. M. Clementina L.Costa	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Centro	120	Regular	Regular
E. M. Dario Bordin	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Cristóvão	174	Boa	Bom
E. M. David Carneiro	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Joaquim	102	Boa	Bom
E. M. Prof. Didio Augusto	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Limeira	297	Regular	Regular
E. M. Prof. Dille T.Capriglione	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	João Paulo II	130	Boa	Ótimo
E. M. Fruma Ruthenberg	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Cristóvão	153	Regular	Regular
E. M. Guia Lopes	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Jd. Roseira	73	Bom	Ótimo
E. M. Professora Hilda R.de Melo	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Centro	311	Regular	Regular
E. M. Padre Jacintho Pasin	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Bom Jesus	80	Boa	Regular
E. M. Padre João Piamarta	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Ouro Verde	211	Ótima	Ótimo
E. M. Professor José Moura	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Cristóvão	435	Boa	Bom
E. M. Professora Judith G.de Lima	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Rio D'Areia	292	Regular	Bom
E. M. Lina Forte	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Rio D'Areia	118	Boa	Bom
E. R. M. Interventor Manoel Ribas	Ens. Fundamental	Rio Vermelho	76	Regular	Bom
E. Estadual Indígena Manoelito Karai Lima	Ens. Fundamental	Palmital do Meio	23	não respondeu	não respondeu
E. M. Maridalva De F.Palamar	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Braz	214	Boa	Bom
E. Mun. Melvin Jones	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Cristóvão	297	Boa	Bom
E. M. Professora Miguelina H.Treuke	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	São Sebastião	148	Regular	Bom
E. R. M. Dom Pedro II	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Dist .São Domingos	126	Regular	Bom
E. M. Professor Serapião	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Centro	124	Boa	Bom
E. M. Prof. Dr. Vicente Codagnone	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Bela Vista	31	Boa	Bom
E. M. Vitória Fernandes	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Centro	91	não respondeu	não respondeu
Total de matrículas			4027		

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória e Núcleo Regional de Ensino – União da Vitória. Organizado pela Consultoria, 2007.

A análise da estrutura física das escolas realizada pelas diretoras mostra que a maioria ficou entre o conceito de regular e bom, sendo que nenhuma das responsáveis considerou inadequada a edificação que abriga sua escola. Apesar disso, a grande maioria indica a necessidade de novos espaços para abrigar atividades pedagógicas, esportivas, pátios cobertos, além de reformas gerais em especial relacionadas às instalações elétricas e telhados. A escola de Rio D´Areia demonstrou o desejo de possuir uma estrutura própria, desatrelada da estrutura da escola estadual. Durante a elaboração do plano diretor, a Prefeitura Municipal adquiriu área junto a esta escola para ampliação e implantação de quadra desportiva, sem ficar claro se será separada a estrutura física de cada unidade. Na maior parte das escolas revelou-se também um desejo importante: que banheiros e acessos sejam adaptados para o uso de deficientes físicos.

A mesma avaliação positiva receberam os recursos humanos disponíveis nas escolas municipais de União da Vitória. De forma geral as diretoras demandaram a contratação de profissionais para atividades extras-curriculares (esportivas, para contra-turno, bibliotecária) e ligadas ao acompanhamento da saúde dos alunos, como psicólogas e fonoaudiólogas. Boa parte também indicou a necessidade de auxiliares de serviços gerais, auxiliares administrativos e inspetores de alunos, profissionais que não atuam diretamente na formação dos alunos, mas que são importantes para o funcionamento da estrutura escolar como um todo.

A Prancha 34 mostra a distribuição da rede escolar voltada às séries iniciais do ensino fundamental. De forma geral pode-se dizer que a distribuição das escolas é satisfatória, apesar da existência de algumas escolas bastante próximas na região central e no Bento Munhoz. Entre as áreas não servidas dentro de um raio de acessibilidade razoável (estimado em 750 m para crianças desta idade), destacam-se áreas entre o Centro e o São Basílio Magno, a região do panorama/Bandeirantes e o São Sebastião, além dos loteamentos periféricos ainda de densidade baixa.

Na área rural a rede formada pela escola multisseriada indígena e pelas unidades de Rio Vermelho e São Domingos cobrem satisfatoriamente as regiões de maior densidade populacional, complementando-se o atendimento a população com o transporte de alunos localizados próximos à cidade para unidades urbanas.

Ensino Fundamental (5^a a 8^a séries) e Ensino Médio. Das 15 unidades estaduais que ofertam ensino fundamental de 5^a a 8^a séries, apenas duas delas não ofertam também vagas para o ensino médio. O Colégio Inocêncio de Oliveira, no São Vicente, passou a ofertar vagas de segundo grau em 2008, sendo que a unidade do bairro São Gabriel tem potencial de atingir o mesmo porte a curto prazo, o que colocaria quase toda mancha urbana de União da Vitória com acessibilidade recomendada a este tipo de equipamento de educação¹²⁷. Além da saída sul da cidade ainda não atendidas com ofertas de ensino médio, destacam-se como regiões não supridas pela rede estadual da região do Bom Jesus/Jardim Regina, a região sul da Limeira/Bela Vista e o conjunto João Paulo II/Roseira/São Luís, além dos loteamentos periféricos de ocupação rarefeita.

As Pranchas 35 e 36 mostram a localização de cada unidade escolar estadual e seus raios de abrangência recomendados. Na análise da área atendida pelos colégios de ensino médio fica patente que boa parte da cidade de Porto União, no estado de Santa Catarina, tem acesso facilitado a rede escolar paranaense.

As matrículas de ensino fundamental (5^a a 8^a séries) somam 4.038 alunos, enquanto o total de alunos matriculados no ensino médio atinge 2.286. Se computados os alunos matriculados em cursos supletivos (768 alunos no ensino fundamental de 5^a a 8^a séries e 710 alunos de ensino médio no Colégio Estadual Astolpho Macedo de Souza e no CEEBJA de União da Vitória) o total de matrículas da rede escolar estadual atinge 7.802 alunos.

O próximo quadro traz todas as escolas de ensino fundamental (5^a a 8^a séries) e ensino médio de União da Vitória, com localização e número de matrículas.

¹²⁷ Raio de acessibilidade confortável estimada em 1.000 m para alunos de ensino fundamental (5^a a 8^a séries) e de 1.250 m para alunos de ensino médio.

Quadro 65
Escolas de Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), localização e número de matrículas

Unidade Escolar	Atividade ofertada	Localidade	Matric. (5ª a 8ª)	Matric. (médio)
Colégio Estadual Adiles Bordin	Ensino Fundamental e Médio	Cidade Jardim	309	87
Colégio Estadual Astolpho Macedo Souza	Ensino Fundamental e Médio	S. Basílio Magno	202	64
Colégio Estadual Bernardina Schleder	Ensino Fundamental e Médio	Rio D'Areia	519	117
Colégio Estadual Padre Giuseppe Bugatti	Ensino Fundamental e Médio	Ouro Verde	206	50
Colégio Estadual Inocêncio de Oliveira	Ensino Fundamental e Médio	São Sebastião	157	45
Colégio Estadual José de Anchieta	Ensino Fundamental e Médio	Centro	625	333
Escola Estadual Judith Simas Canellas	Ensino Fundamental	São Gabriel	108	0
Colégio Estadual Doutor Lauro M. Soares	Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante	São Bernardo	114	229
Colégio Estadual Neusa Domit	Ensino Fundamental e Médio	São Braz	497	317
Colégio Estadual Pedro Stelmachuk	Ensino Fundamental e Médio	Cristo Rei	390	164
Colégio Estadual Rio Vermelho	Ensino Fundamental e Médio	Rural	74	34
Colégio Estadual São Cristóvão	Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante	São Cristóvão	577	489
Escola Estadual São Domingos	Ensino Fundamental	Dist. S. Domingos	97	0
Colégio Estadual Tulio de Franca	Ensino Fundamental e Médio normal	Centro	163	357
Total de matrículas			4038	2286

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória e Núcleo Regional de Ensino – União da Vitória. Organizado pela Consultoria, 2007.

Ensino Particular. Em função do porte de sua população urbana, União da Vitória abriga cinco escolas particulares, sendo três de educação infantil e ensino fundamental, uma de ensino infantil e médio e apenas uma com ofertas de vagas para todas as faixas de idade. O quadro abaixo traz as escolas particulares, sua localização e tipo de vagas que oferece.

Quadro 66
Escolas Particulares de União da Vitória, atividades ofertadas e localização¹²⁸

Unidade Escolar	Atividade ofertada	Endereço	Localidade
Escola Adventista União da Vitória	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Paraná, 319	Centro
Escola Algodão Doce	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Castro Alves, 409	Centro
Escola Coração de Maria	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua José Julio Cleto da Silva, 330	São Basílio Magno
SESI – União da Vitória	Educação Infantil e Ensino Médio	Rua Marechal Deodoro, 70	Centro
Colégio Visão	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio	Rua Primeiro de Maio, 23	Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória e Núcleo Regional de Ensino – União da Vitória. Organizado pela Consultoria, 2007.

Educação Especial. Para atendimento da educação especial, União da Vitória possui a Escola Hilda Adâmio Roveda, na região de São Bernardo. Apesar da administração ser particular, a escola recebe subvenção do município através da APAE (cerca de R\$ 1.800 reais/mensais segundo dados da Secretaria de Ação Social de outubro de 2007).

A escola possui 167 alunos em 26 turmas. Grande parte dos alunos da educação especial encontram-se já integrados a rede básica de ensino, conforme determinações do Plano Nacional de Educação.

Equipamento de Ensino Profissionalizante. Conforme se pode verificar no exame do Quadro 65, alguns colégios estaduais de União da Vitória já proporcionam aos seus alunos oportunidade de educação profissionalizante, embora não se possa afirmar estarem todos eles devidamente

¹²⁸ O Número de Matrículas não foi informado pelas escolas.

equipados para tanto, não somente por terem contratado pessoas de formação técnica para o corpo docente, como também dispõem de laboratórios adequados à prática do ensino. De qualquer modo, esse tipo de ensino está disponível para 1.075 jovens, incluindo a formação de normalistas.

Dentro de um critério *strictu sensu*, que considera ensino profissional somente aquele que é fornecido por professores com formação especial, em ambientes também especiais, União da Vitória dispõe da Escola-Oficina, situada no bairro do Rio d'Areia, com seus 174 alunos dedicados ao aprendizado de tarefas relacionadas com panificação, lavanderia, tecelagem, marcenaria e cozinha, estendendo-se desde o ensino fundamental até o nível médio. Dentro do mesmo critério, conta ainda com o COLTEC (Colégio Técnico mantido pela universidade municipal, a UNIUV), entidade de razoável porte, com seus 20 laboratórios específicos, formando técnicos de todos os ramos para o mercado de trabalho local e preparando inclusive para o ingresso em cursos técnicos de nível superior. Por outro lado, os Serviços Nacionais de Aprendizagem do Sistema S (SENAI, SENAC), têm operado através de convênios com a Prefeitura Municipal, fornecendo cursos de curta duração, voltados ao cultivo do artesanato local e à geração de renda complementar à família. O Colégio SESI, ao contrário do que dá a sugerir sua denominação, fornece ensino médio propedêutico tradicional.

Equipamento de Ensino Superior. Conforme frisado na análise dos aspectos regionais, União da Vitória concentra 2/3 das vagas de ensino superior do Sudeste Paranaense. A cidade é sede da única universidade municipal do país, constituída pela Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (UNIUV), que já contava, em 2005, com 2.048 alunos matriculados em seus cursos de graduação. A UNIUV tem sede no bairro de São Basílio Magno (Avenida Bento Munhoz da Rocha Netto) e conta com um campus avançado em instalação na cidade de São Mateus do Sul (cerca de 85 km a nordeste).

Figura 29
Estrutura atual da UNIUV



Fonte: www.uniuv.edu.br

Os cursos de graduação ofertados pela UNIUV são:

- Administração
- Ciências contábeis
- Ciências econômicas
- Comércio Exterior
- Secretariado Executivo
- Turismo
- Jornalismo
- Publicidade e Propaganda
- Relações Públicas
- Educação Física
- Licenciatura em Informática
- Engenharia Ambiental
- Engenharia Civil
- Engenharia Industrial da Madeira
- Informática de Gestão

Estão sendo ofertados pela UNIUV, no período 2008/2009, 23 cursos de pós-graduação *latu sensu* (nível de especialização).

O aparato público de ensino superior conta, ainda, em União da Vitória, com a FAFI (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória), sediada no centro da cidade, na Praça Coronel Amazonas, defronte a Catedral. A escola superior estadual, fundada em 1956, tinha, em 2005, 1.517 alunos em seus nove cursos de graduação. A instituição recebe alunos de diversos municípios do Paraná e de Santa Catarina, tornando-se referência regional. Voltada de certo modo para a formação de docentes para o ensino fundamental e médio, a FAFI oferece os seguintes cursos:

- Biologia
- Filosofia
- Geografia
- História
- Letras (Inglês)
- Letras (Espanhol)
- Matemática
- Pedagogia
- Química

A UNIGUAÇU é uma entidade particular, situada no bairro do Rio d'Areia, na zona sul, à Rua Padre Saporitti, 717. Suas matrículas, em 2005, somavam 821 pessoas, que vêm crescendo, dada a oferta de 11 cursos de graduação, a saber:

- Administração
- Agronomia
- Direito
- Educação Física
- Enfermagem
- Farmácia
- Fisioterapia
- Medicina veterinária
- Nutrição
- Sistemas de informação
- Serviço social

Para o ano de 2008, a UNIGUAÇU oferece dois cursos de pós-graduação (nível de especialização), claramente direcionados para suprir as necessidades de mão de obra especializada para as firmas locais: Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social e Automação industrial.

Por fim, completa o quadro de ensino superior na cidade a Universidade do Contestado, cujo campus fica na verdade em Porto União, na Rua Joaquim Nabuco 314, bairro da Cidade Nova. a UNC tem sede em Canoinhas, SC, mas mantém em Porto União nada menos de seis cursos de graduação (além de dois de pós-graduação para o ano de 2008). Boa parte das 712 matrículas da UNC de Porto União dizem respeito a alunos moradores de União da Vitória, assim como as universidades desta cidade estão disponíveis para moradores em Santa Catarina e em outros municípios paranaenses. Os cursos de graduação da UNC são:

- Artes Visuais
- Ciência da Computação
- Direito
- Educação Física
- Psicologia
- Tecnologia da Madeira

A pós-graduação ofertada em 2008 pela UNC diz respeito à indústria e comércio locais: Engenharia de Segurança do Trabalho e Psicologia Organizacional e do Trabalho.

3.5.8 EQUIPAMENTOS DE CULTURA

Equipamentos de Cultura. Com um desenvolvimento histórico baseado no tropeirismo, na imigração e na ferrovia, com importante papel na questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina que desencadearam na Guerra do Contestado, a cidade parece ter guardado maior acervo de sua

história ligada à estrada de ferro. A antiga Estação União, construção extremamente interessante que possuía um lado em cada estado, hoje abriga um conjunto de cinco equipamentos culturais, que vão desde ações de proteção da história como arquivo municipal e biblioteca até espaços para eventos, palestras e exposições. Além da estrutura da antiga estação merece destaque o Cine Teatro Luz, com infra-estrutura adequada e uma lotação de 684 pessoas.

O quadro abaixo traz a listagem dos equipamentos de cultura de União da Vitória, com a avaliação da estrutura física e recursos humanos realizada pelos responsáveis por cada unidade. Todas elas apresentam condições favoráveis, o que possibilita que além de suas funções principais, cada equipamento desenvolva atividades extras, em especial ligadas ao ensino das artes e difusão do conhecimento, trabalha de grande importância para a comunidade local.

Quadro 67
Avaliação dos equipamentos de cultura do município de União da Vitória

<i>Equipamento</i>	<i>Atividade ofertada</i>	<i>Localização</i>	<i>Estrutura Física</i>	<i>Recursos Humanos</i>
Cine Teatro Luz	sessões e aulas de cinema, teatro e dança	Centro	Ótima	Bom
Auditório Municipal Eng. Tancredo Benghi	Palestras, concertos, cursos e saraus	Centro	Boa	Ótimo
Galeria de Arte Erich Herde Will	exposições permanentes e itinerantes	Centro	Ótima	Ótimo
Biblioteca Municipal José de Alencar	empréstimo de livros e clube do livro	Centro	Boa	Ótimo
Arquivo e Museu Municipal	consulta, catalogação e empréstimo de materiais	Centro	Regular	Bom
Bistrô da Cultura	aulas de gastronomia e eventos em geral	Centro	Ótima	Ótimo

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória. Organizado pela Consultoria, 2007.

Imóveis de Interesse Cultural. União da Vitória possui três imóveis tombados pelo Patrimônio Público Estadual: O Cine-Teatro Luz, a Estação União e a Escola Municipal Professor Serapião.

O Cine Luz foi construído em 1951, por iniciativa privada incentivada pela Prefeitura Municipal¹²⁹, com influência Art Deco em sua fachada. O tombamento estadual se deu em 2003, através do processo 003/01. A Escola Municipal Professor Serapião ocupa o imóvel do antigo Grupo Escolar construído em 1917, para contrapor o fato de grande parte de a cidade ter ficado no lado catarinense após o acordo de limites. Possui uma fachada com características ecléticas, ocupando uma das esquinas formadas pelo desenho sextavado da praça da matriz, importante marco da morfologia urbana de União da Vitória. O tombamento foi efetivado em 1988, através do processo 03/88.

Figura 30
Escola Municipal Professor Serapião (Antigo Grupo Escolar – 1917)



Fonte: Consultoria, 2007.

A estação de trens de União da Vitória foi construída em 1905, quando a linha São Paulo-Rio Grande e desempenhou um papel essencial na história da comunidade. Sua construção, coordenada pelo engenheiro Teixeira Soares, representou grande impulso para economia local. Em 1916, com o acordo de limites entre os estados, a estada de ferro passou a dividir as “duas cidades”, sendo em 1942 entregue a atual construção da estação, com uma frente voltada para o Paraná e uma frente

¹²⁹ Segundo o livro *Espirais do Tempo*, em 1947 o prefeito José Cleto ofereceu isenção de impostos para quem quisesse construir um cinema na cidade.

voltada para Santa Catarina. Este imóvel, tombado em 2000 através do processo 002/97, apresenta interessantes influências *Art Deco*, com uma fachada simétrica e uma escada curva de grande expressão estética.

Os bens tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal compreendem sete itens, entre imóveis, móveis, veículos e até mesmo a ponte Machado da Costa. O tombamento é feito na forma de decreto municipal, conforme pode ser verificado no quadro abaixo, sendo que alguns se sobrepõem ao tombamento estadual.

Quadro 68
Bens tombados pelo Patrimônio Público Municipal

<i>Bem tombado</i>	<i>Decreto de tombamento</i>
Casa do Coronel Amazonas (Vila Maria)	decreto 90/2003
Piano Buthlener	decreto 91/2003
Estação União	decreto 92/2003
Cine Teatro Luz	decreto 93/2003
Locomotiva no 310	decreto 109/2003
Capela São Pedro e São Paulo	decreto 111/2003
Ponte Machado da Costa	decreto 165/2006

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória. Organizado pela Consultoria, 2007.

Durante a elaboração do Plano Diretor entraram em discussão meios de proteger o patrimônio ferroviário ainda não tombado, como antigos barracões e a vila ferroviária da Rua Prudente de Moraes. Efetivamente estes imóveis apresentam grande risco à medida que o centro de União da Vitória se alonga na direção sul e a comunidade cobra das autoridades a revitalização do trecho fronteiro junto à ferrovia. Da mesma forma, verificou-se a existência de capelas ucranianas de madeira em estado de conservação precário, ainda sem tombamento municipal, com grande risco de desaparecimento em função da dificuldade do próprio material empregado e da localização rural. A Casa do Coronel Amazonas, imponente construção de madeira na região do São Cristóvão, sofreu princípio de incêndio em 2007, demandando maior atenção por parte da sociedade local.

3.5.9 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Pranchas 32 e 37

Sistema de Saúde. Cerca de 47% da população de União da Vitória já possui assistência de saúde dentro do Programa Saúde da Família, totalizando 23.474 habitantes, ou 48,9% da população. Apesar do número não chegar a metade do total de residentes na cidade, a localização espacial dos distritos implantados é eficiente, priorizando as regiões onde se concentram a maior parte da população pobre. Os seis distritos correspondem aos bairros Sagrada Família, São Braz, Nossa Senhora de Salete, Cristo Rei (Conjuntos), Rocio e Rio D´Areia/Limeira.

A estrutura de equipamentos de saúde é formada por 2 unidades de saúde rural, 6 unidades de saúde da família, 6 unidades básicas de saúde, 1 unidade de atendimento ginecológico/obstétrico, 1 unidade central de clínica médica, 1 setor de epidemiologia, 1 departamento de vigilância sanitária, 1 pronto atendimento emergencial, 1 laboratório de análises clínicas, 13 clínicas odontológicas, 1 centro de atenção psicossocial e 1 farmácia básica. Além disso, a rede conveniada ao sistema conta com 4 laboratórios de análises clínicas, 3 clínicas radiológicas, 2 clínicas de fisioterapia, 1 serviço de exames anatomopatológicos, 1 serviço de audiometria, 1 serviço de tomografia computadorizada, 2 hospitais gerais e hospital psiquiátrico. Os hospitais existentes na cidade correspondem ao Hospital Regional e a Maternidade da APMI, além do Hospital São Braz, em Porto União, que de certa forma complementa o sistema de saúde pública disponível para a população de União da Vitória.

A gestão dos serviços de saúde especializados é feita através do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu – CISVALI, enquanto o sistema municipal como um todo é gerido pela FUSA - Fundação Municipal de Saúde, ligada à Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória.

Os postos de saúde existentes em 2007 estão demarcados na Prancha 37, onde é possível avaliar também a cobertura espacial de atendimento à população. As áreas não-servidas dentro das distâncias recomendadas concentram-se no São Basílio Magno, São Joaquim e Ouro Verde/Bom Jesus, uma vez que as porções sul do Sagrada Família e Nossa Senhora de Salete situam-se em áreas sujeitas a inundação e com atendimento dentro do Programa Saúde da Família.

Quadro 69
Avaliação dos equipamentos de saúde do município de União da Vitória¹³⁰

Equipamento	Pessoas atendidas/mês ¹³¹	Estrutura Física	Recursos Humanos
Unidade de Saúde do Cristo Rei	700	Regular	Ótimo
Unidade de Saúde dos Conjuntos	3.500	Boa	Ruim
Unidade de Saúde do Bela Vista	610	Ótima	Bom
Unidade de Saúde da Limeira	1.640	Ruim	Ruim
Unidade de Saúde da Sagrada Família	400	Péssima	Ruim
Unidade de Saúde Nossa Senhora de Salete	3.000	Ruim	Ruim
Unidade de Saúde do São Braz	2.000	Regular	Bom
Unidade de Saúde do São Sebastião	600	Regular	Regular
Centro de Ginecologia e Obstetrícia	600	Boa	Bom
Centro de Atenção Psicossocial	350	Boa	Bom
Centro de Nutrição Materno Infantil	533	Ótima	Ótimo
Coordenação das Clínicas Odontológicas	7.000 ¹³²	Boa	Bom
Clínica Médica (Centro de Especialidades)	10.000	Regular	Bom
Pronto Atendimento Emergencial	2.000	Boa	Bom
Vigilância Epidemiológica	1.300	Boa	Bom

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória. Organizado pela Consultoria, 2007.

Visivelmente se encontram saturadas as estruturas de atendimento à saúde da Limeira e da parte sul do São Cristóvão (Sagrada Família/Nossa Senhora de Salete), necessitando de ampliação e mesmo construção de nova unidade. Na maior parte das outras unidades também é necessária a execução de reformas pontuais. No Posto de Saúde de São Braz e no Posto do São Sebastião há necessidade de ampliação do espaço para oferta de atividades complementares, como vacinação e atendimento odontológico, principalmente em função do crescimento populacional que a região tende a verificar dentro da vigência do Plano Diretor.

Em relação aos recursos humanos há demandas de profissionais na maior parte das unidades, desde zeladoras e funcionários administrativos a agentes comunitários, enfermeiras e médicos, sempre uma dificuldade para os sistemas municipais em função do alto custo que a folha de pagamento da saúde representa para o orçamento da prefeitura.

Na zona rural foram encontrados dois postos de saúde, no Rio Vermelho e no distrito de São Domingos. De forma geral ambos atendem satisfatoriamente a demanda, com cerca de 320 atendimentos/mês e boa situação no que diz respeito à estrutura física e recursos humanos disponíveis.

3.5.10 EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

Prancha 38

Equipamentos de Esporte. As atividades esportivas de União da Vitória são organizadas pela Autarquia Municipal de Esportes, atendendo aproximadamente 4.000 pessoas desde a idade infantil até a Terceira Idade.

De forma geral a cidade como um todo é bem servida de pequenas estruturas esportivas nos bairros e nas escolas, demandando apenas manutenção e ampliação em alguns casos. Como as áreas de lazer estão disseminadas nos loteamentos e muitas vezes contêm ainda espaços ociosos, há fácil implantação de quadras poliesportivas em vários locais. Nos parques junto ao Parque Iguaçu já há boa estrutura para atividades esportivas, principalmente no São Bernardo, mas fica claro que há potencial e espaço para implantação de muito mais equipamento esportivo nessas áreas.

Entre os equipamentos de grande porte destaca-se o Estádio Antiocho Pereira, no Navegantes, que abriga jogos de futebol do Iguaçu Esporte Clube, participante da Primeira Divisão do Campeonato Paranaense de Futebol em 2007. A Autarquia Municipal de Esportes revela a necessidade da construção de um ginásio de esportes de grande porte, para abrigar atividades esportivas de maior vulto, marcando a presença da cidade no âmbito regional e estadual.

¹³⁰ Não responderam a ficha de auto-avaliação os responsáveis pelas unidades de saúde do São Gabriel, Rocio e São Bernardo.

¹³¹ Visivelmente alguns dos responsáveis pelos postos que preencheram a auto-avaliação consideraram como público atendido toda a população da região e não o número de procedimentos, talvez em função do enfoque do Programa Saúde da Família.

¹³² Inclui o atendimento preventivo nas escolas públicas, com bochecho semanal de flúor.

A prática de atividades esportivas é complementada pela estrutura existente nos clubes particulares, em sua maior parte localizada no lado catarinense da cidade.

Equipamentos de Lazer. A estrutura de lazer ofertada para a população de União da Vitória pode ser considerada excelente, em função da descentralização espacial e mesmo das condições de conservação que se encontravam em 2007. Em quase todos os bairros há pequenas praças, geralmente equipadas com mobiliário urbano e parques infantis, complementando-se em boa parte delas com equipamentos para prática de esportes. O conjunto de parques urbanos implantados após as enchentes de 1983 e 1992 também tem presença na área urbana de União da Vitória, apesar de ser visível a deterioração desses espaços e conseqüente abandono por parte da população.

Além das praças dos bairros, a região central da cidade possui espaços de lazer com caráter mais cívico, focado nas trocas sociais de definem a comunidade local. Neste contexto há grande destaque para a Praça Coronel Amazonas, implantada após o Tratado de Limites para fundar a União da Vitória paranaense. Secundariamente representam este papel também as praças Alvir Riesemberg e a Praça Visconde de Nácar.

Na zona rural tanto as atividades de lazer quanto as esportivas possuem menor porte em função da reduzida população, estando espacialmente relacionada às escolas e as capelas, espaço das trocas sociais.

3.5.11 EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Prancha 38

Equipamentos Sociais. União da Vitória possui um sistema de assistência social estruturado, com uma série de equipamentos mantidos diretamente pelo poder público e um bom número de ações privadas institucionais, que também contam com apoio financeiro da Prefeitura Municipal. Esta situação é bastante comum nas cidades antigas do Paraná Tradicional, onde a comunidade participa um pouco mais da ação social e propicia que a cidade atenda demandas específicas para atendimento de idosos, crianças em risco, dependentes químicos e famílias de baixa renda.

O Quadro 70 traz a avaliação dos equipamentos geridos pela Prefeitura Municipal. Todos possuem uma estrutura física e recursos humanos satisfatórios.

*Quadro 70
Equipamentos de Assistência Social do Município de União da Vitória
Localização e Avaliação quanto a Estrutura Física e Recursos Humanos*

<i>Equipamento Público</i>	<i>Localização</i>	<i>Estrutura Física</i>	<i>Recursos Humanos</i>
Associação da Criança e do Adolescente de União da Vitória (ACAUVA)	Rio D´Areia	Boa	Bom
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	São Bernardo	Boa	Regular
Associação dos Dependentes de Álcool de Outras Drogas	Centro	Regular	Bom
Centro de Convivência do Idoso	Bento Munhoz	Ótima	Bom
Albergue Onofre Brittes	São Bernardo	Boa	Ótimo
Centro de Geração de Renda	Centro	Boa	Bom

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória, 2007.

Além dos equipamentos avaliados, a Prefeitura Municipal de União da Vitória contribui mensalmente com diversas entidades comunitárias como a APAE, Associação da Terceira Idade, Centro E. de Amor e Caridade, Instituto Piamarta, Liga das Senhoras Católicas, Pastoral da Criança, Associação Pastoral da Saúde, PROVOPAR, APADAF, UCAUV, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Associação Recanto da Sobriedade, Associação Profeta Daniel, Casa de Apoio Santa Clara e ACARDI. Em 2007 este auxílio correspondia à R\$ 11.000,00 mensais ou pouco mais de 28 salários-mínimos.

Especialmente, tanto os equipamentos geridos pela prefeitura quanto os geridos pela comunidade apresentam-se disseminados por todas as regiões da cidade e inclusive nas áreas de ocupação semi-rural que contornam a mancha de ocupação urbana.

Além dos equipamentos de ação social, a maior parte dos bairros possui estrutura de centros de convivência, que além de abrigar as atividades de organização comunitária, atende a comunidade com ações educativas e de complementação alimentar.

A secretaria responsável pela promoção social ainda desenvolve uma série de programas para auxílio da população de menor poder aquisitivo, complementar ao apoio estadual do Programa Leite das Crianças e ao apoio federal na forma de 2.219 bolsas-família (total de 3.953 cadastros de interessados em 2007). Neste sentido são distribuídos 600 auxílios alimento mensalmente e 4.860 pessoas se beneficiam do Projeto Sopão nos Bairros toda semana, além de quantidades variáveis de leite em pó, fraldas, passagens de ônibus e materiais de construção e mão-de-obra para melhorias em habitações precárias. No sentido da promoção social há trabalho para incremento na geração de renda, na produção de produtos de limpeza e no apoio à coletores de recicláveis, além de atividades pedagógicas-terapêuticas focadas nas famílias beneficiadas por auxílios-alimento.

3.5.12 EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

As iniciativas de fomento a Geração de Emprego e Renda de União da Vitória se concentram principalmente na aquisição e estruturação de áreas industriais, com a cidade possuindo já um conjunto de 6 áreas com 86 lotes utilizados. Além da possibilidade de apoio aos empresários locais e da viabilização da implantação de unidades com capitais de outras cidades e países, a implantação dos “distritos” possibilita uma melhor locação das atividades industriais, ao longo do principal eixo rodoviário que contorna a cidade.

Quadro 71

Distritos Industriais criados pela Prefeitura Municipal de União da Vitória

Área Industrial	Localização	Número de lotes	Área total (m ²)
Área Industrial Clac	Bom Jesus	15	186.153
Área Industrial Domício Scaramela	Cristo Rei (Roseira)	13	118.954
Área Industrial João Dissenha	São Gabriel	8	66.837
Área Industrial Osvaldo Bortoloso	Dona Mercedes	8	156.268
Área Industrial Guavirova	Cristo Rei (São Luís)	5	41.270
Área Industrial Invernadinha	Nossa Senhora das Graças	37	317.655
Total		86	887.137

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória, 2007.

3.5.13 EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Prancha 38

Equipamentos Funerários. Na zona rural o município de União da Vitória possui 5 cemitérios (Rio Vermelho, São Domingos, Guaira, Barra do Palmital e Palmital), que somados aos dois urbanos remanescentes de ocupação rural suprem espacialmente todas as áreas com ocupação humana significativa. Na região da Serra da Esperança não há oferta desse equipamento, em função da forma de ocupação esparsa. Este número que pode ser considerado baixo no contexto regional, mais marcado pela ocupação multi-étnica das colônias oficiais que demandavam locais específicos de sepultamento para cada vocação religiosa.

Na cidade há quatro cemitérios inseridos na malha urbana, um na região central, um no bairro Nossa Senhora Salete, um à oeste do Loteamento Furlan e um ao sul da Limeira. Curiosamente os dois últimos possuem muros de divisa discretos ou mesmo inexistentes em alguns trechos, numa ordenação estética próxima aos cemitérios de Santa Catarina. Obviamente há certa sobreposição com a estrutura funerária disponível em Porto União, até mesmo porque o cemitério mais antigo, utilizado pelas famílias mais tradicionais, ficou no lado catarinense após o Tratado de Limites de 1916.

No cemitério do Centro há uma capela mortuária relativamente pequena, mas suficiente para atender a demanda da cidade, complementada em algumas vezes pelos espaços dos centros sociais dos bairros.

3.5.14 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

Prancha 38

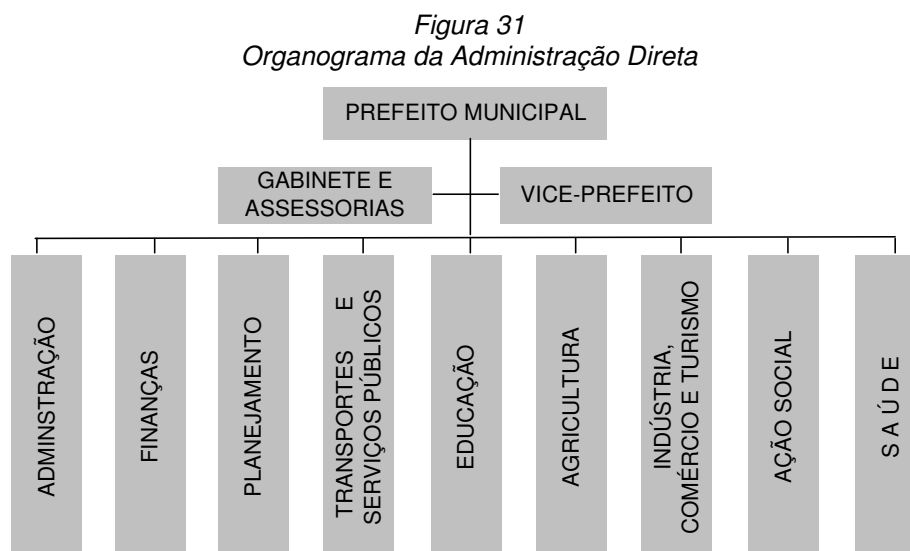
União da Vitória é sede da 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, que apesar de não ser um Batalhão submete-se diretamente ao Comando de Policiamento do Interior. A Companhia de Polícia Militar ocupa uma quadra inteira no São Basílio Magno, enquanto a Polícia Civil possui estrutura uma estrutura mais modesta, na região central de União da Vitória. Em ambos os casos fica clara a necessidade de maior integração com o efetivo de Porto União, buscando ações preventivas contínuas utilizando os recursos disponíveis nos dois estados.

Em relação ao atendimento do Corpo de Bombeiros já existe uma certa integração, sendo os atendimentos de emergência realizados pelo efetivo de Porto União, que é municipal. Neste sentido há certo conflito com o sistema estadual vigente no Paraná, cuja jurisdição é sediada em São Mateus do Sul, onde são aprovados sistemas de combate a incêndio nos edifícios. Esta situação e as experiências decorrentes das grandes enchentes levou a comunidade a organizar um sistema de Defesa Civil de certa forma independente do Corpo de Bombeiros, cumprindo o papel original deste órgão. Em conjunto com a Copel há atualmente em funcionamento um sistema de controle do nível do Rio Iguaçu bastante eficiente, com dados inclusive disponíveis na *internet*.

3.6 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

3.6.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

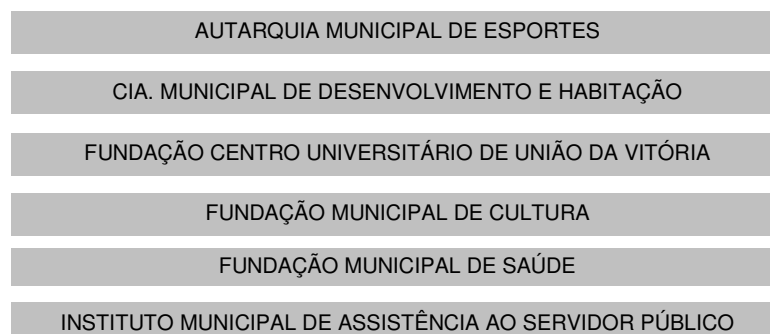
Organização do Poder Executivo. O organograma da Prefeitura Municipal de União da Vitória compreende oito secretarias, que configuram a administração direta, conforme ilustrado na Figura 31



Fonte: União da Vitória, Secretaria Municipal de Planejamento, agosto de 2007 ⁽¹³³⁾, confrontadas a informações de Paraná, Tribunal de Contas, disponível no *site* www.tce-pr.gov.br, consulta em abril de 2008. Organizado pela Consultoria, 2007.

Nas informações levantadas junto ao setor de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração e Finanças, verificou-se que a Secretaria de Saúde passou a funcionar recentemente como administração indireta (Fundação). Esse sistema compreende, em União da Vitória, nada menos que outras seis organizações, sendo uma delas o instituto previdenciário dos funcionários municipais. As outras cinco compreendem: uma companhia de economia mista voltada para a habitação de interesse social, uma autarquia relacionada com os esportes, e três fundações, a cultural, a de saúde (recentemente constituída) e uma fundação especial de ensino. Esta última constitui o caso *sui generis* de uma universidade municipal: a Fundação Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV).

Figura 32
Organizações pertencentes à Administração Indireta



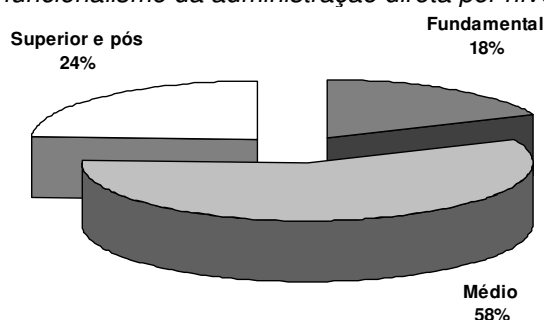
Fonte: Paraná, Tribunal de Contas. Disponível no *site* www.tce-pr.gov.br, consulta em abril de 2008. Organizado pela Consultoria, 2007.

¹³³ No *site* do Tribunal de Contas do Paraná (www.tce-pr.gov.br), as secretarias de administração e finanças aparecem fundidas, bem como há, em relação ao organograma fornecido pela PMUV, pequenas divergências na denominação de secretarias e companhias de economia mista.

Recursos Humanos. Conta o Poder Executivo de União da Vitória com o trabalho de 770 funcionários ligados à administração direta, conforme dados de 2007, fornecidos pela Prefeitura Municipal. A eles somam-se 416 servidores da administração indireta, que compõem as autarquias e fundações¹³⁴. Esse efetivo total de 1.186 pessoas representa um índice de 45 habitantes para cada servidor, que pode ser considerado dentro da média dos municípios com mais de 20 e menos de 100 habitantes¹³⁵. O número de funcionários cresceu durante o último quinquênio (os dados publicados pelo IBGE encerram-se em 2005), sendo de 23% a taxa de incremento em 5 anos (4,6% ao ano, valor que pode ser considerado elevado). O número de funcionários da administração direta vem caindo, aumentando correspondentemente o efetivo da administração indireta – autarquias, fundações e companhias.

Formação dos Funcionários. Na administração direta, prevalecem os funcionários com formação típica de ensino médio (58%), apesar da presença de 30 funcionários com pós-graduação, a maioria dos quais está ligada à carreira da educação, que também congrega grande percentual de professoras com curso superior. Os funcionários com formação ancorada no ensino fundamental são somente 18%. A Figura 33 mostra a composição dos funcionários por nível de formação escolar.

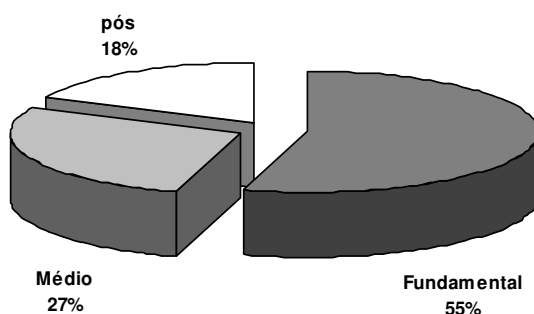
Figura 33
Composição do funcionalismo da administração direta por nível educacional, 2005



Fonte: IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros*, disponível no site www.ibge.com.br, consulta em abril de 2008. Organizado pela Consultoria, 2008.

Entre os funcionários da administração indireta, aqueles com formação apenas fundamental predominam. Ao que parece, isso se deve ao peso da companhia de habitação popular no conjunto das entidades indiretas, uma vez que as fundações culturais e educacionais tendem a ter maioria de servidores com curso superior¹³⁶.

Figura 34
Composição do funcionalismo da administração indireta por nível educacional, 2005



Fonte: IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros*, disponível no site www.ibge.com.br, consulta em abril de 2008. Organizado pela Consultoria, 2008.

¹³⁴ IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Disponível no site www.ibge.gov.br, consulta em abril de 2008. Os dados do IBGE referem-se ao ano de 2005, podendo, portanto, estar ligeiramente defasados.

¹³⁵ São comuns índices de 30 habitantes por servidor no caso de municípios pequenos. Coeficientes da ordem de 60 habitantes por servidor, por outro lado, são encontrados somente em municípios de considerável população, ou então, em casos extremos de terceirização.

¹³⁶ Os dados de 2005 do IBGE apresentam uma inconsistência quanto ao efetivo de servidores da UNIUV, sendo relacionados no *Perfil dos Municípios Brasileiros* 75 funcionários com curso superior e pós-graduação para o total da administração indireta, enquanto que o perfil do município, contido no quadro *Cidades@*, do mesmo site, cita 92 professores da instituição universitária. O site do Centro Universitário apresenta, em abril de 2008, a relação nominal de 99 professores (www.face.br, consulta em abril de 2008).

Instalações Físicas. A Prefeitura Municipal de União da Vitória está organizada como instituição desde o ano de 1916, quando houve a divisão do município em dois¹³⁷. É de se mencionar que a sede anterior ficava onde hoje está a sede do município de Porto União, tendo sido necessário construir uma nova edificação para servir à administração municipal. Esse edifício, voltado para a Praça Coronel Amazonas, para qual também faz frente outras edificações públicas e a catedral católica, está hoje na condição de patrimônio histórico, embora, desse conjunto edificado, somente o Grupo Escolar Professor Serapião, de 1917, está tombado pelo estado. Desde a década de 1990, a Prefeitura ocupa os andares superiores (com acesso independente, pelo térreo) do edifício do Banco do Brasil, na esquina das ruas Cruz Machado e Professora Amazília. Apesar de dispor de acomodações de relativo porte, a edificação não acomoda todas as secretarias municipais, algumas das quais dispõem de edificações próprias, como a de educação e a de indústria e comércio.

Publicidade dos Atos Oficiais. Decretos, leis, portarias, prestações de contas, editais e convocações em geral, bem como extratos relativos a licitações municipais são todos publicadas no jornal *O Comércio*, um dos diários locais. O site www.pmuniaodavitoria.com.br permite o acesso aos documentos oficiais (inclusive contratos, aditivos, editais de licitação, etc), além de informações gerais sobre o município.

Informatização. As secretarias municipais de União da Vitória dispõem, todas, de equipamento de informática próprio para as tarefas correntes de natureza administrativa. Softwares do tipo banco de dados simples, processadores de texto e planilhas eletrônicas são utilizados extensivamente. O Cadastro Técnico Imobiliário, há algum tempo passado, dispôs de software ArchiView, o que foi descontinuado. O Plano Diretor Georreferenciado, experiência levada a efeito em 2002 com o incentivo do Serviço Social Autônomo Paranaidade, foi interrompido sem chegar ao seu final, embora a disponibilização de seus arquivos, para fins de comparação com a situação atual levantada (rede de ruas pavimentadas, localização de equipamento de educação, saúde, etc.) tem sido de extrema valia para tornar consistente a presente análise.

3.6.2 PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal. Os nove vereadores que compõem a Câmara Municipal de União da Vitória reúnem-se em edificação própria, na praça Alvir Rosemberg, com instalações administrativas, gabinetes de vereadores e sala de sessões com auditório para aproximadamente 120 pessoas. A Câmara Municipal dispõe de *site* próprio na *internet*, com a identificação www.cmuva.com.br, no qual são publicados, além dos atos oficiais, as atas das reuniões havidas, a pauta das próximas reuniões e também o teor dos projetos de lei em discussão¹³⁸.

3.6.3 CONSELHOS MUNICIPAIS

Conselhos Municipais. Os conselhos municipais estabelecidos no município, alguns por exigência de leis de instâncias superiores, outros surgidos a partir de manifestações da sociedade civil e da própria edilidade, são os que constam do Quadro abaixo.

Quadro 72
Conselhos Municipais legalmente constituídos em União da Vitória,
que prestam contas ao TCE-PR, 2008

Conselho
Conselho Comunitário de União da Vitória
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do Mun. de União da Vitória
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de União da Vitória
Conselho Municipal de Educação de União da Vitória
Conselho Municipal de Saúde de União da Vitória

Fonte: Paraná, Tribunal de Contas, *Comunidades. Entidades municipais*.
Disponível no site www.tce.pr.gov.br, consulta em abril de 2008.

¹³⁷ IBGE, *Monografia 398*. Disponível no site www.biblioteca.ibge.gov.br, consulta em abril de 2008.

¹³⁸ Curiosamente, a Câmara Municipal relaciona nominalmente todos os vereadores eleitos em União da Vitória desde 1890, ou seja, mesmo antes da subdivisão entre Paraná e Santa Catarina.

3.6.4 FINANÇAS PÚBLICAS

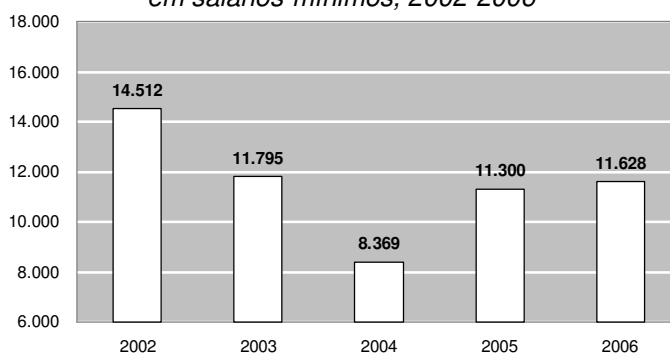
Orçamento Anual. A administração pública municipal conta, em União da Vitória, com um orçamento anual entre 10 e 11 mil salários-mínimos (média do último quinquênio). O orçamento apresenta-se com oscilações de até 25% em torno da média, motivado pelas flutuações da economia, que atingem as principais fontes de renda locais, regionais e mesmo nacionais (já que um percentual da ordem de 20% provém do Fundo de Participação dos Municípios, de origem federal). O Quadro 73 demonstra os números do orçamento, deflacionados pelo salário-mínimo, enquanto que a Figura 35 apresenta o gráfico que demonstra um ponto baixo no ano de 2004, logo vencido, uma vez que em 2006 (último ano com os dados já consolidados) o valor já retorna à média, da qual se afasta somente 1%.

Quadro 73
Orçamento anual do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
Receita	14.512	11.795	8.369	11.300	11.628
Despesa	13.114	10.966	6.594	10.351	9.638

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Figura 35
Evolução do orçamento anual do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2002-2006



Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.
Elaborado pela Consultoria, 2008.

Uma análise rápida dos orçamentos municipais na microrregião de União da Vitória, que constam do Quadro 74 revela que o município detém a última posição em termos de disponibilidade financeira municipal por habitante, até por ser o município de maior população na microrregião. Esse fenômeno é natural em face da regressividade dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, que favorecem as unidades menores, às custas dos municípios de maior porte. As capitais microrregionais, por seu turno, tendem a compensar a posição de inferioridade no FPM com a dinâmica de sua economia, especialmente no que se refere ao coeficiente relativo à repartição do ICMS e sua própria arrecadação com o ISS. É o ocorre com União da Vitória quando relacionada às demais capitais microrregionais do Sudeste, as quais, juntamente com São Mateus do Sul, supera em termos de valor orçamentário anual por habitante (Quadro 75).¹³⁹

Quadro 74
Orçamento anual dos municípios da microrregião de União da Vitória, em salários mínimos por habitante, 2006

Município	Receita	População	SM/hab
Porto Vitória	1.317,55	4.257	0,31
Bituruna	4.955,50	17.862	0,28
Paula Freitas	1.494,23	5.352	0,28
Cruz Machado	4.693,15	18.479	0,25
Paulo Frontin	1.593,68	6.570	0,24
General Carneiro	3.583,74	15.830	0,23
União da Vitória	11.628,40	51.858	0,22

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

¹³⁹ Entre os 84 municípios paranaenses com população superior a 20 mil habitantes em 2006, União da Vitória ocupa a 28ª colocação em termos de verba orçamentária municipal anual por habitante.

Quadro 75
*Orçamento anual das capitais microrregionais do Sudeste,
em salários mínimos por habitante, 2006*

<i>Município</i>	<i>Receita</i>	<i>População</i>	<i>SM/hab</i>
Prudentópolis	7.129,35	45.852	0,16
Irati	9.439,17	54.855	0,17
São Mateus do Sul	8.472,71	39.105	0,22
União da Vitória	11.628,40	51.858	0,22

Fonte: Ipar-des, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

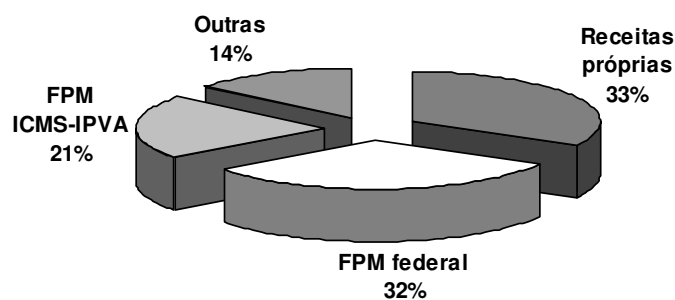
Receitas Municipais. A receita anual do Município de União da Vitória, considerada em termos deflacionados pelo salário-mínimo¹⁴⁰ vem apresentando recuperação no último triênio encerrado em 2006, conforme se percebe no formato da Figura 36. O exame do Quadro abaixo mostra que a maior parte dessa retomada provém da receita própria do município, que passou de 1,5 para 4 mil salários-mínimos. No mesmo período, as transferências correntes da União (Fundo de Participação dos Municípios) crescem ligeiramente, de acordo com o aumento do PIB nacional, enquanto as transferências do Estado (cotas-parte do ICMS e do IPVA, além de outros tributos de menor importância) mantêm-se constantes, o mesmo ocorrendo com as demais receitas. Saindo de um patamar de 18% do total da receita de 2004 para 33% do total da receita em 2006, fica perceptível o crescimento da importância da arrecadação própria da Prefeitura Municipal. Ainda assim, entretanto, a dependência do FPM fica expressa pelo montante de sua participação no total, ainda na casa de uma terça-parte da receita mesmo em 2006 (ver gráfico da Figura 36).

Quadro 76
*Composição das receitas municipais de União da Vitória,
em salários-mínimos, 2004-2006*

	2004	2005	2006
Receitas próprias	1.546,62	4.121,65	3.838,27
Transferências da União	2.842,37	3.359,33	3.688,66
Transferências do Estado	2.593,43	2.480,79	2.440,84
Outras transferências	1.595,36	1.516,63	1.368,70
Outras receitas	393,81	494,50	549,04
Deduções da receita	(602,53)	(673,32)	(257,12)
Total	8.369,05	11.299,58	11.628,40

Fonte: Ipar-des, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Figura 36
Composição das receitas municipais de União da Vitória, 2006



Fonte: Ipar-des, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.
Elaborado pela Consultoria, 2008.

A retomada da importância das receitas próprias no montante da receita deve-se, como demonstra o Quadro 77, à receita proveniente de serviços e, em menor grau, à receita patrimonial, responsáveis pela quase totalidade do aumento. No período considerado, a receita tributária não apresentou incremento real.

¹⁴⁰ Justifica-se o uso do salário mínimo como deflator pelo fato de que pelo menos metade da despesa municipal é constituída de salários e encargos sociais, pagos diretamente a funcionários públicos. Nas outras rubricas, há sem dúvida muita dose de salários na composição dos serviços, obras e aquisições terceirizadas.

Quadro 77
*Composição da receita própria do município de União da Vitória,
em salários-mínimos, 2004-2006*

	2004	2005	2006
Receita tributária	1.378,34	1.449,31	1.379,09
Receita de serviços	39,00	1.225,83	1.167,91
Receita patrimonial	55,85	839,79	767,85
Outras	73,43	606,72	523,41
Total	1.546,62	4.121,65	3.838,27

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

A receita tributária municipal é composta de impostos e de taxas, sendo que estas últimas, a princípio, devem cobrir os custos dos serviços que são prestados à população. Os impostos, entretanto, representam arrecadação “livre”, dependendo mais do dinamismo na economia (caso do Imposto sobre Serviços) ou da valorização imobiliária (caso do Imposto Predial e Territorial Urbano e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis). Quanto a estes últimos, percebe-se representarem muito pouco em União da Vitória, principalmente quando levado em conta o tamanho do cadastro imobiliário de uma cidade de quase 50 mil habitantes. O Quadro abaixo demonstra a ligeira redução do IPTU em termos reais, bem como a reduzida importância do ITBI, imposto que, em outros municípios, representa substancial fonte de recursos.^{141,142}

Quadro 78
*Composição da receita tributária do município de União da Vitória,
em salários-mínimos, 2004-2006*

	2004	2005	2006
IPTU	523,61	482,62	429,91
ITBI	70,76	77,35	60,58
ISS	364,67	326,01	353,37
Outros tributos	132,18	154,80	135,90
Taxas e contribuições	287,12	408,54	399,33
Total	1.378,34	1.449,31	1.379,09

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Despesas Municipais. A despesa municipal é, em todo o país, comandada pelo dispêndio com o pessoal e respectivos encargos sociais. Não é diferente em União da Vitória, embora a situação possa ser considerada confortável quando comparada com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal. De qualquer modo, a soma das despesas relativas ao pessoal com os custeios habituais costuma alcançar percentuais não inferiores a 80% do total, restando, para fins de investimento, sempre menos da quinta-parte do orçamento¹⁴³. Separando as despesas quanto à natureza de sua destinação, verifica-se que, em União da Vitória, mesmo em 2006 – último ano cujos dados se encontram consolidados e disponíveis para análise – e mesmo tendo havido um crescimento real de 56% nas despesas de capital, estas não atingem nem mesmo 10%, situação que vem se prolongando há algum tempo (ver Quadro 79).

Quadro 79
*Despesas correntes e despesas de capital do município de União da Vitória,
em salários-mínimos, 2004-2006*

	2004	2005	2006
Despesas correntes	6.065,18	9.616,36	8.812,35
Despesas de capital	528,75	734,43	825,55
Total	6.593,92	10.350,79	9.637,90

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

¹⁴¹ A ligeira redução da arrecadação do IPTU em termos reais indica provavelmente uma correção benevolente da Planta Genérica de Valores. O lançamento médio de IPTU em União da Vitória foi, em 2006, de R\$ 86,43 por domicílio urbano, terceiro maior valor em uma cesta de municípios formada pelas capitais microrregionais do Sudeste Paranaense e municípios sede de microrregiões que fazem divisa com essa mesorregião (abaixo apenas de Ponta Grossa e de Rio Negro).

¹⁴² Considerada a mesma amostra de municípios referida na nota anterior, num total de 11 unidades, União da Vitória detém a última posição em termos de arrecadação de ITBI por domicílio urbano (R\$ 17,81 no ano de 2006). Nesse mesmo ano, o município da Lapa, por exemplo, arrecadou, por unidade domiciliar urbana, 3,4 vezes mais.

¹⁴³ São raros os municípios paranaenses que conseguem atingir os 20% do orçamento para investir, pouco mais de vinte unidades em quase quatrocentos municípios.

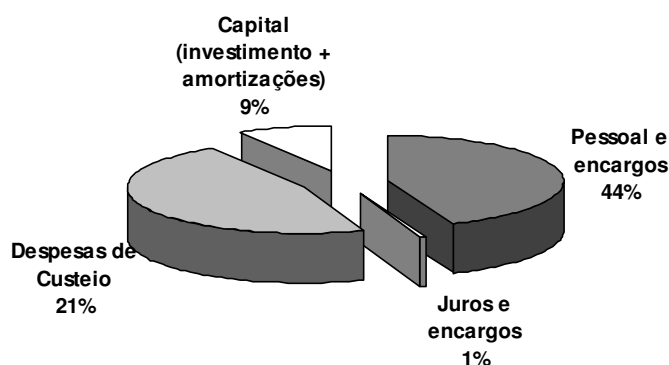
Entre as despesas correntes, nota-se um quase que equilíbrio entre as despesas de pessoal e as despesas de custeio, sendo o restante destinado a pagamento de juros e encargos da dívida, aliás de pequena monta (em 2006, menos de 1% do total de despesas). A esse respeito, ver o Quadro 80 e o gráfico da Figura 37.

Quadro 80
Composição das despesas correntes do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006

	2004	2005	2006
Pessoal e encargos	3.034,67	4.817,59	4.223,16
Juros e encargos	90,96	65,66	67,19
Desp. de custeio e outras	2.939,55	4.733,10	4.522,00
	6.065,18	9.616,36	8.812,35

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Figura 37
Composição das receitas municipais de União da Vitória, 2006



Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.
Elaborado pela Consultoria, 2008.

Quanto às despesas de capital, a análise do Quadro 81 mostra que vem diminuindo ano a ano o peso das despesas de amortização da dívida, de 35% para 10% entre 2004 e 2006, o que representa possibilidade de assunção de novos empréstimos, se necessário.

Quadro 81
Composição das despesas de capital do município de União da Vitória, em salários-mínimos, 2004-2006

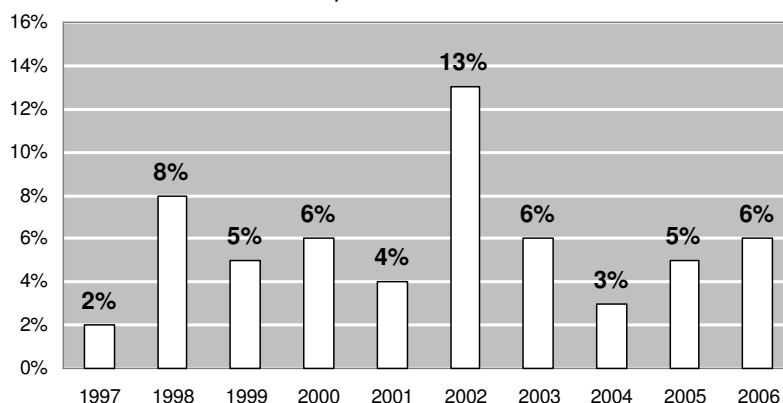
	2004	2005	2006
Investimentos	282,18	552,64	742,94
Inversões financeiras	63,52	58,99	-
Amortização da dívida	183,05	122,81	82,61
	528,75	734,43	825,55

Fonte: Iparades, *Base de Dados do Estado*.
Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.

Investimentos. Mesmo tendo sido, em 2006, de 90% das despesas de capital o montante destinado a investimentos, o valor total investido correspondeu, nesse ano, a menos de 10% da despesa anual. Essa limitada capacidade de investir vem se prolongando há pelo menos 10 anos, conforme se nota na Figura 38, que ilustra o *quantum* investido em relação à *receita* total. Com exceções dos anos de 2002 (quando atingiu 13%) e de 1998 (quando atingiu 8%)¹⁴⁴, a casa dos 6% parece ser um teto difícil de ultrapassar.

¹⁴⁴ É o caso de relembrar que ambos os exercícios em que houve uma quantidade maior de investimentos foram anos de eleições.

Figura 38
Percentual de investimentos públicos de União da Vitória, 1997-2006



Fonte: Iparides, *Base de Dados do Estado*.
 Disponível no site www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2008.
 Elaborado pela Consultoria, 2008.

3.6.5 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica. A Lei Orgânica de União da Vitória é datada de 27 de março de 1990 (aniversário do município, no caso, 100 anos), tendo o diploma legal 227 artigos (além de 21 artigos de disposições transitórias). Os seus 4 títulos e 15 capítulos abrangem diversos temas, como pode ser visto no Quadro 82.

Na Lei Orgânica, consta explicitamente a obrigação, atribuída “ao Prefeito Municipal, privativamente” (sic) de “elaborar o Plano Diretor” (inciso XXVII do Art. 70), frisando-se o caráter diretivo do documento a ser elaborado, como portador das diretrizes gerais a serem respeitadas por todas as obras e serviços (art. 89), o qual estabelece também que será provido um “adequado sistema de planejamento”. O Art. 90 estabelece, com clareza, que:

Art. 90. A realização das obras públicas municipais deverá estar adequada às diretrizes do plano diretor.

O Art. 46 da LO estabelece que o Plano Diretor será aprovado por Lei Complementar, exigindo-se o voto da maioria absoluta da Câmara de Vereadores.

Quadro 82
Conteúdo dos títulos e capítulos da
Lei Orgânica de União da Vitória, 1990

N	Título	N	Capítulo	Artigos
1	Do Município	1	Disposições preliminares	1º - 9º
		2	Da competência	10 - 12
2	Poderes municipais	1	Poder Legislativo	13- 54
		2	Poder Executivo	55 - 88
		3	Obras e serviços	89 - 94
		4	Bens municipais	95 - 101
		5	Serviços municipais	102 - 111
3	Ordem econômica e social	1	Política agrícola	112 - 114
		2	Meio ambiente e saneamento	115 - 131
		3	Saúde	132 - 147
		4	Assistência social	148 - 158
		5	Educação	159 - 184
		6	Cultura e desporto	185 - 200
		7	Habitação	201 - 205
4	Tributos	1	Tributos municipais	206 - 227
Disposições transitórias				1º - 21

Fonte: Câmara Municipal de União da Vitória. *Legislação*.
 Disponível no site www.cmuva.com.br, consulta em abril de 2008.

Regulação do Solo Urbano. O Município de União da Vitória conta com um conjunto legislativo amplo, no que se refere à regulação urbanística. As próprias enchentes de 1983 e 1992, com suas trágicas conseqüências, induziram o município a regular de modo mais rígido que a média a ocupação do solo, principalmente na parte histórica da cidade, situada ao sul do Rio Iguaçu (a “ferradura”). Mesmo assim, por questões provavelmente ligadas a divergências de interpretação de estudos hidrológicos e mesmo por pressão de interesses imobiliários, não há uma definição das cotas abaixo das quais não deve haver urbanização¹⁴⁵. Por outro lado, diversas versões para o Plano Diretor de União da Vitória têm sido descontinuadas ou recusadas pela Câmara Municipal – como é o caso do plano experimental inteiramente georreferenciado patrocinado pelo Serviço Social Autônomo em 2002 (descontinuado) ou o plano elaborado em 1996 (Arquiteta Fernanda Sánchez e equipe), que também não chegou ao seu final.

Prevalecem, portanto, textos legislativos derivados do Plano Diretor de 1991, com alterações posteriores, entre os quais se encontram as principais peças de regulação do uso do solo urbano, listadas no Quadro abaixo.

Quadro 83
Legislação de regulação urbanística em vigor em União da Vitória

<i>Lei</i>	<i>Assunto</i>
967/1975	Código de Obras (295 artigos)
1.083/1977	Redefine o perímetro urbano da cidade
1.780/1991	Zoneamento de uso e ocupação do solo urbano. Decorre do Plano Diretor de 1991. Alterações pontuais em 1995, 1997 e 2002. A última estabelece a cota 750m para limite mais baixo da zona de alta densidade
1.781/1991	Parcelamento do solo urbano. Foi complementada pela Lei 2.754/2000 estabelecendo lotes menores e maior tolerância com loteamentos de interesse social empreendidos pelo poder público
1.783/1991	Novo Código de Posturas (decorrente do Plano Diretor). Modificado em 1992 (renova regulação das feiras livres) e em 1998.
2.338/1996	Cria o Conselho de Urbanismo

Fonte: Câmara Municipal de União da Vitória. *Legislação*. Disponível no site www.cmuva.com.br, consulta em abril de 2008

É de se notar que a Lei 2.338/1996, que cria o Conselho de Urbanismo, ao apresentar a listagem das peças legislativas a serem reguladas pela entidade, cita a lei “do sistema viário”, bem como a lei “do meio ambiente e desenvolvimento econômico”. Curiosamente, a pesquisa sobre legislação viária, junto à Câmara Municipal de União da Vitória, retornou resultado negativo.

Conselho Municipal de Urbanismo. A 2.338/1996 criou um Conselho Municipal de Urbanismo (COMURB), com trinta membros, representando diversos setores do poder público e da sociedade civil. O Quadro 84 mostra a procedência dos membros do referido Conselho, que, seguramente, é um embrião do futuro Conselho de Desenvolvimento Urbano, órgão que resultará inevitavelmente das diretrizes do presente Plano Diretor. É notável, no entanto, que na composição do COMURB, não se encontram representantes dos bairros nem das muitas associações de moradores (a serem analisadas em item a seguir, num total de vinte organizações legalmente constituídas).

Quadro 84
Composição do Conselho Municipal de Urbanismo (Lei 2.338/1996)

<i>Representantes de entidades governamentais</i>	<i>Representantes da sociedade civil</i>
Secretário Municipal de Planejamento	Repr. da Câmara dos Diretores Lojistas
Secretário Municipal de Transp. e Serviços Públicos	Repr. da Assoc. dos Advogados de União da Vitória
Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo	Repr. do Sindicato das Indústrias da Madeira
Secretário Municipal da Ação Social	Repr. do Rotary Clube – Porto União da Vitória
Repr. da Câmara Municipal de Vereadores (2 repr.)	Repr. do Lions Clube - Porto União da Vitória;
Repr. do 8º Núcleo Regional de Ensino	Repr. do Conselho Comunitário
Repr. da SANEPAR – Cia. Saneamento do Paraná	Repr. da AEA VI – Assoc. Eng.s e Arquitetos (2 repr.)
Repr. da COPEL – Cia. Energia do Paraná	Repr. CORPRERI – Prev. Enchentes (2 repr.)
Repr. da TELEPAR – Cia. Telecom. do Paraná	Repr. COMDEC - Comissão Municipal de Defesa Civil
Repr. do IBGE – Inst. Brasileiro Geografia e Estatística	Repr. da Associação Comercial e Industrial
Repr. do IAP - Instituto Ambiental do Paraná	Repr. da Associação Médica de Porto União da Vitória
Repr. do DER – Dep. Estradas de Rodagens	Repr. da Empresa de Transportes Coletivos
Repr. da CIADE - Cia. Municipal de Desenvolvimento	Repr. do Conselho da Mulher Executiva

Fonte: Câmara Municipal de União da Vitória. *Legislação*. Disponível no site www.cmuva.com.br, consulta em abril de 2008

¹⁴⁵ Em diversos casos, é utilizada na prática (porém sem fundamentação legal), a cota 746,50, retirada dos textos legais do município de Porto União, recentemente (abril de 2007) reiterada na Lei Complementar do Plano Diretor de Porto União. Para financiar habitação nas proximidades do Rio Iguaçu, a Caixa Econômica Federal exige a demonstração de não haver nenhum ponto da construção abaixo da cota 746,50.

Conselho de Desenvolvimento Rural. O Conselho de Desenvolvimento Rural (CODER) de União da Vitória foi instituído pela Lei 2.353/1996, com representação poder público / sociedade civil, com maioria da comunidade, conforme Quadro abaixo.

Quadro 85
Composição do Conselho de Desenvolvimento Rural (Lei 2.353/1996)

<i>Representação governamental</i>	<i>Representação de entidades</i>	<i>Representação da soc. civil</i>
SEAB (Estado)	Associação dos Téc. Agrícolas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Secretaria Municipal de Agricultura	Associação de Eng. Agrônomos	Sindicato Rural
EMATER	Cooperativas Agrícolas	Associações Rurais
Instituições financeiras oficiais	Núcleo Médicos Veterinários	AFEPAVI
Secretaria Municipal de Finanças		APEVI
Instituto Ambiental do Paraná		ACOCARNE
		Associação dos Peq. Prod. Leite

Fonte: Câmara Municipal de União da Vitória. *Legislação*. Disponível no site www.cmuva.com.br, consulta em abril de 2008

Outras Leis. Além da legislação de controle urbanística, são encontradas em União da Vitória outras peças de legislação de interesse do Plano Diretor Municipal. A Lei 3.176/2007 é a nova versão do Código Tributário Municipal. O incentivo econômico, direcionado para as indústrias, incluindo possibilidade de doação de terrenos e incentivos tributários, é regulado pela Lei 3.022/2002, sucessora da Lei 1299/1984, a qual criou as primeiras “áreas industriais”. Os aspectos culturais, incluindo o tombamento de bens móveis e imóveis, constituem tema dos Decretos 90 a 93, 109, 111, todos de 2003 e 165/2006 (já tratados no tema Cultura, no item relativo aos aspectos sócio-espaciais), notando-se que, embora corretamente direcionados para os objetos merecedores de preservação, os atos de tombamento não estipulam regulação para o uso, nem fiscalização de seu *status* de bens preservados. Outrossim, a iniciativa de tombamento tem sido tomada pela Fundação Cultural, não havendo uma participação mais efetiva da sociedade.

3.6.6 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

União da Vitória é um dos raros municípios do interior paranaense que tem seus bairros urbanos criteriosamente definidos desde longa data. Existe, disseminada entre a sociedade, uma clara delimitação dos espaços territoriais de cada bairro, o que faz com que abundante legislação sobre limites tenha sido produzida nas últimas décadas. Como consequência, as associações de moradores dispõem de alguma força, em todo caso mais manifesta do que ocorre com outras cidades.

Quadro 86
Associações de Moradores legalmente constituídos em União da Vitória,
que prestam contas ao TCE-PR, 2008

<i>N</i>	<i>Associação</i>
1	Associação de Moradores Cidade Jardim de União Da Vitória
2	Associação de Moradores Colônia São Gabriel de União Da Vitória
3	Associação de Moradores do Bairro Dona Mercedes - União Da Vitória
4	Associação de Moradores do Bairro Ponte Nova de União Da Vitória
5	Associação de Moradores do Bairro São Braz de União Da Vitória
6	Associação de Moradores do Bairro São Gabriel de União Da Vitória
7	Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Cristo Rei de União da Vitória
8	Associação de Moradores do Conjunto Residencial Bento Munhoz da Rocha de União da Vitória
9	Associação de Moradores do Conjunto Residencial Panorama de União da Vitória
10	Associação de Moradores do Distrito São Domingos de União da Vitória
11	Associação de Moradores do Rio Vermelho de União da Vitória
12	Associação de Moradores Jacira Anibelli Vitalina Cardoso de União da Vitória
13	Associação de Moradores Monte Castelo de União da Vitória
14	Associação de Moradores Nossa Senhora da Salete de União da Vitória
15	Associação de Moradores Ouro Verde de União da Vitória
16	Associação de Moradores Trabuco de União da Vitória
17	Associação dos Moradores do Rio da Areia de União da Vitória
18	Associação dos Moradores do Bairro São Joaquim de União da Vitória
19	Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Domingos de União da Vitória
20	Federação Comunitária Municipal das Associações de Moradores de União da Vitória

Fonte: Tribunal de Contas do Paraná, *Comunidades. Entidades municipais*. Disponível no site www.tce.pr.gov.br, consulta em abril de 2008.

Quadro 87
Associações comunitárias (exceto APMs e de Moradores) em União da Vitória,
que prestam contas ao TCE-PR, 2008

N	Associação
1	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa de União da Vitória
2	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de União da Vitória
3	Associação de Promoção Humana e Evangelização Padre.Ladislau Maibuk de União da Vitória
4	Associação de Reabilitação de Lesões Lábio Palatais de União da Vitória
5	Associação dos Apicultores da Região de União da Vitória
6	Associação dos Artesãos de União da Vitória
7	Associação Imaculada Virgem Maria da Escola Coração de Maria de União da Vitória
8	Associação Lar do Idoso Carente, e Amparo ao Deficiente Físico - Lar de União da Vitória
9	Associação Municipal dos Deficientes Físicos de União da Vitória
10	Associação Recreativa e Esportiva Somapar de União da Vitória
11	Centro Espírita Amor e Caridade - União da Vitória
12	Clube de Rodeio Country de União da Vitória
13	Consortio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu de União da Vitória
14	Cooperativa Agroecológica Vale do Iguaçu de União da Vitória
15	Coral Bento Mossurunga de União da Vitória
16	Grupo Ecológico Esperança do Vale do Iguaçu de União da Vitória
17	Instituição Adventista Sul Brasileira. de Educação e Assistência Social de União da Vitória
18	Instituto de Ensino Pesquisa e Prestação de Serviços União da Vitória
19	Instituto de Surdos e Terapia da Linguagem de União da Vitória
20	Instituto Piamarta de União da Vitória
21	Instituto Vocacional Nossa Senhora da Salete de União da Vitória
22	Lar de Nazaré de União da Vitória
23	Liga de Assistência Social das Senhoras Católicas de União da Vitória
24	Lions Club de Porto de União da Vitória
25	Programa do Voluntariado Paranaense de União da Vitória
26	Rede Feminina de Combate Ao Câncer - Regional de União da Vitória
27	Sociedade Beneficente São José Operário de União da Vitória
28	Sociedade de Amparo aos Necessitados Guarda Mirim de União da Vitória
29	Sociedade de Estudos Cont – Comissão Regional de .Prevenção e Controle de Enchentes do Rio Iguaçu
30	Sociedade Recreativa e Beneficente Iguaçu de União da Vitória
31	União Agrícola Instrutiva de União da Vitória
32	Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de União da Vitória
33	Associação Casa de Apoio Restauração Dívida de União da Vitória
34	Associação da Pastoral da Saúde De União da Vitória
35	Associação das Senhoras Rotarianas do Rotary Club de União da Vitória
36	Associação de Apoio para Dependentes de Álcool e Outras Drogas de União da Vitória
37	Associação de Desenvolvimento Social Odete Conti de União da Vitória
38	Associação de Diretores de Escolas Estaduais de União da Vitória

Fonte: Tribunal de Contas do Paraná, *Comunidades. Entidades municipais.*
Disponível no site www.tce.pr.gov.br, consulta em abril de 2008.

O Tribunal de Contas do Paraná, como entidade que fiscaliza, além dos órgãos públicos, também as associações comunitárias que de alguma forma são destinatárias de recursos públicos, reconhece no município de União da Vitória, tem, cadastradas em União da Vitória 97 entidades, sendo 39 associações de pais, mestres e funcionários de colégios e escolas públicas, bem como 20 associações de moradores. São as que constam do Quadro 86. As 38 entidades comunitárias não geográficas são as listadas no Quadro 87.

3.7

SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

3.7.1 SÍNTESE INTEGRADORA

Pranchas 39 e 40

A síntese da Análise pode ser empreendida de diversas maneiras, mas uma das mais empregadas e efetivas tem sido o uso do Método CDP, que lança mão da construção de matrizes, referentes a cada um dos aspectos analisados, na qual são destacados os condicionantes, as deficiências e as potencialidades de cada unidade relevante utilizada no processo de análise. É o caso de citar que, no método CDP, os *condicionantes* são os elementos dados, pela natureza ou pela história, os quais, pelo menos em princípio não podem ser mudados. Por esse motivo, condicionantes geram demandas por *manutenção*. Já as *deficiências*, pela sua própria definição, geram demandas por *recuperação* e por *melhorias*. As *potencialidades*, por fim, constituem as armas para a superação das deficiências e a manutenção dos condicionantes desejáveis, gerando, desse modo, uma demanda por *inovação*.¹⁴⁶

Outra forma, complementar à técnica das matrizes CDP é a elaboração de mapas-síntese, nos quais são identificadas macrozonas homogêneas no aspecto físico e/ou de ocupação humana, de maneira a contemplar espaços físicos com características similares. Essas macrozonas, pela relativa homogeneidade, apresentam possibilidade de serem atendidas por dispositivos similares da grande política de desenvolvimento que se pretende imprimir e que será desenvolvida na próxima etapa da elaboração do presente Plano Diretor Municipal.

A análise temática, entre outros resultados, demonstrou que, em União da Vitória, as macrozonas identificáveis no território municipal são fortemente influenciadas pela posição da escarpa mesozóica que forma a Serra da Esperança e pelas bacias hidrográficas dos afluentes do Iguaçu. No nordeste municipal, território situado serra acima, mora muito pouca gente e são encontradas, ainda, ocupações do tipo faxinal. Encosta abaixo, divididas pelo espigão central, situam-se os vales do Rio da Prata e do Rio Vermelho, cada qual definindo uma bacia com personalidade própria no que tange à ocupação antrópica. A oeste (Rio da Prata) espalham-se pequenas colônias de população fortemente influenciada pela imigração eslava e alemã, em proporções modestas, mas que remetem ao modelo das colônias do vizinho município de Cruz Machado. Aí reside um inegável potencial turístico, fruto não somente da dotação natural (serras, vales, cachoeiras, etc) mas principalmente da colonização estrangeira (igrejas de madeira, casas típicas, moinhos e rodas d'água, etc). O leste municipal (vale do Rio Vermelho) é onde se localizam as únicas terras férteis do território municipal, que mal chegam a 10% de sua área, apresentando-se mais promissor que as demais zonas sob o ponto de vista de potencialidade agrícola. De qualquer modo, as características da zona rural de União da Vitória descartam a possibilidade de produção agrícola ou pecuária de porte suficiente para o auto-abastecimento, sendo necessário que a cidade, como centro regional que é, afirme sua condição de ponto de convergência da produção de toda a microrregião.

A quarta macrozona municipal corresponde exatamente ao quadro urbano e suburbano, que a Prancha 39 demonstra ocupar considerável parcela territorial do município. Dentro do quadro natural formado por várzeas e por morros, destaca-se a presença marcante do Rio Iguaçu, o qual, tanto em seus aspectos positivos (o vau do rio é a gênese da cidade, a navegação fluvial foi o impulso para o seu crescimento) quanto negativos (as enchentes, especialmente a de 1983 e a de 1992), é absolutamente fundamental a União da Vitória. A análise da ocupação urbana, para a qual é fundamental lembrar que União da Vitória, no Paraná e Porto União, em Santa Catarina, são, na verdade, uma só cidade, dividida pelo armistício que encerrou a Guerra do Contestado. Do lado paranaense, são identificáveis claramente quatro macrozonas urbanas (Prancha 40), correspondendo a primeira à zona de ocupação histórica, assentada sobre a curva do Rio Iguaçu – a “ferradura” – que não somente é a mais densa, mais consolidada e mais influenciada pela História, como ainda é a que mantém os vínculos mais efetivos com Porto União, da qual esteve dividida, entre 19__ e a década de 1990, pelos trilhos da estrada de ferro, hoje retirados. A macrozona de São Cristóvão, considerada de maneira praticamente unânime como a zona de expansão da densificação urbana, abriga considerável parcela da população e, por estar contida entre o Rio Iguaçu, ao sul e o Rio Vermelho, ao norte, vem cada vez mais se expandindo em direção leste, a ponto de deixar apontada, para o futuro, uma quinta macrozona, unindo bairros que hoje se apresentam na divisa entre o urbano e o rural. A macrozona formada pelos conjuntos habitacionais implantados a partir do final do Século XX vem se firmando como localidade da moradia trabalhadora, em parte pela própria proximidade com a

¹⁴⁶ BUZATTO, Rosane Fátima. *Termo de Referência: Plano Diretor*. Santa Catarina, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: Florianópolis, 2004.

rodovia (traçados velho e atual), onde fica localizada a maior parte das empregadoras industriais. No sul do quadro urbano, região que divide com Porto União através do leito da antiga ferrovia, situa-se a quarta macrozona, aqui denominada simplesmente de Sul, formada pelos bairros operários das antigas e atuais madeireiras espalhadas entre o centro e o vale do Rio d'Areia, região da qual algumas indústrias já partiram e outras permanecem, sugerindo forte potencial para a renovação urbana. Ao longo do Rio d'Areia, no bairro do mesmo nome e também no bairro da Limeira, situam-se zonas inundáveis exigindo intervenção.

3.7.2 MATRIZES DE CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES (CDP)

Os quadros CDP, cuja elaboração por si só já constitui um mecanismo de síntese, permitem, ainda, um segundo movimento reducionista, para efeitos didáticos: assim, pode-se dizer que, de cada aspecto analisado, surgem algumas poucas constatações-guia que serão dominantes na elaboração das diretrizes e das proposições. Da matriz CDP relativa à *inserção regional*, surge com clareza o retrato de uma capital regional, cuja urbanidade é característica dominante. Disso decorre, quase que tautologicamente, a possibilidade de fazer valer, em todo o entorno geográfico, o papel central desempenhado por União da Vitória em termos de indústria e de comércio, de educação e de cultura. O quadro CDP relativo aos *aspectos ambientais*, por outro lado, indica que haverá pouco retorno se se insistir em agricultura e pecuária: a vocação para silvicultura e para o turismo rural sobrepõem (em muito) as possibilidades da exploração rural tradicional. A matriz voltada para os *aspectos sócio-econômicos*, por seu turno, destaca a especialização econômica (o arranjo produtivo local da madeira, de projeção nacional), com suas vantagens e desvantagens: trata-se, no momento de formular diretrizes, de aproveitar as primeiras e enfrentar as segundas, fazendo valer a tradição empreendedora típica dos moradores da região.

Quando da análise dos *aspectos sócio-espaciais*, pode-se reduzi-los a dois fenômenos fundamentais para a compreensão dos problemas atuais e o levantamento de possíveis soluções: União da Vitória é uma cidade ribeirinha, sujeita, como toda aglomeração que ocupa uma várzea, a periódicas inundações; como é natural num quadro desses, em que o trabalho acumulado de gerações pode ser destruído em questão de dias, a tendência da cidade será a de afastar-se, em direção a terrenos mais secos. Disso resultou um quadro urbano muito extenso e relativamente ralo – 20m de testada para cada domicílio – tornando cara a *infraestrutura, o equipamento e o serviço* que devam ser disponibilizados aos cidadãos. Em nenhuma das macrozonas, entretanto, se está a salvo das enchentes, até porque a ausência de normas claras favoreceu o loteamento de amplas regiões sujeitas a inundações ou então, como no caso de algumas ruas de loteamentos populares (públicos, como o João Paulo II, ou particulares, como o Angélica) absolutamente inadequadas à ocupação humana devido à declividade excessiva.

Surpreende, por isso mesmo, a cobertura do equipamento público urbano, mormente o equipamento educacional, o de saúde, o comunitário e o desportivo. As carências motivadas pelo excessivo espraiamento urbano parecem concentrar-se no caso da pavimentação (cobertura abaixo de 50%, como em todo o sul paranaense) e, em especial, no esgotamento sanitário, cujos 23% de cobertura chegam a ser vergonhosos. A administração municipal, principal tema do quadro CDP voltado aos *aspectos institucionais*, tem tido, já há anos, uma disponibilidade financeira relativamente baixa (2,7 salários-mínimos por habitante por ano), a qual é compensada, de certa forma, pelo acesso a verbas federais e estaduais destinadas a obras relativamente caras, fruto de acentuada influência política. Ressalta, ainda, da análise dos aspectos institucionais, a força da sociedade organizada, constituída pelo acúmulo de experiência ao longo de uma história de convívio que já tem mais de cem anos.

Quadro 88
Matriz CDP referente à inserção regional

Tema	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
LOCALIZAÇÃO	Situação fronteiriça	Ser parte de uma cidade dividida	
TRANSPORTES	Nó rodoviário	Fim da ferrovia Fim da navegação	
POLARIDADE	Sede micro/meso região		Pólo educacional Pólo industrial
	Pólo de 3º nível	Relacionamento com pólos superiores	
INSERÇÃO ECONÔMICA	Sede do APL da madeira	Dependência de ciclos econômicos	Especialização (agregação de valor)
INSERÇÃO AMBIENTAL	Rio Iguaçu e Serra	Pouco território agricultável	Turismo

Quadro 89
Matriz CDP referente aos aspectos ambientais

Tema	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
GEOLOGIA PEDOLOGIA COB. VEGETAL HIPSOMETRIA DECLIVIDADES	Serra Rio Iguaçu	Pouco território agricultável Enchentes urbanas	Vocação para silvicultura Turismo rural

Quadro 90
Matriz CDP referente aos aspectos sócio-econômicos

Tema	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
ECONOMIA	APL da madeira	Dependência	Especialização Agregação de valor
PRIMÁRIO	Solo / declividades	Pouca terra agricultável	Silvicultura Agricultura orgânica
SECUNDÁRIO	Muito peso da indústria madeireira	Dependência	Tradição empreendedora Equipamento educacional
TERCIÁRIO	Pólo micro e mesorregional	Concentração espacial	Boa rede transportes
INDICADORES SOCIAIS	IDH = 0,793	Renda per capita relativamente baixa	Alto IDH de educação

Quadro 91
Matriz CDP referente aos aspectos sócio-espaciais

Tema	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
SÍTIO URBANO	Morros e várzeas Separação PR-SC	Encostas a proteger Várzeas p/ não ocupar Artificialidade	Parques
USO DO SOLO URBANO	Parques industriais Centralidade de UV	Remanescentes industriais e ferroviários Necessidade de pontes	Reutilização de grandes áreas centrais Descentralização do comércio/serviços
OCUPAÇÕES IRREGULARES	Decorrem da falta de acesso à terra e problemas ambientais	Risco de enchentes e de deslizamentos Reocupações	Preenchimento dos vazios urbanos Ações pós-enchentes
VAZIOS URBANOS	Nos loteamentos mais novos	Muitos estão abaixo da cota de enchente	Todo o crescimento futuro pode ser absorvida sem aumento da urbanização

Quadro 92
Matriz CDP referente à infraestrutura, equipamento e serviços

Tema	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
ÁGUA LIXO ENERGIA ILUM. VIÁRIA	Cobertura > 90%	Foi investido em lotes que não podem ser usados (abaixo da cota de enchente)	Grande quantidade de lotes já dotados de benfeitorias
ESGOTO	Muito pouca cobertura	Só 23% dos domicílios Valas a céu aberto	Potencial 64 mil consumidores
PAVIMENTAÇÃO	Rede de 275 km, só 40% pavimentados	Muitos metros p/família Quase 30 km só no papel	Possibilidade de auto-financiamento
TRANSPORTE COLETIVO	Urbano e rural num só sistema		
EDUCAÇÃO	Cobertura superior à média	Falta (um pouco) cobertura educ.infantil	99% alfabetizados aos 15 anos Estrutura física suporta o crescimento
SAÚDE	Centro regional prestador de serviços	Atualmente só 40% cobertura PSF	PSF onde mais necessário

Quadro 93
Matriz CDP referente aos aspectos institucionais

<i>Tema</i>	<i>Condicionantes</i>	<i>Deficiências</i>	<i>Potencialidades</i>
INSTITUIÇÕES	Cidade histórica	Cidade partida em dois estados	Sociedade civil organizada
FINANÇAS PÚBLICAS	Orçamento de 2,7 SM por habitante	Só 5% para investimentos (em 2005)	Influência política muito grande

3.8 MAPAS

4 DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

A formulação de diretrizes e proposições, terceira etapa do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, é, em parte, uma decorrência natural da etapa anterior, a Análise Temática Integrada. Para permitir suficiente compreensão do panorama desenhado pela Análise, faz-se necessário um esforço de integração, que normalmente encerra a fase analítica, mas que, no presente processo, será elemento inaugural da formulação de Diretrizes e Proposições, até mesmo porque, desse modo, ficam claras as afiliações da presente etapa ao resumo da anterior.

Do diagnóstico resultante da síntese da análise, surgem, como que naturalmente, as diretrizes gerais listadas no segundo tópico deste volume (sendo o primeiro item a presente introdução). Nesse texto, são colocadas, relativamente soltas, as linhas principais que servirão como orientação para o desenvolvimento de União da Vitória pelos próximos dez anos, tratando-se indistintamente de elementos que estarão abrigados nos textos das leis de regulação do uso do solo, da introdução dos novos instrumentos proporcionados pelo Estatuto da Cidade, ou de obras de caráter estruturante, que darão à cidade e ao município um direcionamento no sentido esperado. Para organizar adequadamente o conjunto de diretrizes sob a forma de ações coordenadas, coerentes entre si na perseguição de um ou mais objetivos, propõe-se sua agregação em torno de *eixos estruturantes*, os quais irão reunir ações alinhadas em *programas* (que, em princípio, serão incorporados à missão permanente da sociedade e do poder público) quando em *projetos* (conjuntos de atividades com objetivo e escopo bem definidos, e com prazo para durar, findo o qual a realidade terá sido mudada de tal forma que a própria continuação do projeto se torne desnecessária). Além da clareza de princípios, aplicável a todos os rumos apontados, programas e projetos deverão ter a possibilidade de serem avaliados, periodicamente, através de *indicadores numéricos* capazes de definir o sucesso ou insucesso das metas parciais e, assim, (retro) alimentar todo processo de planejamento que, como já é de consenso, constitui uma tarefa permanente. A apresentação dos eixos estruturantes constitui o terceiro tópico do volume de Diretrizes e Proposições.

Antes, porém, da explicitação dos objetivos e das ações componentes de cada eixo, será necessário estabelecer uma classificação em termos de prazo e de custos, a que serão submetidas todas as ações constituintes dos projetos estruturantes. Essa prévia categorização é necessária, sobretudo devido às limitações financeiras que pesam sobre a esfera municipal e que separam os cenários da “cidade sonhada” e da “cidade possível”, hiato esse que é preciso levar em conta em um processo de planejamento que seja conseqüente.

Na seqüência, como quarto e quinto tópicos adiante abordados, são apresentados os esboços dos instrumentos de legislação, peças necessárias para ordenar a vida urbana e rural e, importante para o presente processo de planejamento, dar apoio às diretrizes, e também os programas e os projetos. Para que sirvam, tais instrumentos, de guias para a próxima fase da elaboração do PDM, relativa à legislação, desde já serão as propostas de uso e ocupação social do solo municipal agrupadas em duas vertentes: a primeira dedicada aos instrumentos tradicionais de urbanismo (definição dos perímetros urbanos, estabelecimento do zoneamento urbano, regulação dos parcelamentos e do sistema viário, códigos de edificações e de posturas, todos eles instrumentos legais já existentes como fruto do Plano Diretor votado em 1992, necessitando óbvia atualização depois de decorridos 16 anos), bem como os de um instrumento especialmente destinado a regular o uso do solo municipal como um todo (incluindo, portanto, o rural)¹⁴⁷; e, ainda, uma segunda vertente, destinada a introduzir, no sistema legislativo de União da Vitória, os mecanismos para fazer valer o uso social da propriedade urbana, proporcionados pela Lei Federal 10.257, o Estatuto da Cidade.

A seguir, integrando o sexto tópico, são trazidas para reflexão e decisão da comunidade, algumas considerações sobre a organização da infraestrutura, serviços e equipamentos, inclusive a proposta de deixar lavrados, no corpo da futura Lei do Plano Diretor as áreas a serem resguardadas para tais finalidades, bem como as distâncias de acesso aos equipamentos, que cada cidadão tem direito como membro da comunidade, tanto para a zona urbana quanto para a rural. O reconhecimento desse direito a cada cidadão, enquanto munícipe, adquire especial relevância para a correta distribuição do equipamento público (relembrando-se que, na educação fundamental, chega a ocorrer superposição das áreas de atuação de escolas, o que sugere a sua aglutinação em uma só unidade).

¹⁴⁷ Mencione-se o fato de que o Estatuto da Terra, promulgado em 1966, que trata da maioria dos aspectos de uso social do solo rural, não prevê instrumento do tipo zoneamento ecológico-econômico. Essa poderosa ferramenta, capaz de tornar efetivamente sustentável a ocupação humana sobre o território, ironicamente somente veio à luz com o Estatuto da Cidade, em 2001.

Por fim, alinhavam-se sugestões de diretrizes para a gestão da Prefeitura Municipal, com destaque para a criação de um organismo que congregue as tarefas de planejamento em um corpo profissional permanente, preferivelmente sob a forma de autarquia (um enxuto mas efetivo Instituto de Pesquisas e Planejamento Municipal), desvinculado das tarefas cotidianas (atribuídas, estas, à Secretaria de Urbanismo, nova denominação se propõe à atual Secretaria de Planejamento). O organismo teria ligação direta com o gabinete do Prefeito Municipal, prestando-se às funções de proporcionar e assessoria, aconselhamento e apoio às secretarias municipais, coordenando seus planos setoriais e incorporando-os ao Plano Diretor Municipal, construção coletiva regida pela organização proposta. É absolutamente fundamental que o órgão seja formado por quadros técnicos permanentes, de forma a evitar a descontinuidade que hoje se verifica entre as diversas gestões.

4.1 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1.1 DIRETRIZES

Diretrizes Decorrentes da Inserção Regional. A análise demonstrou que, em resumo, União da Vitória pode contar com sua posição claramente central na microrregião e, embora excêntrica geograficamente, dominante na economia mesorregional. Isso se reflete não somente sob a forma de uma liderança econômica, mas também cultural e educacional (chegando, neste caso, a concentrar 2/3 das matrículas de ensino superior de toda a mesorregião). As diretrizes decorrentes da análise desses aspectos dizem respeito à afirmação ou reafirmação dessa centralidade:

- Firmar União da Vitória como a capital do Sudeste Paranaense¹⁴⁸;
- Aproveitar as vantagens locacionais de União da Vitória para o processamento industrial de produtos primários da região¹⁴⁹;
- Incentivar a localização, em União da Vitória, de grandes empresas atacadistas/distribuidoras e prestadoras de serviços em escala regional;
- Oferecer oportunidade à localização de serviços de hospedagem e alimentação como apoio ao turismo de toda a região.

Diretrizes para a Melhoria dos Aspectos Ambientais. Firmada, com clareza, a inadequação do território municipal de União da Vitória para a agricultura e pecuária convencionais, a análise demonstrou ainda uma forte inclinação para o turismo rural como um dos meios de sobrevivência da (pequena) população rural do município. Combinando com a análise dos aspectos sócio-econômicos relacionados com o setor primário, pode-se emitir uma grande diretriz relacionando a sustentabilidade econômica com a sustentabilidade ambiental. O mesmo pode ser dito com relação à ocupação urbana (convívio com o Rio Iguazu), diretriz de presença tão forte que irá patrocinar a denominação de um eixo estruturante. São, assim, diretrizes relacionadas com os aspectos ambientais:

- Incentivar a silvicultura, o turismo rural e a atividades especializadas (agricultura orgânica no sul e faxinalense ou “caipira” no norte; piscicultura nas várzeas em geral) como meios não agressivos de uso do território;
- Elaborar normas rigorosas (e fiscalizar efetivamente!) para que a ocupação urbana não utilize áreas de inundação freqüente (até 10 anos de tempo de retorno), estabelecendo ainda normas para o convívio com a possibilidade de enchentes de maior intensidade.

Diretrizes Decorrentes dos Aspectos Sócio-econômicos. Como sede do Arranjo Produtivo Local da Madeira, União da Vitória tem sua economia muito atrelada ao desempenho desse segmento industrial. Conquanto seja desejável a especialização produtiva, ela pode conduzir a momentos de crise generalizada os quais podem ser atenuados caso haja outras atividades econômicas que os compensem: isso pode ser obtido, no caso de União da Vitória, pela introdução de outros segmentos industriais ou de atividades do setor terciário, típicas de uma cidade que se pretende capital regional. Diretrizes:

- Aprofundar o papel do APL da Madeira através da promoção publicitária em escala nacional, do incentivo à pesquisa de novos produtos e novas técnicas de processo e auxílio permanente à formação de uma mão de obra de alta qualificação;
- Proporcionar incentivos – físicos e fiscais – para a geração de novas indústrias, relacionadas à produção primária¹⁵⁰ do município e da região de entorno;
- Incentivar o comércio urbano, promovendo a descentralização do comércio abastecedor e vicinal, firmando centros urbanos nas macrozonas identificadas e, no outro sentido, especializar o centro tradicional no comércio de mercadorias duráveis e também nos serviços sofisticados, especialmente de profissionais de nível superior, com inserção econômica regional;

¹⁴⁸ A diretriz poderá ser considerada cumprida quando o IBGE (e também outras entidades ligadas ao estudo da geografia das redes urbanas no Brasil) reconhecerem União da Vitória como pólo de 2º. nível, subordinada diretamente à metrópole, no caso Curitiba).

¹⁴⁹ Inclusive produtos alimentares que não são cultiváveis em União da Vitória, conforme verificado na análise dos aspectos ambientais.

¹⁵⁰ Afora a madeira, direcionada ao APL: produtos da agricultura orgânica, da piscicultura, da pecuária “caipira”, todos produtos diferenciados, com elevado percentual de valor agregado.

- Promover o turismo rural, tanto o calcado em atrativos naturais (aprofundamento da Rota das Cachoeiras) quanto o de fundo histórico-étnico (Rota dos Imigrantes), bem como o função da cidade como ponto de apoio ao turismo rural e regional.

Diretrizes Provindas dos Aspectos Sócio-espaciais. A necessidade de se estabelecer um convívio não agressivo com o Rio Iguaçu (questão tipicamente urbana, em União da Vitória) irá dominar as diretrizes relacionadas à ocupação humana sobre o espaço físico. Além da remodelação da orla ribeirinha na “Ferradura” ao sul do Iguaçu, na ocupação já consolidada, será necessário que haja descentralização da ocupação residencial (e comercial também, decorrente do tópico anterior), para reduzir a pressão sobre a cidade histórica. Diretrizes:

- Transformar a várzea urbana do Iguaçu (área inundável em tempos de retorno de 10 anos) em áreas de preservação permanente e uso controlado para lazer, criando um cinturão de parques ao longo do curso fluvial, circundados por avenidas beira-parque (remodelação de vias existentes ou construção de novas), estendendo essa experiência para São Cristóvão, Conjuntos e Rio d’Areia;
- Incentivar o surgimento de centros secundários (pela ordem temporal: São Cristóvão, Conjuntos, Rio d’Areia) utilizando os incentivos tradicionais (zoneamento, produção de obras públicas, incluso habitações e comércio) e os proporcionados pelo Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas, consórcio imobiliário)
- Esquematizar um sistema viário compatível com a configuração polinucleada pretendida (tópico anterior) bem como que proporcione desvio, em relação à malha urbana, do tráfego pesado (vias perimetrais); ademais, incentivar fortemente o uso de transporte cicloviário, de forte caráter social em União da Vitória.

Diretrizes Relacionadas com a Infraestrutura, o Equipamento e os Serviços Públicos. A premente questão da reduzida cobertura do esgoto sanitário em União da Vitória domina a análise no tocante à infraestrutura, tendo sido ainda verificada uma baixa taxa de pavimentação das vias públicas. Ambos os melhoramentos poderão vir a serem tornados obrigatórios como condição prévia para aprovação de novos loteamentos, mas, em função da provável baixa demanda por espaços urbanizados (há, lembre-se, 7.641 lotes sem uso, dos quais 6.460 totalmente fora da cota de inundação), será necessário intervir fortemente na malha já aberta. Quanto ao equipamento, trata-se de completar a já equilibrada distribuição de escolas, postos de saúde, centros desportivos e comunitários, sendo de se destacar o necessário avanço em direção à universalização da educação infantil. Diretrizes:

- Solucionar no mais curto espaço de tempo a concessão ou a retomada dos serviços públicos de saneamento, para avançar na cobertura do esgoto sanitário pelo menos até o percentual de 85% em cinco anos;
- Vitaminar programa de pavimentação com participação dos beneficiários (plano comunitário ou contribuição de melhoria);
- Redistribuir e/ou complementar a rede de equipamentos públicos urbanos (educação, saúde, atividades comunitárias, lazer), visando a equidade de oportunidades de acesso, a economia de meios e a qualidade dos serviços prestados.

Diretrizes Decorrentes da Avaliação dos Aspectos Institucionais. Uma vez que a análise demonstrou a existência de uma sociedade civil organizada, sedimentada em mais de cem anos de história coletiva e de uma organização administrativa municipal que, embora conte com recursos financeiros apenas suficientes para o cotidiano, tem o apoio de uma representação política (deputados estaduais e federais) bastante ativa, trata-se de propor diretrizes no sentido de profissionalizar o emprego público, livrando-o da temporalidade nociva ao planejamento e implementação de projetos e de tornar claros e manifestos os mecanismos de gestão democrática, ademais tornados obrigatórios por força da promulgação do Estatuto da Cidade. Diretrizes:

- Integrar esforços com Porto União para obtenção de uma linguagem comum no planejamento, de economia no tocante ao transporte coletivo, ao saneamento em geral e de integração viária;
- Melhorar mecanismos de arrecadação de tributos próprios e colocar fiscalização sobre os usos irregulares do solo, principalmente urbano;
- Reformar pontualmente a máquina pública visando a criação de um organismo independente voltado para as tarefas de planejamento continuado.

4.1.2 META SINTÉTICA

Para que conste do texto da futura Lei do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, como uma síntese das diretrizes aqui consignadas, propõe-se seja explicitado o objetivo a que se propõe todo ato de planejamento: alcançar um patamar mais alto de desenvolvimento, para um número maior de pessoas. Em sendo o caso de estabelecer metas numéricas, para fins de avaliação de desempenho, propõe-se a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que, em 2000, resultou 0,793, próximo do limite entre médio e alto. Em 10 anos, esse índice deverá superar 0,850 (nível já atingido pelo IDH relativo à educação), sendo superiores a 0,800 os coeficientes relativos à longevidade (saúde) e renda. Para que o número de beneficiários do desenvolvimento social seja o mais amplo possível, o coeficiente de Gini relativo à renda familiar deverá baixar em relação aos 0,557 atuais, fazendo com que o número de pessoas vivendo na faixa da indigência (1/4 do salário mínimo *per capita*) zere nesse período e que o percentual de pessoas vivendo na faixa da pobreza (1/2 do salário mínimo *per capita*) seja reduzido a 10% ou menos.

4.2

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

4.2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Projetos Estruturantes. A expressão *projeto* implica elencar um conjunto de ações que sejam orientadas a objetivos nítidos, de maneira a obter, em prazo de tempo determinado, o alcance de metas claramente estabelecidas. Distingue-se, portanto, das ações rotineiras desempenhadas pela administração pela sua transitoriedade e pela obtenção de resultados mensuráveis, devendo ser conduzidos com uma *coordenação* própria, diretamente responsável perante os órgãos municipais de planejamento (Instituto de Planejamento, adiante proposto) e às entidades da sociedade civil que irão ser representadas nos Conselhos de Desenvolvimento Urbano, Rural e Municipal.

Os projetos são denominados *estruturantes* porque tão logo sejam encetadas suas primeiras ações, tornarão irreversível o próprio processo de desenvolvimento municipal, além de influenciarem a própria rotina administrativa. A eles devem se dirigir as atenções da legislação, do plano de ação e, sobretudo, a dotação financeira que os tornará factíveis.

Eixos de Desenvolvimento. As diretrizes gerais enunciadas, para serem cumpridas, exigem ações, e, como é natural, estas se apresentam freqüentemente interligadas, uma influenciando a outra, de modo que devem ser consideradas como parte de um todo. A esse conjunto de ações coerentes, denominar-se-á *projeto* (caso tenham prazo determinado para sua execução) ou *programa* (caso constituam conjunto de atividades mais ou menos permanentes da administração, mesmo tendo prazos a serem cumpridos). O conjunto de programas e projetos visando os mesmos objetivos, dentro da política municipal de desenvolvimento, será aqui denominado de *eixo*, classificação esta realizada apenas para fins de clareza. Assim é que a política de desenvolvimento de União da Vitória será desdobrada em cinco eixos, conforme adiante, cada qual composto por um conjunto de projetos e de programas, os quais por sua vez serão compostos de ações específicas.

Prazos. Antes de se explicitar eixos, programas e projetos, parece ser o caso de serem definidos previamente alguns conceitos, entre eles os relacionados com prazos (curto, médio, longo) e com custos (pequeno, médio e grande investimento, evidentemente considerados em função do tamanho do orçamento municipal de União da Vitória). Para o primeiro caso, será válido o diagrama da Figura 39, notando-se a transição entre o curto e o médio e entre o médio e o longo prazo, uma vez que não faz sentido rigidizar o calendário, mas sim estabelecer somente uma ordenação temporal que pode ser flexível.

Figura 39
Definição de prazos para as ações dos projetos estruturantes

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Curto prazo										
Médio prazo										
Longo prazo										

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008..

Custos. Do mesmo modo que as faixas de prazo não são rígidas, também as faixas de custo devem ser consideradas de forma flexível. Posteriormente, o Plano de Ação e Investimentos (5ª etapa do presente Plano Diretor Municipal), irá – após corrigidos ou confirmados os rumos principais das diretrizes – determinar os investimentos efetivamente necessários em cada ação de cada projeto, valores que servirão de guia aos Planos Plurianuais de Investimento, às Leis de Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais de cada exercício a partir de 2009. Para o presente momento, é bastante uma classificação em faixas aproximadas (baixo, médio e grande investimento), suficiente para a tomada de decisões que comparece à fase de elaboração de diretrizes e de propostas. As faixas ilustradas na Figura 40 são escolhidas em função do porte do orçamento municipal de União da Vitória (na faixa de onze mil salários mínimos por ano), com disponibilidades anuais, para fins de investimento, de 7 milhões de reais (de 2008) sob a forma de recursos próprios.

Figura 40
Definição de faixas de custo para as ações dos projetos estruturantes

<i>Porte de custo (reais)</i>	<i>Até 500 mil</i>	<i>0,5 a 1 milhão</i>	<i>Mais de 1 milhão</i>
Pequeno			
Médio			
Grande			

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Disponibilidades para Investimento. Com a finalidade de subsidiar as decisões da comunidade a respeito do aporte financeiro a ser destinado a cada ação, projeto ou programa, deve-se proceder à estimativa do desempenho presente e futuro do orçamento municipal, bem como das possibilidades de aporte financeiro provindo do governo estadual e federal, através de emendas parlamentares ao orçamento ou através da participação do município em programas gerados pelas outras instâncias de governo. O objetivo real dessa análise será determinar a capacidade de investimento que terá o município ao longo do decênio de implementação do Plano Diretor Municipal. O Quadro 94 reúne as estimativas de desempenho do orçamento municipal com as expectativas de obtenção de verbas a fundo perdido através das ações dos parlamentares que representam o município e a região nos parlamentos estadual e federal. Note-se que os empréstimos, nesse Quadro, não são considerados: eles somente serão empregados como forma de adiantamento de ações para aceleração de certos projetos ou ações e como meio de alavancagem de iniciativas que irão proporcionar ao município retorno de suas aplicações financeiras (exemplo: unidades produtivas de negócios, que terão seus espaços posteriormente concedidos, ou vendidos, ou locados).

Quadro 94
Disponibilidade de verbas para investimento, por ano, 2009-2018

	<i>Primeiro quinqüênio</i>	<i>Segundo quinqüênio</i>
Orçamento municipal (até 13%)	7,00	7,00
Crescimento do PIB (3% a.a.)	0,55	1,78
Melhorias na arrecadação (5%)	0,46	1,38
Verbas federais	1,50	2,00
Verbas estaduais	1,50	2,00
<i>Disponibilidade para investimentos</i>	<i>11,01</i>	<i>14,16</i>

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Conforme transparece do Quadro 94, poderão ser escolhidos projetos e ações num montante de até 11 milhões por ano, já nos primeiros cinco anos, totalizando, nesse primeiro quinqüênio, 55 milhões de reais. Em vista das características da administração municipal no Brasil, não parece ser o caso de determinar, no presente Plano Diretor Municipal, o destino de todo esse montante, mas apenas de parte dele, reservando-se a diferença para investir em função da pressão e das expectativas da população a cada ano, ou ainda, para aproveitar os assim denominados "investimentos de oportunidade"¹⁵¹. Para o caso específico de União da Vitória, município de importância dentro do contexto político estadual, a reserva para tais fins não deverá ser muito reduzida. Propõe-se, para efeitos da presente apreciação, reservar 1/3 da capacidade total para responder às oportunidades eventuais, de modo que haverá 2/3 da capacidade investidora para direcionar o desenvolvimento de acordo com o disposto no presente Plano. Em termos numéricos:

- 7,0 milhões anuais, totalizando 35,0 milhões no primeiro quinqüênio;
- 9,5 milhões anuais, totalizando 47,5 milhões no segundo quinqüênio;

chegando, desse modo, a um montante global da ordem de 82,5 milhões de reais no decênio 2009-2018.

¹⁵¹ Denominam-se, no presente texto, de *investimentos de oportunidade* àqueles que surgem em decorrência de programas federais ou estaduais aos quais o município, para beneficiar-se, deve aderir com contrapartida ou parceria; se não o fizer, a ocasião estará perdida. Para poder acessá-los, deve haver alguma reserva na capacidade de investir, além das ações listadas no bojo do Plano Diretor Municipal.

4.2.2 EIXO 1 : CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO

Prancha 41

Sumário. União da Vitória “descende” do Rio Iguaçu, curso fluvial que lhe proporcionou um porto, mais tarde aproveitado como entreposto da ferrovia e, ainda hoje, a simples interposição de pontes sobre o leito do rio fez concentrar na cidade uma série de rodovias, o que tornou União da Vitória um nó de comunicações rodoviárias. Isso ajudou a manter o *status* conquistado em um século de proeminência na micro e mesorregião. Não pode, portanto, haver oposição entre a ocupação humana e a natureza, como de certo modo ocorreu com a ocupação das faixas de preservação (entendidas, aqui, como as regiões necessárias ao transbordamento do escoamento fluvial por ocasião de cheias de período de retorno não muito elevado).

Uma das diretrizes emitidas para superar essas deficiências relativas à ocupação inconseqüente do território estabelece claramente que será preciso zelar para que “ocupação urbana não utilize áreas de inundação freqüente (até 10 anos de tempo de retorno), estabelecendo ainda normas para o convívio com a possibilidade de enchentes de maior intensidade.”

Para isso, propõe-se um projeto estruturante que complemente normas rigorosas de zoneamento (vide adiante), sem deixar oportunidades para que as margens do Iguaçu venham a ser reocupadas (e as áreas próximas do rio Vermelho e do rio Guabiroba, ocupadas) o que pode ser conseguido com a construção de parques para a fruição da população. É preciso levar em conta, contudo, a dificuldade de exercer a vigilância necessariamente severa nessas regiões, para garantir que tais ocupações ou reocupações não aconteçam e isso pode ser resolvido mediante a reserva de algumas áreas para parques públicos acessíveis a toda a cidadania, concedendo-se outras para uso por parte de associações comunitárias, necessariamente limitadas em sua composição, o que implica em alguma restrição de acesso aos demais concidadãos. Como contrapartida da concessão, tais associações equiparão as áreas “abertas” e auxiliarão em sua vigilância, dispensando o Poder Público de despender excessivamente. Propõe-se, ainda, que os parques sejam circundados por ruas (ou avenidas) que lhes permitam facilmente acesso, mas que sirvam também como divisa psicológica de porte. No caso da “Ferradura” (parte mais central e antiga da cidade), já há um longo trecho da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto (que, no entanto, precisa de considerável prolongamento); junto ao rio Vermelho e também junto ao rio Guabiroba, será necessário adquirir toda a faixa destinada às futuras avenidas beira-parque (notar que, como tais vias exercem funções viárias de alguma importância, estarão contempladas, nos projetos estruturantes que tratam do sistema viário, com intervenções de técnica rodoviária).

Objetivos. O objetivo geral do Eixo 1 é o de:

Evitar a ocupação das margens dos rios Iguaçu, Vermelho, Guabiroba e d’Areia com urbanização, reservando tais regiões para preservação ambiental¹⁵² e para parques de uso geral¹⁵³.

Objetivos específicos:

- a) Manter vegetada, limpa e desimpedida a faixa destinada à preservação ambiental;
- b) Equipar e manter em uso pela população equipamento desportivo, de lazer, de convívio e de fruição, na faixa destinada aos parques;
- c) Conceder à iniciativa comunitária o uso exclusivo de trechos da faixa de parques, até o limite de metade da área total, respondendo os concessionários pelo equipamento, manutenção e vigilância da área concedida, proporcionando como contrapartida o equipamento, manutenção e vigilância de área de parque, aberta ao público, em sua imediata vizinhança, de igual tamanho;
- d) Incorporar ao patrimônio público as faixas de terras necessárias ao prolongamento da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, Rua Padre Saporitti, bem como vias marginais ao Rio Vermelho, ao Rio Guabiroba e ao Rio d’Areia, com alinhamento a ser definido por projeto do Município e largura correspondente à das vias de categoria coletora (vide adiante proposta de legislação para o sistema viário).

¹⁵² Faixa situada entre a margem do respectivo curso d’água e a curva de nível que corresponde à cota da enchente de 5 anos de tempo de recorrência (cota 745,90).

¹⁵³ Faixa entre a curva de nível correspondente à inundação de 5 anos de retorno (745,90) e a de 10 anos de retorno (746,75), sobre a qual o zoneamento estará estabelecendo a proibição de uso permanente (admitindo construções não destinadas nem a moradia nem a atividade econômica).

Ações. As ações necessárias para cumprir os objetivos do Eixo 1 serão agrupadas em dois projetos estruturantes, o primeiro destinado a obter as áreas destinadas aos parques; o segundo voltado às áreas que serão necessárias para as avenidas beira-parque. O Quadro 95 especifica as ações, dentro dos projetos estruturantes, estabelecendo ainda uma classificação das ações quanto ao prazo de implantação e quanto ao provável porte do investimento necessário.

Quadro 95
Ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 1 - Convívio Harmônico com o Rio

N	Projeto	Ação	Especificações	Prazo	Custo
2.1	Parques	Aquisição das áreas	Uso transferência PC / operações urbanas consorciadas	Curto	Médio
		Concessão a entidades	Vigilância da APP e áreas lazer	Curto / Médio	Pequeno
		Parques de acesso público	Obter como ônus de concessão		
2.2	Avenidas	Avenidas Beira-Parque	Avenida Bento Munhoz	Médio	Grande
			Rua Padre Saporitti (Rio d'Areia)	Médio	Grande
			São Cristóvão (Rio Vermelho)	Médio	Grande
			Conjuntos (Rio Guabiroba)	Médio	Grande

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Metas. Para estabelecer desde já indicadores de sucesso das ações (importantes na etapa de Plano de Ação e Investimentos), pode-se estipular para as ações que compõem os projetos estruturantes do Eixo 1 as metas constantes do Quadro 96.

Quadro 96
Metas das ações dos projetos estruturantes do
Eixo 1 - Convívio Harmônico com o Rio

N	Projeto	Ação	Metas
2.1	Parques	Aquisição das áreas	Faixas do Iguaçu: 100% adquiridas até 2013 Vermelho e Guabiroba: 60% até 2013; 100% até 2018 Rio d'Areia: 30% até 2013; 100% até 2018
		Concessão a entidades	Acompanhando a aquisição, com no máximo um ano de defasagem
		Parques de acesso público	Equipamento pronto em no máximo 2 anos após a concessão
2.2	Avenidas	Avenidas Beira-Parque	Avenida Bento Munhoz : 50% do prolongamento até 2013; 50% até 2018
			Rua Padre Saporitti (Rio d'Areia): 33% até 2013; 67% até 2018
			São Cristóvão (Rio Vermelho): 85% até 2013; 100% até 2018
			Conjuntos (Rio Guabiroba): 70% até 2013; 100% até 2018

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.2.3 EIXO 2 : UNIÃO POLINUCLEADA

Prancha 42

Sumário. A Análise demonstrou, a emissão de Diretrizes confirmou e o Eixo 2, agora apresentado, pretende direcionar a execução de ações diversas que consolidem a tendência de União da Vitória a apresentar diversos pólos de serviço à sua população urbana (é de se citar que também com relação à população rural, dentro do eixo respectivo, tal tendência se apresenta e deverá ser explorada). No caso, já é voz corrente entre a população da cidade a força da urbanização de São Cristóvão: esse distrito, doravante denominado macrozona urbana, congrega diversos bairros em torno do eixo da Avenida Paula Freitas, onde hoje já se encontra instalado importante comércio (que, todavia, ainda apresenta possibilidades de crescimento muito fortes). Por outro lado, também a zona sul (bairros do Rocio, Rio d'Áreia, Limeira, Bela Vista e São Gabriel) apresenta possibilidades de polarização, até mesmo pela distância que guarda em relação ao centro tradicional, do qual se separa por bairros industriais, a serem também aproveitados (pretende-se, com algumas operações urbanas consorciadas previstas no presente eixo, aproveitar os espaços atualmente de uso industrial para utilização residencial/comercial, deslocando as indústrias para as margens das rodovias). A região dos conjuntos habitacionais (Cristo Rei, São Judas Tadeu e João Paulo II, além de outros conjuntos menores) representa atualmente uma massa considerável de população a ser servida (tanto pelo equipamento público quanto pelo comércio e serviços a serem ofertados por particulares, o que representa interessante potencial de emprego), a qual, somada aos loteamentos situados ao lado, todos isolados do centro da cidade pelo rio Iguazu, exigem um tratamento para sua consolidação. Assim, o presente Eixo, que trata de projetos conducentes à formação de uma rede polinucleada que alivie a necessidade de transporte pessoal entre bairros, será constituído de quatro projetos, a saber:

- a) Zoneamento: voltado principalmente para a legislação, mas também para o incentivo econômico e a própria construção de obras públicas nos centros secundários;
- b) Estruturação do Sistema Viário, implantando em União da Vitória a ligação entre os centros de São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul com o centro histórico (na assim chamada "Ferradura"), além de proporcionar a fácil transposição da zona central por dois meios, sendo uma diametral e outra periférica; a consolidação de um sistema viário adequado implica inclusive na construção de uma nova ponte sobre o Iguazu, já que a chamada "Ponte Nova" (na realidade, bastante antiga) que serve hoje de acesso aos Conjuntos é notoriamente insuficiente para a finalidade a que se destina;
- c) Projeto de Operações Urbanas Consorciadas a serem incentivadas (ou até mesmo empreendidas) pela Municipalidade, de maneira a aproveitar os espaços ex-industriais inseridos na malha urbana, principalmente no caminho para a zona sul; desse projeto dependerá o sucesso da diretriz que busca criar uma centralidade sul em União da Vitória. Esse dispositivo do Estatuto da Cidade poderá ser empregado para oportunizar à iniciativa privada um melhor aproveitamento das áreas que hoje ocupa dentro do quadro urbano, incentivando-a a buscar novas locações industriais ao mesmo tempo em que se capitaliza através do aproveitamento do seu terreno atual. Isso se aplica ao próprio Município com relação à área atualmente ocupada pelo Aeroporto Municipal José Cleto, no centro de São Cristóvão;
- d) uma Política de Habitação, a ser cumprida pela companhia municipal e também por empresas provadas que vierem a se interessar, orientada no sentido de não somente promover a casa unifamiliar, em lote isolado, solução já empregada nos Conjuntos e ainda bastante solicitada pela população, mas também a construção coletiva, quer sob a forma de conjuntos horizontais (os chamados "sobrados") ou verticais (em edifícios de apartamentos, os quais já são objeto de desejo de 1/3 da população interessada em habitação social¹⁵⁴). Naturalmente essas últimas soluções representam formas de consolidar os centros secundários, através da densificação da moradia.

O Eixo 2, como se vê pelos projetos acima, cumpre com todas as diretrizes emanadas da análise sócio-espacial, bem como concorre para a satisfação da diretriz sócio-econômica que trata da descentralização do comércio abastecedor e vicinal. Sob certos aspectos, cumpre ainda com a diretriz relativa ao equipamento público, no sentido de promover a "equidade das oportunidades de acesso" todos os cidadãos, principalmente os não-moradores do centro tradicional.

¹⁵⁴ O cadastro da Companhia de Habitação e Desenvolvimento de União da Vitória, de cerca de 1.000 famílias, demonstra haver demanda para pelo menos 300 apartamentos.

Objetivos. Objetivo geral do Eixo 2:

Criar, no espaço urbano de União da Vitória, uma rede integrada de centralidades locais através do incentivo ao adensamento em São Cristóvão, nos Conjuntos e na Zona Sul.

Objetivos específicos:

- a) Oportunizar às macrozonas São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul as possibilidades legais de adensamento populacional e estabelecimento de comércio e serviços num nível abastecedor e vicinal;
- b) Interligar os centros das macrozonas São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul ao centro tradicional, através de vias de categoria arterial, adequadas à locomoção rápida e segura entre esses setores;
- c) Proporcionar ao centro tradicional (“Ferradura”) possibilidades de vias arteriais diametrais (eixo São Cristóvão-Limeira pela margem da antiga via férrea) e tangenciais (Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto e prolongamentos);
- d) Facilitar o empreendimento de operações urbanas consorciadas que aproveitem grandes espaços cujo uso atual estará desconforme com o zoneamento urbano, utilizando-as como orientadoras dos rumos a serem impressos pelo Plano Diretor Municipal à ocupação urbana;
- e) Vitalizar os instrumentos de aplicação da política voltada à habitação de interesse social em União da Vitória, incluindo a oferta de habitações conjugadas e apartamentos como meio de localizar os usuários em áreas centrais das macrozonas São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul.

Ações. As ações necessárias para cumprir os objetivos do Eixo 2, agrupadas em quatro projetos estruturantes, estão especificadas no Quadro 97, o qual, além de especificá-las, estabelece a sua classificação em termos temporais e financeiros, dentro das faixas que foram definidas e ilustradas nas Figuras 39 e 40.

Quadro 97
Ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 2 - União Polinucleada

N	Tema	Ação	Especificações	Prazo	Custo
3.1	Zoneamento	Perímetro urbano “enxuto” Criar perímetro peri-urbano	Adensar a ocupação	Curto	Sem custo
			Incentivar centralidade		
		Centros secundários	Centro de São Cristóvão	Curto	Alto
			Centro dos Conjuntos	Médio	Alto
3.2	Sistema viário	Centro histórico	Centro da Zona Sul	Longo	Alto
			Avenida Bento	Médio	Alto
			Ligação central marginal à ferrovia	Médio	Alto
		São Cristóvão	Avenida + nova ponte ¹⁵⁵	Curto	Alto
			Conjuntos	Avenida dos Conjuntos	Curto
		Nova ponte	Médio	Alto	
3.3	Operações urbanas consorciadas com incentivo municipal	Operações urbanas consorciadas com incentivo municipal	OUC Rio Iguaçu	Médio	Médio
		OUC Indústrias Urbanas	Curto	Baixo	
		OUC Aeroporto	Médio	Alto	
3.4	Política de habitação	Produção de casas e apartamentos	Produção habitação social	C/M/L	Alto
			Produção habitação média	C/M/L	Alto

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Metas. No Quadro 98, são propostos indicadores de sucesso das ações, os quais devem ser considerados uma primeira aproximação, já que serão estabelecidos com maior precisão por ocasião do Plano de Ação e Investimentos.

¹⁵⁵ A nova ponte (entre o Centro e São Cristóvão), lateral à ponte férrea que tem somente uma mão de direção no sentido centro-bairro, e respectivo prolongamento em avenida lateral à Avenida Paula Freitas constitui obra sob a responsabilidade do governo federal, que deverá ser iniciada brevemente.

Quadro 98
Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 2 - União Polinucleada

<i>N</i>	<i>Tema</i>	<i>Ação</i>	<i>Metas</i>
3.1	Zoneamento	Perímetro urbano "enxuto" Criar perímetro peri-urbano	Estabelecer o zoneamento ainda em 2008, para vigorar a partir de 2009
		Centros secundários	Centro de São Cristóvão consolidado até 2013
			Centro dos Conjuntos em consolidação até 2013; consolidado em 2018
3.2	Sistema viário	Centro histórico	Centro da Zona Sul em consolidação em 2018
		São Cristóvão	Avenida Bento prolongada, implantada (inclusive ciclovia) até 2018 → inclui prolongamento até a Zona Sul
			Eixo viário implantado (inclusive ciclovia/ciclofaixa) até 2018
		Conjuntos	Ponte e avenida implantadas até 2013 Av. Paula Freitas reformada até 2013
3.3	Operações urbanas	Operações urbanas consorciadas com incentivo municipal	Avenida dos Conjuntos c/ implantação básica até 2013 e completada até 2018
			Nova ponte em execução até 2018
			OUC Rio Iguaçu iniciada até 2013 e completada até 2018
3.4	Política de habitação	Produção de casas e apartamentos	OUC Indústrias Urbanas iniciada até 2013 e completada até 2018
			OUC Aeroporto: aeroporto em outro local até 2013; aproveitamento da área iniciado em 2013 e perto da conclusão em 2018
			Produzidas pelo menos 400 casas até 2013 (600 até 2018)
			Produzidos pelo menos 200 apartamentos até 2013 (300 até 2018)

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.2.4 EIXO 3 : QUALIDADE DE VIDA URBANA

Prancha 43

Sumário. Com a finalidade de facilitar a implantação e o controle das ações visando melhorias na infraestrutura, no equipamento urbano e nos serviços que são prestados à população, propõe-se a reunião, em um terceiro Eixo, de projetos estruturantes visando corrigir as faltas de infraestrutura que foram detectadas na fase de Análise Temática – e que se concentram nos aspectos referentes ao esgoto sanitário e à pavimentação das vias urbanas – bem como melhorar a distribuição de equipamento público o qual, conforme se referenciou na Análise Temática, cobre bastante bem a demanda, merecendo reavaliação para adequar-se aos novos tempos (nos quais a demanda por ensino fundamental deverá reduzir-se, contrapondo-se a uma solicitação mais por educação infantil). Quanto a esse último aspecto – o da eventual redistribuição espacial do equipamento público – será interessante agir em consonância com a definição de centralidades, da qual trata o eixo anteriormente tratado, incentivando ainda a localização de equipamento de serviços públicos de alçada acima da municipal (como, por exemplo, na saúde pública, na fiscalização de profissões, no ensino superior, na cultura e no incentivo ao turismo, etc.), para os quais o Município de União da Vitória deverá estar preparado para dar apoio, até mesmo em função de ser capital micro e mesorregional. Desse modo, estarão sendo cumpridas a primeira e a quarta diretrizes decorrentes dos aspectos de inserção regional, além, naturalmente, de todas as três diretrizes emanadas da análise dos aspectos relacionados com a infraestrutura, o equipamento e os serviços. Tangencialmente estarão sendo apoiadas diretrizes sócio-econômicas (reforço da centralidade de União da Vitória como criador de demanda turística) e sócio-espaciais (reforço das centralidades secundárias, sistema viário estruturante). Uma vez sendo a situação do esgotamento sanitário e da baixa cobertura de pavimentação os dois maiores problemas de infraestrutura, dedicar-se-á um projeto estruturante a cada um desses aspectos; um terceiro projeto referir-se-á ao equipamento como um todo, já que se trata de uma constelação de intervenções pontuais, as quais deverão ser precedidas da elaboração dos planos setoriais correspondentes¹⁵⁶.

Objetivos. O objetivo geral do Eixo 3 poderá ser descrito como:

Proporcionar a todos os moradores do quadro urbano de União da Vitória uma satisfatória qualidade de vida através da oferta de infraestrutura sanitária e viária, equipamento educacional, de saúde, de lazer, abastecimento e cultura e serviços públicos em geral.

Objetivos específicos:

- a) Corrigir o quanto antes a grave deficiência sanitária representada pela baixa cobertura domiciliar de esgotos sanitários, os quais deverão ser convenientemente tratados antes de direcionados ao sistema hídrico local;
- b) Incentivar a pavimentação das vias públicas urbanas componentes do sistema viário complementar (vias locais, de interesse residencial ou comercial), através da parceria entre poder público e comunidade, seja via contratação comunitária, contribuição de melhoria, ou outra forma assemelhada;
- c) Localizar a demanda e redistribuir pontualmente o equipamento público destinado a prover educação infantil e fundamental, serviços de saúde, esporte e lazer, abastecimento alimentar e iniciativas culturais, enfatizando a busca pela universalização da educação infantil.

Ações. As ações componentes dos três projetos estruturantes, especificadas e avaliadas em termos de dispêndio financeiro e ocasião de aplicação, constam do Quadro 99. Ressalve-se tratar-se de arranjo ainda provisório, a ser confirmado ou modificado na Segunda Audiência Pública, sujeito ainda ao escrutínio das possibilidades financeiras, tarefa que será encetada quando do Plano de Ação e Investimentos.

¹⁵⁶ No momento, já está em elaboração o Plano Municipal de Educação, enquanto que o Plano Municipal de Saúde, pactuado em 2006, para ter vigência até 2009 (plano de curto prazo) está em processo de implementação.

Quadro 99
Ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 3 - Qualidade de Vida Urbana

N	Tema	Ação	Especificações	Prazo	Custo
4.1	Saneamento	Esgoto Sanitário	Rede de coleta de esgoto	Curto	Alto
			Estações de tratamento	Curto	Alto
4.2	Pavimentação	Pavimentação de vias locais	Sistema comunitário	Curto	Médio
			Novas vias serão proporcionadas pela lei de parcelamentos	Curto	Baixo
4.3	Equipamento urbano	Iluminação pública	Pequeno complemento	Curto	Baixo
			Transporte coletivo	Acessibilidade / Frota e acessos	Curto
		Equipamento educação	Abrigos de ônibus	Curto	Médio
			Racionalização da rede de EEF	Curto	Curto
		Equipamento cultural	Expansão da educação infantil	Médio	Alto
			Bibliotecas / filmotecas / Incl.digital	Curto	Baixo
		Equipamento saúde	Patrimônio histórico e cultural	Curto	Baixo
			Prosseguir Plano de Saúde	Médio	Alto
Equipamento de lazer	Complemento da rede existente. (Obs. - Não inclui equipamento dos parques)	Longo	Médio		
Abastecimento	Estudar implantação de feiras	Curto	Médio		

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Metas. No Quadro 100 adiante, constam indicadores provisórios para mensurar o sucesso das ações. Até a conclusão do Plano de Ação e Investimentos, deverão ser firmados indicadores definitivos, os quais constarão inclusive dos Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias ao longo do prazo de implantação das ações do PDM.

Quadro 100
Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 3 - Qualidade de Vida Urbana

N	Tema	Ação	Metas
4.1	Saneamento	Esgoto Sanitário	Cobertura de 50% a ser atingida já em 2010. A partir de 2013, cobertura acima de 80%., chegando a 90% em 2018
			Eliminação do lançamento <i>in natura</i> do Conjunto Bento até fins de 2009. Toda a expansão da rede de coleta deverá ser acompanhada de tratamento
4.2	Pavimentação	Pavimentação de vias locais	Ultrapassar 50% da quilometragem de vias urbanas pavimentadas até 2010. Para 2013, chegar a 67% e para 2018, chegar a 80%
4.3	Equipamento urbano	Iluminação pública	Chegar a 100% das vias urbanas até fins de 2010
		Transporte coletivo	Até 2013 ter 15% da frota acessível a cadeirantes, incluindo os abrigos das linhas troncais
			Abrigos em 67% dos pontos de ônibus até 2013; 100% em 2018
		Equipamento educação	Plano Municipal de Educação concluído até 2009. Racionalização da rede de EEF até 2013
			Plano Municipal de Educação concluído até 2009. Até 2013, oferta de 1.000 vagas em educação infantil; até 2018, 2.600 vagas ou 100% da demanda.
		Equipamento cultural	Bibliotecas / Filmotecas / <i>Lan houses</i> em 50% das escolas até 2013; 100% até 2018. Centros culturais: São Cristóvão até 2012, Conjuntos até 2015, Zona Sul até 2018
			Tombamento municipal instituído até 2010, com lei de incentivos; pelo menos três construções históricas transformadas em equipamento público até 2018
		Equipamento saúde	Prosseguir execução do Plano de Saúde, chegando a 100% de cobertura com o Sistema de Saúde da Família até 2013
Equipamento de lazer	Um parque por bairro oficial + Um pavilhão de reuniões por bairro oficial – até 2010		
Abastecimento	Um espaço de feiras por macrozona até 2013 (gradual)		

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.2.5 EIXO 4 : ECONOMIA URBANA

Prancha 44

Sumário. Para “firmar União da Vitória como a capital do Sudeste Paranaense” (primeira diretriz decorrente da análise da inserção regional) não basta a liderança indiscutível que o município exerce em atividades tais como o ensino superior, ou o arranjo produtivo da madeira. É necessário manter permanentemente incentivos para que o crescimento econômico acompanhe o dinamismo da comunidade¹⁵⁷. Embora seja União da Vitória a sede de um *cluster* cujos produtos alcançam distribuição nacional, respondendo por considerável parcela do fornecimento de esquadrias de madeira do Brasil, acumulada com uma concentração da produção primária em torno da silvicultura, torna o município excessivamente dependente do desempenho desse segmento da economia. Por isso, é preciso lançar mão das demais possibilidades aduzidas pelo setor primário (serão poucas, conforme verificado na análise) e tentar alguma diversificação no campo (assunto dos projetos estruturantes do Eixo 5), mas, principalmente, é preciso lembrar que se trata de uma grande cidade... Os núcleos urbanos em geral – as cidades acima de 50 mil habitantes mais marcadamente – são “lugares centrais”, ou seja, locais onde se concentram atividades terciárias: comércio atacadista, varejista, serviços especializados para todos os níveis sociais, etc. E exatamente no setor terciário foi verificada uma certa timidez, não só de União da Vitória, mas de todo o Sudeste Paranaense. Assim, para fazer cumprir com todas as diretrizes emanadas da análise dos aspectos sócio-econômicos, cumulados com as questões tratadas na análise sócio-espacial e com o devido respeito aos condicionantes de ordem ambiental, lança-se a proposta de um eixo especial, voltado às ações de incentivo à economia urbana (complementarmente, adiante, será proposto um eixo 5, contendo ações para a economia rural), no qual se destacam:

- a) o incentivo ao estabelecimento de indústrias pesadas em bairros especiais à margem das rodovias, complementando assim os cinco parques industriais já implantados e abrindo caminho para operações urbanas consorciadas nos terrenos até agora ocupados pelas firmas na área urbana consolidada;
- b) a manutenção dos incentivos ao Arranjo Produtivo Local da madeira, concomitantemente com a diversificação industrial; o objetivo pode ser expresso pela frase: “será desejável que o país como um todo dependa das esquadrias de União da Vitória mas que União da Vitória não dependa (exclusivamente) de suas esquadrias...”
- c) a diversificação da produção industrial, através do incentivo a indústrias de processamento de alimentos, as quais deverão utilizar o produto agrícola da região, já que a produção própria do município tenderá a permanecer de pequena monta;
- d) o incentivo ao comércio (inclusive atacadista, para distribuição regional), aproveitando a centralidade do município em relação a uma região de quatrocentos mil habitantes, com poder aquisitivo não desprezível;
- e) o incentivo ao segmento de serviços em geral, mas principalmente aos serviços profissionais e técnicos, característicos de uma cidade que é capital regional.

Objetivos. Colocando as ações acima elencadas como meios de obtenção de um dinamismo econômico que faça crescer a renda individual – e, portanto, o componente que “financia” a melhor qualidade de vida que se pretende para todos – decorrem os objetivos do Eixo 5, a saber:

Objetivo geral:

Fazer crescer a economia local de maneira a proporcionar oportunidades para novos empreendimentos que produzam aumento da renda individual dos municípios.

Objetivos específicos:

- a) Proporcionar oportunidades de relocação de indústrias já estabelecidas, do ramo da madeira ou não, concomitantemente com sua modernização;
- b) Fornecer local para implantação de novas indústrias, com preferência para processadoras da produção alimentar da microrregião;
- c) Prover facilidades de implantação de depósitos de atacadistas e distribuidores;
- d) Auxiliar a localização de comércio demandante de circulação viária ao longo dos eixos viários principais definidos pela Lei do Sistema Viário (ver proposição adiante);

¹⁵⁷ Quando da análise dos fatores sócio-econômicos, ficou patente que, dentre os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a educação e a saúde chegaram a valores satisfatórios (IDH-E de 0,905 e IDH-L de 0,758, que deverá subir consideravelmente em face dos ganhos recentes no índice de mortalidade infantil), enquanto o IDH-Renda esteve em 0,717, como fruto de uma renda per capita de 1,89 salários-mínimos.

- e) Ofertar local para comércio abastecedor e vicinal nas centralidades secundárias de São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul;
- f) Criar espaços para a localização de serviços especializados profissionais e técnicos no centro histórico (“Ferradura”), utilizando inclusive mecanismos de incentivo fiscal;
- g) Realizar eventos de animação cultural do centro histórico (“Ferradura”) conveniado com empreendimentos de hospedagem, alimentação e turismo no sentido lato.

Ações. As ações do Eixo 4, agrupadas em quatro projetos estruturantes (direcionados para a indústria pesada, a indústria leve, o comércio e os serviços) constam do Quadro 101, que contém colunas para uma classificação apriorística em termos de época de sua implementação e porte do investimento que será necessário.

Quadro 101
Ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 4 - Economia Urbana

<i>N</i>	<i>Tema</i>	<i>Ação</i>	<i>Especificações</i>	<i>Prazo</i>	<i>Custo</i>
5.1	Incentivo industrial	Parques Industriais	Parques gerais	Curto	Alto
			Parques especializados	Curto	Alto
		Parques de ind. leves	Parques gerais	Curto	Alto
			Parques especializados	Curto	Alto
5.2	Incentivo comercial	Eixos comerciais	Bairros	Médio	Médio
			Avenidas periféricas do centro	Médio	Médio
		Centros de bairro	São Cristóvão / Conjuntos / Sul	Curto	Médio
5.3	Incentivo aos serviços	Valorização do setor de serviços	Operações para a valorização do centro histórico	Curto	Médio
			União da Vitória como um centro cultural	Curto	Médio

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Metas. No Quadro 102, lança-se a proposta de indicadores com a finalidade de avaliar o alcance das ações do Eixo 4. As metas numéricas (indicadores) aqui consignados devem ser encaradas como indicativas, a serem confirmadas em função do Plano de Ação e Investimentos.

Quadro 102
Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 4 - Economia Urbana

<i>N</i>	<i>Tema</i>	<i>Ação</i>	<i>Metas</i>
5.1	Incentivo industrial	Parques Industriais	Parques madeireiros (BR-476/PR-153 infraestruturados: 20 hectares até 2013 e 50 hectares até 2018
			Parques para indústria pesada não madeireira: 20 hectares até 2013 e 50 hectares até 2018
		Parques de ind. leves	Parques para indústria alimentar e assemelhada: 20 hectares até 2013 e 50 hectares até 2018
			Parques para indústria leve não alimentar: 10 hectares até 2013 e 30 hectares até 2018
5.2	Incentivo comercial	Eixos comerciais	Parques para atacadistas e transportadoras: 30 hectares até 2013 e 100 hectares até 2018
			Parques para comércio nos eixos periféricos (preferência p/oficinas): 10.000m ² até 2013 e 20.000 m ² até 2018
		Centros de bairro	Parques para comércio ao longo dos eixos do centro (“Ferradura”) 10.000m ² até 2013 e 20.000 m ² até 2018
5.3	Incentivo aos serviços	Valorização do setor de serviços	Unidades Produtivas de Negócios nos centros de bairro (400m ² construídos cada): Duas até 2013; quatro até 2018
			Operação de desenho urbano das vias do centro da cidade concluída até 2010
			Mais três imóveis antigos valorizados como centros geradores de cultura, até 2013

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.2.6 EIXO 5 : DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Prancha 45

Sumário. Apesar de seu grande percentual de urbanização, não é somente a cidade que compõe o município de União da Vitória. Seu território de 731,7 km² é habitado por cerca de 3.013 cidadãos e cidadãs, que merecem, também, as atenções do planejamento.

Como foi fartamente demonstrado na fase da análise, trata-se, a região rural de União da Vitória, de um território dobrado, dominado pelas escarpas da Serra da Esperança e pelas várzeas dos afluentes do Rio Iguaçú. Os solos são, em sua maioria, inaptos a um aproveitamento intensivo, embora se prestem à silvicultura. Em face do estágio atual da técnica e as oportunidades econômicas, deve União da Vitória, enquanto município, renunciar à velezade de abastecer-se localmente (segurança alimentar), voltando os olhos para a sua microrregião, especialmente os municípios situados a leste (Paula Freitas e Paulo Frontin), de indiscutível vocação agroalimentar. É o caso, por outro lado, de unir-se aos municípios situados a oeste (Bituruna, General Carneiro) na exploração da silvicultura, abastecedora da indústria madeireira, papelreira e principalmente de artefatos de madeira destinados à construção civil (portas e janelas), que, reunidos no arranjo produtivo local, destacam-se no cenário econômico nacional. A pequena produção deverá ser encarada como forma de prover de renda a população residente na zona rural, buscando-se a especialização em nichos nitidamente caracterizados, como parece ser o caso do promissor núcleo local de agricultores orgânicos.

A condição “faxinalense”, resquício de exploração agropecuária encetada de maneira harmônica com o ambiente (tanto que poderá motivar registro das áreas de exploração sustentável para fins de ICMS ecológico), persiste no alto da Serra da Esperança.

Mas é, sobretudo, a condição de atração turística que paira sobre a zona rural de União da Vitória, estando já sob exploração no tocante ao eco-turismo e/ou turismo de aventura (a “Rota das Cachoeiras” é formada por um grande número de atrações pontuais), à qual pode se somar a condição de “terra de imigrantes”, basicamente alemães, poloneses e ucranianos, com suas pequenas propriedades rurais e construções características, foco da atenção de turistas interessados em aspectos culturais, não somente do eixo metropolitano brasileiro, mas também dos moradores de partes do Paraná onde se fixaram descendentes, hoje saudosos da terra de assentamento de seus ancestrais.

Por esse motivo, para cumprir com as diretrizes decorrentes da análise dos aspectos ambientais, que privilegiam a noção de sustentabilidade do meio natural (“incentivar a silvicultura, o turismo rural e a atividades especializadas [agricultura orgânica no sul e faxinalense ou “caipira” no norte; piscicultura nas várzeas em geral] como meios não agressivos de uso do território”) quanto àquelas voltadas a um conceito de sustentabilidade social, decorrentes da análise dos aspectos sócio-econômicos (“promover o turismo rural, tanto o calcado em atrativos naturais [aprofundamento da Rota das Cachoeiras] quanto o de fundo histórico-étnico [Rota dos Imigrantes], bem como o função da cidade como ponto de apoio ao turismo rural e regional”), é o caso de se propor um conjunto de ações específico para a zona rural, denominado de Eixo de Desenvolvimento Rural Sustentável, contemplando projetos estruturantes, a saber:

- a) Economia Rural, conjugando ações voltadas à promoção do reflorestamento da pequena propriedade (já que as propriedades maiores já são contempladas por contratos e convênios com grandes empresas), incentivo ao nicho de produção orgânica nas proximidades das estradas e terras boas, de piscicultura nas várzeas, especialmente do Rio Vermelho e, ainda, a produção de matiz “faxinalense” ou “caipira”, a ser desenvolvida no alto da Serra da Esperança;
- b) Turismo Rural, contemplando tanto a Rota das Cachoeiras já existente (com apoio à implantação de pousadas, cabanas, *campings* e dispositivos de conforto e segurança para o turismo de aventura) quanto a Rota dos Imigrantes a ser promovida (apoando, neste caso, pousadas, restaurantes e pontos de apoio com características arquitetônicas em respeito à tradição local, lembrando que esse projeto pode – e deve – ser desenvolvido em conjunto com o município de Cruz Machado, vizinho ao norte);
- c) Estradas Rurais de qualidade, necessárias ao escoamento da produção orgânica que deverá ser encaminhada rapidamente ao mercado e necessárias também para dar segurança e conforto ao turista, especialmente aquele que *não* estiver interessado em aventuras rodoviárias.

Objetivos. O objetivo geral do Eixo de Desenvolvimento Rural Sustentável será o de

Estabelecer uma forma própria de desenvolvimento para a zona rural de União da Vitória que contemple a promoção de renda e ocupação às pessoas lá residentes sem comprometimento das características naturais, que deverão ser enfatizadas como atrativos.

Os objetivos específicos poderão ser descritos como:

- a) Criar formas de exploração silviagropecuária apropriadas às condições naturais e sociais de cada região do território, privilegiando a pecuária faxinalense no norte, a agricultura orgânica no leste, piscicultura nas várzeas, reflorestamento familiar e fruticultura disseminadamente, incluindo projetos e programas de fornecimento de insumos, serviços e orientação técnica para assegurar alto nível de qualidade à produção a ser obtida;
- b) Encetar programas permanentes de turismo rural, na vertente dedicada ao eco-turismo e turismo de aventura, bem como na vertente do etno-turismo ou turismo cultural de celebração da imigração européia ao sul paranaense, contemplando, em ambos os casos, incentivos especiais (inclusive fiscais) para o estabelecimento de hotéis, pousadas, restaurantes, casas de lanche, *campings*, parques, e demais instalações para recepção de turistas;
- c) Manter um sistema de estradas rurais de qualidade, no escopo da Lei do Sistema Viário, especialmente as estradas rurais principais, a serem pavimentadas durante o decênio 2009-2018, como apoio à produção de orgânicos e ao etno-turismo.

Ações. As ações componentes dos três projetos do Eixo 4 constam do Quadro 103, onde estão sendo lançadas também a) uma avaliação a respeito da época em que serão oportunas, bem como b) uma estimativa de seu custo, ambas seguindo a classificação que foi estabelecida nas Figuras 39 e 40.

Quadro 103
Ações componentes dos projetos estruturantes do
Eixo 5 - Desenvolvimento Rural Sustentável

N	Tema	Ação	Especificações	Prazo	Custo
1.1	Economia rural	Silvicultura familiar	Incentivo à poupança verde	C/M/L	Baixo
			Contemplar espécies nativas		
		Produção orgânica	Incentivo à produção	C/M/L	Médio
			Incentivo à comercialização		Médio
		Produção faxinalense	Criação de frango e suíno "caipira"	C/M/L	Baixo
			Abatedouro / distribuição		Médio
Piscicultura	Aproveitamento das várzeas	C/M/L	Baixo		
	Abatedouro / distribuição		Médio		
1.2	Turismo rural	Rota das Cachoeiras	Instalação de parques	Longo	Médio
			Incentivo a <i>campings</i> e pousadas	Longo	Baixo
		Rota dos Imigrantes	Parques temáticos	Longo	Médio
			Incentivo restaurantes/pousadas	Médio	Baixo
1.3	Estradas	Rotas da produção	Estrada do Rio Vermelho	Médio	Médio
		Caminhos do turismo	Acesso parques, pousadas, etc.	Longo	Alto

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Metas. Para que o planejamento ora encetado seja conseqüente, isto é, que tenha resultados na melhoria da qualidade de vida da população, é necessário estabelecer com clareza aonde chegar e quando chegar, dispondo dos meios que se dispõe. As metas preliminares das ações do Eixo 5 são as que constam do Quadro 104, com a lembrança de que será necessário elaborar detalhadamente cada ação, o que ocorrerá na etapa de Plano de Ação e Investimentos, dentro do escopo do presente PDM.

Quadro 104
Metas das ações componentes dos projetos estruturantes do Eixo 5 -
Desenvolvimento Rural Sustentável

N	Tema	Ação	Metas
1.1	Economia rural	Silvicultura familiar	Agregar no mínimo 50 pequenos proprietários ao programa, até 2013; 80 até 2018 Reservar 20% das metas acima para reflorestamento energético (bracatinga ou espécies semelhantes)
		Produção orgânica	Agregar no mínimo 25 produtores orgânicos ao programa até 2013, subindo para 40 até 2018 Edificar central de embalagem até 2013 e fábrica de conservas e/ou geléias até 2018
		Produção faxinalense	Agregar no mínimo 22 produtores ao programa de avicultura “caipira” e pelo menos 10 produtores ao sistema de suinocultura “plaina ir” Instalar abatedouro de aves até 2018, com estrutura de veículos para distribuição ao mercado
		Piscicultura	Recuperar tanques de pelo menos 15 e agregar outros 15 aqüicultores até 2013, passando a 40 até 2018 Instalar frigorífico de peixes até 2018, contemplando também veículos para distribuição ao mercado
1.2	Turismo rural	Rota das Cachoeiras	Transformar 10 locais das cachoeiras em parques municipais (aquisição, comodato ou convênio) até 2013; 15 até 2018. Em todos eles, instalar sanitários, quiosques, cercas e porteiras, bem como armazenar equipamento de primeiros socorros Incentivar a instalação de pelo menos 3 <i>campings</i> e 3 pousadas até 2013; 5 <i>campings</i> e 3 pousadas até 2018
		Rota dos Imigrantes	Criar parques de apoio junto às capelas, moinhos, antigas sedes de chácaras, etc., (aquisição, comodato ou convênio; equipados com sanitários, <i>posters</i> , bancos, etc.) em quantia de pelo menos 5 até 2013 e 10 até 2018 Incentivar a instalação de pelo menos 2 pousadas e 2 restaurantes até 2013; 5 pousadas e 5 restaurantes típicos até 2018.
1.3	Estradas	Rotas da produção	Recuperar o pavimento da estrada do Rio Vermelho e pavimentar o ramo oeste da mesma, até 2018
		Caminhos do turismo	Pavimentar (se possível com pedras) a antiga estrada de Cruz Machado, até 2018

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.3

PROPOSTAS PRELIMINARES DE REGULAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

4.3.1 USO DO SOLO

Pranchas 46 e 47

Uso do Solo Municipal. A definição do zoneamento de uso do solo rural não possui o mesmo efeito do zoneamento do solo urbano, pois a Prefeitura Municipal não tem o poder de polícia para embargar usos não condizentes e mesmo a fiscalização ambiental fica sujeita às ações do Instituto Ambiental do Paraná. Assim, as definições da lei se aplicam na forma de racionalizar os incentivos dados pelos governos municipal, estadual e federal e nortear a emissão de anuências necessárias para licenciamentos, oferecendo a comunidade uma leitura das condicionantes e potencialidades naturais do território, sobrepostas a forma com que as terras tem sido utilizadas historicamente, de forma a definir usos sustentáveis do ponto de vista ambiental e social para cada porção do município.

A proposta apresentada na Prancha 46 delimita sete zonas de uso do solo municipal, sendo as zonas urbanas (de União da Vitória e de São Domingos) e as zonas de transição urbano-rural sujeitas aos parâmetros de ocupação da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano. As zonas incidentes sobre o território rural foram estipuladas a partir da Classificação da Embrapa, que relaciona as características do solo (fertilidade, profundidade, declividade) com o tipo e intensidade do uso adequado. Para definição de áreas para preservação ambiental (ZP) foram também respeitadas as leis estaduais e federais relacionadas, em especial o Código Florestal (Lei Federal 4771/65 e alterações), tanto no que se refere às áreas destinadas à mata ciliar quanto à preservação dos topos dos morros. Além dessas áreas foram definidas como Zona de Preservação Ambiental as encostas com mais de 30% de declividade, onde o uso seria desinteressante também do ponto de vista econômico. Esta decisão teve impacto principalmente nas encostas junto às nascentes do Rio Vermelho e do Rio da Prata, formando uma extensa linha na porção central do município com área de aplicação reduzida.

As zonas de exploração restrita também possuem uma área relativamente pequena, correspondendo às áreas de várzea e de declividades entre 18% e 30%, concentradas nas áreas baixas dos mesmos rios acima citados. As áreas de exploração extensiva, semi-intensiva e intensiva tiveram sua definição mais baseada na aptidão do solo, mantendo de certa forma os usos atuais na maior parte do território. Assim fica clara a vocação local para silvicultura e o potencial agrícola da região leste, se possível mantendo o bom trabalho na área de orgânicos que já destaca o município no cenário estadual.

Quadro 105

Proposta de zoneamento de uso do solo municipal

Zona	Sigla	Preservação	Silvicultura	Pecuária		Agricultura			
				Extensiva	Intensiva	Restrita	Moderada	Intensiva	Muito intensiva
Classificação EMBRAPA		VIII	VII	VI	V	IV	III	II	I
Zona urbana	ZU	A	X	X	X	X	X	X	X
Zona peri-urbana	ZPU	A	P	P	A	A	A	A	A
Zona de exploração intensiva	ZI	A	P	A	A	A	A	A	A
Zona de exploração semi-intensiva	ZS	A	A	P	A	A	A	P	X
Zona de exploração extensiva	ZE	A	A	A	P	A	P	X	X
Zona de exploração restrita	ZR	A	P	X	X	P	X	X	X
Zona de preservação ambiental	ZPA	A	X	X	X	X	X	X	X

Abreviaturas: **A** = adequado; **P** = permissível; **X** = proibido

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Perímetro Urbano e Peri-urbano. Verificando-se a classificação das zonas de uso do solo municipal, proposta anteriormente, nota-se que foi prevista, junto à aglomeração urbana, uma zona de transição, com as mesmas características de uso da zona de exploração intensiva. Isso decorre, em parte, da sua proximidade em relação aos mercados, o que favorece usos intensivos, especialmente a

horticultura, a fruticultura e a criação de pequenos animais. Entretanto, a própria situação de vizinhança com a zona urbana impõe limites quanto às técnicas de uso (não se pode permitir queimadas, bem como o uso de defensivos ou fertilizantes sob a forma de aerossóis, que irão afetar o sistema respiratório dos habitantes urbanos), bem como quanto às questões de ruído e odor (parece ser o caso de permitir apenas a criação de animais de modo não confinado, mas com responsabilidade de recolhimento a abrigos), regras essas que poderão ser estipuladas pelo Código de Posturas e reforçadas na redação da Lei de Uso do Solo Municipal. O que se deve deixar extremamente claro, na redação desta última lei, é que a zona urbana não de maneira alguma indicada para atividades agrícolas, pecuárias ou de silvicultura, devendo destinar-se à moradia, ao comércio, serviços, enfim, para atividades especificamente urbanas, enquanto que o convívio – devidamente regulamentado – das atividades urbanas (mesmo que incipientes) com as atividades rurais (mesmo que residuais) exige a consideração de uma zona peri-urbana (com o prefixo denotando claramente sua condição periférica, isto é, de contorno). Por esse motivo, o perímetro urbano deverá ser enxuto – isto é, restringir-se às zonas cuja densidade esteja acima de 10 habitantes por hectare, com arruamento aberto e pelo menos alguns itens de infraestrutura instalados – resguardando-se o restante do espaço para a zona de transição. Esta última terá como divisa com a zona rural o perímetro peri-urbano, a ser descrito, do mesmo modo que o urbano, através de vértices devidamente georreferenciados. Não ocorrerá, a princípio, nenhuma restrição de natureza tributária, uma vez que na zona de transição os imóveis com uso do tipo urbano pagarão IPTU – uma vez que o Código Tributário do Município estende a tributação aos imóveis de uso urbano *em qualquer porção territorial* – enquanto que os imóveis voltados à produção primária pagarão ITR, como aliás já vem sendo feito há décadas. Se ganha em clareza, com a subdivisão proposta e, sobretudo, evita-se seja o Município onerado com a obrigação de estender infraestrutura, equipamento e serviços de natureza urbana a localidades que ainda não têm a densidade mínima necessária para assegurar retorno aos investimentos.

Uso e Ocupação do Solo Urbano. O zoneamento de uso e ocupação do solo urbano vigente atualmente em União da Vitória, datado de 1992, define a imagem da cidade resultante de sua teórica aplicação integral formando uma escala de densidades e gabaritos crescente a partir das áreas sujeitas a inundação em direção à divisa com Porto União, onde a densidade projetada é alta, com áreas de média densidade ao redor desse centro e na parte central do São Cristóvão. Os Conjuntos receberam o mesmo tratamento da Região Sul, do Navegantes e das áreas periféricas do São Cristóvão, mantendo uma certa relação com as cotas de inundação mas não as aplicando de forma efetiva. No Plano Diretor Georreferenciado de 2002 citou claramente esta aplicação efetiva proposta pelo Plano Diretor de 1996, talvez um dos motivos para não aprovação integral desse documento.

A aprovação do Plano Diretor de Porto União em 2006 trouxe a essa complexa decisão mais um componente: no lado catarinense foi aprovado um zoneamento extremamente permissivo, com uma área de alta densidade extensa e dissociada do Sistema Viário, com potencial construtivo que chega ao gabarito de 20 andares. Em função da cidade vizinha possuir um status social um pouco superior à União da Vitória, colocou-se claramente a necessidade de se propor um potencial construtivo similar para o centro paranaense, não possibilitando que o mercado imobiliário, em especial aquele de edifícios voltados à classe média, migrasse para o outro lado da ferrovia desativada.

A proposta debatida com a população buscou encontrar um pacto que fosse viável, mas não deixasse de buscar enfrentar os problemas existentes na cidade. As áreas destinadas à preservação ambiental foram limitadas às áreas com recorrência de inundação de tempo de recorrência de 5 anos (cota 745,90), sendo o restante das áreas legalmente protegidas para manutenção da mata ciliar, colocadas dentro de uma zona de contenção da ocupação (zona de uso restrito, entre a cota 745,90 e a cota 746,75, que corresponde à cheia de 10 anos de retorno), onde não será possível ampliar as construções existentes, a não ser para colocação dos cômodos de permanência em cota superior e onde serão utilizados os instrumentos da Transferência do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas para tentar, a longo prazo, destinar toda a faixa de 200 metros das margens do Rio Iguaçú para atividades de lazer e criação de espaços para vazão dos picos de enchente. Neste sentido o maior conflito encontra-se na região de Navegantes, ocupação ligada umbilicalmente ao rio em função do ciclo da navegação, fato que tem que ser respeitado dentro da proposta de intervenção. Além dessa zona, definida pela recorrência de inundação de até 10 anos (cota 746,75), foi estipulada uma segunda zona de contenção da ocupação (zona de densidade muito baixa), com recorrência de inundação de até 25 anos (cota 747,82)¹⁵⁸, onde as ocupações deverão respeitar cota mínima de soleira, sendo a longo prazo proposto um nivelamento mais adequado também das ruas.

¹⁵⁸ Durante as discussões com a Equipe Técnica e com a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, foi inicialmente adotada a cota da enchente de 50 anos de tempo de recorrência como “limite” da situação normal com a situação

As demais zonas se definem mais pela densidade proposta e pelo uso permitido. Foram propostas duas zonas industriais distintas, uma voltada para empreendimentos de grande porte, no contorno rodoviário e uma para atividades não residenciais de médio porte, nos eixos rodoviários, mais próximos das moradias dos trabalhadores. As tabelas abaixo mostram a definição dos usos a serem utilizadas como parâmetro para o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano.

Quadro 106
Proposta de classificação dos usos urbanos

Sigla	Descrição
HUF	Habitação unifamiliar, ocupando lote individualizado
HMH	Habitação em série, com acesso individualizado, paralela ou transversal à rua (vila)
HMV	Habitação multifamiliar, com acesso coletivo (apartamentos)
NRB	Atividade não-residencial com baixo impacto (atração de veículos com P < 7 ton)
NRA	Atividade não-residencial com alto impacto (atração de veículos com P > 7 ton)
EPI	Edificação destinada a fins públicos e/ou institucionais, sem moradia anexa

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Quadro 107
Proposta de classificação dos usos não-residenciais quanto ao porte

Porte	Descrição
Atividade anexa à residência	Atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços anexa à moradia, com área útil de até 50m ² , recursos humanos de até 5 pessoas (inclusive proprietários e familiares) e atração de até 10 veículos leves e até 3 veículos médios (PBT até 7 toneladas) por dia.
Atividade não-residencial de pequeno porte	Atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços anexa à moradia, com área útil de até 200m ² , recursos humanos até 15 pessoas (inclusive proprietários e familiares) e atração de até 20 veículos leves e até 8 veículos médios (PBT até 7 toneladas) por dia.
Atividade não-residencial de médio porte	Atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços anexa à moradia, com área útil de até 500m ² , recursos humanos até 25 pessoas (inclusive proprietários e familiares) e atração de até 40 veículos leves e até 12 veículos médios (PBT até 7 toneladas) por dia.
Atividade não-residencial de grande porte	Atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços anexa à moradia, com área útil, recursos humanos e atração de tráfego de veículos leves e/ou médios acima dos estabelecidos para o porte médio

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Por fim, a área urbana voltada para usos residenciais e comerciais é dividida em três zonas, de acordo com a densidade permitida. A zona de densidade baixa define os parâmetros básicos de ocupação do solo urbano de União da Vitória, voltada para um uso predominantemente residencial. A zona de média densidade corresponde às regiões centrais dos compartimentos e a região ao redor do centro, além de expandir pelos principais eixos viários da cidade, onde se pretende incentivar o uso comercial vicinal, permitindo uma certa verticalização para este fim. A zona de alta densidade corresponde ao contraponto legal ao zoneamento de Porto União, formando uma área contínua onde serão permitidos edifícios de grande altura, projetando a extensão do centro para sul de acordo com o que vem naturalmente ocorrendo nos últimos anos de forma natural. Os quadros a seguir trazem as propostas de parâmetros para uso e ocupação do solo em cada zona, de acordo com a Prancha 46.

de risco, devendo todos os compartimentos de uso prolongado das construções serem edificados acima da cota 748,62, conforme a sugestão de Tucci e Villanueva (ver Análise Temática Integrada, item Hidrografia). Posteriormente, essa cota foi reduzida à da inundação de 25 anos de tempo de retorno, lembrando que esse prazo é o comumente adotado para obras de macrodrenagem urbana, de modo geral, de forma que não se justificaria tanto rigor. Por outro lado, caso ocorra uma enchente com 50 anos de Tr, ela produzirá, sobre os compartimentos que estiverem respeitando as regras aqui propostas, não mais de 80cm de lâmina d'água.

Quadro 108
Proposta de zoneamento de uso do solo urbano

Zona	Sigla	Habitação unifamiliar	Habitação multifamiliar horizontal	Habitação multifamiliar vertical	Edificação não-residencial de baixo impacto	Edificação não-residencial de alto impacto	Edificação de uso público ou institucional
		HUF	HMH	HMV	NRB	NRA	EPI
Zona urbana de preservação ambiental	ZPA	X	X	X	X	X	X
Zona urbana de uso restrito	ZUR	X	X	X	X	X	P
Zona urbana de densidade muito baixa	ZDM	A	X	X	P	X	A
Zona urbana de baixa densidade	ZBD	A	A	P	P	X	A
Zona urbana de média densidade	ZMD	A	A	A	A	X	A
Zona urbana de alta densidade	ZAD	A	A	A	A	X	A
Zona de indústrias leves e serviços pesados	ZIL	P	X	X	P	A	P
Zona de indústrias pesadas	ZIP	P	X	X	P	A	P
Zona especial de transição	ZET	A	X	X	P	X	A

Abreviaturas: **A** = adequado; **P**= permitido sob licença especial (conforme a lei); **X** = proibido

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Quadro 109
Proposta preliminar para os índices de ocupação do solo urbano

Zona	Sigla	Coef. de aproveitamento		Taxa de ocupação (%)		Altura máxima da edificação (m) (3)			Tamanho mínimo do lote		Recuos mínimos (m)						Impermeabilização Máxima (%)
		Básico	Máximo	Base	Torre	Base	Torre	Total	Área (m ²)	Frente (m)	Frontal	de esquina (4)	Laterais		Fundos		
													Base	Torre	Base	Torre	
Zona urbana de preservação ambiental	ZPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona urbana de uso restrito	ZUR	0,30	0,30	10%	-	6,00	-	6,00	1.000	20,00	8,00	4,00	4,00	-	4,00	-	15%
Zona urbana de densidade muito baixa	ZDM	0,50	0,50	30%		6,00	-	6,00	350	14,00	4,00	2,00	2,00	-	2,00	-	40%
Zona urbana de baixa densidade	ZBD	1,00	1,00	50%		6,00	-	6,00	300	12,00	4,00 (5)	2,00	-	-	-	-	60%
Zona urbana de média densidade	ZMD	1,00	2,00	70%	50%	6,00	6,00	12,00	250	10,00	4,00 (5)	2,00	-	2,00	-	2,00	80% (2)
Zona urbana de alta densidade	ZAD	1,00	4,00	90%	60%	6,00	30,00	36,00	200	8,00	4,00 (5)	2,00	-	h/6 (1)	-	h/6 (1)	100% (2)
Zona de indústrias leves e serviços pesados	ZIL	0,50	0,50	50%		6,00	-	6,00	1.000	20,00	8,00	4,00	2,00	-	2,00	-	60%
Zona de indústrias pesadas	ZIP	0,30	0,30	30%		6,00	-	6,00	3.000	30,00	12,00	6,00	4,00	-	4,00	-	40%
Zona especial de transição	ZET	0,50	0,50	30%		6,00	-	6,00	350	14,00	4,00	2,00	2,00	-	2,00	-	40%

Observações:

(1) h/6 = fração de 1/6 da altura total da edificação, em metros, contada do meio de frente a entrada principal, igual ou superior a 2,00m

(2) Obrigatório dispositivo de captação e armazenamento de águas pluviais do telhado e demais superfícies, com utilização da água e/ou dispositivo de infiltração para recarga do lençol freático

(3) Exceto o caso de campanários, reservatórios elevados, antenas de radiotransmissão, elevadores de cereais, passarelas de fitas transportadoras e outros equipamentos mecânicos necessários ao processo industrial, devendo em todos os casos o projeto ser submetido à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Urbano ou Rural, dependendo da localização da zona onde situados.

(4) O recuo de esquina, se reduzido em relação ao recuo frontal, aplica-se à testada maior;

(5) Ficam dispensados do recuo frontal as garagens e os compartimentos de uso não-residencial (escritórios, consultórios, lojas, salões, etc.), desde que não ocupem mais do que 50% da frente do lote, na ZBD, podendo utilizar toda a testada na ZMD e ZAD.

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.3.2 SISTEMA VIÁRIO

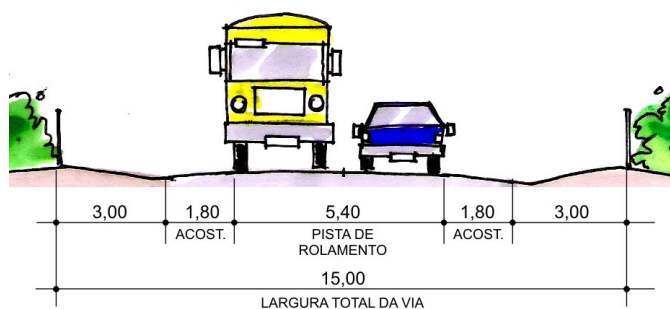
Pranchas 46 e 47

Sistema Viário Municipal. O esqueleto viário do sistema municipal é formado pelas rodovias estaduais e federais que cortam o território, não sendo previsto, mesmo a longo prazo, a construção de novas estradas que possam vir a alterar esta rede estruturante¹⁵⁹. Para as demais vias municipais foram propostas 3 categorias, conforme figuras abaixo.

As vias principais correspondem àquelas que acessam as principais comunidades rurais, em especial na continuidade do trecho já pavimentado da estrada do Rio Vermelho e na estrada de grande potencial turístico que liga a PR-447 ao Rio dos Banhados e Barra do Palmital. As vias secundárias são as vias de ligação como as principais comunidades rurais, servindo de base para os sistemas de transporte coletivo e escolar, motivo pelo qual se buscou criar algumas rotas perimetrais ligando as comunidades entre si, mesmo em áreas de declividade média e alta. As demais vias e ramais serão tratadas dentro do sistema terciário, devendo receber manutenção com recursos públicos apenas as estradas dentro de áreas particulares que acessarem outras propriedades.

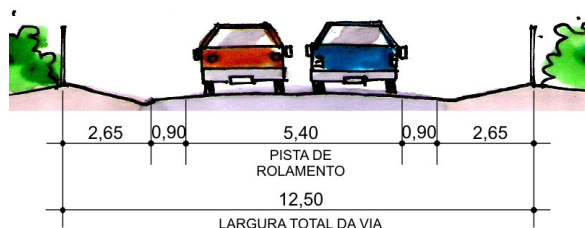
Para implantação dos parâmetros mínimos apresentados nas figuras abaixo será necessário trabalho de longo prazo com os proprietários das áreas vizinhas, em função da necessidade de alargamento e implantação de drenagem, pelo menos em todas as vias secundárias.

Figura 41
Seção transversal proposta para as vias rurais principais



Obs. Esquema sem escala.
Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

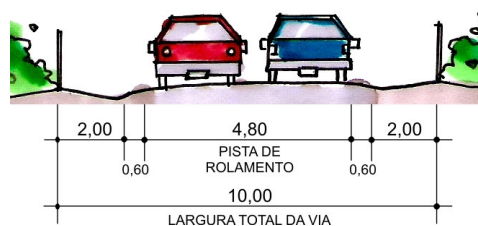
Figura 42
Seção transversal proposta para as vias rurais secundárias



Obs. Esquema sem escala.
Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

¹⁵⁹ Mesmo a ligação planejada entre União da Vitória e Guarapuava deve utilizar dentro do município a linha da PR-447, que hoje acessa a cidade de Cruz Machado, dada a barreira física representada pela Serra da Esperança.

Figura 43
Seção transversal proposta para as vias rurais terciárias



Obs. Esquema sem escala.
Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Sistema Viário Urbano. O tamanho da área urbana de Porto União da Vitória exige que seja planejado um sistema viário eficiente, capaz de suportar o aumento da frota de veículos e de integrar o lado paranaense e catarinense sem a criação de gargalos. A hierarquização das vias é passo fundamental neste sentido, criando trajetos prioritários para fluxos intermunicipais, interbairros e locais, eixos comerciais e vias que desviem regiões centrais com tráfego lento em função da densidade do comércio. Para esta finalidade foi proposta a hierarquização exposta na Prancha 46, evitando utilizar trajetos dentro de Porto União para deslocamentos de União da Vitória, mas integrando-se ao sistema viário do município vizinho de forma a implantar um todo coeso.

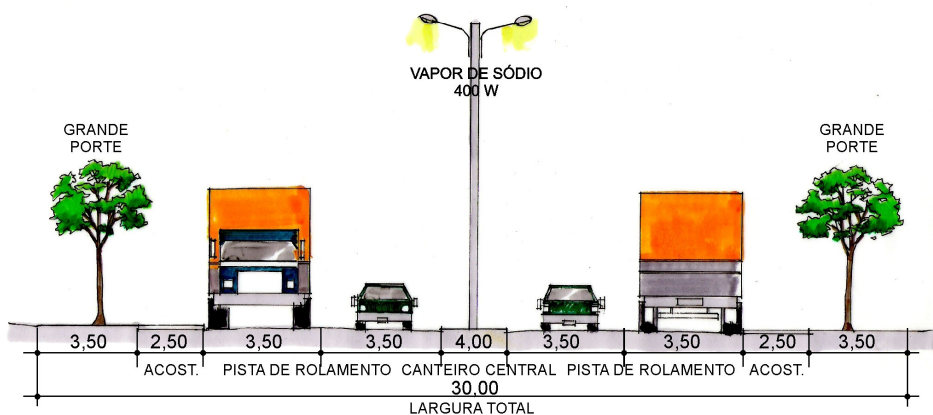
Os eixos rodoviários foram definidos como uma categoria viária à parte, destinada a fluxos que não adentram a cidade, apesar de alguns loteamentos utilizarem a rodovia BR-153 para se interligarem ao restante, em especial o Nossa Senhora das Graças, São Luiz e Jardim Roseira, que demandarão marginais e cruzamentos em desnível para reduzir os riscos dessa relação. Além do eixo rodoviário da BR-153 foi necessário planejar um contorno rodoviário na região leste da cidade, buscando direcionar o tráfego da BR-280, em Porto União, para a BR-153, já na saída para Paula Freitas. Apesar dessa configuração não permitir que se tire maiores proveitos da “fachada comercial” dessa nova rodovia, foi necessário se evitar o conflito com as ocupações residenciais já existentes.

As vias arteriais organizam os fluxos interbairros e estruturam o esqueleto viário, devendo possuir uma caixa que suporte o trânsito previsto a longo prazo. De forma geral já correspondem às grandes avenidas da cidade, não necessitando de alargamentos significativos. Para formatar um contorno da área de tráfego central da “Ferradura” será necessário abrir um trecho beira-parque na Avenida Bento Munhoz da Rocha, com ligação mais direta até a Limeira, formando uma via que distribui os fluxos provindos das pontes.

A rede de vias coletoras buscará organizar o trânsito dentro dos bairros, conduzindo os percursos locais até as vias arteriais e dando suporte para os eixos comerciais que cortam a cidade, formando uma grelha com distância entre si de mais ou menos 600 m. As vias locais, por sua vez, correspondem a todo restante do sistema viário, onde o tráfego deve ser lento e o pedestre priorizado. Assim, deve-se prever o atendimento da grande demanda por pavimentação nesta categoria com caixas de rolamento na faixa de 6 metros, reduzindo os custos em relação ao modelo que vem sendo implantado e favorecendo a segurança à medida que força uma redução na velocidade dos veículos. A maioria das vias ainda não abertas estão inseridas na categoria de via local, devendo-se reverter a situação jurídica das áreas de ruas não abertas situadas em área de recorrência de inundação inferior a 50 anos, impedindo de forma definitiva a re-ocupação de lotes legais em situação de risco.

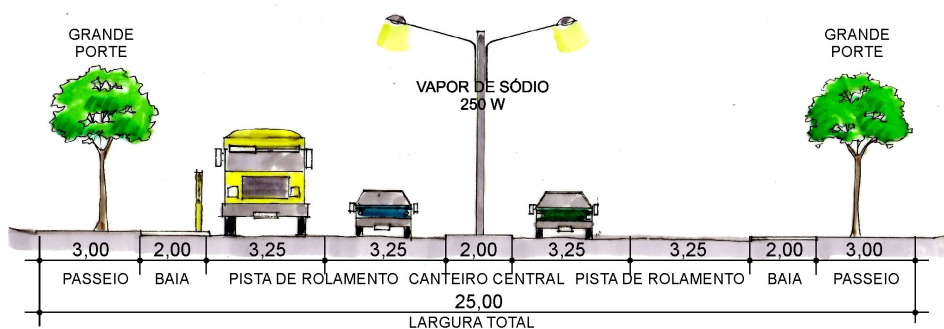
As características mínimas propostas para cada categoria de via urbana estão exposta abaixo. Além das questões referentes à caixa de rolamento e calçadas para pedestres, a hierarquização viária prevê também a hierarquização da arborização e iluminação pública, permitindo fácil leitura por parte do motorista de que tipo de postura ele deve tomar.

Figura 44
Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria expressa



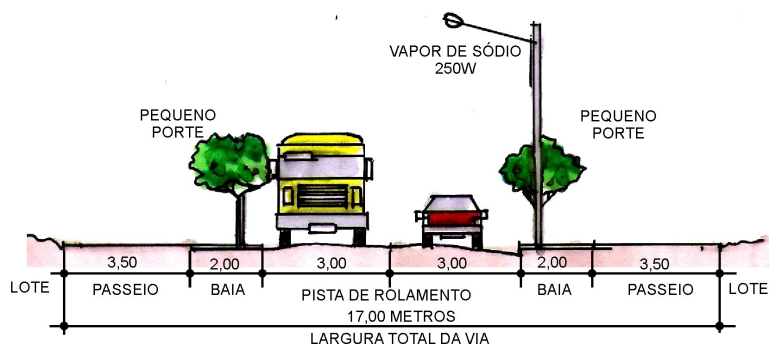
Obs. Esquema sem escala.
 Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Figura 45
Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria arterial



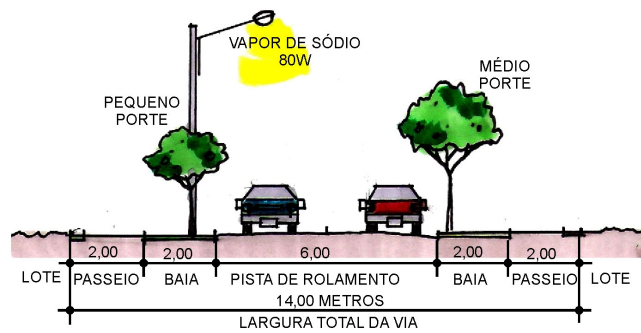
Obs. Esquema sem escala.
 Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Figura 46
Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria coletora



Obs. Esquema sem escala.
 Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Figura 47
Seção transversal proposta para as vias urbanas de categoria local



Obs. Esquema sem escala.
Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Além da ponte ligando a “Ferradura” ao São Cristóvão atualmente em fase de viabilização, foi prevista também a implantação de uma ponte ligando a Avenida Bento Munhoz da Rocha aos Conjuntos, reduzindo os trajetos para os moradores residentes neste compartimento. Enquanto a ponte planejada não interfere na rede de vias arteriais e coletoras próximas, a implantação da ponte para São Cristóvão demandará a implantação de uma via coletora próxima à divisa com Porto União (Rua Visconde de Nacar/Rua Carlos Cavalcanti), passando em frente à Estação Ferroviária.

Complementando o sistema viário urbano foi proposta a estruturação de uma rede de ciclovias, aproveitando partes já implantadas e a grande aceitação por este meio de transporte principalmente nos fluxos casa-trabalho. A Figura abaixo mostra a proposta básica para o sistema de transporte alternativo de União da Vitória.

Figura 48
Proposta de sistema de transporte alternativo
Em verde ciclovias principais, em marrom transposição em desnível com ciclo-faixa



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Parcelamento do Solo Urbano. A discussão “de fundo” a respeito da legislação que irá reger o parcelamento de solo urbano diz respeito às exigências a serem impostas aos empreendedores relativamente à infraestrutura dos novos loteamentos. A um grau baixo de exigências corresponderá um custo baixo por unidade imobiliária, ficando a Municipalidade responsável por suprir os itens faltantes, geralmente os mais caros (pavimentação e rede de esgotos).

A Análise Temática Integrada, quando da verificação da cobertura da infraestrutura, demonstrou que o Poder Público – impulsionado, de qualquer modo, pela retribuição financeira dos cidadãos-consumidores – não tem conseguido vencer as deficiências, estando a pavimentação com cobertura abaixo de 40% e a rede de esgoto, de apenas 23%. Por outro lado, a mesma Análise Temática Integrada demonstrou, no seu item relativo às densidades da ocupação urbana (aspectos sócio-espaciais), a existência de uma grande quantidade de loteamentos componentes da malha urbana, com muitos lotes baldios. Sendo de 1.105 lotes a demanda por espaço urbano até 2017, percebe-se que ela poderá ser satisfeita, folgadoamente, com a utilização de uma pequena parcela dos 6.460 lotes disponíveis (acima da cota de inundação de 50 anos!). Isso significa que a necessidade de novos parcelamentos de solo urbano em União da Vitória é mínima, ocorrendo apenas em função de uma eventual boa localização dos lotes... Fica claro, portanto, que não é o caso de propor facilidades para novos parcelamentos de solo urbano, quando a malha existente já está visivelmente superdimensionada para as necessidades de espaço.

Assim, caso seja desejável, por parte de algum empreendedor, o lançamento de novo loteamento, seja o mesmo dotado de infraestrutura integral. As parcelas daí resultantes, por serem dotadas de todos os melhoramentos, tenderão a ficar mais caras que a média atual, mas isso será compensado pelo fato de que haverá, ainda, mais de cinco mil lotes já parcelados aguardando por moradores. Propõe-se seja contemplado, na Lei dos Parcelamentos Urbanos, o conteúdo resumido no Quadro abaixo.

Quadro 110
Proposta de conteúdo para a Lei de Parcelamentos Urbanos

<i>N</i>	<i>Tema</i>	<i>Especificações</i>
1	Disposições preliminares	Incluir definições claras dos termos técnicos
2	Disposições gerais	Incorporar legislação federal. Regulamentar áreas municipais (dentro dos 35% não aproveitáveis, conforme Lei Federal 6.766)
3	Características geométricas	Dimensões de lote (conforme lei de zoneamento). Dimensões de quadras (definir). Dimensões e características de ruas (conforme lei do sistema viário)
4	Loteamento fechado	Admitir apenas até 15.000m ² (conforme projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados). Regulamentar concessão das ruas e áreas públicas a uma associação de condôminos, por prazo de até 20 anos. Privilegiar casos de “miolo-de-quadra” para evitar guetos dentro da malha urbana
5	Infraestrutura	Exigir infraestrutura completa. Só permitir venda após instalada a infraestrutura completa, podendo ser implantação parcial em partes territoriais delimitadas (etapas).
6	Trâmite do processo	Definir prazos
7	Penalidades	Além das multas, incluir a penalidade de perdimento da área quando ocorrer loteamento clandestino
8	Disposições finais	Permitir a desafetação de áreas municipais em excesso (em relação ao que for disposto na Lei do Plano Diretor como necessário para o equipamento urbano), destinando a área para habitação popular

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Código de Obras. O Código de Obras atualmente vigente no Município de União da Vitória (Lei 967, de 1975) já se encontra defasado. Serviu bravamente à regulação das construções durante os últimos 33 anos, ficando, nesse tempo, ultrapassado devido à emissão de um grande número de regulações oriundas de instâncias superiores, especialmente após a criação das agências reguladoras, no final do século XX. Algumas de suas disposições invadem a esfera de outros diplomas legais, como a disposição do lixo aguardando coleta, ou a construção de muros e calçadas (assuntos do Código de Posturas). Desse modo, recomenda-se a revisão do Código de Obras, dentro do espírito de simplificação, que é claramente ordenado pelo inciso XV do Art. 1º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Propõe-se, no caso, a adoção das seguintes medidas gerais:

- a) cuidadosa conciliação de nomenclatura, adoção de volumes, números ou porte de estabelecimentos entre o Código de Obras e os demais diplomas legais, principalmente a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- b) remessa dos assuntos regulados por normas da ABNT a essas disposições de natureza técnica, que, tão logo atualizadas passarão a ser adotadas pela comunidade profissional, sem necessidade de atualizações periódicas, a serem votadas por pessoas que não estão no dia a dia do contexto profissional da construção;
- c) adoção de normas severas para a prevenção de problemas de qualquer natureza em obras de uso por grupos de pessoas (teatros, clubes, salões, templos religiosos, escolas, etc.), especialmente medidas contra incêndios e contra manifestações de pânico;
- d) regulação mínima dos projetos de construção, fixando-se somente nos aspectos higiênicos mais evidentes (alturas de pé-direito, área de janelas para iluminação e para ventilação, proibições de acessar banheiros através de cozinhas, etc.), evitando discriminar áreas para um sem número de compartimentos, cuja fixação deve ser objeto de decisão do projetista;
- e) categorizar as construções residenciais e não-residenciais por critérios simples, principalmente ao evitar as classificações de indústrias sob a nomenclatura de “nocivas”, “inócuas”, etc., colocando, ao invés disso, uma medida clara de seu impacto sobre a vizinhança, medido pela geração de tráfego. Os critérios de controle da poluição por gases e líquidos, de qualidade do efluente, do controle do ruído, etc., são assuntos hoje exercidos pelo Instituto Ambiental do Paraná, e, através do mapeamento do uso e ocupação do solo, exercido pela respectiva Lei, os usos pesados e leves da indústria e dos serviços estarão confinados, permitindo-se às outras atividades manufatureiras a livre localização em zonas urbanas, desde que não haja atração de tráfego pesado. Além do mais, as disposições do Estatuto da Cidade referentes ao Estudo de Impacto de Vizinhança e à Gestão Democrática exigirão a manifestação da sociedade a cada vez que se for estabelecer um empreendimento de grande porte, de maneira que haverá uma fiscalização comunitária que se adiciona aos dispositivos legais. O Quadro 111 lista a proposta de categorias de edificações, que repete a linha geral já empregada na proposta de zoneamento urbano.

*Quadro 111
Proposta de categorização das edificações*

<i>Sigla</i>	<i>Descrição</i>
HUF	Habitação unifamiliar isolada
HMH	Habitação em série (com acesso individualizado, paralela ou transversal à rua)
HMV	Habitação multifamiliar em seqüência vertical, com acesso coletivo (apartamentos)
NRB	Atividade não-residencial com baixo impacto (atração de veículos com P < 7 ton), térrea ou disposta em altura, isolada ou fazendo parte de conjuntos de atividade semelhante (lojas de qualquer ramo, escritórios, indústrias de pequeno porte, etc.)
NRA	Atividade não-residencial com alto impacto (atração de veículos com P > 7 ton), térrea ou disposta em altura, isolada ou fazendo parte de conjuntos de atividade semelhante (indústrias de médio e grande porte, serviços pesados, atacadistas, super e hipermercados com depósito anexo, etc.)
LRE	Edificação ou compartimento de edificação, que comporte reuniões de 10 ou mais pessoas, para fins de recreação, culto, ensino, atividades culturais, etc.

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

- f) incrementar as exigências de vagas para estacionamento em todos os casos, especialmente os relativos às construções não-residenciais, em vista do brutal crescimento da frota nacional nos últimos anos;
- g) incorporar ao Código as recentes conquistas legais referentes à acessibilidade de todos os cidadãos (Lei Federal 9.938/1994 e norma NBR-9050).

Por outro lado, até mesmo em respeito às tradições locais, deverão ser permitidas indistintamente construções em madeira, desde que devidamente afastadas da divisa, por segurança contra fogo. Já os recuos frontais (4,00m) que constam do Código, constituem tema da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

O esboço do Código de Obras proposto consta do Quadro 112.

Quadro 112
Proposta de conteúdo para o Código de Obras

N	Tema	Especificações
1	Disposições preliminares	
2	Definições	As definições (nomenclatura) da lei atual deverão ser atualizadas
3	Edificações residenciais	Estipular dimensões somente para os compartimentos de interesse para o saneamento público (banheiro, cozinha e volume de ar dos dormitórios). Estipular pé-direito mínimo (2,50m)
4	Edificações não-residenciais	Estipular dimensões apenas para compartimentos de trabalho e de acesso ao público. Banheiros conforme normas do Ministério do Trabalho (para funcionários). Banheiros para o público → 1 cada 50m ² de área de uso do público.
5	Edificações ou locais onde haja reuniões (mais do que 10 pessoas)	Estipular área mínima por pessoa; pé direito elevado (renovação de ar). Estipular quantidade mínima de sanitários (1 cada 100m ² de reuniões). Exigir átrio de entrada/saída.
6	Materiais	Aceitar madeira (desde que afastadas da divisa pelo menos 2,00m, o já está na lei atual). Exigir isolamento acústico das paredes que dividem unidades habitacionais (45 dB).
7	Aberturas	Para iluminação: 1/6 e 1/8 da área de piso (compartimentos de permanência prolongada ou curta, respectivamente). Para ventilação: 50% do anterior. Tratar todos os tipos de construção com o mesmo critério. Regulamentar as permissões para iluminação zenital e ventilação forçada
8	Instalações em geral	Remeter o tema para as normas respectivas (NBR-5410 para elétricas, NBR-5626 para água fria, NBR-7198 para água quente, NBR-8160 para esgoto sanitário ou NBR-7229 para sistema fossa/filtro). Regulamentar lançamento de águas pluviais na calçada.
9	Estacionamento	Automóveis: a princípio, uma vaga cada 50m ² de moradia (isentar da exigência apenas as populares, isto é, com menos de 56m ²). Usar a área útil como critério, não a área bruta. Estabelecimentos não-residenciais: uma vaga cada 40m ² (isentar apenas os menores de 41m ²). Usar como critério a área de vendas (o que deverá pesar fortemente sobre supermercados, grandes geradores de tráfego). Disponibilizar vagas especiais para deficientes locomotores, segundo as proporções da norma NBR-9050.
10	Circulações (coletivas)	Normas NBR-9077 e NBR-9050 (circulações, escadas, etc.) e NBR-13994 (elevadores)
11	Circulações (particulares)	Permitir corredores e escadas com até 0,80m de largura. Escadas residenciais poderão ser íngremes até e=0,20m (tradição local)
12	Molduras arquitetônicas	Permitidas, a partir de 3,00 de altura sobre o passeio. Marquises também, até 50% da largura do passeio.
13	Alvarás e aprovação de projetos	Projetos: segundo a NBR-6492. Alvarás: seguir a regulamentação atual. Criar dispositivo especial para fiscalizar a “cota de soleira”, em função do risco de inundação.
14	Habite-se	Rigor para as construções que fugirem ao projeto (caso de sacadas que são vedadas transformando-se em compartimentos) → amarrar com a lei de uso e ocupação do solo.
15	Penalidades	Definir reincidência (prazos contados entre a infração e sua reiteração). Além das multas, punir com demolição as obras que não for possível adequar.
16	Disposições finais	Atribuições profissionais (remeter ao CREA), placas de obra (remeter ao CREA), tapumes (combinar com Código de Posturas)

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Código de Posturas. Ao Código de Posturas, aplica-se muito do que foi proposto para o Código de Obras: ao invés de um detalhado manual de como portar-se na vida cidadina, o alinhamento de regras gerais, enfatizando as permissões, sem, porém, renegar as proibições (estas deverão ser poucas, muito bem definidas para evitar dupla interpretação e punidas com rigor). O atual Código de Posturas decorre do Plano Diretor de 1991 (Lei 1.783/1991), com pequenas modificações em 1992 e 1998. Em 1999, foi protocolado na Câmara Municipal um projeto de lei instituindo um novo Código de Posturas (PL 65/1999), já parcialmente dentro do espírito de simplificação que é preconizado pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), pois contém somente 79 artigos, versando sobre os itens básicos da política administrativa do Município. Por ocasião das reuniões realizadas com representantes das associações de bairros, nas quatro macrozonas urbanas, surgiram reivindicações de maior apuro do Código de Posturas com relação ao conforto acústico das pessoas, principalmente das regiões centrais (tanto som emitido dentro de imóveis, com perturbação aos vizinhos, quanto propaganda sonora, que atinge aos transeuntes). Notou-se também uma certa liberalidade quanto à afixação de

placas de propaganda, o que tem resultado em um grande número de totens, pilares, etc., colocados sobre os passeios, com óbvios prejuízos ao pedestre. Por outro lado, há um extenso capítulo, que trata dos cemitérios, dedicado às regras de sepultamento, que são legisladas em nível superior. Assim, a proposta de remodelação do Código de Posturas aqui apresentada busca corrigir as (poucas) deficiências do Código de Posturas proposto em 1999, acrescentando-lhe dispositivos severos quanto à questão da poluição sonora, da propaganda e do uso dos espaços públicos para fins particulares, eliminando, de outro lado, os excessos de detalhes não mais necessários. O Quadro 113 mostra o resumo do conteúdo proposto para a nova versão do Código de Posturas de União da Vitória.

Quadro 113
Proposta de conteúdo para o Código de Posturas

N	Tema	Especificações
1	Disposições preliminares	
2	Higiene pública e particular	Direito de todo o cidadão morador em zona urbana de ter seu lixo recolhido (pelo menos dois dias por semana). Quantidade máxima 100 litros por dia (se mais alto, será um grande gerador). Limpeza de terrenos baldios, quintais, calçadas, etc. Proibição de entulhos nas ruas
3	Cemitérios	Implantação pública (proibição de quaisquer preconceitos raciais, religiosos, sociais, etc.) ou particular (necessário seguir legislação e normas do IAP)
4	Sossego público	Estipulação de limites de som (nas divisas dos lotes). Obrigar também os carros de som a respeitá-los.
5	Animais	Posse responsável. Propor legislação complementar a respeito de castração e rastreabilidade dos animais através de programa público
6	Passeios	Obrigatoriedade de construí-los (está na lei do sistema viário) e mantê-los limpos. Reiterar comprimento máximo de meio-fio rebaixado (lei do sistema viário)
7	Muros / cercas	Obrigatoriedade. Período de carência de dois anos nos loteamentos aprovados após a promulgação da lei
8	Denominação de ruas e numeração predial	Reiterar o disposto na presente lei, simplificando a redação
9	Uso dos logradouros públicos	Bancas, quiosques, etc. → manter a circulação pedestre Sanitários para os funcionários e clientes Trailers → exigência quanto a água potável e esgotamento Sanitários para os funcionários e clientes Permissões especiais para uso temporário (feiras diversas) Exigência de manter o espaço pedestre, conforme lei do sistema viário
10	Publicidade	Publicidade (mesmo no imóvel particular) depende de autorização Uso do espaço aéreo sobre a calçada (limitar; exigir 3,00m de altura livre) Permitir totens, porém limitar tamanho e exigir não ter arestas vivas
11	Antenas de rádio-freqüência	Permitir, porém com afastamento de 30m em relação a qualquer divisa (medida tomada no espaço → portanto antena pode compensar com altura)
12	Casos especiais na zona rural e na zona peri-urbana	Proibição de queimadas Proibição de aerossóis em geral (principalmente defensivos) Proibição de suinocultura; limitação de avicultura a mil aves por propriedade Trânsito de carroças, charretes e animais de tiro --> regular em caso de ruas pavimentadas (uso de pneumáticos; obrigação de limpar dejetos lançados sobre via pública)
13	Estabelecimentos	Direito da Prefeitura de impor limites de horário (em caso de farmácias, clínicas, direito de impor horário estendido) Fixar mecanismo de a população exigir horário de fechamento de bares Obs. – Copiar dispositivo atual de controle do comércio ambulante
14	Penalidades	Explicitar cuidadosamente o que é reincidência e como controlá-la (a redação atual dá enorme poder de arbítrio do Poder Executivo)
15	Disposições finais	

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.4 INSTRUMENTOS PARA O USO SOCIAL DO SOLO URBANO

4.4.1 NOTIFICAÇÃO PARA USO SOCIAL DA PROPRIEDADE E IPTU PROGRESSIVO

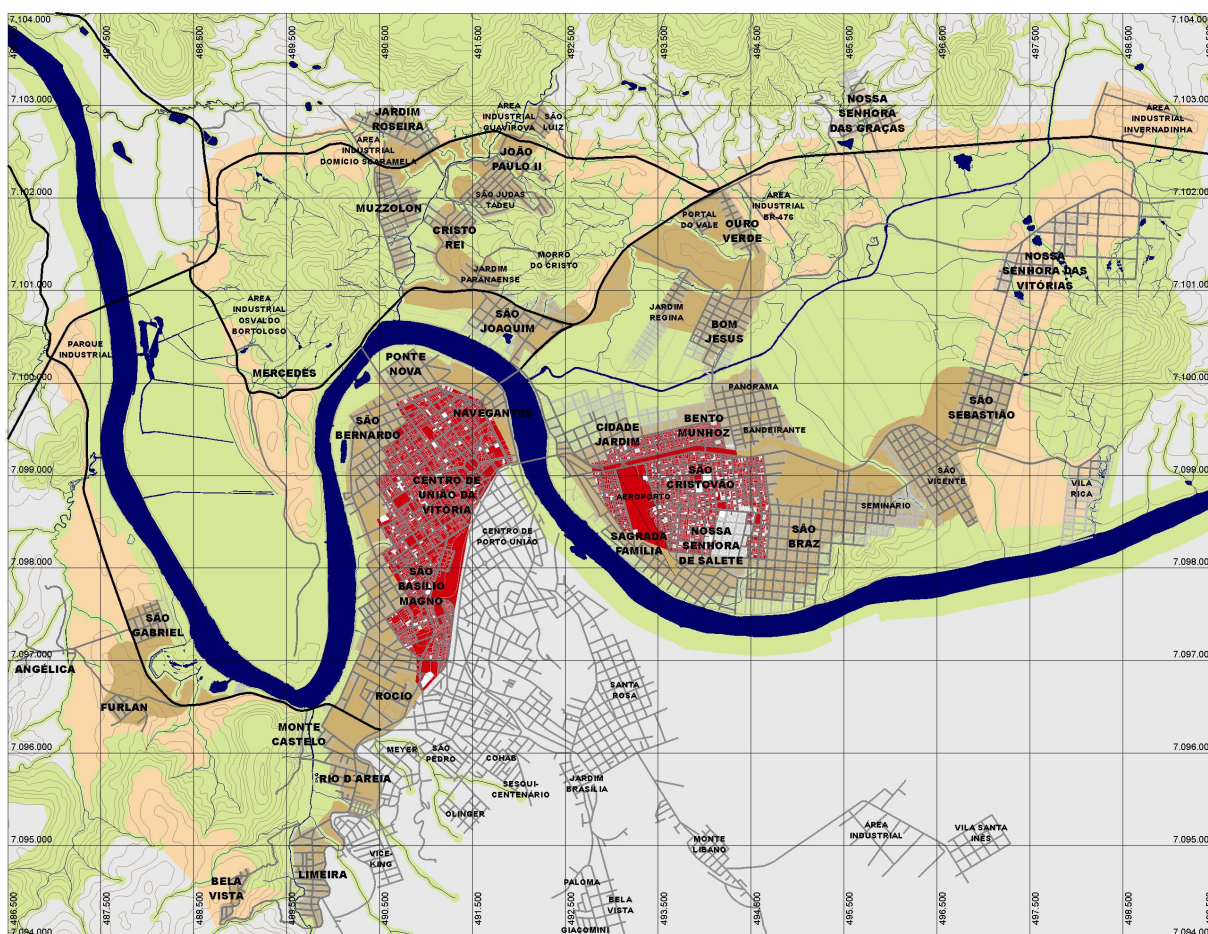
Prancha 48

Notificação para Uso Compulsório. União da Vitória possui um número de terrenos ociosos bastante significativos, apesar de apenas uma pequena parcela deles possuir a infraestrutura adequada, em especial aquela que demanda maior porte de investimento, como a pavimentação e a rede de esgoto sanitário. dessa forma, a definição de áreas sujeitas a notificação para uso compulsório deve se calcar nesta busca pela otimização dos investimentos já realizados e previstos no Plano Diretor, além de ser utilizado como instrumento para consolidação de novas propostas, como densificação de áreas favoráveis e formatação de centros vicinais.

A princípio foi proposto à comunidade a demarcação de áreas sujeitas à notificação na região central de União da Vitória (em zonas de alta e média densidade) e na porção central do São Cristóvão, mais voltada à porção sul da Avenida Paula Freitas em função do melhor suporte natural. A Figura abaixo mostra a delimitação de área para notificação, com estimativa de impacto sobre lotes baldios encontrados em 2007. Na porção central estima-se que seriam notificadas cerca de 200 unidades imobiliárias, enquanto no São Cristóvão este número chegaria a 680 lotes, sendo 280 unidades em loteamento aprovado mas não implantado.

Figura 49

*Simulação do impacto da notificação para uso compulsório
Em vermelho perímetro de notificação, em branco lotes vazios a notificar.*



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

4.4.2 CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E INCENTIVOS AO USO SOCIAL DA PROPRIEDADE

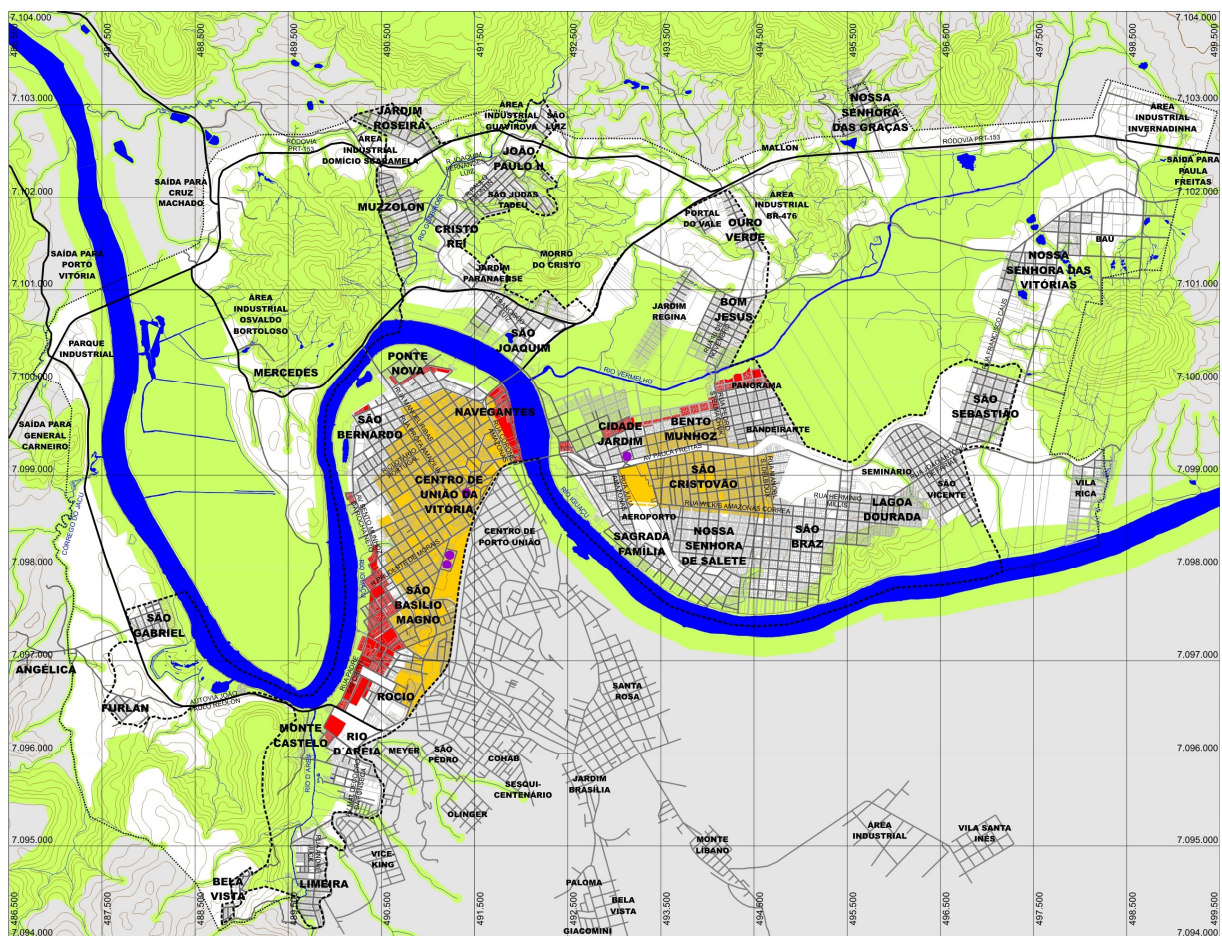
Consórcio Imobiliário. A partir da notificação para uso compulsório abre-se a possibilidade de consórcio imobiliário, instrumento que permite que a prefeitura se associe ao proprietário notificado para utilização da área, compartilhando os dividendos de acordo com o investimento de cada parte.

Neste sentido, a proposta de áreas sujeitas à notificação para uso compulsório abre espaço para utilização do consórcio imobiliário principalmente na implantação do Jardim Ovídia, loteamento aprovado desde os anos 70. Além dessa área que já comportaria quase 300 lotes, a utilização do consórcio imobiliário poderia ser feitas em áreas baldias de médio porte e plantas industriais em desacordo com o zoneamento, em especial na região de São Bernardo e São Basílio Magno, onde poderiam ser realizadas ações de habitação de interesse social de média densidade (apartamentos) e implantação de equipamentos públicos.

4.4.3 OUTORGA ONEROSA E TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

Em função do zoneamento muito permissivo de Porto União foi necessário facilitar ao acesso de potencial construtivo ao mercado imobiliário local, de forma a não afastar investimentos em empreendimentos do lado paranaense. Por outro lado, não se pode ignorar os efeitos da densidade excessiva sobre a demanda por infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e custo que esta mais valia gera para a comunidade como um todo. A partir disso decidiu-se permitir potenciais similares ao do lado catarinense, porém, através de outorga onerosa do direito de construir ou preferencialmente, por transferência do direito de construir urbano, fazendo com que este instrumento ajude a viabilizar a transformação de áreas sujeitas à inundação freqüente ou patrimônio histórico em risco.

Figura 50
Proposta de áreas para transferência de potencial construtivo
Em vermelho e roxo áreas para transferência de potencial, em amarelo áreas para recepção.



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Outorga Onerosa do Direito de Construir. A proposta de áreas para uso do instrumento da outorga onerosa do direito de construir limita-se às áreas de Zona de Alta de Densidade e a parte da Zona de Média Densidade da região central do São Cristóvão, áreas definidas para abrigar edifícios de maior gabarito e se tornaram o referencial vertical da cidade. Com o uso da outorga as áreas de média densidade poderão chegar a até 8 pisos e as áreas de alta densidade até 20 andares, correspondente ao permitido na região central de Porto União.

Em função do uso da outorga ser o meio encontrado para igualar o potencial construtivo das áreas mais valorizadas de União da Vitória ao permitido no lado catarinense, sem ônus, propõe-se que a outorga possua preço simbólico, mais no sentido de deixar claro para a comunidade que os condomínios residenciais de grande porte trazem custos para todos.

Transferência de Potencial. Para atingir o mesmo potencial obtido por outorga onerosa, os empresários imobiliários poderão utilizar o instrumento da transferência do direito de construir urbano para áreas definidas como importantes para contenção da ocupação (áreas sujeitas à inundação recorrente) ou unidades de interesse para o patrimônio histórico do município.

Como as áreas onde não é interessante incentivar a ocupação ou permanência da população pelo risco de enchentes já possuem um zoneamento restritivo justamente para este fim, propõe-se que a transferência do direito de construir seja feita com um bônus de 100% sobre o potencial original, desde que o terreno esteja ou fique sem nenhuma construção e seja doado ao patrimônio do município.

4.4.4 OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Operações Urbanas. O instrumento da Operação Urbana será um dos principais meios de se colocar em prática as ações propostas no Plano Diretor, aproveitando a relativa dinamicidade do mercado imobiliário de União da Vitória. Inicialmente serão propostas quatro operações urbanas, todas com necessidade de detalhamento e aprovação de lei específica para sua utilização.

A Operação Urbana Rio Iguaçu será proposta para a região do São Bernardo inserida dentro da cota de inundação de recorrência de 50 anos, inicialmente colocada como zona de densidade muito baixa. A operação propõem que empreendedores e poder público realizem melhorias na infraestrutura, cotas dos terrenos e ruas, implantação de barreiras físicas nas áreas vizinhas com recorrência de inundação até 10 anos (a princípio destinadas ao lazer) e aquisição de áreas hoje ocupadas no Navegantes e Ponte Nova, re-equilibrando as áreas destinadas à extravasão do escoamento das águas do Rio Iguaçu na “Ferradura”. Com a operação consorciada, as áreas hoje com restrição de uso passariam a ser definidas como zonas de média densidade, passando de uma taxa de ocupação de 30% para 70% e um coeficiente de aproveitamento de 0,5 para 1 (até 2 com outorga onerosa ou transferência do direito de construir). Com esta operação também teria maior coerência a imagem da cidade proposta através da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, formando uma massa construída permitida complementar à permitida no centro de Porto União.

A segunda Operação Urbana prevista foi denominada Indústrias Urbanas, prevendo a possibilidade de reciclagem das plantas industriais alocadas no São Bernardo, São Basílio Magno e Rocio, implantadas quando o contorno rodoviário passava pela “Ferradura” e hoje em conflito de uso com a vizinhança residencial e comercial. A proposta prevê a participação da iniciativa privada na melhoria da infraestrutura das áreas vizinhas, ampliação do equipamento escolares e de saúde e cessão de áreas para o poder público, tanto na forma de unidades de habitação quanto em espaços para equipamentos públicos.

A operação urbana Aeroporto possui viabilidade maior, uma vez que neste caso a propriedade da área é do poder público municipal. Em função do potencial residencial e comercial do centro do São Cristóvão e do conflito do aeroporto com a vizinhança, o Plano Diretor prevê a relocação desse equipamento. A operação urbana propõem que a ocupação da área após a relocação seja feita em conjunto com a iniciativa privada, compartilhando os custos de infraestrutura, equipamentos e implantação do novo aeroporto, em local mais afastado da ocupação urbana.

Por fim a Operação Urbana Consorciada Rio Vermelho propõem a possibilidade de utilização de áreas acima da cota de inundação de recorrência de 100 anos à leste do Panorama (bairro Bento Munhoz da Rocha), desde que implantados sistemas de redução de picos de enchente no Rio Vermelho, beneficiando as ocupações existentes a jusante. Estas obras prevêem investimentos públicos e privados na implantação de um lago de grandes dimensões, atrelando soluções paliativas

para o regime hídrico do rio com melhoria significativa na paisagem da região, buscando dar ao São Cristóvão um melhor potencial imobiliário, uma vez que nesta região localizam-se a maior parte dos lotes ociosos a ocupar na próxima década.

4.4.5 DIREITO DE PREEMPÇÃO

Direito de Preempção. O direito de preempção urbano será mais um instrumento a ser utilizado para viabilização das propostas do Plano Diretor no sentido de possibilitar a aquisição das áreas necessárias, mesmo que num processo de longo prazo. Conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), a definição das áreas sujeitas ao Direito de Preempção Urbano devem ser previstas na Lei do Plano Diretor, especificando a destinação de cada área.

As propostas apresentadas à população para uso desse instrumento prevêm a aquisição de áreas para habitação social, ordenação da expansão urbana (áreas para ordenação do sistema viário e áreas para ordenação das atividades industriais), áreas para parques de lazer e áreas de preservação, áreas destinadas à equipamentos públicos e áreas de interesse para o patrimônio histórico do município.

Para efetivação do uso deste instrumento foi definida a necessidade de um trâmite rápido e transparente, além da necessidade de se preparar adequadamente os recursos humanos do poder público municipal para assumir mais esta tarefa.

4.4.6 ZEIS, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E RELOCAÇÕES

Zonas Especiais de Interesse Social. O instrumento da criação de Zonas Especiais de Interesse Social foi tratado como um mecanismo de solução para áreas onde será necessário regularização fundiária ou habitação de interesse social em densidades acima do permitido pelo zoneamento de uso do solo urbano. Desta forma, não foi estipulado a princípio áreas de ZEIS dentro do mapa de zoneamento, ficando o uso desse instrumento atrelado especificamente a ações do poder público municipal, que poderá decretar novas zonas especiais de interesse social a medida de sua necessidade. Os parâmetros mínimos a serem utilizados para regularização fundiária e habitação social de alta densidade serão especificados na lei de regulação local dos instrumentos do Estatuto da Cidade, seguindo os valores da Lei Federal 6.766/1979.

Regularização Fundiária. As ações de regularização fundiária na área urbana de União da Vitória são bastante reduzidas em relação à demanda habitacional que terá que ser suprida na próxima década. Em sua maior parte das ocupações irregulares devem ser objetos de relocação integral em função dos riscos a que submetem a população, possibilitando ações de regularização de certo porte apenas na Bela Vista e em assentamentos promovidos pela própria companhia municipal de habitação na região do Rio D'Areia. Ao longo da faixa da antiga ferrovia também há boa quantidade de ações de regularização fundiária a serem promovidas, sendo em alguns casos necessária a participação da Prefeitura Municipal de Porto União tanto na legalização da propriedade quanto na infraestruturação das vias.

Relocações. A questão das áreas indicadas para relocações possui um caráter mais complexo em União da Vitória, uma vez que as áreas que poderiam ser definidas como favelas já receberam intervenção ou estão com intervenção planejada, como a ocupação do final da Rua Cruz Machado ou o Monte Castelo. Parte das áreas já relocadas, como junto à olaria do Sagrada Família ou na parte norte do Cidade Jardim serão necessárias novas ações em função da re-ocupação, devendo ser prevista oferta de habitação social para ações de relocação num raio máximo de 1 km do local de origem.

Por outro lado, cerca de 500 moradias se encontram atualmente em situação de risco (recorrência de inundação de até 10 anos ou risco de escorregamento), muitas delas com famílias em boas condições de renda, que não pretendem mudar de endereço. A necessidade de se respeitar a história da cidade e ao mesmo tempo buscar a solução de um problema que não se pode negar, tornando o Plano Diretor um pacto viável de se propor à sociedade, levou-se a propor que parte dessas áreas fossem definidas como zonas de densidade muito baixa, controlando-se a ampliação das residências e utilizando instrumentos como Transferência do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas para tentar relocar essas ocupações, através da pressão econômica dos empreendedores imobiliários.

4.5.1 INFRAESTRUTURA

Sistema de Estradas Rurais. O território municipal é bem servido pela rede de estradas estaduais e federais em função de Porto União da Vitória ser pólo regional. O conjunto formado pela BR-153 e PR-447 estrutura a maior parte das comunidades, formando um esqueleto básico de onde deverão partir as estradas secundárias. Os investimentos prioritários para pavimentação de estradas rurais deverão ser feitos no sentido de complementar o trecho já asfaltado que liga a BR-153 à comunidade de Rio Vermelho e estruturar o caminho turístico da porção noroeste do território, servindo as regiões de Papuã, Rio dos Banhados, Porto Almeida e Barra do Palmital.

Outras estradas também merecem atenção especial, por acessarem comunidades importantes e servirem de suporte para linhas de transporte coletivo e escolar. A hierarquização das estradas rurais será feita no sentido de garantir uma caixa maior a medida que a via possui maior relevância, mas também direcionar os investimentos em manutenção, seja em drenagem ou na melhoria e substituição de pontes de madeira.

Pavimentação e Drenagem Urbana. A demanda por pavimentação e drenagem urbana de União da Vitória é de cerca de 212 km de ruas já implantadas, bastante acima do potencial de investimento da Prefeitura Municipal. Dessa forma será necessário privilegiar a pavimentação das ruas em áreas de maior densidade (o que já acontece na maior parte da cidade) e contar com a participação da comunidade, legando ao poder público um papel de financiador das obras.

Dentre as áreas que deverão receber maior porte de pavimentação na próxima década devem se destacar o São Cristóvão e a região Sul, pois os demais compartimentos já apresentam uma cobertura bastante satisfatória. Enquanto no compartimento da parte leste da cidade a viabilização desta infraestrutura depende diretamente dos recursos dos moradores, facilitando-se a solução a medida que a ocupação torna-se mais densa, na região sul será necessário envolver instrumentos como a Operação Urbana Indústrias Urbanas para pavimentação de áreas do Rocio e Rio D´Areia e recursos a fundo perdido estaduais e federais, em obras de reurbanização da Cidade Limeira.

Arborização Pública Urbana. A proposta para a arborização pública praticamente inexistente atualmente na cidade está intimamente ligada a reestruturação do sistema viário, ordenando o porte, forma de plantio e tipo de espécie vegetal de acordo com a caixa e função da via e do tipo de iluminação pública previsto. As figuras 44, 45, 46 e 47 mostram esta hierarquização na implantação da arborização viária, que deverá passar pela elaboração de um plano setorial em função das especificidades climáticas e culturais de União da Vitória, envolvendo a população nas decisões.

Nas áreas de parques junto aos rios deverá ser sempre prevista área para re-vegetação com espécies nativas, recuperando ecossistemas ribeirinhos e típicos de várzea. De preferência estas áreas deverão ter acesso restrito, permitindo a formação de corredores para a fauna e áreas para o rio transbordar, recuperando seu regime hídrico natural.

Iluminação Pública. Da mesma forma que a arborização, a rede de iluminação pública deverá se adequar à hierarquia do sistema viário, intensificando a luminância nas vias de maior caixa e importância dentro do sistema. Nas áreas públicas de lazer também deverão ser revistos os conceitos hoje existentes, aumentando a iluminação nas praças, reduzindo a altura dos postes para cotas baixo da arborização sem incorrer no erro do ofuscamento. Nas áreas de parques, onde haverá também uma busca pela recuperação ambiental, deverão ser adotadas soluções de iluminação que não interfiram nos ecossistemas, limitando-se ao atendimento de áreas abertas à visitação noturna (belvederes, pontes, praceados) e às ciclovias.

Em relação à cobertura espacial serão necessários ajustes em algumas áreas de ocupação esparsa, entre loteamentos, onde será necessária a implantação da rede mesmo sem uma demanda específica, para manter o nível de segurança durante o trajeto.

Energia Elétrica. Em relação à energia elétrica merece destaque entre as diretrizes e proposições definidas dentro das discussões do PDM de União da Vitória apenas a possibilidade de utilizar-se de forma mais intensiva o potencial hidrelétrico da área rural do município, podendo servir através de micro-centrais indústrias rurais e comunidades distantes.

Abastecimento de Água. A localização preocupante do manancial de abastecimento de água da cidade é uma das deficiências encontradas dentro do sistema de saneamento público de União da Vitória, sendo inclusive sua mudança uma das diretrizes da Conferência Municipal de Saúde. Realmente, a urbanização crescente da bacia na região do São Sebastião torna inviável a posição da atual captação de água, gerando a necessidade de um estudo especializado que leve em consideração o crescimento planejado para a cidade nas próximas décadas, tanto em relação ao contingente populacional a ser atendido quanto a definição do espaço que a aglomeração urbana irá ocupar futuramente. Nas definições do eixo Qualidade de Vida para todos será estabelecido parâmetros para definição de um novo manancial, além da definição de novas formas para gestão dos serviços de saneamento das cidades de Porto União e União da Vitória.

Na área rural será necessária a implantação de redes de abastecimento comunitário em várias povoações, em sua maioria de ocupação esparsa. Desta forma terá que ser compartilhado com a comunidade os custos de implantação das redes simplificadas, ficando o poder público responsável pela captação e armazenamento de água. Com prioridade para a oferta desta benfeitoria estão as comunidades de Guaira, Pinhalão, Rio dos Banhados, Barra do Palmital, Palmital do Meio, Barreiros e Faxinal dos Marianos.

Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário. A questão do esgoto sanitário está no centro da rediscussão da concessão de serviços de saneamento das “gêmeas do Iguazu”, sendo considerada pela população de União da Vitória o principal problema enfrentado atualmente pela população urbana. A cobertura atual de menos de 30%, a existência de estações de tratamento de esgoto inoperantes e mesmo inexistentes, com despejo direto de dejetos no Rio Vermelho, justificam a posição da comunidade. Por outro lado, o novo modelo de gestão deve incorporar a necessidade de investimentos de grande vulto a curto prazo, não sendo possível para o poder público municipal assumir sozinho este desafio. A situação particular de limites entre Paraná e Santa Catarina deve exigir atuação conjunta de Porto União e União da Vitória, evitando soluções individuais como as encontradas no transporte coletivo e coleta de lixo que torna os serviços mais onerosos para população.

As propostas para investimentos a curto prazo na rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário, expostas na Prancha 43, visam eliminar a existência de áreas não servidas dentro das bacias já contempladas pelo sistema, estender a rede para toda região dos Conjuntos, no São Cristóvão pelo menos até o Lagoa Dourada e em direção ao sul da cidade, até as áreas do Limeira e Bela Vista. Para otimizar o sistema foram pensadas estações de tratamento na foz dos principais afluentes do Iguazu (Rio Guabirola, Rio Vermelho e Rio D’Areia), sendo necessária ainda uma quarta unidade no Sagrada Família para tratar a demanda de um interceptor junto ao Rio Iguazu.

Comunicações. De forma geral a rede de comunicações é satisfatória em todo município de União da Vitória, pouco podendo fazer o poder público municipal para incrementar esta infraestrutura. A telefonia fixa está acessível em toda área urbana e nas comunidades de maior relevância da zona rural, situação que a telefonia móvel ainda não alcança. Em relação ao acesso à internet, há boa demanda para criação de centros de inclusão digital em todas as regiões da cidade, haja vista o movimento nas *lan houses* existentes na cidade, devendo fazer parte do esforço de melhoria de qualidade de vida que define um dos eixos das intervenções sobre a realidade urbana de União da Vitória.

4.5.2 SERVIÇOS PÚBLICOS

Transporte Coletivo Intermunicipal. A mudança da localização da rodoviária durante a elaboração do Plano Diretor definiu de certa forma os trajetos a serem utilizados pelo sistema de transporte coletivo intermunicipal dentro da área urbana de União da Vitória. Além da boa localização do terminal em relação à cidade como um todo¹⁶⁰, os trajetos dos ônibus se integrarão à hierarquização do sistema viário central proposto. Os trajetos oriundos do leste (Curitiba) entrarão na “Ferradura” pela ponte rodoviária e farão o contorno do centro atual, passando pela Rua Clotário Portugal e Rua Dom Pedro II até chegar à rótula da confluência entre a Rua Marechal Deodoro e Rua Prudente de Moraes, de onde pequeno trajeto até a entrada do terminal rodoviário. Os trajetos vindos do sul (General Carneiro) chegarão à mesma rótula após passar pela Autovia João Paulo Reolon e pela Rua Marechal Deodoro. Deve-se evitar criar novos trajetos utilizando as outras pontes, mesmo que isso

¹⁶⁰ E também à área urbana da vizinha Porto União, que poderá se beneficiar das linhas que chegam e saem de União da Vitória.

implique em obrigar os moradores dos Conjuntos e do São Cristóvão a se deslocar até o Terminal Rodoviário ou em pontos já rodoviários para o embarque. Após a construção da ponte que ligará a “Ferradura” diretamente aos conjuntos será possível fazer um trajeto mais simplificado na direção de Curitiba, utilizando trechos da Avenida Bento Munhoz da Rocha.

Transporte Coletivo Urbano. Com a mudança da rodoviária atual para o novo edifício construído para esta finalidade, restará para o Transporte Coletivo Urbano a estrutura ociosa como Terminal Urbano, permitindo uma futura integração no sistema¹⁶¹. Esta mudança permitirá a retomada de parte do uso cívico da Praça Visconde de Nácar e a utilização da rua de mesmo nome para fins viários, agora desobstruída. Em longo prazo, com a ocupação mais efetiva das regiões do São Braz/São Sebastião e Ouro Verde/Bom Jesus, será necessária a implantação também de um mini-terminal de integração no São Cristóvão, provavelmente nas proximidades do cruzamento da Rua Pedro Stelmachuck com a Avenida Paula Freitas, onde deve ser previsto espaço para esta destinação desde já.

De forma geral esta mudança não demandará alterações no itinerário dos ônibus, dada a proximidade entre o ponto de transbordo atual e futuro. A possibilidade da construção de novas pontes para o São Cristóvão e Conjuntos e a necessidade de maior acessibilidade do transporte para a região norte da “Ferradura” poderia alterar a linha Rio D´Areia – Via Prudente para Via Bento Munhoz da Rocha, fazendo um contorno pela região central e reduzindo a sobreposição com a linha Rio D´Areia – Via Marechal. Da mesma forma, poderia haver algumas variações em linhas para atender, em alguns horários, demandas da parte leste do João Paulo II, o loteamento São Luiz e o loteamento Furlan. O atendimento das demandas rurais pode ser considerado satisfatório, sem possibilidades, até em função dos custos, de melhorias significativas a curto e médio prazo.

A principal diretriz para a estruturação do transporte coletivo de União da Vitória é a busca incondicional de integração com o sistema de Porto União, o que atenderia a comunidade com maior eficiência e justiça permitindo trajetos mais econômicos em várias linhas.

Transporte Escolar. O sistema de transporte escolar na área rural deve demandar nos próximos anos pequenas alterações, principalmente na região da Serra da Esperança. A Secretaria Municipal de Educação já tem verificado problemas de frequência procedentes dessa região, prejudicando os demais alunos pelo fato de ficarem nas escolas do Rio Vermelho de manhã até o final da tarde. Neste sentido será necessário adequar as linhas e as unidades rurais para período integral, inserindo no currículo atividades profissionalizantes voltadas para manter as camadas mais jovens no campo. Na área urbana também há clara diretriz no eixo Qualidade de Vida Urbana no sentido de ofertar equipamentos públicos em todas as regiões da cidade, principalmente com uma rede escolar dentro dos raios de acessibilidade definidos durante o Plano Diretor. Uma vez implantadas as novas unidades e adequada a oferta de vagas em relação à demanda¹⁶², não serão necessárias linhas de transporte escolar dentro da cidade, limitando-se apenas ao atendimento da educação especial e atividades extras.

A utilização do sistema de transporte coletivo para atendimento dos alunos deve ser mantido e incrementado, uma vez que este uso é mais barato do que manter as linhas de transporte escolar e torna viável algumas linhas de transporte coletivo urbano e rural.

Coleta e Destinação Final de Lixo. A cobertura e frequência da coleta de lixo urbana de União da Vitória é adequada, não demandando adaptações à curto prazo. Mesmo nos serviços de varrição não há demandas muito fortes, sendo necessário mais um trabalho educativo amplo com a população e a colocação de lixeiras nas vias em todas as regiões da cidade.

Na área de destinação final de lixo deve haver sempre um esforço de integração com a vizinha Porto União, e com as pequenas Paula Freitas e Porto Vitória, municípios de menor orçamento que tendem a sentir mais o impacto dos custos de manutenção do aterro sanitário. Em curto prazo, em função de União da Vitória e Porto União já possuírem aterro próprio, deve-se ao menos fazer um consórcio para utilização do menor trajeto da coleta à destinação final, o que implicaria na alocação de boa parte do lixo urbano da cidade paranaense no aterro do município catarinense. Neste caso, o aterro do Papuã poderá abrir maior espaço para a destinação de lixo industrial, ofertando um diferencial para empresas que tenham objetivo de se instalar na cidade.

¹⁶¹ Permitindo que a população faça qualquer trajeto intraurbano pagando apenas uma passagem.

¹⁶² Em especial eliminando “troca” de alunos entre Limeira e Bela Vista e São Cristóvão e São Sebastião.

4.5.3 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Raios de Acesso a Equipamento Urbano. Propõe-se, previamente a qualquer consideração sobre equipamentos públicos, estabelecer critérios para que a população possa considerar-se efetivamente servida pelos mesmos. Para que fiquem tais critérios gravados como direito inalienável do cidadão de União da Vitória, propõe-se sejam as tabelas que contêm o dimensionamento das áreas necessárias e as distâncias máximas a serem percorridas até cada equipamento público transcritas na Lei do Plano Diretor, de forma que, ao final dos dez anos de planejamento, cada cidadão morador no município disponha desse equipamento de maneira a poder acessá-lo sem sacrifícios. Naturalmente serão distintos os critérios para zona urbana e zona rural, adequados à densidade populacional.

Além da estipulação dos raios de acessibilidade ter um significado conceitual, definindo claramente um direito da população, há também desdobramentos secundários resultantes dessas decisões, como a definição de distâncias a partir das quais os alunos tem direito a transporte escolar dentro do quadro urbano e a escolha da melhor área para localização das áreas institucionais em futuros loteamentos, de forma a tornar a implantação de equipamentos o mais eficiente e eqüitativa possível.

Quadro 114

Proposta de área e distâncias máximas para o equipamento público rural

N	Equipamento público	Área (m ²) p/ habitante potencial	Área mínima (m ²)	Raio de influência (km)
1	Educação infantil	0,40	400	5,0
2	Ensino fundamental	0,80	800	5,0
3	Ensino médio	0,60	800	10,0
4	Posto de saúde (PSF ou PAB)	0,40	200	10,0
5	Lazer infantil (<i>playlot</i>)	0,20	300	5,0
6	Lazer juvenil (<i>playground</i>)	0,40	500	5,0
7	Lazer adulto (<i>playfield</i>)	0,60	1.000	10,0

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Quadro 115

Proposta de área e distâncias máximas para o equipamento público urbano

N	Equipamento público	Área (m ²) p/ habitante potencial	Área mínima (m ²)	Raio de influência (m)
1	Educação infantil	0,40	400	500
2	Ensino fundamental	0,80	800	1.000
3	Ensino médio	0,60	800	1.500
4	Posto de saúde (PSF ou PAB)	0,40	200	1.500
5	Lazer infantil (<i>playlot</i>)	0,20	300	500
6	Lazer juvenil (<i>playground</i>)	0,40	500	1.000
7	Lazer adulto (<i>playfield</i>)	0,60	1.000	2.000

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008.

Esta definição enquadra-se no conceito que resultou a estruturação do eixo Qualidade de Vida Urbana, em especial no que diz respeito ao acesso universal à educação infantil.

Equipamentos de Educação. Como explicado no item Transporte Escolar deve haver uma adaptação na rede escolar rural principalmente em função dos alunos da Serra da Esperança, que perdem tempo significativo no transporte e espera pelo retorno para suas casas. Propõem-se a implantação de educação em período integral inicialmente apenas para os alunos de zona rural, iniciando em horários mais adequados para quem enfrenta longos trajetos (9:00 ou 9:30 h da manhã) e encerrando por volta das 16:00 h, com educação curricular padrão e atividades extras voltadas para a profissionalização do habitante rural.

Na área urbana deverá haver um esforço especial para complementar a boa oferta de vagas em educação infantil, possibilitando maior número de mulheres no mercado de trabalho. A oferta de vagas a 5 minutos de casa para todos os cidadãos exigirá implantação de novas unidades em loteamentos isolados, com ocupação ainda rarefeita e a implantação de salas de maternal e berçários junto às escolas de educação primária (com gestão separada). Nos quatro centros de bairro deverão ser previstas já a curto prazo creches com número maior de vagas, integradas ao sistema de

transporte coletivo, atendendo as demandas hoje não atendidas em loteamentos ainda não consolidados nas proximidades do emprego dos pais. Na região sul esta unidade deve se localizar entre a Limeira e o Rio d'Areia, região de grande densidade que hoje possui demanda reprimida.

Na oferta de equipamentos de ensino fundamental e médio deverão ser apenas preenchidas lacunas hoje existentes nos raios de acessibilidade, locais para onde foi previsto o uso do instrumento do direito de preempção urbano para esta finalidade. Nas unidades de 1^a a 4^a séries do ensino fundamental há necessidade de implantação, a médio e longo prazo, de unidades entre o São Basílio Magno e o São Bernardo, no Panorama/Bandeirantes, no São Sebastião, no Nossa Senhora das Graças e na porção sul do Nossa Senhora de Salete, após a implantação do Jardim Ovídia. Nas unidades de ensino fundamental de 5^a a 8^a séries, as maiores demandas espaciais se encontram na parte norte do João Paulo II (atendendo Jardim Roseira e São Luiz), no São Joaquim, no Bom Jesus/Jardim Regina e na Limeira. Em relação ao ensino médio a cobertura é suficiente, talvez apenas devendo prever a oferta desta faixa na escola do São Gabriel, única unidades estadual que possui apenas ensino fundamental. Na Limeira também há demanda por ensino médio na porção sul e em função da densidade e situação social do loteamento, poderia ser pensada a implantação de uma escola mais completa, com forte atuação comunitária e esportiva.

Equipamentos de Saúde. Em função da boa rede de postos de saúde existentes na cidade de União da Vitória, com destaque para o atendimento odontológico, é reduzida a necessidade de implantação de novos equipamentos neste sentido. Entre as áreas servidas atualmente com raios superiores ao definidos como ideais acima se destacam o São Joaquim, a região entre o São Basílio Magno e o São Bernardo (próximo à maternidade da APMI) e o conjunto Ouro Verde/Bom Jesus, além dos bairros periféricos que ainda demandarão maior consolidação para justificar este investimento. Se for implantado o Jardim Ovídia será provavelmente providenciar posto de saúde em sua porção sul, atendendo também parte do Sagrada Família e Nossa Senhora de Salete, que já possuem unidade própria.

A longo prazo propõem-se também a implantação de clínicas médicas similares às existentes na "Ferradura" nos centros de São Cristóvão e nos Conjuntos, funcionando como uma extensão dessa unidade de atendimento regional e reforçando a centralidade das unidades de planejamento da cidade. Em algumas regiões específicas, onde há verificação de maior necessidade de atendimento especial poderão ser implantados novos Centros de Atenção Psicossocial, em ação conjunta com agentes da sociedade, como igrejas e associações de bairro.

Durante os primeiros cinco anos de vigência do Plano Diretor também deve ser buscado o atendimento universal dentro do Programa Saúde da Família, hoje restrito às áreas com maior necessidade. Neste caso deverá ser tentada a integração de informações e ações preventivas com a Secretaria de Saúde de Porto União, tornando as campanhas mais eficientes.

Equipamentos Sociais. As ações sociais do poder público e da comunidade devem ser aprimoradas em relação ao bom trabalho hoje realizado em duas frentes distintas: maior interação com as políticas de geração de emprego e renda e atendimento das demandas específicas.

Na primeira frente propõem-se maior apoio às ações de promoção social existentes, com programas de apoio à produção de artesanato e "fábricas sociais" (como a de produtos de limpeza existente) e a integração com as indústrias locais e aquelas atraídas com benefícios públicos, no sentido de profissionalizar e inserir a população carente no mercado de trabalho. Uma importante ferramenta para esta finalidade poderá ser encontrada no SESI, se aprovada a nova regulamentação para o sistema S.

Na segunda frente deverá ser mantido o albergue e a oferta de atividades para a terceira idade, inclusive com implantação de novos centros nos distritos de planejamento urbano similares ao recém-construído no São Cristóvão. A integração com a Secretaria de Educação deverá ser trabalhada com intuito do atendimento das crianças e adolescentes em risco, combatendo o trabalho e a prostituição infantil através de atividades extras nas escolas e pactuação com a sociedade de manter todo cidadão da União da Vitória até 17 anos na escola. Em função da necessidade de se suprir uma grande demanda por habitação urbana, em especial em função de ocupações de risco e residências com adensamento excessivo, a Secretaria de Ação Social terá importante trabalho a realizar, seja na seleção de famílias a serem beneficiadas por programas habitacionais (em parceria com o setor social da Cohapar), seja na condução de programas de melhorias na condição de habitabilidade das casas, focados em áreas onde o poder público organizou a ocupação, como no Rio D'Areia e na Limeira.

Na área rural deverá receber especial atenção a população indígena do Palmital do Meio, em constante conflito com as populações vizinhas e aos moradores da região alta da Serra da Esperança, dando suporte para as ações previstas na área de educação.

Equipamentos de Esporte e Lazer. Como a rede equipamentos de lazer e esporte é consistente e descentralizada, as ações para a próxima década parecem ser mais no sentido de orientar o uso das áreas e especializar a oferta para população. A grande quantidade de áreas definidas como destinadas a parques públicos e concedidos para entidades dará maior importância para as ações nesta área, uma vez que será necessário mais do que simplesmente infraestruturar estes equipamentos, onde se espera sempre um apoio da Copel, mas também fazer com que a população os utilize e assim permita a sua manutenção.

Para tanto se propõem ações educativas e culturais semelhantes às trabalhadas pela Fundação Cultural de Curitiba para gestão dos parques públicos da capital paranaense, fortalecendo a identidade da comunidade e melhorando a auto-estima da população através da animação dessas áreas públicas, com atividades direcionadas e buscando uma maior personalidade dos diversos setores do grande parque que acompanhará o rio Iguaçu e seus principais afluentes. Para tanto poderá se fazer uso do rica história de União da Vitória, com ciclos das tropas, navegação, ferrovia e rodoviário, além da composição multi-étnica típica do sul do Paraná e norte de Santa Catarina¹⁶³.

As atividades esportivas também deverão contar com estrutura para prática de diferentes modalidades, sempre com apoio de técnicos para orientar a população e organizar pequenas competições, buscando a formação de clubes de moradores praticantes de determinado esporte, grupos que poderão compartilhar a manutenção e vigilância das estruturas implantadas. No mesmo sentido deve ficar registrado na concessão de áreas de parques para entidades privadas a contrapartida para a prática de esportes da população como um todo, cedendo-se instalações para escolas e associações filantrópicas por determinado período semanal.

Equipamentos de Segurança Pública. A estrutura de segurança pública deverá ser descentralizada, com equipamentos de polícia militar no centro do São Cristóvão e nos Conjuntos, dando suporte à população de forma mais imediata. Com a criação dos parques ao longo dos rios e em função da grande quantidade de equipamentos públicos existentes será necessário contar com uma guarda municipal de porte, equipada e capacitada para proteção dos bens públicos e atendimento orientativo à população.

Da mesma forma que nas demais áreas a integração com a polícia catarinense da vizinha Porto União é uma necessidade nevrálgica, por se tratar de uma cidade única. Neste sentido parece ser mais complexa a situação relativa ao Corpo de Bombeiros, em função de Santa Catarina dispor de um sistema diferenciado, voltado para estruturas municipais ou comunitárias. Como o Grupamento de Bombeiros que hoje atende União da Vitória localiza-se em São Mateus do Sul, deverá ser criado ao menos um Posto de Bombeiro Comunitário nos moldes definidos pelo Governo do Estado do Paraná, com suporte para ações de Defesa Civil em conjunto com a Copel.

Equipamentos de Geração de Renda. As ações no sentido de geração de emprego e renda deverão seguir a linha das últimas décadas, com a criação de distritos industriais ao longo dos eixos rodoviários, se possível com vocações específicas. O desenvolvimento do APL da Madeira e o fomento de novos APLs deverá ser feito através de incubadoras industriais dentro desses distritos, permitindo aluguel subsidiado de barracões para empresas que possam desenvolver tecnologia. A atração de empresas externas que venham a somar com as já existentes ou incentivar a criação de novas empresas de capital local deve ser incentivada, mantendo a condição de um tempo mínimo de permanência no município para transmissão da propriedade do terreno e exigindo parceria para qualificação e inserção de trabalhadores locais no mercado de trabalho.

As atividades comerciais deverão ser incentivadas a se instalar nos eixos vicinais definidos pelo Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, através da estruturação dessas vias como mobiliário, caixa de rolamento adequada e espaços para estacionamento. A consolidação da região central de Porto União da Vitória como pólo cultural e prestador de serviço sofisticados do sul do Paraná e norte de Santa Catarina demandará a revitalização de espaços públicos e edifícios históricos, além do incentivo ao turismo de eventos culturais e profissionais e ao incremento da rede hoteleira.

¹⁶³ Esta necessidade de criação de uma relação diversificada com o Rio Iguaçu fica clara após a leitura do livro do vereador Cordovam "Um Rio em Minha Vida", onde ele expõem a riqueza de espaços que a comunidade tinha a sua disposição há algumas décadas, onde o Iguaçu funcionava como centro da vida local e não uma barreira incômoda como é visto hoje.

Equipamentos Administrativos. A posição de pólo regional leva a cidade a abrigar uma série de equipamentos públicos estaduais e federais e equipamentos institucionais de abrangência intermunicipal, apesar de ainda existir um potencial de maior centralidade em função da cidade de Porto União da Vitória estar em teoria dividida em uma área urbana de 50 mil habitantes e outra de 30 mil, em dois estados diferentes. Neste sentido será novamente preciso uma ação integrada da comunidade e das prefeituras municipais, beneficiando a população como um todo que hoje se vê em determinados casos polarizada desnecessariamente por Ponta Grossa, Guarapuava e até Pato Branco.

Os edifícios que abrigam os poderes executivo, legislativo e judiciário local não possuem grandes demandas por espaços, condição física ou localização mais adequada. O pátio de obras do Sagrada Família deve receber melhorias localizadas, assim como toda estrutura municipal neste setor. A criação de uma unidade voltada exclusivamente para o planejamento dentro do poder público municipal deverá ser implantada em edifício fora do Paço Municipal, de forma a permitir completo desvencilhamento das atividades de controle urbano cotidianas e da pressão política por vezes danosa ao processo.

4.6 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Tanto quanto as minutas de legislação referentes à regulação do uso e ocupação do solo e à incorporação local das ferramentas proporcionadas pelo Estatuto da Cidade, constituem temas ofertados pela equipe de elaboração do Plano Diretor Municipal à reflexão dos componentes do Poder Legislativo, os instrumentos de planejamento e gestão adiante sugeridos o são para o Poder Executivo.

Ao município de União da Vitória impõe-se o desafio de administrar uma cidade dividida em duas, com administrações distintas, de dois estados federativos diferentes, com arcabouço legal próprio, por vezes conflitante, ainda que história e meio físico insistam em fazê-la única. Encontrar o ponto de confluência, promover o diálogo entre as administrações e minimizar os conflitos dessa situação ímpar, garantindo ainda espaço para a participação democrática das comunidades, que apesar de divididas identificam-se como gêmeas, é a tarefa principal ao se gerir e planejar uma realidade como esta. Criar e fazer uso dos instrumentos necessários para tal trabalho hercúleo torna-se meta diária e talvez insuperável.

4.6.1 ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO

A principal indicação de mudança no organograma municipal decorre da necessidade de se prestigiar o desempenho das funções de planejamento

Instituto de Planejamento. A experiência tem demonstrado que a alocação das tarefas de planejamento sob a abrangência de secretarias ligadas ao urbanismo – como é o caso – tende a privilegiar o planejamento de intervenções físicas, reduzindo-se sua atenção sobre os aspectos financeiros e, especialmente, os sócio-econômicos. Por outro lado, a subordinação das tarefas de planejamento a considerações de natureza financeira, que leva o departamento de planejamento a compor o organograma com secretarias de finanças ou de administração – como ocorre em alguns municípios – deixa de lado os importantes impactos dos aspectos urbanísticos sobre a qualidade de vida dos cidadãos, vitais para a realidade de uma cidade instalada em meio físico como o de União da Vitória. Além disso, até mesmo em função de planos setoriais obrigatórios ou incentivados por instâncias governamentais superiores, as secretarias de educação e saúde (e mais recentemente de assistência social) tendem a realizar planejamentos “em separado” dos demais aspectos da vida municipal, perdendo-se a necessária unidade de ações, única forma de enfrentar as múltiplas necessidades da vida do morador do município.

Propõe-se, em função disso, a criação de um Instituto de Planejamento dentro do organograma municipal, ligado diretamente ao Prefeito, porém com a autonomia característica de uma autarquia e espaço próprio, sem o acúmulo de tarefas burocráticas característico das secretarias e ainda liberdade para transitar em todas as esferas da administração municipal, desempenhando papel “servidor” das demais secretarias, das quais obterá dados e informações e disseminará a cultura do planejamento continuado através da figura dos agentes de planejamento de cada setor.

Nesse particular, a escolha do titular do Instituto reveste-se de importância, sendo desejável que tenha formação técnica adequada, com abrangência sobre questões urbanísticas, sociais, econômicas e financeiras. Também os demais funcionários dessa estrutura, que deve ser enxuta, contando com nem uma dezena de técnicos de diferentes setores, deverão dedicar-se ao exercício contínuo do planejamento interdisciplinar, devendo-se buscar profissionais ligados ao urbanismo, sociologia, economia e administração pública. Quando necessário, poderá contar com consultores em educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, turismo e outras importantes manifestações da vida comunitária.

O Instituto de Planejamento terá, ademais, a importante tarefa de contatar a comunidade – através dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal, Urbano e Rural – alimentando-os de dados e de informações capazes de embasar decisões que estão sendo colocadas, nas minutas de legislação, sob o escrutínio dos representantes da comunidade. Um relacionamento profissional entre o Instituto e os membros dos conselhos é de todo modo desejável, pois embora as questões de cunho político tenham sua importância, a tarefa dos envolvidos no processo de planejamento continuado é, sobretudo, fazer implementar o Plano Diretor Municipal e as ações dele decorrentes, guardando as questões de fundo para a participação popular.

O ideal era que o Instituto de Planejamento pudesse compartilhar o espaço com órgão com mesma finalidade da vizinha Porto União e, a longo prazo, fundir-se em um único instrumento de planejamento compartilhado. Obviamente este processo tende a ser longo e enfrentar diversas dificuldades burocráticas e políticas, mas parece claro que a comunidade já possui o amadurecimento necessário para iniciar esta mudança de mentalidade na administração pública.

Agentes de Planejamento. Ainda mais importante será criar um mecanismo de fluxo permanente, contínuo e dinâmico, que possibilite a comunicação entre as secretarias – necessariamente envolvidas em tarefas setoriais – e a visão conjunta e abrangente que necessariamente revestirá o planejamento. Para isso, cada secretaria deverá indicar pelo menos uma pessoa como agente de planejamento, a qual dedicará algumas horas semanais ou quinzenais para reunir-se com seus pares e com os membros do Instituto, tornando-se representante de seu setor junto ao planejamento geral e, como retorno, propagador das decisões tomadas conjuntamente. Durante as discussões dos Orçamentos Anuais e Planos Plurianuais estes profissionais terão fundamental importância, representando cada setor nas discussões dos recursos a serem investidos em cada área.

4.6.2 BASE DE DADOS MUNICIPAL

Cadastro Único Multifinalitário. Um importante subsídio às decisões que devem ser tomadas no âmbito do planejamento (mas também disseminado junto à população, como medida de transparência), será dispor de dados confiáveis e atualizados sobre todos os aspectos da vida municipal, em especial da administração pública.

Secretarias como a de educação, saúde e assistência social possuem cadastros e bancos de dados com importantes mensurações sobre a qualidade de vida das pessoas; por outro lado, o cadastro imobiliário dispõe de informações valiosas sobre a ocupação do espaço. O cruzamento de tais informações, resultando na constituição de uma base de dados multifinalitárias, acessível a todos os interessados, constitui medida vigorosa para embasar tomadas de decisões que, às vezes, por falta de dados suficientes, resultam problemáticas.

Administração e Atualização das Informações. A administração desse Cadastro Único Multifinalitário poderá ser realizada pelo Instituto de Planejamento, com liberdade de tempo e habilidade para fazer com que as informações transpassem todas as secretarias, num processo constante de atualização e uso das informações. Assim, tão importante quanto a organização dessas informações é prover cada secretaria de softwares e pessoal treinado para a utilização e realimentação da base de dados.

Além das informações geradas no dia-a-dia de cada secretaria é necessária a implantação de um sistema de atualização das informações externas, com o recadastramento bianual do Cadastro Imobiliário e do Cadastro Econômico, elaboração e atualização constante da Planta Genérica de Valores Imobiliários atrelado a um sistema de avaliação imobiliária para fins de ITBI e gestão dos instrumentos do Consórcio Imobiliário e Direito de Preempção.

Para tanto será necessário contratar profissionais e por vezes, empresas especializadas, para dar os passos iniciais desse processo e capacitar os funcionários do quadro permanente da Prefeitura para gerenciar e atualizar constantemente as informações necessárias para o planejamento.

Transparência das Informações. Dentro do espírito da gestão democrática, deve-se disponibilizar todas as informações que não envolvam divulgação de dados pessoais, protegidos por sigilo legal, para que possam ser empregados por qualquer cidadão. Afinal, trata-se de dados que foram obtidos com recursos públicos e, portanto, não há justificativa para que não sejam divulgados. Não poucos trabalhos acadêmicos e mesmo análise de mercado para empreendedores, poderão acontecer, sem que seja necessário despender recursos públicos. Nesse particular, disponibilizar dados por via da rede *internet* parece ser um meio adequado de propagação das informações.

4.6.3 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

União da Vitória já dispõe, de longa data, de um Conselho de Desenvolvimento Rural (CODER) e de um Conselho Municipal de Urbanismo, ambas as organizações têm, em sua composição, maioria da comunidade e, além disso, suas atribuições dizem respeito a diversos aspectos do desenvolvimento municipal, respectivamente em suas esferas rural e urbana.

Durante as oficinas com a Equipe Técnica e com a Comissão de Acompanhamento, foi levantado o problema de funcionamento de conselhos excessivamente amplos como os que foram criados em União da Vitória. Efetivamente, no afã de integrar o maior número possível de organizações da sociedade aos conselhos, ampliou-se demasiadamente o leque de representantes, comprometendo o próprio funcionamento das entidades, uma vez que a obtenção de quorum mínimo para as reuniões passou a tornar-se tarefa hercúlea.

O novo formato introduzido pelo Plano Diretor Municipal ao corpo legislativo regulador do uso do território municipal – em especial dos novos dispositivos proporcionados pelo Estatuto da Cidade – exige dos conselhos o máximo de eficiência e de rapidez, além de assumirem os mesmos um caráter deliberativo que não comparecia no conjunto legislativo anterior. Da parte do CDR, por exemplo, pede-se eficiência máxima para responder às demandas de anuências municipais para o caso de muitos tipos de uso do solo, necessárias para financiamentos e programas de desenvolvimento. Do CDU espera-se forte agilidade para fornecer licenças especiais que estão previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, bem como para chamar audiências capazes de apreciar com rapidez Estudos de Impacto de Vizinhança. Essas características não são possíveis em conselhos com duas dezenas ou mais membros.

Por esse motivo, os conselhos foram propostos, na legislação, com apenas seis membros cada um, eleitos os primeiros três representantes da comunidade na Conferência da Cidade e, anualmente, renovados ou reconduzidos na Audiência Pública anual a ser convocada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal. Este último, aliás, preconiza-se seja configurado como “conselho dos conselhos”, com pequena periodicidade de reuniões (uma vez por ano como mínimo; provavelmente duas reuniões anuais serão suficientes). Desse modo, resguarda-se a figura do CDM afastando-o das pequenas decisões sobre o dia-a-dia do município, para as quais CDU e CDR assumirão seu papel.

Funções. Propõe-se caiba ao Conselho de Desenvolvimento Municipal um papel dirigente na condução do processo de implementação do Plano Diretor Municipal, liderando as tarefas de avaliação dos indicadores de sucesso, promovendo reuniões e debates para ajuste das metas, bem como emitir pareceres sobre o andamento do PDM. Para tanto, poderá o CDM solicitar à Prefeitura e Câmara Municipal informações a respeito da Legislação Básica e do andamento do Plano de Ação e Investimentos, de maneira a verificar a adequação das ações ao que foi decidido pela sociedade em conjunto, durante o processo de elaboração do Plano Diretor. O elo de ligação privilegiado entre o Conselho e Administração será, obviamente, o Instituto de Planejamento.

Audiências Públicas. Propõe-se seja o Conselho de Desenvolvimento Municipal dotado da faculdade de convocar audiências públicas, revestidas as formalidades legais, para apresentar à sociedade em geral suas conclusões a respeito do andamento das ações do Plano Diretor Municipal. Para tanto, uma Audiência Pública anual será suficiente, desde que convocada com antecedência e acompanhada de documentos, resumos, folhetos, apresentações gráficas, que tornem seu conteúdo conhecido de todos e a todos acessível. No caso de necessidade de correção de rumos e/ou de lançamento de novas ações para complementar os rumos do Plano Diretor, impõe-se a necessidade de discutir tais modificações de forma democrática e transparente, dando ensejo para a convocação de Audiências Públicas extraordinárias, convocadas especificamente para os temas em discussão. Finalmente, a apreciação de Estudos Prévios de Impacto de Vizinhança e pareceres sobre alterações nas leis urbanísticas oriundas do PDM, não podem ficar restritos aos representantes da sociedade, mas sim estendida à comunidade como um todo. Propõe-se, para esse caso, a convocação de Audiência Públicas especiais, para as quais a liderança do CDM será fundamental.

4.6.4 INDICADORES NUMÉRICOS PARA AVALIAÇÃO

A elaboração de indicadores e metas para avaliação permanente e periódica de desempenho de ações em geral é tarefa fundamental dentro do processo de gestão por projetos. Indicadores de desempenho são, ademais, ferramentas para estimar se há necessidade de reforço ou até de mudança de planos em relação a determinados projetos; sem tais instrumentos, pode-se, sem saber, estar em vôo cego rumo ao um desenvolvimento cujos frutos serão desconhecidos.

O processo de elaboração de indicadores de desempenho poderá ser estendido inclusive às tarefas rotineiras da administração, sob a forma, por exemplo, de metas para redução de prazos de atendimento de solicitações da cidadania.

4.7 MAPAS

5 PROPOSIÇÕES PARA LEGISLAÇÃO BÁSICA

A proposta de atualização do corpo legislativo que se dedica a regular o uso e a ocupação do solo municipal, em especial o contido no perímetro urbano, constitui a quarta etapa do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória. Muitos dos atuais mecanismos legais de regulação atualmente vigentes são resultantes dos trabalhos relativos ao Plano Diretor de 1992, o qual teve duas tentativas frustradas de revisão. Apesar de decorridos dezesseis anos, uma boa parte dos textos dessas leis está atualizada, necessitando apenas alguns ajustes ao espírito simplificador representado pelo inciso XV do Art. 1º da Lei Federal 10.257/2001. Essa característica se aplica especialmente aos Códigos de Obras (que, diferentemente do restante da legislação, é uma herança de setenta do Século XX) e de Posturas (que mereceu um projeto de lei no sentido de torná-lo mais simples, em 2002, sem que, entretanto, tenha sido concluído o processo de aprovação).

Além de buscar introduzir conceitos mais flexíveis e contemporâneos à legislação reguladora, as minutas de projetos de lei contemplarão também a regulamentação local dos instrumentos proporcionados pela Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) para assegurar o uso social do solo urbano, incluindo a notificação para utilização compulsória, o consórcio imobiliário, a outorga onerosa e a transferência do potencial construtivo, a possibilidade de operações urbanas consorciadas, o direito de preempção e os dispositivos de compartilhamento do controle urbanístico em geral entre governo e sociedade, através de um projeto de lei específico voltado à instituição da gestão democrática e participativa, inclusive a exigência de feitura e de apreciação pública dos estudos de impacto de vizinhança.

Inicia-se, a quarta etapa, com o anteprojeto da Lei do Plano Diretor Municipal, chamada comumente de “lei-mãe” por afiliar todos os outros diplomas legais às suas linhas mestras. A Lei Orgânica de 27 de março de 1990, em seus artigos 89 e 90, prevê a obrigatoriedade de dispor, o município, de um Plano Diretor, cujas diretrizes gerais devem ser respeitadas por “todas as obras públicas municipais”.

Além das normas genéricas, que incluem a declaração de afiliação dos componentes do corpo legislativo urbanístico (até mesmo para assegurar às leis derivadas o *status* de complementares, exigindo-se maioria qualificada para sua aprovação), a “lei-mãe” deverá conter a discriminação dos territórios onde serão aplicados alguns dos instrumentos do Estatuto da Cidade, conforme exige esse mesmo diploma legal.

Na seqüência, situa-se o bloco de leis voltado à regulação do uso do solo, cujos teores são basicamente de atualização dos existentes (exceto a lei relativa ao sistema viário, prevista no Plano Diretor de 1992, que não foi encontrada nos anais da Câmara), comportando diploma legal novo apenas no caso do uso do solo rural, ainda não regulado até agora (exceto quanto a algumas posturas de alçada municipal), que fará um zoneamento do solo municipal, não somente do urbano. Embora o poder regulatório do Município seja reduzido, na área rural, quando comparado com a esfera de atuação de autarquias como o INCRA ou o IAP, também ele pode incentivar o uso sustentável do território, através desse diploma legal.

Um segundo e importante conjunto de dispositivos legais é constituído pelos instrumentos de controle e gestão pública sobre o solo urbano, introduzido em 2001 pelo Estatuto da Cidade e que estarão enfeixados, em UVA uma única lei, destinada à regulação local das ferramentas que o Estatuto possibilitou aos Municípios para melhor gerir o espaço, especialmente o urbano.

Em função, no entanto, de sua extraordinária importância para a repartição de direitos e deveres entre poder público e sociedade, a Lei da Gestão Democrática será proposta como instrumento em separado, regulamentando a criação e composição dos conselhos de desenvolvimento urbano (já existente em União da Vitória, porém com funções atuais somente consultivas) e rural (também já em funcionamento, porém com forte viés para o econômico, ao qual é necessário acrescentar poderes de regulação territorial), e, como órgão máximo de fiscalização e incentivo à perseguição das metas de que trata o Plano Diretor Municipal, o Conselho de Desenvolvimento Municipal, ao qual ficarão afetas também algumas decisões no tocante à apreciação de estudos de impacto de vizinhança (EIV) e de convocação de audiências públicas para apreciação de relevantes aspectos que necessitem da aprovação da sociedade local.

As minutas ora apresentadas, sujeitas que foram à apreciação da Equipe Técnica e, em especial, da Comissão de Acompanhamento que é depositária de delegação da sociedade (a comissão de Acompanhamento foi indicada na 1ª audiência pública), deverão ainda passar pelo escrutínio da dos cidadãos que a sociedade elegeu, dentro dos rituais democráticos, para exercer o direito de legislar: será dos vereadores de União da Vitória a palavra final sobre o conjunto de leis que aqui se propõe. Desse modo, estarão fielmente cumprindo com a tarefa que a Lei Orgânica Municipal lhes confiou.

5.1

LEI DO PLANO DIRETOR

A Lei do Plano Diretor Municipal, cuja minuta é apresentada a seguir, permitirá inscrever na legislação de União da Vitória o conjunto de decisões que foi tomado pela população durante o processo de elaboração do PDM, inscrevendo formalmente as grandes metas, as diretrizes e mesmo as ações integrantes dos eixos estruturantes, os quais, como instrumentos de gestão, permitirão que União da Vitória alcance as desejadas melhorias na qualidade de vida de todos os seus cidadãos.

Sua base legal decorre, em primeiro lugar, o Art. 182 na Constituição Federal de 1988, que define a política de desenvolvimento municipal, a ser “executada pelo poder público municipal, conforme as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Cumpre, ademais, o capítulo da Constituição do Estado do Paraná, em seu capítulo dedicado à Política Urbana, e a Lei Orgânica do Município e a Lei Orgânica de União da Vitória, a qual reveste a Lei do Plano Diretor do caráter de lei complementar, exigindo maioria de 2/3 dos vereadores para a sua aprovação.

A minuta adiante apresentada cumpre, ademais, aos requisitos da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), a qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais para a política urbana, bem como o conteúdo mínimo para os planos diretores. Entre outras disposições, o Estatuto da Cidade trata dos casos em que há obrigatoriedade de existência de Plano Diretor, a sua validade de 10 anos (prazo após o qual é obrigatória sua revisão), a abrangência de suas diretrizes sobre todo o território municipal (e não mais somente sobre a zona urbana), e, em especial, os critérios básicos para tornar o processo participativo (regulamentados por resoluções do Conselho das Cidades, posteriormente). O Estatuto da Cidade determina que o Plano Diretor delimite as áreas para aplicação dos instrumentos previstos na lei como a compulsoriedade do aproveitamento (inciso I), direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir (inciso II) e a definição de um sistema de acompanhamento e controle (inciso III).

Na minuta adiante apresentada, além do cumprimento dos itens que são obrigatórios pelo Estatuto da Cidade e da listagem detalhada das diretrizes, eixos e projetos estruturantes, compõem ainda linhas gerais de política urbana, tais como a listagem das distâncias máximas que um cidadão deverá percorrer para ter acesso ao equipamento público (em zona urbana e em zona rural), às quais se referirão diversos dispositivos dos demais diplomas legais, bem como o estabelecimento de distritos de planejamento (municipais e urbanos, estes últimos sob a forma de macrozonas com possibilidade de subprefeituras próprias, previstas pela Lei Orgânica Municipal no seu Art. 55 e reguladas pelos Arts. 79 até 83)¹⁶⁴, instrumento ao qual devem sujeitar-se as análises setoriais de educação, saúde, assistência social, transportes e outras.

¹⁶⁴ Lei Orgânica Municipal (1990): “Art. 80. A lei disporá sobre a estruturação e atribuições das subprefeituras.” O texto da Lei do Plano Diretor, adiante apresentado, irá propor um prazo para que o Executivo envie à Câmara projeto de lei regulamentando a estrutura e atribuições das subprefeituras.

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR

Súmula: Aprova o Plano Diretor Municipal de União da Vitória e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições iniciais

Art. 1º – Fica aprovado o Plano Diretor Municipal de União da Vitória, composto pelo presente diploma legal e pelas leis complementares adiante consignadas, referindo-se sempre ao documento, composto por textos, diagramas, ilustrações e mapas, denominado *Plano Diretor Municipal de União da Vitória*, o qual, sob a forma de anexo, fica fazendo parte integrante da presente lei.

Art. 2º - O Plano Diretor Municipal de União da Vitória ordenará as atividades da administração municipal, inclusive nas suas articulações com a administração estadual e federal, entidades autárquicas, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, de maneira a alcançar, até o último dia do exercício de 2018, a meta adiante descrita no Art. 3º, segundo as diretrizes expostas no Art. 4º e os eixos estruturantes descritos no Art. 5º da presente Lei.

Parágrafo único - O Plano Diretor Municipal de União da Vitória está sujeito a revisão, a qualquer momento de sua vigência, por solicitação formal de pelo menos cinco por cento do eleitorado municipal ou dois terços dos vereadores, e, independente de qualquer manifestação, durante o decurso do ano de 2013, assegurada a participação da sociedade civil através de audiências públicas e demais formas de consulta popular, nos moldes estabelecidos pela Lei da Gestão Democrática.

Capítulo II Da meta, das diretrizes e dos eixos e projetos estruturantes

Art. 3º – É meta do Plano Diretor Municipal de União da Vitória a promoção do desenvolvimento e do bem-estar social no município, de modo a alcançar, até 2018:

- a) um elevado padrão de qualidade de vida de nível, indicado pelo alcance de um índice de desenvolvimento humano (IDH), conforme o conceito adotado pelo Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de valor global acima de 0,850, sendo superiores a 0,800 todos os seus três componentes;
- b) a redução do coeficiente de desigualdade de renda individual (índice de Gini) para valor abaixo de 0,500;
- c) a redução do percentual de pessoas pobres (assim entendidas auferindo renda individual abaixo de meio salário-mínimo) para 10% ou menos da população municipal;
- d) a eliminação da indigência (entendidas como indigentes as pessoas auferindo renda individual abaixo da quarta parte do salário-mínimo);
- e) a garantia, às futuras gerações, do direito a um espaço social e ambientalmente sustentável.

Parágrafo único – É fundamental que a meta do Plano Diretor Municipal de União da Vitória seja alcançada através de processos democráticos de governança, com participação popular, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 4º – Para a realização da meta contida no Art. 3º, o Plano Diretor Municipal de União da Vitória adotará as seguintes diretrizes:

- a) quanto ao relacionamento com a região e municípios vizinhos:
 - a.1) firmar União da Vitória como a capital do Sudeste Paranaense;
 - a.2) aproveitar as vantagens locacionais de União da Vitória para o processamento industrial de produtos primários da região;
 - a.3) incentivar a localização, em União da Vitória, de grandes empresas atacadistas e/ou distribuidoras e prestadoras de serviços em escala regional;
 - a.4) oferecer oportunidade à localização de serviços de hospedagem e alimentação como apoio ao turismo de toda a região;

- b) quanto à sustentabilidade ambiental em zona rural e urbana:
 - b.1) incentivar a silvicultura, o turismo rural e a atividades especializadas, tais como a agricultura orgânica no sul, a agropecuária faxinalense no norte e a piscicultura nas várzeas em geral, como meios não agressivos de uso do território;
 - b.2) elaborar normas rigorosas e fiscalizá-las efetivamente, para que a ocupação urbana não utilize áreas de inundação freqüente, de até 10 anos de tempo de retorno, estabelecendo ainda normas para o convívio com a possibilidade de enchentes de maior intensidade;
- c) quanto aos aspectos sócio-econômicos:
 - c.1) aprofundar o papel do Arranjo Produtivo Local da Madeira, através da promoção publicitária em escala nacional, do incentivo à pesquisa de novos produtos e novas técnicas de processo e auxílio permanente à formação de uma mão de obra de alta qualificação;
 - c.2) proporcionar incentivos de natureza física e fiscal para a geração de novas indústrias, relacionadas à produção primária do município e da região de entorno;
 - c.3) organizar as oportunidades para o comércio urbano, promovendo a descentralização do comércio abastecedor e vicinal, firmando centros urbanos nas macrozonas identificadas e, no outro sentido, especializando o centro tradicional no comércio de mercadorias duráveis e também nos serviços sofisticados, especialmente de profissionais de nível superior, com inserção econômica regional;
 - c.4) promover o turismo rural, tanto aquele baseado em atrativos naturais, como o aprofundamento da Rota das Cachoeiras quanto o de fundo histórico-étnico, a ser denominado de Rota dos Imigrantes, bem como a função da cidade como ponto de apoio ao turismo rural e regional;
- d) quanto aos aspectos sócio-espaciais:
 - d.1) transformar a várzea inundável do Rio Iguçu, com tempo de retorno de 10 anos, em áreas de preservação permanente e uso controlado para lazer, criando um cinturão de parques ao longo do curso fluvial, circundados por avenidas beira-parque;
 - d.2) incentivar o surgimento de centralidades secundárias em São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul, utilizando os incentivos urbanísticos tradicionais, como zoneamento, produção de obras públicas, incluso habitações e comércio e os novos instrumentos proporcionados pelo Estatuto da Cidade, como as operações urbanas consorciadas, o consórcio imobiliário, etc;
 - d.3) esquematizar um sistema viário compatível com a configuração polinucleada pretendida, bem como que proporcione desvio, em relação à malha urbana, do tráfego pesado, além de incentivar fortemente o uso de transporte cicloviário;
- e) quanto à dotação de infraestrutura, equipamento e serviços à população:
 - e.1) solucionar no mais curto espaço de tempo a concessão ou a retomada dos serviços públicos de saneamento, para avançar na cobertura do esgoto sanitário pelo menos até o percentual de 85% até 2013;
 - e.2) instituir um programa de pavimentação com participação dos beneficiários (plano comunitário ou contribuição de melhoria);
 - e.3) redistribuir e/ou complementar a rede de equipamentos públicos urbanos de educação, saúde, atividades comunitárias e lazer, visando a equidade de oportunidades de acesso, a economia de meios e a qualidade dos serviços prestados;
- f) quanto aos aspectos institucionais:
 - f.1) integrar esforços com o Município de Porto União para obtenção de uma linguagem comum no planejamento, no transporte coletivo, no saneamento em geral e na integração viária;
 - f.2) melhorar os mecanismos de arrecadação de tributos próprios e colocar fiscalização sobre os usos irregulares do solo, principalmente na zona urbana;
 - f.3) reformar pontualmente a máquina pública, assegurando a criação de um organismo independente voltado para as tarefas de planejamento continuado.

Art. 5º – A implantação das diretrizes consignadas no Art. 4º será realizada de maneira concreta mediante a implementação das ações integrantes de projetos estruturantes, reunidos em eixos de desenvolvimento adiante estabelecidos, cujo detalhamento, especificando objetivos, prazos, estimativa de custos e relação de atores envolvidos constitui objeto do Plano de Ação de Investimentos, capítulo específico do documento anexo denominado *Plano Diretor Municipal de União da Vitória*, o qual servirá como guia e diretriz para as Leis dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis de Orçamentos Anuais a serem votados nos dez anos entre 2009 e 2018.

§ 1º - O eixo de desenvolvimento denominado *Convívio Harmônico com o Rio*, que visa dar cumprimento às diretrizes b.2) e d.1) será formado por dois projetos estruturantes, compostos pelas seguintes ações:

- a) projeto estruturante *Parques Beira-Rio*:
- a.1) aquisição das faixas marginais aos rios Iguaçu, Areia, Vermelho e Guabiroba, até a cota da inundação de prazo de retorno de 10 anos, destinando a faixa de inundação de prazo de retorno de 5 anos   preservação em caráter permanente e a faixa restante, aos usos recreacionais, inclusive a implantação de uma ciclovia ao largo de todos os parques lineares;
 - a.2) concessão de até 67% das áreas assim obtidas a entidades comunitárias sem fins lucrativos, sediadas no município, que as utilizarão a título precário, podendo restringir parcialmente o seu acesso, mediante contrapartida de urbanização das áreas vizinhas, livres de concessão e de acesso livre, abrangendo estas últimas obrigatoriamente a ciclovia citada na alínea anterior;
- b) projeto estruturante *Avenidas Beira-Parque*:
- b.1) remodelação do trecho existente e prolongamento, mediante aquisição da caixa de rua e também do trecho entre a caixa de rua e a margem do rio Iguaçu, da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, prolongando-se até seu encaixe com a Rua Padre Saporitti;
 - b.2) remodelação do trecho existente e prolongamento, mediante aquisição da caixa de rua e também do trecho entre a caixa de rua e a margem do rio d'Areia, da Rua Padre Saporitti;
 - b.3) implantação de uma avenida contornando as margens do rio Iguaçu, em São Cristóvão, sobre a curva de nível da cota de inundação de dez anos de período de retorno, proibindo-se o aproveitamento dos terrenos situados entre o novo eixo viário e o curso do rio;
 - b.4) implantação de uma avenida contornando o vale do Rio Guabiroba, nos Conjuntos, sobre a curva de nível da cota de inundação de dez anos de período de retorno, proibindo-se o aproveitamento dos terrenos situados entre o novo eixo viário e o curso do rio.

  2  - O eixo de desenvolvimento denominado *União Polinucleada*, que visa dar cumprimento às diretrizes a.4), c.3), d.2), d.3) e e.3) será formado por quatro projetos estruturantes, compostos pelas seguintes ações:

- a) projeto estruturante *Novas Centralidades*:
- a.1) estabelecimento de um perímetro urbano sem margens para novos parcelamentos, exceto para preenchimento de vazios internos, relegando as áreas ainda periféricas   condição de transição entre urbanas e rurais, convivendo com exploração agropecuária de pequeno porte;
 - a.2) consolidar, mediante permissão legal na legislação de zoneamento, e implantar fisicamente equipamento público de educação, saúde, cultura e lazer, incluindo instalações de subprefeituras, as centralidades de São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul;
- b) projeto estruturante *Sistema Viário para a Polinuclea o*:
- b.1) remodelação e implantação dos trechos da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto e da Rua Padre Saporitti, além dos trechos previstos na alínea b.1 do   1  do presente artigo, e implantação de ciclovia ao longo de todo o seu comprimento;
 - b.2) remodelação da Avenida Paula Freitas, incluindo a implantação de ciclovia e dos trechos viários necessários ao encaixe com a nova ponte sobre o Rio Iguaçu paralela   Ponte Machado da Costa;
 - b.3) implantação de uma avenida de ligação entre a Macrozona Central e os Conjuntos, interligando-se com a avenida beira-parque da qual trata a alínea b.4 do   1  do presente artigo;
 - b.4) implantação de nova ponte sobre o Rio Iguaçu ao longo do eixo da avenida da qual trata a alínea b.3 do presente parágrafo, ficando desde já vedado o estrangulamento da seção de escoamento fluvial através de aterros, devendo os encontros da obra de arte prolongados sob a forma de viadutos até a cota de inundação de 25 anos de tempo de retorno, como mínimo;
- c) projeto estruturante *Incentivo  s Operações Urbanas*, compreendendo autorização para dispêndio público em atividades de planejamento e projetos que envolvam operações urbanas, dentro das condições estabelecidas pela Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, que permitam maior aproveitamento do sítio urbano de União da Vitória em benefício de seus moradores, sendo estas:
- c.1) operações urbanas Rio Iguaçu, envolvendo a faixa de terras situada entre a da cota de inundação de 10 anos de tempo de retorno e a cota de inundação de 25 anos de tempo de retorno;
 - c.2) operações urbanas Indústrias Urbanas, envolvendo todos os lotes e glebas atualmente ocupados por galpões fabris, pátios cobertos ou descobertos e demais instalações de indústrias madeireiras, alimentícias ou assemelhadas, de médio e grande porte;
 - c.3) operações urbanas Aeroporto, envolvendo o aproveitamento da área do Aeroporto Municipal José Cleto para usos consentâneos com sua localização imersa dentro da malha urbana;

- d) projeto estruturante *Nova Política de Habitação*:
- d.1) produção de moradias unifamiliares e multifamiliares horizontais espalhadas ao longo da malha urbana já existente e consolidada, vedados os conjuntos edilícios com mais do que cinquenta unidades, de qualquer modo isolados os empreendimentos por pelo menos cem metros intercalares;
 - d.2) produção de moradias multifamiliares verticais nas proximidades dos centros dos quais trata a alínea a.2) do § 2º do presente artigo, vedados os conjuntos edilícios com mais do que trinta e duas unidades, de qualquer modo isolados os empreendimentos por pelo menos trinta metros intercalares.

§ 3º - O eixo de desenvolvimento denominado *Qualidade da Vida Urbana*, que visa dar cumprimento às diretrizes e.1), e.2) e e.3), será formado por três projetos estruturantes, compostos pelas seguintes ações:

- a) projeto estruturante *Saneamento Básico*:
 - a.1) estender a rede de coleta de esgotos a todo o quadro urbano, universalizando a cobertura dessa rede de saneamento;
 - a.2) implantar pelo menos três estações de tratamento de esgotos, nos pontos baixos das bacias dos rios Vermelho, Guabiroba e d'Areia, além ampliar e modernizar a estação existente sobre o rio Iguaçu, examinando a necessidade de ser prevista ainda uma outra estação de tratamento a jusante da cidade;
- b) projeto estruturante *Pavimentação de Vias Locais*:
 - b.1) implantar sistema de pavimentação de vias de interesse local, com características técnicas econômicas, conforme Lei do Sistema Viário, com aporte de capital inicial suficiente para giro de 2 anos à razão de 14 quilômetros por ano;
 - b.2) exigir, através da Lei de Parcelamentos Urbanos, a integral cobertura de infraestrutura, entre elas a pavimentação de todas as vias, sendo as vias de interesse local com as características técnicas econômicas conforme a Lei do Sistema Viário;
- c) projeto estruturante *Equipamento Urbano*:
 - c.1) complementar, com urgência, a cobertura da iluminação pública nas ruas onde ainda não está presente, adaptando paulatinamente a potência das lâmpadas nas ruas já cobertas, conforme nova Lei do Sistema Viário;
 - c.2) implantar a acessibilidade total ao sistema de transporte coletivo, através da adaptação de pelo menos 50% da frota de ônibus no período de 10 anos para livre acesso a cadeirantes, bem como implantar, nesse mesmo período, pontos de ônibus com dispositivos facilitadores de acessibilidade;
 - c.3) implantar programa de racionalização espacial da rede de ensino fundamental do município, em consonância com o Plano Municipal de Educação;
 - c.4) universalizar a educação infantil em prazo não superior a 10 anos, preferencialmente através de unidades agregadas ou próximas às unidades de ensino fundamental do município;
 - c.5) implantar, gradativamente, equipamento cultural complementar às unidades de educação fundamental do município, sob a forma de bibliotecas, filmotecas e laboratórios de informática com disponibilização de acesso à internet;
 - c.6) realizar inventário e instituir cadastro completo do patrimônio cultural do município, sob a direção de um conselho municipal para essa finalidade, a ser instituído dentro de no máximo um ano da promulgação da presente lei;
 - c.7) alcançar a universalização da cobertura do programa de saúde da família (PSF) dentro de no máximo cinco anos, em consonância com o Plano Municipal de Saúde;
 - c.8) complementar a rede de equipamentos de lazer e esporte de modo a dotar cada bairro oficial de pelo menos uma unidade desportiva e uma praça de lazer, se possível em anexo ou nas proximidades das unidades escolares;
 - c.9) criar espaços abertos junto às praças dos bairros ou em locais de grande circulação de pessoas para o estabelecimento de feiras móveis de comércio de produtos alimentares, à razão de um espaço por bairro oficial.

§ 4º - O eixo de desenvolvimento denominado *Apoio à Economia Urbana*, que visa dar cumprimento às diretrizes a.2), a.3), a.4), c.1), c.2), c.3), bem como apoiar a diretriz d.2), será formado por três projetos estruturantes, compostos pelas seguintes ações:

- a) projeto estruturante *Incentivo à Indústria*:
 - a.1) criação de parques industriais generalistas, ao longo das rodovias que cortam o quadro urbano da cidade, destinadas a sediar estabelecimentos industriais em caráter genérico;

- a.2) criação de parques industriais destinados a unidades de alto impacto à vizinhança, especializadas no segmento dos artefatos de madeira, em consonância com os planos de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Madeira de Porto União da Vitória;
- a.3) criação de parques industriais generalistas específicos para estabelecimentos de empresas de baixo impacto à vizinhança, ao longo das vias de penetração e acesso à cidade, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- a.4) criação de parques industriais leves diretamente relacionados com o Arranjo Produtivo Local da Madeira de Porto União da Vitória, destinados a unidades de baixo impacto à vizinhança, marcadamente marcenarias, usando espaços ao longo das vias de penetração e acesso à cidade, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- a.5) criação de parques especiais de depósitos de empresas atacadistas e transportadoras, em locais de fácil acesso às rodovias do entorno do quadro urbano;
- b) projeto estruturante *Incentivo ao Comércio*:
- b.1) incentivo ao estabelecimento de unidades comerciais de porte médio e grande ao longo das vias coletoras dos bairros, definidas na Lei do Sistema Viário, comportando ações de permissão legal, através da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e ações de propagação, através da aquisição e urbanização de lotes e sua venda em condições favorecidas, dentro dos limites da lei de licitações e lei de responsabilidade da gestão fiscal;
- b.2) incentivo à criação de um eixo preferencial para a localização de estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, comportando ações de permissão legal, através da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e ações de propagação, através da aquisição e urbanização de lotes, bem como construção de unidades produtivas de negócios, para agregar estabelecimentos menores em núcleos de maior porte, com locação e/ou venda em condições favorecidas, dentro dos limites da lei de licitações e lei de responsabilidade da gestão fiscal;
- b.3) incentivo à criação de centros comerciais de bairro, junto aos centros de equipamento público tratados na alínea a.2) do § 2º do presente artigo, mediante mecanismos de aquisição e urbanização de lotes, construção de unidades produtivas de negócios e atividades afins, com locação e/ou venda em condições favorecidas, desde que nos limites da lei de licitações e da lei de responsabilidade da gestão fiscal;
- c) projeto estruturante *Incentivo aos Serviços*:
- c.1) operação de valorização do centro histórico, complementar à ação c.6) do § 3º do presente artigo, incorporando ações de aquisição de edificações de valor histórico, artístico ou cultural, sua transformação em unidades econômicas prestadoras de serviços em geral, bem como ações voltadas à valorização do entorno, comportando ajardinamento, arborização, calçadas, mobiliário urbano em geral e equipamento de lazer;
- c.2) operação de valorização dos aspectos culturais do centro da cidade, admitindo ações de aquisição de edificações de valor histórico, artístico ou cultural, sua recuperação, restauro ou adaptação, de maneira a transformá-las em sede de serviços culturais prestados à população, admitida a delegação à iniciativa privada de parte das atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos.

§ 5º - O eixo de desenvolvimento denominado *Desenvolvimento Rural Sustentável*, que visa dar cumprimento às diretrizes a.4), b.1), b.2), c.2) e c.4), será formado por três projetos estruturantes, compostos pelas seguintes ações:

- a) projeto estruturante *Desenvolvimento Vocacionado da Economia*:
- a.1) programa de apoio à silvicultura familiar, comportando ações de propagação, assistência técnica, fornecimento de insumos, inclusive mudas, destinado a famílias moradoras em zona rural, com propriedades de até 50 hectares, contemplando ainda o fornecimento gratuito de mudas de nativas para plantio nas áreas de preservação ambiental, extensivo também aos pequenos agricultores e pecuaristas;
- a.2) incentivo à agricultura orgânica, mormente horticultura e fruticultura sem uso de insumos químicos, fiscalizada e certificada por associação reconhecida, comportando ações de propagação, de assistência técnica e fornecimento de insumos, para famílias moradoras na zona rural da bacia do Rio Vermelho e zona de transição urbano-rural, bem como doação de área, materiais de construção, equipamentos e serviços técnicos, para unidades de industrialização da produção;
- a.3) resgate da produção faxinalense, especificamente na zona rural norte do município, contemplando ações de incentivo, assistência técnica e fornecimento de insumos em geral, visando a criação de sistemas sustentados de avicultura e/ou suinocultura sem confinamento, com alimentação natural dos rebanhos, admitido arraçamento para suplementação, bem

- como doação de área, materiais de construção, equipamentos e serviços técnicos para abatedouro(s) para processamento local da produção;
- a.4) recuperar os tanques de criação de peixes implantados no município e estender o programa às várzeas de todos os vales, em programa que contemple fornecimento de horas-máquina, fornecimento de insumos em geral, inclusive alevinos, e assistência técnica, bem como doação de área, materiais de construção, equipamentos e serviços técnicos para abatedouro-frigorífico para o processamento local da produção;
- b) projeto estruturante Apoio ao *Turismo Rural*:
- b.1) incrementar o fomento ao programa Rota das Cachoeiras, através da criação de parques públicos equipados, comportando concessão favorecida de espaços para implantação de *campings*, pousadas, restaurantes e lanchonetes pela iniciativa privada, podendo além disso comportar serviços de terraplenagem, infraestrutura e assistência técnica, benefícios extensíveis, em igualdade de condições, a instalações de apoio turístico particulares;
- b.2) criar um programa a ser denominado Rota dos Imigrantes, comportando a criação de parques temáticos equipados, públicos ou comunitários, admitindo a concessão favorecida de espaços para implantação, pela iniciativa privada, de hospedarias, pousadas, restaurantes e petiscarias típicas, podendo o poder público fornecer serviços de terraplenagem, infraestrutura e assistência técnica, benefícios extensíveis, em igualdade de condições, a instalações de apoio turístico particulares;
- c) projeto estruturante *Estradas Rurais de Qualidade*:
- c.1) implantar programa, a ser denominado Caminho da Produção, incorporando o trecho já existente da estrada do Rio Vermelho, a ser recuperado e estendido de maneira a completar a circunvolução da bacia rural desse curso d'água, sem prejuízo da manutenção das demais estradas rurais;
- c.2) implantar programa, a ser denominado Caminho do Turismo, servindo à região do Rio dos Banhados, inclusive o acesso à capela histórica, cuja estrada deverá ficar preparada para futura pavimentação com pedras irregulares.

Capítulo III Dos distritos de planejamento e do equipamento público mínimo

Art. 6º - Ficam criados, para fins de planejamento municipal, os distritos constantes do Quadro 01, cujas divisas e confrontações constam do Mapa 01 e Mapa 02, anexos, o qual faz parte integrante da presente lei.

*Quadro 01
Distritos de planejamento municipais*

<i>Distritos de Planejamento Municipais</i>	<i>Distritos de Planejamento Urbanos</i>	<i>Comunidades rurais incluídas ou bairros urbanos oficiais</i>
São Domingos		São Domingos, Pinhalão, Guaira, Fartura, Colônia do Meio, Fazenda Velha, Porto Almeida, Rio dos Banhados, Papuã, Barra do Palmital e Palmital do Meio
Rio Vermelho		Rio Vermelho, Rio Vermelho-São José e Colônia Macacos
Serra da Esperança		Faxinal dos Marianos, Linha Fortaleza e Palmital de Cima
Cidade		Correntes, Vila Zulmira, Guabiroba, Colônia Olindina e Barreiros
	Ferradura	Centro, Navegantes, Ponte Nova, São Bernardo e São Basílio Magno
	São Cristóvão	Cidade Jardim, Sagrada Família, Nossa Senhora da Salete, São Braz, Bento Munhoz da Rocha, São Sebastião, Bom Jesus, Ouro Verde, Nossa Senhora das Graças
	Conjuntos	São Joaquim, Cristo Rei, Dona Mercedes
	Zona Sul	Nossa Senhora do Rocio, Rio d'Areia, Cidade Limeira, Bela Vista, São Gabriel

Parágrafo único - Fica ratificada a divisão do quadro urbano de União da Vitória entre os distritos de planejamento urbanos (bairros oficiais) cujas divisas e confrontações foram estabelecidos, ao longo do tempo, pelo conjunto legislativo municipal que consta da segunda coluna do Quadro 02.

Quadro 02
Distritos de planejamento urbano (bairros oficiais)

Bairro	Legislação
Bom Jesus	
Ouro Verde	
Nossa Senhora das Graças	Lei 1.580/1989
São Bernardo	Lei 1.606/1989
Dona Mercedes	Lei 1.633/1989
Ponte Nova	Lei 1.717/1991
Cidade Jardim	Lei 1.759/1991
Centro	Lei 1.760/1991
Bento Munhoz da Rocha	Lei 1.761/1991
Sagrada Família	Lei 1.762/1991
Nossa Senhora da Salete	Lei 1.763/1991
São Braz	Lei 1.764/1991
Bela Vista	Lei 1.765/1991
São Sebastião	Lei 1.766/1991
São Gabriel	Lei 1.767/1991
Rio d'Areia	Lei 1.768/1991
Navegantes	Lei 1.769/1991
Cidade Limeira	Lei 1.770/1991
São Joaquim	Lei 2.315/1996
Crísto Rei	Lei 2.315/1996
Nossa Senhora do Rocio	Lei 2.640/1999
São Basílio Magno	Lei 2.640/1999

Art. 7º – À sistemática de distritos de planejamento municipais e urbanos (bairros oficiais), ficam obrigados os planos setoriais a serem encetados pelo Poder Executivo, em especial os de educação, saúde, assistência social, transportes e fomento agropecuário e industrial, valendo os distritos e bairros também para fins de cadastramento e registro imobiliário.

Parágrafo único – Em tempo não superior a quatro anos, serão instaladas, nas quatro macrozonas urbanas constantes do Quadro 01, as subprefeituras previstas pelo Art. 55 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 8º – Ficam consignadas, para o equipamento público que deverá estar disponibilizado à população, as áreas mínimas e os raios de distância máximos, respectivamente para áreas urbanas e áreas rurais, conforme os Quadros 03 e 04, respectivamente.

Quadro 03
Cobertura espacial do equipamento público urbano

N	Equipamento público	Área p/ habit. potencial (m²)	Área mínima (m²)	Raio de influência (m)
1	Educação infantil	0,40	400	500
2	Ensino fundamental	0,80	800	1.000
3	Ensino médio	0,60	800	1.500
4	Posto de saúde	0,40	200	1.500
5	Lazer infantil (<i>playlot</i>)	0,20	300	500
6	Lazer juvenil (<i>playground</i>)	0,40	500	1.000
7	Lazer adulto (<i>playfield</i>)	0,60	1.000	2.000

Quadro 04
Cobertura espacial do equipamento público rural

N	Equipamento público	Área p/ habit. potencial (m²)	Área mínima (m²)	Raio de influência (m)
1	Educação infantil	0,40	400	5,0
2	Ensino fundamental	0,80	800	5,0
3	Ensino médio	0,60	800	10,0
4	Posto de saúde (PSF ou PAB)	0,40	200	10,0
5	Lazer infantil (<i>playlot</i>)	0,20	300	5,0
6	Lazer juvenil (<i>playground</i>)	0,40	500	5,0
7	Lazer adulto (<i>playfield</i>)	0,60	1.000	10,0

§ 1º - Ao criterioso atendimento das áreas e raios de acessibilidade consignados nos Quadros 03 e 04 ficam obrigados os planos setoriais a serem encetados pelo Poder Executivo, em especial os de educação, saúde, desportos e lazer, assistência social e transportes.

§ 2º - O total de habitantes potenciais, de que trata da terceira coluna do Quadro 02, será o resultado da multiplicação do número de lotes urbanos, entre ocupados e desocupados, contidos na área de influência do equipamento público considerado, pelo número médio de habitantes por domicílio consignado no último recenseamento nacional disponível.

§ 3º - O total de habitantes, de que trata a terceira coluna do Quadro 04, será obtido de contagem populacional ou censo demográfico oficial, sendo considerada por setores censitários referidos aos distritos, macrozonas, comunidades e bairros oficiais constantes dos Quadros 01 e 02.

§ 4º - No distrito de planejamento denominado Alto da Serra, delimitado no Mapa 01, as distâncias referidas na quinta coluna do Quadro 04 serão tomadas em dobro.

Capítulo IV **Da legislação complementar ao Plano Diretor**

Art. 9º - Constituem leis complementares ao Plano Diretor Municipal de União da Vitória os diplomas legais citados a seguir, que deverão provir de projetos de lei a serem enviados pelo Poder Executivo dentro de um prazo máximo de noventa dias contados da promulgação da presente, todas elas integrando o elenco de dispositivos legais relativos ao Plano Diretor, o qual é qualificado como complementar à Lei Orgânica Municipal, em seu Art. 46 :

- a) Lei de Uso do Solo Municipal;
- b) Lei do Perímetro Urbano e do Perímetro de Transição Urbano-Rural;
- c) Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- d) Lei do Sistema Viário;
- e) Lei dos Parcelamentos do Solo Urbano;
- f) Código de Obras;
- g) Código de Posturas;
- h) Lei de Regulação Local dos Dispositivos do Estatuto da Cidade; e
- i) Lei da Gestão Democrática.

Parágrafo único - Os projetos de lei a serem enviados pelo Poder Executivo à apreciação da Câmara de Vereadores terão como base as minutas constantes do capítulo *Anteprojetos de Legislação* componente do volume *Plano Diretor Municipal de União da Vitória*, anexo à presente lei.

Art. 10 - Ficam incorporados à presente lei os mapas anexos, sob números 03 a 06, destinados a fazer cumprir o disposto no Art. 42 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

§ 1º - O território onde será aplicada Notificação para Aproveitamento Compulsório do Solo Urbano, e a aplicação da progressividade temporal do imposto predial e territorial urbano, bem como a possibilidade de propositura de Consórcio Imobiliário, regulados todos pela Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, é o que consta do Mapa 03 anexo.

§ 2º - A localização das áreas passíveis de Transferência de Potencial Construtivo, bem como de Outorga Onerosa do Direito de Construir, institutos tratados pela Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, consta do Mapa 04 anexo.

§ 3º - Os locais do quadro urbano da sede municipal que poderão ser alvo de empreendimentos de Operações Urbanas Consorciadas, a serem regulados pela Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, são os que constam do Mapa 05 anexo, inclusive a respectiva legenda indicativa.

§ 4º - A delimitação do território onde será estabelecido, pela Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, o Direito de Preempção, bem como a respectiva legenda de destinações, consta do Mapa 06 anexo.

Capítulo V

Disposições gerais e finais

Art. 11 – Constituem parte integrante da presente Lei:

- a) o volume denominado *Plano Diretor Municipal de União da Vitória*;
- b) o Mapa 01, e respectiva legenda, referente aos distritos de planejamento, dos quais trata o Art. 6º desta lei;
- c) o Mapa 02 e respectiva legenda, referente aos distritos de planejamento urbanos de União da Vitória, dos quais trata o Parágrafo Único do Art. 6º desta lei;
- d) o Mapa 03, e respectiva legenda, referentes ao território urbano para aplicação da compulsoriedade de aproveitamento e de permissão para consórcio imobiliário, dos quais tratam os Arts. 5º a 7º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
- e) o Mapa 04, e respectiva legenda, referentes à transferência de potencial construtivo e outorga onerosa do direito de construir, de que tratam os Arts. 28 a 31 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
- f) o Mapa 05, e respectiva legenda referentes às operações urbanas consorciadas, das que tratam os Arts. 32 a 34 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
- g) o Mapa 06, e respectiva legenda, referentes ao território urbano atingido pela instituição do direito de preempção.

Art. 12 – A presente Lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

5.2

LEIS DE REGULAÇÃO DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

O conjunto de leis que visa disciplinar o uso do território do município enfeixará as regras que irão reger a utilização do solo do município, na qual deve ser privilegiada a noção de sustentabilidade – tanto em termos ambientais, como também em termos sociais. Esse elenco inicia pela Lei de Uso do Solo Municipal, que regerá a utilização do solo do município como um todo (não mais, somente, na zona urbana). A emissão de uma lei de zoneamento na qual o município é considerado no seu todo territorial, deixando de lado a fase em que os planos diretores voltavam-se exclusivamente às cidades, decorre da colocação imposta pelo Estatuto da Cidade, que centra o planejamento no município, não mais na sede urbana. Sabe-se que “não há região sem cidade e nem cidade sem região”, consagrada expressão que sintetiza a constatação de que há uma teia complexa de responsabilidades quanto à sustentabilidade, envolvendo os espaços urbanos, os suburbanos e os rurais. O caso de União da Vitória é, quanto ao uso do solo rural, delicado: APA, mananciais, corredores de biodiversidade, terrenos de forte declividade e várzeas inundáveis, tudo isso contribui para que se dedique especial cuidado no zoneamento econômico-ecológico. De qualquer modo, a regulação do uso do solo rural não possui o mesmo efeito que a do solo urbano, pois a Prefeitura Municipal não tem o poder de polícia para embargar usos não condizentes e mesmo a fiscalização ambiental fica sujeita a ações providas do Instituto Ambiental do Paraná. Assim, as definições da lei se aplicam na forma de racionalizar os incentivos dados pelos governos municipal, estadual e federal e nortear a emissão de anuências necessárias para licenciamentos, de forma a definir usos sustentáveis do ponto de vista ambiental e social para cada porção do município.

Quanto à porção territorial destinada ao uso urbano, impõe-se, para levar em conta a impossibilidade (e mesmo a inconveniência) de um crescimento ilimitado da malha mais densa, a redução do perímetro urbano para o espaço efetivamente ocupado por residências, comércio e indústrias (com densidades acima de 25 pessoas por hectare). Para evitar a brusca mudança de uma situação de adensamento tipicamente urbana para formas rurais de utilização do solo, impõe-se uma outra figura, um perímetro de transição entre o urbano e o rural, com ocupação pouco densa quando comparada à urbana, porém com presença de pequenas propriedades destinadas ao fornecimento de produtos alimentares à população. Trata-se de um cinturão verde destinado aos hortifrutigranjeiros, que não atenderá às regras de parcelamento de solo estipuladas pelo Estatuto da Terra, fiscalizado pelo INCRA, que impõe uma fração mínima de parcelamento (FMP) da ordem de três hectares, muito superior ao tamanho médio das pequenas frações horticolas. Por isso, a minuta da Lei dos Perímetros Urbanos irá prever essa transição. Por outro lado, o perímetro urbano de União da Vitória irá abarcar em uma só figura geométrica os quadros urbanos da sede municipal e do distrito judiciário de São Cristóvão, bem como a área incorporada à mancha urbana que está situada dentro da área do distrito judiciário de São Domingos (ao norte do Rio Iguçu). Para o perímetro urbano da vila de São Domingos, não há reparo a fazer ao conteúdo da Lei 1.628/1989, que o descreve.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano tem por objeto controlar e direcionar a ocupação cidadina para conciliá-la com o suporte natural, o que tem enorme importância numa cidade que sofreu deveras com as enchentes de 1983 e 1992. O zoneamento urbano, que exigiu extensas rodadas de debates com a Comissão de Acompanhamento, pautou-se pelas cotas que são ou podem ser atingidas pelas cotas de inundação de 5, 10, 25 e 100 anos de retorno: as primeiras faixas de estricta preservação, as segundas, não permitirão moradia, mas apenas eventual uso recreativo. A faixa seguinte (acima de 10 anos, mas abaixo de 25 anos de período de retorno da cheia) já se apresenta ocupada em boa parte da região mais antiga, mas deverá ser reduzida a uma densidade rala, com cota de soleira definida legalmente e uso prolongado apenas no andar superior (que ficará, automaticamente, livre da enchente centenária).

Todas as ampliações do quadro urbano, por outro lado, deverão respeitar a cota da enchente centenária. Além da zona especial, acima descrita, cuja densidade deverá ficar abaixo de 25 habitantes por hectare, são previstas zonas de baixa, média e alta densidades, de acordo com os condicionantes da capacidade de suporte do terreno, capacidade de suporte do sistema viário e, inegavelmente, pela sombra causada pela relativa permissividade do Plano Diretor de Porto União, a outra metade da cidade, regida por legislação totalmente distinta, inclusive quanto ao enfoque. Quanto aos usos, evita-se, aqui, a segregação de usos, alvo de acerbas críticas em função das conseqüências do zoneamento do modernismo da arquitetura e urbanismo.

Serão permitidos usos não-residenciais de baixo impacto em quase todos os locais da cidade, reservando-se a segregação, em zonas industriais especiais, apenas para os usos impactantes¹⁶⁵. O sistema viário será tratado em lei própria, tanto no que diz respeito às vias rurais quanto às urbanas, contemplando quatro classes de vias urbanas e três classes de vias rurais, sendo suas características geométricas e técnicas definidas conforme a intensidade de uso. Ênfase especial estará sendo dada, no sistema viário urbano, aos dispositivos de acessibilidade universal e, também, ao conforto dos pedestres. Além das características geométricas, como os alinhamentos, a largura da caixa de via, etc., a minuta de lei estabelece características mínimas para a estrutura da pavimentação, evitando a diversidade de interpretação por parte dos projetistas. A minuta propõe regular, dentro das características das vias, a iluminação pública, a arborização e o ajardinamento, bem como a sinalização, tanto a de trânsito quanto a orientativa.

A Lei do Parcelamento do Solo Urbano, destinada a estabelecer regras para os loteamentos, desmembramentos e remembramentos, enfatiza a obrigatoriedade da infraestrutura completa para os novos loteamentos particulares, evitando ônus futuros ao poder público, como infelizmente tem ocorrido com os parcelamentos ocorridos na última década, especialmente no que diz respeito à (falta de) pavimentação das vias. No tocante à questão do esgoto sanitário, à exigência de implantação de rede de coleta completa soma-se a de tratamento provisório (segundo a norma NBR-7229 da ABNT) caso a rede pública estiver a mais de 300m de distância. Sendo dispendiosa a conta da infraestrutura a ser implantada, a tradicional caução dada em garantia pelo loteador poderá ser estipulada em valor igual ao do orçamento das obras, acrescido das despesas legais de execução da garantia, no caso estimada em 25%.

Para a nova versão do Código de Obras, propõe-se reduzi-lo à essência, através da remessa de temas que já são regulados por instâncias superiores para os órgãos emissores dessas normas. Com esse enfoque, meia centena de artigos será suficiente para a regulação das edificações, proporcionando aos profissionais projetistas e executores suficiente liberdade para fazer valer sua criatividade (sendo tal liberdade acompanhada da responsabilidade de que tratam a legislação do CREA e o Código do Consumidor). Esse enfoque, adicionalmente, retira dos ombros funcionários públicos encarregados da aprovação de projetos, a responsabilidades sobre temas que, de qualquer modo, estavam fora de suas possibilidades efetivas de fiscalização.

O mesmo enfoque redutor estará presente do anteprojeto do Código de Posturas, cuja compactação é, em parte, devida remessa de alguns temas para outras leis (caso, por exemplo, das estradas rurais), mas principalmente pela supressão de minuciosas determinações sobre higiene de estabelecimentos, remetidas às normas da agência reguladora que trata de tais assuntos, criada após a promulgação do Código vigente. É de se lembrar que essa tendência ao enxugamento do Código de Posturas marcou o Projeto de Lei de 2002, dedicado a revisá-lo, sem no entanto ter sido concluído o processo.

¹⁶⁵ A avaliação do impacto das atividades não-residenciais sobre as residenciais está sendo proposta em função da atração de tráfego de caminhões pesados, já que a emissão de gases, líquidos, ruídos e demais inconvenientes das funções pesadas está devidamente regulamentado e fiscalizado através da emissão de licenças prévia, d e funcionamento e de operação, pelo Instituto Ambiental do Paraná.

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DOS PERÍMETROS URBANOS E PERI-URBANOS

Súmula: Dispõe sobre os perímetros urbanos e peri-urbano do município de União da Vitória e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições preliminares

Art. 1º - Destina-se a presente lei a discriminar o perímetro urbano que abrange, de modo conjunto, o distrito da sede municipal, o distrito de São Cristóvão e parte do distrito de São Domingos, contidos no Município de União da Vitória, bem como o perímetro peri-urbano que irá envolvê-lo.

Parágrafo único – Fica ratificada a Lei Municipal 1628/1999, que estabelece o perímetro urbano da sede do distrito de São Domingos.

Art. 2º – Para os efeitos da presente lei, adotam-se as seguintes definições:

- a) área urbana – é a parte do território municipal destinada explicitamente à ocupação humana densa, comportando moradias e atividades não-residenciais, para ganho econômico ou não, sendo dotadas, pelo menos, de infraestrutura básica representada por arruamento, rede de água potável, rede de energia elétrica e por iluminação pública;
- b) área de transição – é a parte do território municipal, contígua à urbana, na qual a utilização principal é constituída por atividade silviagropecuária de pequeno porte, não sendo destinadas à ocupação densa, sendo nela permitidos desmembramentos de terreno com dimensões inferiores à Fração Mínima de Parcelamento, podendo admitir parcelamentos de solo nos quais os lotes inferiores a 1.000 m² serão exclusivamente para fins de estabelecimento de atividades públicas e/ou institucionais, bem como as moradias rurais e as atividades não-residenciais que forem expressamente admitidas pela Lei de Uso do Solo Municipal;
- c) área rural – é aquela constituída pelo restante do território que não estiver contido nas áreas urbana e peri-urbana, sendo admitidos, além das atividades econômicas de caráter silviagropecuário, as moradias rurais e as atividades não-residenciais que forem explicitamente permitidas pela Lei do Uso do Solo Municipal;
- d) perímetro urbano – caminamento que contorna a área urbana, formado por segmentos definidos por distâncias e azimutes, ou então por acidentes naturais marcantes, entre vértices georreferenciados;
- e) perímetro peri-urbano – caminamento que contorna a área de transição, formado por segmentos definidos por distâncias e azimutes, ou então por acidentes naturais marcantes, entre vértices georreferenciados.

Parágrafo único – Para todos os efeitos imobiliários, mas não sob o ponto de vista tributário, a área de transição constitui zona urbana, cabendo ao Código Tributário Municipal estabelecer, nesse caso, regime especial de tributação, que leve em conta as características de utilização da propriedade.

Capítulo II Dos perímetros urbanos e peri-urbano

Art. 3º – Fica estabelecido o perímetro urbano de União da Vitória, conforme Mapa 01 anexo, através do seguinte caminamento:

Inicia-se no centro da Ponte Machado da Costa (ponte sobre o Rio Iguaçu entre o centro de União da Vitória e São Cristóvão), na divisa entre os estados de Paraná e Santa Catarina, onde se localiza o ponto P01 (7.099.162, 492.149), seguindo então pela divisa entre os municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), correspondente a antiga ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, percorrendo um total de 5.108 m em diversos azimutes, sentido sul, até encontrar o ponto P02 (7.095.358, 490.156), localizado no encontro com a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, no Bairro Rio D´Areia, passando a seguir pelo eixo dessa via, ainda sobre a divisa dos municípios, percorrendo mais 2.488 m em diversos azimutes, contornando o Bairro Limeira e

transpondo o Rio D´Areia até encontrar o ponto P03 (7.094.403, 489.386), localizado na transposição da Estrada de acesso ao Bairro Bela Vista sobre um afluente sem denominação do Rio D´Areia, seguindo então pelo eixo deste curso d´água, sentido jusante, por um total de 723 m em variados azimutes até encontrar o ponto P04 (7.094.099, 488.778), localizado nas proximidades da entrada do Bairro Bela Vista, de onde passa a seguir por uma linha reta e seca correspondente às divisas de fundos de lotes, com distância de 255 m e azimute 0°38', até o ponto P05 (7.094.353, 488.780), de onde segue por nova linha correspondente à divisas de fundos de lotes, com distância de 90 m e azimute 83°43' até encontra o ponto P06 (7.094.363, 488.870), seguindo então por linha reta e seca de 265 m e azimute 352°35', paralela a Rua Palmas (distante 40 metros do eixo desta via no sentido oeste), até encontrar o ponto P07 (7.094.626, 488.836), seguindo então por nova linha reta de 282 m e azimute 61°22', inicialmente paralela à Rua Laranjeiras do Sul (distante 25 m do eixo desta via no sentido norte) e posteriormente correspondente a divisas de lotes, até o ponto P08 (7.094.761, 489.083), de onde segue pela divisa de fundos de lotes voltados para a Rua Guaratuba, percorrendo 72 m no azimute 151°18' até o ponto P09 (7.094.697, 489.118), de onde segue por linha reta e seca de 340 m e azimute 201°31', encontrando então a confluência da Rua Foz do Iguaçu e Cascavel, onde se encontra o ponto P10 (7.094.381, 488.993), seguindo então pelo eixo da Rua Palmas e seu prolongamento até a Estrada de Acesso ao Bairro Bela Vista, onde se localiza o ponto P11 (7.094.218, 488.935), passando a seguir pelo eixo da Estrada de Acesso ao Bairro Bela Vista, sentido centro de União da Vitória, percorrendo um total de 564 m em diversos azimutes até retornar ao ponto P03 (7.094.403, 489.386), de onde segue pelo eixo de um afluente sem denominação do Rio D´Areia, agora no sentido jusante, percorrendo 112 m até encontrar a linha de divisa de lotes voltados para a Rua José Doopiat, onde se localiza o ponto P12 (7.094.434, 489.491), seguindo então por várias divisas de fundos de lotes voltados para a Rua José Doopiat, percorrendo 710 m e azimute 354°42' até encontrar a Rua Jaime Ernesto Bertaso (via de acesso ao Bairro Bela Vista pelo lado norte), onde se localiza o ponto P13 (7.095.141, 489.425), de onde passa a seguir pelo eixo desta via, sentido Bairro Limeira, percorrendo mais 240 m em azimutes diversos até encontrar o Rio D´Areia, onde se localiza o ponto P14 (7.095.221, 489.631), seguindo então pelo eixo do Rio D´Areia por um total de 644 m até encontrar o ponto P15 (7.095.803, 489.776), de onde segue por linha reta e seca de 177 m e azimute 270°25' até encontrar a divisa do lote mais ao sul do Monte Castelo, onde se localiza o ponto P16 (7.095.804, 489.602), seguindo então pelas divisas de fundos dos lotes do Monte Castelo voltados para a Rua Egon Frederico Bierbach, percorrendo 625 m em diversos azimutes até o ponto P17 (7.096.406, 489.668), de onde passa a seguir por linha paralela à Auto Via João Paulo Reolon, distante 47 m do eixo desta via no sentido sul, percorrendo 1.258 m em variados azimutes, até o ponto P18 (7.096.464, 488.463), próximo à entrada para o Loteamento Furlan, de onde segue por linha reta e seca de 415 m e azimute 263°32', até encontrar o ponto P19 (7.096.417, 488.051), de onde segue por linha paralela a uma estrada da Colônia São Gabriel (distante 50 m do eixo desta via no sentido leste), percorrendo 225 m em azimutes variados até o ponto P20 (7.096.207, 487.982), de onde segue por linha reta de 326 m e azimute 293°28' até encontrar a linha de divisa do lote mais ao sul do Loteamento Furlan, onde se localiza o ponto P21 (7.096.337, 487.682), seguindo então por várias divisas de fundos de lotes, percorrendo 269 m e azimute 320°17' até o ponto P22 (7.096.544, 487.511), seguindo então por linha reta de 856 m e azimute 20°18' até encontrar a confluência da Auto Via João Paulo Reolon com a Rua Antônio Paulo Perizzolo (Estrada de Acesso ao Loteamento Angélica), onde se localiza o ponto P23 (7.097.347, 487.807), seguindo então pelo eixo da Auto Via João Paulo Reolon, sentido BR-153, percorrendo 202 m e azimute 339°37' até o ponto P24 (7.097.536, 487.737), de onde segue por linha reta e seca correspondente a divisa de vários lotes do Loteamento São Gabriel (divisa norte do loteamento), percorrendo um total de 710 m e azimute 71°37' até o ponto P25 (7.097.760, 488.410), localizado no eixo do Rio Iguaçu, de onde passa a seguir pelo eixo deste curso d´água, sobre a divisa dos bairros São Gabriel, Rocio, São Basílio Magno, São Bernardo e Ponte Nova, percorrendo 6.302 m até encontrar a linha da foz do Rio Guabirola, onde se localiza o ponto P26 (7.100.563, 490.688), passando a seguir pelo eixo do Rio Guabirola, sentido jusante, percorrendo 528 m em diversos azimutes, até encontrar a Rua Leandro Muzzolon, onde se localiza o ponto P27 (7.101.065, 490.731), de onde passa a seguir pelo eixo desta via por um total de 1.374 m em azimutes variados até encontrar a BR-153, onde se localiza o ponto P28 (7.102.358, 490.491), passando a seguir pelo eixo da rodovia, sentido Paula Freitas, por uma distância total de 500 m, até alcançar o ponto P29 (7.102.428, 490.956), de onde passa a seguir pela divisa leste do Loteamento Jardim Roseira, passando pela linha de divisa de fundos de vários lotes voltados para a Rua das Babosas, percorrendo um total de 750 m até o ponto P84 (7.102.789, 490.280) e mais 189 m até o ponto P30 (7.102.862, 490.119), seguindo então pela divisa norte do Loteamento Jardim Roseira, percorrendo 516 m no azimute 73°03' até encontrar o ponto P31 (7.103.012, 490.612), passando a correr pela divisa oeste do Loteamento Jardim

Roseira, percorrendo 230 m no azimute $130^{\circ}20'$ até o ponto P32 (7.102.864, 490.787) e mais 344 m em azimutes variados até o ponto P33 (7.102.739, 491.031), seguindo então pelo eixo da Rua das Orquídeas, sendo BR-153, percorrendo 275 m e azimute $146^{\circ}02'$ até chegar novamente à BR-153, onde se localiza o ponto P34 (7.102.554, 491.156), de onde passa a seguir pelo eixo da rodovia, sentido Paula Freitas, por um total de 666 m até encontrar a transposição sobre o Rio Guabiroba, onde se localiza o ponto P35 (7.102.707, 491.792), se onde segue pelo eixo deste rio, sentido montante, percorrendo 360 m até o ponto P36 (7.102.837, 492.051) e mais 396 m até o ponto P37 (7.103.051, 492.244), de onde segue por linha reta e seca correspondente à divisa norte do Loteamento São Luiz, percorrendo 302 m e azimute $151^{\circ}18'$, passando pela divisa de fundos de lotes voltados para a Rua Carlos Homero Cortellini até encontrar o ponto P38 (7.102.783, 492.390), de onde segue por linha reta e seca de 449 m e azimute $215^{\circ}16'$, cruzando a BR-153 até chegar ao Conjunto João Paulo II, onde se localiza o ponto P39 (7.102.416, 492.131), de onde segue por linha reta e seca de 366 m e azimute $134^{\circ}53'$, passando pela divisa de lotes voltados para a Rua Ernani Durek até encontrar um Arroio sem denominação onde se localiza o ponto P40 (7.102.157, 492.390), passando a seguir por este curso d'água, sentido jusante, por uma distância total de 153 m até o ponto de foz de um afluente da margem esquerda, até encontrar o ponto P41 (7.102.092, 492.285), seguindo então por este afluente, sentido montante, por 415 m em variados azimutes, até encontrar o final da Rua Valter de Oliveira, onde se localiza o ponto P42 (7.101.797, 492.262), de onde segue por linha reta e seca de 130 m e azimute $288^{\circ}44'$ até encontrar o ponto P43 (7.101.839, 492.138), na divisa de fundos do último lote da Rua São João do Triunfo, seguindo então por nova linha reta de 269 m e azimute $271^{\circ}34'$ até encontrar a divisa do último lote da Rua Alberto Ferreira de Lima, onde se localiza o ponto P44 (7.101.846, 491.869), de onde segue pela divisa de fundos de vários lotes voltados para a Rua Alberto Ferreira de Lima, percorrendo 277 m no azimute $256^{\circ}06'$ até alcançar um curso d'água sem denominação, onde se localiza o ponto P45 (7.101.779, 491.601), seguindo então pela linha de divisa de fundos de diversos lotes voltados para a Rua Bituruna, onde percorre 380 m e azimute $41^{\circ}14'$ até o ponto P46 (7.101.494, 491.350), de onde segue por linha reta de 337 m e azimute $133^{\circ}13'$ até o eixo da Rua Otília Suzana Schiel (estrada de acesso ao Morro do Cristo), seguindo por esta via, sentido mirante do alto do Morro do Cristo, por uma distância total de 144 m até o ponto P48 (7.101.377, 491.672), de onde passa a seguir pelas linhas de divisa do Jardim Paranaense, percorrendo 483 m em variados azimutes, encontrando então o ponto P49 (7.101.020, 491.820), de onde passa a seguir por linha paralela ao antigo contorno rodoviário, por linha reta e seca de 344 m e azimute $117^{\circ}47'$ até o ponto P50 (7.100.860, 492.125), seguindo então por novas linhas retas de 203 m e azimute $42^{\circ}27'$ até o ponto P51 (7.101.009, 492.262), distância de 295 m e azimute $134^{\circ}19'$ até o ponto P52 (7.100.804, 492.473), distância de 155 m e azimute $4^{\circ}29'$ até o ponto P53 (7.100.908, 492.587) e distância de 250 m e azimute $135^{\circ}38'$, sendo estas duas últimas duas linhas sobre as divisas do Hospital Regional de União da Vitória, até o ponto P54 (7.100.730, 492.762), localizado sobre o antigo contorno rodoviário próximo ao Distrito Industrial Clac, de onde segue por esta via, sentido Paula Freitas, por uma distância de 2.080 m até o ponto P55 (7.102.118, 494.208), já no leito da BR-153 nas proximidades do trevo de acesso à União da Vitória, seguindo então por linha reta e seca correspondente à divisa leste do Loteamento Ouro Verde, percorrendo um total de 855 m e azimute $147^{\circ}59'$ até o ponto P56 (7.101.393, 494.662), seguindo então por nova linha reta de 471 m e azimute $184^{\circ}55'$ até alcançar o ponto P57 (7.100.924, 494.621), localizado na divisa norte do Loteamento Bom Jesus, de onde segue pela divisa leste deste loteamento, por uma distância total de 842 m e azimute $206^{\circ}42'$ até o Rio Vermelho, onde se localiza o ponto P58 (7.100.172, 494.243), seguindo então pelo eixo deste curso d'água, sentido montante, por uma distância de 1.960 m, até o ponto P59 (7.101.199, 495.827), localizado na foz de um rio sem denominação, passando a seguir por este curso d'água, sentido montante, por uma distância de 2.346 m, passando inclusive pela divisa norte do Loteamento São Sebastião, até encontrar o ponto P60 (7.100.088, 497.420), de onde segue pela divisa leste do Loteamento São Sebastião, percorrendo 892 m e azimute $196^{\circ}06'$ até encontrar o eixo da ferrovia desativada, hoje Avenida Paula Freitas, onde se localiza o ponto P61 (7.099.229, 497.173), seguindo pelo eixo desta via, sentido União da Vitória, por uma distância total de 474 m em vários azimutes até o ponto P62 (7.099.255, 496.714), na confluência da Avenida Paula Freitas com a Rua João Antônio de Farias, de onde passa a seguir pela divisa leste do Loteamento São Vicente, percorrendo um total de 1.198 m até o ponto P63 (7.098.132, 497.121), seguindo então por linha reta e seca de 153 m e azimute $165^{\circ}09'$ até o eixo do Rio Iguazu, onde se localiza o ponto P64 (7.097.983, 497.160), seguindo pelo eixo do rio, sentido jusante, passando pelas divisas dos bairros São Sebastião, São Braz e Sagrada Família com o município de Porto União (SC), percorrendo um total de 5.863 m até o ponto inicial, no centro da Ponte Machado da Costa.

Art. 4º – Fica compreendida a área de transição urbano-rural da cidade de União da Vitória, conforme Mapa 01 anexo, no espaço entre o perímetro urbano definido pelo Art. 3º, e o perímetro peri-urbano, definido pelo seguinte caminhamento:

Inicia no centro da Ponte Machado da Costa (ponte sobre o Rio Iguaçu entre o centro de União da Vitória e São Cristóvão), na divisa entre os estados de Paraná e Santa Catarina, onde se localiza o ponto P01 (7.099.162, 492.149), seguindo então juntamente com o Perímetro Urbano de União da Vitória pelos pontos P02 (7.095.358, 490.156), P03 (7.094.403, 489.386) e P04 (7.094.099, 488.778), localizado nas proximidades da entrada do Bairro Bela Vista, de onde passa a seguir por linha reta e seca de 555 m e azimute 331º54' até encontrar um rio sem denominação onde se localiza o ponto P 65 (7.094.588, 488.516), seguindo então por nova linha reta de 557 m e azimute 317º45' até o ponto P66 (7.095.000, 488.142), na nascente de um afluente do Córrego do Jacu, seguindo por este curso d'água e pelo próprio Córrego do Jacu por uma distância total de 2.870 m até o ponto P67 (7.097.070, 487.143), nas proximidades da Rua Antônio Paulo Perizzolo (Estrada de Acesso ao Loteamento Angélica), seguindo por linha reta de 409 m e azimute 262º00' até o ponto P68 (7.097.013, 486.737), seguindo então pelas divisas leste, sul e oeste do Loteamento Angélica, percorrendo 348 m em variados azimutes até o ponto P69 (7.096.697, 486.651), 45 m e azimute 304º29' até o ponto P70 (7.096.723, 486.613) e 281 m em diversos azimutes até o ponto P71 (7.096.999, 486.598), este último localizado sobre o eixo da Rua Antônio Paulo Perizzolo, de onde segue pelo eixo desta via, sentido Centro de União da Vitória, percorrendo 565 m até encontrar novamente o Córrego do Jacu, onde se localiza o ponto P72 (7.097.124, 487.138) seguindo de volta por este curso d'água, sentido jusante, percorrendo um total de 2.485 m até o ponto P73 (7.098.904, 487.200), seguindo então por linhas retas de 808 m e azimute 358º09' até o ponto P74 (7.099.711, 487.174) e 297 m e azimute 334º42', mantendo alinhamento paralelo à Auto Via João Paulo Reolon (distante cerca de 180 m do eixo desta via no sentido oeste), até encontrar o ponto P75 (7.099.980, 487.047), seguindo então por nova linha reta e seca, de distância 306 m e azimute 291º13', cruzando a BR-153 para alcançar o ponto P76 (7.100.085, 486.765), localizado sobre um rio sem denominação, seguindo então por este curso d'água, inclusive por trecho paralelo ao início da PR-446 (Estrada de Acesso à Porto Vitória), percorrendo um total de 1.022 m até o ponto P77 (7.100.823, 487.077), de onde passa a seguir por linhas retas e secas paralelas à BR-153 (cerca de 200 m distante do eixo desta via, no sentido norte), cruzando o Rio Iguaçu, percorrendo 1.655 m e azimute 64º28' até o ponto P78 (7.101.537, 488.571), distância de 850 m e azimute 3º36' até o ponto P79 (7.102.384, 488.624), este último localizado sobre o eixo da PR-447 (Estrada de Acesso à Cruz Machado), distância de 178 m e azimute 46º57' até o ponto P80 (7.102.506, 488.754), distância de 386 m e azimute 67º44' até o ponto P81 (7.102.652, 489.112) e distância de 177 m e azimute 75º58', até encontrar um curso d'água sem denominação, onde se localiza o ponto P82 (7.102.692, 489.286), seguindo então por este rio, sentido montante, por uma distância de 975 m até o ponto P83 (7.102.718, 490.182), no eixo da estrada interna para São Domingos, seguindo ainda pelo mesmo curso d'água, sentido montante, por uma distância de mais 151 m até o ponto P84 (7.102.789, 490.280), de onde segue por linha de 189 m e azimute 294º16' até o ponto P30 (7.102.862, 490.119), seguindo conjuntamente ao Perímetro Urbano de União da Vitória pelo perímetro do Loteamento Jardim Roseira, passando pelos pontos P31 (7.103.012, 490.612), P32 (7.102.864, 490.787) e P33 (7.102.739, 491.031), de onde segue novamente por linha paralela à BR-153 (distante cerca de 200 m do eixo desta via, no sentido norte), pela distância de 663 m e azimute 71º57' até o ponto P85 (7.102.944, 491.661) e distância de 407 m e azimute 285º39' até o ponto P36 (7.102.837, 492.051), onde volta a seguir conjuntamente com o Perímetro Urbano de União da Vitória pelo perímetro do Loteamento São Luiz, passando pelos pontos P37 (7.103.051, 492.244) e P38 (7.102.783, 492.390), de onde volta a seguir por linhas retas paralelas à BR-153 (distantes cerca de 200 m do eixo desta via, no sentido norte), percorrendo 247 m e azimute 125º50' até o ponto P86 (7.102.638, 492.590), distância de 700 m e azimute 90º12' até o ponto P87 (7.102.636, 493.291), distância de 800 m e azimute 115º46' até o ponto P88 (7.102.288, 494.011), este último nas proximidades do trevo de acesso à União da Vitória, distância de 633 m e azimute 66º47' até o ponto P89 (7.102.537, 494.593) e distância de 872 m e azimute 78º29' até o ponto P90 (7.102.711, 495.448), localizado na Rua Jose Ochove, seguindo então por esta via, por uma distância de 138 m e azimute 336º00' até o ponto P91 (7.102.837, 495.392), de onde segue percorrendo o perímetro do Bairro Nossa Senhora das Graças, com uma distância de 223 m e azimute 67º16' até o ponto P92 (7.102.921, 495.598), no alinhamento da Rua Roberto Ciro Correa, seguindo então por este alinhamento por uma distância de 280 m e azimute 336º38' até o ponto P93 (7.103.180, 495.486), no alinhamento da Rua Guilherme Rodolfo Reich, seguindo por este novo alinhamento por 218 m e azimute 69º37' até o ponto P94 (7.103.256, 495.690), seguindo então por linha reta correspondente a divisa leste do Loteamento Nossa Senhora das Graças, com distância de 344 m e azimute 155º22' até o ponto P95 (7.102.944, 495.834), de onde segue por linha paralela à Rua dos Dominicanos (distante 38 m do

eixo desta via no sentido norte) por uma distância de 215 m e azimute 66°39' até o ponto P96 (7.103.029, 496.031), seguindo então novamente pelo perímetro leste do Loteamento Nossa Senhora das Graças por 340 m e azimute 155°03' até encontrar o ponto P97 (7.102.721, 496.174), onde volta a seguir por linha paralela à BR-153 (distante cerca de 200 m do eixo desta via, no sentido norte), percorrendo mais 1.970 m e azimute 86°03' até alcançar o ponto P98 (7.102.856, 498.138), de onde segue pelo perímetro do Distrito Industrial Invernadinha, percorrendo 400 m e azimute 18°27' até o ponto P99 (7.103.237, 498.266), distância de 1.237 m e azimute 107°33' até o ponto P100 (7.102.864, 499.446) e distância de 385 m e azimute 194°38' até encontrar a BR-153, na saída para Paula Freitas, onde se localiza o ponto P101 (7.102.490, 499.348), de onde segue por linha reta e seca de 237 m e azimute 243°50' até o ponto P102 (7.102.386, 499.135), localizado sobre um afluente do Rio Vermelho sem denominação, seguindo então por nova linha de 1.706 m e azimute 192°46', correspondente à divisa de fundos de lotes voltados para a Rua 1-A, do Loteamento Nossa Senhora das Vitórias, alcançando então o ponto P103 (7.100.721, 498.758), de onde segue por nova linha reta de 710 m e azimute 282°42', correspondente à divisa de fundos de lotes voltados para a Rua 5-B, do Loteamento Nossa Senhora das Vitórias, até o ponto P104 (7.100.877, 498.066), de onde passa a seguir pelo alinhamento de fundos dos lotes voltados para a Rua Horácio Ribeiro, percorrendo 1.710 m e azimute 193°22' até chegar ao ponto P105 (7.099.214, 497.670), já no limite da servidão da antiga ferrovia, atualmente porção final da Avenida Paula Freitas, seguindo então por esta linha divisória por uma total de 618 m até encontrar um curso d'água sem denominação, onde se localiza o ponto P106 (7.099.286, 498.222), passando a seguir por este rio, sentido jusante até sua foz, percorrendo um total de 1.180 m inclusive pela divisa leste do Loteamento Vila Rica, até o ponto P107 (7.098.260, 498.201), já no eixo do Rio Iguazu, de onde segue pelo eixo desse rio, sentido jusante, por uma distância de 1.080 m até o ponto P64 (7.097.983, 497.160), de onde segue juntamente com o Perímetro Urbano de União da Vitória até o ponto inicial, no centro da Ponte Machado da Costa.

Art. 5º - Os perímetros urbano e peri-urbano de União da Vitória sofrerão atualização automática em função da aprovação de parcelamentos de solo com características urbanas, a serem implantados dentro da área de transição, devendo o Poder Executivo apresentar o projeto de lei contendo a nova descrição dos caminhamentos dentro de um prazo não superior a noventa dias do decreto de aprovação do parcelamento.

Capítulo IV **Do estabelecimento de novos perímetros urbanos e peri-urbanos**

Art. 6º – A Câmara Municipal apreciará propostas de criação de novos perímetros urbanos ou peri-urbanos, destinados à criação de áreas urbanas ou de transição em povoados do município que sejam sedes de Seção Eleitoral, mediante manifestação do Poder Executivo ou de requerimento firmado por pelo menos quinhentos eleitores registrados na Justiça Eleitoral como residentes no Município de União da Vitória.

Parágrafo único – Dentro do processo de apreciação da proposta a que se refere o *caput* do presente artigo, será obrigatória a convocação de uma Audiência Pública, revestida dos requisitos estabelecidos pela Lei da Gestão Democrática, tendo como local o povoado pretendente, com *quorum* mínimo de 10% do eleitorado registrado na Seção ou Seções Eleitorais nele sediadas.

Capítulo V **Disposições finais**

Art. 7º – Fica fazendo parte integrante da presente Lei a peça gráfica denominada Mapa 01 – perímetro urbano e peri-urbano de União da Vitória.

Art. 8º – A presente lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação, revogadas a Lei Municipal nº 1.083/1977 e as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO USO DO SOLO MUNICIPAL

Súmula: Regulamenta o uso do solo municipal de União da Vitória e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições preliminares

Art. 1º - Destina-se a presente Lei a disciplinar o uso do solo municipal de União da Vitória, de maneira a harmonizá-lo com o suporte natural, visando o estabelecimento de uma relação harmônica entre o sítio natural e a ocupação humana.

Art. 2º – O Poder Executivo exercerá fiscalização e prestará orientação acerca do uso do solo municipal com base na presente lei, nas disposições da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, do Código de Obras, do Código de Posturas, da Lei do Sistema Viário e, onde aplicável, na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Capítulo II Das classes de uso

Art. 3º – Para os efeitos da presente Lei, são adotadas as seguintes definições:

- a) uso adequado – é a utilização que estiver de acordo com a capacidade do suporte natural, em função da cobertura vegetal existente ou recomendada, da declividade e da natureza pedológica do solo;
- b) uso permissível - é a utilização que pode ser aceita, a título precário, mediante autorização do Conselho de Desenvolvimento Rural, exigindo a adoção de práticas conservacionistas adequadas à preservação do solo;
- c) uso proibido – é a utilização absolutamente vedada em determinada propriedade rural ou parte dela, por acarretar riscos à preservação do solo, ou da cobertura vegetal remanescente, ou por determinação de lei maior.

Capítulo III Do zoneamento

Art. 4º – Para fins de regulação do uso e da ocupação do solo municipal, fica o território de União da Vitória dividido nas seguintes zonas:

- a) zona urbana (ZU);
- b) zona peri-urbana (ZPU);
- c) zona de exploração intensiva (ZEI);
- d) zona de exploração semi-intensiva (ZES);
- e) zona de exploração extensiva (ZEE);
- f) zona de exploração restrita (ZER);
- g) zona de preservação permanente (ZPP).

Art. 5º – As zonas urbana (ZU) e peri-urbana (ZPU) serão fixadas pela Lei dos Perímetros Urbanos, as zonas de preservação permanente (ZPP) pela Lei Federal 4.771/1965 (Código Florestal) e regulamentações dela derivadas, enquanto as zonas de exploração intensiva (ZEI), semi-intensiva (ZES), extensiva (ZEE) e de exploração restrita (ZER), definidas em função de sua declividade, natureza pedológica, cobertura vegetal e outros elementos naturais que indiquem sua fragilidade à erosão e/ou seu potencial de fertilidade, são delimitadas através do Mapa 01 anexo e integrante da presente Lei.

Capítulo IV Dos Usos

Art. 6º – Na zona urbana (ZU) é vedada a exploração silviagropecuária, sendo tolerada a existência de hortas e pomares nos quintais, desde que com finalidade estética ou de suplemento alimentar de seus ocupantes.

Art. 7º – Na zona peri-urbana (ZPU), é admitida a exploração silviagropecuária de pequeno porte, com a mesma intensidade admitida para a zona de exploração intensiva (ZI), porém em unidades de porte menor, com área máxima igual ao dobro da Fração Mínima de Parcelamento, admitindo-se uso do tipo urbano, com baixa densidade, convivente com o uso silviagropecuário.

Parágrafo único – A pequena criação de animais, na zona peri-urbana (ZPU) será admitida mediante expressa anuência da Vigilância Sanitária Municipal, que levará em conta as restrições estabelecidas pelas normas de biossegurança, bem como o conforto dos moradores vizinhos e o dos próprios animais.

Art. 8º - Na zona de exploração intensiva (ZEI), formadas por áreas de classe de capacidade de uso I, II e III e IV da classificação “Embrapa”, solos de fertilidade média e elevada, baixo risco de erosão e declividades abaixo de 18%, será permitido o cultivo em todas as suas formas, inclusive o muito intensivo, bem como o pastoreio intensivo, restringindo-se a pecuária extensiva e o reflorestamento a casos especiais autorizados pelo Conselho de Desenvolvimento Rural.

Art. 9º – Na zona de exploração semi-intensiva (ZES), formadas em por áreas de classe de capacidade de uso III, IV, V e VI da classificação “Embrapa”, solos de fertilidade baixa e média, baixo e médio risco de erosão e declividades abaixo de 18%, será permitido o cultivo mediante práticas conservacionistas adequadas ao uso moderado, bem como o pastoreio intensivo, restringindo-se a pecuária extensiva e o reflorestamento a casos especiais autorizados pelo Conselho de Desenvolvimento Rural.

Art. 10 – Na zona de exploração extensiva (ZEE), formadas por áreas de classe de capacidade de uso IV, V, VI e VII da classificação “Embrapa”, solos de fertilidade baixa e média, risco de erosão considerável e declividades até 18%, será permitido o cultivo apenas mediante práticas conservacionistas aprofundadas, bem como o pastoreio intensivo e extensivo e o reflorestamento em áreas amplas, admitindo-se o uso agrícola moderado e intensivo apenas nas porções territoriais onde a declividade seja moderada, devidamente examinados e autorizados pelo Conselho de Desenvolvimento Rural.

Art. 11 – Na zona de exploração restrita (ZER), cujas declividades são superiores a 18%, não será admitido cultivo nem pastoreio, devendo as mesmas ser destinadas à silvicultura, admitindo-se ainda o manejo sustentável da cobertura florestal, os consórcios e a aqüicultura, dependendo estas três últimas atividades de demonstração de sustentabilidade e de autorização do Conselho de Desenvolvimento Rural.

Art. 12 – Na zona de preservação permanente (ZPP), somente será admitida a preservação ambiental *strictu sensu*, destinando-se à manutenção de reservas, legais ou voluntárias, com ou não manejo especial, sujeito às diretrizes emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná, conforme Lei Federal 4.771/1965 (Código Florestal).

Art. 13 – A todas as parcelas do território municipal, contidas na Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra da Esperança, estabelecida pela Lei Estadual 9.905, de 27/01/1992, aplicam-se, além do estabelecido na presente lei, o que for disposto no respectivo Plano de Manejo.

Art. 14 – A todas as parcelas do território municipal, contidas no assim denominado Corredor de Biodiversidade do Rio Iguaçu, instituído pelo Decreto Estadual 387/1999 aplicam-se, além do estabelecido na presente lei, as exigências da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através de atos, resoluções e portarias do Instituto Ambiental do Paraná e da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental.

Capítulo V

Das edificações e seus usos, na zona rural

Art. 15 - As edificações de qualquer natureza serão admitidas em qualquer local da zona rural, desde que obedeçam ao estabelecido pelo Código de Obras do Município de União da Vitória, exceto na zona de preservação permanente (ZPP), obedecidas as normas de ocupação estabelecidas, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, para a zona residencial de baixa densidade (Z1), sendo as autorizações concedidas:

- a) pelo setor de urbanismo da Prefeitura Municipal, para todos os usos residenciais e para as atividades não-residenciais de baixo impacto (NRB) que forem anexas à moradia ou de pequeno porte;
- b) pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, sem necessidade de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), para as atividades não-residenciais de baixo impacto (NRB) de porte médio;
- c) pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, mediante emissão de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), a ser apreciado em audiência pública especialmente convocada, para qualquer atividade não-residencial de baixo impacto (NRB) de grande porte e qualquer atividade não-residencial de alto impacto (NRA);

Capítulo VI

Disposições gerais e finais

Art. 16 – Não será concedida, pela Prefeitura Municipal, nenhuma anuência para o exercício de qualquer atividade que esteja em desacordo com o estabelecido na presente Lei.

Art. 17 – Constitui requisito prévio à participação de qualquer estabelecimento em programas de incentivo à agricultura, pecuária ou silvicultura, a comprovação de que a propriedade está sendo utilizada em consonância com o estabelecido na presente lei.

Art. 18 – A Prefeitura Municipal notificará, dentro de noventa dias, os agentes públicos e particulares que prestam assistência financeira e técnica à produção rural, inteirando-os do teor da presente lei.

Art. 19 - Constituem parte integrante da presente Lei as seguintes peças ilustrativas:

- a) Mapa 01 – Zoneamento de Uso do Solo Municipal;
- b) Quadro 01 – Características da Exploração Silviagropecuária do Solo Municipal.

Art. 20 – A presente Lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

Quadro 01
Anexo à Lei de Uso do Solo Municipal
Características da Exploração Silviagropecuária do Solo Municipal.

Zona	Sigla	Preservação	Silvicultura	Pecuária		Agricultura			
				Extensiva	Intensiva	Restrita	Moderada	Intensiva	Muito intensiva
Classificação EMBRAPA		VIII	VII	VI	V	IV	III	II	I
Zona urbana	ZU	A	X	X	X	X	X	X	X
Zona peri-urbana	ZPU	A	P	P	A	A	A	A	A
Zona de exploração intensiva	ZEI	A	P	A	A	A	A	A	A
Zona de exploração semi-intensiva	ZES	A	A	P	A	A	A	P	X
Zona de exploração extensiva	ZEE	A	A	A	P	A	P	X	X
Zona de exploração restrita	ZER	A	P	X	X	P	X	X	X
Zona de preservação permanente	ZPP	A	X	X	X	X	X	X	X

Abreviaturas: **A** = adequado; **P**= permissível; **X** = proibido

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Súmula: Regula o uso e a ocupação do solo urbano de União da Vitória e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições preliminares

Art. 1º – O uso e a ocupação do solo urbano no Município de União da Vitória serão regulados pela presente Lei, para que a ocupação urbana e peri-urbana ocorra em harmonia com o suporte natural do sítio de forma a proporcionar uma relação de identidade entre o cidadão e o ambiente.

Art. 2º – É obrigatório o respeito às normas de uso e de ocupação expressas pela presente lei, no que se refere às construções novas, reformas, ampliações, novos loteamentos, desmembramentos e remembramentos, bem como na concessão de alvarás de localização de quaisquer atividades exercidas no município de União da Vitória.

Art. 3º – O Poder Executivo fiscalizará o uso e a ocupação do solo urbano com base na presente lei, no Código de Obras, Código de Posturas, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Sistema Viário e, no que couber, na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Capítulo II Das definições

Art. 4º – Para os efeitos da presente lei, solo urbano é a porção de território municipal contida nos perímetros urbanos e peri-urbanos vigentes no Município de União da Vitória, definidos pela Lei do Perímetro Urbano e pela Lei 1628/1989, inclusive suas futuras atualizações ao longo do tempo e os perímetros novos que vierem a ser estabelecidas posteriormente.

Parágrafo único – A porção peri-urbana do território municipal, já sujeita à regulamentação da exploração silviagropecuária como zona peri-urbana (ZPU) na Lei de Uso do Solo Municipal, fica sujeita também à regulamentação de uso e ocupação de características urbanas, através da presente Lei.

Art. 5º – Para os efeitos da presente lei, uso é a destinação dada a qualquer parcela do solo urbano, comportando atividades residenciais e não-residenciais, sendo tais atividades consideradas adequadas, permissíveis ou vedadas, conforme se harmonizem, sejam toleráveis ou conflitem com a utilização preconizada pela presente Lei.

Art. 6º – Entende-se por ocupação do solo urbano a forma como a edificação se aloja sobre o terreno, em função de parâmetros urbanísticos definidos nos §§ 1º e 2º do presente artigo.

§ 1º – Os parâmetros urbanísticos que regem a ocupação do solo urbano são definidos como:

- a) limite de altura – altura máxima de uma edificação, contada a partir da cota mais elevada da testada de um lote (referência de nível) até o ponto mais elevado situado em qualquer face de uma edificação;
- b) recuo – menor distância entre o limite extremo da área ocupada por uma edificação e a divisa que lhe estiver mais próxima; são estabelecidos na presente lei recuos frontais (relativos à testada), recuos laterais e de fundos, relativos às demais faces do lote;
- c) taxa de ocupação – percentual resultante da divisão da área da projeção da edificação sobre o solo pela área total do lote;
- d) taxa de impermeabilização – percentual resultante da divisão entre a soma de todas as áreas impermeáveis assentadas sobre o solo, e também pelo subsolo, pela área total do lote;
- e) coeficiente de aproveitamento – fração decimal resultante da divisão de todas as áreas de uso exclusivo de uma edificação pela área total do lote, excluindo-se do numerador as áreas de garagens e estacionamentos de qualquer natureza, bem como, nas construções de uso coletivo ou misto, a área das circulações horizontais e verticais e demais áreas de uso comum, sendo essa área denominada área computável;

- f) coeficiente de aproveitamento básico - para cada zona, a lei estabelece um coeficiente de aproveitamento básico, que pode ser atingido por qualquer edificação como um direito automaticamente atribuído à propriedade;
- g) coeficiente de aproveitamento máximo - para cada zona, a lei estabelece um coeficiente de aproveitamento máximo, que pode ser atingido por qualquer edificação, mediante a transferência ou outorga do direito de construir, nos termos da Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade.

§ 2º – Não farão parte da área computável de uma edificação, para os fins da alínea e) do § 1º deste artigo, quaisquer compartimentos não vedados por paredes em pelo menos dois de seus lados, bem como sacadas e varandas até 3m² por compartimento e 6m² por unidade autônoma, sendo o restante computado para todos os efeitos da presente lei.

§ 3º - Complementarmente ao estabelecido no § 1º do presente artigo, são válidas ainda as seguintes definições referentes ao volume edílico:

- a) referência de nível – cota do ponto mais alto contido pela linha de testada do lote;
- b) subsolo – parte da construção cuja parte mais alta fique abaixo de um plano horizontal situado no máximo 1,00m acima da referência de nível definida na alínea anterior;
- c) base – parte da construção situada acima do subsolo, até um plano horizontal que lhe seja paralelo, a uma altura definida, para cada zona, nesta lei;
- d) torre – parte da construção situada acima da base;

Capítulo III **Da classificação de usos**

Art. 7º – Para os efeitos desta lei, os usos são classificados em:

- a) habitação unifamiliar (HUF): moradia para uma única família;
- b) habitação multifamiliar horizontal (HMH): duas ou mais moradias dispostas sobre o mesmo lote, paralela ou transversalmente ao alinhamento predial, com acessos independentes para casa unidade;
- c) habitação multifamiliar vertical (HMV): duas ou mais moradias dispostas sobre o mesmo lote, dispostas em altura, com acesso vertical comum;
- d) atividade não-residencial de baixo impacto: (NRB): ocupação de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, caracterizada pela ausência de atração de veículos de carga com peso bruto total (PBT) superior a 7 toneladas;
- e) atividade não-residencial de alto impacto (NRA): ocupação de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, caracterizada pela atração de veículos de carga com peso bruto total (PBT) superior a 7 toneladas;
- f) edificações públicas e comunitárias (EPC): atividade não-residencial e também não-econômica, promovida pelo poder público ou por organizações da sociedade civil.

§ 1º - As atividades não-residenciais de baixo impacto classificam-se, quanto ao porte, em:

- a) pequeno porte, quando ocuparem área útil inferior a 300m², com recursos humanos limitados a 30 pessoas (inclusive proprietários e familiares), e atraírem tráfego leve até o limite de 30 veículos por dia;
- b) médio porte, quando ocuparem área útil entre 300 e 1.000m², com recursos humanos entre 30 e 100 pessoas (inclusive proprietários e familiares), e atraírem tráfego leve entre 30 e 100 veículos por dia;
- c) grande porte, quando ocuparem área útil superior a 1.000m², com recursos humanos acima de 100 pessoas (inclusive proprietários e familiares), e atraírem tráfego leve acima de 100 veículos por dia.

§ 2º - As atividades não-residenciais de alto impacto classificam-se, quanto ao porte, em:

- a) porte mediano, quando ocuparem área construída até o limite de 2.000m², sobre lotes com área até 10.000 m², limitados os recursos humanos a 50 pessoas (inclusive proprietários e familiares) e a atração de veículos pesados a 50 veículos de carga por dia;
- b) porte grande, quando ocuparem área construída acima de 2.000 m², em sobre lotes com área superior a 10.000 m², empregando recursos humanos acima de 50 pessoas (inclusive proprietários e familiares) e atraindo veículos pesados acima de 50 veículos de carga por dia.

§ 3º - A atividade profissional exercida no espaço interno ou anexo a uma moradia não desfigura o uso residencial, sendo classificada como ateliê, escritório, consultório ou oficina artesã, desde que não ocupe área útil maior que 100m², não empregue mais de 5 trabalhadores por turno (inclusive proprietários e familiares) e não atraia mais do que 10 veículos leves por dia.

Capítulo IV Do zoneamento

Art. 8º – Para fins de uso e ocupação do solo urbano, as áreas contidas no perímetro urbano, são formadas por:

- a) zona de preservação ambiental (ZPA);
- b) zona de uso restrito (ZUR);
- c) zona urbana de densidade muito baixa (ZDM);
- d) zona urbana de baixa densidade (ZBD);
- e) zona urbana de média densidade (ZMD);
- f) zona urbana de alta densidade (ZAD);
- g) zona de indústrias leves e serviços pesados (ZIL);
- h) zona de indústrias pesadas (ZIP) e
- i) zona especial de transição urbano-rural.

Art. 9º - Para fins de uso e ocupação do solo urbano, a área externa ao perímetro urbano e interna ao perímetro peri-urbano e que não esteja contida na zona de preservação ambiental (ZPA) ou zona de indústrias pesadas (ZIP), constitui uma única zona, denominada zona especial de transição urbano-rural (ZET).

Parágrafo único – Constitui enclave transitório da zona especial de transição (ZET) internamente ao perímetro urbano, a área situada na margem esquerda do Rio Vermelho, demarcada no Mapa 03 anexo e integrante da Lei de Regulamentação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, permitindo-se exploração silviagropecuária até o advento da Operação Urbana Consorciada Rio Vermelho, quando cessará esse estatuto especial.

Art. 10 – A zona de preservação ambiental (ZPA) é constituída pelas áreas sujeitas à enchentes com tempo de retorno de cinco anos ou menores, delimitada pela curva de nível de cota 745,90, bem como pelos setores de preservação *strictu sensu* dos parques urbanos existentes ou a serem criados em zonas de significativo potencial, sendo nela vedada qualquer edificação de caráter permanente, permitida porém atividade minerária, durante o período de estiagem, desde que autorizada pelas autoridades federais competentes.

Art. 11 – A zona de uso restrito (ZUR) é contígua à zona de preservação ambiental (ZPA), sendo constituída pelos terrenos sujeitos à inundações com tempo de retorno entre cinco e dez anos, delimitada pela curva de nível de cota 746,75, bem como pelos setores dos parques urbanos existentes ou a serem criados que não necessitem de preservação rígida, podendo receber ocupação eventual através de caminhos, instalações desportivas e edificações de uso público ou comunitário (EPC), sendo absolutamente vedada a construção de moradias de qualquer natureza.

Art. 12 – A zona urbana de densidade muito baixa (ZDM) é constituída pela faixa de terras urbanas já parceladas, sujeitas ao alagamento com tempo de retorno superior a 10 anos, porém inferior a 25 anos, ficando delimitada pela cota 747,82 e sujeita a restrições de ocupação para não reduzir a seção de escoamento hidráulico e de uso para não colocar em risco a qualidade das águas, sendo que todas as construções deverão ter uma cota de soleira mínima de 747,82 para os compartimentos de uso prolongado.

§ 1º – Na zona urbana de densidade muito baixa (ZDM) não serão permitidas novas construções, sendo as reformas admitidas nas construções existentes, somente se for para adequá-las às regras estabelecidas na presente Lei ou para evitar queda iminente.

§ 2º - Mediante Operação Urbana Consorciada, estabelecida através de Lei específica votada pela Câmara Municipal dentro dos requerimentos genéricos estabelecidos pelo capítulo correspondente da Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, partes da zona urbana de densidade muito baixa (ZDM) poderão receber *status* de zona urbana de baixa densidade (ZBD) ou até de média densidade (ZMD), desde que as todas as benfeitorias sejam realizadas com base numa soleira térrea fixada na cota 747,82, sendo exigível, além de todos os estudos de impacto impostos

pela Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, um estudo especial de engenharia hidrológica que comprove não haver prejuízo ao escoamento das vazões de enchente.

Art. 13 - A zona urbana de baixa densidade (ZBD) forma a maioria do tecido urbano da cidade de União da Vitória, destinando-se essencialmente a moradia, sendo admitido o uso não-residencial de baixo impacto de pequeno porte, com taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento limitados à baixa capacidade de suporte do sítio natural, sendo-lhe atribuída uma densidade demográfica média não superior a 75 habitantes por hectare.

Art. 14 – A zona urbana de média densidade (ZMD) está situada na periferia do centro e, sob a forma de faixas, ao longo dos eixos viários principais, além de constituir vetor de adensamento para os centros das macrozonas urbanas, destinando-se principalmente à moradia, admitido o uso não-residencial de baixo impacto até o limite do porte médio, com taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento adequados à capacidade de suporte do sítio natural, sendo-lhe atribuída uma densidade demográfica média entre 75 e 150 habitantes por hectare.

Art. 15 – A zona urbana de alta densidade (ZAD) destina-se ao uso residencial intensivo, com densidade demográfica média acima de 150 habitantes por hectare e, especialmente, às atividades não-residenciais de baixo impacto de qualquer porte, configurando a região central da cidade.

Art. 16 – A zona de indústrias leves e serviços pesados (ZIL) destina-se a sediar atividades urbanas não-residenciais incompatíveis com vizinhança residencial, caracterizadas pelo tráfego pesado relativamente intenso, com reduzidos impactos em termos de ruídos e de efluentes sólidos, líquidos ou gasosos, sendo localizada ao longo da saída sudoeste e do antigo contorno rodoviário.

Art. 17 - A zona de indústrias pesadas (ZIP) é o local para a segregação das atividades urbanas não-residenciais que, além de atraírem tráfego pesado intenso, proporcionem significativos impactos em termos de ruídos e de efluentes sólidos, líquidos ou gasosos, todos eles, de qualquer modo, limitados ao estabelecido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), necessitando, ainda, em função do porte, de glebas de grandes dimensões, que serão disponibilizadas ao longo do novo contorno rodoviário e da rodovia PR-153.

Art. 18 – A zona especial de transição (ZET), que constitui a maior parte da área peri-urbana servirá como local de moradia de apoio ao uso silviagropecuário intensivo, proporcionando densidades da ordem de 10 habitantes por hectare.

Capítulo V

Dos usos adequados, permissíveis e proibidos

Art. 19 – Serão considerados adequados, permissíveis ou proibidos os usos nas diversas zonas, nas condições que constam do Quadro 01, anexo, que é parte integrante desta lei.

§ 1º - O número máximo de moradias em um único empreendimento de habitação multifamiliar horizontal (HMH) será de 10 unidades na zona urbana de baixa densidade (ZBD), de 20 unidades na zona urbana de média densidade (ZMD) e de 50 unidades na zona urbana de alta densidade (ZAD).

§ 2º - O número máximo de moradias em um único empreendimento de habitação multifamiliar vertical (HMV) será de 10 unidades na zona urbana de baixa densidade (ZBD), de 20 unidades na zona urbana de média densidade (ZMD) e de 50 unidades na zona urbana de alta densidade (ZAD), respeitados os gabaritos de altura constantes do Quadro 02 anexo.

Art. 20 – A concessão de licença para atividades cujo uso esteja consignado no Quadro 01 como adequado (A) para cada zona, será automática, sob responsabilidade de funcionário técnico do quadro da Prefeitura Municipal.

Art. 21 – Dependerão de autorização do Conselho de Desenvolvimento Urbano as autorizações para usos considerados permitidos (P) no Quadro 01, quando se tratar de:

- a) habitação unifamiliar (HUF) na zona urbana de indústrias leves e serviços pesados (ZIL) e na zona de indústrias pesadas (ZIP), admissível somente como moradia para vigias e zeladores;
- b) edificação de uso público e comunitário (EPC) na zona urbana de indústrias leves e serviços pesados (ZIL) e na zona de indústrias pesadas (ZIP), admissível apenas para atividades de apoio ao uso industrial;

- c) atividade não-residencial de baixo impacto (NRB) na zona urbana de indústrias leves e serviços pesados (ZIL) e na zona de indústrias pesadas (ZIP), admissível apenas para atividades de apoio ao uso industrial;
- d) edificação de uso público e comunitário (EPC) nas zonas urbanas de uso restrito (ZUR), limitada a 300m² de área construída;
- e) atividade não-residencial de baixo impacto (NRB) na zona urbana de densidade muito baixa (ZMB), admissível apenas acima da cota 747,82;
- f) habitação multifamiliar horizontal (HMH) na zona urbana de baixa densidade (ZBD), limitada a conjuntos de até 5 unidades, respeitada a fração ideal mínima equivalente a um terço da área mínima do lote para a zona;
- g) atividade não-residencial de baixo impacto (NRB), de pequeno porte, nas zonas urbanas de baixa densidade (ZBD), admissível somente nos lotes com frente para vias coletoras ou arteriais estabelecidas pela Lei do Sistema Viário;
- h) atividade não-residencial de baixo impacto (NRB), de porte pequeno e médio, nas zonas urbanas de média densidade (ZMD), admissível somente nos lotes com frente para vias coletoras ou arteriais estabelecidas pela Lei do Sistema Viário;
- i) parcelamento sob a forma de loteamentos fechados ou parcela fechada em loteamentos convencionais, quando acima de 10 lotes, até o limite de 20 lotes.

Art. 22 - Dependerão de autorização do Conselho de Desenvolvimento Municipal, sem necessidade de estudo prévio de impacto de vizinhança mas com considerações sobre a capacidade de suporte da infraestrutura viária, sanitária e de equipamentos públicos, a conveniência urbanística e a adequação ao desenho urbano, as permissões para:

- a) edificação de uso público e comunitário (EPC) nas zonas urbanas de uso restrito (ZUR), acima de 300m², até 1.000m² de área construída;
- b) habitação multifamiliar horizontal (HMH) na zona urbana de baixa densidade (ZBD), limitada a conjuntos de até 15 unidades, respeitada a fração ideal mínima equivalente a um terço da área mínima do lote para a zona;
- c) qualquer atividade não-residencial de alto impacto (NRA) de porte mediano, somente admissível nas zonas de indústrias leves e serviços pesados (ZIL).

Art. 23 – Dependerão de parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória, mediante apresentação de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), a ser apreciado em audiência pública especial, nos termos estabelecidos pela Lei da Gestão Democrática, as permissões para:

- a) uso público e comunitário (EPC) nas zonas urbanas de uso restrito (ZUR), acima de 1.000m² de área construída, limitado, de qualquer forma, a 3.000m²;
- b) atividade não-residencial de baixo impacto (NRB) de grande porte em qualquer zona onde permissível;
- c) qualquer atividade não-residencial de alto impacto (NRA) de porte grande, somente admissível nas zonas de indústrias pesadas (ZIP);
- d) parcelamento sob a forma de loteamentos fechados ou parcela fechada em loteamentos convencionais, quando acima de 20 lotes, respeitado o limite de 50 unidades no máximo.

Art. 24 – As licenças para construir na zona especial de transição (ZET) serão concedidas:

- d) pelo setor de urbanismo da Prefeitura Municipal, para todos os usos residenciais e para as atividades não-residenciais de baixo impacto (NRB) que forem anexas à moradia ou que forem de pequeno porte;
- e) pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, sem necessidade de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), para as atividades não-residenciais de baixo impacto (NRB) de porte médio;
- f) pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, mediante emissão de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), a ser apreciado em audiência pública especialmente convocada, para qualquer atividade não-residencial de baixo impacto (NRB) de grande porte e qualquer atividade não-residencial de alto impacto (NRA);

Art. 25 - Em qualquer caso, as atividades residenciais e não-residenciais terão de atender os requisitos de emissão de sons e ruídos, bem como os limites de emissão de efluentes sólidos do Código de Posturas e a tratar previamente os efluentes líquidos, caso necessário, para lançamento na rede pública coletora de esgoto sanitário, a critério da companhia concessionária.

Capítulo VI

Dos índices de ocupação do solo urbano

Art. 26 – A ocupação do solo urbano, nas diversas zonas, obedecerá aos limites constantes do Quadro 02, anexo, considerado parte integrante da presente lei, inclusive as observações de esclarecimento.

§ 1º – Em todos os lotes cujo nível de referência esteja acima da cota 750,30 serão permitidos subsolos, com taxa de ocupação máxima igual à da base, desde que o esgoto pluvial e o esgoto sanitário contribuam diretamente à rede coletora, sem necessidade de bombeamento.

§ 2º - Em qualquer caso, os limites de altura constantes do Quadro 02, anexo, estarão condicionados pelo requisito de não-interceptação do cone de propagação de microondas que serve ao sistema telefônico municipal.

Capítulo VII

Das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

Art. 27 – A instituição de zonas especiais de interesse social (ZEIS) constituirá instrumento de regularização de ocupações espontâneas, de relocação de habitações assentadas sobre áreas de risco e de proporcionamento de habitação social às famílias de baixa renda.

Art. 28 – O Poder Executivo poderá decretar, desde que expressamente autorizado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em qualquer local do quadro urbano exceto na zona de preservação ambiental (ZPA), na zona urbana de uso restrito (ZUR) e em ambas as zonas industriais (ZIL e ZIP), com a finalidade exclusiva de regularização ou de implantação de conjuntos de habitação social, por iniciativa de entidade pública ou companhia estatal ou mista, de alçada federal, estadual ou municipal e por entidades não-governamentais sem finalidade lucrativa.

§ 1º – Nas zonas especiais de interesse social (ZEIS) de que trata o *caput* do presente artigo, não serão aplicáveis as dimensões de lote urbano mínimo constantes do Quadro 02, anexo e integrante desta lei, mas apenas os determinados pela Lei Federal 6.766/1979 ou diploma legal que venha a complementá-lo ou revogá-lo.

§ 2º – Todos os coeficientes da ocupação do solo urbano, exceto tamanho mínimo do lote, aplicáveis às zonas especiais de interesse social (ZEIS) de que trata o *caput* do presente artigo serão idênticas às da zona urbana onde inseridas.

§ 3º – Não será admitida, no caso das zonas especiais de interesse social (ZEIS) de que trata o *caput* do presente artigo, nenhuma redução nas características mínimas exigíveis para as características das vias públicas, exigidas pela Lei do Sistema Viário.

Capítulo VIII

Dos alvarás de construção e localização

Art. 29 – Somente serão concedidos alvarás de construção, reforma e ampliação, e alvarás de localização para atividades econômicas, a edificações e atividades cujo uso esteja de acordo com a presente lei.

§ 1º – Os alvarás de localização de atividade econômica serão sempre concedidos a título precário, podendo ser cassados a qualquer tempo, desde que o seu uso seja considerado inconveniente ao zoneamento estabelecido pela presente lei, sem que caiba ao seu titular qualquer direito a indenização.

§ 2º – A transferência de local, para atividade econômica já em funcionamento, somente poderá ser autorizada se o seu uso estiver em consonância com a localização prevista na presente Lei.

§ 3º – Os alvarás de localização de atividade econômica, bem como os alvarás de construção de edificações das quais possa provir qualquer tipo de emissão sonora que atinja a vizinhança, deverão conter advertência quanto à necessidade de providenciar isolamento acústico para que sejam atendidos os limites constantes do Código de Posturas.

Capítulo IX

Disposições gerais e transitórias

Art. 30 – As edificações residenciais e não-residenciais já existentes, construídas sob autorização concedida conforme exigências da lei vigente, manterão suas características de ocupação.

Art. 31 – As edificações residenciais e não-residenciais já existentes, construídas sem autorização oficial, poderão ser regularizadas perante o Município, dentro do prazo de dois anos contados da publicação desta, utilizando-se procedimento técnico e burocrático semelhante ao estabelecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) no Estado do Paraná para as regularizações de obras em geral.

Art. 32 - Às ampliações e reformas de construções residenciais e não-residenciais já existentes, aplica-se a obrigação de cumprir os seus dispositivos, já a partir da data de vigência desta lei, ressalvado o caso especial tratado nos §§ 1º e 2º do Art. 12 desta Lei.

Art. 33 – Os usos não-residenciais já estabelecidos, que estejam em desacordo com as permissões estabelecidas pela presente Lei deverão ser transferidos para local onde sejam permitidos, dentro do prazo de cinco anos, contados da publicação desta, mediante o procedimento de transferência de alvará.

Art. 34 – Os casos omissos na presente Lei serão objetos de análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória, o qual poderá delegá-la ao Conselho de Desenvolvimento Urbano ou Rural, sendo emitido, em cada caso, um parecer que será encaminhado à Câmara de Vereadores para elaboração de projeto de lei que complemente ou atualize as disposições aqui estabelecidas.

Art. 35 – Constituem parte integrante da presente Lei as seguintes peças gráficas:

- a) Mapa 01 – Mapa do Zoneamento Urbano e de Expansão Urbana;

e os seguintes quadros elucidativos:

- b) Quadro 01 – Características do uso do solo urbano; e
- c) Quadro 02 – Características da ocupação do solo urbano.

Art. 36 – Esta Lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

Quadro 01
Características do uso do solo urbano

Zona	Sigla	Habitação unifamiliar	Habitação multifamiliar horizontal	Habitação multifamiliar vertical	Edificação não-residencial de baixo impacto	Edificação não-residencial de alto impacto	Edificação de uso público ou institucional
		HUF	HMH	HMV	NRB	NRA	EPI
Zona urbana de preservação ambiental	ZPA	X	X	X	X	X	X
Zona urbana de uso restrito	ZUR	X	X	X	X	X	P
Zona urbana de densidade muito baixa	ZDM	A	X	X	P	X	A
Zona urbana de baixa densidade	ZBD	A	A	P	P	X	A
Zona urbana de média densidade	ZMD	A	A	A	A	X	A
Zona urbana de alta densidade	ZAD	A	A	A	A	X	A
Zona de indústrias leves e serviços pesados	ZIL	P	X	X	P	A	P
Zona de indústrias pesadas	ZIP	P	X	X	P	A	P
Zona especial de transição urbano-rural	ZET	A	X	X	P	X	A

Abreviaturas: **A** = adequado; **P**= permitido sob licença especial (conforme a lei); **X** = proibido

Quadro 02
Características da ocupação do solo urbano

Zona	Sigla	Coef. de aproveitamento		Taxa de ocupação (%)		Altura máxima da edificação (m) (3)			Tamanho mínimo do lote		Recuos mínimos (m)						Impermeabilização Máxima (%)
		Básico	Máximo	Base	Torre	Base	Torre	Total	Área (m ²)	Frente (m)	Frontal	de esquina (4)	Laterais		Fundos		
													Base	Torre	Base	Torre	
Zona urbana de preservação ambiental	ZPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona urbana de uso restrito	ZUR	0,30	0,30	10%	-	6,00	-	6,00	1.000	20,00	8,00	4,00	3,00	-	3,00	-	10%
Zona urbana de densidade muito baixa	ZDM	0,50	0,50	30%	-	6,00	-	6,00	350	14,00	4,00	2,00	1,50	-	-	-	40%
Zona urbana de baixa densidade	ZBD	1,00	1,00	50%	-	6,00	-	6,00	300	12,00	4,00 ₍₅₎	2,00	(6)	-	(6)	-	60%
Zona urbana de média densidade	ZMD	1,00	2,00	70%	50%	6,00	12,00	18,00	250	10,00	4,00 ₍₅₎	2,00	(6)	h/6(1)	(6)	h/6(1)	80%(2)
Zona urbana de alta densidade	ZAD	1,00	4,00	90%	60%	6,00	30,00	36,00	200	8,00	4,00 ₍₅₎	2,00	(6)	h/6(1)	(6)	h/6(1)	100%(2)
Zona de indústrias leves e serviços pesados	ZIL	0,50	0,50	50%	-	6,00	-	6,00	1.000	20,00	8,00	4,00	1,50	-	1,50	-	60%
Zona de indústrias pesadas	ZIP	0,30	0,30	30%	-	6,00	-	6,00	3.000	30,00	12,00	6,00	3,00	-	3,00	-	40%
Zona especial de transição urbano-rural	ZET	0,50	0,50	30%	-	6,00	-	6,00	350	14,00	4,00	2,00	1,50	-	1,50	-	40%

Observações:

(1) h/6 = fração de 1/6 da altura total da edificação, em metros, contada do meio defronte a entrada principal, igual ou superior a 2,00m

(2) Obrigatório dispositivo de captação e armazenamento de águas pluviais do telhado e demais superfícies, com utilização da água e/ou dispositivo de infiltração para recarga do lençol freático

(3) Exceto o caso de campanários, reservatórios elevados, antenas de rádiotransmissão, elevadores de cereais, passarelas de fitas transportadoras e outros equipamentos mecânicos necessários ao processo industrial, devendo em todos os casos o projeto ser submetido à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Urbano ou Rural, dependendo da localização da zona onde situados.

(4) O recuo de esquina, se reduzido em relação ao recuo frontal, aplica-se à testada maior;

(5) Ficam dispensados do recuo frontal as garagens e os compartimentos de uso não-residencial (escritórios, consultórios, lojas, salões, etc.), desde que não ocupem mais do que 50% da frente do lote, na ZBD, podendo utilizar toda a testada na ZMD e ZAD.

(6) Obrigatório recuo lateral e de fundos igual ou superior a 1,50m em caso de edificações de madeira

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO

Súmula: Dispõe sobre o sistema viário do Município de União da Vitória e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições preliminares

Art. 1º – As estradas rurais e vias urbanas do Município de União da Vitória serão hierarquizadas e dimensionadas de acordo com o disposto na presente Lei, decorrente das diretrizes gerais explicitadas na Lei do Plano Diretor Municipal, complementada pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Uso do Solo Municipal e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Art. 2º – É obrigatória a adoção das disposições emanadas pela presente lei no caso de as novas vias a serem implantadas, bem como em todo empreendimento imobiliário a ser executado no município, por ente privado ou público.

Parágrafo único – No caso das vias já incorporadas ao patrimônio público, os dispositivos da presente lei serão implantados na medida do possível, cabendo ao Conselho de Desenvolvimento Municipal a emissão das regras gerais para adaptação e aos Conselhos de Desenvolvimento Urbano ou Rural, conforme a localização da via, a verificação da aplicação das regras a cada caso concreto.

Art. 3º – O Poder Executivo supervisionará e fiscalizará a implantação e manutenção do sistema viário, embasando-se nos dispositivos da presente Lei, no Código de Trânsito Brasileiro e nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Estado do Paraná.

Capítulo II Das definições

Art. 4º – Adotam-se, para efeitos da presente lei, as seguintes definições e considerações:

- a) caixa de via – distância entre os alinhamentos dos imóveis urbanos a ambos os lados da via pública; corresponde, na zona rural, à faixa de domínio;
- b) faixa de domínio – distância entre os alinhamentos das propriedades rurais lindeiras à via; corresponde, na zona urbana, à caixa de via;
- c) faixa de rolamento – parte da via destinada ao rolamento de veículos em cada sentido de tráfego; a soma das larguras das faixas de rolamento configura a caixa de rolamento;
- d) caixa de rolamento – largura livre da via, destinada ao rolamento de veículos, medida entre guias, meios fios ou sarjetas;
- e) faixa de estacionamento – parte da caixa de rolamento destinada à parada e estacionamento mais ou menos prolongado de veículos;
- f) baía de estacionamento – faixa de estacionamento fracionada, parcialmente ocupada para uso de parada e estacionamento mais ou menos prolongado de veículos, sendo o restante da faixa ocupada por ajardinamento e/ou mobiliário urbano;
- g) acostamento – faixa lateral à caixa de rolamento das vias rurais, não necessariamente pavimentada, que funciona como escape lateral e eventual parada momentânea de veículos;
- h) passeio – espaço situado entre a caixa de rolamento e o alinhamento das propriedades servidas, destinado à implantação de calçadas, de entradas de veículos e de ajardinamento; ficam também localizados nos passeios os postes para energia e iluminação pública e o ajardinamento / arborização;
- i) calçada – parte do passeio destinado ao tráfego de pedestres;

- j) meio-fio ou meio-fio normal – cordão de pedra ou concreto, simples ou armado destinado a separar os espaços veiculares do passeio, promovendo entre eles diferença de cotas;
- k) meio-fio rebaixado – idem ao meio-fio normal, porém com altura reduzida de forma a permitir o acesso de veículos ou de pessoas portadoras de necessidades especiais de locomoção ao passeio;
- l) rampa de acessibilidade – dispositivo implantado ao longo do trajeto das calçadas, para servir de transição à diferença de cota entre o pavimento da via e o pavimento da calçada, com requisitos definidos pela norma NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- m) ciclovia – via especialmente projetada e construída para tráfego de bicicletas e triciclos; vedado explicitamente seu uso para motocicletas e outras formas de tráfego motorizado;
- n) ciclofaixa – espaço da caixa de rolamento destinado ao trânsito de bicicletas e triciclos, separado das pistas veiculares por pintura ou tachões afixados no pavimento; nas ciclofaixas é vedado o seu uso por motocicletas ou qualquer outro tipo de veículo motorizado;
- o) via pedestrial – via especialmente projetada e construída para tráfego de pessoas a pé, sendo explicitamente vedado o seu uso para bicicletas, motocicletas e outras formas de tráfego motorizado;
- p) arborização viária de pequeno porte – fileira de árvores implantadas ao longo de uma via, na qual 75% ou mais dos indivíduos plantados não chegam a atingir a altura de 5,00m;
- q) arborização viária de porte médio – fileira de árvores implantadas ao longo de uma via, na qual 75% ou mais dos indivíduos plantados atingem altura superior a 5,00m mas não chegam a atingir a altura de 8,00m.

Capítulo III **Da classificação das vias**

Art. 5º – Para os propósitos da presente Lei, as vias urbanas para o tráfego motorizado classificam-se em:

- a) vias expressas – constituintes do contorno rodoviário, com função de desviar o tráfego de origem e destino intermunicipal e interestadual para fora do sistema urbano, sendo destinadas ao tráfego rápido e ao tráfego pesado;
- b) vias arteriais – formam o arcabouço principal do sistema viário urbano, sendo destinadas ao tráfego intenso de passagem;
- c) vias coletoras – complementam a esquematização do sistema viário urbano, servindo como interligação entre as zonas residenciais e o sistema de vias arteriais; e
- d) vias locais – são as vias de acesso às residências, ao comércio e aos serviços, destinadas ao tráfego leve e pouco intenso, desaguando nas vias coletoras ou arteriais.

Art. 6º – As vias urbanas para tráfego não motorizado classificam-se em:

- a) ciclovias; e
- b) vias pedestriais.

Art. 7º – As vias rurais são classificadas em:

- a) vias rurais primárias – são as que interligam a sede municipal aos extremos leste e oeste do município, acessando as povoações mais importantes da zona rural, tendo tráfego de grande intensidade;
- b) vias rurais secundárias - são as que interligam a sede municipal aos demais povoados da zona rural, ou a centros de produção silviagropecuária de porte; e
- c) vias rurais terciárias – são as vias de penetração, entre as vias secundárias as propriedades rurais.

Parágrafo único – Ficam inclusos, na categoria de vias terciárias, os caminhos situados em propriedade particular, desde que estejam servindo ao escoamento da produção e/ou a comunicação de pessoas, sem interrupção por barreiras de qualquer espécie, sendo permitido ao Poder Público intervir nos mesmos, sob licença do respectivo proprietário, expressa na forma de servidão de passagem.

Art. 8º – Para efeitos de classificação segundo o Código de Trânsito Brasileiro, o contorno rodoviário, em seus ramos atual e futuro, terá a categoria de *via expressa*, com velocidade permitida de até 80 km/h, as vias urbanas arteriais serão consideradas como de categoria, com velocidade permitida de até 60 km/h; as vias urbanas coletoras, como de categoria *coletora*, com velocidade permitida de até 40 km/h e as demais vias, como de categoria *local*.

Art. 9º – Para efeitos de classificação segundo o Código de Trânsito Brasileiro, as vias rurais primárias serão, após concluída sua pavimentação, consideradas com a categoria de *rodovias*, enquanto as demais classes são consideradas com a categoria de *estradas*.

Capítulo IV Do sistema viário rural

Art. 10 – O sistema viário rural, será composto de vias primárias, secundárias e terciárias, conforme o Mapa 01, anexo e integrante desta Lei.

Art. 11 – Serão vias rurais principais no Município de União da Vitória:

- a) as rodovias federais e estaduais implantadas em território municipal, a saber: a BR-153 e a PR-447;
- b) a rodovia do Rio Vermelho, doravante denominada de UV-10, partindo da BR-153 na Área Industrial Invernadinha, seguindo para norte de modo a passar por Rio Vermelho e, em retorno para o sul, Rio Vermelho-São José, voltando à BR-153 pelo loteamento Nossa Senhora das Graças, incluindo na via um ramal partindo de Rio Vermelho indo ter a Nossa Senhora Aparecida do Rio Vermelho;
- c) a rodovia do Rio dos Banhados, doravante denominada de UV-20, partindo da PR-447 na altura do Córrego Arrozal, seguindo em direção noroeste até o Rio dos Banhados e, daí, até a Encruzilhada de Porto Almeida.

Art. 12 – Serão vias rurais secundárias:

- a) a estrada UV-11, de Rio Vermelho ao Arroio da Pedra Branca;
- b) a estrada UV-12, de Rio Vermelho ao Faxinal dos Marianos;
- c) a estrada UV-13, do entroncamento com a UV-12 até Palmital de Cima;
- d) a estrada UV-14, do entroncamento com a UV-12 até Guairá;
- e) a estrada UV-15, de Rio Vermelho-São José até Vila Zulmira/Correntes;
- f) a estrada UV-21, de Rio dos Banhados à PR-447 na altura de Papuã;
- g) a estrada UV-22, de Encruzilhada de Porto Almeida até Barra do Palmital e a PR-447;~
- h) a estrada UV-23, de Encruzilhada de Porto Almeida até Porto Almeida;
- i) a estrada UV-31, de São Domingos a Guairá;
- j) a estrada UV-32, da PR-447, na Colônia do Meio até Pinhalão e Palmital de Cima;
- k) a estrada UV-33, da PR-447, na altura de Papuã até a UV-32 antes de Palmital de Cima.
- l) a estrada UV-41, entre a cidade e a divisa com o município de Paula Freitas;
- m) a estrada UV-42, entre a cidade e a BR-153, passando pela divisa com Porto União.

Art. 13 – As demais vias rurais implantadas ou a implantar terão a categoria de terciárias.

Parágrafo único – Poderão ser elevadas à categoria de secundárias vias rurais terciárias, mediante decisão tomada em audiência pública convocada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal e revestida das formalidades previstas na Lei da Gestão Democrática, instruída por parecer do Conselho de Desenvolvimento Rural.

Capítulo V Do sistema viário urbano

Art. 14 – O sistema viário básico para tráfego motorizado da sede municipal comportará a parte norte de um sistema de contorno rodoviário que circunda, além de União da Vitória, o quadro urbano de Porto União, um sistema de vias arteriais, adiante descrito, destinado a interligar o

contorno rodoviário aos diversos macrozonas da cidade polinucleada, complementados por vias coletoras destinadas a distribuir o tráfego nos diversos bairros das macrozonas, conforme o Mapa 02 anexo e integrante da presente Lei.

Art. 15 – O contorno rodoviário, de vias expressas será composto de dois ramos, sendo o primeiro existente e o segundo por implantar:

- a) via expressa Norte, constituída pelo trecho da BR-153 entre a Área Industrial Invernadinha e o cruzamento com a autovia João Paulo Reolon, passando pelo trevo Ouro Verde, entroncamento com a PR-447, entroncamento com Área Industrial Osvaldo Bortoloso e ponte sobre o Rio Iguaçu;
- b) via expressa Leste, no trecho a ser construído entre a Área Industrial Invernadinha e futura ponte sobre o Rio Iguaçu na divisa com Porto União, na direção do Distrito Industrial de Porto União e BR-280.

Art. 16 – O sistema de vias arteriais será composto por um conjunto composto por:

- a) via arterial Norte, antigo contorno rodoviário, partindo do trevo Ouro Verde (entroncamento com a BR-153) e chegando ao entroncamento da Área Industrial Osvaldo Bortoloso, sobre a BR-153, passando pelo trevo do Hospital Regional, entroncamento com os Conjuntos, saída norte da Ponte Manoel Ribas e Mercedes;
- b) via arterial Sul, eixo constituído pela Autovia João Paulo Reolon, até entroncamento com a Rua Padre Saporitti, no Rio d'Areia, seguindo pela Rua Padre Saporitti e Avenida Bento Munhoz da Rocha até a divisa com Porto União, cruzando a Ponte Machado da Costa, seguindo pela Avenida Paula Freitas até chegar à Rua Francisco Caus e, por esta, chegando até a BR-153 no local da Área Industrial Invernadinha;
- c) interligação arterial Manoel Ribas, pela ponte de mesma denominação e respectivos acessos;
- d) interligação arterial Domício Scaramella, pela ponte de mesma denominação e seus acessos;
- e) interligação arterial Nova Ponte, através de obra de arte a ser futuramente criada sobre o Rio Iguaçu, no trecho entre Ponte Nova/Navegantes e Jardim Paranaense, e respectivos acessos;
- f) interligação arterial Machado da Costa, da cabeceira leste da ponte de mesma denominação até a cabeceira nordeste da Ponte Domício Scaramella;
- g) extensão arterial Rio d'Areia, pela Rua Padre Saporitti, de Monte Castelo a Limeira;
- h) extensão arterial São Sebastião, pela Avenida Paula Freitas até o futuro entroncamento com a via expressa Leste.

Art. 17 – O sistema de vias coletoras será constituído por:

- a) via coletora Limeira, constituída pela rua André Juck e Avenida Marechal Deodoro da Fonseca e interligação com a Rua Padre Saporitti, através da Rua Miguel Forte;
- b) via coletora Rocío-São Basílio, composta pelas rua Marechal Deodoro, desde a Rua Miguel Forte até a Rua Prudente de Moraes;
- c) via coletora São Basílio-São Bernardo, constituída pela Rua Prudente de Moraes;
- d) via coletora São Joaquim-Roseira, constituída pela Rua Francisco Luiz, pela marginal ao Rio Guabiroba pela margem esquerda e pela rua Ivan Benghi, com futura passagem em desnível sobre a BR-153;
- e) via coletora João Paulo-Muzzolon, constituída pela Rua Joaquim Fernandes Luiz e via marginal ao Rio Guabiroba, a ser construída na margem direita;
- f) via coletora São Cristóvão-Ouro Verde, partindo da Avenida Paula Freitas pela Rua Pedro Stelmachuk, seguindo pela Rua 19 de Novembro e pela Rua Eróclito Tesseroli, até a BR-376;
- g) via coletora São Cristóvão-São Vicente, constituída pela Rua Wilkis Amazonas Correia (inclusive futura extensão através do atual aeroporto), Rua Hermínio Millis e Rua João Antonio de Farias, até chegar à Avenida Paula Freitas;
- h) via coletora Bom Jesus, servindo a esse bairro pela Estrada Braulina Pigatto;
- i) via coletora Cidade Jardim-Bento Munhoz, servindo esses bairros pelas ruas Bernardo Stamm e Joaquim Didek;

- j) via coletora Sagrada Família, servindo esse bairro pela Rua Júlia Amazonas;
- k) via coletora Nossa Senhora da Salete, servindo esse bairro pela Rua Papa João XXIII
- l) via coletora São Braz Oeste, servindo esse bairro pela rua Manoel de S. Delboux;
- m) via coletora São Braz Leste, servindo esse bairro pela rua Fernando Moecke

Parágrafo único – Complementa o sistema de vias coletoras o par de binários centrais destinados a hierarquizar e disciplinar o trânsito veicular na zona central, constituído de:

- a) binário central SW-NE, composto pelas ruas Clotário Portugal e Costa Carvalho, com direções de tráfego opostas entre si;
- b) binário central SE-NW, composto pelas ruas Professora Amazília e Benjamim Constant, com direções de tráfego opostas entre si.

Art. 18 – O sistema de vias urbanas para tráfego não-motorizado será constituído por uma rede cicloviária destinada a promover tanto a ligação emprego/moradia quanto o desfrute de caminhos agradáveis na várzea do Rio Iguaçu, e, ainda, de vias pedestrais, preferivelmente formando áreas contínuas abarcando ruas e praças, na zona comercial central, a serem implantadas ao longo do tempo.

Art. 19 – As ciclovias serão implantadas sobre as faixas laterais de vias públicas existentes ou em trechos especialmente reservados ao longo dos parques a serem criados na várzea do Rio Iguaçu, ou ainda, na faixa desocupada pela ferrovia, constituindo um sistema composto por:

- a) ciclovia do Iguaçu, desde a Ponte Machado da Costa até a Ponte do Rio d'Areia, marginando o Rio Iguaçu pela sua margem esquerda;
- b) ciclovia da Ferrovia, desde a Ponte Machado da Costa até a Ponte do Rio D'Areia, através da faixa desocupada pela antiga estrada de ferro, complementada por trechos de ruas da malha urbana normal, onde necessário;
- c) ciclovia Paula Freitas, acompanhando a avenida do mesmo nome, da Ponte Machado da Costa até a Rua Francisco Caus em São Sebastião;
- d) ciclovia São Cristóvão, acompanhando a várzea do Rio Iguaçu pela sua margem direita, desde a Nova Ponte da qual trata a alínea e) do Art. 16 até interligar-se com a avenida Paula Freitas na altura de São Vicente;
- e) ciclovia Guabirola, partindo do Rio Iguaçu através da Nova Ponte da qual trata a alínea e) do Art. 16, alcançando o trevo com o antigo contorno rodoviário, seguindo daí em diante a lateral da via coletora São Joaquim-Roseira;
- f) ciclovia Rio d'Areia, seguindo as margens desse curso d'água, a curta distância da extensão arterial Rio d'Areia e via coletora Limeira;
- g) ciclovia São Gabriel, ao largo da Autovia João Paulo Reolon.

Art. 20 – As vias pedestrais serão decretadas, ao longo do tempo, em ruas de categoria local, na região de comércio central, mediante decisão tomada em audiência pública convocada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal e revestida das formalidades previstas na Lei da Gestão Democrática, instruída por parecer do Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo único – Por ocasião da transformação de ruas centrais de categoria local em vias pedestrais, serão estabelecidas de antemão suas características técnicas, sendo obrigatório incluir nas mesmas a proibição de uso de pisos que sejam ou que possam tornar-se escorregadios sob chuva.

Capítulo VI

Das características técnicas das vias rurais

Art. 21 – As vias rurais primárias deverão ser projetadas e implantadas ou, na medida do possível, adaptadas, para atender à seção transversal ilustrada na Figura 01 anexa a esta Lei, bem como os requisitos seguintes:

- a) raio mínimo de curvatura horizontal de 100m;
- b) rampa máxima admissível de 12%;
- c) faixa de domínio mínima de 15,00m;

- d) caixa de rolamento mínima de 5,40m, comportando duas faixas de rolamento de 2,70m cada uma;
- e) acostamento mínimo de 1,80m;
- f) pavimentação asfáltica, em pedra regular ou irregular ou em blocos articulados de concreto, com estrutura dimensionada para 10⁵ passagens do eixo-padrão durante vida útil de 15 anos (método do ex-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ou método da Prefeitura Municipal de São Paulo).

Art. 22 – As vias rurais secundárias deverão ser projetadas e implantadas ou, na medida do possível, adaptadas, para atender à seção transversal ilustrada na Figura 02 anexa a esta Lei, bem como os requisitos seguintes:

- a) raio mínimo de curvatura horizontal de 50m;
- b) rampa máxima admissível de 15%;
- c) faixa de domínio mínima de 12,50m;
- d) caixa de rolamento mínima de 5,40m, comportando duas faixas de rolamento de 2,70m cada uma;
- e) acostamento mínimo de 0,90m;
- f) revestimento em material granular compactado, com espessura suficiente para servir de base a uma estrutura dimensionada para 5x10⁴ passagens do eixo-padrão durante vida útil de 15 anos (método do ex-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ou método da Prefeitura Municipal de São Paulo).

Art. 23 – As vias rurais terciárias deverão ser projetadas e implantadas ou, na medida do possível, adaptadas para atender à seção transversal ilustrada na Figura 02 anexa a esta Lei, bem como os requisitos seguintes:

- a) raio mínimo de curvatura horizontal de 25,00m;
- b) rampa máxima admissível de 20%;
- c) faixa de domínio mínima de 10 metros;
- d) caixa de rolamento mínima de 5,40m, sem acostamento;
- e) revestimento em material granular leveiro, com espessura suficiente para servir de sub-base ou base, a uma futura estrutura dimensionada para 10⁴ passagens do eixo-padrão durante vida útil de 15 anos (método do ex-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ou método da Prefeitura Municipal de São Paulo).

Capítulo VII

Das características técnicas das vias urbanas para tráfego motorizado

Art. 24 – As vias urbanas componentes dos contornos rodoviários serão vias expressas, na classificação instituída pelo Código de Trânsito Brasileiro, com as dimensões de seção transversal adaptadas para aquelas constantes da Figura 03, anexa e integrante desta lei.

Parágrafo único – Alternativamente às características geométricas apresentadas na Figura 03 anexa e integrante desta Lei, poderá ser negociado com o Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte (DNIT) e/ou com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) outra forma de seção transversal em que a rodovia ocupe o local do canteiro central, transformando-se as duas pistas em vias marginais, cujas interligações com a rodovia fiquem afastadas no mínimo 1.000 metros umas das outras, e preferencialmente ocorram em desnível.

Art. 25 – As vias urbanas arteriais serão projetadas e implantadas ou, onde já existentes, adaptadas, para atender à seção transversal ilustrada na Figura 04 anexa a esta lei, bem como os requisitos seguintes:

- a) distância mínima entre cruzamentos de 100m;
- b) rampa máxima admissível de 10%;
- c) caixa de via mínima de 25,00m;
- d) duas caixas de rolamento mínima de 6,50m comportando, cada uma, duas faixas de rolamento de 3,25m cada uma separadas por um canteiro central com dimensão mínima de 2,00m;

- e) estacionamento, sob a forma de baias, em ambos os lados, com largura mínima de 2,00m e comprimento igual ao total das quadras urbanizadas, reduzido das entradas de veículos, dos espaços necessários para acomodar a arborização e de 5,00m em cada extremidade;
- f) passeios laterais de 3,00m no mínimo, sendo destinados às calçadas para pedestres no mínimo 1,20 e no máximo 2,50m, reservando-se os 0,50m mais próximos do alinhamento predial, para ajardinamento e/ou rampas de nivelamento nas entradas de garagens;
- g) raio mínimo de concordância nas esquinas de 5,00m;
- h) disposição, em todos os cruzamentos, de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais de locomoção, conforme norma NBR-9050 da ABNT;
- i) pavimentação asfáltica com estrutura dimensionada para 10⁶ passagens do eixo-padrão durante vida útil de 15 anos (método do ex-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ou método da Prefeitura Municipal de São Paulo);
- j) iluminação viária central, com postes afastados no máximo 40 metros entre si, com luminárias de vapor de sódio de 250W ou mais;
- k) arborização bilateral de grande porte, com árvores colocadas nos avanços do passeio sobre as baias de estacionamento, a intervalos máximos de 20,00m entre árvores

Art. 26 – As vias urbanas coletoras serão projetadas e implantadas ou, onde já existentes, adaptadas para atender à seção transversal ilustrada na Figura 05 anexa a esta Lei, bem como os requisitos seguintes:

- a) distância mínima entre cruzamentos de 50m;
- b) rampa máxima admissível de 15%;
- c) caixa de via mínima de 18,00m;
- d) caixa de rolamento mínima de 6,00m, comportando duas faixas de rolamento, de 3,00m cada;
- e) estacionamento, sob a forma de baias, em ambos os lados, com largura mínima de 2,00m e comprimento igual a 2/3 do total da quadra, reduzido das entradas de veículos, dos espaços necessários para acomodar a arborização e de 5,00m em cada extremidade;
- f) passeios laterais de 3,50m no mínimo, sendo destinados às calçadas para pedestres no mínimo 1,20 e no máximo 3,00m, reservando-se os 0,50m mais próximos do alinhamento predial, para ajardinamento e/ou rampas de nivelamento nas entradas de garagens;
- g) raio mínimo de concordância nos cruzamentos de 5,00m;
- h) disposição, em todos os cruzamentos, de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais de locomoção, conforme norma NBR-9050 da ABNT;
- i) pavimentação asfáltica, ou em pedra regular ou irregular ou ainda em blocos articulados de concreto, com estrutura dimensionada para 10⁵ passagens do eixo-padrão durante vida útil de 15 anos (método do ex-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ou método da Prefeitura Municipal de São Paulo);
- j) iluminação viária unilateral, com postes afastados no máximo 40 metros entre si, com luminárias de vapor de sódio de 250w ou mais;
- k) arborização bilateral, de pequeno porte na face dos postes e de médio porte na face oposta.

Art. 27 – As vias urbanas locais deverão ser projetadas e implantadas ou, na medida do possível, adaptadas para atender à seção transversal ilustrada na Figura 06 anexa a esta Lei, bem como os requisitos seguintes:

- a) distância mínima entre cruzamentos de 30,00m;
- b) rampa máxima admissível de 20%;
- c) caixa de via mínima de 14,00m;
- d) caixa de rolamento mínima de 5,40m a 6,00m, comportando duas faixas de rolamento de 2,70m a 3,00m cada uma;
- e) estacionamento, sob a forma de baias, a ambos os lados, com largura mínima de 2,00m e comprimento de 1/3 do total da quadra, reduzido das entradas de veículos, dos espaços necessários para acomodar a arborização e de 5,00m em cada extremidade;
- f) passeios laterais de 2,00 a 2,30m, sendo destinados às calçadas para pedestres no mínimo 1,20 e no máximo 1,80m, reservando-se os 0,50m mais próximos do alinhamento predial, para ajardinamento e/ou rampas de nivelamento nas entradas de garagens;
- g) raio mínimo de concordância nos cruzamentos de 5,00m;

- h) disposição, em todos os cruzamentos, de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais de locomoção, conforme norma NBR-9050 da ABNT;
- i) pavimentação em pedra regular ou irregular ou em blocos articulados de concreto, com estrutura dimensionada para 10⁴ passagens do eixo-padrão durante vida útil de 15 anos (método do ex-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ou método da Prefeitura Municipal de São Paulo);
- j) iluminação viária unilateral com postes afastados no máximo 40 metros entre si, com luminárias de vapor de sódio de 80w ou mais;
- k) arborização bilateral, de pequeno porte na face dos postes e de médio porte na face oposta.

§ 1º – Para as vias locais que bordejarem áreas onde for vedada a edificação, poderão ser dispensadas as baias de estacionamento referentes a esse lado, sendo possível a redução da caixa de via em 2,00m, mantidas as demais características.

§ 2º – Serão admitidas vias locais com término em balão de retorno (*cul-de-sac*) desde que o comprimento da via sem saída seja inferior a 60,00 metros e o diâmetro mínimo do balão de retorno seja de 18,00 metros entre alinhamentos dos lotes circunvizinhos.

Capítulo VIII

Das características técnicas das vias urbanas para tráfego não-motorizado

Art. 28 – As ciclovias em geral deverão ser projetadas e implantadas para atender à seção transversal ilustrada na Figura 07 anexa a esta Lei, bem como os requisitos seguintes:

- a) distância mínima entre cruzamentos de 30,00m;
- b) rampa máxima admissível de 5%;
- c) caixa de via mínima de 14,00m;
- d) caixa de rolamento mínima de 2,20m, comportando duas faixas de rolamento de 1,10m cada uma;
- e) raio mínimo de concordância nos cruzamentos de 1,50m;
- f) disposição, em todos os cruzamentos, de rampas de acesso cujo desnível com o pavimento da via de tráfego não-motorizado não seja superior a 0,02m;
- g) pavimentação em material betuminoso do tipo concreto betuminoso usinado a quente, pré-misturado a frio ou tratamento superficial ou em material hidráulico do tipo concreto de cimento *portland* em lençol ou em placas articuladas, sendo vedado o uso de material que seja ou que possa se tornar, sob chuva, escorregadio.
- h) iluminação viária unilateral com postes afastados no máximo 40 metros entre si, com luminárias de vapor de sódio de 80W ou mais, podendo ser aproveitada a iluminação viária de rua de tráfego motorizado que se encontre a menos de 30,00m de distância da ciclovia;
- i) arborização bilateral, de pequeno porte na face dos postes e de médio porte na face oposta.

Parágrafo único – No caso de ciclofaixas ou de trechos de ciclovias lançadas lateralmente a ruas de tráfego motorizado, ficam dispensadas as alíneas h) e i) do *caput* deste artigo.

Capítulo IX

Dos passeios , meios-fios, calçadas e acesso a garagens

Art. 29 – Os passeios das vias urbanas serão delimitados por meios-fios, normais ou rebaixados, conforme Figura 07, anexa e integrante desta lei, os quais serão de pedra, de concreto simples ou armado, proporcionando desnível de 0,12m, se normais, e de 0,02m, se rebaixados, em relação à caixa de rolamento ou à baia de estacionamento.

Art. 30 – Dentro da faixa dos passeios, serão construídas calçadas para uso pedestrial, com largura mínima de 1,20m em respeito à norma NBR-9050, e largura máxima de maneira a permitir ajardinamento de pelo menos 0,50m junto à testada das edificações, conforme ilustrado na Figura 07 anexa a esta lei, podendo ser pavimentadas com material hidráulico do tipo concreto de cimento portland em lençol ou em placas articuladas, sendo vedado o uso de material que seja ou

que se torne escorregadio sob chuva, tendo inclinação em direção à via pública, maior que 0,5% e inferior a 3,0%, formando superfície contínua, sendo expressamente proibida a interposição de degraus ou quaisquer outras formas de descontinuidade na superfície.

§ 1º – Defronte as portas dos estabelecimentos comerciais será dispensada a faixa de ajardinamento junto à testada das edificações, de que trata o *caput* do presente artigo.

§ 2º – Permite-se a utilização, nas calçadas, de pedras naturais, do tipo que pode tornar-se escorregadio, a título de composição artística, não sendo admitido interpor com pedras mais de mais 0,40m no sentido do trajeto dos pedestres.

Art. 31 - Dentro da faixa dos passeios, poderão ser construídas entradas para garagens, que farão face com a via pública através de meios-fios rebaixados e formarão rampa de concordância com comprimento máximo de 2,00 metros, sendo absolutamente vedada a interrupção da sarjeta por qualquer tipo de obstáculo, bem como a interposição de degraus de qualquer natureza, sendo a concordância entre as calçadas e as entradas de veículos realizada através de superfície rampeada.

§ 1º – As entradas de veículos serão pavimentadas com o mesmo material das calçadas circunvizinhas, com base reforçada, exceto nos estabelecimentos situados nas zonas industriais (ZIL e ZIP) onde base e revestimento serão de material mais resistente.

§ 2º – A largura mínima assegurada para a entrada de garagens será de 2,80m e a máxima, de 35% da testada do lote, limitada a 7,00m, podendo ser executada outra entrada semelhante somente se guardada a distância livre de 7,00m entre elas.

§ 3º – As restrições de largura máxima a que se refere o § 2º deste artigo aplicam-se também às entradas de veículos para acesso aos pátios dos postos de combustíveis, oficinas mecânicas e assemelhadas.

Art. 32 – Toda a área de passeio que não estiver ocupada por calçadas ou por entradas de veículos, receberá ajardinamento, projetado de modo a se compor com a arborização viária, empregando espécies com altura inferior a 0,30m, sendo expressamente vedadas as espécies vegetais que possam desenvolver espinhos ou de segregar substâncias nocivas à saúde humana e animal.

Capítulo X Disposições gerais

Art. 33 – O escoamento das águas pluviais, nas vias urbanas, será feito pelas sarjetas, bocas de lobo e galerias de águas pluviais e, nas vias rurais, por sarjetas, revestidas ou não, aliviadas por saídas laterais espaçadas de maneira a não proporcionar erosão no terreno para o qual contribuirão.

Parágrafo único – A nenhum proprietário de terreno vizinho à via pública, urbana ou rural, será dado furto a permitir o livre escoamento das águas providas da via, conforme o Código Civil da República, podendo, entretanto, o proprietário exigir a implantação de bacia de contenção de vazões, desde que disponibilize espaço suficiente para essa função.

Art. 34 – Nas vias componentes do sistema viário do Município de União da Vitória, caberá ao poder público municipal projetar, implantar e manter a sinalização viária vertical e horizontal exigida pelo Código de Trânsito Brasileiro, ouvidas as ponderações do Conselho Municipal de Trânsito.

Art. 35 - Nas esquinas das vias urbanas serão instalados postes para suporte de placas com dimensões de 0,25x0,40m, indicando o nome das ruas, seus códigos de endereçamento postal e o nome do bairro oficial onde situadas, sendo permitido conceder à iniciativa privada, mediante ônus, o direito de utilizar para publicidade, no mesmo poste, e em placa devidamente individualizada, área de até 0,10m².

Art. 36 – Nos cruzamentos das vias rurais, serão instaladas placas indicativas das localidades mais próximas, bem como suas distâncias, em quilômetros, conforme modelo e dimensões padronizadas no Código de Trânsito Brasileiro, sendo permitido ao Poder Público conceder à iniciativa privada, mediante ônus, o direito de utilizar para publicidade, no mesmo poste, e em placa devidamente individualizada, área de até 0,20m².

Art. 37 – O gabarito mínimo para passagens superiores e inferiores (pontes, túneis, bueiros e viadutos) das vias urbanas e rurais integrantes do sistema viário municipal será constituído de um retângulo com base de 6,00m e altura de 4,50m, excetuadas as passagens das vias expressas, que obedecerão ao gabarito constituído de retângulo com base de 8,00m e altura de 5,50m.

Art. 38 – Para as vias urbanas já existentes, que foram classificadas nas categorias de arteriais e de coletoras e que não tenham ainda a dimensão “caixa de via” prescrita por esta lei, decretará o Poder Executivo, dentro de um ano da entrada em vigência desta lei, novos alinhamentos, ao qual estarão obrigadas quaisquer novas construções lindeiras, ressalvado o direito a indenização, justa e prévia, quando da acessão pública ao alargamento.

Art. 39 – Para as vias rurais já existentes, de qualquer categoria, que não tenham ainda a largura da faixa de domínio prescrita nesta lei, decretará o Poder Executivo, dentro de um ano após o início da vigência da presente Lei, novos alinhamentos, ao qual estarão obrigadas todas as cercas, muros e demais alinhamentos das propriedades fronteiriças, ressalvado o direito a indenização, justa e prévia, quando da acessão pública ao alargamento.

Art. 40 – Nos casos omissos e na impossibilidade de cumprimento integral dos requisitos da presente Lei por parte de vias já existentes, será o assunto submetido ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, que poderá delegar o tema ao Conselho de Desenvolvimento Urbano ou Rural, conforme a localização da via, sendo emitido, em cada caso, um parecer que será levado a conhecimento da Câmara Municipal como contribuição ao aperfeiçoamento do corpo legislativo.

Art. 41 – Constituem parte integrante da presente lei os seguintes mapas ilustrativos e peças gráficas elucidativas:

- Mapa 01 – Sistema viário rural;
- Mapa 02 – Sistema viário urbano;
- Figura 01 – Características mínimas das vias rurais primárias;
- Figura 02 – Características mínimas das vias rurais secundárias;
- Figura 03 – Características mínimas das vias rurais terciárias;
- Figura 04 – Características mínimas das vias urbanas expressas;
- Figura 05 – Características mínimas das vias urbanas arteriais;
- Figura 06 – Características mínimas das vias urbanas coletoras;
- Figura 07 – Características mínimas das vias urbanas locais;
- Figura 08 – Características mínimas das ciclovias urbanas;
- Figura 09 – Detalhe dos meios-fios, rampas e calçadas urbanas.

Art. 42 – A presente Lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Súmula: Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano em União da Vitória e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições preliminares

Art. 1º – Destina-se a presente lei a disciplinar os projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos do solo no perímetro urbano, e, no que couber, no perímetro peri-urbano do Município de União da Vitória.

Art. 2º – Somente será admitido o loteamento, o desmembramento e o remembramento do solo urbano no Município de União da Vitória em concordância com os preceitos da presente lei, da Lei Federal 6.766/1979 alterada pela Lei Federal 9.785/1999 e pela Lei Federal 10.932/2004, sendo respeitadas, no que couber, a Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano e a Lei do Sistema Viário.

Art. 3º – Para os fins da presente lei, adotam-se as seguintes definições:

- a) loteamento – é o parcelamento do solo urbano que acarrete a abertura de novas ruas ou logradouros públicos, ou prolongamento dos já existentes;
- b) desmembramento – é o parcelamento do solo urbano com integral aproveitamento do sistema viário existente, não havendo necessidade de abertura ou prolongamento de qualquer novo logradouro público;
- c) desmembramento de pequeno porte – é o parcelamento que, além de satisfazer o disposto na alínea b) do presente artigo, implique na criação de no máximo 10 novas unidades imobiliárias, limitada sua área total a 15 vezes a área mínima do lote da zona onde situado, conforme estipulada pela Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- d) desdobro – nome particular dado ao desmembramento de pequeno porte que resulta em apenas uma área desmembrada e uma área remanescente;
- e) remembramento – é a união de dois ou mais lotes antes desmembrados;
- f) área bruta – é a área da gleba a lotear ou desmembrar, deduzida a área de preservação ambiental compulsória;
- g) área líquida – é o somatório das áreas dos lotes desmembrados ou loteados; a área líquida é resultante do saldo da subtração das áreas de logradouros públicos e áreas municipais em relação à área bruta;
- h) área de logradouros públicos – é a área total das ruas e praças a serem abertas, respeitadas as condições estabelecidas pela Lei do Sistema Viário;
- i) área municipal – é a área destinada ao Poder Público, para implantação de equipamento público, podendo ser desafetada nas condições específicas estabelecidas pelo Art. 29 da presente Lei.

Capítulo II Disposições gerais

Art. 4º. - Somente poderão ser loteadas, desmembradas ou remembradas, áreas situadas nos perímetros definidos pela Lei dos Perímetros Urbanos e Peri-Urbanos, desde que:

- a) não sejam sujeitas a inundação ou alagamento, a menos que sejam corrigidas tais características, com prévia outorga por parte da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa) do Estado do Paraná;
- b) não apresentem afloramentos rochosos, ou não apresentem subsolo rochoso a menos de 0,50m sob a superfície;
- c) não sejam áreas de preservação definidas pelo Código Florestal (Lei Federal 4.771/1965), exceto se obtida outorga específica da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa) do Estado do Paraná;
- d) não tenha sido o terreno objeto de aterro com qualquer tipo de material nocivo à saúde pública, a menos que tenham sido tomadas, previamente, medidas saneadoras;

- e) tenham declividade inferior a 30%;
- f) não apresentem fragilidade geológica ou geotécnica; e
- g) estejam contidas no perímetro urbano e peri-urbano, nos termos estabelecidos pelo Art. 3º e Art. 4º da Lei do Perímetro Urbanos e Peri-urbanos de União da Vitória.

Art. 5º – Em todo parcelamento do solo urbano, as parcelas resultantes terão obrigatoriamente a frente voltada para vias públicas, existentes ou projetadas.

Art. 6º – Em todo empreendimento, inclusive remembramento, a área sujeita à obrigatoriedade de preservação ambiental conforme o Código Florestal (Lei Federal 4.771/1965), será doada ao Poder Público como condição prévia ou simultânea à aprovação do parcelamento, constituindo a área remanescente em área bruta, definida no Art. 3º, sobre a qual incidirão os percentuais de que tratam os Arts. 7º e 8º da presente Lei.

Art. 7º – Em todo loteamento ou desmembramento, será destinada uma área com a denominação de “área municipal”, destinada à implantação de equipamento público, com superfície não inferior a 15% da área bruta nos parcelamentos situados em todas as zonas exceto as industriais ZIL e ZIP e não inferior a 5% da área bruta nos parcelamentos situados nas zonas industriais ZIL e ZIP, definidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§ 1º – A localização da área municipal de cada parcelamento será de escolha da Prefeitura Municipal de União da Vitória, que se manifestará a esse respeito no momento da expedição das diretrizes.

§ 2º – Dispensa-se a destinação de área municipal no caso de desmembramentos de pequeno porte, inclusive os desdobros, caracterizados no Art. 3º da presente Lei.

Art. 8º – No caso de loteamentos, a soma das áreas de logradouros públicos com a área municipal de que trata o Art. 7º desta Lei não poderá ser inferior a 35% da área bruta, quando se tratar de parcelamentos situados em todas as zonas exceto as industriais ZIL e ZIP, ou a 20% da área bruta nos parcelamentos situados nas zonas industriais ZIL e ZIP, definidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, nos quais as dimensões dos lotes sejam iguais ou superiores a 1.000 m².

Capítulo III **Das características geométricas**

Art. 9º – As vias projetadas, no caso de loteamentos, deverão articular-se com o arruamento existente ou projetado, e terão as características definidas na Lei do Sistema Viário, sendo o prolongamento ou implantação de novas vias arteriais ou coletoras indicado pela Prefeitura Municipal quando da expedição das diretrizes.

§ 1º – As ruas poderão terminar na divisa da gleba a lotear, desde que haja previsão de continuidade da malha urbana, devendo nesse caso ser interposto um balão de retorno provisório com as características geométricas definidas na Lei do Sistema Viário.

§ 2º – É obrigatória a inserção de via ao largo das áreas de preservação ambiental bem como na faixa *non edificandi* marginando as rodovias e ferrovias, estipuladas pela Lei Federal 6.766/1979.

Art. 10 – As quadras dos loteamentos situados em todas as zonas exceto as industriais ZIL e ZIP terão extensão máxima de 200 metros e mínima de 30 metros, e as quadras dos loteamentos situados nas zonas industriais ZIL e ZIP, definidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, terão extensão máxima de 500 metros e mínima de 75 metros, respeitando ainda a distância mínima entre cruzamentos das ruas, conforme consta da Lei do Sistema Viário.

Art. 11 – As dimensões mínimas dos lotes serão as constantes do Quadro 02 anexo e integrante da Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, conforme a zona onde estiverem situados.

§ 1º – No caso de estar a gleba a lotear contida em mais de uma zona definida na Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, serão aplicadas a cada parte da área as exigências consignadas no *caput* deste artigo.

§ 2º – Poderá a Prefeitura Municipal exigir, em cada lote, a reserva de uma faixa não edificável com dimensões suficientes para a passagem de rede de águas pluviais, esgoto sanitário ou água potável.

§ 3º – Os lotes situados nas esquinas terão a testada menor acrescida do valor consignado no Quadro 02 anexo e integrante da Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, na coluna denominada “recuo de esquina”.

Capítulo IV Do loteamento fechado

Art. 12 – Serão admitidos loteamentos cujo perímetro seja murado e o acesso seja restrito, somente na zona urbana de baixa densidade (ZBD).

Parágrafo único – A restrição de acesso de que trata o *caput* do presente artigo não será aplicável a membros das Forças Armadas, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e membros da Defesa Civil, a qualquer tempo, nem a quaisquer servidores públicos, federais, estaduais e municipais, de quaisquer Poderes, enquanto estiverem no exercício de suas funções.

Art. 13 – Em qualquer caso, os lotes internos do loteamento fechado respeitarão a área e a testada consignada na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano para a zona urbana de baixa densidade (ZBD), constantes do Quadro 02 anexo à Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Art. 14 - A vias internas dos loteamentos fechados obedecerão às características exigidas pela Lei do Sistema Viário para a categoria de vias locais.

Art. 15 – Adicionalmente à área municipal com as dimensões definidas no Art. 7º da presente lei, que será obrigatoriamente externa ao perímetro murado, destinará o loteamento fechado, para recreação de seus integrantes, uma área comum não inferior a 5% da área total contida no perímetro murado.

§ 1º – Mediante proposta do interessado, a Prefeitura Municipal poderá aceitar como área municipal qualquer quinhão de valor equivalente estipulado pelo Art. 7º da presente lei, desde que a região onde estiver situado o loteamento fechado já se encontre servida por equipamentos públicos com as áreas e raios de influência na Lei do Plano Diretor Municipal.

§ 2º – Será considerada de valor equivalente à área cuja avaliação, conduzida segundo a norma NBR-14653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, seja igual ou superior ao valor de avaliação da área municipal de que trata o *caput* deste artigo, depois de dotada de toda a infraestrutura exigida pela legislação.

Art. 16 – Os loteamentos fechados terão sua área intramuros limitada a 30.000 metros quadrados, devendo em qualquer caso suas dimensões lineares respeitarem a dimensão máxima da quadra definida no Art. 10 da presente Lei.

Parágrafo único - O número máximo de moradias em um loteamento fechado será 50 unidades, sendo necessário parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Urbano para aqueles com número de lotes superior a 10 e inferior a 20 e parecer favorável especial do Conselho de Desenvolvimento Municipal para aqueles com número de lotes acima de 20, acompanhado de Estudo de Impacto de Vizinhança (E.I.V.) nos termos da Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade.

Art. 17 – A vedação será construída com altura e materiais regulados pelo Art. 12 do Código de Posturas, admitido o uso de muros mistos de alvenaria e gradis e vedada a colocação de quaisquer elementos que possam causar dano físico a pessoas ou animais, tais como cacos de vidro, arame farpado e fios eletrificados.

Parágrafo único - A extensão máxima do cercamento que confronta com vias públicas será de 35% do perímetro murado, percentual que deverá ser respeitado no todo e em cada face do perímetro voltada para logradouro público.

Art. 18 – Os loteamentos fechados poderão ser apresentados à aprovação como parte integrante de um parcelamento maior, que comporte também lotes comuns de uso residencial e comercial, sendo a parcela fechada devidamente destacada nos documentos de aprovação e de registro imobiliário.

Art. 19 – A característica de loteamento fechado, ou de parcela fechada dentro de loteamento maior, será objeto de uma concessão onerosa, outorgada a uma organização comunitária especialmente constituída para representar os moradores, pelo prazo de 20 anos, findos os quais poderá ser

mantida ou revertida, mediante manifestação da maioria simples dos proprietários dos lotes situados internamente ao perímetro fechado.

Parágrafo único – O ônus a que se refere o *caput* do presente artigo será de 250% do valor equivalente ao Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre os lotes internos ao perímetro fechado, considerados, para efeito de determinação do valor venal, como já dotados de toda a infraestrutura exigida.

Capítulo V **Da infraestrutura dos parcelamentos**

Art. 20 – Todo empreendedor de loteamento obriga-se a implantar, no mínimo, infraestrutura composta por:

- a) demarcação das quadras, através de marcos de concreto de 10x10x30cm, cravados em cada vértice;
- b) demarcação dos lotes, através de marcos de madeira de lei de 5x5x20cm, cravados em cada vértice;
- c) sistema de drenagem através de galerias pluviais, em todas as vias, dimensionado segundo as normas consagradas de hidrologia;
- d) implantação completa das vias públicas, cumprindo integralmente as exigências da Lei do Sistema Viário para a classe de via correspondente, inclusive sua pavimentação sistema de energia elétrica e de iluminação de todas as vias públicas, conforme as normas ABNT, normas da concessionária pública de energia e Lei do Sistema Viário,;
- e) arborização de todas as vias públicas, conforme Lei do Sistema Viário, utilizando-se de mudas com altura igual ou superior a 1,50m, tutoradas e protegidas por dispositivo contra vandalismo;
- f) sistema de fornecimento de água potável, proveniente da rede pública, segundo as normas da ABNT e da concessionária pública;
- g) sistema de esgotamento sanitário doméstico, contribuinte da rede pública de coleta, excetuados os parcelamentos distantes mais de 300 metros da rede pública, os quais deverão providenciar sistema de tratamento próprio, nos moldes da norma NBR-7.229 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o qual deverá ser repassado à companhia concessionária após por esta vistoriado e aprovado;
- h) fechamento, com mourões de madeira tratada de 1,50m de altura e seis fios de arame galvanizado liso, das áreas de preservação de que trata o Art. 6º da presente Lei.

§ 1º – Os desmembramentos em geral, inclusive os de pequeno porte, somente serão admitidos em locais já previamente dotados da infraestrutura descrita no *caput* do presente artigo, permitindo-se à parte interessada a implantação, às suas expensas, dos itens necessários para completá-la.

§ 2º – É permitida a implantação de infraestrutura complementar à consignada no *caput* do presente artigo, compreendendo itens tais como rede telefônica, de fibra óptica, de televisão a cabo e outras assemelhadas, desde que realizadas às expensas do empreendedor, devendo os projetos respectivos ser apresentados à Prefeitura Municipal para aprovação, ouvidos os órgãos com jurisdição sobre as respectivas redes.

Art. 21 - Terá o empreendedor prazo de até dois anos, contados da data do decreto de aprovação do loteamento ou desmembramento, para executar a infraestrutura a que se refere o Art. 20 desta Lei, desde que ofereça, em garantia da perfeita execução das obras, caução, em lotes ou em outra área julgada aceitável pelo Município, de valor correspondente a 125% do custo da implantação da infraestrutura.

§ 1º – Para fazer jus ao prazo estabelecido no *caput* do presente artigo, o empreendedor apresentará ao Município orçamento e cronograma das obras necessárias, sendo obrigatório prever, até o final do primeiro ano, a execução de obras cujo custo seja igual ou superior a 1/3 do total do orçamento.

§ 2º – O levantamento da caução a que se refere o parágrafo 1º deste artigo será realizado, por solicitação do interessado, na medida em que as obras componentes da infraestrutura forem sendo concluídas, na proporção de 80% de sua participação no custo total, liberando-se a sua totalidade somente na conclusão final de toda a infraestrutura exigida.

§ 3º – Findo o prazo concedido, não estando concluídas as obras de infraestrutura exigida, serão os lotes ou a área caucionados incorporados ao patrimônio público, sem necessidade de qualquer notificação, descontado o custo orçado para as parcelas realizadas, obrigando-se o Município a complementar as obras necessárias no prazo de um ano, podendo dispor dos lotes ou da área retida, para venda mediante processo licitatório, com finalidade de ressarcimento das despesas incorridas.

Capítulo VI **Processo de aprovação dos parcelamentos**

Art. 22 – Nenhuma parcela resultante de loteamento, desmembramento ou remembramento poderá ser objeto de venda ou promessa de venda, antes de aprovado e registrado o empreendimento, perante a Prefeitura Municipal, obedecidos os trâmites definidos no Art. 23 desta Lei.

Parágrafo único – Todos os parcelamentos de solo urbano, inclusive as etapas de que trata o parágrafo único do Art. 21, serão aprovados através de decreto firmado pelo Prefeito Municipal.

Art. 23 – O trâmite dos processos de aprovação de parcelamentos do solo urbano será composto das seguintes etapas:

- a) pedido de diretrizes, por requerimento da parte interessada, a qual anexará documento que prove seu domínio sobre a área e croqui em meio digital, com uma cópia em papel, contendo as divisas da área a sofrer a intervenção, com seus vértices devidamente georreferenciados;
- b) emissão das diretrizes, por parte da Prefeitura Municipal, que, após inserir o croqui georreferenciado na base cartográfica urbana municipal, verificará as possibilidades de ser a área objeto da intervenção solicitada, a sua situação quanto ao zoneamento do uso e ocupação do solo e sua inserção no sistema viário oficial; as diretrizes, emitidas sob a forma de relatório acompanhado de croqui digital, com uma cópia-testemunha em papel, indicarão as áreas de preservação ambiental, o eixo das vias expressas, arteriais e/ou coletoras que cortem a área, o local e área aproximados da área municipal, e a(s) zona(s) de uso e ocupação do solo;
- c) projeto de parcelamento ou partido urbanístico, a ser apresentado seqüencialmente, no mesmo processo, pela parte interessada, em meio digital com uma cópia em papel, contendo todas as divisas da área a parcelar com seus vértices georreferenciados e ainda o cadastramento completo dos cursos d'água, ruas junto às divisas, árvores de porte, construções existentes e, em consonância com as diretrizes, todas as dimensões lineares e angulares do parcelamento, dos logradouros, da área municipal, das quadras e dos lotes, todos devidamente identificados mediante numeração corrida e com menção de sua área;
- d) pré-aprovação, pela Prefeitura Municipal, do parcelamento, desde que esteja em consonância com a legislação urbanística e com as diretrizes previamente emitidas;
- e) apresentação, pela parte interessada, da licença prévia do Instituto Ambiental do Paraná e dos projetos da infraestrutura, inclusive a complementar, se houver, todos eles devidamente aprovados pelas companhias concessionárias ou autorizadas;
- f) apresentação, pela parte interessada, dos memoriais descritivos na forma exigida pelo Código de Normas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- g) indicação, pela parte interessada, das etapas de implantação da infraestrutura do parcelamento, dispostas temporalmente de maneira a não ultrapassar o prazo de cinco anos;
- h) aprovação definitiva do parcelamento, desde que apresentados e aceitos os elementos de que tratam as alíneas e), f) e g) do presente artigo, devendo a parte interessada mandar lavrar, imediatamente e às suas expensas, a escritura de doação das áreas que passarão ao domínio do Município.

§ 1º – O prazo, improrrogável, para a emissão das diretrizes de que trata a alínea b) do *caput* do presente artigo, será de 30 dias após a entrada do respectivo pedido.

§ 2º – O prazo para análise do projeto de parcelamento, apresentado conforme a alínea c) do *caput* do presente artigo, será de 60 dias após sua apresentação, contando-se novamente em caso de solicitação de correções, as quais serão apresentadas de uma só vez;

§ 3º – O prazo para emissão do documento de aprovação do parcelamento, contado a partir da apresentação do mais tardio dos elementos de que tratam as alíneas e), f) e g), será de 60 dias, contando-se novamente em caso de solicitação de correções, as quais serão apresentadas de uma só vez.

Capítulo VII Das penalidades

Art. 24 – Aplica-se a qualquer pessoa física ou jurídica que empreender parcelamento do solo urbano sem que seja para tal autorizada pelo Poder Público, a pena de perdimento da área em favor do Município de União da Vitória.

§ 1º – A aplicação da pena a que se refere o *caput* do presente artigo depende de prévia notificação pela Prefeitura Municipal, que poderá se dar através de edital no jornal onde se publicam os atos oficiais do Município, concedendo 60 dias de prazo para a entrada de processo de regularização, iniciativa que atenuará a penalidade para uma multa correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por lote, valor a ser periodicamente atualizado conforme Art. 340 da Lei 3.176/2003 (Código Tributário Municipal).

§ 2º – Uma vez em poder do Município as áreas perdidas pelos infratores, decidirá o Conselho de Desenvolvimento Municipal, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Urbano, sobre a destinação da área.

Capítulo IX Disposições finais e transitórias

Art. 25 – Nos empreendimentos imobiliários de iniciativa da Prefeitura Municipal, de companhia pública estadual ou municipal de habitação social ou, ainda, de organização comunitária autorizada pelo Ministério das Cidades a empreender iniciativas de habitação popular, fica dispensada a caução de que trata o § 1º do Art. 21 desta Lei, permitindo-se, ainda, que os elementos de infraestrutura mencionados nas alíneas d), g) e h) do *caput* do Art. 20 disponham de prazo de quatro anos para a sua implantação.

Art. 26 – Se, em dado parcelamento, estiver satisfeita a total cobertura de equipamentos públicos, em termos de área disponibilizada e distâncias de acesso, tais como definidas na Lei do Plano Diretor Municipal, então as demais áreas municipais existentes dentro do raio de ação passam a ser consideradas superabundantes e poderão sofrer desafetação, mediante lei específica, transformando-se em bens dominiais, a serem disponibilizados como lotes urbanizados para habitação de população de baixa renda.

Art. 27 – A presente lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

MINUTA DE ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE OBRAS

Súmula: Dispõe sobre o Código de Obras do Município de União da Vitória e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I Disposições preliminares

Art. 1º – Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição, quer efetuada por particulares, quer efetuada por entidade pública, em área urbana e peri-urbana, bem como a obra não diretamente ligada à atividade silviagropecuária situadas na zona rural do Município de União da Vitória, será regulada pelo presente Código, obedecidas as prescrições legais federais e estaduais pertinentes.

§ 1º – Complementam as exigências deste Código, as disposições da Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, do Código de Posturas e, no que couber, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

§ 2º – Para as obras situadas em zona rural, adotará o Município de União da Vitória, além do disposto no presente Código, o que for estabelecido na Lei do Uso do Solo Municipal, inclusive quanto à localização de atividades não-residenciais de baixo e alto impacto.

Capítulo II Das definições

Art. 2º – Para os efeitos da presente Lei, são adotadas as seguintes definições:

- a) habitação unifamiliar (HUF): moradia para uma única família;
- b) habitação multifamiliar horizontal (HMH): diversas moradias dispostas sobre o mesmo lote, paralela ou transversalmente ao alinhamento predial, com acessos independentes para cada unidade;
- c) habitação multifamiliar vertical (HMV): diversas moradias dispostas sobre o mesmo lote, dispostas em altura, com acesso vertical comum;
- d) atividade não-residencial de baixo impacto: (NRB): ocupação de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, caracterizada pela ausência de atração de veículos de carga com peso bruto total (PBT) superior a 7 toneladas;
- e) atividade não-residencial de alto impacto (NRA): ocupação de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, caracterizada pela atração de veículos de carga com peso bruto total (PBT) superior a 7 toneladas;
- f) edificações públicas e comunitárias (EPC): atividade não-residencial e também não-econômica, promovida pelo poder público ou por organizações da sociedade civil.

§ 1º – Ficam incorporadas ao presente Código de Obras as definições constantes da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, a saber:

- a) limite de altura – altura máxima de uma edificação, contada a partir da cota mais elevada da testada de um lote (referência de nível) até o ponto mais elevado situado em qualquer face de uma edificação;
- b) recuo – menor distância entre o limite extremo da área ocupada por uma edificação e a divisa que lhe estiver mais próxima; são estabelecidos na presente lei recuos frontais (relativos à testada), recuos laterais e de fundos, relativos às demais faces do lote;
- c) taxa de ocupação – percentual resultante da divisão da área da projeção da edificação sobre o solo pela área total do lote;
- d) taxa de impermeabilização – percentual resultante da divisão entre a soma de todas as áreas impermeáveis assentadas sobre o solo, e também pelo subsolo, pela área total do lote;
- e) coeficiente de aproveitamento – fração decimal resultante da divisão de todas as áreas de uso exclusivo de uma edificação pela área total do lote, excluindo-se do numerador as áreas

- de garagens e estacionamentos de qualquer natureza, bem como, nas construções de uso coletivo ou misto, a área das circulações horizontais e verticais e demais áreas de uso comum, sendo essa área denominada área computável;
- f) coeficiente de aproveitamento básico - para cada zona, a lei estabelece um coeficiente de aproveitamento básico, que pode ser atingido por qualquer edificação como um direito automaticamente atribuído à propriedade;
 - g) coeficiente de aproveitamento máximo - para cada zona, a lei estabelece um coeficiente de aproveitamento máximo, que pode ser atingido por qualquer edificação, mediante a transferência ou outorga do direito de construir, nos termos da Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade.
 - h) referência de nível – cota do ponto mais alto contido pela linha de testada do lote;
 - i) subsolo – parte da construção cuja parte mais alta fique abaixo de um plano horizontal situado no máximo 1,00m acima da referência de nível definida na alínea anterior;
 - j) base – parte da construção situada acima do subsolo, até um plano horizontal que lhe seja paralelo, a uma altura definida, para cada zona, nesta lei;
 - k) torre – parte da construção situada acima da base;

§ 2º – Não farão parte da área computável de uma edificação, para os fins da alínea e) do § 1º deste artigo, quaisquer compartimentos não vedados por paredes em pelo menos dois de seus lados, bem como sacadas e varandas até 3m² por compartimento e 6m² por unidade autônoma, sendo o restante computado para todos os efeitos da presente lei.

Capítulo II **Das edificações residenciais**

Art. 3º – Toda construção residencial unifamiliar, isolada ou integrante de habitação multifamiliar horizontal ou vertical, deverá conter, ao menos:

- a) um compartimento sanitário, contendo vaso sanitário, lavatório interno ou externo e chuveiro, com área e altura conforme Quadro 01;
- b) um compartimento destinado à cozinha, compartilhado ou não com função de copa, sala de jantar ou de estar, contendo ao menos uma pia, com área e altura conforme Quadro 01;
- c) um compartimento destinado a dormitório com área e altura conforme Quadro 01.

Quadro 01
Áreas e alturas mínimas dos compartimentos das edificações residenciais

Compartimento	Área mínima	Altura mínima
Dormitório	6,00 m ²	2,50m
Cozinha	2,00 m ²	2,30m
Instalação sanitária	1,50 m ²	2,30m

§ 1º – As construções habitacionais poderão ter outros compartimentos adicionalmente aos citados no caput do presente artigo, sendo a altura interna não inferior a 2,50m para compartimentos de uso continuado e 2,30m para compartimentos de uso eventual.

§ 2º – O acesso ao compartimento sanitário, nas construções residenciais, não poderá se dar através do compartimento destinado à cozinha.

§ 3º – Sujeitam-se, as edificações residenciais, às exigências de reserva de espaço, coberto ou descoberto, interno ao lote onde situadas, para fins de estacionamento, de conformidade com o Capítulo VIII da presente Lei.

Art. 4º – Às áreas comuns das residências multifamiliares horizontais e verticais aplicam-se as exigências de acessibilidade e evacuação contidas na norma NBR-9077 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 5º – As residências multifamiliares, horizontais ou verticais, deverão dispor de área comum de recreação com área de 4,00m² por moradia individual excedente a quatro, com mínimo de 8,00m².

Capítulo III Edificações para atividades não-residenciais

Art. 6º – Toda construção destinada a atividade não-residencial, de baixo ou de alto impacto, isolada ou integrante de conjunto horizontal ou vertical, homogêneo ou misto com uso residencial, deverá conter ao menos:

- a) um local de trabalho, acessível ao público, com área e altura conforme Quadro 02;
- b) um compartimento sanitário, contendo no mínimo um vaso sanitário e um lavatório, externo ou interno, com área e altura conforme Quadro 02, na proporção de um compartimento sanitário a cada 50m² da área de trabalho de que trata a alínea a).

Quadro 02
Áreas e alturas mínimas dos compartimentos das edificações não-residenciais

Compartimento	Área mínima	Altura mínima
Local de trabalho	6,00 m ²	3,00m
Instalação sanitária	1,20 m ²	2,30m

§ 1º – As construções poderão ter outros compartimentos, sendo a altura interna não inferior a 3,00m para compartimentos onde haja acesso do público externo, 2,50m para compartimentos de uso continuado e 2,30m para compartimentos de uso eventual.

§ 2º - Havendo local de trabalho independente do citado na alínea a) do *caput* do presente artigo, onde haja permanência somente de funcionários e acesso apenas eventual da clientela, a altura interna mínima será de 2,50m.

§ 3º – Admite-se a construção interna de mezaninos, com altura interna mínima de 2,30m desde que a parte superior seja destinada à finalidade de que trata o § 1º deste artigo e desde que 50% ou mais da área de trabalho tenha altura mínima superior a 3,60m.

§ 4º – Dos compartimentos sanitários de que trata a alínea b) do *caput* deste artigo, pelo menos 5% do total, com mínimo de um, deverá ser utilizável por portadores de necessidades especiais de locomoção, conforme a norma NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 5º – A exigência de compartimento sanitário de que trata a alínea b) do *caput* deste artigo poderá ser suprida de modo coletivo, em relação à soma das áreas úteis dos locais de trabalho, inclusive em conjuntos destinados a organizações diversas, sendo nesse caso obrigatório o mínimo de três compartimentos sanitários, um deles especificamente destinado ao uso por portadores de necessidades especiais de locomoção, conforme a norma NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 6º – Aos hotéis, hospedarias e pousadas, aplicam-se, além do contido no *caput* e parágrafos do presente artigo, as exigências da alínea c) do Art. 2º da presente Lei.

§ 7º – A exigência de que trata a alínea b) do *caput* do presente artigo não desobriga o cumprimento da legislação trabalhista e das normas do Ministério do Trabalho e Emprego, relativas ao número mínimo de aparelhos sanitários destinados a funcionários, de acordo com a natureza da atividade econômica exercida.

§ 8º - Sujeitam-se, as edificações para atividades não-residenciais de baixo impacto, às exigências de reserva de espaço, coberto ou descoberto, interno ao lote onde situadas, para fins de estacionamento, de conformidade com o Capítulo VIII da presente Lei.

Art. 7º - Às áreas comuns dos conjuntos, horizontais ou verticais, de edificações para uso não-residencial de baixo impacto, aplicam-se as exigências de acessibilidade e evacuação contidas na norma NBR-9077 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 8º – Sempre que o objeto da atividade não-residencial seja sujeita à vigilância sanitária, aplicam-se aos compartimentos as exigências contidas na norma específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Lei Estadual 13.331 (Código Sanitário Estadual).

Capítulo IV

Edificações ou locais para reuniões, cultos, aulas ou locais de espetáculos

Art. 9º – Aplicam-se às edificações destinadas a reuniões, cultos, aulas ou apresentação de espetáculos, os dispositivos da NBR-9077 da Associação Brasileira de Normas Técnicas e do Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná (Diretriz 001/2001), cumulativamente com as seguintes exigências:

- a) área mínima de 1,00m² por freqüentador previsto e altura interna mínima de 3,00m para áreas iguais ou inferiores a 50m² e de 3,60m para áreas superiores a 50m²;
- b) existência de compartimentos sanitários, no mínimo de três, dois deles separados por gênero e um utilizável por portadores de necessidades especiais de locomoção, conforme a norma NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, com previsão, em cada um deles, de um vaso sanitário e um lavatório, a cada 100m² de área da sala principal, admitida, no caso do sanitário masculino, a substituição de 50% dos vasos sanitários por mictórios;
- c) existência de um átrio ou sala de espera, com área mínima de 10% da área útil da sala principal.

§ 1º – No caso de salas de aula com área inferior a 100m², os compartimentos sanitários de que trata a alínea b) do *caput* do presente artigo poderão ser reunidos em baterias coletivas distantes não mais de 30m da sala mais afastada.

§ 2º – No caso de escolas, a área de que trata a alínea c) do *caput* do presente artigo poderá ser constituída por corredores ou varandas de acesso, vedadas ou não.

§ 3º – Sujeitam-se, as edificações destinadas a reuniões, cultos, aulas ou apresentação de espetáculos, às exigências de reserva de espaço, coberto ou descoberto, interno ao lote onde situadas, para fins de estacionamento, de conformidade com o Capítulo VIII da presente Lei.

Art. 10 – Os dispositivos do Art. 10 e seus parágrafos aplicam-se não somente às edificações isoladas destinadas a reuniões, cultos, aulas e espetáculos, como também aos compartimentos de mesma finalidade inseridos em conjuntos edifícios de finalidade diversa.

Capítulo V

Dos materiais de construção

Art. 11 – As edificações terão paredes constituídas de quaisquer materiais duráveis, que sejam normalizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, inclusive madeira.

§ 1º – As paredes externas em material combustível, inclusive madeira, guardarão afastamento mínimo de 1,50m das divisas do lote onde situadas.

§ 2º – Em todas as edificações que formem conjuntos de unidades individuais, residenciais ou não, as paredes divisórias entre unidades serão de material incombustível e com isolamento acústico de pelo menos 45 decibéis.

§ 3º – Considera-se suprido o isolamento acústico de que trata o § 2º do presente artigo, com um dos seguintes arranjos, assegurado ao autor do projeto o direito de propor e comprovar outras formas de obter isolamento igual ou superior:

- a) alvenaria de tijolos ou blocos de concreto sem revestimento, com espessura de 20cm;
- b) alvenaria de tijolos ou blocos de concreto, revestida em ambas as faces, com espessura de 15cm;
- c) concreto moldado *in-loco*, sem revestimento, com espessura de 10cm;
- d) concreto moldado *in-loco*, revestido em ambas as faces, com espessura de 7cm.

Art. 12 – É vedado o uso de madeira como elemento construtivo das edificações ou partes das edificações onde haja depósito, manipulação ou dispensação de material combustível ou explosivo, exceto se protegidos por revestimento ignífugo.

Parágrafo único – Considera-se, para fins do *caput* deste artigo, como ignífugo todo revestimento capaz de retardar a propagação de fogo, que seja aceito como tal pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Capítulo VI **Das aberturas para insolação e ventilação**

Art. 13 – Todos os compartimentos, de todos os tipos de edificação, terão aberturas para insolação, contidos em qualquer plano, voltados para áreas de logradouros públicos, recuos do próprio imóvel, ou área de servidão estabelecida legalmente, com área de 1/6, 1/10 e 1/16 da superfície útil do piso do(s) compartimento(s) que estiverem sendo iluminados, respectivamente para compartimentos de permanência prolongada, de permanência eventual e de acesso restrito a pessoas.

§ 1º – Considera-se, para os efeitos do *caput* deste artigo, compartimentos de permanência prolongada, nas edificações de natureza residencial, os dormitórios, as salas de qualquer espécie e os escritórios eventualmente existentes, sendo considerados de permanência eventual os demais compartimentos.

§ 2º – Considera-se, para os efeitos do *caput* deste artigo, compartimentos de permanência prolongada, nas edificações destinadas a atividades industriais, comerciais ou de serviços, leves ou pesados, os locais de acesso ao público e os locais de trabalho, inclusive escritórios, sendo os demais compartimentos considerados de permanência eventual, exceto depósitos de mercadorias, que serão considerados de acesso restrito.

§ 3º – Considera-se, para os efeitos do *caput* deste artigo, compartimentos de permanência prolongada, nas edificações destinadas a reunião, culto, aulas e espetáculos todos os locais de acesso ao público e de trabalho, inclusive salas de ensaio, bibliotecas, salas de exposição e escritórios, sendo os demais compartimentos considerados de permanência eventual, exceto depósitos de material de apoio, que serão considerados de acesso restrito.

§ 4º – Admite-se iluminação exclusivamente artificial em compartimentos sanitários, corredores, despensas, adegas e depósitos com área inferior a 10m², desde que assegurada a necessária ventilação, nos termos do Art. 15 a seguir.

Art. 14 - Todos os compartimentos, de todos os tipos de edificação, terão aberturas para ventilação, contidos em qualquer plano, voltados para áreas de logradouros públicos, recuos do próprio imóvel, ou área de servidão estabelecida legalmente, com área de 1/12, 1/20 e 1/32 da superfície útil do piso do(s) compartimento(s) que estiverem sendo ventilados, respectivamente para compartimentos de permanência prolongada, de permanência eventual e de acesso restrito a pessoas.

§ 1º – Considera-se, para os efeitos do *caput* deste artigo, compartimentos de permanência prolongada, nas edificações de natureza residencial, dormitórios, salas de qualquer espécie e escritórios eventualmente existentes, sendo considerados de permanência eventual os demais compartimentos.

§ 2º – Considera-se, para os efeitos do *caput* deste artigo, compartimentos de permanência prolongada, nas edificações destinadas a atividades industriais, comerciais ou de serviços, leves ou pesados, os locais de acesso ao público e os locais de trabalho, inclusive escritórios, sendo os demais compartimentos considerados de permanência eventual, exceto depósitos de mercadorias, que serão considerados de acesso restrito.

§ 3º – Considera-se, para os efeitos do *caput* deste artigo, compartimentos de permanência prolongada, nas edificações destinadas a reunião, culto, aulas e espetáculos todos os locais de acesso ao público e de trabalho, inclusive salas de ensaio, bibliotecas, salas de exposição e escritórios, sendo os demais compartimentos considerados de permanência eventual, exceto depósitos de material de apoio, que serão considerados de acesso restrito.

§ 4º – Admite-se a ventilação através de poço de ventilação coletivo para compartimentos sanitários, despensas, adegas e depósitos com área inferior a 10m², devendo o dispositivo de ventilação permitir a inscrição de círculo com pelo menos 0,80m de raio, ser visitável na base, ser revestido de material liso, sendo proibida a disposição de janelas de ventilação frente a frente, exceto se pertencentes a uma mesma unidade individual.

§ 5º – Admite-se a ventilação através de chaminé, ou através de duto horizontal, em compartimentos sanitários, despensas, adegas e depósitos com área inferior a 10m², devendo a seção transversal do dispositivo de ventilação respeitar a fração estipulada no caput do presente artigo, permitir a inscrição de círculo com pelo menos 0,30m de raio, vedado o compartilhamento por mais de um compartimento.

§ 6º – Admite-se a ventilação através de outro compartimento no caso especial de corredores com área inferior a 10m² e de cozinhas ventiladas através de áreas de serviço, casos em que a abertura de ventilação do compartimento através do qual se dá a ventilação deverá ter área suficiente para o conjunto de compartimentos ventilados.

Capítulo VII Das instalações

Art. 15 - Todas as edificações serão providas de instalações elétricas, para iluminação e tomadas de corrente, em conformidade com a norma NBR-5410 da Associação Brasileira de Normas Técnicas e com as normas da companhia concessionária oficial.

Parágrafo único – A toda unidade individual, de qualquer natureza de ocupação, corresponderá uma entrada e um medidor próprio de energia elétrica.

Art. 16 – Todas as edificações serão providas de tubulação e fiação telefônicas, em conformidade com as normas técnicas vigentes, emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e Agência Nacional de Telecomunicações, às quais se obrigam as companhias autorizadas, na proporção mínima de um ponto por unidade individual.

Art. 17 – Todas as edificações serão providas de instalações de abastecimento de água potável a partir da rede pública, com a obrigatoriedade da existência de um reservatório para cada edificação isolada ou conjunto edilício, conforme as normas NBR-5626 (água fria) e NBR-7198 (água quente) da Associação Brasileira de Normas Técnicas e as normas da companhia concessionária oficial.

Parágrafo único – O abastecimento de água potável só poderá ser proveniente de poço, freático ou profundo, na zona rural, em localidade que não disponha de rede pública ou comunitária, ressalvado o abastecimento por poço profundo em zona urbana se este for autorizado pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa).

Art. 18 – Todas as edificações serão providas de instalações para esgotamento sanitário, obrigatoriamente ligado à rede pública na zona urbana da cidade-sede municipal, em conformidade com a norma NBR-8160 da Associação Brasileira de Normas Técnicas e normas da companhia concessionária oficial.

Parágrafo único – A disposição de efluentes sanitários na zona rural e nas zonas urbanas e de expansão urbana e transição urbano-rural de localidades não dotadas de rede de coleta será feita através de tratamento individual por fossas sépticas, filtros anaeróbios, valas de infiltração, valas de filtração e/ou sumidouros, tudo em conformidade com o disposto na norma NBR-7229 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 19 – Todas as edificações que tiverem taxa de ocupação, conforme definido na Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, igual ou superior a 15%, deverão possuir dispositivo de lançamento das águas de chuva sob o passeio, até a sarjeta da rua para a qual fazem frente, admitido excepcionalmente, mediante autorização do Município, a título precário, ligação direta à galeria de águas pluviais, onde houver.

§ 1º – Nas edificações que forem construídas no alinhamento, com qualquer taxa de ocupação, as águas pluviais serão captadas por meio de calhas e condutores, para serem conduzidas conforme o *caput* do presente artigo.

§ 2º – Os condutores de águas pluviais situados na(s) fachada(s) voltadas para a(s) via(s) pública(s), serão obrigatoriamente embutidos pelo menos até a altura de 3,00m acima da calçada, e interligados a tubulação horizontal sob a calçada, até a sarjeta da(s) ruas(s).

Art. 20 – Aplicam-se às edificações no Município de União da Vitória as exigências de instalações de prevenção contra incêndios, proteção contra descargas atmosféricas, central e tubulação de gás

combustível conforme estipulado pelo Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná (Diretriz 001/2001).

Art. 21 – As edificações poderão apresentar instalações complementares, tais como antenas coletivas, sistemas lógicos para computação e transmissão de dados, sistema de interfones, sistema de som ambiente, sistemas de detecção e alarme contra roubos ou invasões, bem como outras de interesse de seus proprietários, cabendo em cada caso a aprovação dos projetos respectivos pelas empresas concessionárias ou autorizadas, cujo parecer poderá ser solicitado pelo Município quando da análise do projeto.

Capítulo VIII **Das vagas de estacionamento**

Art. 22 – Toda edificação de natureza residencial, seja ela unifamiliar, multifamiliar horizontal ou vertical, deverá prover vagas de estacionamento, cobertas ou descobertas, dentro das divisas do lote a ser edificado, na proporção de uma vaga para cada 50m² de área útil que exceder a 30m², arredondando-se para baixo as frações iguais ou inferiores a 0,50, vigendo a obrigatoriedade até o máximo de três vagas por unidade residencial.

Art. 23 – Toda edificação destinada à atividade não-residencial deverá prover vagas de estacionamento, cobertas ou descobertas, dentro das divisas do lote a ser edificado, na proporção de uma vaga para cada 40m² de área acessível ao público que exceder a 20m², arredondando-se para baixo as frações iguais ou inferiores a 0,50.

§ 1º – O disposto no *caput* do presente artigo aplica-se a conjuntos edifícios para atividades não-residenciais, em relação do somatório das áreas úteis das unidades componentes, sob a forma de pátio coletivo de estacionamento.

§ 2º – Adicionalmente ao disposto no *caput* deste artigo, será proporcionada uma vaga especial sinalizada para uso de portadores de necessidades especiais de locomoção no caso de estabelecimentos de saúde, inclusive farmácias.

§ 3º – Cinco por cento das vagas determinadas conforme o *caput* do presente artigo serão sinalizadas para uso exclusivo por portadores de necessidades especiais de locomoção, sendo dispensados desta exigência os conjuntos com menos de vinte vagas.

§ 4º – Computa-se como área acessível ao público, além da área de vendas das unidades isoladas situadas em conjuntos coletivos destinados a atividades não-residenciais, 50% da área das circulações comuns, inclusive praças de alimentação e recreação, se houver.

Art. 24 – Toda edificação para reuniões, culto, aulas, espetáculos, com área de acesso ao público deverá prover vagas de estacionamento, cobertas ou descobertas, dentro das divisas do lote a ser edificado, na proporção de uma vaga para cada 30m² de área acessível ao público que exceder a 100m², arredondando-se para baixo as frações iguais ou inferiores a 0,50.

Parágrafo único – Dez por cento das vagas determinadas conforme o *caput* do presente artigo serão sinalizadas para uso exclusivo por portadores de necessidades especiais de locomoção, sendo dispensados desta exigência os conjuntos com menos de dez vagas.

Art. 25 – As dimensões mínimas das vagas de estacionamento destinadas a veículos leves serão 2,50m de largura por 5,00m de comprimento.

Parágrafo único – Todas as vagas de estacionamento terão acesso independente, admitida a existência de vagas múltiplas enfileiradas apenas se constituírem uma única unidade imobiliária.

Art. 26 - As edificações para atividade não-residencial, com depósito cuja área seja igual ou superior a 50m², deverão prover, adicionalmente ao disposto no Art. 22 desta Lei, vagas especiais de carga e descarga para veículos médios e/ou pesados, na proporção de uma vaga para cada 100m² ou fração de área útil de depósito que exceder a 50m², com largura mínima de 3,00m e comprimento mínimo de 7,50m.

Parágrafo único – É terminantemente proibido que o espaço de estacionamento, bem como o espaço necessário para as manobras efetuadas pelos veículos de carga, de que trata o *caput* deste artigo venham a ocupar espaço fora das divisas do lote a edificar.

Capítulo IX Das circulações

Art. 27 – Toda edificação, pública ou privada, com possibilidade de acesso ao público, deverá ter a suas circulações adequadas ao uso por pessoas portadoras de deficiência locomotora, nos termos da Lei Federal 9.938/1994 e da NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 28 – Em toda edificação com mais de um piso, as circulações verticais obedecerão à norma NBR-9077 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, no caso de corredores, escadas e rampas e da NBR-13994 no caso de elevadores.

§ 1º – Será exigido acesso vertical por elevador sempre que a edificação ultrapassar a categoria de “medianamente alta”, conforme definida na norma NBR-9077 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 2º – Considera-se último piso acessível, para fins dos parágrafos 1º e 2º do presente artigo, aquele que dê acesso principal a pelo menos uma unidade individual, residencial ou não-residencial, excetuando-se moradia para zelador, casa de máquinas e piso superior de unidade duplex.

Art. 29 – Excetuam-se das exigências do Art. 33 corredores e escadas não acessíveis ao público em geral, tais como escadas internas de residências, acessos a depósitos, garagens e casas de máquinas, para as quais a largura poderá ser reduzida a 0,80m e a altura do espelho do degrau elevada até 0,20m, desde que respeitada a fórmula de Blondel, constante do item 4.7.3.1 da NBR-9077 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Capítulo X Das marquises, sacadas, saliências e chanfros

Art. 30 – As edificações situadas sobre o alinhamento poderão ser dotadas de marquises, totalmente em balanço, avançando sobre o passeio até 50% da largura destes, porém não mais de 1,20m, com altura livre mínima de 3,00m e máxima de 4,00m sobre a calçada externa.

Parágrafo único – O escoamento das águas de chuva sobre a marquise se dará obrigatoriamente por condutores embutidos.

Art. 31 – As edificações em altura poderão ser dotadas de sacadas, totalmente em balanço, avançando no máximo 0,40m sobre o alinhamento das ruas, em no máximo 1/3 do comprimento da testada, guardando altura livre não inferior a 3,00m sobre a calçada externa.

Art. 32 – As molduras ou motivos arquitetônicos poderão avançar no máximo 0,40m sobre o alinhamento das ruas em no máximo 1/3 do comprimento da testada, guardando altura livre não inferior a 3,00m sobre a calçada externa.

Art. 33 – Para as edificações construídas nos cruzamentos de vias públicas, sobre o alinhamento, será obrigatório espaço livre em formato de triângulo isósceles, com o lado voltado para a edificação igual ou superior a 3,00m, até a altura de 3,00m sobre a calçada externa, terminantemente vedada a colocação, em tal espaço, de qualquer elemento que prejudique a livre visão no cruzamento.

Capítulo XI Das autorizações para construir, reconstruir, reformar, ampliar ou demolir

Art. 34 - Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição, quer efetuada por particulares, quer efetuada por entidade pública, na zona urbana, de expansão urbana e rural do Município de União da Vitória, dependerá de autorização do Município.

Parágrafo único – Independem de autorização municipal os reparos efetuados em edificações, conceituados estes como as ações que não impliquem alterações físicas na forma de paredes externas ou internas, exceto se forem divisórias leves, ou elementos de estrutura, inclusive pisos.

Art. 35 – As autorizações para construções, reconstruções, reformas ou ampliações serão resultantes dos seguintes atos administrativos:

- a) consulta prévia;
- b) aprovação de projeto; e
- c) concessão de alvará de licença para construção, reconstrução, reforma ou ampliação.

§ 1º – A consulta prévia poderá ser requerida por qualquer interessado, mediante a apresentação de croqui de localização do lote onde será realizada a construção, reconstrução, reforma ou ampliação, indicando a posição do lote em relação às esquinas, a situação do norte verdadeiro, a destinação da obra e material construtivo, cabendo ao Município a indicação das normas urbanísticas incidentes sobre o lote, constantes da presente Lei, da Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, da Lei do Uso do Solo Municipal, da Lei de Sistema Viário e eventuais restrições providas da legislação ambiental municipal, estadual e federal.

§ 2º – Para aprovação do projeto, será anexado ao requerimento projeto completo legal de arquitetura, elaborado em conformidade com as normas NBR-5984 e NBR-6492 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, contendo:

- a) planta de situação, em escala 1:500, 1:750 ou 1:1000, com indicação do norte verdadeiro, dimensões do lote, inclusive recuos, indicação da denominação do lote, quadra e nome do parcelamento onde situado;
- b) planta baixa de cada pavimento não repetido, em escala 1:50, 1:75 ou 1:100, contendo a denominação e área de cada compartimento, com indicação dos tipos de piso, forro e revestimento, relação ou indicação dos vãos para iluminação e ventilação, espessura de paredes, projeção de telhado, calçadas externas e localização de garagens e/ou estacionamentos descobertos e posição em planta dos cortes de que trata o item d) a seguir;
- c) pelo menos dois cortes perpendiculares entre si, nas mesmas escalas do item c) acima, passando preferencialmente pelos compartimentos dotados de instalação hidrossanitária, com as dimensões verticais necessárias à compreensão do projeto, incluindo os perfis do terreno, com indicação do eventual movimento de terra necessário;
- d) elevação de todas as faces voltadas para vias públicas, nas mesmas escalas do item c) acima;
- e) planta de cobertura, em escala 1:100, 1:150 ou 1:200, contendo pelo menos a indicação dos caimentos dos panos de telhado e o material de que este será constituído.

§ 3º – O projeto legal de arquitetura será assinado pelo proprietário e pelo profissional seu autor, o qual mencionará seu número de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§ 4º – Acompanhará o projeto legal de arquitetura uma cópia de título de propriedade do terreno no qual será realizada a edificação ou, no caso de não ser o requerente o proprietário, autorização deste, revestida das formalidades legais.

§ 5º – A concessão de alvará de construção, reconstrução, reforma ou ampliação constituirá ato independente da aprovação do projeto, exigindo, além da apresentação do projeto previamente aprovado, a anotação de responsabilidade técnica do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução e as anotações de responsabilidade técnica de todos os projetos complementares exigíveis, segundo as determinações do Ato 32 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Estado do Paraná.

Art. 36 – As autorizações para demolição serão concedidas sob a forma de alvarás, requeridas pelo proprietário do imóvel, acompanhada de prova de domínio da edificação a ser demolida, exigindo-se a assistência de profissional qualificado, devidamente comprovada mediante anotação de responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia somente quando se tratar de edificação com mais de um piso, ou quando forem previstas demolições junto às divisas do lote.

Art. 37 – Os alvarás conterão o nome do proprietário, o nome do responsável técnico quando for o caso, o local da intervenção, a descrição sumária da intervenção edilícia, inclusive finalidade e materiais construtivos, prazo de validade não superior a dois anos, data e assinatura da autoridade concedente.

§ 1º – Caducará o alvará concedido se a intervenção não for iniciada em seis meses, considerando-se iniciada construção nova no momento da conclusão da fundação e dos baldrames.

§ 2º – Caberá solicitação de renovação de alvará se, decorrido o prazo citado no *caput* do presente artigo, não tiver sido concluída a intervenção edilícia, sendo exigido novo pagamento das taxas respectivas.

Art. 38 – Obriga-se o responsável técnico pela construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição ou, em sua ausência, o proprietário, a manter, no local da intervenção, uma cópia do projeto aprovado e do alvará respectivo, à disposição da fiscalização municipal.

Art. 39 – Mediante convênio com organizações governamentais ou não-governamentais, poderá o Poder Público dispensar de projeto próprio as edificações residenciais isoladas com área bruta inferior a 70m², destinada a famílias com renda inferior a 3 salários-mínimos, sendo utilizado projeto-padrão fornecido pela entidade conveniada, sendo a responsabilidade técnica pela execução assegurada por profissionais qualificados, devidamente anotada em formulário especial.

Art. 40 – São dispensadas de autorização as construções rurais constituídas por telheiros, galinheiros, viveiros, caramanchões e assemelhados, desde que não envolvam vedação através de paredes em mais de 1/3 de seu perímetro, bem como, em zona urbana, os toldos e pérgulas constituídos de material leve ou não vedados.

§ 1º – Galerias, entradas cobertas, pórticos e quaisquer construções anexas ao corpo principal, desde que constituídas de materiais sólidos, constituirão edificações, não participando da dispensa a que se refere o *caput* do presente artigo.

§ 2º – Será proibida a colocação de galerias, entradas cobertas, pórticos e mesmo toldos constituídos de material leve, que avancem sobre o alinhamento predial.

Capítulo XII **Do certificado de conclusão (habite-se)**

Art. 41 – Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida vistoria pelo Município e expedido o certificado de conclusão de obra (habite-se).

Parágrafo único – Considera-se concluída a obra que apresente condições mínimas de habitabilidade, estando vedadas as paredes e guarnecidos os vãos, em funcionamento as instalações hidrossanitárias, inclusive ligação definitiva à rede de esgoto ou ao sistema individual de tratamento, onde permitido, instalações elétricas e aquelas que adicionalmente forem consideradas obrigatórias para o tipo de edificação em questão.

Art. 42 – Se constatada divergência entre o projeto aprovado e a execução da obra, somente será emitido o certificado de conclusão de obra (habite-se) se retificado o projeto e, eventualmente, o alvará, desde que assegurado o cumprimento das normas do presente Código.

§ 1º – Se impossível a regularização das divergências de que trata o *caput* do presente artigo, por violação dos dispositivos do presente Código, será notificado o proprietário para que providencie, em 60 dias, a demolição das partes em desacordo.

§ 2º – Decorrido o prazo de que trata o § 1º deste artigo, não tendo sido demolidas as partes em desacordo, o Município providenciará a demolição, lançando ao proprietário os custos levantados acrescidos de 100% a título de cominação, sem prejuízo da multa de que trata o Art. 49 da presente Lei.

Capítulo XII **Disposições gerais**

Art. 43 – Consideram-se habilitados à elaboração de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, reforma, ampliação e demolição os profissionais inscritos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, nos limites das atribuições que lhes são concedidas pela legislação, atos e portarias.

Parágrafo único – A substituição de profissionais responsáveis pela execução de obras é permitida, nos termos da legislação profissional regulada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e

Agronomia, devendo o Município ser comunicado, pelo novo responsável, em prazo de 5 dias úteis após o deferimento da substituição pelo Conselho.

Art. 44 – Os profissionais responsáveis pela execução das obras de que trata o presente Código obrigam-se a manter, em situação visível no local da intervenção edilícia, a placa com as dimensões e dizeres constantes do Ato normativo emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Estado do Paraná.

Parágrafo único – A placa de que trata o *caput* deste artigo não será considerada publicitária.

Art. 45 – As obras situadas em zona interna ao perímetro urbano obrigam-se a dispor tapumes de proteção, os quais podem avançar sobre os passeios desde que resguardado espaço para passagem de pedestres, com largura não inferior a 1,20m.

Parágrafo único – Os tapumes recuarão para o alinhamento predial tão logo estejam concluídas as fundações, vedações e revestimentos situados nos primeiros 3,00m de altura sobre a calçada, e serão integralmente retirados para que seja efetuada a vistoria de conclusão de obra (habite-se).

Art. 46 – Os andaimes, telas, bandejas salva-vidas, guarda-corpos e outras proteções necessárias às obras de construção e demolição, obedecerão rigorosamente ao disposto nos regulamentos emitidos pelo Ministério do Trabalho e do Emprego.

Capítulo XIII **Da fiscalização e das penalidades**

Art. 47 – O Município fará fiscalizar, a qualquer tempo, as construções, reconstruções, reformas, ampliações e demolições em todo o território municipal, inclusive zona rural, para assegurar que estejam sendo cumpridas as normas do presente Código, da Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, da Lei do Uso do Solo Municipal e dos demais dispositivos da legislação urbanística municipal.

Parágrafo único – No cumprimento das funções de fiscalização, os funcionários públicos municipais terão livre ingresso aos canteiros de obra, sem qualquer outra formalidade senão a apresentação de sua identidade funcional.

Art. 48 – Às infrações do disposto no presente Código de Posturas são aplicáveis, pelo Poder Público, as seguintes penalidades:

- a) pela infração ao Art. 46, multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) aplicada em dobro a cada reincidência;
- b) pela infração ao Art. 43, R\$ 200,00 (duzentos reais), aplicada em dobro a cada reincidência, acumulada com o fechamento da edificação ao uso de pessoas pelo prazo em que persistir a irregularidade;
- c) pela infração ao Art. 35, multa de multa R\$ 200,00 (duzentos reais), aplicada em dobro a cada reincidência;
- d) pela infração ao § 2º do Art. 43, R\$ 400,00 (quatrocentos reais) acumulada com a demolição dos compartimentos infringentes, com a cobrança dos custos envolvidos acrescidos de 100%;

§ 1º – Considera-se reincidência a reiteração da infração em prazo não inferior a 5 dias úteis após aplicada a primeira penalidade.

§ 2º – Os valores de multa consignados no *caput* do presente artigo serão periodicamente reajustados nos moldes do Art. 340 da Lei 3.176/2003 (Código Tributário Municipal).

Capítulo XIV **Disposições finais**

Art. 49 – O presente Código entra em vigor noventa dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

MINUTA DE ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE POSTURAS

Súmula: Estabelece o Código de Posturas no Município de União da Vitória e dá outras providências.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I **Disposições gerais**

Art. 1º – Estabelece o presente Código a regulamentação das relações espaciais na interseção das esferas privada e pública, explicitando direitos e obrigações dos munícipes em relação ao bem-estar da comunidade.

Art. 2º – Compete ao Poder Executivo zelar para que a observância dos preceitos da presente Lei seja generalizada e equânime.

Capítulo II **Da higiene pública e particular**

Art. 3º – A todo cidadão é vedado dispor qualquer tipo de resíduo sólido em terrenos particulares ou públicos, inclusive logradouros.

§ 1º – Cabe ao Município, através de serviço devidamente dotado de equipamento e pessoal, próprio ou contratado, a coleta e disposição final de resíduos sólidos doméstico, comercial e hospitalar no perímetro urbano de União da Vitória, assegurado o recolhimento pelo menos duas vezes por semana.

§ 2º - Os dispositivos de armazenamento do lixo doméstico e comercial que aguardam recolhimento pela coleta pública não poderão avançar além do alinhamento predial.

§ 3º – Será obrigatória a separação dos resíduos sólidos em recicláveis e orgânicos, sendo a coleta e disposição dos recicláveis realizados pelo Município ou por terceiro credenciado, no perímetro urbano de União da Vitória, assegurado o recolhimento de recicláveis pelo menos uma vez por semana.

§ 4º – Em relação ao § 1º do presente artigo, será assegurada coleta pública somente se os resíduos não gerarem demandas especiais devido à sua natureza química, limitado o volume recolhido a 3 m³ mensais por unidade residencial, comercial, industrial ou de serviços, sendo o controle volumétrico realizado por amostragem, pelo setor competente do Município.

§ 5º – A remoção dos resíduos não enquadrados nas restrições do parágrafo 4º deste artigo será de exclusiva responsabilidade do gerador, o qual poderá conveniar com o Município, mediante adequado ressarcimento pelos custos adicionais envolvidos.

Art. 4º – É vedado o depósito de materiais de construção de qualquer tipo sobre o espaço das vias públicas, inclusive calçadas, devendo tais materiais ser dispostos no espaço interno aos tapumes ou fechamentos, tolerando-se, nos casos de canteiros exíguos, permanência máxima de seis horas sobre o espaço da via pública.

Art. 5º – Todos os terrenos deverão ser mantidos limpos e roçados, sob pena de ser a limpeza e roçada executada pelo Município, que lançará à conta do proprietário valor correspondente ao dobro do custo dos materiais e serviços envolvidos na operação.

Art. 6º – Toda e qualquer edificação terá instalações sanitárias, na proporção mínima definida pelo Código de Obras, as quais deverão ser mantidas devidamente higienizadas, sendo permitido à vigilância sanitária municipal a fiscalização da higiene dos sanitários a qualquer momento.

§ 1º – Para as edificações situadas no perímetro urbano, servidas pelo sistema público de coleta de esgotos será obrigatória a destinação final das águas servidas ao sistema.

§ 2º – A destinação dos esgotos sanitários em zona urbana ainda não servida por rede coletora, bem como na zona rural, deverá seguir o disposto na norma NBR-7.229 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 7º – Nos estabelecimentos onde houver preparo ou manipulação de produtos alimentícios, bem como nas edificações onde ocorram serviços que tenham influência sobre a saúde humana ou animal, será obrigatório o cumprimento das resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como da Lei Estadual 13.331 (Código Sanitário Estadual).

Capítulo III Dos cemitérios

Art. 8º – A implantação e manutenção de cemitérios no município de União da Vitória serão exercidas pelo Município ou por entidade particular, religiosa ou leiga, que seja devidamente autorizada pelo Poder Público.

§ 1º – A implantação de cemitérios estará sujeita às normas do Instituto Ambiental do Paraná, que poderá exigir estudo de impacto ambiental a ser discutido em Audiência Pública, com emissão de exigências de medidas mitigadoras ou compensatórias.

§ 2º – A implantação de cemitério por qualquer entidade que não seja o Poder Público estará sujeita a um estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) a ser apreciado em audiência pública, conforme a Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade e Lei de Gestão Democrática.

§ 3º – As normas para construção e manutenção de túmulos, inclusive lápides e elementos decorativos serão emitidas por Regimentos próprios para cada necrópole, sendo vedado a estes estabelecer qualquer forma de distinção de cunho étnico, social ou religioso.

Capítulo IV Do sossego público

Art. 9º – A emissão de sons ou ruídos de qualquer natureza fica limitada, conforme a zona de uso e ocupação do solo, conforme a via pública e conforme o horário do dia, aos valores limites constantes do Quadro 01 a seguir:

*Quadro 01
Limites máximos de pressão sonora*

Zona	Tipo de via pública	Limite de pressão sonora		
		Das 7:00 às 20:00	Das 20:00 às 24:00	Das 24:00 às 7:00
Zonas industriais (ZIL e ZIP)	Todas as vias	60 dB	55 dB	50 dB
Zona de alta densidade (ZAD)	Vias arteriais e coletoras	55 dB	50 dB	45 dB
	Vias locais	55 dB	50 dB	45 dB
Todas as demais zonas	Vias arteriais e coletoras	55 dB	50 dB	45 dB
	Vias locais	50 dB	45 dB	40 dB

§ 1º – Toda fonte emissora de ruído que ultrapasse os limites estabelecidos no Quadro 01 do *caput* deste artigo será isolada acusticamente para adequar-se ao sossego público, às expensas do emissor sonoro.

§ 2º – Fica proibida a utilização de alto-falantes, inclusive carros de som, em todos os perímetros urbanos, exceto em ocasiões festivas e no período de campanha eleitoral estabelecido por lei federal, sob licença especial, com horário limitado.

Capítulo V Dos animais

Art. 10 – Os possuidores de animais domésticos ou de criação são inteiramente responsáveis pelos atos praticados pelos mesmos, cabendo-lhes tomar medidas para evitar danos à pessoa ou à propriedade de outrem.

§ 1º – A responsabilidade do possuidor de animal estende-se às crias que esse animal venha a ter, sejam elas desejadas ou não.

§ 2º – Caberá ao município dispor de meios de registro, cadastro e identificação de animais e proprietários através de *transponder*, bem como mecanismos de controle da posse e guarda e prevenção e controle de zoonoses, objetos de lei específica discutida com a comunidade nos princípios da Lei de Gestão Democrática a ser enviada à Câmara num prazo de 1 ano após a publicação desta lei;

§ 3º – Ao município é vedado empreender ações de apreensão e eutanásia sem que haja lei regulamentadora em vigor e mecanismos de identificação dos proprietários dos animais;

§ 4º – Os cães considerados como pertencentes a raças violentas, a critério do órgão competente do Município, somente poderão sair às ruas se devidamente conduzidos por colar estrangulador e focinheira.

§ 5º – A nenhum animal, doméstico ou não, serão infligidos maus-tratos, sendo assim consideradas toda e qualquer ação voltada contra os animais que implique em crueldade; causem ferimentos e qualquer tipo de trauma, ainda que para aprendizagem ou adestramento; que impliquem na privação de alimentação mínima necessária; que os mantenha sem abrigo adequado, em lugares impróprios com pouco oxigênio; sem água e luz solar; que lhes impeça a movimentação ou o descanso; o abandono em vias ou logradouros públicos; utilizá-los doente ou ferido, submetê-los a excesso de peso e carga e a experiências pseudocientíficas, sujeitando-se o infrator, além das penalidades consignadas em lei federal ou estadual, a advertência e multa aplicada pelo Município, conforme disposto na presente Lei.

Capítulo VI Dos passeios

Art. 11 – A urbanização dos passeios, obedecidas as dimensões, tipo de materiais, características geométricas e proibições de que trata a Lei do Sistema Viário, é obrigação dos proprietários dos lotes fronteiros, os quais serão também responsáveis pela sua manutenção e limpeza.

Parágrafo único – As obras de urbanização dos passeios situados nas ruas já existentes serão executadas pelos proprietários dos lotes adjacentes dentro de um prazo de noventa dias após a colocação dos meios-fios respectivos, sob pena de serem as obras necessárias executadas pelo Município, o qual lançará como débito do proprietário faltoso valor correspondente ao dobro do custo dos materiais e serviços envolvidos.

Capítulo VII Dos muros e cercas

Art. 12 – Todo terreno particular será vedado por muros, cercas ou gradís, com altura não superior a 2,00m, podendo ser utilizados materiais sólidos como alvenaria de tijolos ou blocos, concreto pré-moldado em placas ou palitos, perfis de aço, madeira beneficiada, ou, nas zonas urbanas de uso restrito (ZUR), nas zonas industriais (ZIL e ZIP) e na área peri-urbana e rural, cerca viva tutorada por palanques de concreto ou madeira e fios de arame galvanizado liso.

§ 1º – Os proprietários de terrenos baldios sem a vedação de que trata o *caput* do presente artigo serão notificados para que providenciem a execução de muros ou cercas, pelo menos nas divisas com as vias públicas, num prazo não superior a 90 dias contados do início da vigência do presente Código, após o qual o Município executará o fechamento da testada, cobrando do proprietário faltoso o dobro do custo dos materiais e serviços correspondentes.

§ 2º – No caso de loteamentos novos, haverá um período de carência de dois anos, contado da data de sua aprovação, para a notificação de que trata o parágrafo 1º do presente artigo.

Capítulo VIII **Do rebaixamento de meio-fio**

Art. 13 – Nenhum munícipe poderá empreender rebaixamento de meio-fio em via pública, defronte sua propriedade ou não, sem licença do Poder Público, o qual fiscalizará o estrito cumprimento do disposto na Lei do Sistema Viário.

Capítulo IX **Da numeração predial**

Art. 14 – Toda unidade autônoma com frente para via pública terá direito a uma numeração predial, que será expressa pelo número de metros contados a partir do marco zero da via, determinado pelo Município, cabendo a um dos lados a numeração par e ao seu oposto, a numeração ímpar.

§ 1º – A placa de numeração será de responsabilidade do proprietário e por ele será afixada e mantida sempre limpa e legível, devendo os algarismos ter altura superior a 3cm e desenho de fácil assimilação.

Capítulo X **Do uso dos logradouros públicos para atividades econômicas**

Art. 15 – É permitido o uso de espaço de praças, canteiros e passeios de vias públicas para o exercício de atividades de comércio ambulante ou para colocação de mobiliário fixo ou removível, conforme norma NBR-9283 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, por parte de do Poder Público ou de estabelecimentos comerciais, desde que devidamente autorizados pelo Poder Público, através de processo de concessão onerosa, respeitadas as seguintes condições:

- a) nas calçadas, deverá ser preservada uma faixa livre para circulação de pessoas com largura igual à estipulada como máxima pela Lei do Sistema Viário;
- b) deverá haver clara delimitação, através de junta, pintura ou uso de materiais de pavimentação de texturas ou cores diferentes, entre a faixa livre para circulação e aquela onde se permitirá a colocação de mobiliário;
- c) no caso de bancas ou de quiosques fixos, deverão ser obedecidos os requisitos de que trata a alínea a) deste artigo não somente no passeio mas em todo o entorno da construção.

Art. 16 – É permitido o estacionamento temporário de veículos para comércio ambulante, denominados *trailers* em baias próprias ou em locais claramente delimitados das faixas ou baias de estacionamento, desde que devidamente concedidos pelo Poder Público, respeitadas as seguintes condições:

- a) o horário de funcionamento será limitado a 12 horas diárias, sendo vedada a permanência do veículo e do reboque fora desse horário;
- b) existência, no *trailer*, de pia para higienização, no caso de serem comercializados alimentos de qualquer natureza;
- c) havendo resíduos líquidos, deverá ser criado dispositivo químico de armazenamento para descarga no sistema de coleta de esgotos, devidamente aprovado e fiscalizado pelo Município;
- d) será exigida a exigência de instalação sanitária para uso da clientela, a uma distância máxima de 100m do local de estacionamento do trailer, podendo ser providenciado banheiro com dispositivo químico de armazenamento, para descarga no sistema de coleta de esgotos, devidamente aprovado e fiscalizado pelo Município.

Art. 17 – O Poder Executivo estipulará, através de decreto, regras para a permissão de que tratam os Arts. 15 e 16 da presente Lei, que será sempre onerosa, precedida de licitação, sendo assegurado o direito de preferência ao titular do estabelecimento fronteiro ao objeto da permissão.

Art. 18 – Excepcionalmente, poderá o Poder Executivo autorizar o fechamento temporário de vias públicas, inclusive faixas de rolamento, para eventos, inclusive empreendidos por entidades com fins lucrativos sendo, nesse caso, estipulada taxa de compensação do Poder Público.

§ 1º – Em qualquer caso, a entidade beneficiada providenciará dispositivos e pessoal para dar segurança ao evento, conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro, correndo todas as despesas daí decorrentes integralmente por sua conta.

§ 2º – O fechamento da via pública de que trata o *caput* do presente artigo somente será concedido mediante parecer favorável do Conselho Executivo Municipal de Trânsito e será precedido de ampla publicidade com anterioridade mínima de 48 horas.

Capítulo XI **Da publicidade nas vias públicas**

Art. 19 – Estará sujeita à licença municipal a colocação de qualquer elemento de publicidade voltado para uma via pública, mesmo que inteiramente contido em terreno particular, cabendo ao Poder Público estipular, através do Código Tributário Municipal, taxa própria, que será proporcional ao tipo e tamanho do painel publicitário.

Parágrafo único – Estende-se a licença de que trata o *caput* do presente artigo a placas ou painéis colocados transversalmente à fachada, sobre os passeios, desde que não ocupem mais do 1,20m ou que 50% da largura do passeio, o que for menor, mantendo altura livre de 3,00m sobre a calçada.

Art. 20 – Poderá o Poder Público autorizar publicidade em espaço de logradouro público, mediante o pagamento de taxa, a ser estipulada pelo Código Tributário Municipal, proporcional ao tipo e tamanho do painel publicitário.

§ 1º – A utilização dos passeios para a colocação de publicidade nos termos do *caput* do presente artigo somente será admitida se as calçadas para pedestres preservarem largura livre superior a 1,5 vezes a estipulada como máxima para a respectiva categoria de via, na Lei do Sistema Viário.

§ 2º – Os painéis ou placas, dos quais trata o *caput* do presente artigo, estarão colocados em altura superior a 3,00m sobre a calçada, permitindo-se a colocação de um único suporte sobre o espaço público, desde que não tenha nenhuma aresta saliente e que estejam limitados a 0,40m de largura ou diâmetro.

§ 3º – A permissão de que trata o *caput* do presente artigo será extensiva a totens em passeios de vias públicas, desde que sua altura seja inferior a 4,00m, não tenham nenhuma aresta saliente e que estejam limitados a 0,40m de largura ou diâmetro.

Capítulo XII **Das antenas emisoras de rádio-freqüência**

Art. 21 – A instalação de antenas ou outros dispositivos capazes de emitir ondas de rádio-freqüência, ficará sujeita a licença especial do Poder Público, que exigirá afastamento mínimo de 20m em relação às divisas do lote, sendo que tal afastamento será computado ao longo da hipotenusa do triângulo formado, em plano vertical, pelo recuo e pela altura da instalação.

Capítulo XIII **Disposições gerais relativas à zona rural**

Art. 22 – O Poder Executivo exercerá severa fiscalização sobre queimadas em zona rural, as quais somente serão permitidas sob severas restrições de segurança, sendo as mesmas totalmente proibidas em zona urbana ou de expansão urbana e transição urbano-rural.

Art. 23 – O uso de defensivos agrícolas, sob qualquer forma, será objeto de fiscalização do Município, sendo restrito nas zonas urbanas e, ainda, numa faixa de 100m ao longo das divisas do perímetro urbano.

Art. 24 – O trânsito de carroças tracionadas por animais, com rodas revestidas de aço, somente será permitido nas vias rurais terciárias e secundárias, sendo terminantemente proibido nas estradas rurais primárias, na medida em que forem pavimentadas e nas vias urbanas em geral.

Art. 25 – Admite-se o trânsito de carroças, charretes, *trolleys* e outros veículos tracionados por animais com rodas dotadas de pneumáticos, assim como animais devidamente encilhados, nas estradas rurais principais e nas vias urbanas de categoria local, desde que fique o condutor responsável pela imediata retirada de dejetos eventualmente lançados pelos animais sobre a via pública.

Art. 26 – O trânsito de tratores e máquinas agrícolas, desde que dotados de pneumáticos, será permitido em todas as vias municipais exceto as vias urbanas coletoras e arteriais, desde que tomadas às precauções de sinalização e de comboio estipulados pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Capítulo XIV

Disposições especiais relativas ao funcionamento de estabelecimentos

Art. 27 – Os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços que atendam a uma ampla parcela da população, revestindo-se com características de utilidade pública, tais como farmácias, clínicas, hospitais, transporte coletivo urbano, municipal ou intermunicipal, agências de telefonia, correios e semelhantes poderão ter seu horário de funcionamento mínimo estipulado pelo Poder Público, permitindo-se rodízio de horários desde que negociado com os titulares dos estabelecimentos.

Art. 28 – Os estabelecimentos onde ocorra a venda de bebidas alcoólicas poderão ter seu horário de funcionamento limitado, em caráter temporário, nos locais onde o Município, ouvidos a Câmara Municipal e o Ministério Público, julgar haver possibilidade de tumultos ou desordens.

Parágrafo único – O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos restaurantes, casas de espetáculo com música ao vivo, cinemas, teatros e templos religiosos, desde que assegurado o isolamento acústico necessário para atender os requisitos estabelecidos pelo Art. 9º desta Lei.

Art. 29 – É vedado ao Poder Público o estabelecimento de distâncias mínimas entre estabelecimentos de mesmo gênero, inclusive postos de combustíveis, cumprindo-lhe aplicar, no que for cabível, as determinações da Agência Nacional de Petróleo.

Capítulo XV

Das penalidades

Art. 30 – Às infrações do disposto no presente Código de Posturas são aplicáveis, pelo Município, as seguintes penalidades:

- a) pela infração aos Arts. 3º, 4º, 5º, 9º, 10, 11, 12, 13, 18 e 24, multa de R\$ 100,00 (cem reais) aplicada em dobro a cada reincidência;
- b) pela infração aos Arts. 6º e 7º, multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), aplicada em dobro a cada reincidência, acumulada com o fechamento da edificação ao uso de pessoas pelo prazo em que persistir a irregularidade;
- c) pela infração aos Arts. 15, 16, 19 e 20, multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), aplicada em dobro a cada reincidência, acumulada a remoção física do elemento infringente;
- d) pela infração ao Art. 23, multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), aplicada em dobro a cada reincidência;

§ 1º – Considera-se reincidência a reiteração da infração em prazo não inferior a 5 dias úteis após aplicada a primeira penalidade, exceto no caso das alíneas c) e d) do *caput* deste artigo, onde a reiteração da falta em prazo de 24 horas caracteriza reincidência.

§ 2º – Os valores de multa consignados no *caput* do presente artigo serão periodicamente reajustados nos moldes do Art. 340 da Lei 3.176/2003 (Código Tributário Municipal).

Capítulo XIV

Disposições gerais e finais

Art. 31 – O presente Código entra em vigor noventa dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

5.3

LEI DE REGULAÇÃO LOCAL DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

Conforme exige o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), a implantação, em União da Vitória, dos instrumentos criados para fazer valer a função social da propriedade, depende da elaboração e votação da Lei do Plano Diretor. Devido à complexidade dos assuntos, o caminho aqui trilhado compõe-se de um primeiro passo constante da menção dos instrumentos a serem implantados, dentro do texto da Lei do Plano Diretor e a propositura de uma segunda lei para detalhar os mecanismos de funcionamento dos instrumentos a serem utilizados: notificação para aproveitamento compulsório da propriedade urbana com a conseqüente progressividade temporal do IPTU, consórcio imobiliário, outorga onerosa do direito de construir, transferência de potencial construtivo, direito de preempção e apoio a ser prestado à regularização fundiária. Essa lei, assim, torna-se complementar à Lei do Plano Diretor Municipal.

Quanto à notificação para uso aproveitamento compulsório do solo urbano, cumpre primeiramente definir em que casos será aplicada, claramente a região da cidade que já está com a maior parte da infraestrutura implantada, de modo que a manutenção de glebas vazias ou mal aproveitadas, nessa zona, configurará uso inadequado dos investimentos públicos que, a princípio, destinam-se a todos. A progressividade do IPTU, que irá vigor somente após decorrido os prazos que oportunizam ao proprietário o tempo necessário para destinar socialmente sua área, está prevista o texto do capítulo correspondente à notificação sob a forma de progressão aritmética, com alíquota máxima de 10%, cumprindo o constante da Lei Orgânica. Assim, é de se estimar que irá produzir efeitos sensíveis aos bolsos dos proprietários que não aproveitam seus imóveis somente por volta de 2014, quando, após decorridos os prazos legais, terá chegado à alíquota máxima. Estima-se que sejam notificados para utilização compulsória dentro do perímetro definido no Mapa 01, anexo à minuta da Lei, 880 lotes, situados na zona central (200 unidades) e em São Cristóvão (680 unidades).

Como União da Vitória conta com uma companhia municipal de habitação social, capaz de apontar a direção a ser apontada ao crescimento da oferta de imóveis de interesse social, espera-se que a notificação para uso compulsório produza interesse dos proprietários em associar-se à companhia para compor a oferta, utilizando o instrumento do Consórcio Imobiliário. Como esse instrumento se encontra definido diretamente pelo texto da Lei Federal 10.257/2001, a Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, através de seu capítulo específico, limita-se a regular o trâmite da constituição de consórcios, enfatizando-se as regras para publicidade e transparência das decisões tomadas no correr do processo.

A outorga onerosa do direito de construir é dirigida para as zonas de densidade média (ZMD) e densidade alta (ZAD), nas quais são admitidas, em caso de utilização plena do gabarito e do coeficiente de aproveitamento básico, edificações de quatro e de doze pisos, respectivamente. Mediante a aquisição de solo criado (ou, melhor ainda, mediante a transferência do potencial construtivo a partir de área de interesse para a preservação natural e preservação cultural), admite-se elevar o aproveitamento dessas áreas, chegando, no caso da área central, ao mesmo gabarito utilizado por Porto União (na verdade, não há altura-limite na zona central de Porto União; na prática, o coeficiente de aproveitamento faz as vezes de limitador).¹⁶⁶ Em qualquer caso, haverá necessidade de parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Urbano e, no caso de construções maiores, do Conselho de Desenvolvimento Municipal (com exigência de estudo prévio de impacto de vizinhança).

A transferência de potencial construtivo tem, a princípio, o mesmo destino que a outorga onerosa (aplicando-se nas zonas de densidade alta e média), sendo os imóveis de origem (aqueles a partir dos quais o potencial é transferido para outro) definidos como os de interesse na preservação do patrimônio histórico ou ambiental, sujeitos à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, bem como áreas destinadas à implantação de equipamentos ou infraestrutura pública, caso em que será incentivada sua doação ao Poder Público mediante um multiplicador do potencial construtivo original.

O direito de preempção, um dos mais flexíveis instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, propõe-se regulá-lo em termos de localização, destinação e, também, dos trâmites internos, para que a resposta ao interessado na alienação seja rápida e sem traumas.

¹⁶⁶ Tanto gabarito quanto coeficiente de aproveitamento máximo são evidentemente exagerados para um núcleo urbano de 80 mil habitantes, que não tem necessidade de acentuada verticalização. No entanto, é preciso equilibrar as permissões legais com a parte catarinense da cidade (influenciada, sem dúvida, pela permissividade catarinense em termos de verticalização predial), pois do contrário, os investimentos imobiliários tenderão a apresentar um viés decorrente da legislação.

A possibilidade de operações urbanas consorciadas, instrumento de grande alcance e que poderá vir a ser empregado em União da Vitória como poderosa ferramenta para conformar alguns usos hoje conflitantes com a vizinhança (indústrias pesadas na zona sul da cidade, aeroporto em plena malha urbana de São Cristóvão) e instrumentalizar o convívio sustentável com o Iguaçu (não somente através da premiação aos usos sustentáveis nas margens da zona central, mas também prevenindo a futura ocupação da várzea do Rio Vermelho, em São Cristóvão). O capítulo adiante proposto dentro da minuta da Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade traça as linhas gerais para permitir aos empreendedores privados participar ativamente do desenho pretendido para a cidade. O capítulo remeterá, de qualquer modo, à elaboração de uma lei específica para cada operação, como estipula o Estatuto da Cidade.

Por fim, o processo de regularização fundiária será apoiada pelo Município através da prestação gratuita de assistência jurídica, técnica e social, tanto nos casos de usucapião urbana quanto nos casos de concessão especial de uso para fins moradia, exigindo a necessidade de regulamentação das zonas especiais de interesse social (ZEIS), esta já regulada na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, para levar em conta as características da ocupação espontânea, valendo também, como uma segunda categoria para os empreendimentos novos de interesse da habitação popular.

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DE REGULAÇÃO LOCAL DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

Súmula: Regulamenta, no município de União da Vitória, a aplicação dos dispositivos do Estatuto da Cidade e dá outras providências.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições iniciais

Art. 1º - A presente lei estabelece os locais, formas, prazos e mecanismos para a aplicação da compulsoriedade de aproveitamento do solo urbano, consórcio imobiliário, outorga onerosa do direito de construir, transferência de potencial construtivo, direito de preempção, operações urbanas consorciadas, regularização fundiária e demais dispositivos que asseguram o uso social da propriedade urbana, no território do município de União da Vitória, em respeito à Constituição Federal, à Lei Orgânica Municipal e à Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Capítulo II Do aproveitamento compulsório do solo urbano

Art. 2º – Considera-se que estará descumprindo sua função social toda a propriedade situada na zona urbana da cidade-sede do município de União da Vitória, no trecho demarcado no Mapa 01 anexo e integrante da presente lei, se estiver integralmente vazio ou, caso ocupado, apresentar com coeficiente de aproveitamento inferior a 10% do coeficiente básico definido para a respectiva zona, conforme estipulado pela Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Parágrafo único – Para o cálculo do coeficiente de aproveitamento, será levada em conta apenas a área computável, calculada conforme a alínea e) do § 1º do Art. 6º da Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Art. 3º – O Município fará notificar, já no exercício de 2009, todos os proprietários de imóveis internos ao perímetro que consta do Mapa 01 anexo, cuja propriedade esteja, nos termos do Art. 2º desta Lei, descumprindo sua função social, para que promovam o uso socialmente sustentável de seu imóvel, através de parcelamento ou edificação, devendo apresentar, dentro do prazo de um ano após notificados, projeto de aproveitamento.

§ 1º – A notificação de que trata o *caput* do presente artigo será entregue por funcionário público municipal diretamente ao proprietário da área ou, em se tratando de pessoa jurídica, a quem tenha poderes para representá-la.

§ 2º – Se eventualmente frustradas três tentativas de notificação, com decurso de tempo de 15 dias entre si, fará o Município publicar a notificação através de edital em jornal regional de ampla circulação.

§ 3º – O Município providenciará a averbação da notificação de que trata o *caput* do presente artigo junto à matrícula do imóvel perante o Serviço Registral de Imóveis da Comarca.

Art. 4º – Dentro do prazo concedido, contado da entrega da notificação ou da publicação do edital, poderá o proprietário apresentar projeto para parcelamento ou edificação em sua propriedade, comprometendo-se a iniciar as obras em prazo não superior a 2 anos de sua aprovação e concluí-las em prazo inferior a 5 anos da mesma data.

Art. 5º – Decorrido o prazo para a apresentação do projeto sem manifestação do proprietário, ou, caso apresentado, seja o mesmo recusado por descumprimento da legislação municipal de regulação do uso do solo, passa a incidir sobre o imóvel a progressividade temporal do Imposto Predial e Territorial Urbano, a partir do exercício fiscal imediatamente seguinte, com alíquota básica definida no Código Tributário Municipal acrescida de 2% a cada exercício fiscal decorrido, até atingir o percentual máximo de 10%, estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, daí por diante mantido constante.

§ 1º – A mesma penalização fiscal será aplicada no caso de descumprimento dos prazos para início de obras e de término de obras, tratados no *caput* do Art. 4º, ou sua paralisação por período superior a seis meses.

§ 2º – A retomada da iniciativa de aproveitamento do imóvel, mediante novo cronograma que recupere os prazos em relação àqueles de que trata o Art. 4º, manterá congelada a última alíquota progressiva aplicada ao Imposto Predial e Territorial Urbano, até o término das obras.

Art. 6º - É vedado ao Poder Público, conforme § 3º do Art. 7º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), estabelecer qualquer forma de isenção ou de anistia aos proprietários de imóveis que não estejam cumprindo sua função social.

Capítulo III Do consórcio imobiliário

Art. 7º – No mesmo prazo consignado pelo Art. 4º da presente lei, poderá o proprietário notificado propor ao Poder Público a instituição de consórcio imobiliário, caso em que estará sustada a contagem dos prazos estabelecidos no Art. 5º, até que haja pronunciamento por parte do Município a respeito do interesse em constituí-lo.

§ 1º - Recebida a notificação, o Poder Público fará executar, em 15 dias corridos, um estudo preliminar de viabilidade financeira, abrangendo, no mínimo, avaliação expedita do valor do imóvel, estimativa de valor das obras de infraestrutura, caso se trate de parcelamento, ou estimativa do custo da edificação, caso se trate de construção, determinando o percentual estimado de unidades imobiliárias cabíveis ao Poder Público e ao proprietário da área.

§2º – Resumo do estudo de que trata o § 1º deste artigo será publicado sob a forma de edital em jornal regional de ampla circulação, ficando os documentos disponíveis no Município para consulta de qualquer cidadão residente no município de União da Vitória, que poderá livremente objetar a respeito, sendo sua manifestação levada ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, cujo parecer será incorporado ao processo.

§ 3º – Vencida a etapa de estudo preliminar, e persistindo, o Município e o interessado, no ânimo de consorciar-se, serão elaborados pela Municipalidade a avaliação precisa e o projeto definitivo, recalculando-se o percentual de unidades imobiliárias cabíveis a cada parte, que não poderá diferir mais de 5% do cálculo expedito, sob pena de reinício de todo o processo.

Art. 8º – O consórcio imobiliário será formalizado por escritura pública contemplando a transferência do imóvel ao patrimônio público, mediante pagamento em espécie, na qual constarão prazos, valores, individualização das unidades imobiliárias cabíveis a cada parte e penalidades por descumprimento das cláusulas.

§ 1º – Para a individualização das unidades imobiliárias de cada uma das partes consorciadas, será efetuado sorteio público, convocado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 2º – Sobre a transferência de que trata o *caput* do presente artigo, bem como sobre a dação em pagamento representada pela destinação das unidades imobiliárias cabíveis ao proprietário, não incidirá Imposto sobre a Transmissão de Bens Imobiliários (ITBI).

Capítulo IV Da outorga onerosa do direito de construir

Art. 9º - O Poder Executivo poderá outorgar a quem o requerer e arcar com o ônus correspondente direito de construir adicional ao resultante da aplicação do coeficiente aproveitamento básico, até o limite do coeficiente de aproveitamento máximo permitido nas zonas residenciais de média densidade (ZMD) e de alta densidade (ZAD), ambas definidas na Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, conforme o disposto na presente Lei e nos Arts. 28 a 31 e demais disposições da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e no Mapa 02 anexo e integrante da presente lei.

Art. 10 - Constituem pré-requisitos indispensáveis à outorga onerosa do direito de construir:

- a) a comprovação da capacidade de suporte da infraestrutura serviente à edificação, através de:

- a.1) declaração da companhia concessionária de energia elétrica atestando a existência e a capacidade da rede existente em suportar a nova demanda;
- a.2) declaração da companhia concessionária de saneamento atestando a existência e a capacidade da rede de água potável e de esgotamento sanitário em suportar a nova demanda;
- a.3) declaração de companhia concessionária provedora de serviços de telefonia atestando a existência e a capacidade da rede existente em suportar a nova demanda;
- a.4) parecer do Município, analisado a demanda adicional de vagas ao aparato educacional (educação infantil, ensino fundamental e médio) existente nas proximidades, dentro dos raios de influência adotados pela Lei do Plano Diretor Municipal e comprovando a capacidade de suporte dos equipamentos instalados;
- a.5) parecer do Conselho Municipal de Trânsito, analisando a geração adicional de tráfego nas vias públicas e comprovando a capacidade de suporte do sistema viário circunvizinho;
- a.6) parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural, analisando a harmonização do formato proposto para a edificação que estiver num raio de 150 metros ao redor de edificação histórica inventariada ou tombada;

- b) parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que analisará o eventual sombreamento a ser produzido nos imóveis vizinhos, bem como a harmonização do desenho urbano no local da intervenção.

Parágrafo único – Os documentos de que trata a alínea a.1) a a.4) do *caput* do presente artigo poderão ser substituídos por declaração, devidamente revestida das formalidades legais, expressando o compromisso, por parte do interessado, em assumir integralmente as despesas pelo(s) reforço(s) necessários à infra-estrutura ou ao equipamento público.

Art. 11 - Comprovados os pré-requisitos, recolherá o interessado, se lhe convier, em uma única parcela, prévia à aprovação do projeto, valor correspondente à área adicional outorgada, multiplicada por duas vezes o valor constante da Planta Genérica de Valores do Município.

§ 1º – Se, do potencial construtivo adicional concedido, resultar área construída, guarnição de recursos humanos ou atração de tráfego acima dos consignados no Art. 22 da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, será obrigatório o estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), a ser submetido ao exame do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 2º – Ao interessado que tiver sucesso em seu pleito será entregue um Certificado de Potencial Construtivo, com validade de cinco anos, expressando a área adicional outorgada, incluindo a permissão para aumentar a altura máxima da construção em até 6 metros, se situada na zona urbana de média densidade (ZMD), e em até 18 metros, se situada na zona urbana de alta densidade (ZAD).

§ 3º - Para as entidades públicas, pertencentes à administração direta ou indireta dos governos federal, estadual e municipal, bem como empresas estatais de qualquer nível de governo, a outorga do direito de construir será gratuita, mantida a obrigação de comprovar as pré-condições de que trata o Art. 10 da presente Lei e mantida a exigência do § 1º do presente artigo.

Art. 12 - A outorga de que trata a presente Lei não afetará as exigências de recuos, taxa de ocupação e taxa de impermeabilização constantes do Quadro 02 da Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Capítulo V

Da transferência de potencial construtivo

Art. 13 - Define-se como transferência de potencial construtivo, somente aplicável dentro do quadro urbano da cidade-sede no município de União da Vitória, o exercício do direito de construir em local distinto da propriedade original, desde que esta fique comprometida com preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural ou paisagístico, preservação ambiental, regularização fundiária, ou ainda com implantação de equipamento público.

§ 1º – Somente serão considerados, para origem da transferência de potencial construtivo, imóveis contidos nas regiões demarcadas no Mapa 02 anexo e integrante desta lei, sujeitos a apreciação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, instruída, no caso de imóvel de interesse para preservação histórica ou artística, pelo parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural.

§ 2º – Será transferível o potencial construtivo, medido em metros quadrados, representado pelo produto da área do terreno onde situado o bem a ser preservado ou destinado socialmente, pelo coeficiente de aproveitamento básico, estipulado pela Lei do Uso e Ocupação do Solo Municipal, para a respectiva zona, deduzida a área computável já edificada sobre o terreno original.

§ 3º – No caso de doação ao Poder Público, de imóvel considerado de interesse para preservação, regularização fundiária ou implantação de equipamento público, manterá o doador o direito de construir originário do imóvel de origem, com acréscimo de 50%.

Art. 14 - O potencial construtivo a ser transferido será objeto de Certificado de Potencial Construtivo, emitido pelo Município, explicitando a área construída a ser transferida e o prazo de validade, que será de cinco anos improrrogáveis.

§ 1º – A validade do certificado de que trata o *caput* do presente artigo estará condicionada à averbação do cancelamento do direito de construir na matrícula imobiliária do imóvel original.

§ 2º - O certificado de que trata o *caput* do presente artigo poderá ser objeto de livre negociação, sendo o potencial construtivo aproveitado pelo eventual adquirente nas mesmas condições estabelecidas no Capítulo IV da presente lei.

Capítulo VII **Das operações urbanas consorciadas**

Art. 15 - Define-se, para os fins da presente Lei, operação urbana consorciada como o conjunto de intervenções e de medidas, coordenadas pelo Poder Público municipal, com participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com objetivo de alcançar em uma área delimitada, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

Parágrafo único – Poderão, as operações urbanas consorciadas, comportar as seguintes medidas:

- a) modificação dos índices e características de parcelamento, de uso e ocupação do solo e do subsolo;
- b) modificação das normas edilícias, considerando o impacto ambiental dela decorrente;
- c) regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 16 – Somente serão objeto de operações urbanas consorciadas as intervenções listadas e localizadas no Mapa 04, anexo e integrante desta lei, a saber:

- a) operação urbana consorciada Rio Iguaçu, centralizada na região do São Bernardo que está inserida na faixa de inundação com tempo de recorrência de 50 anos, permitindo-se que empreendedores e poder público realizem melhorias na infraestrutura, cotas dos terrenos e ruas, implantação de barreiras físicas nas áreas vizinhas com recorrência de inundação até 10 anos e aquisição de áreas hoje ocupadas em Navegantes e Ponte Nova, para reequilibrar a seção de escoamento do Rio Iguaçu, admitindo a implantação de média densidade, com a taxa de ocupação chegando a 70% e o coeficiente de aproveitamento máximo chegando a 2,0;
- b) operação urbana consorciada Indústrias Urbanas, comportando a reciclagem das plantas industriais alocadas de São Bernardo, São Basílio Magno e Rocio, hoje em conflito de uso, comportando a participação da iniciativa privada na melhoria da infraestrutura, ampliação do equipamento escolar e de saúde e cessão de áreas para o poder público, na forma de unidades de habitação social e de espaços para equipamentos públicos.
- c) operação urbana consorciada Aeroporto, aproveitando a oportunidade de relocação desse equipamento, visando o aproveitamento do potencial residencial e comercial do centro de São Cristóvão, em conjunto com a iniciativa privada, que participará dos custos de infraestrutura, equipamentos e implantação do novo aeroporto
- d) operação urbana consorciada Rio Vermelho, aproveitando a possibilidade de utilização das áreas acima da cota de inundação de recorrência de 100 anos que ficam a leste do Jardim Panorama, no bairro Bento Munhoz da Rocha, desde que implantados sistemas de redução de picos de enchente no Rio Vermelho, através das obras de implantação de um lago de grandes dimensões, utilizando investimentos públicos e privados.

Art. 17 – Para cada operação urbana consorciada descrita no Art. 16 desta Lei, é obrigatória a votação de lei específica na Câmara Municipal, da qual constará o plano de operação, contendo no mínimo:

- a) definição da área a ser atingida;
- b) programa básico de ocupação da área;
- c) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- d) finalidades da operação;
- e) estudo prévio de impacto de vizinhança;
- f) contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados envolvidos;
- g) forma de controle da operação, necessariamente compartilhada com a sociedade civil.

§ 1º – Aplicam-se às operações urbanas consorciadas, no que couber, as exigências constantes dos Capítulos IV e V da presente lei, bem como o disposto na Lei da Gestão Democrática.

§ 2º – Os recursos oriundos da contrapartida citada na alínea f) do *caput* do presente artigo somente poderão ser utilizados na própria operação urbana consorciada.

§ 3º – A partir da aprovação da lei específica de que trata o *caput* do presente artigo, serão nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público que tenham sido expedidas em desacordo com o plano de operação urbana.

Art. 18 – Poderá a lei específica referente a cada operação urbana consorciada, de que trata o Art. 17 da presente lei, prever a emissão pelo Poder Público Municipal de uma quantidade determinada de Certificados de Potencial Construtivo, aplicáveis unicamente na área delimitada da operação urbana consorciada, a serem alienados em leilão ou utilizados para pagamento das obras necessárias à própria operação.

Capítulo VI **Do direito de preempção**

Art. 19 - Fica estabelecida a preferência, em favor do Município, em qualquer processo de alienação de imóvel urbano, edificado ou não edificado, nos locais demarcados no Mapa 03 anexo e integrante desta lei, nos termos do Art. 25 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para as finalidades consignadas na legenda da referida peça gráfica, a saber:

- a) implantação de equipamentos públicos;
- b) produção de habitação social;
- c) implantação de parques públicos;
- d) melhorias no sistema viário urbano; e
- e) implantação de parque industrial.

§ 1º – A abrangência territorial de que trata o *caput* do presente artigo terá vigência por cinco anos, renovável apenas após decorrido um ano de seu termo, conforme § 1º do Art. 25º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

§ 2º - O direito de preempção fica assegurado ao Município durante todo o período de vigência de que trata o § 1º, independentemente do número de alienações de que tenha sido objeto o imóvel.

§ 3º - Obriga-se o Poder Público a exercer o direito de preempção em estrita observância às finalidades listadas no *caput* do presente artigo, sob pena das sanções administrativas estabelecidas pelo inciso III do Art. 52 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 20 – O proprietário de qualquer área contida dentro dos limites definidos pelo Art. 19 desta Lei deverá notificar o Município de sua intenção de alienar o imóvel, para que o Poder Público exerça, em 30 dias, o seu direito de preferência.

§ 1º – À notificação mencionada no *caput* do presente artigo será anexada proposta de compra, assinada por terceiro interessado, estipulando preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º – O Município fará providenciar avaliação do valor do imóvel, que instruirá decisão do Prefeito Municipal, sobre aquisição ou não do imóvel ofertado, a qual deverá ser tomada dentro do prazo de 15 dias após o recebimento da notificação tratada no *caput* do presente artigo.

§ 3º - Da decisão de que trata o § 2º do presente artigo, fará o Município publicar, no mesmo jornal onde são divulgados os atos oficiais, um edital resumido onde conste o recebimento da notificação de que trata o *caput* do presente artigo, inclusive preço e condições de pagamento, e da decisão quanto à aquisição ou não por parte do Poder Público.

§ 4º – Dentro do prazo de 7 dias corridos, poderá qualquer cidadão, com domicílio eleitoral no município, apresentar objeção quanto à decisão de que trata o § 2º do presente artigo, cabendo ao Prefeito Municipal solicitar reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento Municipal para que profira decisão definitiva dentro do prazo de 7 dias corridos, contados em seqüência ao término do prazo de apresentação de objeções.

Art. 21 – Decorrido o prazo de 30 dias corridos, contados da protocolização da notificação mencionada no Art. 20, sem que haja manifestação definitiva da parte do Poder Público, estará a parte interessada liberada para realizar a alienação do imóvel a terceiro interessado, nas condições comunicadas através da notificação.

§ 1º – Concretizada a venda a terceiro interessado, o proprietário notificante fica obrigado a apresentar, em 30 dias corridos contados do instrumento de compra e venda, cópia do documento público de alienação do imóvel.

§ 2º – A alienação processada sem o procedimento prescrito no Art. 20 da presente lei, ou, ainda, em condições diversas daquelas notificadas, será nula de pleno direito.

§ 3º – Ocorrida qualquer das hipóteses mencionadas no § 2º do presente artigo, o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor decorrente da aplicação da Planta Genérica de Valores, ou pelo valor indicado na notificação, o que for menor.

Capítulo VIII **Da regularização fundiária urbana**

Art. 22 - Considera-se regularização fundiária o conjunto de procedimentos visando a integração das áreas públicas ou particulares ocupadas irregularmente por população de baixa renda, nos termos dos Art.s 9º a 14 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e da Medida Provisória 2.220/2001.

Art. 23 –O Município prestará apoio à usucapião urbana especial instituída pelos Arts. 9º a 14 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), através da prestação gratuita dos serviços de levantamento topográfico, cadastramento social, determinação da idade da ocupação, incluindo as sucessões havidas nas parcelas, elaboração de plano de urbanização ou re-urbanização e assistência jurídica, aos ocupantes que cumprirem os requisitos constantes do Art. 9º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 24 –O Município providenciará, pela via administrativa, a regularização das ocupações irregulares existentes em áreas públicas municipais, excetuadas aquelas em situação de risco, nas condições da Medida Provisória 2.220/2001, através da prestação gratuita dos serviços de levantamento topográfico, cadastramento social, determinação da idade da ocupação, incluindo as sucessões havidas nas parcelas, elaboração de plano de urbanização ou reurbanização e assistência administrativa, aos ocupantes que cumprirem os requisitos constantes do Art. 1º da Medida Provisória 2.220/2001.

Art. 25 - É vedado apoiar usucapião ou providenciar regularização administrativa em área onde a ocupação possa acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, bem como nos casos em que a ocupação estiver situada sobre área de uso comum do povo, área destinada a projeto de urbanização, área de interesse da defesa nacional, área de interesse para preservação ambiental e proteção dos ecossistemas naturais, área reservada a represas e obras congêneres e área de vias de comunicação.

§ 1º – Nas hipóteses citadas no *caput* do presente artigo, providenciará o Município a regularização em local distinto do originalmente ocupado, situado a não mais de 1000m do local de origem,

podendo tal distância ser aumentada em até 50% mediante autorização especial do Conselho de Desenvolvimento Urbano.

§ 2º – Poderá o Município, para fins de exercício da regularização fundiária em local diverso da ocupação original, utilizar, após o competente processo de desafetação, a ser aprovado pela Câmara Municipal, áreas públicas superabundantes, assim entendidas como aquelas situadas em uma dada macrozona urbana na qual todos os equipamentos públicos listados no Quadro 02 da Lei do Plano Diretor Municipal já estejam implantados ou que haja reserva de área para os mesmos, respeitados os raios de influência de cada equipamento.

Capítulo IX **Disposições gerais e finais**

Art. 26 – A partir do exercício financeiro de 2007, fará o Município constar em sua previsão orçamentária rubrica específica para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do direito de preempção, do consórcio imobiliário e da regularização fundiária urbana e rural, bem como rubrica destinada a identificar a receita oriunda da progressividade temporal do Imposto Predial e Territorial Urbano e da outorga onerosa do direito de construir.

Art. 27 – Ficam fazendo parte da presente lei as seguintes peças anexas:

- a) Mapa 01 – Áreas sujeitas à notificação para uso compulsório;
- b) Mapa 02 – Transferência e outorga onerosa do direito de construir;
- c) Mapa 03 – Mapa das operações urbanas consorciadas;
- d) Mapa 04 – Mapa das áreas sujeitas ao direito de preempção urbano.

Art. 28 – A presente lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

5.4 LEI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A previsão de órgãos colegiados para discussão da política de desenvolvimento municipal, a promoção de debates, audiências e consultas à população, a promoção de conferências sobre assuntos de interesse urbano e rural, bem como possibilidade de iniciativa popular para projetos de lei, são elementos que constam explicitamente do Art. 43 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). A participação popular no planejamento municipal consta, também, como requisito indispensável à sua legitimidade, no texto da Constituição Federal de 1988, sendo o momento da votação e promulgação do Plano Diretor Municipal a ocasião de implementar, em União da Vitória, os mecanismos de planejamento participativo, já empregados durante o processo de elaboração do Plano e, através do anteprojeto de lei que adiante se apresenta, a serem extensivamente utilizados no processo de implementação das ações preconizadas para que o município alcance, até 2016, a meta estabelecida na Lei do Plano Diretor Municipal.

Complementarmente às disposições sobre os Conselhos, sua formação, a periodicidade de suas reuniões e a publicidade de suas recomendações, o anteprojeto de lei a seguir apresentado contém um capítulo para especificar o estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), cuja necessidade já foi prevista nas leis que deverão regular o uso e a ocupação do território e o uso dos instrumentos proporcionados pelo Estatuto, da Cidade.

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Súmula: Estabelece os instrumentos de democratização da gestão urbana e dá outras providências

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Disposições iniciais

Art. 1º - Destina-se a presente Lei a regular a aplicação, sobre o território do município de União da Vitória, dos instrumentos de democratização da gestão urbana instituídos pelos Arts. 2º, 43 e 45 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como os requisitos aplicáveis ao estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) estatuído pelos Arts. 36 a 38 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 2º – Constituem instrumentos de gestão democrática da cidade:

- a) o Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória;
- b) o Conselho de Desenvolvimento Rural de União da Vitória;
- c) o Conselho de Desenvolvimento Urbano de União da Vitória;
- d) os conselhos setoriais já estabelecidos e os que vierem a ser criados por Lei, respeitado o princípio de paridade de representação entre Poder Público e sociedade civil;
- e) as audiências públicas;
- f) as conferências sobre assuntos de interesse urbano e rural;
- g) a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e rural.

Art. 3º - Constitui instrumento de embasamento à tomada de decisões dentro do escopo da gestão democrática da cidade o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), que será obrigatório para a concessão de alvarás de construção e localização nos casos estabelecidos pela Lei de Regulação do Uso e Ocupação do Solo Municipal.

Capítulo II Do Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória

Art. 4º – Fica instituído, como órgão dirigente e supervisor da implementação do Plano Diretor Municipal, o Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória, a ser formado por:

- a) três membros indicados pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, aumentado nos moldes do Art. 6º da presente Lei;
- b) três membros indicados pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, até agora denominado Conselho Municipal de Urbanismo, reformado conforme disposto no Art. 7º da presente Lei;
- a) um representante de cada um dos Conselhos setoriais criados e regulamentados por Lei, existentes ou a serem criados no Município, sendo necessariamente escolhido entre os integrantes indicados pela sociedade civil organizada.

§ 1º – Os representantes de cada conselho citado nas alíneas do *caput* do presente artigo serão escolhidos de maneira a manter a predominância dos representantes de entidades da sociedade civil.

§ 2º - O mandato dos conselheiros será anual, admitida livremente recondução.

Art. 5º – O Conselho de Desenvolvimento Municipal terá funções de acompanhamento e supervisão da implementação das propostas e diretrizes do Plano Diretor Municipal, devendo reunir-se pelo menos a cada trimestre, na forma que vier a ser regulada por seu Regimento Interno, elaborado por Comissão constituída entre seus próprios membros e colocada em vigor por decreto do Prefeito Municipal.

§ 1º – A todas as reuniões, deliberações e pareceres do Conselho de Desenvolvimento Municipal será dada ampla publicidade, sob a forma de extrato publicado em jornal local ou regional de ampla circulação.

§ 2º – Necessariamente a cada ano, convocará o Conselho de Desenvolvimento Municipal uma audiência pública, cuja convocação, divulgação e funcionamento obedecerão ao disposto no Art. 11 da presente lei.

Capítulo III Dos Conselhos de Desenvolvimento Rural e Urbano

Art. 6º - Fica alterada a composição do Conselho de Desenvolvimento Rural de União da Vitória, instituído pela Lei 2.353/1996, limitando-se a seis membros, sendo três indicados pelo Poder Executivo e três indicados pela comunidade rural, através de votação na audiência pública de que trata o § 2º do Art. 5º desta lei, nomeados todos por decreto do Prefeito Municipal, sendo-lhe atribuídas, além das originais, as funções de que trata a presente lei, a Lei de Uso do Solo Municipal, o Código de Obras e o Código de Posturas, bem como a Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, e com a atribuição adicional de participar permanentemente do Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o acompanhamento e supervisão da implementação das propostas e diretrizes do Plano Diretor Municipal.

Art. 7º - Fica alterada a denominação do Conselho Municipal de Urbanismo, criado pela Lei 2.338/1996 para Conselho de Desenvolvimento Urbano de União da Vitória, limitando-se sua composição a seis membros, sendo três indicados pelo Poder Executivo e três indicados pela comunidade urbana, através de votação na audiência pública de que trata o § 2º do Art. 5º desta lei, nomeados todos por decreto do Prefeito Municipal, sendo-lhe atribuídas, além das originais, as funções de que trata a presente lei, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, a Lei de Parcelamentos Urbanos, o Código de Obras e o Código de Posturas, bem como a Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, e com a atribuição adicional de participar permanentemente do Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o acompanhamento e supervisão da implementação das propostas e diretrizes do Plano Diretor Municipal.

Capítulo III Dos Conselhos Setoriais

Art. 8º – Ficam fazendo parte do conjunto de instrumentos de gestão democrática, todos os conselhos setoriais já criados e regulamentados por Lei.

§ 1º – Dentro de período não superior a um ano, contado da promulgação da presente Lei, criará a Câmara Municipal de União da Vitória, um conselho municipal voltado às questões do patrimônio artístico e cultural do município, com composição paritária entre poder público e comunidade, ou majoritariamente comunitária.

§ 2º – Desde o ato de sua criação, o conselho setorial referido no § 1º do presente artigo passará a compor o Conselho de Desenvolvimento Municipal, indicando seus representantes na forma do Art. 4º da presente Lei.

Art. 9º – A eventual predominância de representantes governamentais em qualquer dos conselhos setoriais, motivada por exclusões, renúncias ou abandono por parte dos membros comunitários, automaticamente suspenderá sua participação no Conselho de Desenvolvimento Municipal até que seja restabelecida a paridade ou a maioria de representação da sociedade civil.

Capítulo IV Das Audiências Públicas

Art. 10 – Serão convocadas anualmente audiências públicas *ordinárias*, para avaliação do andamento da implementação do Plano Diretor Municipal, as quais serão revestidas das seguintes formalidades:

- a) serão convocadas, com pelo menos 15 dias de antecedência, pela direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, mediante edital publicado em jornal de ampla circulação local, dando-se adicionalmente publicidade através da imprensa escrita e falada;
- b) terão atas, lavradas por um dos membros da direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, com as formalidades legais;
- c) terão lista de presenças, com assinatura, nome e identificação dos presentes através de seu título eleitoral;

- d) comportarão uma apreciação da persecução e do alcance das metas estabelecidas na Lei do Plano Diretor Municipal, até o último exercício, através de uma apresentação a ser realizada pelo Prefeito Municipal e/ou por Secretários Municipais;
- e) permitirão a livre manifestação dos presentes, através de inscrição junto à mesa de trabalhos, que determinará o tempo para cada uma das manifestações;
- f) admitirão a apresentação de recomendações, providas de qualquer dos participantes, as quais serão submetidas à votação do plenário;
- g) comportarão a nomeação de uma comissão que, em prazo não superior a 10 dias, redigirá um documento de apreciação do andamento do Plano Diretor Municipal e incorporará as recomendações que tenham sido aprovadas na audiência.

Art. 11 – Serão convocadas audiências públicas *extraordinárias* para a apreciação de aspectos particulares relativos ao Plano Diretor Municipal, inclusive a recomendação de revisão de uma ou mais de suas diretrizes, sob convocação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, ou por manifestação da cidadania, através de requerimento firmado por pelo menos 3% dos eleitores registrados no Município.

Parágrafo único – Aplicam-se às audiências públicas extraordinárias os mesmos requisitos formais estabelecidos no Art. 10 da presente Lei.

Art. 12 – Serão convocadas audiências públicas *especiais* para apreciação dos estudos prévios de impacto de vizinhança (EIV) exigidos nos termos da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e da Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, revestindo-se dos seguintes requisitos:

- a) serão convocadas, com pelo menos 15 dias de antecedência, pela direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, mediante edital publicado em jornal de ampla circulação local, dando-se ampla publicidade através da imprensa escrita e falada;
- b) terão atas, lavradas por um dos membros da direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, com as formalidades legais;
- c) terão lista de presenças com assinatura, nome e identificação dos presentes através de seu título eleitoral;
- d) comportarão a apresentação do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), feita por um ou mais de seus autores, vedada a apresentação por terceiros ou pelo empreendedor interessado;
- e) permitirá a livre manifestação dos presentes, através de inscrição junto à mesa de trabalhos, que determinará o tempo para cada uma das manifestações;
- f) serão encerradas com a votação, por voto secreto depositado em urna, sobre a concessão ou não da permissão solicitada, podendo votar todos os presentes que tiverem domicílio eleitoral no município, sendo o estudo e a concessão que pretende considerados aprovados se contarem com a maioria simples dos presentes à audiência.

§ 1º – O *quorum* mínimo que confere representatividade a uma audiência pública especial será de 1% do eleitorado registrado no município, podendo, em caso de presença insuficiente, serem realizadas novas convocações, com antecedência mínima de 15 dias, até que seja atingido o *quorum* mínimo aqui estipulado.

§ 2º – Ocorrendo negativa da concessão, o assunto somente poderá ser apresentado novamente ao escrutínio de uma nova audiência pública especial depois de decorridos 180 dias da decisão.

Capítulo V

Das conferências sobre assuntos de interesse urbano e rural

Art. 13 – Poderão ser instituídas, sob a direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, conferências sobre quaisquer assuntos dentro do escopo do Plano Diretor Municipal, utilizando-se das técnicas de seminários, painéis, mesas redondas e outras formas de debate, sendo suas conclusões oferecidas como contribuição ao processo de planejamento continuado do município, a ser obrigatoriamente apreciada na próxima audiência pública ordinária ou extraordinária.

Capítulo VI

Dos projetos de lei apresentados por iniciativa popular

Art. 14 – Poderá a cidadania do Município de União da Vitória apresentar, diretamente à Câmara de Vereadores, projetos de lei sobre assuntos compreendidos nas diretrizes e nos projetos estruturantes,

explicitados na Lei do Plano Diretor Municipal, inclusive estabelecimentos de planos, programas e projetos que as complementem, mediante a adesão de pelo menos 3% do eleitorado registrado no município, conforme estatística da Justiça Eleitoral que for válida na ocasião da apresentação do projeto de lei.

§ 1º – À Câmara Municipal, através de sua mesa diretora, compete mandar verificar a validade das assinaturas, dos títulos eleitorais respectivos e do atendimento ao percentual estabelecido no *caput* do presente artigo, solicitando para isso manifestação do cartório eleitoral da comarca.

§ 2º – O trâmite do projeto de lei apresentado por iniciativa popular seguirá o estabelecido pela Lei Orgânica e pelo regimento interno da Câmara Municipal.

Capítulo VII Do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)

Art. 15 – O estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) constituirá um documento público destinado a apreciar os efeitos da implantação de um empreendimento de qualquer natureza sobre sua vizinhança, imediata ou distante, o qual será elaborado por profissionais das diversas áreas de conhecimento envolvidas, versando, no mínimo, sobre os seguintes temas:

- a) descrição minuciosa do empreendimento pretendido;
- b) localização do empreendimento, em relação ao zoneamento, sistema viário, redes de infraestrutura e serviços públicos, comportando ainda a localização de todos os equipamentos públicos existentes ou projetados num raio de 1000m do local;
- c) relação das atividades a serem desenvolvidas no empreendimento, com menção inclusive do número de empregos diretos e indiretos, sendo neste último caso obrigatória a justificativa e cálculo detalhados;
- d) apreciação dos impactos sobre o meio ambiente, geração de tráfego, solicitação à infraestrutura de saneamento, energia e comunicações, bem como estimativa do impacto sobre os equipamentos públicos implantados ou a implantar;
- e) proposta de medidas mitigadoras dos impactos, que poderão incluir suporte financeiro ou físico ao reforço da infra-estrutura viária, de saneamento, de energia e comunicações, bem como sobre os equipamentos públicos a serem impactados;
- f) proposta de medidas compensatórias à comunidade.

Capítulo VIII Disposições transitórias e finais

Art. 16 - Para a composição do Conselho de Desenvolvimento Urbano e dos membros adicionais do Conselho de Desenvolvimento Rural, no primeiro ano de seu funcionamento, será procedida eleição na Pré-Conferência da Cidade, que será até o fim do exercício de 2006.

Parágrafo único - A escolha dos membros indicados pelos Conselhos de Desenvolvimento Urbano e Rural componentes do Conselho de Desenvolvimento Municipal recairá preferencialmente sobre os membros da comissão de acompanhamento formada durante o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal.

Art. 17 - O Regimento Interno do Conselho Desenvolvimento Municipal deverá estar aprovado e publicado em prazo de 180 dias a partir da vigência da presente Lei.

Art. 18 – A presente Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União da Vitória, (data)

Hussein Bakri
Prefeito Municipal

6 PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

6.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Plano de Ação e Investimentos, última da fase de elaboração do Plano Diretor Municipal, é peça fundamental para implementação das ações pactuadas durante o processo participativo. Com isso, o PDM avança da esfera meramente diretiva – o que era típico dos planos urbanos da última metade do século XX – passando a apresentar uma faceta mais prática, de qualquer modo necessária desde que foi promulgada a legislação de responsabilidade da gestão fiscal. Em função da força dessa legislação, o Plano de Ação e Investimentos do Plano Diretor Municipal adquire caráter embaixador em relação aos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e mesmo Leis de Orçamento Anuais de todo o período de sua aplicação.

Para permitir que o produto do Plano de Ação e Investimentos seja efetivamente uma ferramenta para o poder executivo viabilizar as diretrizes e proposições, optou-se por detalhar cada ação componente na forma de uma ficha, onde são definidas quais os objetivos, etapas, custos por exercício, setor responsável, possíveis parceiros e principalmente, as metas que se almejam, sempre que possível expostas espacialmente na forma de mapas. A estruturação das diretrizes e proposições do PDM de União da Vitória, organizadas na forma de eixos estruturantes, projetos e ações, permite compreender facilmente a inter-relação das propostas, de forma a constituir um todo que representa a complexidade dos anseios da população.

Por ser muito longo o período de vigência do Plano Diretor, intervalo em que a conjuntura do município pode e deve se modificar, gerando novas oportunidades e deficiências a serem enfrentadas, será o Plano de Ação e Investimentos considerado separadamente para o primeiro e segundo quinquênios, de 2009 a 2013 e de 2014 a 2018, sendo naturalmente mais detalhadas as tarefas a empreender no primeiro desses intervalos temporais. É obrigatória uma revisão profunda do PDM pelo menos na metade de sua vigência, ocasião que deverá ser aproveitada para a especificação criteriosa da segunda metade do Plano de Ação e Investimentos.

Na presente etapa do Plano Diretor Municipal, mais do que em qualquer outra, contrapõe-se a imagem do “município sonhado” às limitações do “município possível”. Nesta fase, é necessário separar o que é desejável ou até mesmo importante, daquelas ações que podem ser classificadas como fundamentais, aquelas sem as quais o Plano como um todo se desestruturaria e que, por esse motivo, são adjetivadas como estruturantes.

6.1.1 POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTO

Os recursos financeiros de uma Prefeitura Municipal não são infinitos e mesmo uma administração relativamente equilibrada como a de União da Vitória necessita zelar para que os recursos sejam direcionados de modo a retribuir à população com uma relação custo-benefício adequada. As possibilidades totais de investimento (das quais um certo percentual será destinado ao Plano de Ação e Investimentos) têm tido contribuição própria dentro de uma ampla faixa, de 2 a 13%, conforme analisado quanto da verificação dos aspectos institucionais. É de se esperar que, através do cultivo de ações tendentes a implantar a parcimônia como uma virtude administrativa de primeira grandeza se possa manter o grau de investimentos no patamar alcançado (de 13%). Isso se traduz, em dinheiro de 2008, num montante da ordem de 7 milhões de reais, valor que, se bem aplicado, poderá fazer muita diferença a favor do desenvolvimento local.

A essa disponibilidade orçamentária somam-se possibilidades de obtenção de verbas a fundo perdido (emendas parlamentares e participação em programas do Estado e da União) – e é o caso de relembrar a força política de União da Vitória no contexto estadual – as quais serão, nesta fase, arbitradas de tal modo a produzir uma complementação de 50% em relação à disponibilidade municipal, ou seja, 3,5 milhões de reais. Em vista da passagem do tempo ao longo dos dez anos abrangidos pelo planejamento, propõe-se considerar essa rubrica como sendo de 3 milhões de reais anuais no primeiro quinquênio e de 4 milhões de reais no segundo, tendo o valor anteriormente indicado como média.

Por outro lado, o próprio desenrolar das ações relacionadas com o Plano Diretor Municipal tenderá a causar aumento na arrecadação municipal: primeiramente, como melhoria administrativa, capaz de fazer cessar as (poucas) perdas de potencial de arrecadação que ocorrem na esfera dos impostos municipais e, mais importante, pelo aquecimento à economia, que se pretende passem a fazer efeito logo após os primeiros exercícios. Ainda assim, essas melhorias serão estimadas, nos primeiros cinco anos, em apenas 0,46 milhões. Seu efeito será maior na segunda metade do decênio planejado, quanto se estima poder contribuir com até 1,38 milhões anuais a mais.

Por fim, o simples crescimento do Produto, a que estão destinados um país ainda em construção e um município em eterno processo de desenvolvido, poderá significar aumento de arrecadação pelo crescimento da massa financeira que gira do âmbito municipal. No longo prazo, pode-se estimar um crescimento à razão de 3% anuais, o que significa um acréscimo de 0,55 milhões à disponibilidade para investir, nos anos iniciais, valor esse que cresce para 1,78 milhões na metade final do período.

Nas condições expostas, poderá a Prefeitura Municipal contar com 11 milhões de reais por ano (no período 2009-2013), quantia que deverá crescer para 14 milhões anuais (no período 2014-2018) para realizar investimentos em geral. As parcelas até aqui analisadas, bem como as somas resultantes, constam do Quadro 116.

Quadro 116
Possibilidades de investimentos do município de União da Vitória, 2009-2018

	Primeiro quinqüênio	Segundo quinqüênio
Orçamento municipal (até 13%)	7,00	7,00
Crescimento do PIB (3% a.a.)	0,55	1,78
Melhorias na arrecadação (5%)	0,46	1,38
Verbas federais	1,50	2,00
Verbas estaduais	1,50	2,00
Disponível por ano, para investimentos	11,01	14,16

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

6.1.2 OUTROS APORTES POSSÍVEIS

Os números que constam do Quadro 116 poderão ser modificados – para maior, afortunadamente – mediante a consideração de aportes especiais, os quais poderão vir sob a forma de projetos específicos. Poderão também considerar possibilidades de levantamento de recursos mediante empréstimos, mas estes deverão, mais cedo ou mais tarde, ser quitados, o que significa apenas mudança temporal. Por fim, a capacidade própria de produzir serviços, decorrente da existência de uma máquina pública, poderá ser considerada quando da execução de serviços, principalmente quando se trata de pavimentação.

No entanto, NÃO serão considerados aportes não garantidos ou pelo menos prováveis. Se vierem a ser obtidos, tanto melhor. Além disso, os recursos provenientes de empréstimos serão considerados apenas e tão somente como adiantamento de investimentos, de qualquer maneira muito importantes quando se tratar de inversões com alto retorno (como o caso da implantação de mais parques industriais, por exemplo, capaz de alavancar a economia e, assim, aumentar a própria arrecadação municipal).

6.1.3 DISPONIBILIDADE DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O valor que será disponibilizado para as ações componentes do Plano de Ação e Investimentos estará sendo fixado, no presente documento em 70%, ficando os demais 30% para reequipamento também para os assim chamados “investimentos de oportunidade”, que surgem inopinadamente¹⁶⁷, exigindo uma certa margem de manobra para o pronto aproveitamento.

¹⁶⁷ Pode-se exemplificar com a declaração de intenção de uma empresa interessante ao município, antes que estejam implantados e estruturados os parques industriais. Nesse caso, a margem de manobra será utilizada para deslocar temporalmente certas ações.

Assim, da disponibilidade total de 125 milhões de reais (5 anos a 11 milhões anuais e outros 5 anos a 14 milhões anuais), somente 88 milhões serão disponibilizados para distribuição entre os diversos eixos e projetos¹⁶⁸.

Em primeira aproximação, propõe-se a distribuição do montante nos cinco eixos e ações complementares conforme o Quadro 117.

Quadro 117
Proposta de distribuição dos investimentos do Plano de Ação e Investimentos, 2009-2018

N	E i x o	Previsão de investimentos		
		Até 2013	Até 2018	Total
1	Convívio Sustentável com o Rio	5.000,00	3.500,00	8.500,00
2	União Polinucleada	8.181,00	15.819,00	24.000,00
3	Qualidade de Vida Urbana	13.126,50	8.873,50	22.000,00
4	Economia Urbana	9.800,00	11.700,00	21.500,00
5	Desenvolvimento Rural Sustentável	2.916,00	5.084,00	8.000,00
-	Ações complementares	860,00	860,00	1.720,00
		39.883,50	45.836,50	85.720,00

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

¹⁶⁸ Ao final do Plano de Ação e Investimentos, o valor efetivamente recomendado será de R\$ 85,7 milhões, que corresponde a 68% da disponibilidade total.

6.2 EIXOS ESTRUTURANTES

Como dito anteriormente, o Plano Diretor de União da Vitória é organizado em diferentes escalas de proposições, estruturados a partir das diretrizes estipuladas pelo artigo 3º da Lei do Plano Diretor. Estas diretrizes dão origem a uma política de desenvolvimento que norteia todas as ações do poder público e da comunidade, pacto desenvolvido na elaboração do plano diretor participativo.

A Política de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória é organizada em cinco eixos de desenvolvimento distintos e ações complementares de melhorias na gestão urbana. Por sua vez, cada um dos eixos é dividido em programas ou projetos, diferenciados pelo caráter contínuo ou finito das ações componentes, respectivamente. Cada projeto ou programa apresenta um mapa espacializando as diversas ações componentes.

Figura 51
Estruturação das proposições do Plano Diretor Municipal de União da Vitória



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

As ações são as unidades básicas do Plano de Ação e Investimentos, organizadas de forma de fichas-resumo, apresentando:

- a) identificação da ação, relacionamento com o projeto estruturante e o eixo de desenvolvimento da qual faz parte (com numeração simplificada para facilitação da ordenação);
- b) objetivo principal do projeto de que faz parte, mostrando o relacionamento intrínseco com as demais ações componentes;
- c) objetivos específicos da ação, demonstrando resultados esperados em diversas áreas a partir da implementação das etapas previstas;
- d) escopo da ação, contendo claramente cada etapa da ação a ser realizada;
- e) justificativa da ação, trazendo de forma simplificada um diagnóstico e um prognóstico que nortearam o detalhamento do conteúdo da ficha como um todo;
- f) estimativa de investimentos, detalhando em cada etapa da ação a quantidade, unidade, o valor unitário e custo total de cada etapa e da ação como um todo;
- g) cronograma físico-financeiro, com detalhamento dos investimentos de cada etapa em cada exercício, com detalhamento do primeiro quinquênio;
- h) fontes de recurso para implementação da ação, detalhando as possibilidades de cada uma das etapas;
- i) definição da coordenação da ação dentro do organograma municipal e das possibilidades de apoio para sua execução nas diversas esferas do poder público e também na sociedade local;
- j) indicadores de desempenho, com definição de metas de resultado para 2013 e 2018.

6.2.1 EIXO 1: CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO

O eixo de desenvolvimento Convívio Harmônico com o Rio foi proposto no sentido de reduzir o conflito de uso da ocupação urbana com o Rio Iguçu e seus principais afluentes. Para sua implementação foram propostos dois projetos bastante simples, sendo o primeiro voltado para a aquisição e concessão de áreas para Parques Beira-Rio e o segundo voltado para a aquisição de áreas para implantação de Avenidas Beira-Parque, necessárias tanto no sentido de interligação viária como também para estruturação de áreas ribeirinhas, marcando claramente o limite da ocupação urbana.

O Quadro 118 traz os investimentos previstos em cada ação para o primeiro e segundo quinquênio do Plano Diretor, somando um total de R\$ 8,5 milhões.

Quadro 118
Investimentos previstos no Eixo 1: Convívio Harmônico com o Rio (em mil reais)

Código		Ação	Previsão de investimentos		
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018	Total
1a	a1	Aquisição de áreas ribeirinhas	800,00	200,00	1.000,00
	a2	Concessão de parques para entidades	200,00	300,00	500,00
1b	b1	Extensão da Avenida Bento Munhoz da Rocha	1.000,00	1.000,00	2.000,00
	b2	Implantação de avenida beira-parque do Rio d´Areia	1.000,00	500,00	1.500,00
	b3	Implantação de avenida beira-parque do Rio Vermelho	1.000,00	1.000,00	2.000,00
	b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba	1.000,00	500,00	1.500,00
			5.000,00	3.500,00	8.500,00

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Nas planilhas correspondentes a cada ação componente do Eixo, são apresentados os investimentos propostos para cada exercício fiscal dos cinco primeiros anos e, nas colunas à direita, os valores correspondentes ao primeiro quinquênio (Até 2013) e ao segundo quinquênio (Até 2018).

PROJETO 1.a	EIXO ESTRUTURANTE 1 CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	AÇÃO COMPONENTE a.1
	PROJETO PARQUES BEIRA-RIO	
	AÇÃO AQUISIÇÃO DE ÁREAS RIBEIRINHAS	
	<i>Consultar mapa na Prancha 73</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir uma relação equilibrada entre a ocupação urbana e o regime hídrico do Rio Iguaçu e seus afluentes, devolvendo ao rio o papel central que lhe cabe na vida da comunidade.

Objetivos específicos da ação

- a) Evitar os transtornos trazidos pelas inundações muito recorrentes das áreas próximas ao Rio Iguaçu e seus afluentes, melhorando a qualidade de vida da população ribeirinha e evitando novos prejuízos para a economia.
- b) Permitir que o Rio Iguaçu e seus afluentes tenham espaço de acumulação para regulação de seus regimes hídricos, contribuindo para a preservação de habitats ribeirinhos.
- c) Dotar a população de variados espaços de lazer de acesso público e privado com atividades esportivas e culturais variadas.
- d) Fazer com o Rio Iguaçu volte a ser o centro da vida da comunidade e não um ente a ser transposto por pontes e causador de incômodos para a população.

Escopo da ação

- a) Avaliação das áreas definidas como interesse de aquisição, inclusive para o uso dos instrumentos do direito de preempção, transferência do direito de construir e operações urbanas consorciadas,
- b) Aquisição de faixas marginais ao Rio Iguaçu, Vermelho, D'Areia e Guabiroba.
- c) Levantamento topográfico das áreas de preservação ambiental, das áreas a serem utilizadas como parques públicos e das áreas de uso recreacional a serem concedidas.

Justificativa do projeto

Apesar dos bons resultados alcançados até o momento pelo sistema de monitoramento das cotas do Rio Iguaçu realizado pela comunidade em parceria com a Copel, as grandes dimensões da bacia hidrográfica do grande rio paranaense inviabilizam soluções que reduzam sensivelmente as cotas de inundação frequentes (até 10 anos de recorrência), faixa onde vivem cerca de 500 famílias atualmente. A solução do problema de ocupações das áreas ribeirinhas do Iguaçu e de seus principais afluentes urbanos passa por um trabalho de longo prazo, passando desde a utilização de instrumentos de gestão oriundos do Estatuto da Cidade e produção de habitação em áreas sem risco de enchente até ações contínuas de aquisição das áreas mais vulneráveis para implantação de parques de lazer e preservação ambiental. A partir das definições do Plano Diretor Participativo em relação às áreas que devem ter sua ocupação reduzida ou alterada (ver Prancha 73) é possível realizar um planejamento dos esforços de relocação e implantação de parques, contando neste sentido com auxílio de recursos estaduais, próprios e da Copel.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição áreas margem esquerda (incl Rio d'Areia)	20,00	hectare	20.000,00	400.000,00
2	Aquisição áreas margem direita (lado norte)	20,00	hectare	10.000,00	200.000,00
3	Aquisição áreas na várzea do Rio Vermelho	25,00	hectare	8.000,00	200.000,00
4	Aquisição áreas na várzea do Rio Guabiroba	25,00	hectare	8.000,00	200.000,00
Total da estimativa					1.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Áreas na margem esquerda	80,00	80,00	60,00	50,00	30,00	300,00	100,00
2 Áreas na margem direita	50,00	50,00	50,00	50,00		200,00	0,00
3 Áreas no Rio Vermelho	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	150,00	50,00
4 Áreas no Rio Guabiroba	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	150,00	50,00
Dispêndio por exercício	190,00	190,00	170,00	160,00	90,00	800,00	200,00

Fontes de recursos

1 Áreas na margem esquerda	Orçamento municipal + Outorga onerosa + Contrapartidas em OUC
2 Áreas na margem direita	Orçamento municipal + Outorga onerosa + Contrapartidas em OUC
3 Áreas no Rio Vermelho	Orçamento municipal + Outorga onerosa + Contrapartidas em OUC
4 Áreas no Rio Guabiroba	Obs. OUC = Operações Urbanas Consorciadas

Coordenação

Indicadores

Secretaria Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013	Adquiridos 30 hectares nas margens do Iguaçu Adquiridos 15 hectares no Rio Vermelho
<i>Outros apoios</i>		Adquiridos 15 hectares no Rio Guabiroba
Secretaria de Administração	2018	Adquiridos mais 10 hectares (no Rio d'Areia)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico (atual Secr. Indústria, Comércio e Turismo)		Adquiridos mais 5 hectares no Rio Vermelho Adquiridos mais 5 hectares no Rio Guabiroba

PROJETO 1.a	EIXO ESTRUTURANTE 1	AÇÃO COMPONENTE a.2
	CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	
	PROJETO PARQUES BEIRA-RIO	
	AÇÃO CONCESSÃO DE PARQUES PARA ENTIDADES	

Consultar mapa na Prancha 73

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir uma relação equilibrada entre a ocupação urbana e o regime hídrico do Rio Iguazu e seus afluentes, devolvendo ao rio o papel central que lhe cabe na vida da comunidade.

Objetivos específicos da ação

- a) Evitar os transtornos trazidos pelas inundações muito recorrentes e permitir a sobrevivência de habitats ribeirinhos dentro da área urbana de União da Vitória.
- b) Oferecer à população espaços de lazer de acesso público em todas as regiões da cidade, com variadas opções de atividades esportivas e culturais.
- c) Reduzir o ônus de manutenção das áreas ribeirinhas através de concessão para entidades privadas através de licitações baseadas na maior contrapartida oferecida à população.
- d) Auxiliar as entidades privadas a oferecer aos seus associados novas opções de lazer, complementando o equipamentos esportivo já existente na cidade.

Escopo da ação

- a) Elaboração de projetos e orçamentos dos parques de acesso público a serem implantados.
- c) Organização e realização de licitação pública de concessão de áreas baseadas na maior contrapartida ofertada à população (tanto em estruturação de áreas públicas como em acesso às áreas concedidas)

Justificativa do projeto

A grande extensão das áreas sujeitas a inundação recorrente que devem paulatinamente ter seu uso reduzido e alterado para funções de lazer e preservação ambiental e a experiência na implantação dos parques públicos ao longo do Iguazu levou a comunidade de União da Vitória e perceber que a manutenção dessas áreas pode ser um ônus significativo. Por este motivo, a Prefeitura Municipal e a sociedade organizada já vem a algum tempo amadurecendo a sistematização de um programa de concessões de parte dessas áreas para a iniciativa privada, através de entidades de aglutinação de profissionais, clubes e associações comunitárias. Por se tratarem de áreas que devem ser desapropriadas/adquiridas pelo poder público, a concessão das áreas deverá ser regulamentada por lei específica, estabelecendo um zoneamento das áreas ribeirinhas destinadas necessariamente à preservação e contrapartidas mínimas a serem realizadas pelas entidades beneficiadas, em especial na manutenção de áreas de parques públicos e no acesso dos equipamentos de esporte e lazer para comunidades vizinhas em determinados horários.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projetos técnicos dos parques públicos	25,00	hectare	4.000,00	100.000,00
2	Infraestrutura básica inicial dos parques públicos	25,00	hectare	16.000,00	400.000,00
Total da estimativa					500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Projetos técnicos		10,00	20,00	20,00	20,00	70,00	30,00
2 Infraestrutura básica			30,00	50,00	50,00	130,00	270,00
Dispêndio por exercício	0,00	10,00	50,00	70,00	70,00	200,00	300,00

Fontes de recursos

1	Projetos técnicos	Orçamento municipal
2	Infraestrutura básica	Orçamento municipal + ParanaUrbano + Emendas orçamentárias
		Obs. O equipamento dos parques públicos será a contrapartida das entidades contempladas com concessão ao longo dos parques lineares

Coordenação

Indicadores

Secretaria Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013	Projetados 20 hectares de parques públicos
		Instalados 7,5 hectares
<i>Outros apoios</i>		
Secretaria de Administração	2018	Projetados mais 5 hectares de parques públicos
Secretaria de Desenvolvimento Econômico		Instalados mais 17,5 hectares
Companhia Paranaense de Energia (Copel)		

PROJETO 1.b	EIXO ESTRUTURANTE 1 CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	AÇÃO COMPONENTE b.1
	PROJETO AVENIDAS BEIRA-PARQUE	
	AÇÃO EXTENSÃO DA AVENIDA BENTO MUNHOZ DA ROCHA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 74</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Estruturar um sistema de vias beira-parque que definam dentro da cidade a limitação das áreas a serem ocupadas pelos usos urbanos mais intensos.

Objetivos específicos da ação

- a) Criar uma via de grande capacidade de tráfego que interligue diretamente a região sul às pontes sem atravessar a região central através da ligação direta com a Rua Padre Saporitti.
- b) Adequar a Avenida Bento Munhoz da Rocha aos novos parâmetros do sistema viário urbano, auxiliando na reciclagem dos usos industriais que hoje caracterizam esta via.
- c) Elevar o greide do novo trecho da Avenida Bento Munhoz de forma a reduzir a recorrência de inundação sobre parte significativa do Rocio e do São Basílio Magno.

Escopo da ação

- a) Desapropriação/aquisição da faixa entre a Avenida Bento Munhoz da Rocha e a Rua Padre Saporitti.
- b) Oferta de áreas para relocação das famílias residentes entre o novo trecho da Avenida Bento Munhoz e o Rio Iguaçu.

Justificativa do projeto

A natural extensão do centro de Porto União da Vitória no sentido sul e a saturação da circulação e ocupação do solo do centro tradicional de União da Vitória vem gradativamente criando gargalos viários no eixo Avenida Marechal Deodoro/Rua Prudente de Moraes, principalmente em função da necessidade de se atravessar ruas centrais para acessar os Conjuntos e São Cristóvão. A partir da reestruturação do uso de áreas ribeirinhas da Ferradura e da implantação de novas pontes transpondo o Rio Iguaçu, será necessário remodelar o trânsito interbairros, ponto onde a Avenida Bento Munhoz da Rocha deverá assumir um papel estruturante. Para garantir esta importante conexão viária será necessário adquirir/desapropriar áreas interligando o trecho atual da avenida com a Rua Padre Saporitti, incluindo nesta ação a relocação de famílias assentadas atualmente em área de grande risco de inundação, que poderão ser assentadas dentro do São Basílio Magno e do Rocio, usufruindo também da renovação urbana decorrente da extensão da importante via arterial

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Levantamentos e projetos	5,00	km	20.000,00	100.000,00
2	Aquisição de faixas de terra para a própria avenida	10,50	hectare	40.000,00	420.000,00
3	Aquisição de glebas para relocação de moradias	16,00	hectare	30.000,00	480.000,00
4	Indenizações ou auxílios para relocação	1,00	verba	1.000.000	1.000.000,00
Total da estimativa					2.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Levantamentos e projetos	50,00	50,00				100,00	0,00
2	Faixa de terra para a avenida		210,00	210,00			420,00	0,00
3	Glebas para relocação			120,00	120,00	120,00	360,00	120,00
4	Indenizações/auxílios relocação					120,00	120,00	880,00
	Dispêndio por exercício	50,00	260,00	330,00	120,00	240,00	1.000,00	1.000,00

Fontes de recursos

1	Levantamentos e projetos	Orçamento municipal
2	Faixa de terra para a avenida	Orçamento municipal
3	Glebas para relocação	Orçamento municipal
4	Indenizações/auxílios relocação	Orçamento municipal + Ministério das Cidades

Coordenação

Indicadores

Secretaria Urbanismo e Meio Ambiente	2013	Projetos concluídos desde 2010
(atual Secretaria de Planejamento)		Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas
<i>Outros apoios</i>		12 ha para relocação adquiridos e indenizados
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Adquiridos mais 4 ha para relocação
Cia de Habitação e Desenvolvimento		Assentadas as famílias deslocadas, a não mais de
Ministério das Cidades / Caixa Econômica		1 km da origem, em novas moradias seguras
Companhia Paranaense de Energia (Copel)		e sanitariamente eficientes

PROJETO 1.b	EIXO ESTRUTURANTE 1 CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	AÇÃO COMPONENTE b.2
	PROJETO AVENIDAS BEIRA-PARQUE	
	AÇÃO IMPLANTAÇÃO DE AVENIDA BEIRA-PARQUE DO RIO D'AREIA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 74</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Estruturar um sistema de vias beira-parque que definam dentro da cidade a limitação das áreas a serem ocupadas pelos usos urbanos mais intensos.

Objetivos específicos da ação

a) Estruturar a ocupação urbana próxima ao Rio D'Areia confusa desde a relocação da favela Pantanal, limitando claramente a área destinada à preservação e uso recreacional.

b) Oferecer acesso direto da Avenida Bento Munhoz da Rocha ao bairro da Limeira, evitando a saturação da Rua Marechal Deodoro.

Escopo da ação

a) Desapropriação/aquisição da faixa entre a Rua Padre Saporitti e a Rua André Juck.

b) Oferta de áreas para relocação das famílias residentes entre o novo trecho viário e o Rio D'Areia.

Justificativa do projeto

Após a relocação da favela Pantanal nas proximidades da foz do Rio D'Areia as áreas ribeirinhas passaram a ter uma ocupação confusa, em função da forma tímida das áreas de lazer implantadas e da grande quantidade de glebas ociosas que ficaram voltadas para ruas abertas. A inexistência de expressivas re-ocupações de sub-habitação deve-se em grande parte à fiscalização da própria comunidade, ciente dos riscos e da deterioração que causaram no passado. A proposta de remodelação dessa região, em geral ainda marcada pelos fundos de indústrias madeireiras, passa pela implantação de uma avenida dando continuidade ao novo eixo da Avenida Bento Munhoz, definindo o limite da ocupação urbana e criando novo acesso para o Bairro da Limeira. Com a implantação do novo eixo viário estruturante será possível inverter a centralidade da região, dificultando a reincidência de ocupações irregulares e criando novas áreas de animação e comércio vicinal.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Levantamentos e projetos	3,00	km	20.000,00	60.000,00
2	Aquisição de faixas de terra para a própria avenida	9,00	hectare	40.000,00	360.000,00
3	Aquisição de glebas para relocação de moradias	10,00	hectare	30.000,00	300.000,00
4	Indenizações ou auxílios para relocação	1,00	verba	780.000	780.000,00
Total da estimativa					1.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Levantamentos e projetos		30,00	30,00			60,00	0,00
2	Faixa de terra para a avenida			180,00	180,00		360,00	0,00
3	Glebas para relocação			100,00	100,00	100,00	300,00	0,00
4	Indenizações/auxílios relocação				120,00	160,00	280,00	500,00
Dispêndio por exercício		0,00	30,00	310,00	400,00	260,00	1.000,00	500,00

Fontes de recursos

1	Levantamentos e projetos	Orçamento municipal
2	Faixa de terra para a avenida	Orçamento municipal
3	Glebas para relocação	Orçamento municipal
4	Indenizações/auxílios relocação	Orçamento municipal + Ministério das Cidades

Coordenação

Indicadores

Secretaria Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013	Projetos concluídos desde 2011
		Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas
		9 ha para relocação adquiridos e indenizados
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Assentadas as famílias deslocadas, a não mais de
Cia de Habitação e Desenvolvimento		1 km da origem, em novas moradias seguras
Ministério das Cidades / Caixa Econômica		e sanitariamente eficientes
Companhia Paranaense de Energia (Copel)		

PROJETO 1.b	EIXO ESTRUTURANTE 1 CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	AÇÃO COMPONENTE b.3
	PROJETO AVENIDAS BEIRA-PARQUE	
	AÇÃO IMPLANTAÇÃO DE AVENIDA BEIRA-PARQUE DO RIO VERMELHO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 74</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Estruturar um sistema de vias beira-parque que definam dentro da cidade a limitação das áreas a serem ocupadas pelos usos urbanos mais intensos.

Objetivos específicos da ação

- a) Estruturar a ocupação urbana próxima ao Rio Vermelho, limitando claramente a área destinada à preservação e uso recreacional.
- b) Criar uma nova via coletora na região do Cidade Jardim/Bento Munhoz, facilitando o acesso à nova ponte do São Cristóvão e reduzindo a pressão de tráfego sobre a Avenida Paula Freitas.

Escopo da ação

- a) Desapropriação/aquisição de lotes
- b) Oferta de áreas para relocação das famílias residentes entre o novo trecho viário e o Rio Vermelho.

Justificativa do projeto

A região do Rio Vermelho é uma das mais afetadas pelas cotas de inundação dentro do quadro urbano, tendo sido desapropriada parte ribeirinha significativa mas não suficiente após as grandes enchentes do final do século XX. Além da parte do Conjunto Panorama situada em área de risco de inundação, nos últimos anos foi possível verificar a re-ocupação de áreas úmidas no norte do Cidade Jardim, gerando uma demanda de relocação acima de 60 famílias. Com a implantação de uma avenida beira-parque, ponto de conexão da nova ponte do São Cristóvão com os bairros situados a norte da Avenida Paula Freitas, espera-se definir claramente o limite da ocupação urbana, destinando as áreas ribeirinhas à implantação de parques de lazer e preservação, em parte a serem concedidos para entidades privadas.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Levantamentos e projetos	2,75	km	20.000,00	55.000,00
2	Aquisição de terras para rua e relocação de moradias	16,00	hectare	40.000,00	640.000,00
3	Indenizações ou auxílios para relocação	1,00	verba	480.000	480.000,00
4	Pavimentação e drenagem pluvial	2,75	km	300.000	825.000,00
Total da estimativa					2.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Levantamentos e projetos			30,00	25,00		55,00	0,00
2	Aquisição de terras				320,00	320,00	640,00	0,00
3	Indenizações/auxílios relocação					305,00	305,00	175,00
4	Pavimentação e drenagem						0,00	825,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	30,00	345,00	625,00	1.000,00	1.000,00

Fontes de recursos

1	Levantamentos e projetos	Orçamento municipal
2	Aquisição de terras	Orçamento municipal
3	Indenizações/auxílios relocação	Orçamento municipal + Ministério das Cidades
4	Pavimentação e drenagem	Orçamento municipal + Paraná Urbano II

Coordenação

Indicadores

Secretaria Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013	Projetos concluídos desde 2012
		Adquiridas as áreas da avenida e beira-rio
		Relocadas ao menos 30 casas
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Relocado o restante das casas
Cia de Habitação e Desenvolvimento		Assentadas as famílias deslocadas, a não mais de
Ministério das Cidades / Caixa Econômica		1 km da origem, em novas moradias seguras
Companhia Paranaense de Energia (Copel)		Pavimentada a avenida beira-parque

PROJETO 1.b	EIXO ESTRUTURANTE 1	AÇÃO COMPONENTE b.4
	CONVÍVIO HARMÔNICO COM O RIO	
	PROJETO AVENIDAS BEIRA-PARQUE	
	AÇÃO IMPLANTAÇÃO DE AVENIDA BEIRA-PARQUE DO RIO GUABIROBA	

Consultar mapa na Prancha 74

Objetivo geral do projeto estruturante

Estruturar um sistema de vias beira-parque que definam dentro da cidade a limitação das áreas a serem ocupadas pelos usos urbanos mais intensos.

Objetivos específicos da ação

- a) Estruturar a ocupação urbana próxima ao Rio Guabirola nos Conjuntos, limitando claramente a área destinada à preservação e uso recreacional.
- b) Criar uma nova centralidade para os Conjuntos a partir de uma ocupação mais comercial e verticalizada junto ao vale do Rio Guabirola.
- c) Integrar o Loteamento Muzzolon aos Conjuntos através da revitalização do vale do Rio Guabirola, oferecendo espaço de maior qualidade para a ampliação dessa região da cidade.

Escopo da ação

- a) Desapropriação/aquisição da faixa de lotes próxima os Rio Guabirola no Muzzolon, desde a Rua Joaquim Fernandes até a Rua 1A.

Justificativa do projeto

A forma de ocupação dos Conjuntos, oriunda de sucessivas ações estatais de habitação de interesse social, dificultou a criação de uma centralidade clara, onde o comércio e os usos institucionais possam se concentrar e o uso residencial possa ser levemente verticalizado, criando uma referência espacial para a região. No mesmo sentido, a ocupação das áreas próximas ao Rio Guabirola e o recente crescimento do usos do Loteamento Muzzolon criaram a necessidade de se intervir sobre a ocupação ribeirinhas nessa região, onde os picos de enchente ocasionados pelo Rio Iguaçu são reforçados pelas cabeceiras declivosas do Rio Guabirola. A criação de uma Avenida Beira-Parque em volta desse rio se justifica também pela forma de parcelamento do Loteamento Muzzolon, com lotes "legais" dentro da área de preservação, demandando ações preventivas de desapropriação antes da efetiva ocupação dessas áreas, que gerariam custos muito superiores para a comunidade.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Levantamentos e projetos	4,00	km	20.000,00	80.000,00
2	Aquisição de faixas de terra para a própria avenida	12,00	hectare	40.000,00	480.000,00
3	Aquisição de glebas para relocação de moradias	13,00	hectare	30.000,00	390.000,00
4	Indenizações ou auxílios para relocação	1,00	verba	550.000	550.000,00
Total da estimativa					1.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Levantamentos e projetos				40,00	40,00	80,00	0,00
2	Faixa de terra para a avenida				240,00	240,00	480,00	0,00
3	Glebas para relocação				195,00	195,00	390,00	0,00
4	Indenizações/auxílios relocação						50,00	500,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	0,00	475,00	475,00	1.000,00	500,00

Fontes de recursos

1	Levantamentos e projetos	Orçamento municipal
2	Faixa de terra para a avenida	Orçamento municipal
3	Glebas para relocação	Orçamento municipal
4	Indenizações/auxílios relocação	Orçamento municipal + Ministério das Cidades

Coordenação

Indicadores

Secretaria Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013	Projetos concluídos
<i>Outros apoios</i>		Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	13 ha para relocação adquiridos e indenizados
Cia de Habitação e Desenvolvimento		Assentadas as famílias deslocadas, a não mais de 1 km da origem, em novas moradias seguras
Ministério das Cidades / Caixa Econômica		e sanitariamente eficientes
Companhia Paranaense de Energia (Copel)		

6.2.2 EIXO 2: UNIÃO POLINUCLEADA

O eixo de desenvolvimento 2, União Polinucleada, é de suma importância para a ordenação do uso e da ocupação do solo urbano previsto dentro do escopo legal do Plano Diretor. De forma geral, os projetos, programas e ações visam apenas organizar a forma natural como União da Vitória se organiza, buscando sempre uma sinergia com a “imagem da cidade” prevista no Plano Diretor de Porto União, deixando claro que as cidades não podem deixar de ser vistas sempre em conjunto.

O eixo de desenvolvimento 2 é composto de 4 projetos e 17 ações detalhadas nas fichas que se seguem. O projeto Novas Centralidades soma investimentos municipais de R\$ 6 milhões na próxima década, enquanto o projeto mobilidade urbana prevê em seu escopo ações de muito maior vulto, chegando a R\$ 37,7 milhões, sendo R\$ 7,5 milhões de recursos municipais. Por sua vez o projeto incentivo às Operações Urbanas propõe o investimento de até R\$ 2,5 milhões de recursos públicos, aos quais devem se somar investimentos privados pelo menos três vezes superiores. Por fim, as ações previstas dentro da nova Política Habitacional chegam a R\$ 5,0 milhões, montante necessário tanto para ações de relocação e regularização fundiária como para um projeto de produção de habitação consistente e disseminado.

Quadro 119
Investimentos previstos no Eixo 2: União Polinucleada (em mil reais)

Código		Ação	Previsão de investimentos		
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018	Total
2a	a1	Definição de novo perímetro urbano	0,00	0,00	0,00
	a2	Fortalecimento da centralidade São Cristóvão	3.000,00	0,00	3.000,00
	a3	Fortalecimento da centralidade Conjuntos	1.500,00	1.500,00	3.000,00
	a4	Fortalecimento da centralidade Zona Sul	0,00	3.000,00	3.000,00
2b	b1	Remodelação da Avenida Bento Munhoz da Rocha	0,00	2.000,00	2.000,00
	b2	Remodelação do eixo viário paralelo à ferrovia	0,00	2.000,00	2.000,00
	b3	Remodelação da Avenida Paula Freitas	0,00	1.020,00	1.020,00
	b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba	0,00	1.980,00	1.980,00
	b5	Nova ponte sobre o Riom Iguaçu	0,00	0,00	0,00
	b6	Ampliação do sistema de transporte alternativo	110,00	390,00	500,00
	b7	Contorno Rodoviário Leste (Porto União - São Cristóvão)	0,00	0,00	0,00
2c	c1	Operação Urbana Rio Iguaçu	195,00	305,00	500,00
	c2	Operação Indústrias Urbanas	225,00	25,00	250,00
	c3	Operação Urbana Aeroporto	125,00	1.375,00	1.500,00
	c4	Operação Urbana Rio Vermelho	0,00	250,00	250,00
2d	d1	Relocação e regularização fundiária	2.030,00	1.470,00	3.500,00
	d2	Habitação social disseminada	996,00	504,00	1.500,00
			8.181,00	15.819,00	24.000,00

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Nas planilhas correspondentes a cada ação componente do Eixo, são apresentados os investimentos propostos para cada exercício fiscal dos cinco primeiros anos e, nas colunas à direita, os valores correspondentes ao primeiro quinquênio (Até 2013) e ao segundo quinquênio (Até 2018).

PROJETO 2.a	EIXO ESTRUTURANTE 2	AÇÃO COMPONENTE a.2
	UNIÃO POLINUCLEADA	
	PROJETO	
	NOVAS CENTRALIDADES	
	AÇÃO	
	FORTELECIMENTO DA CENTRALIDADE SÃO CRISTÓVÃO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 75</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Organizar o uso do solo urbano de União da Vitória de forma mais compacta e descentralizada, possibilitando a criação de centralidades comerciais e institucionais nos bairros mais acessíveis a toda população.

Objetivos específicos da ação

- Fortalecer a centralidade de São Cristóvão através de novos parâmetros de uso e ocupação do solo que permitam maior densidade e verticalização das áreas já servidas por infraestrutura.
- Tornar a cidade polinucleada a partir da criação de novas centralidades institucionais e comerciais que sejam mais acessíveis para toda a população da cidade.
- Desafogar o centro de Porto União da Vitória a partir da oferta de serviços nos centros dos bairros.
- Descentralizar a estrutura administrativa municipal através da criação de sub-prefeituras, já previstas na Lei Orgânica de União da Vitória.

Escopo da ação

- Aprovação e divulgação da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de União da Vitória com ênfase na criação das novas centralidades no São Cristóvão, dos Conjuntos e a futura centralidade da Zona Sul.
- Notificação das áreas sujeitas ao instrumento do uso compulsório e análise das possibilidades de consórcio imobiliário tanto para oferta de habitações como para melhor oferta de equipamentos públicos.
- Aquisição de áreas no centro da macrozona, destinada à implantação de serviços ao público em escala superior à dos bairros, fortalecendo a centralidade de São Cristóvão
- Implantação de equipamento escolar, de saúde e de assistência social (investimentos do Eixo 3) e, particularmente, implantar a Subprefeitura de São Cristóvão

Justificativa do projeto

A região de São Cristóvão vem consolidando sua centralidade comercial e institucional ao longo das últimas décadas, já sendo visível seu desenvolvimento na densificação e leve verticalização da região da Avenida Paula Freitas. Com a implantação de novos eixos viários integrando as regiões do Bom Jesus/Ouro Verde e do São Braz/São Sebastião a essa nova centralidade e a ocupação da grande quantidade de vazios urbanos ainda existentes na região, há clara tendência de fortalecimento dessa centralidade, incentivada pelos novos parâmetros de uso e ocupação do solo definidos no Plano Diretor. Além da viabilização da construção da nova ponte do São Cristóvão em andamento e das possibilidades de implantação de habitação social verticalizada dentro da OUC Aeroporto, o poder público deverá implantar uma estrutura administrativa descentralizada, a subprefeitura já prevista na Lei Orgânica, dotando a nova centralidade da autonomia necessária para sua completa consolidação.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Divulgação (rádio, tv, impressos, eventos)	1,00	verba	150.000	150.000,00
2	Aquisição de áreas para equipamento público	20.000	m ²	50,00	1.000.000,00
3	Construção de Subprefeitura	1.800	m ²	750,00	1.350.000,00
4	Implantação de praça cívica na envoltória da SP	10.000	m ²	50,00	500.000,00
Total da estimativa					3.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Divulgação	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	150,00	0,00
2	Aquisição de áreas		600,00	400,00			1.000,00	0,00
3	Edificação da Subprefeitura			350,00	500,00	500,00	1.350,00	0,00
4	Implantação de praça cívica				250,00	250,00	500,00	0,00
Dispêndio por exercício		30,00	630,00	780,00	780,00	780,00	3.000,00	0,00

Fontes de recursos

1	Divulgação	Orçamento municipal
2	Aquisição de áreas	Orçamento municipal
3	Edificação da Subprefeitura	Orçamento municipal + Paraná Urbano II
4	Implantação de praça cívica	Orçamento municipal + Paraná Urbano II

Coordenação

<i>Coordenação</i>	<i>Indicadores</i>
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	2013
(atual Secretaria de Planejamento)	Áreas para equipamento público adquiridas
<i>Outros apoios</i>	Subprefeitura construída, funcionando
Secretarias: Educação, Saúde, Assist. Social	Espaço cívico em uso pela população
Secr Transportes e Serviços Públicos	
Cia de Habitação e Desenvolvimento	
Secr Desenv Econômico (atual Ind, Com e Tur)	

PROJETO 2.a	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE a.3
	PROJETO NOVAS CENTRALIDADES	
	AÇÃO FORTELECIMENTO DA CENTRALIDADE CONJUNTOS	
	<i>Consultar mapa na Prancha 75</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Organizar o uso do solo urbano de União da Vitória de forma mais compacta e descentralizada, possibilitando a criação de centralidades comerciais e institucionais nos bairros mais acessíveis a toda população.

Objetivos específicos da ação

- Fortalecer a centralidade dos Conjuntos através de novos parâmetros de uso e ocupação do solo que permitam maior densidade e verticalização das áreas já servidas por infraestrutura.
- Tornar a cidade polinucleada a partir da criação de novas centralidades institucionais e comerciais que sejam mais acessíveis para toda a população da cidade.
- Desafogar o centro de Porto União da Vitória a partir da oferta de serviços nos centros dos bairros.
- Descentralizar a estrutura administrativa municipal através da criação de sub-prefeituras, já previstas na Lei Orgânica de União da Vitória.

Escopo da ação

- Aprovação e divulgação da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de União da Vitória com ênfase na criação das novas centralidades no São Cristóvão, dos Conjuntos e a futura centralidade da Zona Sul.
- Aquisição de áreas no centro da macrozona, destinada à implantação de serviços ao público em escala superior à dos bairros, fortalecendo a centralidade dos Conjuntos
- Implantação de equipamento escolar, de saúde e de assistência social (investimentos do Eixo 3) e, particularmente, implantar a Subprefeitura dos Conjuntos

Justificativa do projeto

A ocupação da região dos Conjuntos foi atípica, calcada em sucessivos projetos de habitação de interesse social que geraram uma ocupação homogênea, com forte predomínio do uso residencial, densa, mas pouco verticalizada. Para fortalecer a criação de uma nova centralidade comercial e institucional, o Plano Diretor previu novos parâmetros urbanísticos para a região próxima ao vale do Rio Guabiroba, ponto onde poderá ser ampliada a oferta de comércio e a ocupação verticalizada, constituindo-se em nova referência espacial nessa região dominada pelos morros vizinhos. Além da construção de equipamentos públicos previstos no Eixo Qualidade de Vida Urbana e das possibilidades de implantação de avenida beira-parque e habitação social verticalizada, a consolidação da nova centralidade será coroada com a implantação da subprefeitura dos Conjuntos, local onde a comunidade poderá tomar contato mais direto com a administração municipal e fortalecer o processo de gestão participativa.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Divulgação (rádio, tv, impressos, eventos)	1,00	verba	125.000	125.000,00
2	Aquisição de áreas para equipamento público	50.000	m ²	35,00	1.750.000,00
3	Construção de Subprefeitura	1.000	m ²	750,00	750.000,00
4	Implantação de praça cívica / ambiental	30.000	m ²	12,50	375.000,00
Total da estimativa					3.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Divulgação		25,00	25,00	25,00	25,00	100,00	25,00
2	Aquisição de áreas			200,00	600,00	600,00	1.400,00	350,00
3	Edificação da Subprefeitura						0,00	750,00
4	Implantação de praça cívica						0,00	375,00
Dispêndio por exercício		0,00	25,00	225,00	625,00	625,00	1.500,00	1.500,00

Fontes de recursos

1	Divulgação	Orçamento municipal
2	Aquisição de áreas	Orçamento municipal
3	Edificação da Subprefeitura	Orçamento municipal + Paraná Urbano II
4	Implantação de praça cívica	Orçamento municipal + Paraná Urbano II

Coordenação

<i>Coordenação</i>	<i>Indicadores</i>
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013

Outros apoios

Secretarias: Educação, Saúde, Assist. Social	2018	Adquiridas as áreas para o centro da macrozona
Secr Transportes e Serviços Públicos		Edificada e em funcionamento a Subprefeitura
Cia de Habitação e Desenvolvimento		Em uso pela população a praça cívica (envolvida em parque nas margens do Guabiroba)
Secr Desenv Econômico (atual Ind, Com e Tur)		

PROJETO 2.a	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE a.4
	PROJETO NOVAS CENTRALIDADES	
	AÇÃO FORTELECIMENTO DA CENTRALIDADE ZONA SUL	
	<i>Consultar mapa na Prancha 75</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Organizar o uso do solo urbano de União da Vitória de forma mais compacta e descentralizada, possibilitando a criação de centralidades comerciais e institucionais nos bairros mais acessíveis a toda população.

Objetivos específicos da ação

- a) Preparar a Zona Sul de União da Vitória para o desenvolvimento de uma futura centralidade, inclusive com discussão de novos parâmetros de uso e ocupação do solo ao final da vigência do Plano Diretor.
- b) Tornar a cidade polinucleada a partir da criação de novas centralidades institucionais e comerciais que sejam mais acessíveis para toda a população da cidade.
- c) Desafogar o centro de Porto União da Vitória a partir da oferta de serviços nos centros dos bairros.

Escopo da ação

- a) Aprovação e divulgação da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de União da Vitória com ênfase na criação das novas centralidades no São Cristóvão, dos Conjuntos e a futura centralidade da Zona Sul.
- b) Aquisição de áreas no centro da macrozona, destinada à implantação de serviços ao público em escala superior à dos bairros, fortalecendo a centralidade da Zona Sul de União da Vitória
- d) Implantação de equipamento escolar, de saúde e de assistência social (investimentos do Eixo 3) e, particularmente, implantar a Subprefeitura da Zona Sul de União da Vitória.

Justificativa do projeto

A extensão natural do centro tradicional de Porto União da Vitória para sul, consolidada pela legislação de uso e ocupação do solo de ambas as cidades, tende a manter a Zona Sul diretamente polarizada pela região central, tanto no desenvolvimento comercial como no acesso a equipamentos públicos mais sofisticados. Apesar de verificar que a nova centralidade dessa região não se efetivará dentro da vigência do Plano Diretor, motivo pelo qual a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano não previu áreas de verticalização na Zona Sul, são previstas para a próxima década diversas ações de melhorias no acesso a equipamentos públicos, serviços e infraestrutura urbana, culminando com a implantação da Subprefeitura da Zona Sul, importante em função da grande população e da condição social dos moradores dessa porção da cidade.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Divulgação (rádio, tv, impressos, eventos)	1,00	verba	125.000	125.000,00
2	Aquisição de áreas para equipamento público	50.000	m ²	35,00	1.750.000,00
3	Construção de Subprefeitura	1.000	m ²	750,00	750.000,00
4	Implantação de praça cívica junto à construção	30.000	m ²	12,50	375.000,00
Total da estimativa					3.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Divulgação						0,00	125,00
2	Aquisição de áreas						0,00	1.750,00
3	Edificação da Subprefeitura						0,00	750,00
4	Implantação de praça cívica						0,00	375,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00

Fontes de recursos

1	Divulgação	Orçamento municipal
2	Aquisição de áreas	Orçamento municipal
3	Edificação da Subprefeitura	Orçamento municipal + Paraná Urbano II
4	Implantação de praça cívica	Orçamento municipal + Paraná Urbano II

Coordenação

Indicadores

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	2013	
(atual Secretaria de Planejamento)	2018	Adquiridas todas as áreas necessárias
<i>Outros apoios</i>		Construída a Subprefeitura
Secretarias: Educação, Saúde, Assist. Social		Edificação e Praça Cívica em torno em uso pela
Secr Transportes e Serviços Públicos		população
Cia de Habitação e Desenvolvimento		
Secr Desenv Econômico (atual Ind, Com e Tur)		

PROJETO 2.b	EIXO ESTRUTURANTE 2	AÇÃO COMPONENTE b.1
	UNIÃO POLINUCLEADA	
	PROJETO	
	MOBILIDADE URBANA	
	AÇÃO	
	REMODELAÇÃO DA AVENIDA BENTO MUNHOZ DA ROCHA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 76</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir fácil comunicação entre o centro de União da Vitória e as novas centralidades comerciais e institucionais a serem criadas, tanto no que se refere à mobilidade de veículos como ao transporte alternativo.

Objetivos específicos da ação

- Criar uma via de grande capacidade de tráfego que interligue diretamente a região sul às pontes sem atravessar a região central através da ligação direta com a Rua Padre Saporitti.
- Adequar a Avenida Bento Munhoz da Rocha aos novos parâmetros do sistema viário urbano, auxiliando na reciclagem dos usos industriais que hoje caracterizam esta via.
- Elevar o greide do novo trecho da Avenida Bento Munhoz de forma a reduzir a recorrência de inundação sobre parte significativa do Rocio e do São Basílio Magno.
- Implantar sistema de ciclovias paralela à Avenida Bento Munhoz da Rocha, interligando os trechos de transporte alternativo existentes desde o São Cristóvão até o São Gabriel.

Escopo da ação

- Elaboração de projeto técnico da remodelação e continuação da Avenida Bento Munhoz da Rocha de acordo com novos parâmetros estabelecidos pela Lei de Sistema Viário.
- Remodelação do trecho existente da Av Bento Munhoz da Rocha, incluindo adequação da caixa, áreas de estacionamento, calçadas e paisagismo.
- Implantação do trecho entre a Av Bento Munhoz e a Rua Padre Saporitti, incluindo adequação da caixa, áreas de estacionamento, calçadas e paisagismo.

Justificativa do projeto

A saturação do sistema viário da região de central das cidades é uma consequência natural do crescimento da frota, do adensamento da ocupação e do desenvolvimento comercial, agravado nas Gêmeas do Iguazu pela dificuldade de ações conjuntas na criação de rotas alternativas. Da mesma forma, a consolidação das centralidades nos bairros tende a incrementar os fluxos interbairros, gerando necessidades maiores de percursos dentro da região central. O prolongamento e remodelação da Avenida Bento Munhoz da Rocha, em conjunto com a Avenida Coronel Amazonas, busca criar um Anel Central capaz de absorver todas estas demandas, além de sistematizar os fluxos oriundos das pontes existentes e projetadas. Concomitantemente às funções viárias estruturantes, o prolongamento da via também será responsável pela revitalização da parte baixa do São Bernardo, São Basílio Magno e Rocio, antigo eixo rodoviário e industrial, através da relocação de ocupações em áreas de risco, de ações voltadas para habitação social e do incentivo ao desenvolvimento econômico através de Operações Urbanas Consorciadas.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projetos técnicos	5,00	km	20.000	100.000,00
2	Melhorias geométricas no trecho existente incl ciclovias	3,00	km	200.000	600.000,00
3	Continuação da avenida (abertura e pavimentação)	2,00	km	500.000	1.000.000,00
4	Sinalização viária e mobiliário urbano	5,00	km	60.000	300.000,00
Total da estimativa					2.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Projetos técnicos						0,00	100,00
2	Melhorias trecho existente						0,00	600,00
3	Continuação da avenida						0,00	1.000,00
4	Sinalização e mobiliário						0,00	300,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Fontes de recursos

1	Projetos técnicos	Orçamento municipal
2	Melhorias trecho existente	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
3	Continuação da avenida	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
4	Sinalização e mobiliário	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT

Coordenação

<i>Coordenação</i>	<i>Indicadores</i>
Secr de Transportes e Serviços Públicos	2013
	2018
<i>Outros apoios</i>	Avenida inteiramente remodelada e prolongada até o encaixe com a Rua Padre Saporitti
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)	Ciclovias em uso desde a Ponte Machado da Costa
DETRAN, DER	até o bairro do Rio d'Areia
DNIT, Ministério dos Transportes	Previsão de canaleta / faixa preferencial para o transporte coletivo

PROJETO 2.b	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE b.2
	PROJETO MOBILIDADE URBANA	
	AÇÃO REMODELAÇÃO DO EIXO VIÁRIO PARALELO À FERROVIA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 76</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir fácil comunicação entre o centro de União da Vitória e as novas centralidades comerciais e institucionais a serem criadas, tanto no que se refere à mobilidade de veículos como ao transporte alternativo.

Objetivos específicos da ação

- Remodelar a via urbana que interliga a região sul às pontes, através da zona central, aproveitando as margens da ferrovia desativada.
- Adequar, na medida do possível, o eixo viário às exigências estabelecidas pela Lei do Sistema Viário para a categoria de vias coletoras - especialmente mudanças de direção com os raios horizontais exigidos pela lei.
- Oportunizar a inserção de transporte alternativo (ciclovias e, onde não for possível, ciclofaixas) de modo a permitir trajetos interbairros seguros passando pelo centro de Porto União da Vitória.
- Deixar prevista a possibilidade de sistema de transporte coletivo em canaleta ou pelo menos faixas preferenciais, ao longo do trecho considerado

Escopo da ação

- Elaboração de projeto técnico da remodelação do eixo Marechal Deodoro/Prudente de Moraes e Rua Carlos Cavalcanti na região próxima ao novo Terminal de Transporte Coletivo Urbano de acordo com novos parâmetros estabelecidos pela Lei de Sistema Viário.
- Remodelação dos trechos já implantados, com implantação da ciclovia (ou ciclofaixa), melhorias nas calçadas, baias de estacionamento, arborização e paisagismo, etc
- Abertura de novos trechos de ligação para acomodação do traçado aos raios horizontais exigidos, o que inclui indenizações de faixas ou até de terrenos vizinhos às vias

Justificativa do projeto

A saturação do centro das Gêmeas do Iguazu e a dificuldade trazidas pela administração fracionada de uma cidade contínua fica evidente no gargalo viário formado na região de divisa dos estados, junto ao leito da ferrovia desativada. No lado paranaense, esta dificuldade se concentra de forma mais dramática no trecho entre a chegada da Avenida Marechal Deodoro/Rua Prudente de Moraes na região central (após a esquina com Rua Professora Amazônia) e a ponte Machado da Costa, onde o fluxo proveniente da região sul de União da Vitória passa a utilizar percursos dentro de Porto União, em geral congestionados nos horários de maior demanda. Além da necessidade de se prever um planejamento viário permanente e integrado entre os dois municípios, serão necessárias obras e indenizações de certa vulto para criação de ligações entre ruas de melhor capacidade, em especial visando a implementação de um trajeto direto entre a nova ponte do São Cristóvão e a região sul da cidade no lado paranaense e permitindo uma melhor acessibilidade ao novo Terminal de Transporte Coletivo Urbano.

Estimativa dos investimentos (reais)

Discriminação etapa ou parcela		Qtde	Unid	Unitário	Custo total
1	Projetos técnicos	4,00	km	20.000	80.000,00
2	Melhorias geométricas no trecho existente incl ciclovia	3,50	km	200.000	700.000,00
3	Ligações pontuais (incl pesadas indenizações)	500,0	m	2.000,0	1.000.000,00
4	Sinalização viária e mobiliário urbano	4,00	km	55.000	220.000,00
Total da estimativa					2.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	Até 2013	Até 2018
1 Projetos técnicos						0,00	80,00
2 Melhorias trecho existente						0,00	700,00
3 Continuação da avenida						0,00	1.000,00
4 Sinalização e mobiliário						0,00	220,00
Dispêndio por exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Fontes de recursos

1	Projetos técnicos	Orçamento municipal
2	Melhorias trecho existente	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
3	Continuação da avenida	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
4	Sinalização e mobiliário	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT

Coordenação

Secr de Transportes e Serviços Públicos	2013	Eixo viário inteiramente remodelado
	2018	com trajeto mais direto (raios de curva adequados)
<i>Outros apoios</i>		Ciclovia em uso desde a Ponte Machado da Costa até o bairro do Rio d'Areia, paralela à ferrovia
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)		Previsão de canaleta / faixa preferencial para
DETRAN, DER		o transporte coletivo
DNIT, Ministério dos Transportes		

Indicadores

PROJETO 2.b	EIXO ESTRUTURANTE 2	AÇÃO COMPONENTE b.3
	UNIÃO POLINUCLEADA	
	PROJETO	
	MOBILIDADE URBANA	
	AÇÃO	
	REMODELAÇÃO DA AVENIDA PAULA FREITAS	
	<i>Consultar mapa na Prancha 76</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir fácil comunicação entre o centro de União da Vitória e as novas centralidades comerciais e institucionais a serem criadas, tanto no que se refere à mobilidade de veículos como ao transporte alternativo.

Objetivos específicos da ação

- Aproveitar a nova ponte paralela à Ponte Machado da Costa e criar fácil conexão com a Avenida Paula Freitas através de transposição em desnível que não venha a formar uma barreira urbana como a cabeceira da antiga ponte ferroviária.
- Remodelar a Avenida Paula Freitas a partir dos novos parâmetros de sistema viário urbano, prevendo amplas áreas destinadas a estacionamento de veículos e lazer da população.
- Remodelar e ampliar o sistema de ciclovias paralelo à Avenida Paula Freitas, aumentando sensivelmente a capacidade de fluxo de bicicletas e criando ramais junto às áreas de parque prevista no Eixo Estruturante 1

Escopo da ação

- Elaboração de projeto técnico da remodelação e continuação da Avenida Paula Freitas de acordo com novos parâmetros estabelecidos pela Lei de Sistema Viário.
- Remodelação da Avenida Paula Freitas, incluindo adequação da caixa, áreas de estacionamento, calçadas e paisagismo.
- Implantação de parques de lazer e espaços para feiras no canteiro central da avenida, com quadras esportivas com alambrado, paisagismo e espaços para reunião/parlatório.

Justificativa do projeto

A consolidação da centralidade do São Cristóvão passa necessariamente pelo desenvolvimento da ocupação da Avenida Paula Freitas, eixo viário junto à antiga ferrovia que distribui os fluxos para diversos loteamentos e agrega a maior parte do comércio vicinal dessa região da cidade. Em função do porte de sua caixa e dos novos parâmetros estipulados pela Lei do Sistema Viário, a remodelação da Avenida Paula Freitas deverá agregar o aumento da capacidade de tráfego, a implantação de grande quantidade de vagas de estacionamento, a remodelação de calçadas e ciclovias e a revitalização de áreas de lazer implantadas em sua porção central. Com a implantação da nova ponte paralela à ponte Machado da Costa, deve-se re-organizar a ocupação da região norte da Avenida Paula Freitas, fazendo necessária a efetiva implantação de caixas de rolamento com as mesmas características da parte sul, viabilizando a implantação de sentidos únicos em cada lado do canteiro central expandido.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projetos técnicos	6,00	km	20.000	120.000,00
2	Melhorias geométricas (trechos isolados)	3,00	km	200.000	600.000,00
3	Sinalização viária e mobiliário urbano	6,00	km	25.000	150.000,00
4	Sinalização viária e mobiliário urbano	6,00	km	25.000	150.000,00
Total da estimativa					1.020.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Projetos técnicos						0,00	120,00
2	Melhorias trecho existente						0,00	600,00
3	Continuação da avenida						0,00	150,00
4	Sinalização e mobiliário						0,00	150,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020,00

Fontes de recursos

1	Projetos técnicos	Orçamento municipal
2	Melhorias trecho existente	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
3	Continuação da avenida	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
4	Sinalização e mobiliário	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT

Coordenação

Indicadores

Secr de Transportes e Serviços Públicos	2013	
	2018	Avenida inteiramente remodelada e prolongada até o encaixe com a Rua Padre Saporitti
<i>Outros apoios</i>		
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)		Ciclovias em uso desde a Ponte Machado da Costa
DETRAN, DER		até o bairro São Sebastião
DNIT, Ministério dos Transportes		Previsão de canaleta para transporte coletivo

PROJETO 2.b	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE b.4
	PROJETO MOBILIDADE URBANA	
	AÇÃO IMPLANTAÇÃO DE AVENIDA BEIRA-PARQUE DO RIO GUABIROBA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 76</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir fácil comunicação entre o centro de União da Vitória e as novas centralidades comerciais e institucionais a serem criadas, tanto no que se refere à mobilidade de veículos como ao transporte alternativo.

Objetivos específicos da ação

- a) Estruturar a ocupação urbana próxima ao Rio Guabiroba nos Conjuntos, limitando claramente a área destinada à preservação e uso recreacional.
- b) Criar uma nova centralidade para os Conjuntos a partir de uma ocupação mais comercial e verticalizada junto ao vale do Rio Guabiroba.
- c) Integrar o Loteamento Muzzolon aos Conjuntos através da revitalização do vale do Rio Guabiroba, oferecendo espaço de maior qualidade para a ampliação dessa região da cidade.

Escopo da ação

- a) Elaboração de projeto técnico da remodelação da Avenida Joaquim Fernandes Luiz e da continuação na margem oposto do Rio Guabiroba, de acordo com novos parâmetros estabelecidos pela Lei de Sistema Viário.
- b) Remodelação da Avenida Joaquim Fernandes Luiz, incluindo adequação da caixa, áreas de estacionamento, calçadas e paisagismo.
- c) Implantação da Avenida Beira-Parque do Rio Guabiroba, incluindo adequação da caixa, áreas de estacionamento, calçadas e paisagismo.

Justificativa do projeto

A implantação da Avenida Beira-Parque junto ao Rio Guabiroba possui reduzidas funções viárias, focando mais a necessidade de consolidação de uma nova centralidade da região dos Conjuntos e re-organização das ocupações ribeirinhas em ambos os lados do curso d'água. Por este motivo, a revitalização da Avenida Joaquim Fernandes Luiz e a implantação do trecho no Loteamento Muzzolon terão maior impacto na implantação de calçadas, ciclovias e áreas de estacionamento, permitindo o desenvolvimento comercial e o uso residencial mais verticalizado, de certa forma urbanizando este trecho viário que atualmente possui características de rodovia.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projetos técnicos	4,00	km	20.000	80.000,00
2	Melhorias geométricas no trecho existente incl ciclovias	1,00	km	200.000	200.000,00
3	Implantação nova / mov. de terra e pavimentação	3,00	m	500.000	1.500.000,00
4	Sinalização viária e mobiliário urbano	4,00	km	50.000	200.000,00
Total da estimativa					1.980.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Projetos técnicos						0,00	80,00
2	Melhorias trecho existente						0,00	200,00
3	Continuação da avenida						0,00	1.500,00
4	Sinalização e mobiliário						0,00	200,00
Dispendio por exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00

Fontes de recursos

1	Projetos técnicos	Orçamento municipal
2	Melhorias trecho existente	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
3	Continuação da avenida	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT
4	Sinalização e mobiliário	Orçamento municipal + Paraná Urbano + DER + DNIT

Coordenação

Indicadores

Secr de Transportes e Serviços Públicos	2013	
	2018	Eixo viário inteiramente remodelado
<i>Outros apoios</i>		com trajeto mais direto (raios de curva adequados)
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)		Previsão de canaleta / faixa preferencial para
DETRAN, DER		o transporte coletivo
DNIT, Ministério dos Transportes		

PROJETO 2.b	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE b.5
	PROJETO MOBILIDADE URBANA	
	AÇÃO NOVA PONTE SOBRE O RIO IGUAÇU	
	<i>Consultar mapa na Prancha 76</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir fácil comunicação entre o centro de União da Vitória e as novas centralidades comerciais e institucionais a serem criadas, tanto no que se refere à mobilidade de veículos como ao transporte alternativo.

Objetivos específicos da ação

- a) Permitir acesso direto entre a região dos Conjuntos e o centro de Porto União da Vitória, reduzindo os trajetos e desviando o fluxo crescente de ruas e pontes que tendem à saturação nos próximos anos.
- b) Reduzir a barreira formada atualmente pelo Rio Iguaçu através de um conjunto de pontes que integre todos os bairros da cidade.

Escopo da ação

- a) Elaboração de projeto técnico da nova ponte sobre o Rio Iguaçu, incluindo toda documentação necessária para acessar recursos estaduais, federais e internacionais.
- b) Implantação da Nova Ponte sobre o Rio Iguaçu, com faixas para veículos, pedestres e bicicletas.
- c) Implantação de duas interseções em nível na Avenida Bento Munhoz da Rocha e na interseção das ruas Joaquim Fernandes Luiz e Francisco Fernandes Luiz com o antigo contorno rodoviário.

Justificativa do projeto

Uma vez que a ponte ligando o centro de Porto União da Vitória ao São Cristóvão, paralelamente à Ponte Machado da Costa, já se encontra em fase de viabilização junto ao Governo Federal, torna-se necessário planejar a próxima ligação interbairros de grande importância para a cidade, ligando diretamente a Ferradura aos Conjuntos. Atualmente, esta ligação é feita pela Ponte Domicio Scaramela, de características marcadamente rodoviárias, ou pela Ponte do Arco, com evidentes limitações, fazendo com que também se saturem as vias de ligação intermediárias, em especial a Rua Francisco Fernandes Luiz, no São Joaquim. Além de reduzir os percursos de mais de 7.000 habitantes e consolidar o sistema de pontes e vias arteriais de distribuição de fluxos interbairros, a implantação da ponte proposta também comportará solução de transposição para o entroncamento das ruas Joaquim Fernandes Luiz e Francisco Fernandes Luiz com o antigo contorno rodoviário, um dos cruzamentos de maior risco atualmente existentes no sistema viário urbano.

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Infraestrutura (fundação, concreto armado)	2.772	m ³	1.147,50	3.180.870,00
2	Superestrutura concreto armado e protendido)	2.829	m ³	1.350,00	3.819.150,00
3	Pavimentação, iluminação, sinalização	4.000	m ²	50,00	200.000,00
4	Acessos sul e norte (viadutos de aproximação)	500,00	ml	12.000	6.000.000,00
Total da estimativa					13.200.020,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Infraestrutura						0,00	3.180,87
2	Superestrutura						0,00	3.819,15
3	Acessórios						0,00	200,00
4	Viadutos de aproximação						0,00	6.000,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		13.200,02

Fontes de recursos

1	Infraestrutura	Obra a ser reivindicada para assunção integral pelo Governo Federal e/ou Estadual
2	Superestrutura	
3	Acessórios	

Coordenação

<i>Coordenação</i>	<i>Indicadores</i>
Secr de Transportes e Serviços Públicos	2013
<i>Outros apoios</i>	
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej) DETRAN, DER DNIT, Ministério dos Transportes	2018 Nova ponte totalmente em tráfego, servindo à macrozona dos Conjuntos e zona rural norte (São Domingos)

PROJETO 2.b	EIXO ESTRUTURANTE 2	AÇÃO COMPONENTE b.6
	UNIÃO POLINUCLEADA	
	PROJETO	
	MOBILIDADE URBANA	
	AÇÃO	
	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 76</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir fácil comunicação entre o centro de União da Vitória e as novas centralidades comerciais e institucionais a serem criadas, tanto no que se refere à mobilidade de veículos como ao transporte alternativo.

Objetivos específicos da ação

- Criar de um sistema de transporte alternativo através de ciclovias, ofertando à população um modo de locomoção limpo e barato.
- Aproveitar as áreas planas próximas aos vales e a grande quantidade de áreas destinadas à parques urbanos para estabelecer um sistema de ciclovias acessível a todos os bairros da cidade.
- Incentivar a ampliação e implantação de novos bicicletários junto aos pontos de trabalho, comércio e lazer da população, em especial junto aos terminais de transporte coletivo.

Escopo da ação

- Elaboração de projeto técnico das ciclovias componentes do sistema, incluindo projetos de pavimentação e sinalização informativa e orientativa.
- Implantação das ciclovias troncais dos sistema de transporte alternativo de União da Vitória.
- Implantação de ciclo-faixas na Rua Prudente de Moraes, incluindo colocação de tachões e sinalização horizontal e vertical.
- Implantação de bicicletário subsidiado junto Terminal de Transporte Coletivo Urbano de União da Vitória.

Justificativa do projeto

A grande extensão de áreas planas junto aos rios possibilita à União da Vitória a estruturação de um sistema de transporte alternativo eficiente, formado por ciclovias de diferentes categorias capazes de acessar quase todos os bairros sem maiores dificuldades. A efetiva demanda e a aceitação desse meio de transporte pela população fica patente pelo grande uso que os trechos existentes possuem atualmente, em especial na região do São Cristóvão. Além da implantação de ciclovias ao longo dos parques a serem implantados nas regiões ribeirinhas, propõe-se a implantação de ciclovias de grande capacidade ao longo da divisa entre os estados, aproveitando o terreno favorável da antiga ferrovia. A conexão entre essas linhas troncais será feita principalmente na forma de ciclo-faixas, exigindo investimentos também na sinalização vertical e horizontal, tanto no sentido orientativo como informativo. Para consolidar o sistema como meio de transporte também deverá ser incentivada a implantação de bicicletários junto aos grandes empregadores e equipamentos públicos, o maior deles o Terminal de Transporte Coletivo, onde deverão ser oferecidos incentivos para a i

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Plano de Transporte Alternativo e projetos técnicos	1	verba	50.000	50.000,00
2	Ciclovias (complementarmente às av. principais)	10	km	30.000	300.000,00
3	Implantação de bicicletários terminais (quatro unid)	500	m ²	300,00	150.000,00
4	Implantação de bicicletários pontuais	40,00	unid	3.000,0	120.000,00
Total da estimativa					500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Plano e projetos técnicos				25,00	25,00	50,00	0,00
2	Ciclovias						0,00	300,00
3	Bicicletários terminais					60,00	60,00	90,00
4	Bicicletários pontuais						0,00	120,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	0,00	25,00	85,00	110,00	390,00

Fontes de recursos

1	Plano e projetos técnicos	Orçamento municipal + Min. Transportes / Cidades
2	Ciclovias	Orçamento municipal + Min. Transportes / Cidades + Paraná Urbano II
3	Bicicletários terminais	Orçamento municipal + Min. Transportes / Cidades + Paraná Urbano II
4	Bicicletários pontuais	Orçamento municipal + Min. Transportes / Cidades + Paraná Urbano II

Coordenação

Indicadores

Secr de Transportes e Serviços Públicos	2013	Plano e projetos técnicos realizados
		Iniciado bicicletário do Terminal Central
<i>Outros apoios</i>	2018	Implantada rede de 10km de ciclovias (somando-se aos 18,5 km implantados nas avenidas principais)
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)		Três bicicletários terminais nos centros macrozonas
DETRAN, DER, SEDU		
DNIT, Min. Transportes / Cidades		40 bicicletários pontuais (empresas, escolas, etc)

PROJETO 2.b	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE b.7
	PROJETO MOBILIDADE URBANA	
	AÇÃO CONTORNO RODOVIÁRIO LESTE (P.UNIÃO - S.CRISTÓVÃO)	
	<i>Consultar mapa na Prancha 76</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Permitir fácil comunicação entre o centro de União da Vitória e as novas centralidades comerciais e institucionais a serem criadas, tanto no que se refere à mobilidade de veículos como ao transporte alternativo.

Objetivos específicos da ação

- Criar um trajeto direto da rodovia BR-280 em Porto União à PRT-153 na saída para Paula Freitas, retirando o tráfego pesado de vias urbanas arteriais e coletoras.
- Planejar o crescimento da região de São Cristóvão de forma a não criar conflitos com o futuro Contorno Rodoviário, garantindo a manutenção da qualidade de vida para a população e os benefícios do desenvolvimento econômico gerado pelo novo eixo de transportes.
- Integrar a estrutura de transporte federal no lado paranaense e no lado catarinense, fortalecendo a posição estratégica das Gêmeas do Iguaçu no contexto do Mercosul.
- Criar uma ligação direta entre o São Cristóvão e a área industrial de Porto União, fortalecendo a posição do bairro paranaense como novo eixo de crescimento urbano das Gêmeas do Iguaçu, possibilitando a utilização da grande quantidade de lotes baldios a médio e longo prazo.

Escopo da ação

- Elaboração de projeto técnico do novo contorno rodoviário, incluindo uma nova ponte sobre o Rio Iguaçu, além de toda documentação necessária para acessar recursos estaduais, federais e internacionais.
- Implantação do novo contorno rodoviário leste, com ponte e transposições em desnível nos encontros com a BR-280 e com a PRT-153.
- Realização de audiência pública e adaptação na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano para a definição de novos usos junto ao Contorno Rodoviário Leste, aproveitando a logística implantada e a possibilidade de implantação de áreas industriais de baixo impacto próximas as residências dos trabalhadores.

Justificativa do projeto

Atualmente, a falta de uma ligação adequada entre os fluxos da BR-280 e da PRT-153 gera incômodos significativos dentro das cidades de Porto União e União da Vitória, em função do tráfego pesado em vias urbanas, da redução da capacidade de vias arteriais e coletoras e do aumento do percurso de passagem para os viajantes/transportadores. Com a definição de um trajeto prioritário para implantação do Contorno Rodoviário Leste será possível planejar o crescimento do São Cristóvão sem criar conflitos futuros, inclusive consolidando a posição desse bairro como eixo de crescimento urbano das Gêmeas do Iguaçu a partir da implantação do contorno e de uma nova ponte sobre o Rio Iguaçu. Após a implantação do contorno será necessário chamar a comunidade para rediscutir o uso do solo junto a este novo eixo, possibilitando a criação de novos parques industriais com posição privilegiada.

Estimativa dos investimentos (reais)

Discriminação etapa ou parcela	Qtde	Unid	Unitário	Custo total
1 Levantamentos e projetos	10,00	km	20.000,00	200.000,00
2 Movimento de terra (grande volume de aterro)	240.000	m³	12,50	3.000.000,00
3 Pavimentação asfáltica	70.000	m²	55,00	3.850.000,00
4 Ponte sobre o Rio Iguaçu (concr. armado/protendido)	400,00	m	14.875	5.950.000,00
5 Interseções em desnível na PRT-153 e BR-280	2,00	cj	2.000.000,00	4.000.000,00
Total da estimativa				17.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	Até 2013	Até 2018
1 Levantamentos e projetos						0,00	200,00
2 Movimento de terra						0,00	3.000,00
3 Pavimentação						0,00	3.850,00
4 Ponte sobre o Rio Iguaçu						0,00	5.950,00
5 Interseções em desnível						0,00	4.000,00
Dispêndio por exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		17.000,00

Fontes de recursos

1 Levantamentos e projetos	Obra a ser reivindicada para assunção integral pelo Governo Federal e/ou Estadual
2 Movimento de terra	
3 Pavimentação	
4 Ponte sobre o Rio Iguaçu	
4 Interseções em desnível	

Coordenação

Coordenação	Indicadores
Secr de Transportes e Serviços Públicos	2018 Novo contorno em tráfego (P. União à BR-153)
<i>Outros apoios</i>	
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)	
DETRAN, DER, DNIT, Min. dos Transportes	

PROJETO 2.c	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE c.1
	PROJETO INCENTIVO ÀS OPERAÇÕES URBANAS	
	AÇÃO OPERAÇÃO URBANA RIO IGUAÇU	
	<i>Consultar mapa na Prancha 77</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Utilizar as Operações Urbanas Consorciadas com o instrumento de renovação urbana, somando esforços públicos e privados para revitalização de áreas estratégicas para o desenvolvimento urbano.

Objetivos específicos da ação

- a) Utilizar a força do mercado imobiliário para destinar gradualmente as áreas com recorrência de inundação inferior à 10 anos para preservação ambiental e lazer.
- b) Fortalecer a região do São Bernardo e do São Basílio Magno como opções de crescimento vertical, reduzindo a demanda por áreas centrais já saturadas e revitalizando o comércio da área ao redor do centro de Porto União da Vitória.
- c) Ofertar ao mercado imobiliário potenciais construtivos semelhantes aos de Porto União sem, porém, deixar de equacionar os impactos das densidades sobre a infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, chamando a iniciativa privada a contribuir para o equilíbrio da ocupação da "Ferradura".
- d) Divulgar todos os passos da Operação Urbana como forma de prestar contas à sociedade, primando pela transparência das relações público-privadas.

Escopo da ação

- a) Realização de reuniões com agentes do mercado imobiliário, vereadores e moradores das regiões sob intervenção da OUC Rio Iguaçu para definições dos detalhes da lei específica da operação.
- b) Divulgação dos parâmetros aprovados dentro da lei específica da OUC Rio Iguaçu, através de cartilha própria e chamamentos públicos para realização das ações componentes.
- c) Utilização do Instrumento Operação Urbana Consorciada Rio Iguaçu através da troca de áreas destinadas à preservação/lazer por potencial construtivo e aumento dos parâmetros construtivos através da infraestruturação do São Bernardo/São Basílio Magno com recursos privados.
- d) Prestação de contas da Operação urbana através de audiências públicas e publicação de toda a documentação resultante das ações empreendidas.

Justificativa do projeto

A dinamicidade do mercado imobiliário de União da Vitória permite a proposição de Operações Urbanas Consorciadas em diferentes regiões da cidade, somando esforços públicos e privados no sentido de obter bons resultados para ambos os lados. A OUC Rio Iguaçu tem por intuito revitalizar as áreas ribeirinhas da Ferradura, utilizando o interesse imobiliário que a região desperta para viabilizar a reorganização da ocupação de áreas sujeitas à inundação recorrente onde a comunidade possui maior resistência em ser relocada. Com a Operação Urbana, o mercado imobiliário pode incrementar os parâmetros construtivos da região central e do São Bernardo, equiparando as condições com o permissivo zoneamento de Porto União, através da aquisição de áreas ocupadas no Navegantes, Ponte Nova, São Bernardo e São Basílio Magno ou de investimentos na infraestrutura das áreas hoje sub-utilizadas na parte oeste da Ferradura em função da desvalorização causada pelas últimas grandes enchentes.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Estudos técnicos econômicos	5,00	estudo	10.000	50.000,00
2	Estudos técnicos urbanísticos / arquitetônicos	5,00	projeto	15.000	75.000,00
3	Gerenciamento / fiscalização	75,00	meses	5.000	375.000,00
Total da estimativa					500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Estudos econômicos			10,00	10,00	10,00	30,00	20,00
2	Estudos urbanísticos			15,00	15,00	15,00	45,00	30,00
3	Gerenciamento / fiscalização				60,00	60,00	120,00	255,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	25,00	85,00	85,00	195,00	305,00

Fontes de recursos

1	Estudos econômicos	Orçamento municipal
2	Estudos urbanísticos	Orçamento municipal
3	Gerenciamento / fiscalização	Orçamento municipal

Coordenação

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	2013	Realizados / divulgados pelo menos dois estudos de OUC
-----------------------------------------	------	--------------------------------------------------------

Outros apoios

Secr Educação, Saúde, Assist. Social	2018	Realizados / divulgados cinco estudos de OUC
Secr Transportes e Serviços Públicos		Pelo menos uma OUC em implantação
Cia. Habitação e Desenvolvimento		Pelo menos três OUC em implantação

PROJETO 2.c	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE c.2
	PROJETO INCENTIVO ÀS OPERAÇÕES URBANAS	
	AÇÃO OPERAÇÃO INDÚSTRIAS URBANAS	
	<i>Consultar mapa na Prancha 77</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Utilizar as Operações Urbanas Consorciadas com o instrumento de renovação urbana, somando esforços públicos e privados para revitalização de áreas estratégicas para o desenvolvimento urbano.

Objetivos específicos da ação

a) Utilizar a força do mercado imobiliário para reciclar as plantas industriais existentes ao longo do antigo leito da BR-153 (São Bernardo/São Basílio Magno/Rocio) para usos residenciais e comerciais.

b) Incentivar a tendência de crescimento da centralidade de Porto União da Vitória para sul, através da verticalização das áreas industriais hoje ainda presentes em meio à malha urbana.

c) Reduzir o tráfego de caminhões nas plantas industriais ainda em atividade dentro da malha urbana, através da relocação das atividades impactantes para distritos em áreas de melhor logística..

d) Divulgar todos os passos da Operação Urbana como forma de prestar contas à sociedade, primando pela transparência das relações público-privadas.

e) Possibilitar a utilização do instrumento do Consórcio Imobiliário atrelado à OUC Indústrias Urbanas, em especial para implantação de equipamentos de educação infantil e saúde e para oferta de habitação de interesse social verticalizada.

Escopo da ação

a) Realização de reuniões com agentes do mercado imobiliário, proprietários de indústrias, vereadores e moradores das regiões sob intervenção da OUC Indústrias Urbanas para definições dos detalhes da lei específica da operação.

b) Divulgação dos parâmetros aprovados dentro da lei específica da OUC Indústrias Urbanas, através de cartilha própria e chamamentos públicos para realização das ações componentes.

c) Utilização do Instrumento OUC Indústrias Urbanas através do aumento dos parâmetros construtivos das plantas industriais dentro da malha urbana para sua utilização com finalidades residenciais e comerciais, exigindo da iniciativa privada investimentos para infraestruturação do São Bernardo/São Basílio Magno/Rocio.

d) Prestação de contas da Operação urbana através de audiências públicas e publicação de toda a documentação resultante das ações empreendidas.

Justificativa do projeto

Assim como a OUC Rio Iguaçu, a Operação Urbana Consorciada Indústrias Urbanas busca revitalizar uma região da Ferradura com grande potencial imobiliário, capaz de abrigar densidades significativas a partir de investimentos em infraestrutura e do re-equilíbrio da ocupação da região central de Porto União da Vitória. Em função de ter sido um eixo rodoviário, a região ao longo da Avenida Bento Munhoz possui um significativo número de plantas industriais remanescentes dentro da malha, em sua maior parte abandonadas ou sub-utilizadas. Com a relocação e reciclagem dessas áreas, para abrigar usos comerciais e residenciais de certo porte, será possível reduzir a pressão no centro consolidado, além de capitalizar os industriais locais para o desenvolvimento de suas atividades em áreas de melhor logística, junto à BR-153. A obtenção de parâmetros construtivos similares aos de Porto União poderá ser concedida com investimentos na infraestruturação da parte oeste da Ferradura, inclusive na implantação da nova Avenida Bento Munhoz da Rocha.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Estudos técnicos econômicos	3,00	estudo	10.000	30.000,00
2	Estudos técnicos urbanísticos / arquitetônicos	3,00	projeto	15.000	45.000,00
3	Gerenciamento / fiscalização	35,00	meses	5.000	175.000,00
Total da estimativa					250.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Estudos econômicos	10,00	10,00	10,00			30,00	0,00
2 Estudos urbanísticos		15,00	15,00	15,00		45,00	0,00
3 Gerenciamento / fiscalização			30,00	60,00	60,00	150,00	25,00
Dispêndio por exercício	10,00	25,00	55,00	75,00	60,00	225,00	25,00

Fontes de recursos

1 Estudos econômicos	Orçamento municipal
2 Estudos urbanísticos	Orçamento municipal
3 Gerenciamento / fiscalização	Orçamento municipal

Coordenação

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013	Realizados / divulgados três estudos de OUC para aproveitamento dos vazios das indústrias
Secr Educação, Saúde, Assist. Social		Três operações urbanas consorciadas em execução
Secr Transportes e Serviços Públicos		
Cia. Habitação e Desenvolvimento		

Indicadores

PROJETO 2.c	EIXO ESTRUTURANTE 2	AÇÃO COMPONENTE c.3
	UNIÃO POLINUCLEADA	
	PROJETO INCENTIVO ÀS OPERAÇÕES URBANAS	
	AÇÃO OPERAÇÃO URBANA AEROPORTO <i>Consultar mapa na Prancha 77</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Utilizar as Operações Urbanas Consorciadas com o instrumento de renovação urbana, somando esforços públicos e privados para revitalização de áreas estratégicas para o desenvolvimento urbano.

Objetivos específicos da ação

- a) Fortalecer a centralidade de São Cristóvão através do uso intensivo da área atualmente ocupada pelo Aeroporto, permitindo usos residenciais mais eficientes e espaço privilegiado para o comércio.
- b) Reduzir o conflito de uso representado pelo Aeroporto dentro da malha urbana, tanto no que se refere a emissão de ruídos quanto às dificuldades trazidas pelas descontinuidade viária.
- c) Utilizar a força do mercado imobiliário local para relocar o Aeroporto para local adequado, prevendo sua ampliação e condições ideais para abrigar linhas regulares.
- d) Viabilizar o acesso à recursos da Caixa Econômica Federal destinados ao financiamento residencial voltados para construtoras, auxiliando o poder público na supressão da demanda existente.

Escopo da ação

- a) Realização de reuniões com agentes do mercado imobiliário, vereadores e moradores das regiões sob intervenção da OUC Aeroporto para definições dos detalhes da lei específica da operação.
- b) Divulgação dos parâmetros aprovados dentro da lei específica da OUC Aeroporto através de cartilha própria e chamamentos públicos para realização das ações componentes.
- cc) Utilização do Instrumento OUC Aeroporto através da viabilização de empreendimentos imobiliários de média e alta densidade na área do Aeroporto, exigindo da iniciativa privada investimentos para aquisição de área e infraestruturação do novo aeroporto de Porto União da Vitória (em parceria com o município vizinho).
- d) Prestação de contas da Operação urbana através de audiências públicas e publicação de toda a documentação resultante das ações empreendidas.

Justificativa do projeto

A localização do aeroporto dentro do bairro residencial do São Cristóvão gera atualmente transtornos tanto para a população vizinha como para o seu uso efetivo, limitando as possibilidades da implantação de linhas regulares de aviação que a região já demanda. Por outro lado, a reciclagem de uma porção central traz grandes possibilidades imobiliárias, em especial quando conciliadas com investimentos privados que poderão proporcionar os usos intensos que o terreno comporta. Dessa forma, a OUC Aeroporto propõe que a reutilização da área desse equipamento seja feita em conjunto com o mercado imobiliário, que em troca participará dos investimentos necessários para implantação do novo aeroporto regional, tanto na aquisição de áreas como na implantação de estrutura capaz de viabilizar linhas regulares tão importantes para as atividades econômicas locais. Conjuntamente com a Operação Urbana Consorciada, a re-utilização da área do Aeroporto será oportunidade valiosa para produção de habitação social junto às novas centralidades, em especial através de parceria com a iniciativa privada para acesso a recursos federais de financiamentos habitacionais.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Estudos técnicos econômicos	1,00	estudo	20.000	20.000,00
2	Estudos técnicos urbanísticos / arquitetônicos	1,00	projeto	80.000	80.000,00
3	Implantação de infraestrutura p/ a OUC	1,80	km	500.000	900.000,00
4	Implantação de equipamento urbano p/ a OUC	1,00	vb	500.000	500.000,00
Total da estimativa					1.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Estudos econômicos				25,00	25,00	50,00	(30,00)
2 Estudos urbanísticos				25,00	50,00	75,00	5,00
3 Infraestrutura						0,00	900,00
4 Equipamento						0,00	500,00
Dispêndio por exercício	0,00	0,00	0,00	50,00	75,00	125,00	1.375,00

Fontes de recursos

1 Estudos econômicos	Orçamento municipal
2 Estudos urbanísticos	Orçamento municipal
3 Infraestrutura	Orçamento municipal + Paraná Urbano II
4 Equipamento	Orçamento municipal + FUNDEB + Programas Saúde

Coordenação

Indicadores

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013 2018	Estudos econômicos e técnicos realizados Implantada a OUC
<i>Outros apoios</i>		Infra e equipamento urbano instalados no local
Secr Educação, Saúde, Assist. Social		
Secr Transportes e Serviços Públicos		
Cia. Habitação e Desenvolvimento		

PROJETO 2.c	EIXO ESTRUTURANTE 2	AÇÃO COMPONENTE c.4
	UNIÃO POLINUCLEADA	
	PROJETO INCENTIVO ÀS OPERAÇÕES URBANAS	
	AÇÃO OPERAÇÃO URBANA RIO VERMELHO	

Consultar mapa na Prancha 77

Objetivo geral do projeto estruturante

Utilizar as Operações Urbanas Consorciadas com o instrumento de renovação urbana, somando esforços públicos e privados para revitalização de áreas estratégicas para o desenvolvimento urbano.

Objetivos específicos da ação

- a) Permitir o uso adequado da região a leste do Bairro Bento Munhoz, valorizando a região do São Cristóvão através de obras de regulação hídrica com grande impacto paisagístico.
- b) Reduzir o impacto das inundações sobre a parte mais ao norte do Panorama, tanto na regularização hídrica do Rio Vermelho como na cessão de áreas para relocação de famílias.
- c) Utilizar a força do mercado imobiliário local para implantar obras de macrodrenagem e parques de lazer, possibilitando não só o controle das ocupações sobre áreas de preservação como também a valorização da principal área de crescimento da cidade.
- d) Controlar a oferta excessiva de lotes na região de São Braz/São Sebastião, privilegiando a ocupação dos lotes baldios já infraestruturados.

Escopo da ação

- a) Realização de reuniões com agentes do mercado imobiliário, proprietários de áreas relacionadas, vereadores e moradores das regiões sob intervenção da OUC Rio Vermelho para definições dos detalhes da lei específica da
- b) Divulgação dos parâmetros aprovados dentro da lei específica da OUC Rio Vermelho através de cartilha própria e chamamentos públicos para realização das ações componentes.
- c) Ofertar ao mercado imobiliário potenciais construtivos semelhantes aos de Porto União sem, porém, deixar de equacionar os impactos das densidades sobre a infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, chamando a iniciativa privada a contribuir para o equilíbrio da ocupação da "Ferradura".
- d) Prestação de contas da Operação urbana através de audiências públicas e publicação de toda a documentação resultante das ações empreendidas.

Justificativa do projeto

A grande quantidade de vazios urbanos existentes na cidade de União da Vitória, superiores à demanda por solo urbano prevista para a próxima década, reduz sensivelmente a necessidade de novos loteamentos, em função do interesse de tornar a ocupação mais compacta e eficiente. Por este motivo, a criação da área peri-urbana tende a se sedimentar como porção de transição de usos rurais e urbanos e não como área de expansão, fortalecendo a condição de cinturão verde já evidente em algumas porções. Neste contexto, apenas a região à leste do Bairro Bento Munhoz possui maior potencial de uso urbano, capaz de integrar melhor o bairro São Sebastião ao centro do São Cristóvão. Como a ocupação dessa grande porção do território geraria forte demanda por infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, de certa forma desnecessários em função da possibilidade de atendimento da população pelos investimentos já realizados, propõem-se que esta região só seja loteada a partir de uma Operação Urbana Consorciada, fazendo com que o lucro imobiliário resultante desse processo possa contribuir com o ônus que recairá sobre toda comunidade.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Estudos técnicos econômicos	1,00	estudo	20.000	20.000,00
2	Estudos técnicos urbanísticos / arquitetônicos	1,00	projeto	30.000	30.000,00
3	Gerenciamento / fiscalização	40,00	meses	5.000	200.000,00
Total da estimativa					250.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Estudos econômicos						0,00	20,00
2	Estudos urbanísticos						0,00	30,00
3	Gerenciamento / fiscalização						0,00	200,00
Dispêndio por exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00

Fontes de recursos

1	Estudos econômicos	Orçamento municipal
2	Estudos urbanísticos	Orçamento municipal
3	Gerenciamento / fiscalização	Orçamento municipal

Coordenação

Indicadores

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Planejamento)	2013 2018	Realizados um estudo econômico e um estudo urbanístico (abrangente em área) para a OUC Rio Vermelho. Eventos de atração de interessados e fiscalização da execução das operações imobiliárias
<i>Outros apoios</i>		
Secr Educação, Saúde, Assist. Social		
Secr Transportes e Serviços Públicos		
Cia. Habitação e Desenvolvimento		

PROJETO 2.d	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE d.1
	PROJETO NOVA POLÍTICA HABITACIONAL	
	AÇÃO RELOCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 78</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Estabelecer uma política habitacional racional e eficiente, atrelada às diretrizes do Plano Diretor, que possibilite o atendimento dos diversos tipos de demanda existentes hoje no município.

Objetivos específicos da ação

- Re-equilibrar a ocupação urbana de União da Vitória através da relocação de famílias residentes dentro de áreas sujeitas a inundações recorrentes e riscos de escorregamento.
- Regularizar e urbanizar áreas de ocupações fora de áreas de risco, em especial ao longo da antiga ferrovia que divide os estados e áreas ocupadas através de relocações feitas pelo poder público.
- Garantir os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade no que se refere ao instrumento do Usucapião Especial, através de assessoria técnica permanente dentro das atribuições da CIAHAB.

Escopo da ação

- Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, definindo, conjuntamente com Porto União, a hierarquia das áreas que deverão sofrer intervenções de relocação e regularização fundiária.
- Criação, dentro da estrutura da CIAHAB, uma estrutura permanente voltada à regularização fundiária, tanto no cadastramento de famílias em condições de obter concessão municipal, quanto na assessoria técnica para obtenção de Usucapião Especial (propriedade privada).
- Elaboração de cadastro e projeto de urbanização e relocação de áreas de ocupações irregulares e com riscos de inundação/escorregamento, inclusive com obtenção de toda documentação exigida para acesso a recursos estaduais, federais e internacionais.

Justificativa do projeto

O re-equilíbrio da ocupação urbana envolve a continuidade do importante trabalho que vem sendo realizado nas últimas décadas de relocação de ocupações irregulares em área de risco de inundação. Com a estruturação de uma nova Política Habitacional a partir do Plano Diretor poderá se planejar as ações de relocação também de ocupações formais, necessárias em quase todas as intervenções urbanas previstas, re-assentando as famílias em áreas próximas fazendo com que elas também usufruam as melhorias trazidas pela revitalização. Além do programa contínuo de relocação, a nova Política Habitacional também comportará a criação de estrutura própria para Regularização Fundiária e Reurbanização, tanto para áreas públicas como para usucapiões especiais em áreas particulares, podendo trazer para a "cidade legal" áreas ocupadas ao longo da antiga ferrovia e áreas de reassentamento organizadas pelo próprio poder público. Dada a importância dessas ações, a nova política deve ser debatida e detalhada na elaboração de um PLHIS conjunto de União da Vitória com Porto União.

Estimativa dos investimentos (reais)

Discriminação etapa ou parcela		Qtde	Unid	Unitário	Custo total
1	PLHIS (Plano Local e Habitação de Interesse Social)	1,00	plano	40.000,00	40.000,00
2	Ações regulariz. fundiária (apoio técnico ao cidadão)	500,00	apoios	200,00	100.000,00
3	Produção de áreas para habitação social subsidiada	16,00	ha	60.000,00	960.000,00
2	Produção habitação social subsidiada (contrapartida)	400,00	casa	6.000,00	2.400.000,00
Total da estimativa					3.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

Discriminação		2009	2010	2011	2012	2013	Até 2013	Até 2018
1	PLHIS	40,00					40,00	0,00
2	Ações regulariz. fundiária	20,00	40,00	40,00			100,00	0,00
3	Produção de áreas (lotes)	60,00	120,00	120,00	120,00	120,00	540,00	420,00
4	Produção habitações (contrap.)	90,00	180,00	360,00	360,00	360,00	1.350,00	1.050,00
Dispêndio por exercício		210,00	340,00	520,00	480,00	480,00	2.030,00	1.470,00

Fontes de recursos

1	PLHIS	Orçamento municipal + Ministério das Cidades
2	Ações regulariz. fundiária	Orçamento municipal + Ministério das Cidades
3	Produção de áreas (lotes)	Orçamento municipal + Companhias concessionárias serviços públicos
4	Produção habitações (contrap.)	Orçamento municipal + Min.Cidades (financiamento CEF; subsídio OGU)

Coordenação

Indicadores

Cia. Municipal de Habitação e Desenvolvimento	2013	PLHIS elaborado em 2009
		Regularizadas até 500 ocupações irregulares
		Produzidas pelo men os 200 moradias (subsídio)
Secr Transportes e Serv Públicos	2018	Produzidas mais 200 moradias (com subsídio)
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)		
Caixa Econômica Federal		

PROJETO 2.d	EIXO ESTRUTURANTE 2 UNIÃO POLINUCLEADA	AÇÃO COMPONENTE d.2
	PROJETO NOVA POLÍTICA HABITACIONAL	
	AÇÃO HABITAÇÃO SOCIAL DISSEMINADA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 78</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Estabelecer uma política habitacional racional e eficiente, atrelada às diretrizes do Plano Diretor, que possibilite o atendimento dos diversos tipos de demanda existentes hoje no município.

Objetivos específicos da ação

- Ofertar, para toda população de União da Vitória, condições de adquirir a casa própria em todas as regiões da cidade, inserindo os novos conjuntos em áreas já consolidadas, reduzindo o preconceito e a segregação social.
- Tornar mais eficiente o uso dos equipamentos e da infraestrutura já implantados e a implantar, através da ocupação de vazios urbanos por ações de habitação de maior densidade.
- Permitir que as famílias possam adquirir sua casa própria nas proximidades do local de residência atual, tanto no que se refere às relocações quanto a oferta de imóveis para famílias pobres.
- Produzir uma oferta constante de habitação de interesse social, evitando a recorrência de ocupações irregulares e permitindo acesso à terra urbana para todos os seus habitantes.

Escopo da ação

- Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, definindo, conjuntamente com Porto União, a hierarquia a demanda total por habitação social e o planejamento para composição de um banco de terras.
- Estruturação de um banco de terras para habitação social, adquirindo áreas através de compra e consórcio imobiliário em todas as regiões da cidade.
- Elaboração de projetos e estrutura de apoio técnico para viabilização de ações tanto da CIAHAB, como da Cohapar e da iniciativa privada (dentro do sistema de financiamento gerenciado pela CEF) nas áreas componentes do banco de terras voltado para habitação social.
- Construção de casas, sobrados e apartamentos populares disseminadas pela cidade, através da utilização de recursos próprios, estaduais e federais.

Justificativa do projeto

Em função do extenso e contínuo esforço para erradicação de ocupações irregulares e sobre áreas com forte risco de inundação e escorregamento, a nova Política Habitacional consolidada após a realização do PLHIS das Gêmeas do Iguacu deverá prever um programa de produção disseminada de habitação e lotes urbanizados. Além da constituição de um banco de terras consistente, esta ação demandará um forte trabalho social, visando relocar famílias em áreas próximas a suas origens, fazendo com que mantenham as relações de vizinhança e também usufruam dos investimentos realizados junto às áreas relocadas. A produção disseminada, em conjuntos de menos de 50 unidades tanto de casas térreas como de sobrados e apartamentos, inseridos na malha também visa aproveitar a estrutura já implantada, tornar a cidade mais compacta pelo uso de vazios e reduzir o preconceito contra famílias reassentadas através de sua dispersão entre ocupações consolidadas.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	PLHIS (complementa a ação d.1)	1,00	plano	16.000,00	16.000,00
2	Aquisição de áreas para habitação social	23,00	lotes	10.000,00	230.000,00
3	Produção de casas (verba p/ capital de giro)	38,00	casa	18.000,00	684.000,00
2	Produção de apartamentos (reserva p/ capital de giro)	38,00	apto	15.000,00	570.000,00
Total da estimativa					1.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 PLHIS (complemento)	16,00					16,00	0,00
2 Aquisição de áreas		115,00	115,00			230,00	0,00
3 Cap. giro p/ produção de casas			90,00	180,00	180,00	450,00	234,00
4 Cap. giro p/ produção aptos.				150,00	150,00	300,00	270,00
Dispêndio por exercício	16,00	115,00	205,00	330,00	330,00	996,00	504,00

Fontes de recursos

1 PLHIS	Orçamento municipal + Ministério das Cidades
2 Ações regulariz. fundiária	Orçamento municipal + Ministério das Cidades
3 Produção de áreas (lotes)	Orçamento municipal + Companhias concessionárias serviços públicos
4 Produção habitações (contrap.)	Orçamento municipal + Min.Cidades (financiamento CEF; subsídio OGU)

Coordenação

<i>Coordenação</i>	<i>Indicadores</i>
Cia. Municipal de Habitação e Desenvolvimento	2013 PLHIS elaborado em 2009
	Estoque de lotes da CIAHAB acima de 20 lotes
	Produzidas pelo menos 60 casas e 60 apartamentos
<i>Outros apoios</i>	
Secr Transportes e Serv Públicos	2018 Estoque de lotes da CIAHAB acima de 50 lotes
Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)	Produção própria à velocidade de 40 casas/ano
Caixa Economica Federal	Produção própria à velocidade de 40 aptos/ano

6.2.3 EIXO 3: QUALIDADE DE VIDA URBANA

O eixo de desenvolvimento 3 é composto por uma série de ações necessárias para garantir maior acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos para a população de todas as regiões da cidade. Entre os investimentos necessários dentro desse eixo destacam-se os montantes necessários para aumentar sensivelmente a cobertura de pavimentação urbana através de um sistema rotativo e a construção e estruturação de equipamentos públicos nas regiões não servidas dentro dos raios de acessibilidade definidos na Lei do Plano Diretor, capazes de complementar a já eficiente oferta desses serviços à população.

Além dos recursos próprios previstos para o Eixo Qualidade de Vida Urbana são previstos pesados investimentos de outras fontes, em especial da concessionária do sistema de saneamento urbano, em débito com a sociedade local no que se refere à cobertura da rede de esgoto e no tratamento do esgoto coletado.

Quadro 120
Investimentos previstos no Eixo 3: Qualidade de Vida Urbana (em mil reais)

Código		Ação	Previsão de investimentos		
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018	Total
3a	a1	Ampliação da rede de esgoto	0,00	0,00	0,00
	a2	Tratamento de todo o esgoto coletado	0,00	0,00	0,00
3b	b1	Sistema rotativo de pavimentação urbana	6.000,00	0,00	6.000,00
	b2	Nova lei de parcelamentos urbanos	26,00	0,00	26,00
3c	c1	Universalização da iluminação pública	100,00	0,00	100,00
	c2	Acessibilidade total do transporte coletivo	200,00	0,00	200,00
	c3	Racionalização espacial do sistema de educação	500,00	0,00	500,00
	c4	Universalização da educação infantil	2.000,00	3.000,00	5.000,00
	c5	Descentralização do equipamento cultural	500,00	1.000,00	1.500,00
	c6	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico	500,00	500,00	1.000,00
	c7	Universalização do Programa de Saúde da Família	2.000,00	3.000,00	5.000,00
	c8	Disseminação do equipamento de esporte e lazer	962,00	962,00	1.924,00
	c9	Implantação de feiras livres nos bairros	338,50	411,50	750,00
			13.126,50	8.873,50	22.000,00

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Nas planilhas correspondentes a cada ação componente do Eixo, são apresentados os investimentos propostos para cada exercício fiscal dos cinco primeiros anos e, nas colunas à direita, os valores correspondentes ao primeiro quinquênio (Até 2013) e ao segundo quinquênio (Até 2018).

PROJETO 3.a	EIXO ESTRUTURANTE 3	AÇÃO COMPONENTE a.1
	QUALIDADE DE VIDA URBANA	
	PROJETO	
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
	AÇÃO	
	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 79</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir o acesso à rede de esgoto de sanitário em todas as regiões de ocupação consolidada, reduzindo a poluição de rios e do lençol freático e reduzindo os riscos à saúde ocasionados pela falta de saneamento.

Objetivos específicos da ação

- Garantir à população níveis mínimos de saneamento não encontrados atualmente, eliminando da cidade valetas de esgoto a céu aberto e fossas ineficientes em áreas de lençóis freáticos superficiais.
- Reduzir a poluição de rios e do lençol freático através da implantação de redes de esgoto e do controle das ligações clandestinas nas redes de águas pluviais.
- Retomar a gestão efetiva do saneamento em União da Vitória e Porto União, seja com a criação de uma agência própria que controle as ações da empresa concessionária ou pela gestão direta dos sistemas de água, esgoto e coleta e destinação de lixo.

Escopo da ação

- Criação de uma estrutura permanente de gestão do saneamento em conjunto com Porto União, retomando para os municípios a gestão dos sistemas de água, esgoto e coleta e destinação de lixo.
- Elaboração do Plano Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos, fazendo um amplo levantamento da situação atual e da hierarquização dos investimentos na ampliação da rede de esgoto sanitário.
- Elaboração de projetos técnicos e obras de ampliação da rede de esgoto sanitário, priorizando as regiões com maior densidade, maior número de doenças de origem hídrica e possibilidade de interligação com a rede já existente.
- Ação permanente contra as ligações clandestinas e fossas negras em áreas já supridas com rede de esgoto, através de fiscalização integrada (agência reguladora e concessionária) e programas educativos.

Justificativa do projeto

Atualmente, a falta de acesso a rede de esgotos é identificada pela população como o principal problema da cidade, inclusive em áreas que já possuem este benefício em parte de suas vias. Em função do lençol freático raso e da presença de grandes rios em regime de acumulação, a cobertura atual inferior à 30% assume proporções dramáticas, visíveis nas doenças de vinculação hídrica, em valas ao céu aberto e na contaminação de rios que não comportam nenhum tipo de vida. Neste sentido será necessário mais do que ampliar a rede para as regiões de maior densidade, através da definição de áreas prioritárias dentro da elaboração do Plano Municipal de Gestão de Recursos Hídricos, mas também criar uma estrutura de fiscalização tanto das ligações clandestinas comuns em várias regiões da cidade como também dos investimentos da empresa concessionária que permitiram que a situação chegasse a este ponto.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Plano Municipal de Gestão de Recursos Hídricos	1,00	plano	75.000	75.000,00
2	Correções e melhorias na rede existente	55,00	km	35.000	1.925.000,00
3	Ampliação da rede de coleta de esgotos	200,00	km	80.000	16.000.000,00
Total da estimativa					18.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Plano de Recursos Hídricos	75,00					75,00	0,00
2	Correções na rede existente	125,00	600,00	600,00	600,00		1.925,00	0,00
3	Ampliação de rede de coleta		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00
	Dispêndio por exercício	200,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.000,00	10.000,00	8.000,00

Fontes de recursos

1	Plano de Recursos Hídricos	Investimentos a serem aportados integralmente pela empresa concessionária
2	Correções na rede existente	
3	Ampliação de rede de coleta	

<i>Coordenação</i>	<i>Indicadores</i>
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	2013 Elaborado PMGRH já em 2009
	Corrigidos problemas da rede atual até 2012
<i>Outros apoios</i>	Ampliada a rede de coleta em 80 km
Secretaria de Saúde	2018 Ampliada a rede para comprimento total de 210 km (inclui os 63 km atuais), chegando a 90% da malha de ruas servida de esgoto sanitário

PROJETO 3.a	EIXO ESTRUTURANTE 3	AÇÃO COMPONENTE a.2
	QUALIDADE DE VIDA URBANA	
	PROJETO SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
	AÇÃO TRATAMENTO DE TODO ESGOTO COLETADO	

Consultar mapa na Prancha 79

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir o acesso à rede de esgoto de sanitário em todas as regiões de ocupação consolidada, reduzindo a poluição de rios e do lençol freático e reduzindo os riscos à saúde ocasionados pela falta de saneamento.

Objetivos específicos da ação

- a) Garantir à população níveis mínimos de saneamento não encontrados atualmente, eliminando da cidade o despejo direto de efluentes nos rios e impactos indesejáveis ocasionados pela ineficiência das estações de tratamento de esgoto (mau-cheiro, proliferação de insetos, etc).
- b) Reduzir a poluição de rios e do lençol freático através da implantação de redes de esgoto e do controle das ligações clandestinas nas redes de águas pluviais.
- c) Retomar a gestão efetiva do saneamento em União da Vitória e Porto União, seja com a criação de uma agência própria que controle as ações da empresa concessionária ou pela gestão direta dos sistemas de água, esgoto e coleta e destinação de lixo.

Escopo da ação

- a) Criação de uma estrutura permanente de gestão do saneamento em conjunto com Porto União, retomando para os municípios a gestão dos sistemas de água, esgoto e coleta e destinação de lixo.
- b) Elaboração do Plano Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos, fazendo um amplo levantamento da situação atual e definindo níveis mínimos de depuração permitidos para entrega dos resíduos das estações de tratamento tanto de efluentes domésticos como industriais.
- c) Elaboração de projetos técnicos e construção/reforma das estações de tratamento de esgoto sanitário de União da Vitória, priorizando as bacias com maior densidade e com maior número de doenças de vinculação hídrica.
- d) Ação permanente de fiscalização dos níveis de depuração das estações de tratamento e do despejo direto de efluentes em cursos d'água dentro do município.

Justificativa do projeto

Além da reduzida cobertura da rede de esgoto atualmente implantada em União da Vitória, a comunidade sofre também com a destinação final dos efluentes, seja em função do despejo direto sem tratamento no Rio Vermelho, seja pelo mau-cheiro ocasionado pelos sistemas implantados nos Conjuntos e no São Bernardo. Da mesma forma, a grande quantidade de indústrias existentes no município gera a necessidade um trabalho contínuo de fiscalização em parceria com o IAP, a ser realizada pela mesma agência responsável pela gestão de saneamento a ser criada a partir do PMGRH. A erradicação de qualquer despejo direto de efluentes diretamente nos rios, assim como a implantação de sistemas que não resultem na emissão de gases tão danosos à população quanto ao meio ambiente deve ser pensada dentro do contexto da Bacia do Iguaçu como um todo, tão sensível para o governo estadual dentro da região metropolitana de Curitiba.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	ETE do Conjunto Bento Munhoz da Rocha	1,00	unid	800.000	800.000,00
2	Recuperação da ETE São Bernardo	1,00	serv	900.000	900.000,00
3	ETEs Rio Vermelho, Guabiroba e D'Areia	3,00	unid	1.500.000,0	4.500.000,00
4	ETEs São Gabriel	1,00	unid	1.800.000,0	1.800.000,00
Total da estimativa					8.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	ETE do Conjunto Bento	800,00					800,00	0,00
2	Recuperação ETE S. Bernardo		450,00	450,00			900,00	0,00
3	ETEs Vermelho, Guab. e Areia				1.500,00	1.500,00	3.000,00	1.500,00
4	ETE São Gabriel						0,00	1.800,00
	Dispêndio por exercício	800,00	450,00	450,00	1.500,00	1.500,00	4.700,00	3.300,00

Fontes de recursos

1	ETE do Conjunto Bento
2	Recuperação ETE S. Bernardo
3	ETEs Vermelho, Guab. e Areia
4	ETE São Gabriel

Investimentos a serem aportados integralmente pela empresa concessionária

	<i>Coordenação</i>	<i>Indicadores</i>
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	2013	Corrigido esgoto in-natura no Conjunto Bento (2009) Corrigidos problemas da ETE São Bernardo
		Mais uma ETE em funcionamento
Secretaria de Saúde	2018	Conjunto total formado de 6 ETEs inclusive uma especial no São Gabriel (resíduos industriais) Tratado 100% do esgoto coletado (coletado 90% do esgoto gerado)

PROJETO 3.b	EIXO ESTRUTURANTE 3	AÇÃO COMPONENTE b.1
	QUALIDADE DE VIDA URBANA	
	PROJETO PAVIMENTAÇÃO DE VIAS LOCAIS	
	AÇÃO SISTEMA ROTATIVO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA	

Consultar mapa na Prancha 80

Objetivo geral do projeto estruturante

Aumentar sensivelmente o acesso da população à pavimentação viária, através de um sistema eficiente de investimentos públicos e particulares.

Objetivos específicos da ação

- a) Permitir à maior parte da população de União da Vitória o acesso à pavimentação viária, através do financiamento das obras na forma de um fundo rotativo.
- b) Priorizar a pavimentação de áreas de maior densidade e fora das áreas com risco de inundação e escorregamentos, permitindo um uso consequente dos recursos públicos e da população beneficiada.
- c) Fortalecer os centros sujeitos a Notificação para Uso Compulsório através da prioridade para pavimentação, facilitando a utilização de áreas ociosas e concentrando a população em regiões mais favoráveis à ocupação.
- d) Implantar a pavimentação das vias locais dentro dos novos parâmetros estabelecidos pela Lei de Sistema Viário, favorecendo a hierarquização das ruas através da caixa de rolamento, iluminação pública e arborização.

Escopo da ação

- a) Realização de reuniões em todos os distritos de planejamento para definição dos parâmetros para utilização do fundo rotativo de pavimentação, inclusive critérios para hierarquização, percentual mínimo de adesão, carência e forma de pagamento da contribuição de melhoria.
- b) Aprovação de lei específica regulando o Sistema Rotativo de Pavimentação Urbana e divulgação dos critérios para participação através de cartilhas.
- c) Elaboração de projetos técnicos das vias a serem pavimentadas, de acordo com os novos parâmetros da Lei de Sistema Viário.
- d) Execução das obras de pavimentação de vias locais dentro do Sistema Rotativo, de acordo com as prioridades estabelecidas em conjunto com a população.

Justificativa do projeto

A reduzida cobertura de pavimentação existente atualmente em União da Vitória, similar às demais cidades do centro-sul paranaense é resultado da forma de parcelamento do solo urbano e da grande quantidade de vazios urbanos dentro da malha, tornando a cidade ineficiente e gerando uma demanda muito superior a real necessidade ocasionada por seu porte. Para enfrentar estes pesados investimentos, o poder público terá que contar com a contribuição dos moradores beneficiados, através de um fundo rotativo que possibilite a realização contínua de obras neste setor. Para a definição das prioridades de pavimentação de vias locais (as vias com importância no sistema viário serão feitas com recursos de outras fontes), deverá ser compartilhado o poder de decisão com a comunidade, visando sempre o atendimento do maior número de pessoas, a viabilização econômica do sistema e o direcionamento da ocupação urbana previsto no Plano Diretor, excluindo-se do sistema vias em áreas de significativo risco de inundação e escorregamento.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Drenagem pluvial Ø = 40 + 1 par BL cada 60m	24.000	ml	37,80	907.200,00
2	Meios-fios	48.000	ml	15,20	729.600,00
3	Pavimentação TST ou pedras irregulares	129.441	m ²	27,20	3.520.800,00
4	Calçadas mod. Lei do Sistema Viário	62.400	m ²	13,50	842.400,00
Total da estimativa					6.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Drenagem pluvial	302,40	302,40	302,40			907,20	0,00
2	Meios-fios	243,20	243,20	243,20			729,60	0,00
3	Pavimentação	1.173,60	1.173,60	1.173,60			3.520,80	0,00
4	Calçadas	280,80	280,80	280,80			842,40	0,00
Dispêndio por exercício		2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00

Fontes de recursos

1	Drenagem pluvial	Orçamento municipal + retorno (contribuição de melhoria)
2	Meios-fios	Orçamento municipal + retorno (contribuição de melhoria)
3	Pavimentação	Orçamento municipal + retorno (contribuição de melhoria)
4	Calçadas	Orçamento municipal + retorno (contribuição de melhoria)

Coordenação

Indicadores

Secr Transporte e Serviços Públicos	2013	Criado o "capital inicial" para pelo menos 8 km por ano
<i>Outros apoios</i>		Ao final de 2013, ter pavimentado pelo menos 27 km
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Com os retornos, ter, ao final de 2018, pavimentado pelo menos 60 km

PROJETO 3.b	EIXO ESTRUTURANTE 3	AÇÃO COMPONENTE b.2
	QUALIDADE DE VIDA URBANA	
	PROJETO PAVIMENTAÇÃO DE VIAS LOCAIS	
	AÇÃO NOVA LEI DE PARCELAMENTOS URBANOS	

Consultar mapa na Prancha 80

Objetivo geral do projeto estruturante

Aumentar sensivelmente o acesso da população à pavimentação viária, através de um sistema eficiente de investimentos públicos e particulares.

Objetivos específicos da ação

- Reduzir a demanda por pavimentação exigindo dos loteadores a execução de todas as obras de infraestrutura urbana, retirando do lucro imobiliário os investimentos que hoje ficam como ônus para toda comunidade.
- Incentivar a ocupação dos vazios urbanos existentes e controlar a oferta de lotes urbanos através de novas exigências sobre o loteamento privado.
- Garantir uso mais efetivo das áreas
- Dotar de maior profissionalismo a produção de lotes urbanos, através da exigência de qualidade dos produtos ofertados e das cauções exigidas como garantia da execução da infraestrutura dos loteamentos.

Escopo da ação

- Divulgação da nova lei de parcelamentos e das demais leis componentes do Plano Diretor.
- Intensificação da fiscalização sobre parcelamentos clandestinos.

Justificativa do projeto

A quantidade de vazios urbanos voltados para ruas já abertas, muito superior a demanda para os próximos 10 anos, definiu as alterações no perímetro urbano e também na Lei de Parcelamentos Urbanos, dada a falta de necessidade de grande produção de lotes a curto e médio prazo. Se por um lado a super-oferta de lotes gera uma cidade pouco eficiente, gera também a oportunidade de alterar os parâmetros necessários para novos parcelamentos sem o risco de se gerar um déficit de oferta, que ocasionaria sensível aumento no valor da terra urbana. A partir dessas definições passará a ser exigido dos novos loteamentos a implantação de infraestrutura completa, fazendo com que o investidor imobiliário assumira com os custos também da pavimentação, uma vez que o ônus gerado pela demanda por pavimentação já é superior a capacidade da comunidade sanar a médio prazo.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Divulgação (textos, palestras, eventos)	10,00	evento	500,00	5.000,00
2	Estudos de empreendimentos	3,00	estudo	7.000,00	21.000,00
Total da estimativa					26.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Divulgação	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	5,00	0,00
2	Estudos de empreendimentos	7,00	7,00	7,00			21,00	0,00
Dispêndio por exercício		8,00	8,00	8,00	1,00	1,00	26,00	0,00

Fontes de recursos

1	Divulgação	Orçamento municipal
2	Estudos de empreendimentos	Orçamento municipal

Coordenação

Indicadores

Secr Urbanismo e Meio Ambiente (atual Planej)	2013	Realizados três estudos preliminares
		Realizados cinco eventos de divulgação
<i>Outros apoios</i>		
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3 QUALIDADE DE VIDA URBANA	AÇÃO COMPONENTE c.1
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO UNIVERSALIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 81</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

a) Universalizar a iluminação pública em todas as ruas do perímetro urbano e peri-urbano, inclusive nas estradas que ligam os loteamentos periféricos à malha urbana consolidada.

b) Hierarquizar o sistema viário através da hierarquização da iluminação pública, adaptando as redes existentes com lâmpadas de maior eficiência energética.

Escopo da ação

a) Elaboração de projeto técnico da adaptação de toda rede de iluminação pública existente para os novos parâmetros de hierarquia aprovados na Lei de Sistema Viário e para maior eficiência energética.

b) Elaboração de projeto técnico de ampliação da rede de iluminação pública para todas as ruas do perímetro urbano e peri-urbano.

c) Execução das obras de ampliação da rede de iluminação pública para todas as ruas do perímetro urbano e peri-urbano.

d) Execução de obras de hierarquização e manutenção da rede de iluminação pública existente, primando pelas soluções de maior eficiência energética.

Justificativa do projeto

A cobertura de iluminação pública urbana de União da Vitória é bastante satisfatória, suprimindo praticamente todas as áreas de ocupação efetiva. Apesar disso, será necessária a sua extensão para áreas de concentração de glebas ociosas (em especial no Rocio) e áreas localizadas entre loteamentos, garantindo segurança para a população durante todo o percurso. Além dessa pequena ampliação, a Lei de Sistema Viário delegou para a rede de iluminação pública um importante papel na leitura da hierarquização das vias, tornando mais forte a luminância à medida que a rua ganha maior status dentro do sistema. Nas vias locais também será necessário um programa amplo de manutenção e melhoria na eficiência energética das lâmpadas, esforço comum a todas as cidades brasileiras e menos dramático no caso de União da Vitória.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Extensão de rede	2,00	km	25.000,00	50.000,00
2	Instalação de braços	100,00	peças	200,00	20.000,00
3	Instalação / troca de luminárias para adaptação à Lei do Sistema Viário	1.000,00	unids	30,00	30.000,00
Total da estimativa					100.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Extensão de rede	25,00	25,00				50,00	0,00
2	Instalação de braços	10,00	10,00				20,00	0,00
3	Luminárias	15,00	15,00				30,00	0,00
Dispêndio por exercício		50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

Fontes de recursos

1	Extensão de rede	Orçamento municipal (contribuição para iluminação pública)
2	Instalação de braços	Orçamento municipal (contribuição para iluminação pública)
3	Luminárias	Orçamento municipal (contribuição para iluminação pública)

Coordenação

Indicadores

Secr Transportes e Serviços Públicos	2013	Nenhuma rua do sistema viário oficial sem iluminação pública
--------------------------------------	------	--------------------------------------------------------------

Outros apoios

Secr Finanças	2018	
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		

OBS - Troca de luminárias fora da adaptação à LSV é atividade de manutenção (custeada pela CIP)

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3	AÇÃO COMPONENTE c.2
	QUALIDADE DE VIDA URBANA	
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO ACESSIBILIDADE TOTAL DO TRANSPORTE COLETIVO	

Consultar mapa na Prancha 81

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

- a) Tornar o sistema de transporte coletivo urbano totalmente acessível para portadores de necessidades especiais, garantindo um direito essencial para esta parcela da população.
- b) Adaptar veículos e terminais de embarque com rampas/elevadores apropriados para deficientes físicos e piso tátil e sinalizadores para deficientes visuais.
- c) Dotar de rampas para cadeirantes as regiões de maior fluxo de pedestres, em especial a área central da cidade e os novos centros dos bairros.

Escopo da ação

- a) Elaboração de projeto técnico de acessibilidade para adaptação do terminal de transporte coletivo (antiga rodoviária), incluindo rampas e implantação de piso tátil e sinal sonoro para deficientes visuais.
- b) Execução de obras para adaptação do terminal de transporte coletivo e implantação de rampas nas esquinas das principais ruas do Centro e de São Cristóvão (de acordo com parâmetros da Lei de Sistema Viário).
- c) Implantação de dispositivos de acessibilidade em pelo menos 25% dos pontos de ônibus existentes na cidade, garantindo um raio máximo de deslocamento para acesso de 500 m.
- d) Aquisição de ônibus com dispositivos de acessibilidade a medida que vence a vida útil da frota atual.

Justificativa do projeto

A qualidade de vida da população somente será efetiva se todos os seus habitantes conseguem usufruir do espaço urbano, ponto onde se destaca a questão da acessibilidade. De modo especial, a adaptação do sistema de transporte coletivo e do sistema viário permite aos portadores de necessidades especiais um maior grau de independência, dando à palavra cidadania uma face real que geralmente escapa para a maior parte da sociedade. A adaptação dos veículos de transporte coletivo e dos pontos de embarque será feita gradativamente, priorizando o atendimento a todas as regiões da cidade em horários pré-determinados, que deverão ser divulgados amplamente. A adaptação do Terminal de Transporte Coletivo deverá ser feita já a curto prazo, assim como todos os equipamentos públicos já tem obrigação de possuir acessibilidade total por força de lei federal. A implantação de rampas para deficientes físicos e piso tátil para deficientes visuais deverá dar prioridade às ruas de maior movimento no curto prazo, sendo que toda via a receber nova pavimentação deverá já prever a acessibilidade, conforme novos parâmetros da Lei de Sistema Viário.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projeto de acessibilidade	1,00	projeto	20.000,00	20.000,00
2	Intervenções no terminal central	1,00	verba	80.000,00	80.000,00
3	Intervenções nos pontos de ônibus	50,00	pontos	2.000,00	100.000,00
Total da estimativa					200.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Projeto de acessibilidade	20,00					20,00	0,00
2 Intervenções no terminal		80,00				80,00	0,00
3 Intervenções nos pontos		10,00	90,00			100,00	0,00
Dispêndio por exercício	20,00	90,00	90,00	0,00	0,00	200,00	0,00

Fontes de recursos

1 Projeto de acessibilidade	Orçamento municipal
2 Intervenções no terminal	Orçamento municipal + Paraná Urbano II + Min Transportes / Cidades
3 Intervenções nos pontos	Orçamento municipal + Paraná Urbano II + Min Transportes / Cidades

Coordenação

Indicadores

Secr Transportes e Serviços Públicos	2013	Terminal e 25% dos pontos de ônibus das linhas adaptados para acesso de deficientes físicos
--------------------------------------	------	---------------------------------------------------------------------------------------------

Outros apoios

Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	
Secr Assistência Social		

OBS - Após 2013, reformar os pontos de ônibus restantes (75%) como parte da rotina de manutenção

PROJETO 3.C	EIXO ESTRUTURANTE 3 QUALIDADE DE VIDA URBANA	AÇÃO COMPONENTE C.3
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO RACIONALIZAÇÃO ESPACIAL DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 81</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

- Garantir o acesso à equipamentos de educação infantil, fundamental e ensino médio a toda população dentro dos raios estabelecidos pela Lei do Plano Diretor.
- Reduzir o transporte escolar intra-urbano ao mínimo indispensável, através do controle de demanda e flexibilidade dos equipamentos de educação existentes.
- Atingir índices absolutos de frequência dentro do ensino fundamental e de pelo menos 80% no ensino médio e na educação infantil.

Escopo da ação

- Divulgação dos resultados do Plano Municipal de Educação e do Plano Diretor, na forma de cartilhas voltadas para professores, alunos e pais.
- Elaboração de projetos técnicos de ampliação e construção de novas escolas de acordo com os parâmetros estabelecido no PME e na Lei do Plano Diretor.
- Execução de obras de ampliação das escolas em áreas com demanda reprimida para ensino fundamental de 1a a 4a séries.
- Aquisição de áreas para construção de novas unidades de ensino médio em parceria com a Fundepar.

Justificativa do projeto

A racionalização espacial do sistema de educação parte de uma boa base, uma vez que há bom número de escolas e interessante dispersão pela cidade, com raras exceções. Para tornar possível a oferta de unidades de educação dentro dos raios de acessibilidade definidos na Lei do Plano Diretor será necessário enfrentar o ônus ocasionado pelos loteamentos periféricos, servindo áreas ainda com uso rural a longo prazo. No âmbito do ensino fundamental de 1a a 4a série, serão necessárias poucas ampliações de salas de aula em unidades existentes, sendo a demanda por novas unidades mais fortes no São Sebastião/Bau (em função da condição periférica), do Panorama/Bandeirantes (com o adensamento em andamento), do sul do Nossa Senhora Salete (com a ocupação do Jardim Ovídia) e da porção entre o São Bernardo e o São Basílio (a medida que a densificação dessa área torna-se realidade). Em relação a estrutura estadual, será necessário durante a vigência do PDM fornecer áreas para construção de novas unidades no João Paulo II/Roseira, São Joaquim, parte sul do Bom Jesus e uma unidade especial na Limeira, com ampla estrutura social e profissionalizante.

Estimativa dos investimentos (reais)

Discriminação etapa ou parcela		Qtde	Unid	Unitário	Custo total
1	Aquisição de terrenos (oferta ao Governo do Estado)	5,00	ha	40.000,00	200.000,00
2	Reformas / ampliações	400,00	m ²	750,00	300.000,00
Total da estimativa					500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	Até 2013	Até 2018
1 Aquisição de terrenos	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	200,00	0,00
2 Reformas / ampliações	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	300,00	0,00
Dispêndio por exercício	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00	0,00

Fontes de recursos

1 Aquisição de terrenos	Orçamento municipal
2 Reformas / ampliações	Orçamento municipal + Paraná Urbano + Repasses OGU / OGE

Coordenação

Indicadores

Secr de Educação	2013	Adquiridos 5 hectares em terrenos de várias localizações, para o sistema escolar
Outros apoios		Ampliados/reformados 400m ² de edif escolares
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3	AÇÃO COMPONENTE c.4
	QUALIDADE DE VIDA URBANA	
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	

Consultar mapa na Prancha 81

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

- Garantir o acesso universal à educação infantil a todas as crianças em idade entre 4 e 6 anos, dentro de um raio de 500 m da residência ou do emprego de um dos pais.
- Garantir o acesso à educação infantil a todas as crianças entre 0 e 3 anos que pelo um dos pais tenha emprego fixo, dentro de um raio de 500 m da residência ou do emprego de um dos pais.
- Melhorar os indicadores de educação da população a longo prazo, a partir do trabalho realizado desde os primeiros anos de vida das crianças.
- Melhorar a saúde da população infantil a partir do acompanhamento médico e da atividade física e motora de todas as crianças de União da Vitória.

Escopo da ação

- Divulgação dos resultados do Plano Municipal de Educação e do Plano Diretor, na forma de cartilhas voltadas para professores, alunos e pais.
- Elaboração de projetos técnicos de ampliação e construção de novas unidades voltadas à educação infantil de acordo com os parâmetros estabelecido no PME e na Lei do Plano Diretor.
- Execução de obras de ampliação das unidades de educação infantil em áreas com demanda reprimida, dando preferência para a integração com unidades de ensino fundamental de 1a a 4a séries.
- Construção de 9 novas unidades de educação infantil nas áreas residenciais não cobertas pelos raios de acessibilidade previstos na Lei do Plano Diretor e onde a demanda não possa ser absorvida dentro da mesma estrutura física existente.
- Construção de unidades pólo de educação infantil no centro de União da Vitória, do São Cristóvão, dos Conjuntos e no Rio D'Areia/Rocio, atendendo a demanda por vagas próximas ao emprego dos pais.

Justificativa do projeto

A educação infantil possui importante função na educação básica da população, além de ser fundamental na socialização das crianças e na proteção de crianças em risco. Neste sentido, a participação popular do Plano Diretor definiu a necessidade da universalização desse acesso, fornecendo unidades em todos os bairros e centro de educação infantil de porte nas novas centralidades, em função da proximidade com o trabalho dos pais. Além das unidades centrais entre o São Basílio e o São Bernardo, São Cristóvão, Conjuntos e Zona Sul, serão necessárias ampliações na Limeira e construção de 7 novos CMEIs (Ouro Verde/Portal do Vale, Panorama/Bandeirantes, Nossa Senhora Salete, Cidade Jardim/São Joaquim, Nossa Senhora das Graças, Muzzolon e Furlan). Sempre que possível deverão ser ofertadas novas salas de aula para crianças de 4 a 6 anos nas escolas de ensino fundamental, integrando desde cedo o aluno à comunidade escolar de seu bairro.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de terrenos (reforço às áreas disponíveis)	5,00	ha	40.000,00	200.000,00
2	Edificações de Centros de Educação Infantil	6.400,00	m ²	750,00	4.800.000,00
Total da estimativa					5.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Aquisição de terrenos	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	200,00	0,00
2	Edificações de CEIs		500,00	500,00	500,00	300,00	1.800,00	3.000,00
Dispêndio por exercício		40,00	540,00	540,00	540,00	340,00	2.000,00	3.000,00

Fontes de recursos

1	Aquisição de terrenos	Orçamento municipal
2	Edificações de CEIs	Orçamento municipal + Paraná Urbano + Repasses OGU e OGE

Coordenação

Indicadores

Secr de Educação	2013	Adquiridos terrenos num total de 5 hectares
		Construídos três dos CMEIs centrais e iniciado o quarto
<i>Outros apoios</i>		
Secr de Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Concluídos os cinco CMEIs centrais e os sete CMEIs dos bairros

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3 QUALIDADE DE VIDA URBANA	AÇÃO COMPONENTE c.5
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO CULTURAL	
	<i>Consultar mapa na Prancha 81</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

- Facilitar o acesso de toda a população a bibliotecas, filmotecas e centros de inclusão digital através da implantação de unidades em todas as regiões da cidade.
- Descentralizar o equipamento cultural e permitir maior interseção entre as atividades educacionais e culturais, através da implantação de equipamentos de cultura atrelados à escolas de ensino fundamental.
- Gerar oportunidades de lazer e trabalho para adolescentes em diversas regiões da cidade, colaborando para o desenvolvimento intelectual e ocupando o contraturno escolar.

Escopo da ação

- Elaboração de projetos técnicos de unidades culturais dos bairros, integrados às escolas de ensino fundamental.
- Construção de unidades culturais em escolas dos quatro distritos de planejamento.
- Aquisição e manutenção de equipamentos e contratação de pessoal com formação para gestão de bibliotecas/filmotecas e sistemas de informática (centro de inclusão digital).

Justificativa do projeto

União da Vitória possui um equipamento cultural considerável, com bibliotecas, auditórios e pequenos museus capazes de abrigar sua rica cultura e fomentar expressões artísticas diversas. Em função do crescimento e da dispersão da ocupação urbana, estes equipamentos localizados todos na região central tornam-se distantes da maior parte da população, contribuindo para o afastamento de grande parte da comunidade dos eventos neste setor. A descentralização do equipamento cultural com a implantação de bibliotecas, filmotecas e centros de inclusão digital será feita em conjunto com as atividades de educação, permitindo não só melhor acesso para crianças e adolescentes, como também oferecendo aos professores importantes ferramentas para ensino e disseminação da cultura local.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projetos de arquitetura e complementares	1.200,0	m ²	40,00	48.000,00
2	Construção civil (3 centros e 20 mini-centros culturais)	1.200,0	m ²	750,00	900.000,00
3	Equipamento e mobiliário	23,00	kit	12.000,00	276.000,00
4	Acervo (livros / filmes / software)	23,00	kit	12.000,00	276.000,00
Total da estimativa					1.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Projetos	10,00	10,00	10,00	7,00	7,00	44,00	4,00
2	Construção civil	100,00	100,00	100,00	30,00	30,00	360,00	540,00
3	Equipamento e mobiliário		12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	228,00
4	Acervo (livros / filmes / software)		12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	228,00
	Dispêndio por exercício	110,00	134,00	134,00	61,00	61,00	500,00	1.000,00

Fontes de recursos

1	Projetos	Orçamento municipal
2	Construção civil	Orçamento municipal + Paraná Urbano II + Repasses OGU e OGE
3	Equipamento e mobiliário	Orçamento municipal + Paraná Urbano II + Repasses OGU e OGE
4	Acervo (livros / filmes / software)	Orçamento municipal + Paraná Urbano II + Repasses OGU e OGE

Coordenação

Secr Educação	2013	Construídos e equipados os 3 CC de centros de macrozona e mais 2 mini CC
---------------	------	--------------------------------------------------------------------------

Outros apoios

Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Construídos e equipados mais 18 mini CC
--------------------------------------------	------	-----------------------------------------

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3 QUALIDADE DE VIDA URBANA	AÇÃO COMPONENTE c.6
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 81</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

- Garantir meios democráticos para preservação do Patrimônio Histórico do município, envolvendo a participação da comunidade no árduo trabalho de viabilização econômica da manutenção deste legado.
- Estabelecer dispositivos legais de tombamento municipal que possam ser sujeitos a avaliação racional de membros do poder público e da comunidade, combatendo o radicalismo de ambos os lados através da contradição entre diversos interesses.
- Manter a rica cultura de Porto União da Vitória, fruto de diferentes ciclos econômicos e influências étnicas.

Escopo da ação

- Realização de reuniões com proprietários, associações culturais e representantes da sociedade para definição dos parâmetros para constituição do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, suas atribuições e trâmites para tombamento municipal de imóveis.
- Elaboração de inventário dos bens materiais e imateriais de relevância para a cultura de União da Vitória, envolvendo imóveis, paisagens naturais e culturais, móveis e objetos, espécies vegetais, costumes, festas e outras formas típicas da comunidade.

Justificativa do projeto

A preservação do patrimônio histórico de uma comunidade se constitui no respeito à diversidade de sua formação, expresso sobre diversas formas, todas elas capazes de representar diferentes períodos de seu desenvolvimento. Em União da Vitória esta história possui vários ciclos, todos importantes para tornar a cidade um forte pólo regional: tropeirismo, imigração, navegação, ferrovia, madeira. Apesar desse rico legado, a gestão do patrimônio histórico possui uma face mais pragmática, pois envolve um interesse público muitas vezes conflitante com interesses privados, motivo pelo qual é sempre necessária a participação da comunidade para construção de pactos capazes de abrigar o bom senso. A constituição do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico deve ser vista como uma tarefa permanente, tanto no que se refere aos trabalhos de inventário como nos debates em prol da preservação e adaptação dos remanescentes históricos, pois a cultura é um bem mutável e a história de uma comunidade é um bem muito precioso a ser guardado para as futuras gerações.

Estimativa dos investimentos (reais)

Discriminação etapa ou parcela		Qtde	Unid	Unitário	Custo total
1	Eventos para formação do Conselho	10,0	evento	500,00	5.000,00
2	Realização de inventário completo do patrimônio	145,0	bens	1.000,00	145.000,00
3	Verba para intervenções pontuais (emergências)	17,00	bens	50.000	850.000,00
Total da estimativa					1.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

Discriminação		2009	2010	2011	2012	2013	Até 2013	Até 2018
1	Formação do Conselho	5,00					5,00	0,00
2	Inventário	50,00	50,00	45,00			145,00	0,00
3	Verba p/ interv. emergenciais		50,00	100,00	100,00	100,00	350,00	500,00
Dispêndio por exercício		55,00	100,00	145,00	100,00	100,00	500,00	500,00

Fontes de recursos

1	Formação do Conselho	Orçamento municipal
2	Inventário	Orçamento municipal + Secretaria e Ministério da Cultura
3	Verba p/ interv. emergenciais	Orçamento municipal + Secretaria e Ministério da Cultura

Coordenação

Indicadores

Fundação Cultural	2013	Criado o Conselho
		Realizado o Inventário
<i>Outros apoios</i>		Realizadas sete intervenções
Secr Educação	2018	Realizadas mais dez intervenções (uma cada ano)
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3 QUALIDADE DE VIDA URBANA	AÇÃO COMPONENTE c.7
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO UNIVERSALIZAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 81</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

- Oferecer a toda população de União da Vitória um serviço de saúde adequado, tanto no que se refere ao tratamento como na prevenção e ações de educação sanitária.
- Estruturar o PSF dentro da compartimentação de planejamento proposta dentro do Plano Diretor, permitindo o compartilhamento de dados com as demais secretarias municipais.
- Melhorar a oferta de profissionais de saúde para a população de todos os bairros, tanto no que se refere ao contato mais direto permitido pelo médico da família, como nos demais profissionais de saúde, como dentistas, psicólogos, enfermeiros e agentes de saúde.

Escopo da ação

- Elaboração de levantamentos e planejamentos para implantação de novos distritos de saúde da família, incluindo toda documentação exigida pela Regional de Saúde.
- Realização de concursos e contratação de equipes para implantação dos novos distritos de saúde da família.
- Elaboração de projetos técnicos e realização de obras de melhorias dos postos de saúde existentes para transformar em PSF e construção de novos postos PAB em áreas não servidas.

Justificativa do projeto

Atualmente, União da Vitória possui 6 distritos de Saúde da Família urbanos, atendendo pouco menos de 50% das famílias, concentrando os esforços nos bairros de menor qualidade de vida. Dentro da vigência do Plano Diretor, pretende-se universalizar o atendimento de saúde dentro do PSF, incluindo ações preventivas e educativas, além do acompanhamento mais próximo que somente o médico da família pode realizar. Para tanto será necessário criar mais pelo menos 6 distritos e contratar uma série de profissionais especializados, gerando um custo permanente significativo, mas com grande impacto sobre a qualidade de vida de toda população. Além dos custos com pessoal, será necessário adaptar os postos existentes e implantar novos postos de atendimento básico em áreas ainda não servidas, facilitando o acesso da população e o suporte das equipes em todos os bairros.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de terrenos (necessários pontualmente)	3,0	ha	50.000,00	150.000,00
2	Postos de Saúde da Família (mais seis)	2.400,0	m ²	750,00	1.800.000,00
3	Postos de Especialidades (mais três)	3.000,0	m ²	750,00	2.250.000,00
4	Equipamento e mobiliário	8,00	kit	100.000,0	800.000,00
Total da estimativa					5.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Terrenos	50,00	50,00	50,00			150,00	0,00
2	Postos PSF		300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00	600,00
3	Postos de Especialidades					250,00	250,00	2.000,00
4	Equipamento e mobiliário		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00	400,00
Dispêndio por exercício		50,00	350,00	350,00	300,00	550,00	2.000,00	3.000,00

Fontes de recursos

1	Terrenos	Orçamento municipal
2	Postos PSF	Orçamento municipal + Paraná Urbano + Secr e Ministério da Saúde
3	Postos de Especialidades	Orçamento municipal + Paraná Urbano + Secr e Ministério da Saúde
4	Equipamento e mobiliário	Orçamento municipal + Paraná Urbano + Secr e Ministério da Saúde

Coordenação

Indicadores

Secr Saúde	2013	Instalados mais 4 distritos de saúde da família (75% de cobertura) com quatro novos PSF
<i>Outros apoios</i>		Iniciado o primeiro Centro de Especialidades
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Instalados mais 2 PSF (cobertura de 100%)
		Concluídos todos os três centros de especialidades

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3 QUALIDADE DE VIDA URBANA	AÇÃO COMPONENTE c.8
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO DISSEMINAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
	<i>Consultar mapa na Prancha 81</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

a) Ofertar para toda população equipamentos adequados para práticas esportivas, inclusive com materiais de apoio e monitores capacitados em horários específicos.

b) Integrar as atividades esportivas às atividades educacionais, dotando cada escola municipal de pelo menos uma quadra esportiva coberta.

c) Criar e equipar áreas de lazer e convívio em todos os loteamentos, com trabalho paisagístico e implantação de mobiliário urbano

d) Garantir a animação das áreas destinadas à parques ribeirinhos com a implantação de diferentes suportes esportivos e contratação de monitores capacitados, aprimorando o desenvolvimento físico de crianças e adolescentes durante o contraturno.

Escopo da ação

a) Elaboração de projetos técnicos e construção de quadras cobertas nas escolas municipais.

b) Elaboração de projetos técnicos e implantação de praças de lazer em todos os loteamentos da cidade ainda não servidos com este equipamento.

c) Implantação de diferentes suportes para atividades esportivas nos parques ribeirinhos (existentes e a implantar), incluindo a contratação de monitores capacitados para acompanhamento de práticas esportivas.

Justificativa do projeto

O acesso ao esporte e lazer é ponto fundamental para qualidade de vida da população, momento de integração da comunidade e que a cada dia assume maior importância também na oferta de contraturno para crianças e adolescentes e entretenimento de idosos. No caso de União da Vitória, além da necessidade de oferta disseminada em função do crescimento espacial da cidade, haverá significativa demanda por essas atividades em função da implantação de parques ribeirinhos em quase todas as regiões, espaços que precisam de estrutura ampla e diversificada para não se deteriorarem rapidamente. A contratação de monitores capacitados para coordenação das atividades dos parques poderá ser feita em conjunto com a unidade escolar mais próxima, melhorando os recursos humanos disponíveis para atividades de educação física e integrando de forma mais efetiva a comunidade escolar com a vizinhança.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Praças inclusive equipamento, iluminação, etc	30.000	m ²	30,00	900.000,00
2	Quadras desportivas polivalentes cobertas	3.200	m ²	320,00	1.024.000,00
Total da estimativa					1.924.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Praças	150,00		150,00		150,00	450,00	450,00
2	Quadras cobertas		256,00		256,00		512,00	512,00
Dispêndio por exercício		150,00	256,00	150,00	256,00	150,00	962,00	962,00

Fontes de recursos

1	Praças	Orçamento municipal
2	Quadras cobertas	Orçamento municipal + Secretaria e Ministério dos Esportes

Coordenação

Indicadores

Secr Educação (Depto Esportes)	2013	Três novas praças, construídas e equipadas
		Duas novas quadras cobertas
<i>Outros apoios</i>		
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Mais duas novas praças, construídas e equipadas
		Três novas quadras cobertas

PROJETO 3.c	EIXO ESTRUTURANTE 3	AÇÃO COMPONENTE c.9
	QUALIDADE DE VIDA URBANA	
	PROJETO INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO URBANO	
	AÇÃO IMPLANTAÇÃO DE FEIRAS LIVRES NOS BAIRROS	

Consultar mapa na Prancha 81

Objetivo geral do projeto estruturante

Garantir melhoria na qualidade de vida da população através do acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade.

Objetivos específicos da ação

a) Criar uma estrutura de feiras livres que possibilitem a comercialização direta da produção, em especial como forma indireta de incentivo à produção de orgânicos.

b) Contribuir para a animação dos espaços de lazer dos bairros e parques ribeirinhos, através da realização de feiras sazonais.

Escopo da ação

a) Elaboração de projetos técnicos e reuniões com produtores e associações de comerciantes autônomos para definição da organização das feiras nos bairros, incluindo definição de espaços preferenciais, tipos de produtos passíveis de comercialização estrutura fiscal e sanitária necessária para a sua implantação.

b) Implantação de estrutura para realização de feiras livres nas novas centralidades do São Cristóvão, Conjunto e Zona Sul

Justificativa do projeto

União da Vitória se destaca no cenário estadual em relação à produção de orgânicos, sendo que uma das pontas o incentivo a ser dado a este setor produtivo está na viabilização da comercialização direta no mercado local. Além dessa possibilidade de incentivo aos produtores locais, as feiras livres são uma boa oportunidade de se criar espaços próprios para socialização nos bairros, criando animação em espaços públicos ociosos e auxiliando artesão, comerciantes autônomos e pequenos empreendedores. Por este motivo, previu-se a implantação de espaços próprios para realização de feiras-livres no São Cristóvão e nos Conjuntos, com organização compartilhada com a comunidade, garantindo estrutura sanitária e igualdade tributária em relação aos demais comerciantes, além da determinação de horários adequados para cada realidade.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Espaço central para feira abastecimento grande porte	3.600,00	m ²	35,00	126.000,00
2	Espaços para feiras de abastecimento (macrozonas)	7.500,00	m ²	35,00	262.500,00
3	Equipamento para feirantes	4,00	kit	62.500	250.000,00
4	Equipamento móvel p/ feiras itinerantes nos parques	1,00	kit	111.500	111.500,00
Total da estimativa					750.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Espaço central p/ feiras		126,00				126,00	0,00
2	Espaço feiras macrozonas				87,50		87,50	175,00
3	Equipamento feirantes		62,50		62,50		125,00	125,00
4	Equipamento feiras parques						0,00	111,50
Dispêndio por exercício		0,00	188,50	0,00	150,00	0,00	338,50	411,50

Fontes de recursos

1	Espaço central p/ feiras	Orçamento municipal
2	Espaço feiras macrozonas	Orçamento municipal
3	Equipamento feirantes	Orçamento municipal + SETP
4	Equipamento feiras parques	Orçamento municipal + SETP

Coordenação

Indicadores

Secr Desenvolvimento Econômico	2013	Implantada a feira central, devidamente equipada
(atual Secr Agricultura e Secr Ind, Com e Tur)		Implantada feira S Cristóvão, devidamente equipada
<i>Outros apoios</i>		
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Implantadas as feiras Conjuntos e Zona Sul
Secr Transportes e Serviços Públicos		Em funcionamento o sistema móvel de feiras-parque

6.2.4 EIXO 4: APOIO À ECONOMIA URBANA

Os investimentos previstos dentro do eixo de Apoio à Economia Urbana buscam incrementar o desenvolvimento das atividades econômicas urbanas, consolidando a posição de União da Vitória como pólo regional. Neste sentido são previstos pesados investimentos na implantação de parques industriais, tanto dentro do APL já estabelecido como também na criação de parques generalistas e atacadistas e de transportes, buscando reduzir a fragilidade desse setor.

Também as atividades comerciais e de serviços receberão importantes incentivos públicos, principalmente na ordenação espacial desses usos e no apoio a jovens empreendedores, na forma de auxílio técnico e aluguel subsidiado em Unidades Produtivas de Negócios.

Os investimentos de Apoio à Economia Urbana somam mais de R\$ 20 milhões na vigência do Plano Diretor Municipal, esperando-se já a médio prazo que o desenvolvimento das empresas beneficiadas comece a retornar na forma de empregos e impostos capazes de gerar novos incentivos.

Quadro 121
Investimentos previstos no Eixo 4: Apoio à Economia Urbana (em mil reais)

Código		Ação	Previsão de investimentos		
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018	Total
4a	a1	Parques industriais generalistas de alto impacto	1.550,00	950,00	2.500,00
	a2	Parques industriais generalistas de baixo impacto	1.000,00	1.500,00	2.500,00
	a3	Parques industriais de alto impacto do APL da Madeira	1.500,00	1.000,00	2.500,00
	a4	Parques industriais de baixo impacto do APL da Madeira	1.000,00	1.500,00	2.500,00
	a5	Parques de atacadistas e transportadoras	750,00	750,00	1.500,00
4b	b1	Centros comerciais lineares disseminados	620,00	380,00	1.000,00
	b2	Centro comercial ao redor do centro tradicional	880,00	1.120,00	2.000,00
	b3	Centralidades comerciais dos bairros	1.500,00	1.500,00	3.000,00
4c	c1	Valorização do centro histórico e cultural	1.000,00	0,00	1.000,00
	c2	Equipamento para prestação de serviços culturais	0,00	3.000,00	3.000,00
			9.800,00	11.700,00	21.500,00

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Nas planilhas correspondentes a cada ação componente do Eixo, são apresentados os investimentos propostos para cada exercício fiscal dos cinco primeiros anos e, nas colunas à direita, os valores correspondentes ao primeiro quinquênio (Até 2013) e ao segundo quinquênio (Até 2018).

PROJETO 4.a	EIXO ESTRUTURANTE 4 APOIO À ECONOMIA URBANA	AÇÃO COMPONENTE a.1
	PROJETO INCENTIVO À INDÚSTRIA	
	AÇÃO PARQUES INDUSTRIAIS GENERALISTAS DE ALTO IMPACTO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 82</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Apoiar o desenvolvimento industrial local, de forma a incrementar a geração de capital dentro do município e a geração de empregos para a população de União da Vitória.

Objetivos específicos da ação

- Ampliar o parque industrial generalista, em especial aqueles capazes de gerarem outros elos dentro da mesma cadeia, abrindo oportunidades para criação/implantação de novas indústrias.
- Criar locais adequados para implantação de indústrias de alto impacto, evitando conflitos de uso com vizinhanças residenciais e prevendo antecipadamente medidas mitigadoras relacionadas a emissão de ruídos e geração de efluentes.
- Oferecer oportunidades em União da Vitória para os jovens empreendedores capacitados pelo expressivo pólo universitário, auxiliando tanto na criação de empresas locais como na atração de empresas externas capazes de gerar empregos de ponta.

Escopo da ação

- Aquisição/desapropriação de áreas propícias para implantação de parques industriais de alto impacto.
- Elaboração de projetos técnicos e execução da infraestrutura necessária para implantação do parque industrial.
- Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais e elaboração de material de divulgação para atração de empresas externas.

Justificativa do projeto

A força do APL da Madeira em União da Vitória produz uma concentração das atividades industriais neste ramo, gerando certa dependência que torna a economia do município frágil à crises de consumo e fornecimento de matéria-prima. Por esse motivo, o Plano Diretor define a necessidade de se incentivar a implantação de novas indústrias generalistas, em especial as alimentícias e as de produção de máquinas para a indústria da madeira, ramos onde há grandes possibilidades de surgirem empreendimentos com capital local. Os incentivos previstos para os parques de alto impacto, localizados ao longo da PRT-153, incluem a implantação de dois parques de 60 hectares durante a vigência do PDM, além do apoio técnico para viabilização de novos empreendimentos locais e do esforço contínuo para atração de empresas externas, com ênfase naquelas capazes de gerar novos elos na mesma cadeia produtiva e empregos de melhor salário.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de áreas	120,00	hectare	15.000,00	1.800.000,00
2	Projetos completos incl infraestrutura	2,00	projeto	40.000,00	80.000,00
2	Implantação de infraestrutura (ao longo das ruas)	1.200,00	ml	450,00	540.000,00
3	Edificações de apoio (vigilância, informações)	100,00	m ²	800,00	80.000,00
Total da estimativa					2.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Aquisição de áreas	300,00	300,00	300,00		300,00	1.200,00	600,00
2 Projetos completos		20,00	20,00			40,00	40,00
3 Infraestrutura				270,00		270,00	270,00
4 Edificações de apoio				40,00		40,00	40,00
Dispêndio por exercício	300,00	320,00	320,00	310,00	300,00	1.550,00	950,00

Fontes de recursos

1 Aquisição de áreas	Orçamento municipal
2 Projetos completos	Orçamento municipal
3 Infraestrutura	Orçamento municipal + Paraná Urbano
4 Edificações de apoio	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico	2013	Implantado um parque de 60 hectares
(atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)		Iniciada aquisição da área de outro, com 60 hectares
<i>Outros apoios</i>		
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Implantado o segundo parque de 60 hectares
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		(Possíveis 1.000 a 1.200 empregos)

PROJETO 4.a	EIXO ESTRUTURANTE 4	AÇÃO COMPONENTE a.2
	APOIO À ECONOMIA URBANA	
	PROJETO INCENTIVO À INDÚSTRIA	
	AÇÃO PARQUES INDUSTRIAIS GENERALISTAS DE BAIXO IMPACTO	

Consultar mapa na Prancha 82

Objetivo geral do projeto estruturante

Apoiar o desenvolvimento industrial local, de forma a incrementar a geração de capital dentro do município e a geração de empregos para a população de União da Vitória.

Objetivos específicos da ação

- a) Ampliar o parque industrial generalista, em especial aqueles capazes de gerarem outros elos dentro da mesma cadeia, abrindo oportunidades para criação/implantação de novas indústrias.
- b) Criar locais adequados para implantação de indústrias de baixo impacto junto aos antigos eixos rodoviários, aproveitando a logística sub-utilizada e reduzindo os percursos casa-trabalho.
- c) Oferecer oportunidades em União da Vitória para os jovens empreendedores capacitados pelo expressivo pólo universitário, auxiliando tanto na criação de empresas locais como na atração de empresas externas capazes de gerar

Escopo da ação

- a) Aquisição/desapropriação de áreas propícias para implantação de parques industriais de baixo impacto.
- b) Elaboração de projetos técnicos e execução da infraestrutura necessária para implantação do parque industrial.
- c) Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais e elaboração de material de divulgação para atração de empresas externas.

Justificativa do projeto

A ampla rede rodoviária presente na área urbana de União da Vitória, em função da implantação de sucessivos contornos rodoviários, permite a existência de espaços de localização privilegiada para implantação de indústrias de baixo impacto, em função da logística de transportes disponível, da proximidade em relação à residência dos trabalhadores e do relativo isolamento em relação à malha urbana, evitando conflitos excessivos com outras formas de ocupação. Nessas áreas são propostas implantação de dois parques industriais generalistas (um de 40 ha e outro de 50 ha), onde haverá grandes possibilidades de implantação de empreendimentos de capital local em setores como produção de alimentos, gráficas, vestuário, tecnologia e produtos para a construção civil, aproveitando a boa formação oferecida pelo pólo universitário de União da Vitória.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de áreas	90,00	hectare	15.000,00	1.350.000,00
2	Projetos completos incl infraestrutura	2,00	projeto	55.000,00	110.000,00
2	Implantação de infraestrutura (ao longo das ruas)	1.600,00	ml	450,00	720.000,00
3	Edificações de apoio (vigilância, informações)	400,00	m ²	800,00	320.000,00
Total da estimativa					2.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Aquisição de áreas	300,00	300,00				600,00	750,00
2 Projetos completos		55,00				55,00	55,00
3 Infraestrutura			225,00			225,00	495,00
4 Edificações de apoio				120,00		120,00	200,00
Dispêndio por exercício	300,00	355,00	225,00	120,00	0,00	1.000,00	1.500,00

Fontes de recursos

1 Aquisição de áreas	Orçamento municipal
2 Projetos completos	Orçamento municipal
3 Infraestrutura	Orçamento municipal + Paraná Urbano
4 Edificações de apoio	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)	2013	Implantado um parque de 40 hectares (32 empresas)
Outros apoios		Completas edificações para restaurante e apoio dos funcionários
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Implantado o segundo parque, com 50 hectares
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		(mais 40 empresas)
		(No total, possíveis 1.500 a 2.500 empregos)

PROJETO 4.a	EIXO ESTRUTURANTE 4	AÇÃO COMPONENTE a.3
	APOIO À ECONOMIA URBANA	
	PROJETO	
	INCENTIVO À INDÚSTRIA	
	AÇÃO	
	PARQUES INDUSTRIAIS DE ALTO IMPACTO DO APL DA MADEIRA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 82</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Apoiar o desenvolvimento industrial local, de forma a incrementar a geração de capital dentro do município e a geração de empregos para a população de União da Vitória.

Objetivos específicos da ação

- Apoiar o desenvolvimento do APL da Madeira através da criação de novos parques industriais especializados, possibilitando maior sinergia entre as empresas.
- Criar locais adequados para implantação de indústrias de alto impacto, evitando conflitos de uso com vizinhanças residenciais e prevendo antecipadamente medidas mitigadoras relacionadas a emissão de ruídos e geração de efluentes.
- Oferecer oportunidades em União da Vitória para os jovens empreendedores capacitados pelo expressivo pólo universitário, auxiliando tanto na criação de empresas locais como na atração de empresas externas capazes de gerar empregos de ponta.

Escopo da ação

- Aquisição/desapropriação de áreas propícias para implantação de parques industriais de alto impacto.
- Elaboração de projetos técnicos e execução da infraestrutura necessária para implantação do parque industrial.
- Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais e elaboração de material de divulgação para atração de empresas externas.

Justificativa do projeto

O amadurecimento do APL da Madeira de União da Vitória tende a fortalecer a interação entre as empresas locais e permitir a inserção de novos empreendimentos de capital externo capazes de vir a somar com a produção já existente. Por esse motivo propõem-se a criação de um parque industrial vocacionado para este setor, propício para implantação de plantas industriais de alto impacto, contando com estrutura específica de treinamento e apoio aos funcionários (vestiários, refeitório, etc.), em parceria com as universidades locais. Com isso pretende-se reduzir os custos dessas ações para o empresariado e facilitar a inserção de profissionais locais no mercado de trabalho, através de uma sinergia que vai desde a aquisição de matéria-prima à comercialização conjunta da produção, fortalecendo um círculo virtuoso que permite o crescimento de todos os elos.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de áreas	80,00	hectare	15.000,00	1.200.000,00
2	Projetos completos incl infraestrutura	1,00	projeto	60.000,00	60.000,00
2	Implantação de infraestrutura (ao longo das ruas)	1.200,00	ml	450,00	540.000,00
3	Edificações de apoio (incl trein profissional, etc)	875,00	m ²	800,00	700.000,00
Total da estimativa					2.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Aquisição de áreas	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.000,00	200,00
2	Projetos completos		30,00	30,00			60,00	0,00
3	Infraestrutura			108,00	108,00	108,00	324,00	216,00
4	Edificações de apoio					116,00	116,00	584,00
Dispêndio por exercício		200,00	230,00	338,00	308,00	424,00	1.500,00	1.000,00

Fontes de recursos

1	Aquisição de áreas	Orçamento municipal
2	Projetos completos	Orçamento municipal
3	Infraestrutura	Orçamento municipal + Paraná Urbano
4	Edificações de apoio	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)	2013	Implantado o parque, com 40 hectares (1a etapa)
<i>Outros apoios</i>		Construídos 15% das edificações de apoio (Suficiente p/implantação de 8 grandes empresas)
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Aumentada a área para 80 hectares
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		Concluídas as edificações de apoio (Suficiente para mais 8 empresas grandes)
		(Possibilidade para 1.000 a 1.200 empregos)

PROJETO 4.a	EIXO ESTRUTURANTE 4	AÇÃO COMPONENTE a.4
	APOIO À ECONOMIA URBANA	
	PROJETO	
	INCENTIVO À INDÚSTRIA	
	AÇÃO	
	PARQUES INDUSTRIAIS DE BAIXO IMPACTO DO APL DA MADEIRA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 82</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Apoiar o desenvolvimento industrial local, de forma a incrementar a geração de capital dentro do município e a geração de empregos para a população de União da Vitória.

Objetivos específicos da ação

- Apoiar o desenvolvimento do APL da Madeira através da criação de novos parques industriais especializados, possibilitando maior sinergia entre as empresas.
- Criar locais adequados para implantação de indústrias de baixo impacto junto aos antigos eixos rodoviários, aproveitando a logística sub-utilizada e reduzindo os percursos casa-trabalho.
- Oferecer oportunidades em União da Vitória para os jovens empreendedores capacitados pelo expressivo pólo universitário, auxiliando tanto na criação de empresas locais como na atração de empresas externas capazes de gerar empregos de ponta.

Escopo da ação

- Aquisição/desapropriação de áreas propícias para implantação de parques industriais de baixo impacto.
- Elaboração de projetos técnicos e execução da infraestrutura necessária para implantação do parque industrial.
- Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais e elaboração de material de divulgação para atração de empresas externas.

Justificativa do projeto

Também o APL da Madeira pode usufruir das interessantes áreas propícias para implantação dos parques industriais de baixo impacto, ao longo dos antigos eixos rodoviários isolados da malha urbana, mas próximos à residência dos trabalhadores. As ações previstas neste sentido incluem principalmente a construção de uma forte parceria com as universidades e escolas técnicas locais e regionais, buscando uma melhor capacitação da mão-de-obra e criação de cenário favorável para surgimento de jovens empreendedores, que possam agregar tecnologia e inovação ao APL. A disseminação desses parques pelo quadro urbano será feita através da implantação de três estruturas isoladas de cerca de 25 ha, sendo uma no eixo sul (Autovia João Paulo Reolon) e duas no antigo contorno rodoviário, sendo uma nas proximidades do São Cristóvão e uma próxima aos Conjuntos, garantindo sempre uma redução do trajeto casa-trabalho.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de áreas	75,00	hectare	15.000,00	1.125.000,00
2	Projetos completos incl infraestrutura	3,00	projeto	30.000,00	90.000,00
2	Implantação de infraestrutura (ao longo das ruas)	900,00	ml	450,00	405.000,00
3	Edificações de apoio (incl trein profissional, etc)	1.100,00	m ²	800,00	880.000,00
Total da estimativa					2.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Aquisição de áreas	125,00	125,00	125,00		125,00	500,00	625,00
2 Projetos completos	15,00	15,00			30,00	60,00	30,00
3 Infraestrutura			67,50	67,50		135,00	270,00
4 Edificações de apoio				120,00	185,00	305,00	575,00
Dispêndio por exercício	140,00	140,00	192,50	187,50	340,00	1.000,00	1.500,00

Fontes de recursos

1 Aquisição de áreas	Orçamento municipal
2 Projetos completos	Orçamento municipal
3 Infraestrutura	Orçamento municipal + Paraná Urbano
4 Edificações de apoio	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)	2013	Concluído e em utilização o 1o Parque de Indústrias Leves da Madeira, com 25 hectares, podendo abrigar até 40 firmas (600 empregos ou mais)
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Concluídos mais dois Parques de Indústrias Leves da Madeira, com mais 50 hectares e até 80 firmas
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		(No total, possibilidade de 1.500 a 2.500 empregos)

PROJETO 4.a	EIXO ESTRUTURANTE 4	AÇÃO COMPONENTE a.5
	APOIO À ECONOMIA URBANA	
	PROJETO INCENTIVO À INDÚSTRIA	
	AÇÃO PARQUES DE ATACADISTAS E TRANSPORTADORAS	

Consultar mapa na Prancha 82

Objetivo geral do projeto estruturante

Apoiar o desenvolvimento industrial local, de forma a incrementar a geração de capital dentro do município e a geração de empregos para a população de União da Vitória.

Objetivos específicos da ação

- Aproveitar a polaridade exercida por União da Vitória dentro da região através da concentração de empresas ligadas à armazenagem e transporte de produtos, incentivando a implantação de novas unidades industriais próximas.
- Criar locais adequados para implantação de atacadistas e transportadoras, utilizando a boa rede rodoviária disponível e a interessante posição do município dentro do contexto econômico do Mercosul.
- Oferecer oportunidades em União da Vitória para os jovens empreendedores capacitados pelo expressivo pólo universitário, auxiliando tanto na criação de empresas locais como na atração de empresas externas capazes de gerar empregos de ponta.

Escopo da ação

- Aquisição/desapropriação de áreas propícias para implantação de parques voltados a para empresas atacadistas e transportadoras.
- Elaboração de projetos técnicos e execução da infraestrutura necessária para implantação do parque industrial.
- Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais e elaboração de material de divulgação para atração de empresas externas.

Justificativa do projeto

A polaridade de uma cidade vai de consolidando a medida que além de concentrar o comércio, a indústria e a prestação de serviços mais sofisticados ela passa a concentrar atividades de distribuição da produção, em especial no ramo atacadista e dos transportes. Neste sentido, União da Vitória tem grandes possibilidades de se desenvolver, seja pela posição central em relação à região que polariza, seja pelo nó rodoviário estratégico dentro do Mercosul existente ao seu redor. O desenvolvimento dessas atividades se dará a medida que se desenvolve o parque industrial local, somando a demanda das empresas da cidade com a demanda de empresas externas interessadas no mercado regional, devendo ser incentivada a criação de um parque propício para estas atividades, permitindo investimentos conjuntos na construção de espaços de armazenagem por exemplo.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de áreas	50,00	hectare	15.000,00	750.000,00
2	Projetos completos incl infraestrutura	2,00	projeto	25.000,00	50.000,00
2	Implantação de infraestrutura (ao longo das ruas)	1.200,00	m	450,00	540.000,00
3	Edificações de apoio (incl trein profissional, etc)	200,00	m ²	800,00	160.000,00
Total da estimativa					1.500.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Aquisição de áreas	125,00	125,00	125,00			375,00	375,00
2 Projetos completos	25,00					25,00	25,00
3 Infraestrutura		90,00	90,00	90,00		270,00	270,00
4 Edificações de apoio				40,00	40,00	80,00	80,00
Dispêndio por exercício	150,00	215,00	215,00	130,00	40,00	750,00	750,00

Fontes de recursos

1 Aquisição de áreas	Orçamento municipal
2 Projetos completos	Orçamento municipal
3 Infraestrutura	Orçamento municipal + Paraná Urbano
4 Edificações de apoio	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)	2013	Concluído e em uso o primeiro parque do comércio atacadista, com 25 hectares totais, 16 grandes lotes
<i>Outros apoios</i>		600m lineares de ruas asfaltadas e guarita de
Secr Transportes e Serviços Públicos		informações e segurança
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Instalações duplicadas.

PROJETO 4.b	EIXO ESTRUTURANTE 4	AÇÃO COMPONENTE b.1
	APOIO À ECONOMIA URBANA	
	PROJETO	
	INCENTIVO AO COMÉRCIO	
	AÇÃO	
	CENTROS COMERCIAIS LINEARES DISSEMINADOS	
	<i>Consultar mapa na Prancha 83</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Incentivar as atividades comerciais através da estruturação de novos pontos de interesse na região central e nos bairros, gerando oportunidades de emprego e comodidade para a população de todos os bairros da cidade.

Objetivos específicos da ação

a) Incentivar a disseminação das atividades comerciais na cidade, tanto em função da redução do percurso casa-trabalho como na oferta de maior comodidade para a população residente nos bairros mais afastados do centro.

b) Consolidar os eixos viários de maior importância dentro do sistema urbano, com a implantação de infraestrutura apropriada para desenvolvimento das atividades comerciais e para absorver as demandas dos usos de maior densidade permitidos pela nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

c) Gerar oportunidades para pequenos empreendedores a partir da extensão das centralidades comerciais e da construção de unidades produtivas de negócios, permitindo acesso a novos clientes e redução nos custos gerados pela localização do comércio.

d) Equilibrar a distribuição do uso e ocupação do solo urbano através da criação de eixos comerciais e de média densidade dentro das áreas residenciais, reduzindo as deficiências causadas pelo monofuncionalismo e diluindo os conflitos de uso inerentes a esta convivência.

Escopo da ação

a) Aquisição de terrenos ao longo das vias coletoras dos bairros, em pontos de fluxo de moradores e passantes

b) Elaboração de projetos técnicos e construção de Unidades Produtivas de Negócios voltadas para atividades comerciais.

c) Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais.

Justificativa do projeto

União da Vitória já possui um interessante setor de comércio e serviços desenvolvidos, em função do porte das cidades, da polaridade que exerce na região e do empreendedorismo local. Porém, a concentração dessas atividades numa única região vem acarretando a saturação do centro tradicional, em especial no que se refere a oferta de vagas de estacionamento e ao trânsito de veículos, área onde as intervenções do poder público ainda conseguem solucionar pontualmente. A disseminação das atividades comerciais e de serviços pelos bairros busca reduzir essa pressão e diminuir os trajetos casa-trabalho, além de pulverizar oportunidades de negócios para comerciantes iniciantes, beneficiados pela implantação de conjuntos comerciais que poderão oferecer aluguéis subsidiados no período de maior mortalidade. Somados aos empreendimentos implantados pelo poder público, o projeto também abrirá espaço para outros negócios pela simples adaptação das ruas principais dos bairros para os novos parâmetros da Lei de Sistema Viário, possibilitando implantação de novas vagas de estacionamento, melhores calçadas e iluminação pública, arborização e mobiliário urbano adequados.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de terrenos	10,00	lote	15.000,00	150.000,00
2	Projetos técnicos	10,00	projeto	10.000,00	100.000,00
3	Construção civil	1.000,00	m ²	750,00	750.000,00
Total da estimativa					1.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Terrenos	15,00	15,00	30,00	30,00	30,00	120,00	30,00
2 Projetos técnicos	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	50,00	50,00
3 Construção civil		75,00	75,00	150,00	150,00	450,00	300,00
Dispêndio por exercício	25,00	100,00	115,00	190,00	190,00	620,00	380,00

Fontes de recursos

1 Terrenos	Orçamento municipal
2 Projetos técnicos	Orçamento municipal
3 Construção civil	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atual Ind, Com e Tur)	2013	6 centros comerciais em funcionamento (espaço para 30 a 35 lojas)
<i>Outros apoios</i>		
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	10 centros comerciais em funcionamento (espaço para 50 a 60 lojas)

PROJETO 4.b	EIXO ESTRUTURANTE 4	AÇÃO COMPONENTE b.2
	APOIO À ECONOMIA URBANA	
	PROJETO INCENTIVO AO COMÉRCIO	
	AÇÃO CENTRO COMERCIAL AO REDOR DO CENTRO TRADICIONAL	

Consultar mapa na Prancha 83

Objetivo geral do projeto estruturante

Incentivar as atividades comerciais através da estruturação de novos pontos de interesse na região central e nos bairros, gerando oportunidades de emprego e comodidade para a população de todos os bairros da cidade.

Objetivos específicos da ação

- a) Ordenar a expansão natural do centro tradicional para sul através do incentivo ao desenvolvimento comercial de regiões menos saturadas em relação ao tráfego, oferta de estacionamento e infraestrutura.
- b) Acompanhar o planejamento da vizinha Porto União em relação à expansão do potencial construtivo e da permissão de usos da região ao sul do centro tradicional, evitando conflitos de uso e o deslocamento de empresas para o lado catarinense.
- c) Conseguir maior retorno dos investimentos a serem realizados na Avenida Bento Munhoz da Rocha, com a reciclagem de áreas industriais e o crescimento de regiões hoje deprimidas em função dos prejuízos causados pelas últimas enchentes.
- d) Gerar oportunidades para pequenos empreendedores a partir da extensão das centralidades comerciais e da construção de unidades produtivas de negócios, permitindo acesso a novos clientes e redução nos custos gerados pela localização do comércio.

Escopo da ação

- a) Aquisição de terrenos ao longo das vias periféricas do centro, especialmente Av. Bento Munhoz da Rocha e Av. Marechal Deodoro.
- b) Elaboração de projetos técnicos e construção de Unidades Produtivas de Negócios voltadas para atividades comerciais especializadas, demandantes de transporte individual privilegiado (hoje prejudicadas pelo congestionamento do centro).
- c) Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais.

Justificativa do projeto

Além da disseminação de oportunidades de comércio e serviços nos eixos viários principais dos bairros, o Plano Diretor prevê a ordenação da extensão do centro tradicional para sul, fato que já vem ocorrendo naturalmente tanto no lado paranaense como no lado catarinense. Neste sentido, o incentivo a implantação/relocação de atividades comerciais para o centro expandido deverá focar os empreendimentos de maior porte e geradores de maior demanda de tráfego, beneficiando-se de obras viárias já previstas em outros projetos e auxiliando na reciclagem das plantas industriais subutilizadas hoje inseridas dentro da malha urbana. Com isso, haverá possibilidades da região central concentrar as atividades terciárias mais sofisticadas e os bairros ao redor dele (em especial o São Bernardo e o São Basílio Magno) retomarem a dinâmica econômica que possuíram outrora.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de terrenos para centros comerciais	15,00	lote	15.000,00	225.000,00
2	Projetos técnicos	5,00	projeto	15.000,00	75.000,00
3	Construção civil - UPNs especializadas	2.000,00	m ²	750,00	1.500.000,00
4	Estacionamentos / Paisagismo	4.000,00	m ²	50,00	200.000,00
Total da estimativa					2.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Aquisição de áreas	45,00	45,00	45,00			135,00	90,00
2 Projetos técnicos	15,00	15,00	15,00			45,00	30,00
3 Construção civil		150,00	150,00	150,00	150,00	600,00	900,00
4 Estacionamentos / Paisagismo			40,00	40,00	20,00	100,00	100,00
Dispêndio por exercício	60,00	210,00	250,00	190,00	170,00	880,00	1.120,00

Fontes de recursos

1 Aquisição de áreas	Orçamento municipal
2 Projetos técnicos	Orçamento municipal
3 Construção civil	Orçamento municipal + Paraná Urbano
4 Estacionamentos / Paisagismo	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)	2013	Concluídos e em utilização dois centros comerciais especializados de periferia de centro, c/ 400m ² cada
<i>Outros apoios</i>		
Secr Transportes e Serviços Públicos		
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Concluídos e em utilização cinco centros comerciais especializados de periferia de centro c/ 400 m ² cada

PROJETO 4.b	EIXO ESTRUTURANTE 4	AÇÃO COMPONENTE b.3
	APOIO À ECONOMIA URBANA	
	PROJETO INCENTIVO AO COMÉRCIO	
	AÇÃO CENTRALIDADES COMERCIAIS DOS BAIRROS	

Consultar mapa na Prancha 83

Objetivo geral do projeto estruturante

Incentivar as atividades comerciais através da estruturação de novos pontos de interesse na região central e nos bairros, gerando oportunidades de emprego e comodidade para a população de todos os bairros da cidade.

Objetivos específicos da ação

- a) Consolidar o crescimento dos centros do São Cristóvão e dos Conjuntos através do incentivo ao desenvolvimento comercial de regiões menos saturadas em relação ao tráfego, oferta de estacionamento e infraestrutura.
- b) Incentivar a disseminação das atividades comerciais na cidade, tanto em função da redução do percurso casa-trabalho como na oferta de maior comodidade para a população residente nos bairros mais afastados do centro.
- c) Gerar oportunidades para pequenos empreendedores a partir da extensão das centralidades comerciais e da construção de unidades produtivas de negócios, permitindo acesso a novos clientes e redução nos custos gerados pela localização do comércio.

Escopo da ação

- a) Aquisição de terrenos para atividade comercial junto aos centros de bairros dos quais tratam as ações 2, 3 e 4 do projeto "Novas Centralidades" do eixo "União Polinucleada"
- b) Elaboração de projetos técnicos e construção de Unidades Produtivas de Negócios voltadas para atividades comerciais.
- c) Realização de projetos técnico-econômicos para auxílio de empreendedores locais.

Justificativa do projeto

O reforço das centralidades de São Cristóvão e dos Conjuntos e a ordenação da futura centralidade da Zona Sul direcionarão uma série de investimentos públicos para essas áreas, reforçados pela oferta de maior potencial construtivo e ações de habitação social no sentido de consolidar novas áreas prestadoras de serviços mais próximas da residência de toda população. A própria implantação dos projetos anteriores já incentivará o desenvolvimento das atividades comerciais nos novos centros de bairro. A intervenção do poder público é necessária, porém, no sentido de direcionar a vocação desses locais para empreendimentos de maior porte, acima do meramente vicinal (eletrodomésticos, tecidos e confecções, papelarias, lan-houses), além de oferecer oportunidades para novos empreendedores locais, possibilitando maior distribuição dos benefícios oriundos dos investimentos previsto no Plano Diretor.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de terrenos para centros comerciais	12,00	lote	25.000,00	300.000,00
2	Projetos técnicos	3,00	projeto	50.000,00	150.000,00
3	Construção civil - UPNs especializadas	3.000,00	m ²	750,00	2.250.000,00
4	Estacionamentos / Paisagismo	6.000,00	m ²	50,00	300.000,00
Total da estimativa					3.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Aquisição de áreas	100,00				100,00	200,00	100,00
2 Projetos técnicos	50,00				50,00	100,00	50,00
3 Construção civil		250,00	250,00	250,00	350,00	1.100,00	1.150,00
4 Estacionamentos / Paisagismo				100,00		100,00	200,00
Dispêndio por exercício	150,00	250,00	250,00	350,00	500,00	1.500,00	1.500,00

Fontes de recursos

1 Aquisição de áreas	Orçamento municipal
2 Projetos técnicos	Orçamento municipal
3 Construção civil	Orçamento municipal + Paraná Urbano
4 Estacionamentos / Paisagismo	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)	2013	Concluído e em uso o Centro Comercial São Cristóvão, com 1.000m ² e pelo menos 25 lojas
<i>Outros apoios</i>		Adquirido terreno e iniciado e CC Conjuntos
Secr Transportes e Serviços Públicos	2018	Concluídos e em uso três centros comerciais de 1.000m ² cada, em São Cristóvão, Conjuntos e na Zona Sul
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		

PROJETO 4.c	EIXO ESTRUTURANTE 4 APOIO À ECONOMIA URBANA	AÇÃO COMPONENTE c.1
	PROJETO FORTELECIMENTO DO PÓLO REGIONAL PRESTADOR DE	
	AÇÃO VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E CULTURAL	
	<i>Consultar mapa na Prancha 84</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Reforçar a centralidade de Porto União da Vitória dentro da região através do incremento das atividades terciárias mais sofisticadas, mantendo na cidade os profissionais de nível superior formados em suas universidades.

Objetivos específicos da ação

a) Revitalizar o centro tradicional de União da Vitória através de melhorias na qualidade espacial dos espaços públicos e nos imóveis de interesse histórico, incentivando as atividades turísticas e a criação de um centro regional de negócios.

b) Valorizar os remanescentes arquitetônicos dos vários ciclos históricos de União da Vitória, através da recuperação dos imóveis e do incentivo ao uso privado em atividades terciárias.

c) Reduzir o número de imóveis ociosos na área central, evitando a proliferação de imóveis utilizados de forma clandestina por usuários de drogas, melhorando a sensação de segurança em todo centro da cidade.

Escopo da ação

a) Elaboração de projetos técnicos de revitalização de ruas e praças do centro tradicional de União da Vitória.

b) Elaboração de projetos técnicos e criação de incentivos fiscais à recuperação de imóveis de interesse histórico voltados para a implantação de atividades terciárias.

c) Execução de obras de revitalização de ruas e praças do centro tradicional de União da Vitória.

Justificativa do projeto

A saturação da região central de União da Vitória em relação ao trânsito e ao estacionamento de veículos tende a relocar atividades comerciais de maior impacto para a região do centro expandido, contribuindo para o abandono de imóveis nessa região que já gera preocupação para os moradores vizinhos. Por isso, será necessário ao longo dos próximos dez anos consolidar o centro tradicional como pólo prestador de serviços de escala regional, local adequado para exercício profissional mais sofisticado, atividades de hotelaria e turismo de negócios, além das atividades institucionais e cívicas que caracterizam esta região. Neste sentido, o poder público terá que empreender uma série de adaptações nas ruas e praças, implantando espaços adequados para os veículos e pedestres, na verdade em continuidade ao esforço permanente de adequação do sistema viário que já vem se verificando nos últimos anos.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Remodelação dos meios fios - ruas da zona central	13.000	ml	15,20	197.600,00
2	Remodelação das calçadas - ruas da zona central	16.000	m ²	13,50	216.000,00
3	Ações de paisagismo nas praças e ruas centrais	50.000	m ²	6,00	300.000,00
4	Mobiliário urbano nas praças e ruas centrais	1,00	verba	286.400	286.400,00
Total da estimativa					1.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Remodelação de meios-fios	49,40	49,40	49,40	49,40		197,60	0,00
2	Remodelação de calçadas	54,00	54,00	54,00	54,00		216,00	0,00
3	Ações de paisagismo	75,00	75,00	75,00	75,00		300,00	0,00
4	Mobiliário urbano	71,60	71,60	71,60	71,60		286,40	0,00
Dispêndio por exercício		250,00	250,00	250,00	250,00		1.000,00	0,00

Fontes de recursos

1	Remodelação de meios-fios	Orçamento municipal
2	Remodelação de calçadas	Orçamento municipal
3	Ações de paisagismo	Orçamento municipal
4	Mobiliário urbano	Orçamento municipal + Paraná Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Transportes e Serviços Públicos	2013	Todo o centro de União da Vitória transformado em local atrativo para turistas e clientes do comércio sofisticado
<i>Outros apoios</i>		
Secr de Desenvolvimento Econômico		
(atuais Agricultura e Ind, Com e Tur)		

PROJETO 4.c	EIXO ESTRUTURANTE 4 APOIO À ECONOMIA URBANA	AÇÃO COMPONENTE c.2
	PROJETO	
	FORTELECIMENTO DO PÓLO REGIONAL PRESTADOR DE AÇÃO	
	INCENTIVO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTO NÍVEL	

Consultar mapa na Prancha 84

Objetivo geral do projeto estruturante

Reforçar a centralidade de Porto União da Vitória dentro da região através do incremento das atividades terciárias mais sofisticadas, mantendo na cidade os profissionais de nível superior formados em suas universidades.

Objetivos específicos da ação

- a) Revitalizar o centro tradicional de União da Vitória com o incremento das atividades terciárias mais sofisticadas, possibilitando a inserção dos profissionais formados pelo pólo universitário local.
- b) Criar incubadoras de serviços terciários na forma de Unidades Produtivas de Negócios com aluguel subsidiados no primeiro ano, dando preferência para recuperação de imóveis históricos.
- c) Incentivar a interação dos profissionais locais através das UPNs vocacionadas, da criação de espaços e dos incentivos ao turismo de eventos e negócios, buscando fortalecer a economia da cidade dentro do cenário paranaense e catarinense.

Escopo da ação

- a) Aquisição de terrenos e imóveis históricos para construção de UPNs de serviços.
- b) Elaboração de projetos técnicos para construção de UPNs de negócios.
- c) Construção de UPNs de negócios e elaboração de projetos de viabilidade em parceria com as universidades locais para incentivar jovens profissionais.

Justificativa do projeto

O forte pólo universitário de Porto União da Vitória forma uma quantidade significativa de alunos a cada ano, que somados aos estudantes da cidade que se graduam em outras cidades constituem um contingente profissional com grande potencial produtivo e imensa dificuldade de exercer suas atividades em cidades desse porte. Com o desenvolvimento da tecnologia e dos transportes, a locação das empresas prestadoras de serviços sofisticados pode ser revista, podendo não só atender toda a região como também buscar espaços em mercados maiores, desde que haja certa sinergia entre os profissionais e auxílio nos momentos iniciais, onde grande parte das empresas fecha as portas. A proposta é trabalhar em parceria com as universidades locais para implantação de unidades produtivas de negócios capazes de oferecer estrutura subsidiada nos primeiros anos e unir profissionais para se estabelecer no mercado, possibilitando ainda a utilização de imóveis históricos para esta finalidade, promovendo a efetiva revitalização da área central da cidade.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição de terrenos	3,00	imóveis	200.000	600.000,00
2	Levantamentos e projetos	3,00	projetos	50.000	150.000,00
3	Edificação de UPNs de serviços (sofisticados)	3.000,0	m ²	750,00	2.250.000,00
Total da estimativa					3.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Aquisição dos terrenos						0,00	600,00
2 Levantamentos e projetos						0,00	150,00
3 Obras civis						0,00	2.250,00
Dispêndio por exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00

Fontes de recursos

1 Aquisição dos terrenos	Orçamento municipal
2 Levantamentos e projetos	Orçamento municipal
3 Obras civis	Orçamento municipal + Parana Urbano

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atualmente: Agricultura e Com, Ind e Tur)	2018	Ter, no centro de União da Vitória, três mini-centros de prestação de serviços sofisticados (inclusive na área médica)
<i>Outros apoios</i>		
Secr de Educação (Depto de Cultura)		
Secr de Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		

6.2.5 EIXO 5: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Em função da população relativamente pequena e concentrada encontrada na zona rural de União da Vitória são reduzidas as ações a serem propostas para melhoria no acesso aos equipamentos, infraestrutura e serviços públicos. De forma geral, as ações componentes do eixo de desenvolvimento 5 se relacionam com o incentivo das atividades econômicas, meio gerador de melhoria na qualidade de vida do homem do campo.

Além do projeto de desenvolvimento vocacionado da economia rural e do incentivo às atividades turísticas, foram previstas ações de pavimentação das principais estradas rurais municipais no segundo quinquênio do Plano Diretor, meio de incentivar indiretamente as atividades econômicas apoiadas no primeiro quinquênio. As ações voltadas para o atendimento das demandas mais significativas da população rural se restringem à ampliação do acesso à rede de água potável através da implantação de microssistemas comunitários e a criação de uma estrutura de atenção especial do poder público municipal para a comunidade do Alto da Serra da Esperança, com ações nas áreas de educação, saúde, assistência social e fomento econômico.

Quadro 122
Investimentos previstos no Eixo 5: Desenvolvimento Rural Sustentável (em mil reais)

Código		Ação	Previsão de investimentos		
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018	Total
5a	a1	Incentivo à silvicultura familiar	200,00	200,00	400,00
	a2	Incentivo à agricultura orgânica	200,00	200,00	400,00
	a3	Resgate da produção faxinalense	100,00	300,00	400,00
	a4	Incentivo à aqüicultura	100,00	300,00	400,00
5b	b1	Rota das Cachoeiras	370,00	430,00	800,00
	b2	Rota dos Imigrantes	230,00	370,00	600,00
5c	c1	Caminhos da Produção	720,00	1.280,00	2.000,00
	c2	Caminhos do Turismo	996,00	2.004,00	3.000,00
5d	d1	Sistemas rurais de abastecimento de água	250,00	0,00	250,00
	d2	Centro Social Rural na Serra da Esperança	150,00	0,00	150,00
			3.316,00	5.084,00	8.400,00

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Nas planilhas correspondentes a cada ação componente do Eixo, são apresentados os investimentos propostos para cada exercício fiscal dos cinco primeiros anos e, nas colunas à direita, os valores correspondentes ao primeiro quinquênio (Até 2013) e ao segundo quinquênio (Até 2018).

PROJETO 5.a	EIXO ESTRUTURANTE 5 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	AÇÃO COMPONENTE a.1
	PROJETO DESENVOLVIMENTO VOCACIONADO DA ECONOMIA	
	AÇÃO INCENTIVO À SILVICULTURA FAMILIAR	
	<i>Consultar mapa na Prancha 85</i>	

Objetivo geral do projeto estruturante

Desenvolver as atividades econômicas dentro das vocações sócio-ambientais de cada porção do território rural de União da Vitória.

Objetivos específicos da ação

- a) Incentivar o desenvolvimento da silvicultura em pequenas propriedades (até 50 hectares), sem criar barreiras físicas de uso homogêneo que aumentam a fragilidade da economia rural do município.
- b) Oferecer aos pequenos agricultores mais uma alternativa de renda, em especial nas áreas de maior fragilidade ambiental que não permitem usos intensivos do solo.
- c) Desenvolver o reflorestamento com uso de espécies nativas, tanto para recuperação de áreas de mata ciliar e reserva legal quanto para produção de madeiras diferenciadas.
- d) Oferecer ao APL da Madeira local matéria-prima necessária para seu desenvolvimento, sem incrementar a concentração de fornecedores.

Escopo da ação

- a) Assistência Técnica para plantio e manejo de reflorestamentos comerciais.
- b) Fornecimento de mudas e insumos para reflorestamentos familiares.
- b) Fornecimento de mudas e insumos para recuperação de matas ciliares e reservas legais.

Justificativa do projeto

As limitações ambientais de parte do território de União da Vitória e a tradição madeireira local fruto das épocas de retirada de mata nativa de grande parte do Paraná e Santa Catarina permitem atualmente que parte significativa do município seja ocupada pela silvicultura. Complementarmente à atividade das empresas do ramo e dos grandes proprietários, o poder público deve incentivar que esta atividade seja desenvolvida também nas propriedades familiares até 50 hectares, permitindo que os agricultores possam obter renda das áreas de declividade média, diversificando a renda através de uma "poupança verde" que permitirá a médio prazo a formação de uma capital para desenvolvimento da propriedade e melhoria da qualidade de vida da família. Com isso, permite-se que a região continue o intenso desenvolvimento madeireiro, afastando o temido "apagão florestal" sem criar grandes barreiras físicas no território e sem fragilizar a indústria através da concentração de fornecedores de matéria-prima.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Assistência técnica terceirizada	120,00	meses	1.000,00	120.000,00
2	Aquisição de mudas florestais p/ distribuição	400,00	milhar	500,00	200.000,00
3	Aquisição de mudas nativas p/as APP e RL	50,00	milhar	1.600,00	80.000,00
Total da estimativa					400.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Assistência técnica	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	60,00	60,00
2	Mudas para silvicultura	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	100,00	100,00
3	Mudas nativas para APP e RL	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	40,00	40,00
Dispêndio por exercício		40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	200,00	200,00

Fontes de recursos

1	Assistência técnica	Orçamento municipal
2	Mudas para silvicultura	Orçamento municipal + SEAB
3	Mudas nativas para APP e RL	Orçamento municipal + SEMA / IAP

Coordenação

Secr de Desenvolvimento Econômico (atualmente Secr de Agricultura)	2013	40 pequenos silvicultores integrados ao programa 2 ha de silvicultura cada um
-----------------------------------------------------------------------	------	----------------------------------------------------------------------------------

Outros apoios

Emater	2018	80 pequenos silvicultores integrados ao programa com a média aumentada para 3 ha cada um
IAP		OBS - Todos os participantes deverão repor a mata nativa em suas APP e na RL

PROJETO 5.a	EIXO ESTRUTURANTE 5 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	AÇÃO COMPONENTE a.2
	PROJETO DESENVOLVIMENTO VOCACIONADO DA ECONOMIA	
	AÇÃO INCENTIVO À AGRICULTURA ORGÂNICA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 85</i>	

Objetivo geral do eixo estruturante

Desenvolver as atividades econômicas dentro das vocações sócio-ambientais de cada porção do território rural de União da Vitória.

Objetivos específicos do projeto

- a) Fortalecer a cadeia de orgânicos de União da Vitória, reforçando o papel de liderança hoje exercido dentro do estado.
- b) Apoiar atividades intensivas de maior valor nas poucas áreas propícias encontradas dentro do território municipal, suprindo tanto o mercado local como o regional hoje coberto por municípios do norte catarinense.
- c) Apoiar a construção de unidade de processamento de produtos orgânicos, gerando novos empregos e permitindo melhorias na qualidade dos produtos e acesso à mercados mais distantes.
- d) Oferecer aos produtores locais espaço e condições de comercialização direta da produção orgânica, através de feiras e suporte para comercialização com distribuidores, através da unidade de processamento da produção.

Escopo do projeto

- a) Assistência técnica para plantio e certificação da produção orgânica local.
- b) Fornecimento de mudas e insumos para diversificação da produção de orgânicos atual.
- c) Doação de área, materiais de construção, equipamentos e serviços técnicos para implantação de unidade de industrialização da produção

Justificativa do projeto

Segundo o IPARDES, União da Vitória é hoje um dos pólos da produção e comercialização de orgânicos dentro do estado do Paraná. Apesar disso, grande parte de seu mercado é suprido por produtos oriundos do norte do estado de Santa Catarina, mostrando o grande potencial que a cadeia de orgânicos possui tanto no mercado local como no regional. Em função da limitação ambiental de grande parte do território, o incentivo à cadeia de orgânicos deve se concentrar nas regiões próximas à cidade, áreas bem supridas de logística e com facilidades para maior apoio técnico, possibilitando a diversificação da produção atual já a curto prazo. Além de incrementar a produção de orgânicos, será necessário também facilitar o seu processamento e comercialização, apoiando a implantação de unidades de industrialização (lavagem, seleção, empacotamentos, processamento) e a manutenção e ampliação das feiras de comercialização direta da produção.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Assistência técnica terceirizada	120,00	meses	1.000,00	120.000,00
2	Aquisição de mudas para distribuição experimental	1,00	verba	120.000	120.000,00
3	Construção de central de embalagem	160,00	m ²	400,00	64.000,00
4	Constr. pequenas fábricas de geléia / conservas	160,00	m ²	600,00	96.000,00
Total da estimativa					400.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Assistência técnica	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	60,00	60,00
2	Mudas para distribuição	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	60,00	60,00
3	Central de embalagem				64,00		64,00	0,00
4	Fábricas: geléias / conservas					16,00	16,00	80,00
Dispêndio por exercício		24,00	24,00	24,00	88,00	40,00	200,00	200,00

Fontes de recursos

1	Assistência técnica	Orçamento municipal
2	Mudas para distribuição	Orçamento municipal
3	Central de embalagem	Orçamento municipal + SETP
4	Fábricas: geléias / conservas	Orçamento municipal + SETP

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atualmente Secr de Agricultura)	2013	20 pequenos agricultores agregados ao programa Central Embalagens construída e em funcionamento
<i>Outros apoios</i>		
Emater	2018	Mais 20 pequenos agricultores agregados
IAP		Construídas e em funcionamento indústria de geléia / doce e indústria de conservas

PROJETO 5.a	EIXO ESTRUTURANTE 5 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		AÇÃO COMPONENTE a.3
	PROJETO DESENVOLVIMENTO VOCACIONADO DA ECONOMIA		
	AÇÃO RESGATE DA PRODUÇÃO FAXINALENSE		
	<i>Consultar mapa na Prancha 85</i>		

Objetivo geral do eixo estruturante

Desenvolver as atividades econômicas dentro das vocações sócio-ambientais de cada porção do território rural de União da Vitória.

Objetivos específicos do projeto

- Resgatar a produção de origem faxinalense da região norte do municípios, permitindo maior renda nas área de serra que apresentam maior risco social.
- Assegurar oportunidades para a manutenção de famílias em zona rural, respeitando as diversidades culturais de cada porção do município sem deixar de utilizar técnicas atuais de produção.
- Apoiar o desenvolvimento de atividades econômicas para atendimento de nichos de mercado, em especial focados na produção de aves e suínos sem confinamento ("caipira").
- Dotar a produção caipira do município de certificações sanitárias e meios de processamento capazes de permitir acesso ao mercado regional.

Escopo do projeto

- Assistência técnica para planejamento e manutenção da produção de suínos e galinhas caipiras.
- Fornecimento de matrizes e insumos próprios para criação de aves e suínos sem confinamento.
- Doação de área, materiais de construção, equipamentos e serviços técnicos para implantação de unidade de industrialização da produção

Justificativa do projeto

A região do alto da Serra da Esperança apresenta os menores índices de renda e educação do município, além de uma cultura própria mantida pelo relativo isolamento que persiste em função das barreiras naturais. Em sua região leste subsistem ocupações remanescentes de faxinais, sistema produtivo menos intensivo em vias de extinção, onde a produção de animais sem confinamento possui grande importância. O apoio do poder público para a produção de aves e suínos caipiras, permitindo que as famílias acessem técnicas atuais de produção consoantes a sua tradição cultural, possibilitará que os produtores acessem mercados de produtos diferenciados, em forte expansão no Brasil e no mundo. Para tanto será necessário profissionalizar também o processamento da produção, através de unidade própria que possa atender as necessidades sanitárias e certificar os produtos.

Estimativa dos investimentos (reais)

Discriminação etapa ou parcela		Qtde	Unid	Unitário	Custo total
1	Assistência técnica terceirizada	120,00	meses	1.000,00	120.000,00
2	Plantel inicial (rotativo) de suínos	20,00	kit	2.000,00	40.000,00
3	Plantel inicial (rotativo) de aves + mat. construção	20,00	kit	2.000,00	40.000,00
3	Construção pequeno abatedouro e equipamento	250,00	m ²	800,00	200.000,00
Total da estimativa					400.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

Discriminação		2009	2010	2011	2012	2013	Até 2013	Até 2018
1	Assistência técnica	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	60,00	60,00
2	Plantel inicial de suínos	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	20,00	20,00
3	Plantel inicial de aves	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	20,00	20,00
4	Abatedouro equipado						0,00	200,00
Dispêndio por exercício		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	100,00	300,00

Fontes de recursos

1	Assistência técnica	Orçamento municipal
2	Plantel inicial de suínos	Orçamento municipal
3	Plantel inicial de aves	Orçamento municipal
4	Abatedouro equipado	Orçamento municipal + SETP

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico (atualmente Secr de Agricultura)	2013	20 ou mais faxinalenses agregados aos programas Plantel > 10.000 aves e > 500 suínos
<i>Outros apoios</i>		
Emater	2018	30 ou mais faxinalenses agregados aos programas
IAP		Plantel > 30.000 aves e > 1.500 suínos
		Abatedouro em pleno funcionamento

PROJETO 5.a	EIXO ESTRUTURANTE 5 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	AÇÃO COMPONENTE a.4
	PROJETO DESENVOLVIMENTO VOCACIONADO DA ECONOMIA	
	AÇÃO INCENTIVO À AQUICULTURA	
	<i>Consultar mapa na Prancha 85</i>	

Objetivo geral do eixo estruturante

Desenvolver as atividades econômicas dentro das vocações sócio-ambientais de cada porção do território rural de União da Vitória.

Objetivos específicos do projeto

- a) Diversificar a produção primária do município, aproveitando a grande quantidade de áreas de várzea propícias para a aquicultura.
- b) Recuperar tanques de produção já implantados e ampliar a quantidade de famílias envolvidas com a atividade, tanto com fornecimento de máquinas como de alevinos.
- c) Retardar os picos de enchente nas áreas urbanas mais distantes do Rio Iguçu, através do apoio à implantação de represamentos nas bacias do Rio Vermelho, Rio Guabiroba e Rio D'Areia.
- d) Permitir a profissionalização da aquicultura através de assistência técnica e apoio à industrialização, permitindo aumento da produção pelo acesso de novos mercados.

Escopo do projeto

- a) Fornecimento de horas-máquina para recuperação dos tanques de criação já implantados.
- b) Fornecimento de horas-máquina para implantação de novos tanques, com prioridade para as bacias do Rio Vermelho, Rio Guabiroba e Rio D'Areia.
- c) Fornecimento de alevinos, insumos e assistência técnica para a produção de peixes.
- c) Doação de área, materiais de construção, equipamentos e serviços técnicos para implantação de unidade de industrialização da produção.

Justificativa do projeto

A grande quantidade de várzeas presentes no município permite forte incremento na produção de peixes em tanques, em especial com a possibilidade de apoio do poder público com horas-máquina e assistência técnica para diversificação da produção familiar. Porém, a profissionalização efetiva da atividade depende da garantia da possibilidade de comercialização em escala, gerando a necessidade de implantação de unidade de industrialização da produção, garantindo a sanidade dos produtos e acesso a mercados mais distantes. Secundariamente, o represamento das águas nas bacias hidrográficas dos principais rios urbanos permitirá uma redução nos picos de enchentes oriundos desses cursos d'água, reduzindo as possibilidades de inundação nas áreas sujeitas a este risco mais distantes do Rio Iguçu.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Assistência técnica própria (só transporte)	120,00	meses	1.000,00	120.000,00
2	Horas máquina recuperação/implantação tanques	1.000,00	horas	40,00	40.000,00
3	Aquisição de alevinos para povoamento inicial	1,00	verba	40.000,00	40.000,00
4	Construção pequeno frigorífico de peixes	250,00	m ²	800,00	200.000,00
Total da estimativa					400.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Assistência técnica	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	60,00	60,00
2 Plantel inicial de suínos	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	20,00	20,00
3 Plantel inicial de aves	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	20,00	20,00
4 Abatedouro equipado						0,00	200,00
Dispêndio por exercício	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	100,00	300,00

Fontes de recursos

1 Assistência técnica	Orçamento municipal
2 Plantel inicial de suínos	Orçamento municipal
3 Plantel inicial de aves	Orçamento municipal
4 Abatedouro equipado	Orçamento municipal + SETP

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico	2013	15 tanques recuperados
(atualmente Secr de Agricultura)		15 tanques novos
<i>Outros apoios</i>		
Emater	2018	40 propriedades integradas ao programa
IAP		Frigorífico em pleno funcionamento

PROJETO 5.b	EIXO ESTRUTURANTE 5	AÇÃO COMPONENTE b.1
	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
	PROJETO	
	APOIO AO TURISMO RURAL	
	AÇÃO	
	ROTA DAS CACHOEIRAS	
	<i>Consultar mapa na Prancha 86</i>	

Objetivo geral do eixo estruturante

Desenvolver o turismo rural como fonte de renda aproveitando tanto as possibilidades de atividades ecológicas e de aventura como aquelas calcadas na identidade étnico-cultural local.

Objetivos específicos do projeto

- Diversificar a renda dos produtores rurais, tirando proveitos das singularidades oferecidas pelo ambiente natural da região noroeste do município.
- Apoiar os empreendimentos turísticos já implantados para sua manutenção e ampliação, através de serviços e materiais e principalmente do planejamento e divulgação conjunto.
- Incentivar novos investimentos na área de turismo, com ênfase nas atividades complementares às já existentes, fortalecendo a organização de roteiros e permitindo maior permanência dos visitantes.
- Permitir a preservação de áreas de cobertura vegetal nativa através da geração de renda oriunda de atividades turísticas relacionadas ao meio ambiente.

Escopo do projeto

- Elaboração do Plano Municipal de Turismo, com detalhamento da Rota das Cachoeiras e dos principais roteiros e pontos turísticos a serem divulgados.
- Doação de projetos técnicos de parques aos interessados que se comprometerem com os objetivos do programa
- Auxílio sob a forma de infraestrutura (redes de eletricidade, abastecimento, telefonia, etc)
- Auxílio em horas-máquina para implantação de edificações

Justificativa do projeto

As ações de incentivo ao turismo de aventura preconizadas no projeto estruturante de Apoio ao Turismo Rural representam um aprofundamento dos trabalhos que já vêm sendo encetados pela Municipalidade há algum tempo. Até agora, tem o Município se concentrado na divulgação, cabendo à iniciativa privada implantar e gerir as instalações de apoio, que, como se sabe, são simples. No entanto, em vista dos eventuais riscos envolvidos, são necessários dispositivos de primeiros socorros e comunicações, para que haja a devida segurança. Caberá ao Município o papel diretor do turismo de aventura, cobrando dos interessados a adesão ao sistema. Como incentivo propriamente dito, são previstas pequenas quantias para auxiliar na infraestrutura básica e horas-máquina para implantação das instalações (campings, restaurantes, estradas).

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Plano Municipal de Turismo	1,00	plano	50.000	50.000,00
2	Projetos técnicos de parques	15,00	verba	10.000	150.000,00
3	Auxílio em infraestrutura	15,00	parques	20.000	300.000,00
4	Auxílio em movimento de terra	15,00	parques	20.000	300.000,00
Total da estimativa					800.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

	<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Plano Municipal de Turismo	50,00					50,00	0,00
2	Projetos técnicos		20,00	20,00	20,00	20,00	80,00	70,00
3	Infraestrutura			40,00	40,00	40,00	120,00	180,00
4	Movimento de terra			40,00	40,00	40,00	120,00	180,00
	Dispêndio por exercício	50,00	20,00	60,00	60,00	60,00	370,00	430,00

Fontes de recursos

1	Plano Municipal de Turismo	Orçamento municipal
2	Projetos técnicos	Orçamento municipal + ParanaTurismo
3	Infraestrutura	Orçamento municipal
4	Movimento de terra	Orçamento municipal

Coordenação

Indicadores

Secr de Desenvolvimento Econômico	2013	Plano pronto e 8 projetos concluídos
(atual Secr Agricultura e Secr Ind, Com e Tur)		6 parques instalados e em funcionamento
<i>Outros apoios</i>		
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	15 parques instalados e em funcionamento
IAP / Emater / ParanaTurismo		

PROJETO 5.b	EIXO ESTRUTURANTE 5	AÇÃO COMPONENTE b.2
	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
	PROJETO	
	APOIO AO TURISMO RURAL	
	AÇÃO	
	ROTA DOS IMIGRANTES	
	<i>Consultar mapa na Prancha 86</i>	

Objetivo geral do eixo estruturante

Desenvolver o turismo rural como fonte de renda aproveitando tanto as possibilidades de atividades ecológicas e de aventura como aquelas calcadas na identidade étnico-cultural local.

Objetivos específicos do projeto

- a) Diversificar a renda dos produtores rurais, tirando proveitos das diversas origens culturais que compuseram a comunidade de União da Vitória e da região.
- b) Apoiar os empreendimentos turísticos já implantados para sua manutenção e ampliação, através de serviços e materiais, mas principalmente no apoio técnico de turismólogos e construtores
- c) Incentivar novos investimentos na área de turismo, explorando o filão cultural, que complementa o turismo de fundo urbano incentivado pelo fato de ser União da Vitória uma cidade histórica e um centro cultural e universitário.
- d) Auxiliar na preservação de construções da época colonial, de real valor arquitetônico, que se tornarão integrantes da Rota como pontos de interesse turístico

Escopo do projeto

- a) Elaboração do Plano Municipal de Turismo, com detalhamento da Rota dos Imigrantes e dos principais roteiros e pontos turísticos a serem divulgados.
- b) Elaboração de projetos de aproveitamento de construções históricas da zona rural. Os projetos serão doados aos interessados que se comprometerem com os objetivos do programa.
- c) Compartilhar custos de extensão de redes de infraestrutura - eletricidade, abastecimento, telefonia, bem como tratamento de resíduos líquidos e sólidos.
- c) Auxiliar em movimentação de terra que for necessária, com equipamento próprio ou locado

Justificativa do projeto

A rica cultura formada pelas diversas correntes étnicas que marcaram a ocupação de União da Vitória é um importante legado a ser mantido, além de ser um produto turístico singular a ser desenvolvido e transformado em dividendos para os seus detentores. Nesse sentido, o poder público municipal deve tomar para si o papel de planejador das ações, podendo unir na forma de roteiros um grande leque de pontos de interesse, através da divulgação, apoio técnico para recuperação de imóveis históricos/típicos, auxílio na extensão de redes de infraestrutura e até mesmo apoio direto na execução de pequenas obras necessárias para gerar maior conforto ao turista. Com isso, pretende-se firmar Porto União da Vitória como um destino regional e em menor escala, nacional, do turismo rural (de aventura e cultural) e de negócios, a partir das atividades de fomento previstas para a área urbana.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Plano Municipal de Turismo	1,00	plano	50.000	50.000,00
2	Projetos técnicos de conjuntos temáticos	10,00	verba	15.000	150.000,00
3	Auxílio em infraestrutura	10,00	conj	20.000	200.000,00
4	Auxílio em movimento de terra	10,00	conj	20.000	200.000,00
Total da estimativa					600.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Plano Municipal de Turismo	50,00					50,00	0,00
2 Projetos técnicos		15,00	15,00	15,00	15,00	60,00	90,00
3 Infraestrutura			20,00	20,00	20,00	60,00	140,00
4 Movimento de terra			20,00	20,00	20,00	60,00	140,00
Dispêndio por exercício	50,00	15,00	55,00	55,00	55,00	230,00	370,00

Fontes de recursos

1 Plano Municipal de Turismo	Orçamento municipal
2 Projetos técnicos	Orçamento municipal + ParanaTurismo
3 Infraestrutura	Orçamento municipal
4 Movimento de terra	Orçamento municipal

Coordenação

Secr de Desenvolvimento Econômico	2013	Plano concluído
(atual Secr Agricultura e Secr Ind, Com e Tur)		Concluídos 4 projetos de conjuntos

Outros apoios

Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2018	Concluídos 10 projetos
IAP / Emater / ParanaTurismo		Em funcionamento 10 conjuntos

Indicadores

PROJETO 5.c	EIXO ESTRUTURANTE 5	AÇÃO COMPONENTE c.1
	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
	PROJETO	
	ESTRADAS RURAIS DE QUALIDADE	
	AÇÃO	
	CAMINHOS DA PRODUÇÃO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 87</i>	

Objetivo geral do eixo estruturante

Incentivar a economia rural a partir da melhoria na infraestrutura de transportes disponível, fortalecendo a hierarquização do sistema viário rural como um todo.

Objetivos específicos do projeto

- Incentivar as atividades econômicas intensivas na Bacia do Rio Vermelho através da complementação da pavimentação já existente.
- Pavimentar o percurso entre a cidade de União da Vitória e a comunidade de Rio Vermelho, facilitando o acesso aos equipamentos públicos mais sofisticados para parte significativa da população rural.
- Complementar a pavimentação de todas as vias rurais secundárias do município, constituindo o esqueleto básico do sistema viário rural.

Escopo do projeto

- Elaboração de projeto geométrico e orçamentos das obras de recuperação e pavimentação do Caminho da Produção.
- Recuperação do trecho já pavimentado da estrada municipal de acesso ao Rio Vermelho.
- Pavimentação do restante da estrada do Rio Vermelho definida como via rural secundária, tanto no sentido da comunidade como no trajeto da margem direita do Rio Vermelho (entrada pelo Nossa Senhora das Graças).

Justificativa do projeto

O sistema viário municipal de União da Vitória possui um esqueleto básico formado pela PRT-153 e pela PR-447, estrutura que serve adequadamente boa parte da porção menos declivosa do território onde se concentra a maior parte da população rural. Das comunidades fora das áreas de influência dessas rodovias, merece especial destaque a região do Rio Vermelho, tanto pela quantidade de habitantes e equipamentos públicos existentes como pelas características de topografia e qualidade do solo que tenha essa porção do município a mais adequada para exploração intensiva. Em função disso definiu-se a prioridade para pavimentação do acesso da comunidade de Rio Vermelho, tanto na continuidade do trecho já pavimentado como no percurso pelo Loteamento Nossa Senhora das Graças, dentro de um projeto denominado Caminho da Produção.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projetos técnicos (recuperação e nova implantação)	20,00	km	3.000	60.000,00
2	Recuperação de pavimento existente	4,00	km	165.000	660.000,00
3	Adaptação do trecho não-pavimentado para a classe de estrada secundária da Lei do Sistema Viário	16,00	km	80.000	1.280.000,00
Total da estimativa					2.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Projetos técnicos		60,00				60,00	0,00
2	Recuperação pav. existente			220,00	220,00	220,00	660,00	0,00
3	Adaptação do trecho restante						0,00	1.280,00
Dispêndio por exercício		0,00	60,00	220,00	220,00	220,00	720,00	1.280,00

Fontes de recursos

1	Projetos técnicos	Orçamento municipal
2	Recuperação pav. existente	Orçamento municipal + DER
3	Adaptação do trecho restante	Orçamento municipal + DER

Coordenação

Indicadores

Secr Transportes e Serviços Públicos	2013	Recuperada a estrada asfaltada do Rio Vermelho
<i>Outros apoios</i>		
Secr Desenvolvimento Econômico (atual Secr Agricultura e Secr Ind, Com e Tur)	2018	Adaptados os 16 km da via estrada marginal direita do Rio Vermelho para a classe secundária da Lei do Sistema Viário
Emater / SEAB		
DER / SETR		

PROJETO 5.c	EIXO ESTRUTURANTE 5	AÇÃO COMPONENTE c.2
	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
	PROJETO	
	ESTRADAS RURAIS DE QUALIDADE	
	AÇÃO	
	CAMINHOS DO TURISMO	
	<i>Consultar mapa na Prancha 87</i>	

Objetivo geral do eixo estruturante

Incentivar a economia rural a partir da melhoria na infraestrutura de transportes disponível, fortalecendo a hierarquização do sistema viário rural como um todo.

Objetivos específicos do projeto

- Incentivar as atividades turísticas da Rota das Cachoeiras através da pavimentação de estradas rurais interligando a cidade aos principais pontos de interesse existentes.
- Permitir melhor acesso para comunidades rurais de Rio dos Banhados, Porto Almeida e Barra do Palmital, tanto no que se refere ao atendimento da população quanto ao escoamento da produção.
- Complementar a pavimentação de todas as vias rurais secundárias do município, constituindo o esqueleto básico do sistema viário rural.

Escopo do projeto

- Elaboração de projeto geométrico e orçamentos das obras pavimentação do Caminho do Turismo.
- Pavimentação da estrada de acesso à Rota das Cachoeiras desde a saída da PR-447 próxima à Vila Zulmira até a Encruzilhada de Porto Almeida.

Justificativa do projeto

O incentivo às atividades turísticas possui grande importância na economia rural e seu desenvolvimento tem sido mais intenso na região noroeste do município, em função do potencial para turismo rural e de aventura calcados em belezas naturais singulares. A organização da Rota das Cachoeiras e da Rota dos Imigrantes, sobrepostas nesta região de União da Vitória, possibilita a implantação de diversos estabelecimentos turísticos capazes de atingir o mercado regional, desde que seja ofertado ao turista conforto e logística adequados. Neste contexto, a pavimentação das estradas tem fundamental importância para desenvolvimento desse setor da economia rural, além de facilitar o acesso da população dessas comunidades às comodidades urbanas e o escoamento da produção dos agricultores da região.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projetos técnicos	12,00	km	3.000	36.000,00
2	Adaptação p/a classe secundária (base compactada)	12,00	km	80.000	960.000,00
3	Pavimentação em pedras irregulares	12,00	km	167.000	2.004.000,00
Total da estimativa					3.000.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Projetos técnicos		36,00				36,00	0,00
2 Recuperação pav. existente			320,00	320,00	320,00	960,00	0,00
3 Adaptação do trecho restante						0,00	2.004,00
						0,00	0,00
Dispêndio por exercício	0,00	36,00	320,00	320,00	320,00	996,00	2.004,00

Fontes de recursos

1	Projetos técnicos	Orçamento municipal
2	Recuperação pav. existente	Orçamento municipal + DER
3	Adaptação do trecho restante	Orçamento municipal + DER

Coordenação

Indicadores

Secr Transportes e Serviços Públicos	2013	Estrada até Encruzilhada de Porto Almeida transformada em secundária pela Lei do Sistema Viário
		(base compactada)
<i>Outros apoios</i>		
Secr Desenvolvimento Econômico	2018	Estrada até Encruzilhada de Porto Almeida pavimentada em pedras irregulares
(atual Secr Agricultura e Secr Ind, Com e Tur)		
Emater / SEAB		
DER / SETR		

PROJETO 5.d	EIXO ESTRUTURANTE 5 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	AÇÃO COMPONENTE d.1
	PROJETO QUALIDADE DE VIDA NA ZONA RURAL	
	AÇÃO SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAIS	
	<i>Consultar mapa na Prancha 88</i>	

Objetivo geral do eixo estruturante

Melhorar a qualidade de vida da população rural através do melhor acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, possibilitando que as famílias se mantenham em suas propriedades.

Objetivos específicos do projeto

- Complementar a estrutura de sistemas de abastecimento de água rurais atuando nas comunidades menos densas, através de trabalho comunitário de extensão das redes até as propriedades.
- Melhorar as condições de saneamento da população rural através do fornecimento de água tratada de origem controlada, reduzindo o impacto de possíveis contaminações de nascentes e lençóis freáticos.
- Fortalecer os laços de vizinhança nas comunidades menos densas a partir do gerenciamento do sistema de abastecimento de água em comum.

Escopo do projeto

- Elaboração de projetos técnicos de implantação dos novos sistemas de abastecimento de água, inclusive com contratação de geólogo para escolha de locais com maior vazão.
- Perfuração de poços e construção de reservatórios elevados com área para instalação de bombas e manutenção do sistema.
- Realização de trabalhos comunitários em auxílio à extensão da rede para moradias localizadas num raio de até 2,5 km do reservatório.

Justificativa do projeto

A melhoria na qualidade de vida da população rural passa pela disseminação da oferta de água tratada para os proprietários rurais, prevenindo doenças de vinculação hídrica e trazendo conforto para dentro de suas residências. Atualmente, União da Vitória possui três sistemas isolados rurais, nas comunidades de maior densidade. O passo seguinte, a ser realizado em parceria com a comunidade, deve atingir comunidades de ocupação esparsa, com redes extensas, momento em que os próprios moradores poderão auxiliar nos trabalhos de aberturas de valas, permitindo aos sistemas atingir raios de pelo menos 2,5 km ao redor dos reservatórios. Secundariamente, a gestão comunitária desses sistemas permitirá maior união nessas regiões onde não há aglutinação de população na forma de vilas.

Estimativa dos investimentos (reais)

Discriminação etapa ou parcela		Qtde	Unid	Unitário	Custo total
1	Poços profundos completos, com revest. e bombas	4,00	unid	25.000	100.000,00
2	Reservatórios elevados metálicos padrão 10 m³	4,00	unid	12.500	50.000,00
3	Rede de abastecimento, em PVC, incl hidrômetros	20,00	km	5.000	100.000,00
Total da estimativa					250.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

Discriminação		2009	2010	2011	2012	2013	Até 2013	Até 2018
1	Poços profundos	25,00	25,00	25,00	25,00		100,00	0,00
2	Reservatórios	12,50	12,50	12,50	12,50		50,00	0,00
3	Rede de abastecimento	25,00	25,00	25,00	25,00		100,00	0,00
Dispêndio por exercício		62,50	62,50	62,50	62,50	0,00	250,00	0,00

Fontes de recursos

1	Poços profundos	Orçamento municipal + Funasa + SESA + Sanepar
2	Reservatórios	Orçamento municipal + Funasa + SESA + Sanepar
3	Rede de abastecimento	Orçamento municipal + Funasa + SESA + Sanepar

Coordenação

Indicadores

Secr Transportes e Serviços Públicos	2013	Quatro novos micro-sistemas em funcionamento (Pinhalão, Guaíra, Rio dos Banhados e Barreiros)
<i>Outros apoios</i>		
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		
Secr Saúde		

PROJETO 5.d	EIXO ESTRUTURANTE 5	AÇÃO COMPONENTE d.2
	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
	PROJETO QUALIDADE DE VIDA NA ZONA RURAL	
	AÇÃO CENTRO SOCIAL RURAL NA SERRA DA ESPERANÇA	

Consultar mapa na Prancha 88

Objetivo geral do eixo estruturante

Melhorar a qualidade de vida da população rural através do melhor acesso à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, possibilitando que as famílias se mantenham em suas propriedades.

Objetivos específicos do projeto

- Reduzir o isolamento espacial e social dos moradores da região acima da escarpa da Serra da Esperança, através de uma atenção espacial na área da educação, saúde, assistência social e incentivo econômico.
- Oferecer atividades de contraturno aos alunos da Serra da Esperança que utilizam as escolas do Rio Vermelho, evitando a evasão escolar e permitindo maior envolvimento comunitário para moradores de uma região de ocupação extremamente dispersa.
- Capacitar os moradores da região norte do município para desenvolvimento das atividades econômicas previstas no projeto de resgate da produção faxinalense.

Escopo do projeto

- Elaboração de projetos técnico e técnico-social para implantação do centro social rural da Serra da Esperança.
- Construção do Centro Social, inclusive com implantação de área esportiva, de ensino profissionalizante rural e aquisição de equipamentos.

Justificativa do projeto

A situação de isolamento que historicamente marcou a população da Serra da Esperança distingue a sua ocupação do restante do município tanto em função das condicionantes ambientais e econômicas resultantes da presença da serra como também dos aspectos sociais e culturais que permitem ainda hoje a presença de comunidades indígenas e faxinalenses. Sem deixar de manter esse legado cultural importante, propõe-se que seja dada atenção especial para a população dessa região através de um atendimento integrado de diversas secretarias municipais, a ser centralizado em um Centro Social Rural, composto de área para educação infantil, espaço para atividades esportivas e profissionalizantes rurais, sala de saúde (distribuição de remédios, atendimento por profissionais em dias específicos do mês) e um espaço para atendimento social amplo, inserindo as pessoas nos projetos existentes nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Projeto técnico	1,00	proj	12.000	12.000,00
2	Projeto social	1,00	proj	8.000	8.000,00
3	Edificação	200,00	m ³	650,00	130.000,00
Total da estimativa					150.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Projeto técnico	12,00					12,00	0,00
2 Projeto social	8,00					8,00	0,00
3 Edificação		65,00	65,00			130,00	0,00
Dispêndio por exercício	20,00	65,00	65,00	0,00	0,00	150,00	0,00

Fontes de recursos

1 Projeto técnico	Orçamento municipal
2 Projeto social	Orçamento municipal
3 Edificação	Orçamento municipal

Coordenação

Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)	2013	Em funcionamento o CSR, servindo à população da Serra.
--------------------------------------------	------	--------------------------------------------------------

Outros apoios

Secr Educação, Saúde e Assist Social		
Secr Transportes e Serv Públicos		

6.2.6 PROJETO COMPLEMENTAR: INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA

Para colocar em prática o grande número de ações componentes do Plano de Ação e Investimentos do Plano Diretor Municipal, o poder público e a sociedade de União da Vitória terão que incrementar seus instrumentos de gestão, com a criação de estrutura específica de planejamento permanente e atualização constante dos bancos de dados necessários para que esta tarefa seja realmente conseqüente. As ações previstas dentro dos projetos complementares são de início a curto prazo e investimento de pequeno porte, apesar de permanentes.

Quadro 123

Investimentos previstos no Projeto Complementar: Instrumentos de Gestão Urbana (em mil reais)

Código		Ação	Previsão de investimentos		
Proj	Ação		Até 2012	Até 2017	Total
6	a1	Criação de Instituto de Planejamento	300,00	0,00	300,00
	a2	Recadastramento periódico / Avaliação imediata	370,00	280,00	650,00
	a3	Cadastro Social Único	190,00	160,00	350,00
			860,00	440,00	1.300,00

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Nas planilhas correspondentes a cada ação componente do Eixo, são apresentados os investimentos propostos para cada exercício fiscal dos cinco primeiros anos e, nas colunas à direita, os valores correspondentes ao primeiro quinquênio (Até 2013) e ao segundo quinquênio (Até 2018).

PROJETO 6	PROJETO COMPLEMENTAR	AÇÃO COMPONENTE a.1
	PROJETO	
	INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA	
	AÇÃO CRIAÇÃO DE INSTITUTO DE PLANEJAMENTO	

Objetivo geral do projeto estruturante

O objetivo geral das ações complementares é o de dotar a administração pública de instituições e instrumentos de planejamento continuado, de modo a conduzir com sucesso o processo de implementação do Plano Diretor Municipal

Objetivos específicos da ação

- a) Instituir um organismo permanente com as funções de liderar o processo de planejamento continuado dentro da administração pública
- b) Assegurar condições de continuidade entre as diversas gestões municipais através da permanência dos objetivos do Plano Diretor Municipal.
- c) Abrigar dentro do organograma, um quadro permanente de técnicos de planejamento com abrangência multissetorial.

Escopo da ação

- a) Criação do IPPUUV, como autarquia, com corpo funcional enxuto e estável.
- b) Dotação de espaço, equipamento geral e específico, biblioteca e software.
- c) Promover a adaptação funcional e a formação continuada dos profissionais de planejamento

Justificativa do projeto

A rotina de uma Secretaria Municipal faz com que não haja muito tempo disponível para tarefas de planejamento. Embora as municipalidades venham sendo cobradas a estipular metas (Plano de Educação, de Saúde, Plano Diretor, Plano de Habitação, etc), isso tem sido feito separadamente por setor, de maneira pontual e sem mecanismos de acompanhamento e avaliação de resultados. Para isso se necessita de uma organização sem tarefas burocráticas a cumprir, voltada exclusivamente para estabelecer e mensurar metas gerais. A autarquia deverá ser enxuta (não mais que meia dúzia de técnicos, de diversos setores) e deverá contar com a colaboração de todas as Secretarias, não somente como apoio em forma de dados ou informações, mas também nas tomadas de decisão. A independência da autarquia dentro do cronograma assegura a ausência de competição política entre secretarias.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Assistência jurídica/administrativa inicial	1,00	assist	10.000	10.000,00
2	Móveis, utensílios, equipamento de informática	1,00	verba	100.000	100.000,00
3	Biblioteca e licenças de software	1,00	verba	100.000	100.000,00
4	Cursos para o pessoal técnico	1,00	verba	90.000	90.000,00
Total da estimativa					300.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Assistência inicial	10,00					10,00	0,00
2	Móveis, utensílios, equipamento	45,00	55,00				100,00	0,00
3	Biblioteca e software	45,00	55,00				100,00	0,00
4	Cursos	30,00	20,00	20,00	20,00		90,00	0,00
Dispêndio por exercício		130,00	130,00	20,00	20,00	0,00	300,00	0,00

Fontes de recursos

1	Assistência inicial	Orçamento municipal
2	Móveis, utensílios, equipamento	Orçamento municipal
3	Biblioteca e software	Orçamento municipal
4	Cursos	Orçamento municipal

Coordenação

Indicadores

Gabinete do Prefeito	2013	IPPUUV em pleno funcionamento
<i>Outros apoios</i>		
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		

PROJETO 6	PROJETO COMPLEMENTAR	AÇÃO COMPONENTE a.2
	PROJETO	
	INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA	
	AÇÃO RECADASTRAMENTO PERIÓDICO / AVALIAÇÃO IMEDIATA	

Objetivo geral do projeto estruturante

O objetivo geral das ações complementares é o de dotar a administração pública de instituições e instrumentos de planejamento continuado, de modo a conduzir com sucesso o processo de implementação do Plano Diretor Municipal

Objetivos específicos da ação

- a) Promover recadastramento imobiliário bianualmente, com publicação dos resultados
- b) Promover recadastramento de atividades econômicas bianualmente, com publicação dos resultados
- c) Elaborar planta de valores imobiliários (para fins de IPTU e ITBI) bianualmente, com coleta de dados permanente
- d) Criar sistema de avaliação imobiliária imediata, para uso do setor de ITBI e pareceres para fins de consórcio imobiliário e exercício do direito de preempção.

Escopo da ação

- a) Aquisição de fotos aéreas da zona urbana, atualizadas bianualmente (como guia para recadastramento imobiliário)
- b) Contratação de pessoal temporário e/ou empresa terceirizada para vistorias de imóveis e/ou empresas
- c) Aquisição ou desenvolvimento de software específico para avaliações imobiliárias

Justificativa do projeto

Para implantar um planejamento que seja efetivamente permanente, i.é, avaliado e rediscutido sempre, é necessário dispor de informações precisas para embasar as decisões. Uma das ferramentas mais importantes para o planejamento urbano é o cadastro urbano, composto pelo cadastro imobiliário e pelo cadastro das atividades econômicas. Eles compõem, juntamente com os cadastros provindos das áreas sociais (secretarias de educação, saúde e assistência social) as bases para a permanente análise do desenvolvimento urbano. As facilidades atuais de ampla cobertura por fotos aéreas ou de satélite (até mesmo a assinatura de fotos periódicas, que permite entre outras coisas a fiscalização de obras, a salvaguarda de ocupações irregulares, etc), aliadas a softwares específicos para rápido mapeamento, auxiliam, embora não cheguem a dispensar vistorias por parte de pessoal especializado, próprio ou terceirizado, para checar a coerência das informações obtidas.

Estimativa dos investimentos (reais)

	<i>Discriminação etapa ou parcela</i>	<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Aquisição bienal de fotos aéreas da zona urbana	5,00	bloco	50.000	250.000,00
2	Vistoria bienal a imóveis (pessoal temp. ou empresa)	5,00	campanha	50.000	250.000,00
3	Vistoria bienal a firmas (pessoal temp. ou empresa)	5,00	campanha	15.000	75.000,00
4	Aquisição ou desenvolvimento de software	1,00	verba	75.000	75.000,00
Total da estimativa					650.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1 Fotos aéreas	50,00		50,00		50,00	150,00	100,00
2 Vistoria bienal / imóveis		50,00		50,00		100,00	150,00
3 Vistoria bienal / firmas	15,00		15,00		15,00	45,00	30,00
4 Software para avaliações	75,00					75,00	0,00
Dispêndio por exercício	140,00	50,00	65,00	50,00	65,00	370,00	280,00

Fontes de recursos

1	Fotos aéreas	Orçamento municipal
2	Vistoria bienal / imóveis	Orçamento municipal
3	Vistoria bienal / firmas	Orçamento municipal
4	Software para avaliações	Orçamento municipal

Coordenação

Indicadores

Secr Finanças	2013	Sistema de avaliação imediata funcionando
		desde 2010
Secr Urbanismo e M Ambiente (atual Planej)		Sistema de recadastramentos permanentes a cada
Secr Administração		2 anos em funcionamento
	2018	Idem

PROJETO 6	PROJETO COMPLEMENTAR	AÇÃO COMPONENTE a.3
	PROJETO	
	INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA	
	AÇÃO CADASTRO ÚNICO MULTIFINALITÁRIO	

Objetivo geral do projeto estruturante

O objetivo geral das ações complementares é o de dotar a administração pública de instituições e instrumentos de planejamento continuado, de modo a conduzir com sucesso o processo de implementação do Plano Diretor Municipal

Objetivos específicos da ação

- a) Promover atualização permanente do CadMulti mediante visitas periódicas
- b) Promover a publicação dos resultados do CadMulti, inclusive mapeamento

Escopo da ação

- a) Adquirir equipamento para uso no campo em casos de visitas para recadastramento (palm-tops e GPS)
- b) Contratação de pessoal temporário e/ou empresa terceirizada para visitas às famílias cadastradas
- c) Publicação anual dos resultados do recadastramento

Justificativa do projeto

A criação do CadÚnico, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, foi um avanço na administração dos programas sociais do governo federal e, por consequência, das Assistências Sociais Municipais. Todavia, além de ser restrito aos inscritos à benefícios de programas sociais, ainda não são compartilhados dados com a Educação e a Saúde (o Programa de Saúde da Família levanta informações familiares de grande utilidade para outros setores) nem com o Planejamento, que mais do que qualquer outro setor municipal, tem como coordenar o uso das informações. O aprofundamento e ampliação do sistema exige que haja compartilhamento de dados e publicação dos resultados, inclusive para uso externo (universidades, institutos de pesquisa, etc). O Cadastro Único Multifinalitário - CadMulti, estendido para além dos programas sociais, precisa ser atualizado freqüentemente para que os dados não percam validade, de modo que todas as Secretarias devam participar. O mapeamento e divulgação dos dados ficarão ao encargo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano.

Estimativa dos investimentos (reais)

<i>Discriminação etapa ou parcela</i>		<i>Qtde</i>	<i>Unid</i>	<i>Unitário</i>	<i>Custo total</i>
1	Equipamento individual para entrevistadores	20,00	kits	1.500	30.000,00
2	Visita anual p/cadastro (pessoal temp. ou empresa)	10,00	campanha	30.000	300.000,00
3	Despesas de publicação	10,00	publ	2.000	20.000,00
Total da estimativa					350.000,00

Cronograma físico-financeiro (mil reais)

<i>Discriminação</i>		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Até 2013</i>	<i>Até 2018</i>
1	Equipamento individual	30,00					30,00	0,00
2	Visitas anuais (pessoal)	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	150,00	150,00
3	Publicação anual	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	10,00	10,00
Dispêndio por exercício		62,00	32,00	32,00	32,00	32,00	190,00	160,00

Fontes de recursos

1	Equipamento individual	Orçamento municipal
2	Visitas anuais (pessoal)	Orçamento municipal
3	Publicação anual	Orçamento municipal

Coordenação

Indicadores

Secr Assistência Social	2013	Sistema de atualização anual do CadÚnico em funcionamento desde 2009
<i>Outros apoios</i>		
Secr Educação		
Secr Saúde	2018	Idem
Instituto de Planejamento		

6.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

6.3.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Cada ação componente do Plano de Ação e Investimentos apresenta os objetivos, custos e cronograma de seu desenvolvimento, fatores essenciais para o poder público municipal colocar em prática as proposições definidas juntamente com a comunidade durante a elaboração do Plano Diretor. Em função de ter compartilhado o poder de decisão na definição das ações e de em muitos casos possuir papel fundamental para o alcance dos objetivos delas, a comunidade será essencial para que o plano alcance seus objetivos e seja mantido mesmo após a troca de gestões.

A forma de controle mais eficiente apresentada dentro do Plano Diretor Participativo é a definição dos indicadores de desempenho do Plano de Ação e Investimentos, com metas claras e mensuráveis para o primeiro quinquênio (2013) e o segundo quinquênio (2018). Com isso será possível verificar se o plano foi efetivamente utilizado como ferramenta de desenvolvimento e em conjunto com os indicadores referentes à qualidade de vida, se foram atingidos os reais objetivos que levaram a comunidade a se reunir nos últimos meses para o intenso trabalho de planejar seu futuro.

Quadro 124
Indicadores de desempenho do Eixo 1: Convívio Harmônico com o Rio

Código		Ação	Indicadores de desempenho	
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018
1a	a1	Aquisição de áreas ribeirinhas	Adquiridos 30 hectares no Rio Iguaçu	Adquiridos mais 10 hectares (no Rio d'Areia)
			Adquiridos 15 hectares no Rio Vermelho	Adquiridos mais 5 hectares no Rio Vermelho
			Adquiridos 15 hectares no Rio Guabiroba	Adquiridos mais 5 hectares no R Guabiroba
	a2	Concessão de parques para entidades	Projetados 20 hectares de parques públicos Instalados 7,5 hectares	Projetados mais 5 hectares de parques públicos Instalados mais 17,5 hectares
1b	b1	Extensão da Avenida Bento Munhoz da Rocha	Projetos concluídos desde 2010	Adquiridos mais 4 ha para relocação
			Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas 12 ha para relocação adquiridos e indenizados	Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1 km da origem
	b2	Implantação de avenida beira-parque do Rio d'Areia	Projetos concluídos desde 2011	Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1 km da origem
			Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas 9 ha para relocação adquiridos e indenizados	
b3	Implantação de avenida beira-parque do Rio Vermelho	Projetos concluídos desde 2012	Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1 km da origem	
		Adquiridas as áreas da avenida e beira-rio Relocadas ao menos 30 casas		
b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba	Projetos concluídos Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas 13 ha para relocação adquiridos e indenizados	Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1 km da origem	

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Quadro 125
Indicadores de desempenho do Eixo 2: União Polinucleada

Código		Ação	Indicadores de desempenho	
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018
2a	a1	Definição de novo perímetro urbano	Perímetro redefinido já em 2009 Eventos de divulgação ocorridos até fins de 2009	
	a2	Fortalecimento da centralidade São Cristóvão	Áreas para equipamento público adquiridas Subprefeitura construída, funcionando Espaço cívico em uso pela população	
	a3	Fortalecimento da centralidade Conjuntos	Adquiridas as áreas para o centro da macrozona	Edificada e em funcionamento a Subprefeitura Em uso pela população a praça cívica (envolvida em parque)
	a4	Fortalecimento da centralidade Zona Sul		Adquiridas todas as áreas necessárias Construída a Subprefeitura Edificação e Praça Cívica em torno em uso
2b	b1	Remodelação da Avenida Bento Munhoz da Rocha		Avenida inteiramente remodelada e prolongada até Ciclovía em uso desde a Ponte Machado da Costa Previsão de canaleta ou faixa p/ transp. coletivo
	b2	Remodelação do eixo viário paralelo à ferrovia		Eixo viário inteiramente remodelado Ciclovía em uso desde a Ponte Machado da Costa Previsão de canaleta ou faixa p/ transp. coletivo
	b3	Remodelação da Avenida Paula Freitas		Avenida inteiramente remodelada Ciclovía em uso desde a Ponte Machado da Costa Previsão de canaleta para transporte coletivo
	b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba		Eixo viário inteiramente remodelado Previsão de canaleta ou faixa p/ transp. coletivo
	b5	Nova ponte sobre o Rio Iguaçu		Nova ponte totalmente em tráfego,
	b6	Ampliação do sistema de transporte alternativo	Plano e projetos técnicos realizados Iniciado bicicletário do Terminal Central	Implantada rede de 10km de ciclovias 40 bicicletários pontuais (empresas, escolas, etc)
	b7	Contorno Rodoviário Leste (P União/S Cristóvão)		Novo contorno em tráfego (P. União à BR-153)
2c	c1	Operação Urbana Rio Iguaçu	Realizados / divulgados pelo menos dois estudos Pelo menos uma OUC em implantação	Realizados / divulgados cinco estudos de OUC Pelo menos três OUC em implantação
	c2	Operação Indústrias Urbanas	Realizados / divulgados três estudos de OUC 3 operações urbanas consorciadas em execução	3 operações urbanas consorciadas concluídas
	c3	Operação Urbana Aeroporto	Estudos econômicos e técnicos realizados Implantada a OUC Infra e equipamento urbano instalados no local	
	c4	Operação Urbana Rio Vermelho		Realizados estudo econômico e estudo urbanístico. Organizados eventos de atração de interessados
2d	d1	Relocação e regularização fundiária	PLHIS elaborado em 2009 Regularizadas até 500 ocupações irregulares Produzidas pelo menos 200 moradias (subsídio)	Produzidas mais 200 moradias (com subsídio)
	d2	Habitação social disseminada	PLHIS elaborado em 2009 Estoque de lotes da CIAHAB acima de 20 lotes Produzidas pelo menos 60 casas+ 60 apartamentos	Estoque de lotes da CIHAB acima de 50 lotes Produção própria à velocidade de 40 casas/ano Produção própria à velocidade de 40 aptos/ano

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Quadro 126
Indicadores de desempenho do Eixo 3: Qualidade de Vida Urbana

Código		Ação	Indicadores de desempenho	
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018
3a	a1	Ampliação da rede de esgoto	Elaborado PMGRH já em 2009 Corrigidos problemas da rede atual até 2012 Ampliada a rede de coleta em 80 km	Ampliada a rede para comprimento total de 210 km (incluso os 63 km atuais), chegando a 910% da malha de ruas com esgoto sanitário
	a2	Tratamento de todo o esgoto coletado	Corrigido esgoto in-natura no Conjunto Bento (2009) Corrigidos problemas da ETE São Bernardo Mais uma ETE em funcionamento	Conjunto total formado de 6 ETEs inclusive uma para resíduo industriais (São Gabriel) Tratado 100% do esgoto coletado (coletado 90% do esgoto gerado)
3b	b1	Sistema rotativo de pavimentação urbana	Criado o "capital inicial" para pelo menos 8 km/ano Ao final de 2013, ter pavimentado pelo menos 27 km	Ter pavimentado pelo menos 60 km
	b2	Nova lei de parcelamentos urbanos	Realizados três estudos preliminares Realizados cinco eventos de divulgação	
3c	c1	Universalização da iluminação pública	Nenhuma rua do sistema viário oficial sem I.P.	
	c2	Acessibilidade total do transporte coletivo	Terminal central adaptado para acessibilidade 25% dos pontos de ônibus acessíveis	Chegar a 100% dos pontos de ônibus acessíveis
	c3	Racionalização espacial do sist. educação	Adquiridos 5 hectares em terrenos em vários locais Ampliados/reformados 400m ² de edif escolares	
	c4	Universalização da educação infantil	Adquiridos terrenos num total de 5 hectares Construídos 3 CMEIs centrais e iniciado o 4o.	Concluídos os 5 CMEIs centrais e os 7 dos bairros
	c5	Descentralização do equipamento cultural	Construídos e equipados os 3 CC de centros de macrozona e mais 2 mini-centros culturais	Construídos e equipados mais 18 mini centros
	c6	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico	Criado o Conselho Realizado o Inventário Realizadas sete intervenções	Realizadas mais dez intervenções (uma cada ano)
	c7	Universalização do Prog. de Saúde da Família	Instalados mais 4 distritos de saúde da família Iniciado o primeiro Centro de Especialidades	Instalados mais 2 PSF (cobertura de 100%) Concluídos todos os três centros de especialidades
	c8	Disseminação do equipamento de esporte e lazer	Três novas praças, construídas e equipadas Duas novas quadras cobertas	Mais duas novas praças, construídas e equipadas Três novas quadras cobertas
	c9	Implantação de feiras livres nos bairros	Implantada a feira central, devidamente equipada Implantada feira S Cristóvão, devidamente equipada	Implantadas as feiras Conjuntos e Zona Sul Em funcionamento o sistema móvel de feiras-parque

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Quadro 127
Indicadores de desempenho do Eixo 4: Apoio à Economia Urbana

Código		Ação	Indicadores de desempenho	
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018
4a	a1	Parques industriais generalistas de alto impacto	Implantado um parque de 60 hectares	Implantado o segundo parque de 60 hectares
			Iniciada aquisição da área de outro, com 60 hectares	Geração de 1.000 a 1.200 empregos
	a2	Parques industriais generalistas de baixo impacto	Implantado um parque de 40 hectares (32 empresas)	Implantado o segundo parque: mais 40 empresas
			Prontas as edificações de apoio aos funcionários	Gerados 1.500 a 2.500 empregos
	a3	Parques industriais de alto impacto do APL da Madeira	Implantado o parque, com 40 hectares (1a etapa) Construídos 15% das edificações de apoio	Aumentada a área para 80 hectares Concluídas as edificações de apoio Gerados 1.000 a 1.200 empregos
a4	Parques industriais de baixo impacto do APL da Madeira	Concluído primeiro Parque de Indústrias Leves da Madeira, com 25 hectares, 40 firmas e 600 empregos	Concluídos mais dois Parques de Indústrias Leves da Madeira, com 50 hectares e até 80 firmas. Gerados 1.500 a 2.500 empregos	
a5	Parques de atacadistas e transportadoras	Concluído e em uso o primeiro parque atacadista Área de 25 hectares totais, 16 grandes lotes 600ml de ruas asfaltadas e guarita	Instalações duplicadas.	
4b	b1	Centros comerciais lineares disseminados	6 centros comerciais em funcionamento Espaço para 30 a 35 lojas	10 centros comerciais em funcionamento Espaço para 50 a 60 lojas Gerados 300a 500 empregos
			Concluídos e em utilização dois centros comerciais especializados de periferia de centro, c/ 400m ² cada	Concluídos e em utilização cinco centros comerciais especializados de periferia de centro c/ 400 m ² cada Gerados 300 a 500 empregos
	b3	Centralidades comerciais dos bairros	Concluído o CC São Cristóvão (1.000m ² , 25 lojas) Adquirido terreno e iniciado e CC Conjuntos	Concluídos e em uso três CC de 1.000 m ² cada 75 lojas sediadas nos CC bairros Gerados 300 a 500 empregos
4c	c1	Valorização do centro histórico e cultural	Centro de União da Vitória transformado em local atrativo p/turistas e clientes do comércio sofisticado	
	c2	Incentivo à prestação de serviços de alto nível		Ter, no centro de União da Vitória, três mini-centros de prestação de serviços sofisticados

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Quadro 128
Indicadores de desempenho do Eixo 5: Desenvolvimento Rural Sustentável

Código		Ação	Indicadores de desempenho	
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018
5a	a1	Incentivo à silvicultura familiar	40 pequenos silvicultores integrados ao programa 2 ha de silvicultura cada um	80 pequenos silvicultores integrados ao programa Média aumentada para 3 ha cada um
	a2	Incentivo à agricultura orgânica	20 pequenos agricultores agregados ao programa Central Embalagens em funcionamento	Mais 20 pequenos agricultores agregados Em funcionamento uma mini-indústria
	a3	Resgate da produção faxinalense	20 ou mais faxinalenses agregados ao programa Plantel > 10.000 aves e > 500 suínos	30 ou mais faxinalenses agregados ao programa Plantel > 30.000 aves e > 1.500 suínos Abatedouro em pleno funcionamento
	a4	Incentivo à aquíicultura	15 tanques recuperados 15 tanques novos	40 propriedades integradas ao programa Frigorífico em pleno funcionamento
5b	b1	Rota das Cachoeiras	Plano pronto e 8 projetos concluídos 6 parques instalados e em funcionamento	15 parques instalados e em funcionamento
	b2	Rota dos Imigrantes	Plano concluído Concluídos 4 projetos de conjuntos Instalados 2 conjuntos., mais um em implantação	Concluídos 10 projetos Em funcionamento 10 conjuntos
5c	c1	Caminhos da Produção	Recuperada a estrada asfaltada do Rio Vermelho	Adaptados os 16 km da via estrada marginal direita
	c2	Caminhos do Turismo	Estrada até Encruzilhada de Porto Almeida transformada em secundária (base compactada)	Estrada até Encruzilhada de Porto Almeida pavimentada (pedras irregulares)
5d	d1	Sistemas rurais de abastecimento de água	Quatro novos micro-sistemas em funcionamento (Pinhalão, Guaíra, Rio dos Banhados e Barreiros)	
	d2	Centro Social Rural na Serra da Esperança	Em funcionamento Centro Social Rural servindo à população da Serra.	

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Quadro 129
Indicadores de desempenho do Projeto Complementar: Instrumentos de Gestão Urbana

Código		Ação	Indicadores de desempenho	
Proj	Ação		Até 2013	Até 2018
6	a1	Criação de Instituto de Planejamento	Instituto (IPPUV) em pleno funcionamento	
	a2	Recadastramento periódico	Sistema de avaliação imediata funcional desde 2010 Recadastramentos permanentes bienais	
	a3	Cadastro Único	Sistema de atualização anual do CadÚnico em funcionamento desde 2009	

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

6.3.2 INDICADORES DE DESEMPENHO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Todos os eixos, projetos e ações constantes do Plano de Ação e Investimentos, etapa de aplicação prática do Plano Diretor Municipal de União da Vitória nada valerão caso não venham a surtir efeito sobre a qualidade de vida das pessoas. Para mensurar se os trabalhos efetivados ao longo dos dez anos de implementação do PDM terão conseguido melhorar a vida dos cidadãos, propõe-se atingir as metas que são expressas pelo Quadro 130, relativo aos indicadores numéricos que dizem respeito à educação, à saúde e à renda dos indivíduos. Mas como complemento – porque não dizer coroamento? – de um processo de crescimento da participação democrática, que sejam atingidos mediante o incremento das formas de governo democrático que estão explícitas e implícitas nos indicadores propostos através do Quadro 131.

Quadro 130
Indicadores referentes à qualidade de vida dos habitantes de União da Vitória

N	Indicador	Unid.	Valor atual (2000)	Meta para 2013	Meta para 2018
1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	índice	0,793	0,820	0,850
2	Índice de Desenvolvimento Humano - Longevidade	índice	0,758	0,780	0,800
3	Índice de Desenvolvimento Humano - Educação	Índice	0,905	0,928	0,950
4	Índice de Desenvolvimento Humano - Renda	índice	0,717	0,760	0,800
5	Coeficiente de Gini relativo à distribuição de renda	índice	0,557	0,530	0,500
6	Esperança de vida ao nascer	anos	70,5	72,5	75,0
7	Coeficiente de mortalidade infantil (média trienal)	coef	12,00	12,00	10,00
8	Índice de alfabetização – maiores de 15 anos	perc	94,0	96,0	98,0
9	Produto interno bruto <i>per capita</i>	SM	2,70	3,40	4,10
10	Renda individual <i>per capita</i>	SM	1,89	2,40	3,00
11	População em situação de pobreza (0,5 SM)	perc	22,1%	17,0%	10,0%
12	População em situação de pobreza extrema (0,25 SM)	perc	6,5%	3,5%	-

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

Quadro 131
Indicadores referentes à participação popular na gestão do município

N	Indicador	Unid.	Valor atual	Meta para 2013	Meta para 2018
1	Número de conselhos comunitários em funcionamento	unid	5	7	10
2	Pessoas participando em conselhos comunitários (de interesse setorial)	pessoa	30	50	80
3	Numero de conselhos de desenvolvimento oficiais (urbano, rural, municipal)	unid	2	3	3
4	Pessoas participando em conselhos de desenvolvimento (urbano, rural, municipal)	pessoa	43	55	55
5	Número de associações comunitárias (exceto as de base geográfica por bairros)	unid	38	44	50
6	Pessoas associadas às instituições comunitárias (exceto as de base geográficas por bairros)	pessoa	250	440	750
7	Número de associações de moradores (pelo menos uma por bairro oficial ou comunidade rural)	unid	19	22	25
8	Pessoas associadas às instituições de moradores de bairros oficiais ou comunidades rurais	pessoa	150	220	500

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2008

- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos**. Rio: ABNT, 2004.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-9077: Saídas de emergência em edifícios**. Rio: ABNT, 2001.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-7229: Projeto, construção e operação de tanques sépticos**. Rio: ABNT, 1993.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-5410: Instalações elétricas de baixa tensão**. Rio: ABNT, 2003.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-5626: Instalação predial de água fria**. Rio: ABNT, 1998.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-7198: Instalação predial de água quente**. Rio: ABNT, 1998.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário: projeto e execução**. Rio: ABNT, 1999.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-13994: Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transporte de Pessoa Portadora de Deficiência Física**. Rio: ABNT, 1999.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-5984: Norma Geral de Desenho Técnico - Procedimento**. Rio: ABNT, 1980.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-9283: Mobiliário Urbano - Classificação**. Rio: ABNT, 1986.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Norma Brasileira NBR-9284: Equipamento Urbano - Classificação**. Rio: ABNT, 1986.
- AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Plano Diretor da Bacia do Rio Iguaçu**. Disponível no *site* www.ana.gov.br, consulta em maio de 2006.
- ALBUQUERQUE, J.M. de. **Análise fitossociológica da vegetação do Faxinal do Marmeleiro de Cima no município de Rebouças-PR**. União da Vitória, 2005. 60p. Monografia (Especialização em Bioengenharia). FAFIUVVA, 2005. Disponível no *site* www.arvoresdeirati.com, consulta em fevereiro de 2007.
- AMPR. **Repasse de FPM por Associação de Municípios**. Disponível no *site* www.ampr.org.br.
- ANTT. **Linhas que fazem seção em uma localidade**. Disponível no *site* appweb.antt.gov.br, consulta em junho de 2007.
- ANTT. **Linhas que ligam duas localidades**. Disponível no *site* appweb.antt.gov.br, consulta em junho de 2007.
- APL DA MADEIRA. **APL da Madeira de Porto União da Vitória**. Disponível no *site* www.apldamadeira.com.br, consulta em março de 2008.
- BAGGIO, A.J.; CARPANEZZI, A.A.; CARVALHO, P.E.R.; SOARES, A.O. **Levantamento de espécies lenhosas em sub-bosques de Bracatingais**. Boletim de Pesquisa Florestal, Colombo, n. 30/31, p.69-74, Jan./Dez. 1995.
- BRASIL – Poder Judiciário. **Portal da Justiça Federal da 4ª Região**. Disponível no *site* www.trf4.gov.br, consulta em março de 2008.
- BRASIL – Poder Judiciário. **Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região: composição**. Disponível no *site* www.trt9.gov.br, consulta em março de 2008.
- BRASIL TELECOM. **Área de cobertura do sinal de telefonia móvel**. Disponível no *site* www.brasiltelecom.com.br, consulta em junho de 2007.

- BRASIL, SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **Carta Inácio Martins**. Rio de Janeiro, 1973.
- BRASIL, SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **Carta Irineópolis**. Rio de Janeiro, 1973.
- BRASIL, SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **Carta Rebouças**. Rio de Janeiro, 1974.
- BRASIL, SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **Carta União da Vitória**. Rio de Janeiro, 1974.
- BRASIL. Lei Federal 10.257 (Estatuto da Cidade). In: INSTITUTO PÓLIS & CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Estatuto da Cidade. Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**. Brasília, 2001
- BRASIL. **Lei Federal 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro)**. Disponível no *site* www.planalto.gov.br. Consulta em fevereiro de 2006.
- BRASIL. **Lei Federal 9.938: Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. Medida provisória 2.220. In: INSTITUTO PÓLIS & CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Estatuto da Cidade. Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**. Brasília, 2001
- BRITEZ, R.M.; SANTOS, FILHO, A.; REISSMANN, C.B.; SILVA, S.M. **Relações entre solos e a distribuição de espécies arbóreas em Floresta Ombrófila Mista**. Rev.Set.Ciências Agr. 1992/93.
- BRITEZ, R.M.; SILVA, S.M.; SOUZA, W.S. de; MOTTA, J.T.W. **Levantamento florístico em Floresta Ombrófila Mista, São Mateus do Sul, Paraná, Brasil**. Arq.Biol.Tecnol., 1995. v.38, n. 4, p. 1147-1161.
- CASTELLA, P.R.; BRITEZ, R.M. (Org.). **A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**. Brasília: MMA, 2004. 236p.
- CHANG, M.Y. **Sistema Faxinal, uma forma de organização camponesa no Centro Sul do Paraná**. Rio de Janeiro, 1985. 201p. Não publicado. Dissertação de Mestrado- UFRRJ.
- CLARO. **Área de cobertura do sinal de telefonia móvel**. Disponível no *site* www.claro.com.br, consulta em maio de 2006.
- COHAPAR. **Atlas das Necessidades Habitacionais do Paraná**, disponível no *site* www.pr.gov.br/cohapar, consulta em março de 2005.
- COHAPAR. **Produção Habitacional por Município. Cohapar**. Disponível no *site* www.pr.gov.br/cohapar, consulta em março de 2006.
- COPEL, **Base Municipal de União da Vitória**. Curitiba, 2007.
- CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Estado do Paraná). **Ato 32**. Curitiba: CREA, 1995.
- CUNHA, L. A. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. Rio de Janeiro, 2003. Não publicado. Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- CURCIO, G.R. **Relações entre Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Fitossociologia nas planícies fluviais do Rio Iguaçu, Paraná, Brasil**. Curitiba, 2006, 510p. Não publicado. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná.
- DELLA TOGNA, R. J. B. **Estudo das águas subterrâneas no estado de São Paulo**. Água Subterrânea, 1,3. São Paulo, 1973.
- DER/SETR. **Mapa Político e Rodoviário do Estado do Paraná**. 1998.
- DNIT/GOVERNO FEDERAL. **Mapa Rodoviário do Estado do Paraná, 2002**. Disponível no *site* www.dnit.gov.br, consulta em março de 2006.
- DURIGAN, M.E. **Florística, dinâmica e análise protéica de uma Floresta Ombrófila Mista em São João do Triunfo**. Curitiba, 1999. Não publicado. Dissertação de Mestrado em Engenharia Florestal – Setor de Ciências Agrárias – UFPR.

- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA / CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE SOLOS. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. EMBRAPA Produção de Informação. Brasília, 1999.
- EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA / SERVIÇO NACIONAL DE LEVANTAMENTO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná**. EMBRAPA/SNLCS/SUDESUL/IAPAR. Volumes I e II. Londrina. 1984
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS. **Agências de correios por municípios**. Disponível no *site* www.correios.com.br, consulta em maio de 2007.
- EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS. **Horários de ônibus**. Disponível no *site* www.princesadoscampos.com.br, consulta em junho de 2007.
- FERRARI, CÉLSON. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. São Paulo, 1982.
- GALVÃO, F.; KUNIOSHI, Y.S.; RODERJAN, C.V. **Levantamento fitossociológico das principais associações arbóreas da Floresta Nacional de Irati – PR**. Floresta, Curitiba, 1989. v.19, n.1, p.30-49.
- GIESBRECHT, R. M., **Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível no *site* www.estacoesferroviarias.com.br, consulta em março de 2008.
- GORDON JR., M. **Classificação das formações gondwânicas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Notas Preliminares e Estudos da Divisão de Geologia e Mineralogia do DNPM. Rio de Janeiro, 1947. v. 38, p 1-20.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Agenda 21 Paraná**. Curitiba, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Evolução da qualidade da água nos mananciais contemplados**. Disponível no *site* www.pr.gov.br, consulta em fevereiro de 2006.
- GRODZKI, L.; BOEGER, M. R. T. **Caracterização da vegetação pioneira de uma área de exploração de *Mimosa scabrella* Benth. (Bracatinga), no município de Colombo, PR**. Revista Floresta, Curitiba, v.31, 2001.
- IAPAR. **Mapeamento da pobreza no Paraná**. Iapar. Londrina, 2006.
- IAPAR. **Monitoramento Agroclimático do Paraná**. Disponível no *site* www.iapar.br/sma, consulta em abril de 2006.
- IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Portaria n. 006/92-N de 15 de janeiro de 1992. **Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção**. Rio de Janeiro, 1992.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro, 1992. (Série Manuais Técnicos em Geociências, 1).
- IBGE. **Cartograma Municipal dos Setores Censitários**. Situação 2000. (cd-rom 2003).
- IBGE. **Censo Demográfico de 2000: Agregado por Setores Censitários do Resultado do Universo**. (cd-rom, 2003).
- IBGE. Cid@ades. **O Brasil Município por Município**. Disponível no *site* www.ibge.gov.br, consulta em abril de 2006.
- IBGE. **Mapas Interativos**. Disponível no *site* www.ibge.gov.br, consulta em janeiro de 2006.
- IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2004**. Disponível no *site* www.ibge.gov.br, consulta em março de 2006.
- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Disponível no *site* www.ibge.gov.br, consulta em março de 2006.
- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 1993.
- IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980: Paraná**. Rio, IBGE, 1981.
- IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991: Paraná**. Rio, IBGE, s/d.
- INEP. **Censo Escolar Brasileiro**. Brasília, 2005.
- INSTITUTO PÓLIS & CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Estatuto da Cidade. Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**. Brasília, 2001.

- IPARDES. **Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense na Década de 90.** Curitiba: IparDES, 2003.
- IPARDES. **Base de Dados do Estado.** Disponível no *site* www.ipardes.gov.br, consulta em março de 2008.
- IPARDES. **Caderno Estatístico Municipal de União da Vitória.** 2007
- IPARDES. **Censo industrial do arranjo produtivo local da madeira de União da Vitória (PR) e Porto União (SC).** Curitiba: IparDES, 2006.
- IPARDES. **Diagnóstico da Base Silviagropecuária e da estrutura agroindustrial do Paraná.** Curitiba, 2002.
- IPARDES. **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional.** Disponível no *site* www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2007.
- IPARDES. **Indicadores Sociais.** Disponível no *site* www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2007.
- IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Anotações sobre o desempenho do Paraná.** Curitiba, 2003.
- IPARDES. **Leituras Regionais: Mesorregião Sudeste Paranaense.** Curitiba, 2005.
- IPARDES. **Leituras Regionais: Sudeste Paranaense.** Curitiba: IparDES, 2004.
- IPARDES. **Perfil dos Municípios Paranaenses.** Disponível no *site* www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2007.
- IPARDES. **Vários Paranas.** Disponível no *site* www.ipardes.gov.br, consulta em abril de 2007.
- IPARDES/IAPAR. **O Mercado de Orgânicos do Paraná – caracterização e tendências.** Curitiba: IparDES, 2007.
- IPARDES/IPEA. **Redes Urbanas Regionais: Sul (2000).** Disponível no *site* www.ipardes.gov.br, consulta em setembro de 2004.
- IPEA. **Ipeadata.** Disponível no *site* www.ipea.gov.br, consulta em março de 2008.
- IPT - **Mapa Geológico do Estado de São Paulo, Divisão de Minas e Geologia Aplicada,** volumes I e II, São Paulo, 1981.
- LANGE, F. L. P. **Iguaçu: Um Caminho pelo Rio.** Curitiba: FLP Lange, 2005.
- LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Levantamento da Cobertura de Iluminação Pública da Área Urbana de União da Vitória.** 2008.
- LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Levantamento de Tipos de Pavimento das Áreas Urbanas de União da Vitória.** 2008.
- LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Levantamento de Usos das Áreas Urbanas de União da Vitória.** 2008.
- LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Plano Diretor Municipal de União da Vitória: Plano de Trabalho.** 2007.
- LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Plano Diretor Municipal de União da Vitória: Análise Temática Integrada.** 2008.
- LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Plano Diretor Municipal de União da Vitória: Diretrizes e Proposições.** 2008.
- LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Plano Diretor Municipal de União da Vitória: Legislação Básica e Instrumentos de Planejamento e Gestão.** 2008.
- LAROCCA JUNIOR, J. **Desenvolvimento Industrial em Ponta Grossa: avaliação e perspectivas.** Não publicado. Dissertação de Mestrado em Economia Industrial. Florianópolis, UFSC, 2002.
- LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. **Vegetação.** In: IBGE. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, 1990. v.2. Região Sul.
- LONGHI, S.J. **A estrutura de uma floresta natural de *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Ktze, no sul do Brasil.** Curitiba, 1980. Não publicado. Dissertação de Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias – UFPR.

- MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Cultura e Esporte do Estado do Paraná, 1981.
- MAACK, R. **Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesq. Tecnol. e Instituto Nacional do Pinho, 1950.
- MIKICH, S.B. & BÉRNILS, R.S. **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná. 2004**. Disponível no *site* www.pr.gov.br/iap, consulta em maio de 2006.
- Mikich, S.B., Bérnils R.S., Pizzi, P. A. – **Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no estado do Paraná, 2005**. Disponível no *site* www.celepar7.pr.gov.br/livrovermelho, consulta em agosto de 2007.
- MILANI, E. J.; RAMOS, V. A. **Orogenias paleozóicas no domínio sul-ocidental do Gondwana e os ciclos de subsidência da Bacia do Paraná**. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 28, n. 4, 1998, p. 473 – 484.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA / SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA **Aptidão Agrícola das Terras. Estudos Básicos para o Planejamento Agrícola – Paraná**. MA/SUPLAN. 1978
- MINISTÉRIO DAS CIDADES & GOVERNO FEDERAL. **Plano Diretor Participativo. Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos**. Brasília, 2005.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES & GOVERNO FEDERAL. **Princípios e Diretrizes para Elaboração de Planos Diretores Municipais**. Brasília, 2006.
- MIRETZKI, M. – **Morcegos do Estado do Paraná, Brasil (Mammalian: Chiroptera): riqueza de espécies, distribuição e síntese do conhecimento atual**. Papéis avulsos de zoologia (São Paulo) vol. 43n6. São Paulo, 2003.
- MORAES REGO, L.F. **A geologia do petróleo no Estado de São Paulo**. B. Serv. Geol. Mineral Bras. Rio de Janeiro : Serv. Geol. Mineral. Brasil. , 1930. 110 p. (Boletim nº 46).
- MUMFORD, L. **A História das Cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.
- OCCHIONI, P.; HATSCHBACH, G. **A vegetação arbórea dos ervais do Paraná**. *Leandra*, v.2, n.3, 1972. p.5-59.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Metas do Milênio**. Nova Iorque, 2000.
- PARANÁ, Estado do. **Aeroportos Públicos do Paraná**. Disponível no *site* www.parana.pr.gov.br/aeroportos, consulta em março de 2008.
- PARANÁ, GOVERNO DO ESTADO DO. **Agenda 21 Paraná**. Curitiba, 2002.
- PARANÁ, GOVERNO DO ESTADO DO. **Informações sobre os mananciais e mapa de localização**. Disponível no *site* www.pr.gov.br, consulta em fevereiro de 2006.
- PARANÁ, Tribunal de Contas do. **Comunidades. Entidades municipais**. Disponível no *site* www.tce.pr.gov.br, consulta em abril de 2008.
- PARANÁ. **Lei Estadual 13.331 (Código Sanitário Estadual)**. Curitiba: SESA, 2005.
- PARANÁ. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), Instituto Ambiental do Paraná (IAP). **Programa de Proteção da Floresta Atlântica**. Pró-Atlântica. Paraná, 2004.
- PEGORARO, A.; ZILLER, S.R. **Valor Apícola das Espécies Vegetais de duas Fases Sucessionais da Floresta Ombrófila Mista, em União da Vitória Paraná – Brasil**. *Bol. Pesq. Fl.*, Colombo, n. 47, p. 69-82, jul./dez. 2003.
- PETRI, S.; FÚLFARO, V.J. **Geologia do Brasil fanerozóico**. T.A. Queiroz, Editor Ltda. Editora do Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.
- PNUD, IPEA e FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano**.
- PNUD. **Dados sócio-econômicos**. Disponível no *site* www.pnud.org.br, consulta em abril de 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA & LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Segunda Audiência Pública do Plano Diretor Municipal de União da Vitória**. União da Vitória, 2008.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA & LAROCCA ASSOCIADOS S/C LTDA. **Primeira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.** União da Vitória, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA & SEDU/PARANACIDADE. **Plano Diretor Georreferenciado de União da Vitória.** União da Vitória, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA/SEDU PARANACIDADE. **Termo de Referência do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.** Edital Tomada de Preços 009/2007-PMUVA.
- PUPPI, I. C. **Estruturação sanitária das cidades.** São Paulo: ed. ASCETESB, 1975.
- RODERJAN, C.V.; GALVAO, F.; KUNIOSHI, Y.S.; HATSCHBACH, G.G. **As unidades fitogeográficas do Estado do Paraná, Brasil.** Ciência & Ambiente, Santa Maria, n.24, p. 75-92, jan./jun. 2002.
- SANQUETTA, C.R. et al. **Estrutura vertical de um fragmento de floresta ombrófila mista no centro-sul do Paraná.** Revista Floresta, v.32, n.2, 2002. p.267-276.
- SCHNEIDER, R. L.; MÜHLMANN, H.; TOMMASI, E.; MEDEIROS, R. A.; DAEMON, R. F.; NOGUEIRA, A. A. **Revisão estratigráfica da Bacia do Paraná.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 28., 1974, Porto Alegre. Anais...Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Geologia, 1974. v. 1, p. 41-65.
- SCHOBENHAUS, Carlos et alii . **Geologia do Brasil.** São Paulo : Editora Olímpica, 1984.
- SEDU, UFPR & IPARDES. **Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico. Ciclo Interativo.** Curitiba, 2006.
- SEDU. **Mapa das Mesorregiões do Estado do Paraná.** Disponível no *site* www.pr.gov.br/sedu, consulta em abril de 2006.
- SEDU. **Mapa das Microrregiões do Estado do Paraná.** Disponível no *site* www.pr.gov.br/sedu, consulta em abril de 2006.
- SEDU/PARANACIDADE, IPARDES E UFPR. **Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico.** Curitiba: SEDU, 2006.
- SEDU/PARANACIDADE. **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná.** Curitiba: SEDU, 2003.
- SILVA, S.M.; BRITZ, R.M.; SOUZA, W.S.; MOTTA, J.T.W. **Levantamento florístico em área de várzea do Rio Iguaçu, São Mateus do Sul, PR, Brasil.** Arq.Biol.Tecnol., v. 40, n.3, 1987.
- SOBREVILLA, C.; BATH, P. **Evaluación ecológica rápida – un manual para usuarios de América Latina y el Caribe.** Washington: The Nature Conservancy, 1992.
- SOLDA, S. **Engenheiros industriais madeireiros têm campo de trabalho.** Revista CREA PR nº. 48, Curitiba, novembro e dezembro 2007.
- STRAUBE, C.F., KRUL, R., CARRANO, E. **Coletânea da Avifauna da Região Sul do Estado do Paraná (Brasil) – Atualidades Ornitológicas – n.125, maio/junho, 2005.**
- SUMMERFIELD, M.A. **Global geomorphology.** NY, John Wiley & Sons, 1991. 245p.
- THOMAS, M. F. **Geomorphology in the tropics.** A study of weathering end denudation in low latitudes. NY, John Wiley & Sons, 1994. 460p.
- TREIN, E. & FUCK, R. A. O Grupo Castro. *In*: BIGARELLA, J. J.; SALAMUNI, R.; PINTO, V. M. (Eds.), **Geologia do Pré-Devoniano e intrusivas subseqüentes da porção oriental do estado do Paraná.** Boletim Paranaense Geociências, n.23/25,p.257-305. 1967.
- TUCCI, C.E.M. & VILLANUEVA, A.O.M. **Controle de Enchentes de União da Vitória e Porto União.** União da Vitória, COPRERI, 1997.
- UNIÃO DA VITÓRIA, Câmara Municipal de. **Legislação.** Disponível no *site* www.cmuva.com.br, consulta em abril de 2008.
- V.T.; ZANOTTO, O.A., **Tectônica e sedimentação da Bacia do Paraná.** In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 3, Curitiba. Atas, SBG, 1987. v.1, p. 441-477.
- VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.; LIMA, J.C.A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal.** IBGE: Rio de Janeiro, 1991.

- WHITE, I.C. (1908) **Relatório final da Comissão de Estudos das Minas de Carvão de Pedra do Brasil**. Rio de Janeiro : DNPM , 1988. Parte I, p.1-300 ; Parte II, p. 301-617. (ed. Fac-similar).
- ZALÁN, P.V.; WOLFF, S.; CONCEIÇÃO, J.C.J., MARQUES, A.; ASTOLFI, M.A.M.; VIEIRA, I.S.; APPI, V.T.; ZANOTTO, O.A. Bacia do Paraná. In: GABAGLIA, G.P.R.; MILANI, E.J. (Coords). **Origem e evolução de bacias sedimentares**. Rio de Janeiro, 1990. p.135-168.